

Silvio Lima Figueiredo
Francisco Fransualdo de Azevedo
Wilker Ricardo de Mendonça Nóbrega
Organizadores

Perspectivas contemporâneas de análise em turismo



Perspectivas contemporâneas de análise em turismo



Universidade Federal do Pará

Reitor

Carlos Edilson de Almeida Maneschy

Vice-reitor

Horacio Schneider

Pró-reitor de Pesquisa e Pós-graduação

Emmanuel Zagury Tourinho

Núcleo de Altos Estudos Amazônicos

Diretor Geral

Durbens Martins Nascimento

Diretor Adjunto

Armin Mathis

Conselho Editorial do NAEA

Ana Paula Vidal Bastos

Armin Mathis

Durbens Martins Nascimento

Edna Maria Ramos de Castro

Fábio Carlos da Silva

Luis Eduardo Aragon

Francisco de Assis Costa

Silvio Lima Figueiredo

Coordenador de Comunicação e Difusão Científica

Silvio Lima Figueiredo

Universidade Federal do Rio Grande do Norte

Reitora

Ângela Maria Paiva Cruz

Vice-reitor

José Daniel Diniz Melo

Centro de Ciências Sociais Aplicadas

Diretora

Maria Arlete Duarte de Araújo

Vice-diretora

Maria Lussieu da Silva

Programa de Pós-Graduação e Pesquisa Em Turismo

Coordenador

Wilker Ricardo de Mendonça Nóbrega

Vice-coordenadora

Maria Valéria Pereira de Araújo

Perspectivas contemporâneas de análise em turismo

Silvio Lima Figueiredo
Francisco Fransualdo de Azevedo
Wilker Ricardo de Mendonça Nóbrega
Organizadores

Belém
NAEA
2015

Copyright dos autores

Coordenadoria de Comunicação e Difusão Científica do Naea

Ana Lucia Prado

Roseany Caxias

Wanderson Cursino

Leila Melo Coroa

Vitor Luiz Silva Barros

Diagramação: Fabrício Ribeiro

Capa: Fabrício Ribeiro



Esta obra foi produzida com o apoio do CNPq e da CAPES.

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Biblioteca do NAEA/UFPA)

Perspectivas contemporâneas de análise em turismo / Silvio Lima Figueiredo, Francisco Fransualdo de Azevedo, Wilker Ricardo de Mendonça Nóbrega (Organizadores) – Belém: NAEA, 2015.

374 p.

ISBN: 978-85-7143-136-2

1. Turismo - Desenvolvimento. 2. Ecoturismo. 3. Comunidades - Desenvolvimento. 4. Sustentabilidade. I. Figueiredo, Silvio Lima. II. Azevedo, Francisco Fransualdo de. III. Nóbrega, Wilker Ricardo de Mendonça

CDD 22. ed. 338.4791

Naea

Av. Perimetral, Número 1 - Campus Universitário do Guamá, Belém – PA

Cep: 66075-750

(91) 3201-7231

naea@ufpa.br

editora_naea@ufpa.br

Sumário

Prefácio.....	7
Margarita Barretto	
Turismo e desenvolvimento regional: conceitos e políticas em um caso brasileiro	11
Silvio Lima Figueiredo e Wilker Ricardo de Mendonça Nóbrega	
Ecoturismo em comunidades tradicionais na Floresta Nacional do Tapajós/Belterra-PA: o caso de Maguari e Jamaraquá.....	38
Sandra Maria Sousa da Silva	
Ecoturismo de Base Comunitária na Amazônia: perspectivas conceituais e as práticas ecoturísticas da Comunidade de Caruaru, ilha de Mosqueiro – PA.....	61
José Maria Reis e Souza Júnior e Maria Goretti Tavares	
Ecoturismo indígena e identidade: o desafio do planejamento	80
Ivani Ferreira de Faria	
Modernização turística: o papel do turismo nos discursos dominantes de desenvolvimento	108
Mozart Fazito	
Turismo: sustentabilidade em áreas de proteção ambiental, caso de Cururupu (MA) e Bonito (MS)	127
Saulo Ribeiro dos Santos e Protásio César dos Santos	
Vilegiatura: do modelo clássico às características contemporâneas....	140
Alexandre Queiroz Pereira	
Economia solidária em contraponto à clássica: indícios de mudanças no turismo e na sociedade	161
Luzia Neide Coriolano e Jean Max Tavares	
Equipamentos públicos de lazer e terceira idade: uma possibilidade para o desenvolvimento turístico no município de Parelhas/RN?.....	177
Itamara Lúcia da Fonseca e Wilker Ricardo de Mendonça Nóbrega	

Festa e turismo: cenário de imagens e da apropriação.....	193
Anelino Francisco da Silva	
O <i>Sensemaking</i> e o comitê regional das associações e cooperativas do artesanato seridoense: buscando compreender um complexo de relações	206
André Lacerda Batista de Sousa	
Actores en disputa: procesos, relaciones y estructuras en la expansión del turismo residencial en Pipa	226
Antonio Aledo, Tristan Loloum, Hugo García Andreu e Guadalupe Ortiz	
Participação dos trabalhadores informais no planejamento turístico: a realidade da praia de Ponta Negra, Natal/RN/Brasil	254
Sinthya Pinheiro Costa e Kerlei Eniele Sonaglio	
O turismo como fator de contribuição para a proteção e função social do patrimônio natural da humanidade.....	273
Gloria Maria Widmer e Ana Julia de Souza Melo	
Turismo e o desenvolvimento local: o capital social e as redes de políticas públicas em foco	288
Ana Valéria Endres	
A percepção dos agentes territoriais sobre o excursionismo de litoral no contexto do desenvolvimento	309
Daniel Ferreira de Lira, Julio César Cabrera Medina e Maria Dilma Simões Brasileiro	
Das cidades industriais às cidades turísticas, tempos diferentes espaços semelhantes: uma leitura da produção do espaço em Morro de São Paulo (Bahia/Brasil).....	327
Julien Marius Reis Thévenin e Celso Donizete Locatel	
O uso do território pelo turismo em Natal (Rio Grande do Norte – Brasil).....	351
Francisco Fransualdo de Azevedo e Thiago Belo de Medeiros	

PREFÁCIO

O turismo continua sendo, no mundo, um fenômeno social de grandes dimensões, tanto pela quantidade de pessoas que comprovadamente praticam esta atividade, quanto pela quantidade de dinheiro que – não tão comprovadamente – faz circular na economia mundial; objeto do desejo de pessoas que querem viajar, e objeto de desejo dos países que pretendem melhorar, – com o dinheiro trazido por estas pessoas que desejam viajar –, suas balanças comerciais.

E já não se trata turismo mas de turismoS. Segmentação é a palavra chave para o século XXI; muitos tipos de turismo para muitos tipos de turistas, ao contrário do modelo predominante nos anos 1950, o chamado turismo de massas, que consistia em produtos indiferenciados para todos os públicos. A ênfase na quantidade de oferta e não na qualidade da experiência turística vai sendo aos poucos substituída pelo *slow tourism* e, finalmente, desmistificam-se os benefícios dos mega eventos que ocasionam enormes gastos públicos em lugares onde vivem populações que carecem até do essencial.

As pesquisas sobre esta peculiar forma de deslocamento de pessoas começaram no século XX, tardiamente no contexto das ciências, a partir de três disciplinas fundamentalmente: a economia, a geografia e as ciências sociais (antropologia e sociologia). Paradoxalmente, a economia, que foi a primeira a se debruçar sobre este fenômeno por volta de 1930, é a disciplina que menos tem conseguido comprovar suas hipóteses, embora seja a que melhor desenvolveu modelos, como o do efeito multiplicador. De acordo com este, cada dólar que ingressa na economia de um país se multiplica toda vez que uma transação é feita.

No processo de importação-exportação de um bem tangível seguir o rastro do dinheiro não é difícil. No entanto seguir o rastro do dinheiro que chega nos bolsos dos turistas é quase impossível. Os cálculos são teóricos. Donde a afirmativa do primeiro parágrafo, uma vez que, apesar dos esforços feitos inclusive pela Organização Mundial do Turismo criando a “conta satélite” (mecanismo que pretende justamente seguir a trilha do dinheiro) é muito difícil saber exatamente em que, quando e onde, um turista gasta seu dinheiro, embora possa ser rastreado seu cartão de crédito e possam ser comprovadas compras de divisas no sistema oficial.

Outro problema que surge ao se pesquisar turismo é que nem todas as pessoas que viajam são turistas no sentido estrito da palavra. Aí juntam-se problemas empíricos e epistemológicos. O problema empírico consiste em separar turistas de outros viajantes (imigrantes, exilados, refugiados, pessoas que viajam a trabalho) para estudar seu comportamento; o problema epistemológico é a (já velha) discussão de se o chamado “turismo de negócios” pode ser estritamente considerado turismo.

Para a escola fenomenológica, turismo é aquilo que as pessoas fazem de livre e espontânea vontade; para a escola estruturalista, turismo é qualquer deslocamento em que a pessoa utilize equipamentos turísticos (transporte, hospedagem, agenciamento). A abordagem fenomenológica do turismo inclui a motivação das pessoas, enquanto que a estruturalista analisa somente a utilização dos equipamentos. Portanto, conforme adotemos uma ou outra perspectiva epistemológica, os números serão diferentes.

Problema nem um pouco pequeno ou negligenciável para quem pesquisa ou quer pesquisar com fundamento.

Quem sabe por todas estas dificuldades em saber quem é turista e quem não é neste mundo dos viajantes, e em acompanhar a circulação do dinheiro, a maior parte da produção científica sobre turismo (a turismologia) advém de outras ciências humanas e sociais. A geografia, nos idos de 1980, começou a pesquisar os efeitos do turismo no meio ambiente. Na época falava-se em impactos, palavra substituída na atualidade, visto que algo ocasiona impacto numa superfície rígida, enquanto que o meio ambiente não é estático, reage, portanto ele sofre efeitos.

Os primeiros estudos foram realizados na década mencionada, na Espanha, onde a degradação ambiental provocada pela especulação imobiliária que se desenvolveu paralelamente ao processo de turistificação das costas ibéricas é, até hoje, foco de esforços de reversão.

Quase ao mesmo tempo, a antropologia e a sociologia despertaram para os problemas que o turismo estaria ocasionando em pequenas comunidades, também começando por ilhas do Pacífico Sul, do Caribe ou do Mediterrâneo, assim como em cidades pequenas que viviam da pesca, ou da economia de subsistência.

Desta vez não se tratava de danos ao meio ambiente, mas de processos de “aculturação”, pelos quais a cultura dos habitantes locais estaria sendo

substituída ou subjugada pela cultura dos forasteiros que visitavam o local durante seu tempo de férias.

Utiliza-se propositalmente o verbo no futuro do pretérito porque na atualidade estes efeitos lineares estão sendo questionados em face de outros fatores intervenientes, tais como a influência dos meios de comunicação de massa e da imigração. Também na atualidade o conceito de aculturação para explicar o processo resultante do encontro entre visitantes e visitados está sendo substituído pelos de hibridação cultural, reflexividade, dialogismo e cosmopolitismo.

As culturas se misturam, surgem formas novas, cada uma reelaborando as informações que surgem do inevitável contato com as outras, num mundo de há muito tempo globalizado, onde todos somos, em maior ou menor medida, cosmopolitas. As populações tampouco são inertes, reagem de forma reflexiva aos aportes e à presença dos turistas; pensam, reelaboram e respondem. Estabelece-se um processo de dialogismo, uma interpenetração entre a cultura dos visitantes e a dos visitados, sendo que os primeiros também são influenciados e voltam para casa modificados.

No Brasil a turismologia vem crescendo desde os anos 1990, com uma produção considerável no contexto latino-americano, – *par i passu* com a mexicana, que foi pioneira neste continente –, em universidades e fora destas, com editoras e livrarias especializadas.

O livro que tenho a honra de apresentar e que os leitores terão oportunidade de apreciar a seguir é uma demonstração da seriedade e qualidade com que os aspectos relacionados ao patrimônio natural e cultural estão sendo tratados no meio acadêmico do país.

Margarita Barretto
Doutora em Educação
Docente e Pesquisadora
2014

Turismo e desenvolvimento regional: conceitos e políticas em um caso brasileiro

Silvio Lima Figueiredo¹

Wilker Ricardo de Mendonça Nóbrega²

Aqueles que colocam a pergunta ritual dos obstáculos culturais ao desenvolvimento econômico interessam-se de modo exclusivo (isto é, abstrato) pela 'racionalização' das condutas econômicas e descrevem como resistências, imputáveis somente à herança cultural (ou, pior ainda, a tal ou tal de seus aspectos, o Islã por exemplo), todas as omissões para com o modelo abstrato da 'racionalidade' tal como a define a teoria econômica. Paradoxalmente, a mesma filosofia do desenvolvimento econômico que reduz a antropologia a uma dimensão da economia produz a ignorância das condições econômicas que determinam a adoção de um comportamento econômico 'racional' e pretende que o homem das sociedades pré-capitalistas acabe se convertendo em homem 'desenvolvido' para poder desfrutar das vantagens econômicas de uma economia desenvolvida. Pierre Bourdieu, 1960.

INTRODUÇÃO

A configuração do fenômeno turístico desde sua gênese apresenta principalmente duas ideias nas formas com as quais ele é abordado, a primeira refere-se principalmente às dimensões inter, multi e trans disciplinares de entender sua manifestação e sua concretude, e isso implica na caracterização do mesmo como fenômeno social de múltiplos aspectos. A segunda passa pela ideia da organização da sistematização de um “fenômeno turístico”, que diz respeito necessariamente a um aspecto que deve ser olhado por uma série de

1 Professor e pesquisador do Núcleo de Altos Estudos Amazônicos da Universidade Federal do Pará (NAEA/UFPa), Brasil. Professor Visitante do Programa de Pós-Graduação em Turismo (UFRN). Doutor em Comunicação (ECA/USP); realizou estágio pós-doutoral em sociologia na Université René Descartes - Paris V Sorbonne.

2 Professor e pesquisador da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). Doutor em Ciências do Desenvolvimento Socioambiental (NAEA/UFPa). Coordenador do Programa de Pós-Graduação em Turismo (UFRN).

outras sistematizações de ordem conceitual de disciplina específica para construir o campo também específico do estudo do turismo.

A ideia de compreensão do turismo como fenômeno social se apoia obviamente em conceitos e categorias que dão forma a essa experiência, assim, é possível operar ideias oriundas dos conceitos de viagem, deslocamentos, errâncias, motivações da viagem, mobilidades humanas, romagens, êxodos. O estudo se comporta na observação de fatos socioantropológicos e mesmo psicossociais. De igual forma, algumas questões relacionadas com os aspectos econômicos da mobilidade das viagens turísticas são contemplados, inferindo-se portanto efeitos econômicos desses deslocamentos e da permanência dos viajantes nos locais visitados.

Apesar da centralidade do fenômeno social, de suas práticas, a formação do campo científico do turismo foi concebida na relação dos aspectos econômicos e administrativos do turismo como atividade econômica, inclusive com a criação de conceitos específicos do campo, notadamente oferta turística, demanda turística, atração turística etc. Os conceitos iniciais explicativos foram se transformando, incorporando outras categorias como *efeito multiplicador* e *efeito demonstração*, e vêm sofrendo uma série de alterações com a própria mudança da realidade das viagens turísticas na pós-modernidade, incluindo aí as novas mudanças conceituais que rompem (ou mesmo reposicionam) com a interpretação da ligação do “fenômeno” com “atividade gerencial econômica”, e portanto da ideia de que turismo é viagem-mercadoria. Esse reposicionamento é dado pela ideia de *auto-organização da viagem*.

A elaboração do campo científico do turismo provocou outras questões, por exemplo, como enquadrar aspectos interdimensionais do turismo, e que se configuram como conceitos socioantropológicos independentes, como a hospitalidade e o lazer? Essas e outras questões são desafios atuais dos profissionais que atuam nessas áreas e têm a gestão das mesmas dependente de organizações teórico-práticas do campo do turismo, que retroalimentam sua organização com modelos de planejamento e gerenciamento. Também são questões importantes na formulação de novas teorias e categorias científicas que ajudam a compreender o fenômeno e, por conseguinte, também influenciam de alguma forma na gestão.

Assim, as ideias de desenvolvimento, desenvolvimento regional e desenvolvimento do turismo ganham significados não só das correntes teóricas que lhes dão forma, mas também de como esses conceitos se juntam numa

compreensão particular do entendimento do turismo, seus efeitos e a possibilidade de suscitar mudanças socioantropológicas e econômicas de grande vulto. O presente texto tem por objetivo destacar como o desenvolvimento e o desenvolvimento regional se relacionam na atualidade, na tentativa de provocar mudanças de várias ordens no contexto de sua implementação em uma região do país com características específicas, a região Amazônica.

TURISMO, DESENVOLVIMENTO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL

O turismo é processo e ação caracterizado por elemento estável permanente: a experiência provocada pelo deslocamento (e não qualquer deslocamento), pela *viagem*. A viagem é o elemento básico que compõe o turismo, e a experiência produzida pelas dimensões deslocamento, tempo e espaço está presente em uma série de estudos (MACCANNELL, 2003; URBAIN, 1993 e 2011; BOORSTIN, 1971; FIGUEIREDO, 2010). Dessa forma é possível pensar na característica do turismo como relacionado com o advento da sociedade moderna, haja vista que no seio do capitalismo as viagens por lazer se intensificam, não que não tenham ocorrido antes, no entanto é nessa chave que tal tipo de experiência se fortifica e tem a seu favor os “ventos” do consumo nascente.

A sociedade de consumo propulsiona o turismo, e ele é motor dessa mesma sociedade de consumo. A quantidade de elementos que fazem parte dessa *praxis* diz respeito à elaboração de um *organum* constante, que relaciona o fenômeno/atividade às possibilidades de mudança social em um campo.

O campo do turismo diz respeito a todos os agentes que o compõem e seu estudo depende de igual forma de um campo científico do fenômeno turístico, em consolidação e em luta pelo monopólio da competência e da expertise (BOURDIEU, 1976). Para Bourdieu (1984), o campo é o espaço estrutural de posições e suas relações. Essa rede de interconexões é ativada pelos agentes que configuram esse espaço e seus limites. Os agentes em campo jogam o jogo das relações sociais e de poder a partir da competência para estar no campo, pelos *habitus* constituídos que dão condição aos mesmos de disputarem os poderes no campo.

Bourdieu ressalta as posições sociais no campo como objetivas e determinadas, e que há uma intrincada trama de disputas a partir das quais se utilizam capitais (sociais, culturais, simbólicos) para corroborar essa disputa, no conflito inerente ao campo, na luta e no consenso mesmo que ilusório

(BOURDIEU, 1984). Os agentes estão em posições que podem representar dominação, subordinação, homologia etc. sendo possível identificar portanto uma série de campos, muitos analisados pelo próprio Bourdieu, do campo científico ao jurídico.

Pensar em um campo do turismo ou um campo turístico quer dizer identificar a relação de dois campos que se sobrepõem e se interconectam, o campo turístico propriamente dito e o campo científico do turismo, que ao estruturar conceitos e categorias interfere indubitavelmente na prática. Os elementos do campo turístico tangenciam as percepções do fenômeno e da atividade turística em redes, sistemas, cadeias, mas acima de tudo, percebe seus agentes em disputa, em campos opostos, em estratégias de acumulo de capitais para alicerçar suas posições vencedoras e capazes de garantir reprodução. Os agentes em campo são representados pelos turistas e pelas comunidades receptoras, protagonistas do drama social. São dinamizados pelas empresas hoteleiras, transportadoras e operadores, pelas instâncias governamentais, pelas associações da sociedade civil e por organizações não governamentais (mais as novas formas coletivas do turismo e da viagem atual) (FIGUEIREDO, 2015).

Os agentes do campo turístico atuam no sentido de a viagem ser realizada com dividendos a todos eles, entretanto o campo normalmente é organizado e estruturado a partir da dominância da instância governamental, que, dependendo das forças em disputa e da feição da política, definem as posições dominantes. Esse movimento é alimentado pelo ideário do desenvolvimento.

O debate é enorme e é impossível a densidade necessária em poucas linhas, mas é preciso ressaltar alguns aspectos, como a ideia de desenvolvimento como um processo de transformação econômica, política e social, por meio do qual o crescimento do padrão de vida da população tende a tornar-se automático e autônomo. Um processo social global, em que as estruturas econômicas, políticas e sociais de um país sofrem contínuas e profundas transformações (BRESSER-PEREIRA, 1968). A transformação é do padrão de vida da população, mesmo que isso seja uma questão complexa e indique uma análise relativizadora das questões culturais, inclusive bem apontadas por Celso Furtado (FURTADO, 1974). O processo teria como ponto de partida o crescimento econômico e como os recursos desse “crescimento” seriam usados nas melhorias sociais. Em outro sentido, o processo é evidenciado como forma de reprodução social do grupo dominante, provocando transformações e destruição do meio ambiente e as relações sociais, com o objetivo de aumentar a

produção de mercadorias, portanto na chave da reprodução do capital (RIST, 2001).

A ideia de Rist (2001) se distancia das ideias de desenvolvimento sustentável e endógeno por exemplo, já que o desenvolvimento estaria relacionado sempre com a exploração. Nesse sentido, o desenvolvimento endógeno não teria sentido, mesmo discursos corretos de que “atende as necessidades e demandas da população local através da participação ativa da comunidade envolvida. Mais do que obter ganhos em termos de posição ocupada pelo sistema produtivo local na divisão internacional ou nacional do trabalho, o objetivo é buscar o bem-estar econômico, social e cultural da comunidade local em seu conjunto” (BARQUERO, 2001, p. 39).

No caso do turismo, o entendimento mais consensual diz respeito a possibilidade que ele tem de melhorar os padrões de vida da população. O padrão de vida da população seria também marcado pela ideia de aumento do bem estar, para além do aumento simples da renda *per capita*, então o turismo produziria uma possibilidade adicional para esse aumento, com investimentos em capital para a produção. A ideia de que o desenvolvimento é motriz do campo turístico está nos principais estudos acadêmicos sobre turismo no século passado, e permanece até hoje induzindo políticas e ações.

Sessa (1983) por exemplo, assegura os benefícios do turismo para “regiões subdesenvolvidas de países industrializados”, e principalmente, para “países em via de desenvolvimento” ou do “terceiro mundo”. A partir da noção de polos (PERROUX, 1967) e de estudos neoclássicos, a crença da quebra do “círculo vicioso” da pobreza, e sua atenuação (SESSA, 1983) até hoje pauta os documentos mundiais do setor (CNUCED, 1973; WTO, 2004) e é mote dos programas mundiais, nacionais e regionais de desenvolvimento do turismo. Os polos turísticos seriam formados por um conjunto de unidades motrizes indutoras de consumo, em agregados de atividades produtivas, multiplicadores e aceleradores do crescimento harmonioso.

O campo das relações socio-ambientais-econômicas do turismo demonstra a complexidade do fenômeno em lidar com dois aspectos importantes e impactantes pelas suas características primordiais: o deslocamento (viagem e mobilidade) e a co-presença (estar junto, espaço público, diversidade e mobilidade). Provocar ao mesmo tempo o deslocamento como viagem, e a inerente estrutura e ambiente situacional desse deslocamento, inclui no campo a dimensão da mobilidade traduzida em deslocamentos apresentados

na ruptura da territorialidade. No caso do desenvolvimento regional, o campo oriundo dessas duas práticas sociais e seus efeitos, provocaria a possibilidade de reorganização dos efeitos do desenvolvimento, em prol de uma equidade entre as regiões, por meio do desenvolvimento dos destinos turísticos.

Dentre as preocupações com a relação turismo e desenvolvimento, algumas questões aparecem como recorrentes em investigações de cunho mais crítico.

- 1) Relação rural-urbano: uma grande questão e um grande desafio, a interpenetração dessas dimensões faz com que o desenvolvimento do turismo e o turismo como fator de desenvolvimento apareçam como questões relativas, que precisam ser observados sob aspectos socioculturais, econômicos e espaciais dessa relação. Nesse caso, é preciso respeitar e incentivar a manutenção das diversidades, mas também não se pode impedir mudanças dentro da chave do desenvolvimento ocidental em prol de “não macular a mercadoria turística”.
- 2) Participação, organização da arena pública, do campo social que entram em campo os agentes de disputa, e a quem interessa certos projetos de turismo e como ele deve estar circunscrito ao controle social e aos benefícios antes de mais nada, à efetiva diminuição de desigualdades em sociedades muito desiguais, regionalmente, sempre observando as particularidades regionais. Os parâmetros devem mudar obviamente mas isso não pode servir de desculpa para impedir populações locais, tradicionais etc de acessar bens e serviços que uma parte da população acessa.

As regiões são classicamente definidas por um substrato cultural homogêneo, entretanto, definições externas à própria região também podem ser observadas, como por exemplo regiões que são tratadas como periféricas, fronteiras, ou ainda não desenvolvidas pelo poder central. Isso resulta em um ímpeto em provocar o equilíbrio e portanto dar oportunidades iguais a todas, deixando as diversidades culturais promover as diferenças internas do processo.

A região é comumente abordada como homogeneidade, isso quer dizer que são características semelhantes que fazem as áreas próximas se aglutinarem isso quer dizer que há uma série de movimentos de organizadores e funcionais. Segundo Aydalot (1987) grande parte da ideia de região vem da interpretação exógena de cunho econômico interessada em mercados, os mercados estabeleceriam inicialmente tais regiões. Entretanto, esse substrato espacial e econômico se relacionaria também com uma dimensão sociocultural

e de identidade e territorialidade influenciadoras do mercado, com irradiações das aglomerações urbanas.

Seriam então: a zona de cobertura de serviços dada a partir de uma grande cidade; a zona de polarização em torno dessa cidade (o crescimento das trocas sendo essas superiores àquelas que se observa entre um ponto qualquer dessa zona e uma outra grande cidade); uma zona homogênea sob o ponto de vista linguístico e sociocultural e uma zona homogênea quanto às divisões administrativas (AYDALOT, 1987, p. 205).

Mas porque entender a ideia de região lançado mão das relações entre os campos científicos distintos e as disputas sobre uma “autoridade sobre a divisão”, sobre o monopólio “*du dâcoupage*”? O conceito região traz uma dupla informação, ao mesmo tempo indica concretude dos fenômenos sociais identitários que dividem grupos e indica de igual forma a decisão sobre a repartição arbitrária do contínuo. Segundo Bourdieu, a região é uma categoria produzida na disputa por esse monopólio, intensificada pelas políticas de regionalização, pelo ordenamento do território, e por que não dizer pelo planejamento do desenvolvimento. Na relação entre a lógica da ciência e a lógica da prática, é preciso buscar critérios objetivos de identidade regional e étnica, que inicialmente sugerem “*le dâcoupage*”. Essa relação é a da “luta pela definição da identidade ‘regional’ ou ‘étnica’”, das classificações, incluindo no real a representação do real, as imagens mentais e as manifestações sociais que manipulam as imagens mentais (BOURDIEU, 1980)

O nascimento de uma região para além do espaço geográfico é o entendimento de uma divisão sendo construída, em função inicialmente de identidades étnicas ou regionais a respeito de propriedades (estigmas, emblemas), impondo-se divisões no mundo social. São princípios de di-visão engendrando visões do mundo social. Características que quando se impõem ao restante do grupo realizam o sentido e o consenso sobre o sentido, fazem então a realidade do grupo e finalmente circunscrevem a região.

Para Azevedo (2014) o desenvolvimento regional pressupõe necessariamente expansão das liberdades individuais e grupais de um dado território e/ou região, fomento à participação social no processo de tomada de decisões políticas, públicas e coletivas, portanto, empoderamento das populações locais/regionais, acessibilidade plena a políticas e programas, por conseguinte, aos serviços que garantem o suprimento pleno das necessidades básicas e vitais dos indivíduos, logo, pressupõe garantias ao estado de bem-estar social, valorização

das potencialidades locais e regionais no que se refere às dimensões social, econômica, política, técnica, cultural e ambiental, de modo que a riqueza aí existente sirva para garantir as melhorias nas condições do grupo, e o suprimento das necessidades coletivas e individuais (AZEVEDO, 2014, p. 95).

Na Amazônia, após a criação da Embratur, a Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM) como incentivadora do desenvolvimento, com políticas públicas e financiamentos, encampou o tema do turismo e começou a elaborar planos, programas e projetos e a pensar de forma mais intensa a promoção da atividade com o argumento forte de associação entre turismo e desenvolvimento, aporte em debates clássicos de Sessa (1983) e Kadt (1979).

Na direção do desenvolvimento gerado pelo turismo como distribuidor de renda, concebeu-se o PRODETUR, o PROECOTUR, e outros programas da política pública de turismo. Os planos plurianuais de turismo são produzidos. Na Amazônia os planos surgem em 1977 e desde então vem sendo realizados inicialmente pela Sudam e depois pelos governos estaduais, e ministérios (meio ambiente, comércio, cultura). As questões relacionadas ao ecoturismo como alternativa para a Amazônia, e as políticas públicas da Embratur, Sudam e Ministério do Turismo, já estudadas em Figueiredo (1999) e Nóbrega (2012) são permanentemente rerepresentadas em novos modelos de planos e de desenvolvimentos até chegar na regionalização e nos roteiros atuais.

POLÍTICAS PÚBLICAS DE TURISMO NA AMAZÔNIA E PLANEJAMENTO DO SEU DESENVOLVIMENTO

Amazônia Legal³ abrange 58,9% do território brasileiro contra 41,1% no montante das demais regiões do território nacional e dentro da divisão regional brasileira forma com a maior parte desses estados a Região Norte do Brasil. Essa Região faz parte do “Domínio Morfoclimático Amazônico”. É uma região com uma grande hidrografia, sendo o Amazonas o maior e mais importante dos rios, com inúmeros afluentes (ALVES; CARVALHO; LASMAR, 1990). Mas não se pode pensar na Amazônia como brasileira, pois

3 Compreende o recorte territorial estabelecido no Art. 2º da Lei no 5.173, de 27 de outubro de 1966, modificado pelo Art. 45 da Lei Complementar n.º 31, de 11 de outubro de 1977. Os estados abrangidos pela Amazônia Legal são Acre, Amapá, Amazonas, Mato Grosso, Pará, Rondônia, Roraima e parcialmente Tocantins, Maranhão e Goiás (IBGE, 2011)

a chamada Pan-Amazônia inclui áreas do Peru, Equador, Bolívia, Colômbia, Venezuela, Guiana, Guiana Francesa e Suriname.

A Região ainda abriga a maior floresta tropical do mundo, correspondendo a 1/3 das florestas tropicais úmidas do planeta, e estima-se que ela detenha a maior biodiversidade e banco genético do planeta e 1/5 da disponibilidade mundial de água potável. Cerca de quatro milhões de quilômetros quadrados da Amazônia brasileira eram originalmente recobertos por florestas.

O processo de desmatamento acentuou-se nas últimas quatro décadas, concentrado nas bordas sul e leste da Amazônia Legal, área denominada por arco do desmatamento (IBGE, 2011). A vegetação local é bastante diversificada, representada principalmente pela Floresta Equatorial, possuindo uma enorme quantidade de espécies de madeira de alto valor econômico. Há inúmeras atividades de extração vegetal como a de Castanha-do-Pará e a do látex da seringueira (*hevea brasilienses*) que origina a borracha.

Nas décadas entre 1950 e 2000, com as políticas de incentivo para a ocupação humana que permitiram o avanço da fronteira agrícola, e os grandes projetos de infraestrutura e mineração, 17% da cobertura florestal foi perdida (IBGE, 2011). A antropização e os índices de desmatamento vêm ocorrendo, predominantemente, pela substituição da cobertura natural por pastos para pecuária extensiva e agricultura, com a extração prévia das madeiras de lei.

Os impactos ambientais da derrubada da vegetação e posterior queima da área permeiam os meios biótico, abiótico e antrópico. Apesar de todos os esforços no intuito de controlar estes impactos e o avanço do desmatamento, em tentativas de implementar o uso racional sustentável do solo e dos recursos, o que se vê ainda é a fragmentação da floresta com todas as suas consequências sociais e ambientais.

A formação social e econômica da Região Amazônica é marcada inicialmente pelo domínio do ecossistema florestal e do extrativismo, depois por meio da conversão deste ecossistema em grandes áreas agricultáveis (principalmente monocultura) e extensas áreas voltadas à produção da pecuária, paralelamente à exploração mineral de jazidas de ferro, de gás e de petróleo e, finalmente, com a domesticação de determinadas espécies vegetais com alto valor comercial. Nesse quadro, as complicações sociais foram e ainda são marcantes em vários pontos da região.

Vários ciclos econômicos foram gerados, passando pelo período das “Drogas do Sertão” no qual a mão de obra indígena foi primordial para o

desenvolvimento da cultura de produtos como a extração da madeira, borracha, castanha e cacau; até a pecuária e o cultivo da soja mais recentemente, incrementado pela migração de povos do sul e centro sul do território brasileiro. Nas primeiras décadas do século XIX, um grande fluxo de imigrantes nordestinos começou a chegar à Região, e a economia regional experimentando uma ligeira movimentação com a exportação do cacau, seguida das culturas do açúcar, algodão, tabaco, arroz e café, tendo os principais portos consumidores na Europa. Ao mesmo tempo, desenvolveu-se uma manufatura artesanal com os curtumes, os engenhos de produção de farinha, sabão, entre outros (SARGES, 2000).

Os elevados índices de extração da borracha possibilitaram grandes transformações infraestruturais para a população amazônida durante o início do século XX. Nesse contexto, algumas cidades da região, como Belém, Manaus, Santarém e Porto Velho assumiram uma posição de destaque com o advento do beneficiamento da borracha. Parte de um certo “desenvolvimento” social e econômico da região se deu nas primeiras décadas do século XX e criou elementos que depois se transformaram em atrações para o turismo.

As ideias relacionadas ao desenvolvimento regional e a efetiva entrada da Amazônia nesse circuito, inclusive com a perspectiva de integração nacional, são condizentes com uma preocupação com a diversificação da base produtiva local, pautada do debate do nacional desenvolvimentismo brasileiro desde meados do século passado (D'ARAÚJO, 1992). Esse cenário é coroado com a criação da Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia (SPVEA), em 1953.

A partir daí o desenvolvimento, seu planejamento e a integração nacional tronam-se cada vez mais concretos. O Plano de Metas do Governo Juscelino Kubitschek traria ações que incidiriam sobre o desenvolvimento regional, a exemplo a construção da rodovia Belém-Brasília. Os governos ditatoriais militares incorporaram cada vez mais essa ideia e as políticas de integração e desenvolvimentismo continuaram, principalmente no sentido de criar uma grande coesão nacional. A Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM) e a Superintendência da Zona Franca de Manaus (SUFRAMA) foram criadas respectivamente em 1966 e 1967 nessa chave.

Os Planos Nacionais de Desenvolvimento, PND I, II e III foram acompanhados de planos regionais para a Amazônia (PDA I - 1972/1974, PDA II - 1975/1979 e PDA III - 1980/1985). Após a implantação de algumas

políticas públicas, contempladas a partir desses planos de desenvolvimento, e exemplificadas por programas como o Polamazônia, os setores produtivos passaram a ser planejados de acordo com processos elaborados pela Sudam (SUDAM, 1972). Esses modelos reproduziram esquemas de desenvolvimento ligados ao aumento de desigualdades, exploração desenfreada dos recursos florestais e autoritarismo decisório.

Na década de 1980 ocorreriam mudanças significativas nos municípios da Amazônia, ocasionando um crescimento acelerado da população na zona urbana, das atividades comerciais, industriais e de serviços. Os ciclos mencionados anteriormente possibilitaram um incremento infraestrutural que, apesar de não ser o ideal para o desenvolvimento de diversos setores econômicos, proporcionou um aumento dos investimentos do Governo Federal, como a construção das rodovias federais (BR-163/Santarém-Cuiabá e BR-230/Transamazônica), aeroportos, portos, projetos de assentamentos humanos, que promoveram o crescimento das atividades econômicas, das comunicações e do transporte. Os planos continuaram a ser produzidos e o primeiro dessa fase inaugura a chamada “Nova República”, após anos de ditadura militar (BRASIL, 1986).

Atividades como mineração e agropecuária se intensificaram, as cidades alcançaram uma importância sem precedentes, inclusive as cidades médias, com o aumento de seus moradores (CASTRO, 2001 e 2009). Os índios e povos tradicionais sofrem impactos sistemáticos, e a região se transforma em fronteira para uma espécie de desenvolvimento regional, com tentativas insistentes em incorporar a sustentabilidade nos planos e na estratégia de desenvolvimento. Para Costa (2012), as trajetórias tecnológicas campesinas na Amazônia demonstram capacidades desse campesinato se reproduzir mediante uma noção de desenvolvimento regional, articulada geralmente por uma noção técnica de planejamento, que não reconhece por exemplo as diversidades dessas trajetórias.

As ações mais recentes, baseadas nos planos plurianuais, demonstram a mudança em direção à inclusão social e a diminuição de desigualdades, inclusive regionais, a partir de 2003. Para a Amazônia, o Plano Amazônia Sustentável (PAS) foi lançado em 2008 sob a ideia do desenvolvimento sustentável. Essa perspectiva é explícita no plano e representa um avanço pois reconhece as populações indígenas, quilombolas, tradicionais que produzem a região e dessa forma indica mudanças, mesmo que ainda com execução comprometida. A

visão desenvolvimentista regional agora é pautada pela sustentabilidade, pela diversidade e pela redução da desigualdade.

As políticas e ações em andamento na região sob orientação das diretrizes estratégicas do PAS são o Plano de Desenvolvimento Regional Sustentável para a Área de Influência da BR 163; Plano de Prevenção e Controle ao Desmatamento da Amazônia Legal (PPCDAM); Plano de Desenvolvimento Territorial Sustentável para o Arquipélago do Marajó (PA); Criação do mosaico de unidades de conservação no entorno da BR-163 e Terra do Meio; Programa Território da Cidadania. Assinam o Plano além da Presidência da República, os governos dos estados do Acre, Amapá, Amazonas, Maranhão, Mato Grosso, Pará, Rondônia, Roraima e Tocantins (BRASIL, 2008).

O turismo na Amazônia sempre foi visto com potencialidade e entusiasmo pelo planejamento do desenvolvimento regional, ora pensado como complemento às atividades ditas tradicionais, articulando-se com a vida dos camponeses e ribeirinhos na agricultura familiar, extrativismo e pesca, ora como verdadeira alternativa a empreendimentos impactantes, como grandes projetos mineradores e agropastoris.

A preocupação com o ordenamento, controle e planejamento do turismo no Brasil tem seu marco como a criação da Empresa Brasileira de Turismo, Embratur em 1966, após do golpe militar de 64, iniciando-se aí mesmo que timidamente as políticas públicas para esse campo. Uma política nacional de turismo é esboçada com o objetivo de fomentá-lo como atividade econômica (EMBRATUR, 1977). A partir da década de 90, no auge do liberalismo, são lançados a Estratégia para Desenvolvimento do Turismo no Brasil (1990) e o Plano Nacional de Turismo – PLANTUR (1992), agora pela Embratur transformada em Instituto. As estratégias obviamente dizem respeito a uma ampliação e melhoria dos meios de hospedagem, captação de recursos e bolsa de negócios (EMBRATUR, 1992).

No discurso dos empresários e políticos, a melhoria da infraestrutura, o marketing e a geração de renda e emprego são o mote do apoio a essas pretensões, inclusive com a tentativa de aumentar a demanda e reverter quadros negativos. Nesse período o Estado cria bases para uma política de Ecoturismo, cujas principais orientações realçavam o desenvolvimento da atividade de forma planejada, compatível com um *desenvolvimento sustentável* (EMBRATUR/IBAMA, 1991 e 1994).

Também e não menos importante, o Programa Nacional de Municipalização do Turismo é criado, a partir da Política Nacional de Turismo (1996 – 1999), como a principal e mais arrojada (e talvez volátil) experiência de política pública nesse campo, articulando de igual forma os preceitos do desenvolvimento sustentável no que se refere à participação das comunidades nos processos de planejamento e a descentralização das ações, por meio a criação de conselhos, planos municipais e fundos de investimento municipal.

A partir de então, vários planos nacionais são produzidos, muitas políticas são colocadas em prática, e em janeiro de 2003, é criado o Ministério do Turismo (MTUR). Na ocasião foi lançado o Plano Nacional do Turismo (PNT), baseado em premissas como: parceria e gestão descentralizada; desconcentração de renda por meio da regionalização, interiorização e segmentação da atividade turística; diversificação dos mercados, produtos e destinos; inovação na forma e no conteúdo das relações e interações dos arranjos produtivos; adoção de pensamento estratégico, exigindo planejamento, análise, pesquisa e informações consistentes; incremento do turismo interno; e, por fim, o turismo como fator de construção da cidadania e de integração social (BRASIL, 2003).

Em 2004, o Governo Federal por meio do MTUR lançou o Programa de Regionalização do Turismo – Roteiros do Brasil (PRT) com a ideia de que a organização de redes humanas locais operacionalizaria o programa como um todo. Sua proposição é baseada na interação entre os diferentes agentes no sistema econômico que resultaria em benefícios para a localidade e para a região, por meio da oferta de produtos e serviços com as características próprias de cada região (NOBREGA, 2012). O Plano Plurianual (PPA) 2004-2007, expôs a centralidade da política pública brasileira: a diminuição das desigualdades regionais e sociais; a geração de empregos e ocupação; e a geração e distribuição de renda.

O PRT recupera estratégias de planos anteriores e dos discursos influenciadores do planejamento estatal a partir da década de 90 como o planejamento integrado e participativo do turismo, e ainda a promoção e apoio à comercialização dos produtos e serviços turísticos. O planejamento participativo se estrutura principalmente no estímulo à criação de instâncias locais e regionais como, por exemplo, no formato de Conselhos Municipais, Fóruns Regionais e Grupos Gestores, cuja finalidade de criação é para subsidiar o processo de gestão no âmbito nacional e estadual.

Segundo o plano, a regionalização do turismo procura em vários sentidos a descentralização das ações, a revalorização dos lugares e territórios, à emergência do local com participação dos residentes. As parcerias dos sujeitos sociais entre regiões, municípios e comunidades surgem a partir da concepção e gerenciamento de roteiros turísticos, no entanto a prática que deveria envolver os agentes da cadeia produtiva do turismo de forma participativa encontra entraves comuns às tentativas de incentivar autonomia na sociedade.

O plano apresenta também o sentido da roteirização, compreendida como processo que propõe aos agentes, orientações para a formatação de roteiros turísticos, na integração e organização dos atrativos, equipamentos, serviços turísticos e infraestrutura, o que resultaria em uma maior consolidação dos produtos de determinada localidade ou região, e ainda, acabaria conferindo maior uso turístico às atrações dispersas, e que possivelmente, dada a essa dispersão e a não integração entre serviços e infraestrutura, podem receber um menor fluxo turístico. Roteiro seria então um itinerário caracterizado por elementos que formam sua identidade, ele é definido e estruturado para fins de planejamento, gestão, promoção e comercialização do produto turístico (MTUR, 2007).

Para a Amazônia, os planos de turismo aparecem ainda no governo autoritário em 1977, um inventário das atrações e potencialidades (SUDAM, 1977). A partir de então, várias ações e propostas de planejamento seriam implementadas. Em dezembro de 1997 foi lançado o documento Estratégia para o Desenvolvimento Integrado do Ecoturismo da Amazônia Legal, e com ele, o Programa de Desenvolvimento do Ecoturismo na Amazônia Legal – Proecotur. O Proecotur representaria a possibilidade de implementação de ações efetivas para o desenvolvimento do turismo, juntamente com a elaboração dos Planos de Desenvolvimento Integrado do Turismo Sustentável (PDTIS) sugerindo estratégias para os estados da Amazônia. Nesse movimento são definidos 15 polos de ecoturismo, entre eles o Polo Vale do Acre (AC), Polo Amazonas (AM), Polo Sateré (AM), Polo Floresta dos Guarás (MA), Polo Amazônia Mato-grossense (MT), Polo Tapajós (PA), Polo Marajó (PA), Polo Rondônia (RO), Polo Cantão (TO), Polo Jalapão (TO), Amapá (AP) e Roraima (RR), abrangendo 152 municípios da Amazônia Legal (MMA, s/d).

O Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae) torna-se parceiro até hoje dessas estratégias, com o intuito de fortalecer o empreendedorismo e a perspectiva empresarial. O Plano Amazônia Sustentável

trata do turismo percebendo-o como atividade econômica, entendendo-o como econegócio e serviço ambiental, e apontando o mesmo nas diretrizes estratégicas do PAS como possibilidade produtiva sustentável, com inovação e competitividade, mais especificamente o turismo sustentável e ecoturismo, aliados ao manejo florestal, à produção agropecuária, a utilização econômica da fauna (pesca, aquicultura, etc), à produção mineral, e à produção industrial. Atenta como de costume para o “engajamento das comunidades autóctones no processo de desenvolvimento do setor”, e reforça os chamados “microempreendimentos” (BRASIL, 2008). Os objetivos são baseados no PRT, em planejar e formatar roteiros e produtos turísticos sustentáveis e promover sua comercialização nos mercados nacional e internacional.

Foram e são muitos os agentes que forma o campo das práticas turísticas na Amazônia, desde instituições como Sudam, Ministérios (Meio Ambiente, Turismo, Integração Nacional), Embratur, Ibama, Governos Estaduais, Organização dos Estado Americanos, Sebrae, até mesmo ONGs que atuam como catalizadores de experiências inovadoras de turismo, como o turismo de base comunitária. Os turistas no campo são pensados geralmente como consumidores, e outros agentes são definidores dos rumos e da feição que o turismo ganha na região: os empresários. Essa classe na verdade é responsável pela dinamização da atividade econômica turismo, na hotelaria, agenciamento, alimentação, transportes e outras atividades.

TURISMO NA REGIÃO AMAZÔNICA

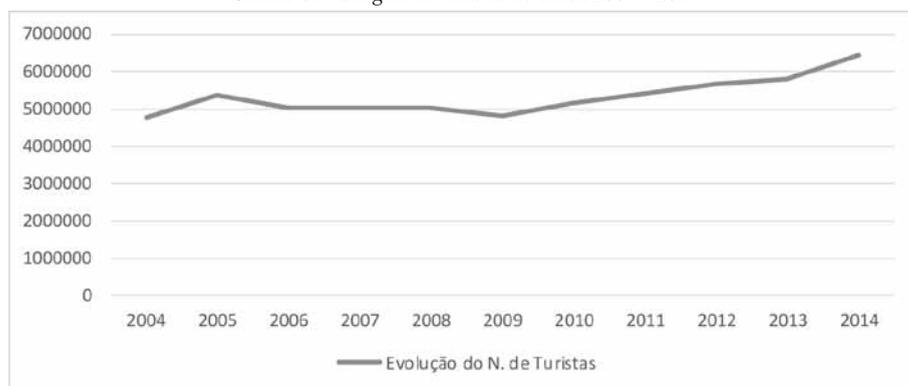
No âmbito local, Figueiredo (1999a; 1999b; 2008; 2009) e Nóbrega (2007; 2008; 2012), estudaram as principais características do desenvolvimento do turismo na Amazônia e apontam questões recorrentes em várias décadas de implementação do turismo. Os impactos do turismo não podem ser desmerecidos e, sua sobrevivência como atividade econômica organizada depende principalmente das políticas públicas e das relações com mercados internacionais. Outros estudos de igual importância desvelam as principais características e especificidades das práticas turísticas nessa região, como é o caso de Albreton (2000), Tavares (2009), Faria (2005), Vasconcelos (2009), Sousa e Tello (2013), São Pedro Filho (2013), Costa Novo (2011) e Doria e Azevedo-Ramos (2007).

A dependência das práticas turísticas da atividade econômica turismo *a priori* é dada pela composição de feição de um *campo*, das relações das cadeias

produtivas, impactos, segmentações de mercado e da formação de redes. Tal qual outras atividades econômicas, e tal qual fenômeno de grandes mobilidades humanas, as mudanças sociais advindas são inúmeras, e se chocam com as formas camponesas, com imaginários caboclos, com a cultura diversa da Amazônia.

Além disso, a preocupação das políticas públicas em dotar a região de serviços básicos como saneamento, transportes públicos, saúde, educação, entretenimento e lazer, se encontram com as políticas específicas para o turismo, como a disponibilização de serviços aos visitantes face ao expressivo aumento de turistas provenientes de várias regiões brasileiras e internacionais, evidenciadas no gráfico 01 com a entrada de mais de 6 milhões de turista no Brasil em 2014.

Gráfico 01- Chegada de turistas no Brasil 2004 a 2014



Fonte: Mtur, 2014.

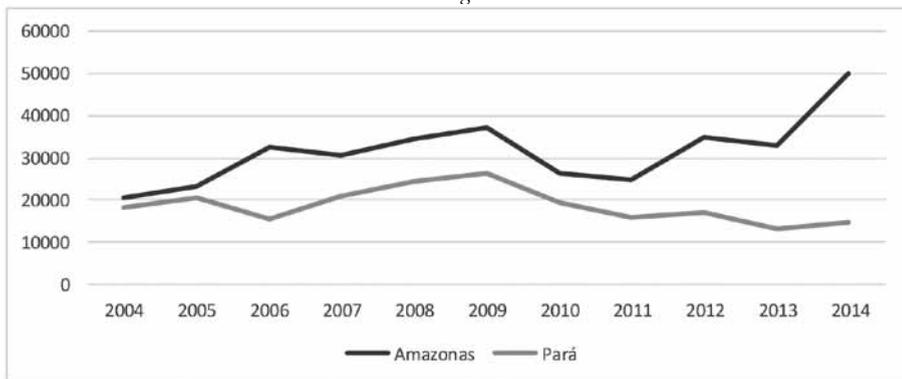
As visitas à Amazônia são recorrentes durante toda a ocupação europeia na região. Cronistas, e depois viajantes naturalistas foram com suas viagens dimensionado o que seria chamado de “Amazônia” e não foram poucos. De La Condamine a Louis Agassiz, empreenderam viagens de pesquisa e exploração, compondo um mosaico de livros com informações preciosas (FIGUEIREDO, 2010).

A hotelaria se formou na região com os primeiros hotéis de grande porte nas capitais e durante o século XX a estrutura do turismo amazônico começou a se consolidar, com a abertura de agências de turismo e de organizadoras e eventos, além das operadoras turísticas locais e regionais, braços das grandes empresas nacionais e internacionais. A implantação do curso de Bacharelado em Turismo na Universidade Federal do Pará em 1975 reforçou

a estrutura e os esforços de desenvolvimento do setor, com mão de obra e estudos e pesquisas iniciais, capitalizadas pelos órgãos públicos dos estados amazônicos.

Os municípios de Manaus e Belém são os que apresentam as principais estruturas e organizações da região, inclusive como vetores de fluxos de visitantes e de fluxos de investimento para as outras cidades e para algumas zonas rurais e costeiras. Santarém também possui um papel de destaque na engrenagem, se consolidado aos poucos como destino receptor. Além disso, as capitais, mais Santarém, são emissores de turistas regionais para municípios da própria região, aspecto importante na dinamização da economia regional quase sempre esquecido nas análises, planejamentos e estudos acadêmicos. Os aeroportos da região, principalmente Belém e Manaus, recebem voos internacionais regulares das empresas Delta, Surinam, Copa, Tam, Tap (Panamá, Atlanta, Miami, Lisboa, Paramaribo, Georgetown e Caiena). Esses fluxos podem ser percebidos no Gráfico 02, com a entrada de turistas estrangeiros no Pará e no Amazonas.

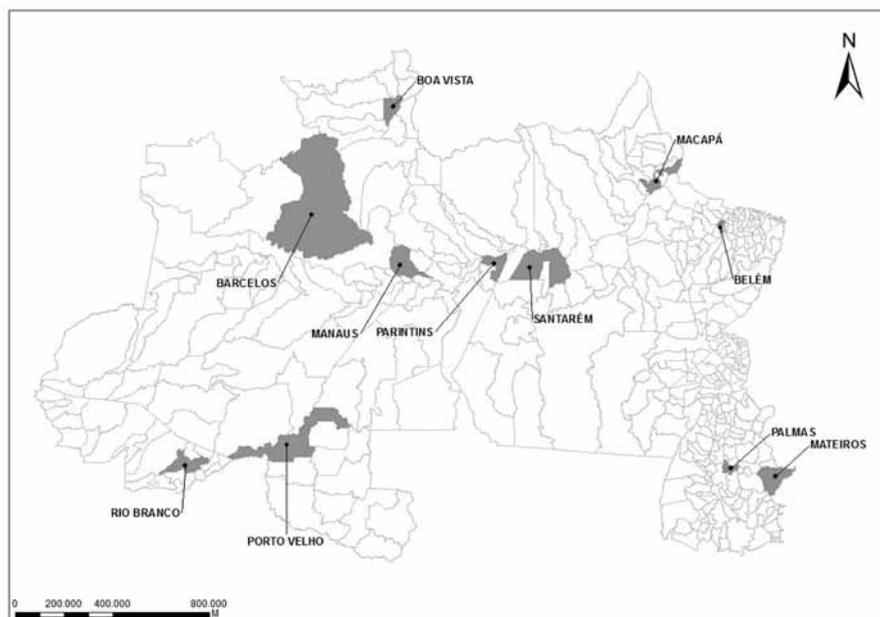
Gráfico 02 - Turistas estrangeiros no Amazonas e Pará



Fonte: Mtur, 2014.

Recentemente, alguns municípios da Região Norte foram titulados pelo MTUR como destinos referência em ecoturismo no território nacional. O título direcionado à Boa Vista (RR), Barcelos, Manaus e Parintins (AM), Rio Branco (AC), Porto Velho (RO), Macapá (AM), Palmas e Mateiros (TO) e Belém e Santarém (PA), na verdade é um estímulo do MTUR para desenvolver diferentes segmentos no Brasil e, como a Região Amazônica traz em um apelo voltado principalmente ao segmento ecoturístico, esses municípios poderiam se transformar de “destino indutor” para uma “referência em ecoturismo” no território brasileiro.

Figura 01 – Destinos Indutores Região Norte



Fonte: Mtur, 2013

O Estado do Amazonas é consolidado na recepção de turistas interessados no ecoturismo e nas florestas, e acabou concentrando as mais conhecidas estruturas para tal utilizando as matas do entorno de Manaus, como hotéis de selva e hotéis ecológicos (*lodges*), barcos ecológicos, roteiros ecoturísticos etc, subsidiado por uma propaganda massiva e segmentada nos principais países emissores (LOBATO NETO, 1999). Outras atrações do Amazonas são o festival folclórico de Parintins, as cavernas do município de Presidente Figueiredo, o encontro das águas do rio Negro com o Rio Amazonas, a pesca no município de Barcelos e as experiências de base comunitária e de ecoturismo em Silves e Mamirauá (MELO; ARAUJO-MACIEL; FIGUEIREDO, 2015; SOUSA; TELLO, 2013; COSTA NOVO, 2010; VASCONCELOS, 2009).

No estado do Pará, a vila e praia de Alter-do-Chão, a Festa do Sairé, o Círio de Nazaré, a Ilha de Marajó, a arte rupestre de Monte Alegre, as experiências ecoturísticas na Floresta Nacional do Tapajós e na Reserva Extrativista Tapajós-Arapiuns, e os centros de Belterra e Fordlândia consolidam as principais atrações no turismo nacional e internacional, além das praias do litoral

atlântico para o turismo regional (NÓBREGA, 2012; FIGUEIREDO, 2009; TAVARES, 2009, SILVA, 2005).

Outras atrações fazem parte das estratégias de turismo regional dos demais estados, como a cidade de Macapá, a pororoca no Amapá, os rios Madeira e Guaporé em Rondônia etc.

A pesquisa de Aubreton (2000) já demonstrou entre os passageiros de cruzeiros pelo Rio Amazonas e nos passeios pelo entrono de Manaus que a maior parte dos turistas que buscam a região Amazônica não só tentam aumentar seus conhecimentos sobre a região, mas também ter contato com as comunidades e a realidade amazônica. Se consideram também importantes na geração de renda dessas comunidades. Nesse sentido o aumento do públicos nos parques nacionais e a preparação de áreas protegidas para a recepção de turistas tem sido permanentemente elemento dos planos e programas de incremento do turismo na Amazônia.

DESENVOLVIMENTO E PARTICIPAÇÃO

A Região Amazônica pode ser vista como um resultado do desenvolvimento desigual e combinado, caracterizada pela inserção na divisão nacional e internacional do trabalho e pela associação das relações de produção distintas. Para Corrêa (1986), esse processo é resultado da efetivação dos mecanismos de regionalização sobre um quadro territorial já previamente ocupado, caracterizado por uma natureza já transformada, heranças culturais e materiais e determinada estrutura social e seus conflitos. Os trabalhos de Castro (2001 e 2009) e Costa (2005 e 2012) também evidenciam essa condição, e apontam para uma relação complexa entre uma situação de dependência do capitalismo mundial e de autonomia a esse mesmo capitalismo, produzindo formas diferenciadas do campesinato e de urbanidades.

No campo da gestão pública do turismo, o setor vem se mostrando mais estruturado se comparado às últimas 3 décadas, com a contratação de profissionais com formação específica em turismo e com a criação de secretarias municipais e instâncias de governança regionais e estaduais, porém, ainda com uma baixa autonomia e um grande déficit orçamentário para garantir o planejamento e gestão capazes de impulsionar o desenvolvimento regional do turismo. Os cursos superiores de turismo tiveram e têm papel fundamental não só na formação de mão-de-obra, mas também na estruturação de um

pensamento mais crítico sobre os modelos desenvolvimentistas escolhidos pelas instâncias estaduais e municipais da Região.

As lógicas do desenvolvimento regional e da regionalização têm sido importantes no planejamento e políticas para a Amazônia e desde a criação do MTUR em 2003 as ações públicas que impulsionaram a atividade turística no âmbito federal estiveram dentro dessa chave, por meio do PRT. O programa evidencia dessa forma a descentralização das ações, a revalorização das regiões e territórios, e a emergência da dimensão local com participação dos residentes. As parcerias estratégicas entre os agentes e entre regiões, municípios e comunidades são esperadas a partir da concepção e gerenciamento de roteiros turísticos, no entanto, essa prática não é considerada para a efetiva implementação dos projetos, pois ainda vivenciamos na sociedade brasileira decisões públicas enraizadas em uma história de práticas extremamente centralizadoras. Mas não é só isso.

Há um direcionamento de ruptura com a concepção tradicional do estado, como núcleo praticamente exclusivo de representação, planejamento e condução da ação pública, mas ao mesmo tempo, uma incapacidade técnica de incorporar modelos híbridos de planejamento nesse desenvolvimento (NÓBREGA, 2012). As redes de políticas representariam uma nova modalidade de coordenação e gestão de políticas voltadas ao desenvolvimento. São as instituições híbridas que representariam a negociação de vários interesses, envolvendo associações reivindicativas, movimentos sociais e indivíduos que fortaleceriam a cidadania, e rompendo com os paradigmas clássicos da administração pública e interferindo no controle absoluto do capital nas proposições do desenvolvimento regional.

Arenas públicas com esse viés contemplariam muitos setores da sociedade, inclusive o turístico, de uma forma menos excludente e mais propícia a quebrar com as desigualdades sociais e regionais. Em função do uso da racionalidade política instalada em arenas que discutem democraticamente as melhores decisões no campo do planejamento e gestão do turismo, é possível perceber que as arenas que negociam o desenvolvimento turístico na Amazônia estão atreladas a um processo de agregação de preferências individuais incutidas pelos representantes legais, e não incorporaram ainda uma dimensão deliberativa *stricto sensu*, que envolve também a formação e a transformação das preferências na construção do consenso e na discussão do dissenso.

Além disso, acredita-se que as instâncias de governança são demasiadamente desestimuladas ao exercício da participação no processo de planejamento e gestão devido à sobreposição de ações desencadeadas pelo resultado de inúmeras tentativas fracassadas de políticas voltadas ao turismo na região desde a década de 1970, evidenciadas em Figueiredo (1999), Nobrega (2007, 2008, 2012), e Nóbrega e Figueiredo (2014).

O desenvolvimento do turismo na Amazônia é dependente do estado, e de sua articulação com o empresariado, mesmo que tenham crescido experiências de turismos alternativos (de base comunitária), e que a participação de outros agentes no campo do turismo (comunidades, Ongs) tenha sido ampliada e incentivada por programas como o PRT.

Há um indiscutível viés comercial na política, que incentiva a visão do turismo somente como atividade econômica e que atrapalha a promoção do tal desenvolvimento em uma perspectiva local/regional defendido pelo próprio programa, pois as ações não contemplam os preceitos do desenvolvimento endógeno, com equilíbrios econômico, social e cultural da comunidade local em seu conjunto por meio de uma participação ativa da sociedade, mas sim, atende aos interesses da reprodução do capital financeiro internacional.

Apesar dos pontos positivos levantados por Azevedo e Anastasia (2002) e Fleury (2002) e a partir da constituição de arenas públicas no processo de desenvolvimento do turismo na Amazônia, é evidente o papel e atuação do setor privado na reprodução do capital financeiro, em detrimento dos ganhos coletivos que deveriam atender todos os setores da sociedade.

As possibilidades de desenvolvimento regional ancorado no turismo e o próprio desenvolvimento do turismo não são efetivas, salvo algumas experiências. Portanto o turismo na Amazônia é marcado ainda pelo protagonismo de agentes como os poderes estaduais e municipais e o empresariado, configurando efetivamente posições de classe e de papéis econômicos bem delimitados pelo capital regional, nacional e internacional. Não há sequer luta em um campo dominado por objetivos claros referentes somente a aspectos econômicos.

Um número significativo de ações foi desenvolvido nos últimos anos. Programas como o PNMT, PROECOTUR e PRT mobilizaram empresários, população local e sociedade civil organizada, no intuito de conciliar interesses e estratégias para o desenvolvimento de localidades a partir do planejamento turístico. No entanto, o setor ainda precisa de ações efetivas de grande

expressão regional, capazes de gerar alterações positivas nas localidades atingidas pelos programas, além disso, é extremamente importante a realização de estudos mais aprofundados no sentido de compreender os impactos gerados por estas ações na dinâmica na Região Amazônica em especial, para compreensão da nova configuração dos sistemas produtivos nos quais os agentes sociais são protagonistas de ação desenvolvida tanto pelo Estado, por Ong's, como também pela iniciativa privada.

As ideias convergentes do desenvolvimento local, endógeno e sustentável e sua relação com o desenvolvimento do turismo necessitam alcançar uma dimensão para além da reprodução da desigualdade social e regional. É no jogo de disputas de um campo específico, o campo do turismo, que é possível perceber o reordenamento das estratégias de reprodução do *modus operandi* do sistema turístico, sem ainda ter sido possível a ruptura com os modelos que continuam a interferir nas políticas públicas e no desenvolvimento regional.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O conceito de turismo se reencontra com o conceito de viagem de duas maneiras, primeiro porque com a democratização das formas de viajar e com o avanço das rendas das classes trabalhadoras na renda dos países em desenvolvimento o acesso à viagem vem aumentando, e segundo, porque a chamada autogestão da viagem começa a ser uma realidade cada vez mais frequente. Mesmo que existam pessoas que precisem de profissionais para definir gostos, práticas e destinos, e incorporá-las a um *não-habitus*, a necessidade dos consultores de viagem vem aumentando e a participação dos sites da internet nas informações compartilhadas vem diminuindo a presença do clássico agente de viagens. Esses aspectos vêm modificando fortemente como o turismo deve ser visto pelos arranjos de planejamento público e pelas arenas estimuladas.

As ideias de desenvolvimento, desenvolvimento regional, e de desenvolvimento do setor turismo, com as atuais políticas de controle social e gestão compartilhada, ainda que com boas intenções, esbarram na perspectiva mercantil de encarar um fenômeno social de tal porte, nas dificuldades de construção da arena pública e da participação, fragilizando obviamente a governabilidade, e na difícil possibilidade de protagonismo das populações da Amazônia por exemplo.

Um campo que é dominado pela iniciativa privada, que é indutora dos processos de produção e consumo, se choca continuamente com a perspectiva

de entender o turismo como prática humana no campo do lazer, mesmo que o Plano de 2007-2010 seja “Uma viagem de inclusão” e que em 2013-2016 o reconhecimento da força do turismo interno esteja presente como item diferencial no novo Plano.

As experiências participativas por exemplo ganharam terreno na maioria das políticas públicas e nos projetos governamentais a partir da Constituição de 1988, além de alguns avanços na consulta popular sobre grandes empreendimentos de grandes impactos, como obras hidrelétricas, empresas de extração mineral e agropecuárias, que conflitam com padrões Amazônicos e modos de vida relacionados às populações tradicionais rurais, mesmo com a crescente urbanização da Região. Essas experiências se difundiram por instâncias municipais e estaduais, notadamente em gestões públicas de esquerda, e alternam implementações exitosas (FIGUEIREDO, 1998; BELÉM, 1998; PORTO ALEGRE, 2000) ou controversas, como a própria experiência do PNMT (ENDRES, 1999, NOBREGA, 2007). Na busca da autonomia da sociedade civil, chegam ao momento atual sempre incentivadas pelos estudos acadêmicos de políticas públicas e gestão democrática e de práticas de parte de gestores municipais, estaduais e até mesmo do Governo Federal. Mesmo a noção de decrescimento de Latouche (2011) está ancorada entre outras coisas numa democracia ecológica e econômica local, e na noção de autonomia.

Ainda que o as políticas públicas que promovem o desenvolvimento regional e do turismo estejam em constante aprimoramento e tragam avanços consideráveis no que tange às tentativas de diminuições de disparidades regionais e desigualdades sociais, o processo de planejamento e gestão do PRT não contempla uma transformação baseada nos preceitos do desenvolvimento regional, pois atende basicamente aos interesses da reprodução do capital financeiro internacional através da formação de produtos materializados em roteiros turísticos. Por fim, esses pretensos padrões de reprodução do capital se chocam cotidianamente com diversidades e com culturas.

REFERÊNCIAS

- ALVES, L. I. O., LASMAR, I. E., CARVALHO, R. M. *Espaço em Construção* – Vol 2. Belo Horizonte: Lê, 1990.
- AUBRETON, T. *Ecotourists in the brazilian amazon*. Miami, 2000 (mimeo.)
- AYDALOT, P. Le concept de région dans la définition de la planification régionale. *Revue Canadienne des Sciences Régionales*. X : 2, p. 203-214. 1987.

- AZEVEDO, F. F. *Desenvolvimento regional e potencial turístico no Seridó Potiguar*. Natal, RN: EDUFRN, 2014.
- AZEVEDO, S.; ANASTASIA, F. Governança, “Accountability” e Responsividade: reflexões sobre a institucionalização da participação popular em experiências desenvolvidas em Minas Gerais. *Revista de Economia Política*, v. 22, n. 1, 85, 2002.
- BARQUERO, A. V. *Desenvolvimento endógeno em tempos de globalização*. Porto Alegre: Fundação de economia e estatística, 2001.
- BELÉM. *Plano de turismo de Belém*. Belém, 1998.
- BOURDIEU, P. Le champ scientifique. *Actes de la recherche en sciences sociales*. Vol. 2, n°2-3, junho 1976. p. 88-104.
- BOURDIEU, P. *Questões de sociologia*. Lisboa: Fim de século, 1984.
- BOURDIEU, P. L'identité et la représentation [Éléments pour une réflexion critique sur l'idée de région]. *Actes de la recherche en sciences sociales*. Vol. 35, novembro 1980. p. 63-72.
- BOORSTIN, D. J. Du voyageur au turista: l'art oublié du voyage. In: Boorstin, D. J. *L'Image*. Paris: UGE, 1971.
- BRASIL. *Plano Amazônia Sustentável: diretrizes para o desenvolvimento sustentável da Amazônia Brasileira*. Brasília: MMA, 2008.
- BRASIL. I Plano de Desenvolvimento da Amazônia Nova República – 1986-1989. Belem, 1986.
- BRASIL. Ministério da Indústria, Comércio – MICT. Ministério do Meio Ambiente - MMA. *Diretrizes para uma política nacional de ecoturismo*. Brasília, DF, 1994.
- BRASIL. Ministério da Indústria, Comércio – MICT. Ministério do Meio Ambiente – MMA. *Ecoturismo: visitar para conservar e desenvolver a Amazônia*. Brasília, DF, 2002.
- BRASIL. Ministério do Turismo – MTUR. *Plano nacional do turismo: diretrizes, metas e programas – 2003-2007*. Brasília, DF, 2003.
- BRASIL. Ministério do Turismo – MTUR. *Plano nacional do turismo – 2007-2010: uma viagem de inclusão*. Brasília, DF, 2007.
- BRASIL. Ministério do Turismo – MTUR. *Anuário Estatístico de Turismo 2015 – Ano base 2014*. Brasília, 2015.
- BRASIL. Ministério do Turismo – MTUR. *Programa de regionalização do turismo – Roteiros do Brasil: módulo operacional 7 – Roteirização Turística*. Brasília, DF, 2010.
- BRESSER-PEREIRA, L. C. *Desenvolvimento e Crise no Brasil 1930-1967*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1968
- CASTRO, E. M. R. Estado e Políticas Públicas na Amazônia em face da Globalização e da Integração de Mercados. In: COELHO, M.C. et al. (Org.). *Estado e políticas públicas na Amazônia: gestão do desenvolvimento regional*. Belém: UFPA; NAEA, 2001, p.7-32.
- CASTRO, E. M. R. Urbanização, pluralidade e singularidades das cidades amazônicas. In: CASTRO, E. M. R. (Org.). *Cidades na Floresta*. 1ed. São Paulo: Annablume, 2009. p. 13-39.
- CNUCED. Conferência das Nações Unidas sobre o Comércio e do Desenvolvimento. *Les éléments de la politique du tourisme des les pays en voie de développement*. Nova York, 1973.
- CORREA, R. L. *Região e organização espacial*. São Paulo: Ática, 1986.

- COSTA, F. A. O Planejamento do desenvolvimento regional na Amazônia: pressupostos conceituais para uma nova institucionalidade. *Revista Amazônia*, Belém, v. 1, n. 1, p. 181-196, 2005.
- COSTA, F. A. *Formação agropecuária na Amazônia: os desafios do desenvolvimento sustentável*. 2. ed. Belém: NAEA, 2012.
- COSTA NOVO, C. B. M. O território do turismo de base comunitária na Amazônia: a experiência da pousada Aldeia dos Lagos em Silves - AM. In: ENCONTRO NACIONAL DE TURISMO COM BASE LOCAL, 11., 2010, Niterói, RJ. *Anais...*, Niterói, RJ, 2010, p. 1154-1172.
- COSTA NOVO, C. B. M. Turismo de base comunitária na região metropolitana de Manaus (RMM): caracterização e análise crítica. Dissertação. Mestrado em Geografia. Universidade de São Paulo. 2011.
- D'ARAÚJO, M. C. Amazônia e desenvolvimento à luz das políticas governamentais: a experiência dos anos 50. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. Rio de Janeiro, vol. 7, n. 19, jun. 1992. p. 40-55.
- DORIA, C.; AZEVEDO-RAMOS, C. *Ecoturismo na Amazônia, alternativa de renda para comunidades locais?* Porto Velho: EDUFRO, 2007
- EMBRATUR. *Ecoturismo na Amazônia, Região Circunvizinba de Manaus*. Brasília, 1977.
- EMBRATUR. *Política Nacional de Turismo, documento preliminar*. Brasília, 1977.
- EMBRATUR. *Diretrizes do programa nacional de municipalização do turismo*. Brasília, 1999
- EMBRATUR/IBAMA. *Diretrizes para uma Política Nacional de Ecoturismo*. Brasília, 1994.
- EMBRATUR/IBAMA. *Programa Ecoturismo, versão preliminar*. Brasília, 1991.
- ENDRES, A. V. *As mudanças da condução política do Estado e seus reflexos nas políticas públicas de turismo: uma análise do Programa Nacional de Municipalização do Turismo*. 1999. 133 f. Dissertação (Mestrado em Planejamento do Desenvolvimento) - Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Universidade Federal do Pará, 1999.
- FARIA, I. F. Ecoturismo: etnodesenvolvimento e inclusão social no Amazonas. *Pasos. Revista de Turismo y Patrimonio Cultural* (Online), v. 3, p. 63-77, 2005.
- FIGUEIREDO, S. L. Mecanismos de participação popular em turismo: a experiência da Belém do Pará. In: CORIOLANO, L. (Org.). *Turismo como Ética*. 1ed. Fortaleza: Ed. UECE, 1998. p. 374-389.
- FIGUEIREDO, S. L. *Viagens e viajantes*. São Paulo: AnnaBlume, 2010.
- FIGUEIREDO, S. L. *Ecoturismo, festas e rituais na Amazônia*. Belém: NAEA, 1999.
- FIGUEIREDO, S. L. Floresta Nacional do Tapajós: turismo de base comunitária e sustentabilidade. In: BRASIL. Ministério do Turismo. *Formação de gestores das políticas públicas do turismo*. Florianópolis: SEAD; FAPEU; UFSC, 2009. p.169-170.
- IBGE. *Geostatísticas de recursos naturais da Amazônia Legal*. Rio de Janeiro, 2011.
- KADT, E. *Tourisme, passeport pour le développement?* Econômica; Paris, 1979.
- LATOUCHE, S. *Pequeno tratado do decrescimento sereno*. Lisboa: Edições 70, 2011.
- LOBATO NETO, O. Ecoturismo, o exemplo do Amazonas. In: FIGUEIREDO, S. L. (Org.). *O Ecoturismo e a Questão ambiental na Amazônia*. Belém: Ed. NAEA, 1999. p. 127-126.

- MACCANNELL, Dean. *El Turista*, uma neuva teoria de la clase ociosa. Barcelona: Ed. Melusina, 2003.
- MELO, J. J. M.; ARAUJO-MACIEL, A. P.; FIGUEIREDO, S. L. Eventos Culturais como estratégia de fomento do turismo: análise do Festival Folclórico de Parintins (AM). *Revista Brasileira de Ecoturismo*, v. 8, p. 251-272, 2015.
- NÓBREGA, W. R. M. Turismo e Políticas Públicas na Amazônia Brasileira: instâncias de governança e desenvolvimento nos municípios de Santarém e Belterra, Oeste do Estado do Pará. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido). Universidade Federal do Pará, 2012.
- NÓBREGA, W. R. M. Perspectivas e entraves para o desenvolvimento de políticas setoriais de turismo na Amazônia: discussões acerca do Proecotur no estado do Pará. In: FIGUEIREDO, S. J. L. (Org.) *Turismo, lazer e planejamento urbano e regional*. Belém: UFPA/NAEA, 2008. p. 147-173.
- NÓBREGA, W. R. M. *Turismo: planejamento e políticas públicas de turismo na Amazônia*. Rio de Janeiro: E-papers, 2007.
- NOBREGA, W. R. M.; FIGUEIREDO, S. J. L. . Turismo e gestão pública: uma avaliação das instâncias de governança no Oeste do Estado do Pará. In: PIMENTEL, T. D.; EMMENDOERFER, M. L.; TOMAZZONI, E. L. (Org.). *Gestão Pública do Turismo no Brasil Teorias, Metodologias e Aplicações*. Caxias do Sul: EDUCS, 2014. p. 425-449.
- PERROUX, F. *A economia do século XX*. Lisboa: Moraes, 1967.
- RIST, G. *Le Développement, histoire d'une croyance occidentale*. Paris: Presses de Sciences Po, 2001
- SÃO PEDRO FILHO, F. Paradigmas e perspectivas estratégicas para o ecoturismo indígena em Rondônia, Brasil. *Caderno Virtual de Turismo*, Rio de Janeiro, v. 13, n. 2, p.227-252, ago. 2013.
- SARGES, M. N. *Belém: riquezas produzindo a Belle-Époque*. Belém: Paka-Tatu, 2000.
- SESSA, A. *Turismo e política de desenvolvimento*. Porto Alegre: Uniontur, 1983.
- SILVA, S. M. Ecoturismo em Comunidades Tradicionais na Floresta Nacional do Tapajós: o caso de Maguari e Jamaraguá. Dissertação. Mestrado em Ciências Florestais e Ambientais. Universidade Federal do Amazonas. 2005.
- SOUSA, R. M. M.; TELLO, J. C. R. Turismo e meio ambiente: o caso de Silves, Amazonas. In: AZEVEDO, F. F.; FIGUEIREDO, S. L... [et al.] (Org.). *Turismo em Foco*. Belém, PA: NAEA, 2013. p. 75-91.
- SUDAM. *Linhas Básicas para um Programa de Desenvolvimento do Turismo na Região Amazônica* (versão regional). Belém, 1995a.
- SUDAM. *Projeto de Investimento e Desenvolvimento do Setor Turismo na Amazônia - Versão Preliminar*. Belém, 1997.
- SUDAM. *Plano de Turismo da Amazônia:1992/1995*. Belém, 1992d.
- SUDAM. *Plano de Turismo da Amazônia*. Belém, 1977.
- SUDAM/OEA/MMA. *Estratégia para o Desenvolvimento do Integrado do Ecoturismo na Amazônia Legal*. s.l., 1997a.
- SUDAM/OEA/MMA. *Workshop de Polos Turísticos - Relatório*. Belém, 1997b.

TAVARES, M. G. C. Turismo e desenvolvimento na Amazônia brasileira: algumas considerações sobre o arquipélago do Marajó (PA). In: BARTHOLO, R; SANSOLO, D. G; BURSZTYN. (Org.). *Turismo de Base Comunitária*. São Paulo: Letra e Imagem, 2009. p. 249-260.

URBAIN, Jean Didier. *L'idiote du Voyage: histoires de Touristes*. Paris: Payot, 1993.

URBAIN, Jean Didier. *L'envie du monde*. Paris: Brèal, 2011.

VASCONCELOS, P. N. M. Turismo e valorização do patrimônio histórico-cultural na Reserva de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá. *Caderno Virtual de Turismo (UFRJ)*, v. 9, p. 35-47, 2009.

WTO. *Turismo y atenuación de la pobreza. Recomendaciones para la acción*. Madri, 2014.

Ecoturismo em comunidades tradicionais na Floresta Nacional do Tapajós, Belterra-PA: o caso de Maguari e Jamaraquá

Sandra Maria Sousa da Silva¹

INTRODUÇÃO

As discussões sobre questões relacionadas à conservação e preservação ambiental, equidade social, patrimônio cultural e aspectos econômicos são cada vez mais pertinentes em uma época de preocupações com o processo de desenvolvimento e sustentabilidade. Para que haja êxito na manutenção da biodiversidade e sociodiversidade do planeta, é indispensável que encontremos práticas que incentivem a sustentabilidade de ações relacionadas às populações tradicionais e ao meio ambiente. Nesse contexto, o ecoturismo surge como uma ferramenta de promoção do desenvolvimento sustentável de comunidades tradicionais que habitam no entorno de unidades de conservação ou nessas unidades, ou seja, a atividade ecoturística contribui decisivamente para a melhoria econômica, preservação ambiental e valorização sociocultural e étnica dessas comunidades.

Na perspectiva do desenvolvimento sustentável, o ecoturismo efetivamente se apresenta como uma proposta que, a partir da visão diferenciada de outro segmento do turismo, possibilita de maneira mais efetiva a inserção das comunidades tradicionais presentes nas destinações como verdadeiros atores, construindo uma base sólida de desenvolvimento comunitário, valorização dos ecossistemas e da cultura local.

Para diversas regiões do Brasil, que dispõem de atrações naturais e enorme diversidade cultural, o ecoturismo oportuniza um desenvolvimento socioeconômico considerável e satisfatório, principalmente para populações

1 Bacharel em Turismo pela Universidade Federal do Pará (1994) e Mestre em Ciências Florestais e Ambientais pela Universidade Federal do Amazonas (2005). Atualmente é professora assistente da Universidade Federal do Oeste do Pará – UFOPA e doutoranda do Programa de Pós-graduação em Sociedade, Natureza e Desenvolvimento – (UFOPA).

tradicionais em unidades de conservação. No entanto, é necessário planejamento e ordenamento da atividade, além de políticas públicas e pesquisas, com o intuito de melhor desenvolver e aumentar o fluxo ecoturístico nessas regiões.

Entre as diversas regiões com evidente potencial ecoturístico há que se destacar a Amazônia. Na Amazônia brasileira, as regiões do Tapajós e do Baixo Amazonas são consideradas áreas promissoras. Neste contexto, a Floresta Nacional do Tapajós, conhecida como Flona do Tapajós, é vista como de extrema importância, pois contém a maior parcela de floresta natural e a de melhor acessibilidade na região. Possui, ainda, outras características favoráveis ao ecoturismo como rios, igarapés e praias de alto valor cênico, além da riqueza cultural das populações tradicionais que vivem nessa unidade.

A Floresta Nacional do Tapajós, na qual estão localizadas as comunidades de Maguari e Jamaraquá, é uma Unidade de Conservação de uso sustentável que abrange os municípios de Aveiro, Belterra, Placas e Rurópolis, com uma área de aproximadamente 545.000 ha e inclui não apenas florestas, como também praias, igarapés, sítios arqueológicos, campos, lagos naturais. Em termos econômicos, as comunidades vivem da agricultura de subsistência, do extrativismo vegetal e do manejo madeireiro comunitário. A pesquisa que originou o presente trabalho baseia-se em Silva (2005) e observações assistemáticas em 2007, 2011 e 2013.

ECOTURISMO, UNIDADES DE CONSERVAÇÃO E COMUNIDADES TRADICIONAIS

O ecoturismo é uma atividade que causa um mínimo de impacto ambiental possível, desenvolvido em áreas de expressivo valor natural e cultural e que por meio de atividades recreativas e educativas promove a conservação da biodiversidade e da sociodiversidade, beneficiando dessa maneira as comunidades locais (RODRIGUES, 2003). O ecoturismo, nesta concepção, pode ser analisado como uma proposta de desenvolvimento econômico que concilia a conservação do patrimônio natural e cultural, destacando dois aspectos essenciais para países como o Brasil: a biodiversidade e a sociodiversidade.

Com o objetivo de desenvolver o ecoturismo de forma organizada e articulada, o Governo Brasileiro reuniu em 1994, por meio da EMBRATUR, um Grupo de Trabalho Interministerial do Ministério do Meio Ambiente (MMA) e do Ministério da Indústria, Comércio e Turismo (MICT) e delegou a ele a função de elaborar diretrizes para uma Política Nacional de Ecoturismo,

cujo fim seria implementar uma política em concordância com um tipo claro de conceito de ecoturismo, a saber:

Um segmento da atividade turística que utiliza, de forma sustentável, o patrimônio natural e cultural, incentiva sua conservação e busca a formação de uma consciência ambientalista através da interpretação do ambiente, promovendo o bem-estar das populações envolvidas (EMBRATUR, 1994, p. 19).

Na definição brasileira, é ressaltado um fator fundamental e imprescindível para a formação da consciência e mudanças de atitudes em relação ao ambiente natural e cultural visitado: a interpretação do ambiente, que surge nesse contexto de maneira a enfatizar a valorização e a conservação dos destinos ecoturísticos e, conseqüentemente, a promoção de uma melhor qualidade de vida para as populações locais.

Diante de inúmeras definições sobre ecoturismo, Fennell (2002, p.52) procurando ressaltar aspectos que considera mais importantes do fenômeno e apontado a necessidade de ser sucinto, definiu ecoturismo como: “Uma forma sustentável de turismo baseado nos recursos naturais, que focaliza principalmente a experiência e o aprendizado sobre a natureza; é gerido eticamente para manter um baixo impacto, é não predatório e localmente orientado”.

A relação entre unidades de conservação e ecoturismo é bastante discutida por diversos autores. Embora esse debate enfoque mais experiências em Unidades de Proteção Integral, especificamente na categoria Parques Nacionais, a tendência é a expansão da atividade em diversas categorias de Unidades de Conservação, como por exemplo, em Reservas Extrativistas, Florestas Nacionais, Reservas de Desenvolvimento Sustentável e Reservas Particulares do Patrimônio Natural, pertencentes ao grupo de uso sustentável. Neste caso, podemos apontar a Reserva de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá, no Estado do Amazonas, como exemplo de resultados positivos de desenvolvimento do ecoturismo em Unidades de Conservação de Uso Sustentável (UC). Outro exemplo importante a destacar é a Floresta Nacional do Tapajós, no Estado do Pará, que vem desenvolvendo a atividade, principalmente, junto às comunidades tradicionais localizadas nessa UC.

Para a EMBRATUR (1994) o conjunto de unidades de conservação sob a jurisdição federal, à exceção das Reservas Biológicas e Estações Ecológicas, somado às áreas protegidas estaduais e municipais e às propriedades particulares adaptadas para fins turísticos, oferecem, juntamente com a

rica diversidade cultural, condições excepcionais para o desenvolvimento do ecoturismo no Brasil, pois essas unidades são o primeiro destino ecoturístico procurado pelas demandas nacionais e internacionais.

É importante destacar algumas razões para a utilização do ecoturismo em unidades de conservação tanto sob o ponto de vista ambiental quanto socioeconômico. Uma dessas razões é que a atividade deve levar em conta as características das comunidades locais, colaborando com a mentalidade comercial do núcleo a fim de permitir e promover melhores meios e qualidade de vida para sua população (COSTA & COSTA, 2000). Todavia, a participação da comunidade local precisa estar articulada de forma que ela própria assuma a responsabilidade sobre o desenvolvimento do ecoturismo em sua área de inserção (IRVING *et al.*, 2000).

Portanto, para desenvolver o ecoturismo em comunidades tradicionais que estão em unidades de conservação ou em seu entorno e cujas categorias de manejo contemplem em seus objetivos esta atividade, torna-se fundamental conhecer diversos aspectos importantes para o desenvolvimento da atividade, tais como: entender o processo de formação cultural local e socioeconômico, bem como a dinâmica das populações envolvidas e o potencial natural, enfim, todas as informações necessárias para a compreensão dos fenômenos relacionados direta e indiretamente com a atividade ecoturística.

Por comunidades tradicionais ou sociedades tradicionais, Arruda (2000) entende serem grupos humanos culturalmente diferenciados que historicamente reproduzem seu modo de vida de forma relativamente isolada, com base em modos de cooperação social, formas específicas de relações com a natureza e caracterizados tradicionalmente pelo manejo sustentado do meio ambiente.

Diegues (2002) considera que um dos critérios mais importantes para a definição de culturas ou populações tradicionais, além do modo de vida, é, sem dúvida, o *reconhecer-se* como pertencente àquele grupo social particular. Esse critério remete à questão fundamental da *identidade*.

No que se refere ao turismo, os moradores tradicionais como conhecedores do meio em que vivem, podem desempenhar o papel de guias locais, ensinando aos visitantes o que sabem sobre o mundo natural e introduzindo-os numa cultura distinta, baseada no convívio íntimo com a natureza e seus ciclos (DIEGUES, 2003). Porém, se o fator cultural, assim como o econômico, o social e o ambiental não forem analisados com igual importância e

magnitude e se o processo de gestão da Unidade não levar em consideração as consequências do desenvolvimento que está sendo implementado em seu entorno, como a cultura do agronegócio, especificamente, o plantio da soja, a sustentabilidade do ecoturismo estará comprometida.

O ECOTURISMO NAS COMUNIDADES DE MAGUARI E JAMARAQUÁ

Percepção ambiental, ecoturística e cultural da população tradicional de Maguari e Jamaraquá

Os principais recursos naturais utilizados pela comunidade de Maguari são a andiroba, copaíba, sucuba, piquiá, uixi, castanha, semente de copaíba, cumaru, taperebá, cupuaçu, palha, cipó, breu jutaicaica, breu sucuba, cipó títica, entre outros. Também ocorrem a pesca e a caça de subsistência na comunidade.

Existem vários projetos desenvolvidos para o manejo desses recursos como os SAFs (Sistemas Agroflorestais), a avicultura e o artesanato de couro vegetal. Neste sentido, os comunitários têm feito suas atividades, sabendo utilizar os recursos de forma sustentável e sem degradar a natureza, como por exemplo, a produção do artesanato de couro ecológico, ecoturismo e o aproveitamento dos produtos não madeireiros para outros tipos de artesanatos e óleos medicinais. As pessoas também estão mais preocupadas em manter limpo o espaço físico comunitário, orientando os demais para não jogarem lixo no chão, ou contribuindo para o esclarecimento sobre a importância dos recursos naturais para a sobrevivência da comunidade.

Em Jamaraquá, há uma reserva de mata primária usada somente para coletar sementes e outros produtos da floresta. De uso coletivo, ela é mantida para não faltar recursos naturais para a comunidade. Os moradores retiram da floresta piquiá, castanha, tucumã, mel de abelha, breu, cipó, uixi, bacaba, copaíba e jutaí. Esses produtos são usados mais para consumo do que para venda, devido ao baixo preço. A madeira é retirada somente para recuperar as casas da comunidade, e a palha é de uso coletivo. Outros produtos como andiroba, seringa, leite de sucuba, também são utilizados pela população local. A pesca e a caça de subsistência são praticadas. Os lagos são utilizados para a pesca, lazer e passeios de canoas para os ecoturistas que visitam o local. Com relação ao uso desses recursos, os moradores estão satisfeitos com a forma como a comunidade vem os utilizando, pois estão sabendo usar sem degradar a natureza, principalmente, por não estarem jogando lixo na comunidade, um termômetro

da consciência ambiental. Neste caso, a participação em campanhas e ações de conscientização para a preservação ambiental da comunidade é importante tanto para a comunidade de Jamaraquá como para a comunidade de Maguari.

Quanto à percepção da população local sobre o ecoturismo, Borges (2003) argumenta que ela é fundamental para subsidiar o trabalho de participação comunitária em projetos ou programas desse porte. Neste ponto, o ideal seria realizar pesquisas periódicas para ser feito o monitoramento da percepção da comunidade em paralelo ao crescimento da visitação na localidade.

Com o desenvolvimento do ecoturismo em Maguari e Jamaraquá, algumas mudanças foram percebidas, positivamente, tais como o fato desse processo gerar recursos financeiros para as comunidades; os moradores envolvidos no desenvolvimento da atividade adquiriram mais conhecimento; as comunidades ficaram mais movimentadas; os condutores de ecoturistas melhoraram na maneira de lidar com os visitantes, buscando uma formação adequada e de qualidade. Em Jamaraquá, merece destaque um aspecto sobre a preservação da natureza, a de que o termômetro da consciência, a limpeza da comunidade passou a ser algo rotineiro e coletivo.

Quanto aos benefícios e maléficis do desenvolvimento do ecoturismo, Grahn (2004) comenta que os turistas, ao visitarem uma localidade, podem causar impactos positivos e negativos no meio ambiente, na economia e no aspecto sociocultural. Portanto, os impactos positivos estão relacionados aos benefícios gerados pelo ecoturismo e os impactos negativos estão associados aos problemas ocasionados pela atividade.

Em relação aos benefícios percebidos pelos entrevistados nas comunidades, o turismo proporciona novos conhecimentos para os moradores locais. Com relação a esse aspecto, Nelson (2004) afirma que é um benefício pessoal adquirido por quem está envolvido no processo do desenvolvimento do turismo.

Outro fator observado é a preservação da natureza, ou seja, com a implantação do turismo no local as pessoas passaram a preservar mais a natureza. Para Kinker (2002), os moradores irão valorizar mais a natureza quando perceberem que o ecoturismo depende diretamente da conservação dos recursos naturais que compõem seu principal atrativo.

Outros benefícios observados foram: o ecoturismo contribui para movimentar a economia local, mais infraestrutura para as comunidades. De acordo com Nelson (2004), o turismo também pode incentivar a construção

de uma nova infraestrutura que serve tanto para o turista quanto para os moradores, classificando-o como um benefício material. Exemplo disso é o que ocorreu em Maguari, quando houve um investimento na melhoria de infraestrutura (barracão, igreja) com o dinheiro da taxa de entrada dos turistas, assim como a implantação de uma base de apoio para os visitantes. Todos esses benefícios são ampliados com a geração de emprego aos moradores de Maguari e Jamaraquá.

Sobre os problemas gerados nas comunidades pela visita de turistas, percebe-se que há mais ocorrências observadas pelos moradores de Maguari, embora ocorra em menor proporção em Jamaraquá. O principal fator desagradável apontado por eles é a questão do uso de drogas pelos turistas e até por alguns guias de turismo. Outro problema destacado em Maguari é que o custo de vida aumentou, pois alguns produtos vendidos aos turistas, como óleo de andiroba, copaíba, etc. sofreram um aumento de preço considerável, prejudicando assim alguns moradores que precisam de tais produtos para uso medicinal.

Em Jamaraquá a população local relatou que o turismo não prejudica a comunidade, pois observa mais benefícios gerados pela atividade do que problemas. Situações como turistas muito exigentes; uma pequena parcela de turistas não paga o preço que a comunidade pede por algumas atividades; além da perda da privacidade local são alguns pontos evidenciados pelos comunitários.

Para a OMT (2003), uma maneira de reforçar os impactos positivos e atenuar os negativos consiste em estimular o envolvimento da comunidade no turismo, ou seja, os residentes devem entender essa atividade, participar da tomada de decisões no planejamento, desenvolvimento e gerenciamento turísticos, e ter a oportunidade de receber os benefícios provenientes do turismo.

No quesito cultura, Soares (2004) comenta que as comunidades ribeirinhas da Flona do Tapajós comemoram diversas festas. Em Maguari uma das festas mais aclamadas é em homenagem a Nossa Senhora do Perpétuo Socorro, padroeira da comunidade, pois a maioria das famílias professa a religião católica. Na comunidade de Jamaraquá não há festividade religiosa, pois não há igreja no local. Os moradores prestigiam as festividades de Nossa Senhora do Perpétuo Socorro, em Maguari.

Nessas comunidades encontram-se também contadores de histórias, lendas e crenças tradicionais, além de cantadores e compositores de músicas

que refletem o modo de vida das populações tradicionais e dos recursos da floresta. As lendas narradas nas comunidades de Maguari e Jamaraquá têm significados importantes para a população local, pois expressam o seu relacionamento com a natureza e o seu modo de viver. Segundo Wawzyniak (2004), o autoconhecimento da população das comunidades tradicionais da Flona do Tapajós sobre mitos, histórias, contos e lendas potencializa o envolvimento dessa população com as atividades voltadas para o despertar de uma consciência ecológica, pois permite que os moradores percebam a valorização de seus símbolos culturais.

Perfil dos ecoturistas que visitam as comunidades de Maguari e Jamaraquá

Borges (2003) relata a importância do conhecimento sobre o perfil dos visitantes, a motivação e a percepção do turista sobre determinado local. Para este autor, o perfil dos visitantes mostra quem é o turista que a localidade recebe e, ao mesmo tempo, favorece a adequação de estabelecimentos e serviços e a realização de publicidade direcionada, atraindo o tipo de turista que o local deseja. A análise sobre a motivação do turista revela por que essa pessoa resolveu viajar, dando indicativos do que se pode oferecer para melhor atender suas expectativas. Quanto ao estudo da percepção, é a opinião, compreensão e entendimento do turista sobre o local visitado e, portanto, fundamental para que seja mais bem atendido e, conseqüentemente, retorne, fique no local por mais tempo ou gaste mais.

Os ecoturistas que visitam as duas comunidades são na maioria de nacionalidade estrangeira, França, Espanha, Alemanha, Itália, Eslovênia, Austrália, Escócia, Estados Unidos, Canadá, Rússia, Israel, África, Argentina, México, Venezuela e Uruguai. Os brasileiros são das regiões de São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais, Ceará, e da cidade de Belém. No que se refere à distribuição de visitantes por sexo, há uma diferença significativa, principalmente na comunidade de Maguari, onde a participação masculina tem maior ocorrência. Em Jamaraquá, ocorre o mesmo fenômeno.

A idade dos ecoturistas concentra-se entre 26 e 40 anos, portanto são relativamente jovens, sendo um indicador fundamental para o desenvolvimento de atividades voltadas para este público. Por serem jovens, a grande maioria é solteira. O número de casados é bem mais expressivo em Jamaraquá, isto pode ser explicado por conta de que nessa comunidade há mais pessoas

acompanhadas com a família do que em Maguari. Acredita-se também, que neste destino os visitantes são oriundos de pacotes turísticos realizados pelas agências do município de Santarém e vila de Alter do Chão.

Quanto à escolaridade, o número de ecoturistas com ensino superior completo é significativamente mais elevado em Maguari do que em Jamaraquá. Também visitantes com mestrado e doutorado se fazem presente nas comunidades. A escolaridade dos ecoturistas dos dois destinos é um fator indutor importante a ser trabalhado no desenvolvimento de atividades turísticas, o que demanda qualificação acadêmica e profissional dos acolhedores no sentido de haver uma correta interpretação ambiental e cultural durante a condução dos visitantes.

Com relação à escolaridade do ecoturista, Wearing e Neil (2001) esclarecem que geralmente o mesmo possui ensino superior. Os autores apresentam alguns resultados da pesquisa de Wight (1996), onde o mesmo aperfeiçoou o perfil do mercado das características do ecoturista, fazendo uma diferenciação entre os consumidores interessados em ecoturismo e os ecoturistas experientes. O autor constatou que os ecoturistas experientes tinham grau de educação mais elevado do que os turistas interessados no ecoturismo.

A companhia de amigos é a forma mais expressiva de viajar tanto para os ecoturistas de Maguari quanto de Jamaraquá. O número de pessoas viajando sozinhas e com família é bem mais significativo em Jamaraquá, bem como o número de pessoas em excursão.

Outro dado importante é que para os visitantes das duas comunidades, a experiência de manter contato com uma natureza preservada é de fundamental importância, refletindo a necessidade dos destinos manterem seus atributos naturais conservados, pois estes se constituem em fator relevante na escolha do local a ser visitado pelo ecoturista.

Quanto à forma de divulgação sobre as duas comunidades, os ecoturistas afirmam ser por intermédio de parentes e/ou amigos a tomada de conhecimento sobre a Floresta Nacional do Tapajós e, conseqüentemente, da comunidade visitada. Outras pessoas também influenciaram a escolha do destino visitado. Observa-se que a propaganda boca a boca ainda é um meio eficaz na promoção de um destino turístico. Em Jamaraquá, a agência de viagem e turismo foi o principal meio através do qual os visitantes tomaram conhecimento do local, enquanto que em Maguari esse meio não teve influência significativa.

A Internet foi mais citada entre os visitantes da comunidade de Maguari, talvez isso seja atribuído ao sistema de Internet existente na localidade, facilitando a comunicação de visitantes com amigos e parentes e de comunitários com pessoas fora do âmbito local, ou por *sites* de agências localizadas em Santarém que disponibilizam informações sobre a Floresta Nacional do Tapajós e, conseqüentemente, das duas comunidades pesquisadas.

Realizar caminhada nas trilhas, manter contato com a comunidade, fotografar e observar a fauna são as atividades mais realizadas pelos visitantes em Maguari e Jamaraguá. Há também passeios de barco, mas essa atividade é mais bem desenvolvida pelos ecoturistas em Jamaraguá.

A caminhada nas trilhas é outra atividade muito praticada em ambos os destinos. Manter contato com a comunidade autóctone também é bastante preferido pelos visitantes. Esse dado é importante para a gestão do ecoturismo nas comunidades, pois o modo de vida e a cultura local também se constituem em um atrativo significativo no desenvolvimento dessa atividade. Por ser a caminhada na floresta a atividade mais praticada, também é a atividade que os visitantes mais gostam de realizar, pois é a oportunidade de manter contato com boa parte de floresta primária, conhecendo diferentes espécies de árvores e plantas medicinais. Conhecer o modo de vida e a cultura da população local, diferente da população urbana, também é fator relevante na visita dos ecoturistas. Outro destaque significativo apontado pelos visitantes é a possibilidade de observar a fauna, devido sua diversidade (cobras, jacarés, insetos, macacos, botos, borboletas, pássaros).

Os ecoturistas que visitam Jamaraguá gostam de conversar com os condutores de visitantes. A figura do guia ou condutor no ecoturismo é importante para proporcionar uma melhor experiência para o turista em relação ao meio visitado, não somente na prática de repassar informações, mas também de oportunizar a interpretação ambiental. No caso das comunidades, acredita-se que o papel de realizar essa interpretação deve ser também dos condutores, pois podem incorporar na sua conversa aspectos socioculturais da região como, por exemplo, o modo de vida da população e a cultural local, nível educacional e hábitos alimentícios, etc.

Outras atividades contempladas pelos visitantes de Maguari constam de a comunidade saber fazer a interação da tecnologia com o uso da floresta, mostrando que é possível desenvolver e conservar os recursos naturais; a hospitalidade do povo local; o ouvir as histórias e lendas; apreciar a paisagem;

visitar o projeto de artesanato de couro ecológico. Em Jamaraquá, as outras atividades são: observar a natureza em geral, assistir e conhecer o processo de coleta da borracha, ver uma jiboia e observar o condutor confeccionar uma mochila de palha, chamada na região de panacu. No que diz respeito a essas atividades corriqueiras da comunidade, Nelson (2004) comenta que muitas vezes o morador pode não acreditar que um turista possa se interessar, como por exemplo, em aprender a fazer um colar de sementes, escutar uma história ou ver torrar farinha, práticas tão comuns quanto típicas na Amazônia brasileira. Nas comunidades estudadas, já se nota algumas práticas nesse sentido, porém, é preciso incentivar mais a população residente, pois isto diversifica os atrativos do destino receptor, além de fortalecer a cultura local.

Como a atividade mais praticada pelos visitantes em ambos os destinos é a caminhada na floresta, o atrativo mais destacado por eles é a flora, devido à variedade de árvores centenárias, nativas e de grande porte como a sumaúma.

Maguari tem também outros atrativos, tais como artesanatos em couro ecológico; terra preta de índio (área onde se encontram fragmentos de artefatos indígenas, como vasos de cerâmicas, cachimbo, machadinhas, etc); fabricação da farinha de mandioca; praias; lagos; plantio da agricultura. Já em Jamaraquá, há a fabricação da farinha de mandioca; praias; terra preta de índio; seringueiras; artesanato de palha (panacu); o uso e a preservação da floresta pela comunidade; igarapés e igapós; o conhecimento e a intimidade do condutor de visitantes com a floresta; e as frutas regionais.

De acordo com os visitantes, não é perceptível, em Maguari e Jamaraquá, impactos ecológicos e socioculturais negativos no decorrer de sua visita às comunidades. Este dado é importante para a imagem do destino visitado, pois segundo Wearing & Neil (2001), os ecoturistas são sensíveis à diminuição da qualidade da água e do ar, perda de vegetação, de vida selvagem e erosão do solo. Os mesmos autores afirmam que a degradação ambiental natural reduzirá a demanda de visitantes em longo prazo, pois os atributos naturais procurados por esses ecoturistas se tornarão menos atrativos.

São poucos os visitantes de Maguari que percebem impactos ecológicos e socioculturais negativos na comunidade, tais como a presença de resíduos sólidos (principalmente garrafas plásticas às margens do rio Tapajós). O cultivo da soja no limite norte da Flona do Tapajós também pode ser observado como fator impactante à área visitada. Apesar desse fato não acontecer no interior da Unidade de Conservação e conseqüentemente nas comunidades, é

um aspecto preocupante, pois as consequências da degradação ambiental não têm limites geográficos e este acontecimento ocorre no entorno da UC. Além disso, o alcoolismo, a presença de madeiras na área da Flona e a morte de tartarugas foram impactos ressaltados pelos visitantes.

Em Jamarauá, os visitantes observaram possíveis impactos negativos na área. Os resíduos sólidos, como sacos e garrafas plásticas e latas, têm sido encontrados nas trilhas, no rio e no igarapé da comunidade. O solo arenoso em torno da comunidade pode ser destacado, pois segundo os visitantes, o que deve ter ocasionado esse fator foi o corte da vegetação para a construção de casas. Para não haver leviandade neste aspecto, é preciso haver maiores estudos, visto que a comunidade localiza-se às margens do rio Tapajós, região com característica arenosa. Árvores queimadas e cortadas e matança de papagaios e tucanos pela comunidade para se alimentar também são apontados como impactantes.

As expectativas quanto ao conhecimento da flora, fauna e vida comunitária, são apontados como positivas pelos visitantes de Maguari. Pode-se apresentar ainda possíveis motivos para que as expectativas dos visitantes não sejam totalmente superadas, como a questão da língua portuguesa, visto que os guias e condutores não têm domínio de língua estrangeira. Observa-se que o não conhecimento do idioma do visitante e do visitado torna-se um obstáculo para um melhor conhecimento das características locais, fazendo com que a visita se torne superficial, não proporcionando ao turista uma melhor interação com a cultura e o ambiente natural do destino estudado. Portanto, é de fundamental importância que, no mínimo os guias de turismo das agências de viagens e turismo, que conduzem os turistas, falem o idioma do visitante, pois assim a necessidade constatada nos condutores da comunidade será suprida.

Há também o pouco tempo na visita aos locais; o dificultoso e limitado encontro com animais; pouca informação sobre plantas e insetos. No que se refere aos visitantes que chegam à comunidade sem intermédio do guia ou agência, deve-se descobrir uma maneira para que as informações sejam repassadas de tal forma que o visitante deixe o local satisfeito e a interpretação possa ser uma possibilidade nessa direção, pois segundo Hall & McArthur (1996 *apud* GRAHN, 2004) a interpretação é usualmente dividida em mídias verbais e não verbais. A primeira inclui o dever de informação, conversas organizadas e discussões, entretenimento organizado, etc. E a segunda pode ser através de publicações, sinais, centros de visitantes, etc. Os autores ainda argumentam

que promovendo experiências de alta qualidade que satisfaçam expectativas, motivações e necessidades dos visitantes, o comportamento dos mesmos pode mudar de maneira que assegure a manutenção dos valores dos recursos.

Em Jamaraquá, os visitantes suprem suas expectativas quanto ao conhecimento da flora, fauna e vida comunitária. Contudo, nesta comunidade também podem ser apontadas algumas possíveis frustrações tais como o pouco tempo para conhecer a localidade visitada, pouca visibilidade na observação de animais; pouca informação a respeito das trilhas; pouca partilha sobre a vida comunitária; falta de informação mais adequada sobre animais (alguns visitantes costumam ter a expectativa de que vão encontrar a todo momento animais ditos “perigosos”, tais como cobras, aranhas, e outros.

O fator tempo é também outro ponto a se considerar com relação aos visitantes de Jamaraquá. Isto pode ser explicado porque a maioria dos visitantes desta comunidade fica, em média, de seis horas a um dia. Em Maguari a média é de um a três dias.

ANÁLISE DA SUSTENTABILIDADE DO ECOTURISMO DESENVOLVIDO NAS COMUNIDADES DE MAGUARI E JAMARAQUÁ

O ecoturismo é analisado e considerado por alguns autores como uma ferramenta de contribuição para o desenvolvimento sustentável, surgindo como proposta mais viável e coerente com o conceito de turismo sustentável. Para Wearing & Neil (2001), o objetivo do ecoturismo é a sustentabilidade, pois visa proporcionar uma base de recursos para o futuro, bem como garantir a produtividade dessa base, mantendo a biodiversidade e evitando mudanças ambientais irreversíveis para o local visitado, além de promover a equidade para as gerações presentes e futuras.

Neste estudo, o ecoturismo é proposto como uma alternativa para o turismo de massa, desde que seja promovido de maneira planejada e gerenciado de acordo com os princípios de sustentabilidade. A OMT (2001) relata que, no processo de desenvolvimento do turismo sustentável, é fundamental a inter-relação de forma dinâmica dos fatores econômico, ambiental/ecológico e sociocultural, objetivando conseguir um equilíbrio final, ou seja, a sustentabilidade do sistema turístico.

Para a análise da sustentabilidade do ecoturismo nas comunidades de Maguari e Jamaraquá são abordadas as dimensões ambiental, cultural, social e econômica.

Quanto à Dimensão Ambiental

Pereira & Neilson (2004) comentam que a sustentabilidade ambiental ou ecológica tem se tornado uma das áreas mais reconhecidas pelo público devido à sua sensibilidade a impactos visíveis, os quais muitas vezes são causados pelo turismo. Considerando opiniões e ideias dos comunitários, turistas, agentes de viagens, guias de turismo e condutores, os parâmetros avaliados na dimensão ambiental nas comunidades de Maguari e Jaramaraquá são o gerenciamento dos resíduos, com ênfase nos resíduos sólidos; o sistema de esgoto e fornecimento de água; a valorização do patrimônio natural; e educação ambiental.

No que se refere ao Gerenciamento dos Resíduos, a qualidade de vida da população local é um dos fatores preconizados pelo ecoturismo e esta qualidade também se refere às condições sanitárias satisfatórias a essa população e ao visitante. A qualidade ambiental, quando se trata de uma área visitada por turistas, é fundamental, pois este público deseja conhecer áreas que sejam atrativas, funcionais, limpas e livres de poluição (OMT, 2003). Neste contexto, a presença de resíduos sólidos nas comunidades pesquisadas deve ser analisada, pois foi um fator destacado tanto pelos comunitários entrevistados quanto por alguns turistas. Claro que a grande responsabilidade é da população local, principalmente, dos estudantes, pois no entorno da escola, centro comunitário e igreja tem se observado que o acúmulo de lixo é bem visível, principalmente embalagens de bombons. De acordo com alguns depoimentos, são realizadas campanhas de limpeza promovidas pela escola local, onde os alunos são envolvidos, tanto de Maguari quanto de Jaramaraquá, São Domingos e Acaratinga. Neste caso, os professores receberam treinamento para discutir sobre resíduos sólidos nas aulas, treinamento esse realizado na comunidade de Aramaná, por meio de um seminário promovido pela Secretaria de Educação de Belterra, ProManejo, Projeto Saúde e Alegria (PSA) e Instituto de Pesquisa da Amazônia (IPAM).

Quanto ao Sistema de esgoto e fornecimento de água, ele precisa ser avaliado no sentido de melhor atendimento aos turistas, servindo também às comunidades locais, de modo que elas se beneficiem com suas melhorias. A realidade é que o fornecimento de água é feito por um micro sistema de abastecimento localizado em Maguari, que contempla todas as casas dessa comunidade e Jaramaraquá. Segundo Almiro Almeida, morador de Maguari, o poço artesiano foi construído longe do centro da comunidade, como medida de

prevenção, devido às fossas negras encontradas no local. Por meio da implantação desse sistema, a população local foi beneficiada no sentido de uma melhor qualidade da água, pois o consumo anterior era feito pelas águas dos igarapés, que muitas vezes, também eram utilizadas para lavagem de roupa e banho dos residentes. Do ponto de vista turístico, esta melhoria vem contribuir para a prestação de serviços com qualidade, principalmente, quando se trata de produtos alimentícios.

Sobre a Valorização do Patrimônio Natural, dimensão que é observada a partir da importância que a Flona tem nas vidas dos comunitários de Maguari e Jamaraquá, pois por estarem localizadas em uma Unidade de Conservação a proteção e conservação do meio ambiente são fundamentais, pois é desse espaço protegido que as populações retiram recursos para sobreviver. Essa valorização é imprescindível para que os comunitários continuem a utilizar recursos no futuro e garantir negócios de forma sustentável das atividades desenvolvidas na natureza, como é o caso do ecoturismo. Outra análise é o uso dos recursos naturais pelos comunitários que, segundo os entrevistados, estão sendo utilizados sem provocar degradação da natureza. O aproveitamento do látex para artesanato, de produtos não madeireiros para venda e consumo local e o desenvolvimento do ecoturismo são exemplos de manejo adequado dos recursos naturais.

Sobre a Educação Ambiental, cabe afirmar que a participação dos entrevistados em campanhas e ações de conscientização para a preservação ambiental é bem significativa, mostrando que as pessoas procuram estar comprometidas com as questões ambientais locais. Essas campanhas são desenvolvidas, na grande maioria, pela escola em Maguari e também pelas Associações Comunitárias.

Acredita-se que a escola pode ter papel importante nesse processo, em busca de uma educação e conscientização ambiental que promovam mudança de comportamento tão propagada pelo desenvolvimento sustentável. Por meio das atividades ecoturísticas podem ser promovidas ações educativas que proporcionem experiências construtivas para os visitantes e população local.

Nesse contexto, a educação ambiental e a interpretação ambiental caracterizam-se como ferramentas importantes entre o local visitado e o visitante, proporcionando maiores informações, revelações e interações com os recursos naturais e o modo de vida da população local, possibilitando assim ao turista, experiências que despertem a sensibilização ambiental e cultural e um

melhor entendimento do destino visitado. Esta possibilidade é bastante pertinente para Maguari e Jamaraquá, pois os visitantes de ambas as comunidades desejariam obter mais conhecimento e informações sobre os seus aspectos naturais e culturais. Através desse conhecimento e ampliação dos horizontes de percepção e da interação do homem com a natureza, não só por parte dos turistas, mas também pelos comunitários e agentes de viagens e guias, a participação e o comprometimento com a sustentabilidade ambiental, cultural, econômica e social do ecoturismo será bem mais possível.

Quanto à Dimensão Cultural

O Brasil é um país que apresenta uma diversidade de culturas e valores que se reflete na identidade do seu povo. Manter essa diversidade e suas próprias características é uma habilidade que o povo deve ter para distingui-la de outras culturas e, portanto, garantir a sua sustentabilidade (MOWFORTH & MUNT, 1998 *apud* PEREIRA & NELSON, 2004).

Na área turística, a sustentabilidade cultural garante, segundo a OMT (2001), que o desenvolvimento turístico é compatível com a cultura e os valores das populações locais, promovendo a preservação da identidade da comunidade. Os aspectos analisados foram o conhecimento e valorização do patrimônio cultural e promoção cultural.

Quanto ao conhecimento e valorização do patrimônio cultural, para algo ser valorizado, é necessário primeiramente seu conhecimento. Quanto a alguns aspectos culturais de Maguari e Jamaraquá, percebe-se que a população local precisa buscar maior conhecimento, principalmente, com relação a sua história e seus antepassados. Os mitos, histórias, contos e lendas constituem narrativas significativas para a população local, pois expressam uma espécie de simbiose com a natureza e seu modo de perceber e valorizar esses seres mágicos. Essas representações simbólicas devem ser mais bem aproveitadas para o ecoturismo, pois alguns turistas gostariam de ter maior conhecimento e informações sobre o modo de vida e cultura local, as histórias e a cultura dos povos indígenas que habitavam esses locais. Quanto a este dado, é interessante o desenvolvimento de pesquisas sobre a arqueologia e história das primeiras populações que habitavam a região, para que tanto as comunidades, agentes de viagens, guias, quanto os turistas possam conhecer e valorizar a cultura local e manter e promover a diversidade cultural, fator essencial para o turismo sustentável.

Sobre a Promoção Cultural, os eventos realizados na comunidade de Maguari procuram valorizar e promover as tradições locais e o artesanato, o que não acontece em Jamaraquá. Para que em Jamaraquá os eventos sejam mais promovidos, uma alternativa viável é a parceria com Maguari, no sentido de realizar os eventos alternadamente. Para o artesanato, a implantação de um centro de visitantes com espaço adequado é uma estratégia que, dentre outras ações, pode viabilizar a comercialização artesanal para ambas as comunidades, além de outras comunidades da Flona do Tapajós.

O importante, no que se refere à promoção cultural, é que a mesma seja realizada de forma coerente e de acordo com as características locais, de maneira que relate a história e a cultura da região, e não uma proposta artificial, ou seja, um meio para atrair mais visitantes.

Quanto à Dimensão Social

Segundo o IVT-RJ (2001), esta dimensão preconiza a equidade social na distribuição de renda e de bens e a solidariedade social, dentre outros princípios. Nessa dimensão, os aspectos analisados foram: geração de emprego e renda e dinamização da economia e solidariedade social.

Quanto à geração de emprego e renda e dinamização da economia, a comunidade, após a dinamização do ecoturismo, passou a ter mais recursos financeiros, significando que a atividade de ecoturismo está injetando dinheiro na economia local. Isto está relacionado à condução dos turistas nas trilhas pela comunidade; fabricação de artesanato; hospedagem e alimentação (esporadicamente em casas de comunitários) e taxa de entrada na comunidade. Não há empreendimentos turísticos que absorvam as pessoas com carteira assinada, portanto, os empregos atuais são de profissionais autônomos ligados a um grupo para prestação de serviços, como, por exemplo, o grupo dos condutores, dos produtores de couro ecológico. Essa geração de emprego é observada tanto pelos moradores de Maguari quanto de Jamaraquá como benefício causado pelo desenvolvimento do ecoturismo.

Nota-se que, apesar de ocorrer geração de emprego e renda, há uma baixa absorção de mão-de-obra na atividade de ecoturismo, sobretudo em Jamaraquá, onde mais da metade dos entrevistados afirmou que não houve melhora em sua vida com o desenvolvimento dessa atividade, devido a não se beneficiar diretamente, ou seja, não prestam nenhum tipo de serviço ao visitante e não fazem parte da cadeia produtiva do ecoturismo.

Para amenizar e solucionar a situação e para que o ecoturismo cumpra seu papel de gerador de renda e emprego para as comunidades locais, visando a sustentabilidade social das mesmas, é imprescindível diversificar mais o produto, inclusive aproveitando melhor as tradições culturais, bem como usar mais os recursos naturais não madeireiros para a fabricação de artesanato, especialmente em Jamaraquá, onde esta atividade é incipiente. Disponibilizar produtos alimentícios como doces e iguarias regionais também seria uma opção viável. Uma alternativa seria o melhor aproveitamento dos recursos hídricos da região, como os igarapés e rios, por meio de passeios de canoa, caiaque e pesca artesanal, assim como aumentar a capacidade de atendimento através da implantação de equipamentos e infraestrutura. A partir da viabilização dessas ações, a economia local poderá ser mais dinamizada, suprimindo as necessidades do destino visitado e promovendo melhor equidade na distribuição de renda o que, conseqüentemente, possibilitará melhoria na qualidade de vida da população local e satisfação dos turistas.

Acerca da Solidariedade Social, ela pode proporcionar um vínculo maior do indivíduo com o seu meio e com o local visitado. Os turistas mostraram-se interessados em conhecer mais o modo de vida local, os dados sócio-demográficos, a educação escolar, o alcoolismo, assuntos relacionados ao desenvolvimento da comunidade e ao ecoturismo, ações para preservação e proteção da área. Isto se torna um ponto positivo, pois por meio de um maior conhecimento, o mesmo pode interagir e integrar-se ao meio visitado.

Com relação à intenção/predisposição em contribuir com os projetos conservacionistas e/ou sociais das comunidades, percebe-se que os turistas que visitaram Maguari estão mais comprometidos com essas questões e, portanto, mais receptivos em realizar e fortalecer positivamente ações ambientais e sociais sustentáveis, de maneira a proporcionar o bem-estar da população, por meio da solidariedade social e valorização do patrimônio natural. Torna-se necessário uma maior aproximação e integração das comunidades locais, dos agentes, guias de turismo e administração pública no sentido de promoverem ações que visem minimizar os problemas sociais decorrentes, muitas vezes, da ação do visitante, como, por exemplo, o uso de drogas, o qual foi detectado pelos comunitários como um fator existente nas duas comunidades.

Fator preocupante é o uso de bebidas alcoólicas pelos comunitários em contato direto com os visitantes, o que em determinada situação pode prejudicar os serviços prestados, repercutindo negativamente na satisfação dos

turistas. Neste sentido, os condutores têm papel fundamental na busca de soluções urgentes, pois os mesmos não se mostram alheios aos problemas das comunidades e procuram soluções para eles.

A efetividade de projetos que visem um melhor aproveitamento da renda do turismo para ser revertida em atividades educacionais e na área de saúde também é ponto chave a ser planejado e implementado em Maguari e Jamaraquá, assim o retorno social do ecoturismo poderá ser melhor percebido e valorizado por todos os envolvidos.

Quanto à Dimensão Econômica

A sustentabilidade econômica assegura, de acordo com McIntyre (1993) citado pela OMT (2001), um crescimento turístico eficaz, com emprego e níveis satisfatórios de renda, juntamente com um controle sobre os custos e benefícios dos recursos, que garante a continuidade para as futuras gerações. De acordo com o MMA/PNUD (2000), a sustentabilidade econômica pode e precisa ser avaliada por processos macrossociais. Os aspectos analisados nessa dimensão foram: dependência econômica, retorno financeiro e lucratividade e capacidade de planejamento.

Acerca da Dependência Econômica, há dependência dos recursos gerados pela atividade de ecoturismo para metade dos condutores de Maguari, ou seja, caso a atividade decline no local, sua renda será afetada substancialmente, porém, para a outra metade, existe uma independência financeira, pois o ecoturismo é uma renda alternativa para a família, assim como, para três de quatro condutores em Jamaraquá. As expectativas quanto ao crescimento da demanda para as duas comunidades é perceptível tanto pelos condutores quanto pelos agentes e guias de turismo.

No que se refere ao Retorno Financeiro e Lucratividade, para os agentes, guias e condutores, o retorno financeiro da atividade ecoturística nas duas comunidades está razoável. No entanto, para que haja um melhor retorno financeiro, é necessário investimento em seus próprios negócios, como por exemplo, a compra de equipamentos pelos e para os condutores para uma prestação de serviço com qualidade. Equipamentos do tipo caixa de primeiros socorros, botas, bússola, são demonstrações de qualificação do serviço prestado. Entretanto, não se percebe um reinvestimento, com a finalidade de contribuir para a melhoria dos seus serviços de condução, possibilitando assim maior segurança e confiança ao visitante.

Há a necessidade dos agentes investirem mais na qualificação dos guias que acompanham os turistas às comunidades, no que diz respeito ao conhecimento de outro idioma, principalmente, o inglês.

A comunidade também, por meio da associação, deve investir mais em educação e saúde por meio da taxa de entrada paga pelos turistas. Assim, a população, direta e indiretamente, seria beneficiada com o desenvolvimento do ecoturismo, além de ofertar uma localidade com qualidade de vida, cumprindo assim um dos princípios do turismo sustentável.

O coordenador do grupo de produtores de couro ecológico, Arimar Feitosa Rodrigues, afirmou que a lucratividade dos produtos seria afetada em pelo menos vinte por cento, caso o fluxo de visitantes diminuísse, pois essa porcentagem se refere à venda que é efetuada diretamente aos turistas visitantes da comunidade de Maguari. Isto seria refletido na vida de vinte famílias atualmente envolvidas no projeto, desde a coleta do látex até o produto final.

Sobre a Capacidade de Planejamento, nota-se, nos resultados, que tanto os agentes e guias quanto os condutores têm um conhecimento da demanda que visita as duas comunidades, talvez de maneira pouco profunda, devido a corresponder a algumas anotações e observações *in loco*, decorrentes das funções desempenhadas no dia-a-dia, ou seja, trata-se de um conhecimento empírico. Contudo, representa um fator importante para a determinação de estratégias eficientes na condução sustentável do ecoturismo e satisfação do visitante.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Acredita-se que o ecoturismo pode ser desenvolvido adotando os princípios da sustentabilidade ambiental, econômica, social e cultural nas comunidades de Maguari e Jamaraguá, mas, para tanto se faz necessário um maior apoio, integração e comprometimento de todos os atores envolvidos (autoridades locais, agentes de viagens, guias de turismo, empreendedores turísticos, organizações não governamentais, comunidades, gerência da Flona, instituições de ensino superior), com a finalidade de cogestão e participação, no sentido de assegurar um planejamento, administração e monitoramento adequados e efetivos.

A disseminação de informações sobre os fundamentos norteadores do ecoturismo, como por exemplo, os princípios, os impactos econômicos, ambientais, sociais, culturais, na qual está inserida a questão da sustentabilidade,

torna-se uma necessidade premente junto aos atores que estão envolvidos com a atividade nas duas comunidades. Assim, o desenvolvimento do ecoturismo será realizado nos princípios da sustentabilidade, ou seja, com enfoque na conservação e uso sustentável dos recursos naturais e histórico-culturais, promovendo a integridade e equidade dos processos sociais e suprindo as necessidades econômicas do núcleo receptor, além de proporcionar experiências construtivas e satisfatórias aos visitantes.

No sentido de contribuir para o desenvolvimento sustentável do ecoturismo, algumas ações cooperativas devem ser empreendidas para intensificar e coordenar as atividades nas comunidades de Maguari e Jamaraquá, a saber:

- Deve haver uma participação mais efetiva de toda a comunidade no desenvolvimento do ecoturismo, de maneira a torná-la autossuficiente e conhecedora de seus aspectos positivos e negativos, despertando-a para um trabalho de base comunitária;
- Os cursos de capacitação em várias atividades relacionadas ao ecoturismo devem ser permanentes, especialmente, cursos específicos, como observação de primatas, pássaros, flora, plantas medicinais, etc., para que as comunidades sintam-se qualificadas para receber adequadamente os visitantes;
- O modo de vida, cultura local e aspectos naturais são itens apontados pelos turistas, como sendo de interesse em suas visitas. A viabilidade de cursos voltados à interpretação ambiental e cultural vem ao encontro desses desejos. Os condutores de visitantes já participaram de alguns cursos dessa natureza, porém percebe-se que ainda há necessidade de intensificação na qualificação desses profissionais.
- Um valor que pode ser agregado à educação e a interpretação ambiental é a construção de um centro de visitantes, de maneira a possibilitar um espaço de comunicação e sensibilização sobre as questões ambientais e culturais locais;
- Com relação à visita dos turistas, é fundamental o estabelecimento de estudos da capacidade de suporte turística e outros estudos de planejamento e administração dos visitantes, como por exemplo, limites de mudança aceitável, gerenciamento de impacto de visitantes, processo de gerenciamento das atividades de visitantes, pois está ocorrendo um aumento constante de turistas nas duas localidades, principalmente, em Jamaraquá;

- A implementação de sistemas de saneamento, principalmente, esgoto sanitário, adequado às necessidades dos turistas, é um fator a ser avaliado, pois é um aspecto sugerido por alguns visitantes;
- O ecoturismo precisa ser entendido pelas comunidades e parcerias como uma alternativa viável de uso múltiplo sustentável da floresta e como um processo que possibilita a valorização cultural, ao contrário de outras alternativas econômicas, como a cultura da soja, que beneficia mais pessoas vindas de outros estados do que a população local;
- Com relação à plantação da soja e outros grãos no entorno da Flona do Tapajós, observados por alguns turistas, cabe a todos, principalmente, à gerência dessa UC, a preocupação em estimular discussões a respeito desse acontecimento, pois sua sustentabilidade, bem como de todos os projetos nela implementada, também depende de como as ações antrópicas estão sendo desenvolvidas em seu entorno;
- Para que os turistas contribuam para a sustentabilidade das comunidades de Maguari e Jamaraquá, é preciso que eles permaneçam mais tempo nos locais visitados, a fim de que possam interagir com o modo de vida local, conhecendo suas estórias, mitos, contos e lendas, além de uma maior integração com a natureza, pois através desse conhecimento, mudanças de atitudes ocorrerão e a valorização, conservação e preservação dos destinos visitados estarão assegurados. Atualmente os turistas permanecem em média dois dias.

REFERÊNCIAS

- ARRUDA, R. S. V. 'Populações tradicionais' e a proteção dos recursos naturais em unidades de conservação. In: DIEGUES, A. C. (Org). *Etnoconservação: novos rumos para a proteção da natureza nos trópicos*. 2ª Ed. São Paulo: Annablume: Hucitec: Núcleo de Apoio à Pesquisa sobre Populações Humanas e Áreas Úmidas Brasileira, USP, 2000.
- BORGES, M. M. Levantamento do potencial ecoturístico (inventário). In: MITRAUD, Sylvia (Org). *Manual de ecoturismo de base comunitária: ferramentas para um planejamento responsável*. Brasília: WWF-Brasil, 2003.
- COSTA, V. C.; COSTA, N. M. C. *O desafio do ecoturismo em unidades de conservação*. In: IV ENCONTRO NACIONAL DE TURISMO COM BASE LOCAL. Redescobrimo a Ecologia no Turismo. Joinville, SC: IELUSC, 2000.
- DIEGUES, A. C. *O mito moderno da natureza intocada*. 4ª Ed. São Paulo: Annablume: Hucitec: Núcleo de Apoio à Pesquisa sobre Populações Humanas e Áreas Úmidas Brasileira, USP, 2002.
- _____. *As áreas naturais protegidas, o turismo e as populações tradicionais*. In: SERRANO, C. M. T.; BRUHNS, H. T. (Orgs). *Viagens à natureza: turismo, cultura e ambiente*. 6ª Ed. Campinas, SP: Papirus, 2003.

EMBRATUR. *Diretrizes para uma Política Nacional de Ecoturismo*. Grupo de Trabalho Interministerial MICT/MMA. Brasília, DF: EMBRATUR/IBAMA, 1994.

FENNEL, D. A. *Ecoturismo: uma introdução*. São Paulo: Contexto, 2002.

GRAHN, A. Administração de visitantes em unidades de conservação. In: PEREIRA, E.M.; NELSON, S. P. (orgs). *Ecoturismo: práticas para turismo sustentável*. Manaus: Vale/Uninorte, 2004.

INSTITUTO VIRTUAL DE TURISMO – IVT-RJ. Turismo nas fazendas históricas do vale do Paraíba fluminense: um estudo sobre sustentabilidade. Disponível em: <<http://www.ivt-rj/caderno/antiores/6/preservale/preservale/preservale.pdf>>. Acesso em: 03 de julho de 2002.

IRVING, M. A.; RODRIGUES, C. G. O.; FILHO, N. C. N. *Construindo um modelo de planejamento turístico de base comunitária: um estudo de caso*. In: IV ENCONTRO NACIONAL DE TURISMO COM BASE LOCAL. Joinville, SC, 2000.

KINKER, S. *Ecoturismo e conservação da natureza em parques nacionais*. Campinas, SP: Papirus, 2002.

NELSON, S. P. Envolvimento comunitário em turismo: benefícios e desafios. In: PEREIRA, E.M.; NELSON, S. P. (orgs). *Ecoturismo: práticas para turismo sustentável*. Manaus: Vale/Uninorte, 2004.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO TURISMO. *Introdução ao turismo*. São Paulo: Roca, 2001.

_____. *Guia de desenvolvimento do turismo sustentável*. Porto Alegre: Bookman, 2003.

PEREIRA, E.M.; NELSON, S. P. Turismo sustentável, uma introdução. In: PEREIRA, E.M.; NELSON, S. P. (orgs). *Ecoturismo: práticas para turismo sustentável*. Manaus: Vale/Uninorte, 2004.

RODRIGUES, A. B. Ecoturismo – limites do eco e da ética. In: RODRIGUES, A. B. (Org). *Ecoturismo no Brasil; possibilidades e limites*. São Paulo: Contexto, 2003.

SILVA, S. M. S. *Ecoturismo em Comunidades Tradicionais na Floresta Nacional do Tapajós: o caso de Maguari e Jamaraguá*. Universidade Federal do Amazonas. 2005. 150 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Florestais. Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2005.

SOARES, E. S. (Org). *Desafios, resultados, ameaças e oportunidades em uma unidade de conservação na Amazônia: “a Floresta Nacional do Tapajós”*. Manaus: IBAMA/ProManejo, 2004.

WEARING, S.; NEIL, J. *Ecoturismo: impactos, potencialidades e possibilidades*. 1ª ed. Brasileira. Barueri-SP: Manole, 2001.

Ecoturismo de Base Comunitária na Amazônia: perspectivas conceituais e as práticas ecoturísticas da Comunidade de Caruaru, ilha de Mosqueiro - PA

José Maria Reis e Souza Júnior¹
Maria Goretti Tavares²

INTRODUÇÃO

A crise do modelo utilitarista de desenvolvimento econômico, representada pela crise do regime de acumulação fordista do capital, em nível global, está na prática turística representada pela crise do turismo massivo, ou como exprime Zaoual (2009), a crise do turismo fordista.

As críticas ao utilitarismo, base do paradigma econômico hegemônico, tem possibilitado outras perspectivas paradigmáticas da ciência e do desenvolvimento, tais como a ideia dos Sítios Simbólicos de Pertencimento.

Nesse contexto, de superação do turismo pós-industrial, surgem novas possibilidades de práticas turísticas que encontram lugar na teoria dos Sítios, tais como o Ecoturismo de Base Comunitária. Mais do que possa parecer à longa distância do senso comum, fundamenta-se que o Ecoturismo de Base Comunitária tem características mais diversas e complexas, do que a automática associação à preservação da natureza. Contudo, como esta é uma atividade muito recente, e ainda carente de perspectivas conceituais e metodológicas, defendemos nesta pesquisa que esta prática tem a raiz de seus princípios no Ecoturismo, sua prática e estratégias de atividades seguem o padrão deste, e a nosso ver, caracterizam-se muito bem pelo conceito de Turismo Situado de Zaoual (2009 e 2010).

Dessa forma, buscamos apresentar e discutir alguns fundamentos teóricos-conceituais, com o intuito de contribuir para construção de um arcabouço

1 Bacharel em Turismo e Mestre em Geografia (UFPA)

2 Prof. Dra do Programa de Pós-Graduação em Geografia (UFPA)

teórico para o Ecoturismo de Base Comunitária (EBC), para em seguida caracterizar a ilha de Mosqueiro (Pará, Brasil) e a comunidade de Caruaru, levantando o seu potencial ecoturístico, e propondo formas de planejamento e gestão dessas práticas por meio de roteiros ecoturísticos de base Comunitária.

FUNDAMENTOS TEÓRICOS-CONCEITUAIS DO ECOTURISMO DE BASE COMUNITÁRIA

A crítica a moral utilitarista da economia, fundamento das relações de troca e da teoria de exploração, vigente na sociedade contemporânea, tem permitido outras formas de pensar e fazer socioeconomia. O economicismo que faz o elogio ao utilitarismo intrínseco a ciência econômica tradicional, que a aproxima das ciências físico-matemáticas, a distância da compreensão total do indivíduo, e de sua complexidade humana e social. Nesse sentido Zaoual (2010) alerta que essa economia é

incapaz de propôr conceitos universalmente indiscutíveis, tais como utilidade e bem-estar, sem considerar o contexto do agente econômico. Deste ponto de vista, os enunciados admitidos são desestabilizados no plano teórico pela relatividade dos contextos de ação. A naturalidade do raciocínio econômico encontra-se profundamente afetada (ZAOUAL, 2010, p. 15).

O problema do utilitarismo, como uma “visão deformadora da realidade”, é abordado com muita clareza por Sen quando constata “A informação contida em um número de utilidades – seja qual for sua tradução – é evidentemente muito limitada” (SEN, 1993 apud ZAOUAL, 2010, pg. 15).

A desconsideração de que a pluralidade e a complexidade humana, são de fato, muito mais amplas que os pressupostos do modelo utilitarista, que essa cosmovisão individualista que tende a levar as pessoas a “satisfação” e “bem-estar”, pressupostos da economia política hegemônica, são incapazes de conter a “incomensurabilidade” das relações individuais e coletivas, tem possibilitado razões teóricas e concretas no cotidiano para críticas à este modelo. Críticas que levam Zaoual (2010) a afirmar

O utilitarismo tende a conduzir o mundo das ações dos indivíduos a um só denominador comum, o da utilidade (homogênea e mensurável). Ele ostenta assim, arbitrariamente, um mundo cujos elementos são supostamente divisíveis e, portanto, quantificáveis (ZAOUAL, 2010, p. 16).

Dessa forma, fica explícito que a “vida concreta” (ZAOUAL, 2009) que vivemos é alicerçada no utilitarismo, ou como já apontava Marx, K. e Engels, F. (1978) nas “relações de utilidade ou utilização”. Relações essas que os autores, em a “Ideologia Alemã”, já percebiam no cotidiano da *bourgeoisie* francesa antes mesmo da Revolução. Sobre a relação social de utilidade os autores percebem que

Esta transposição absurda e arbitrária, só deixa de o ser no momento em que as primeiras relações deixem de ter importância por si mesmas para os indivíduos, em que já não representam uma actividade espontânea passando a constituir uma máscara que esconde, não a categoria abstracta de utilização, mas sim um objectivo real, uma relação real, precisamente aquela que é designada por relação de utilidade.

Este disfarce no plano da linguagem só tem sentido quando constitui a expressão consciente ou inconsciente de um disfarce real. No caso presente, a relação de utilidade tem um sentido bastante rigoroso, significa que eu tiro um proveito do mal que faço a um outro (exploitation de l’homme par l’homme); neste caso preciso, por outro lado, o proveito que eu tiro de uma relação é um elemento completamente estranho a esta relação, é aquilo que já encontramos mais atrás no capítulo “bens”: espera-se de toda a aptidão um produto que lhe é alheio, trata-se de uma relação determinada pelas condições sociais – e esta relação é precisamente uma relação de utilidade (MARX; ENGELS, 1978, p. 259 - 260)

Com isso, o conceito de *homo situs* proposto por Hassan Zaoual (ZAOUAL, 2010) vem em contraposição ao *homo oeconomicus*, este indivíduo utilitarista e racionalizado da sociedade capitalista que vivemos, e que, não obstante, também fundamenta as relações sociais e territoriais que produzem o turismo massivo.

Assim, o *homo situs*, é este “homem vivo e concreto”, cujo comportamento enraíza-se em um território em que a harmonia pressupõe a consideração da multiplicidade do comportamento humano.

O território aproximado pela noção de sítio simbólico de pertencimento é admitido, ante de tudo, como uma realidade viva, retirando todo o seu sentido do imaginário compartilhado pelos

indivíduos socializados. O sítio é uma entidade invisível [...] (ZAOUAL, 2010, p. 24).

Essa noção de “invisibilidade” que caracteriza os Sítios, e que também caracteriza os “*lames* sociais que nos une” (J-P DUPUY, 1993 *apud* ZAOUAL, 2010) fica bem clara quando Zaoual (2010) explica que

o sítio é perceptível somente através dos rastros, frequentemente fugidios, que ele deixa no mundo visível, aquele dos comportamentos dos seus partidários e em tudo o que os cerca e faz sua vida cotidiana, da cultura à arquitetura, passando pela economia de sua organização social. Em outros termos, os comportamentos dos indivíduos estão permanentemente em interação com o campo invisível que é o sítio. É ele quem os estabiliza no caos da ordem social (ZAOUAL, 2010, p. 24).

A associação dos conceitos de Território e de Sítio Simbólico de Pertencimento torna-se mais real, enquanto teoria e prática, e a nosso ver possível de interpretar e conceber a realidade, propondo um “turismo situado de base comunitária”, quando Zaoual (2010) afirma

Como cosmovisão de mundo, o sítio marca profundamente os comportamentos individuais e coletivos que se observam no mundo real. A teoria do sítio confere singularidades a cada espaço vivido e cada situação. Em outros termos, o comportamento econômico, de acordo com o modelo do *homo situs*, é decifrável em toda a sua profundidade apenas se a pluralidade das motivações do agente e da dinâmica de seu sítio são consideradas (ZAOUAL, 2010, p. 25).

Contudo, o autor alerta que estas duas dimensões não são as mesmas, são distintas e não podem ser confundidas em uma dada realidade. Um território pode conter uma gama de sítios, e assim uma diversidade de formas de ver e produzir o território, a partir das relações sociais, políticas, econômicas e culturais de cada pessoa ou grupos sociais.

Essa variedade de sítios, em um mesmo sítio, pode qualificar os atrativos, e assim, diversificar a oferta turística de um território, dependendo das motivações daqueles que produzem o turismo, sejam eles “visitantes” ou “visitados”. Assim, imbuídos desses pressupostos, torna-se possível nos aproximar de uma proposta de Turismo Situado de Base Comunitária (BARTHOLO, 2009, ZAOUAL, 2009).

O Turismo de Base Comunitária tem como componentes a oferta e a demanda turística (assim como qualquer tipo de turismo), contudo sua singularidade, esta na forma como estes elementos se configuram. O sentido de proximidade, o intercâmbio intercultural e a gestão compartilhada estão no bojo desta prática turística. A prestação de serviços turísticos são eminentemente relacionais, entretanto, não necessariamente promovem o “encontro” entre as pessoas (“visitantes” e “visitados”), tal como temos visto nas críticas ao turismo massivo.

Posto desta forma fica nítido que se colocam novos paradigmas a prática turística. Ora, como o turismo convencional e massivo, que prioriza a agregação de valores aos roteiros turísticos pela maior quantidade (e não pela qualidade) de atividades de lazer e serviços complementares, pode proporcionar ao turismo esse sentido de proximidade, de encontro? Para melhor explicar essa negação ao sentido de proximidade, o autor recorre ao filósofo Martin Buber, dizendo que esta recusa se assemelha a uma recusa da relação Eu-Tu, onde tal negação assume dupla significação: não se nega somente a alteridade do outro, mas também se nega a possibilidade de se afirmar perante o Tu a identidade própria do Eu. E ainda complementa “Para Buber, a pessoa da relação Eu-Tu é o suporte relacional que permite fazer da alteridade uma presença, numa possibilidade relacional que se estende para além do campo inter-humano” (BARTHOLLO, 2009, p. 47).

Outro aspecto importante que diferencia as práticas de Turismo de Base Comunitária é o intercâmbio intercultural. Tem-se percebido nas experiências, sejam elas no Brasil ou no exterior, a possibilidade real de trocas justas, convivências e interculturalidade, sendo estas, melhor apresentadas a seguir, quando abordarmos a Comunidade de Caruaru, Ilha de Mosqueiro.

O tema da interculturalidade e das dinâmicas de intercâmbio intercultural perpassam por várias áreas sociais e de pesquisa, desde a comunicação, os direitos humanos, as migrações, questões fundiárias e de uso e posse da terra, questões étnicas, dentre outras, contudo, pouco tem sido incorporado ao âmbito prático das políticas públicas. E a nosso ver, o turismo, como uma prática social que promove o “encontro” não pode estar fora desse debate.

De acordo com Fournet-Betancourt (2008) apud Silveira (2008) “a interculturalidade aponta para a comunicação e a interação entre culturas, buscando uma qualidade interativa das relações das culturas entre si e não

uma mera coexistência fática entre distintas culturas em um mesmo espaço” (SILVEIRA, 2008, p. 77).

Nas palavras aqui expressas fica claro que um dos aspectos fundamentais para a promoção da interculturalidade (e, por conseguinte, para o turismo de base comunitária) é o diálogo intercultural. Contudo, torna-se necessário fazer a diferenciação entre diálogo multicultural e diálogo intercultural.

O primeiro exige a aceitação de certos princípios ocidentais que devem ser acatados por todos os membros da comunidade, permitindo ao mesmo tempo a diversidade valorativa cultural (ou religiosa). Politicamente isto significa aceitar o Estado liberal multicultural, sem questionar que sua estrutura, tal como se institucionaliza no presente, é a expressão da cultura ocidental e restringe a possibilidade de sobrevivência de todas as demais culturas. O diálogo intercultural, diferentemente, deve ser transversal, isto é, deve partir de outro lugar, além do mero diálogo entre os eruditos do mundo acadêmico ou institucionalmente dominante (SILVEIRA, 2008, p. 79-80).

O intercâmbio preconizado é de natureza simbólica e relacional, menos monetária e material, chegando a ser algo (quase) incalculável no âmbito das relações econômicas, um verdadeiro diferencial na prestação de serviços turísticos. A promoção do diálogo intercultural torna-se um desafio no âmbito do turismo, que nega a alteridade e busca o lucro a qualquer custo.

Assim, a relação Eu-Tu de Buber (1991) apud Bartholo (2009), ou o sentido de proximidade preconizados por Bartholo (2009) e Zaoual (2009 e 2010), assim como o intercâmbio intercultural (SILVEIRA, 2008 e ZAOUAL, 2009, 2010) podem suplantar a fugacidade utilitarista do turismo massivo, e imprimir ao Turismo de Base Comunitária (e ao ecoturismo de base comunitária) novos paradigmas capazes de promover a inversão na lógica do desenvolvimento tão almejada pelas comunidades locais.

Esses são fundamentos teóricos-conceituais que a nosso ver compreendem perfeitamente o precoce conceito de Ecoturismo de Base Comunitária, e que podem contribuir em seu entendimento e prática.

Dessa forma, imbuídos dessas perspectivas conceituais, apresentamos a ilha do Mosqueiro e sua Comunidade de Caruaru, a partir de um levantamento de suas potencialidades e limitações socioambientais, e assim, projetando-os

para uso sustentável por meio da formatação de roteiros de Ecoturismo de Base Comunitária.

A ILHA DE MOSQUEIRO, A COMUNIDADE DE CARUARU E SUAS POSSIBILIDADES DE USO ECOTURÍSTICO

A ilha compõe o Distrito Administrativo de Mosqueiro – DAMOS, unidades administrativas do município de Belém, sendo uma das 43 ilhas do território insular da capital do Estado do Pará. Possui 212 km² de área territorial e 27.896 habitantes, aproximadamente; e 17 km de praias de água doce, conhecidas por suas ondulações semelhantes às de marés oceânicas (PMB, 2000).

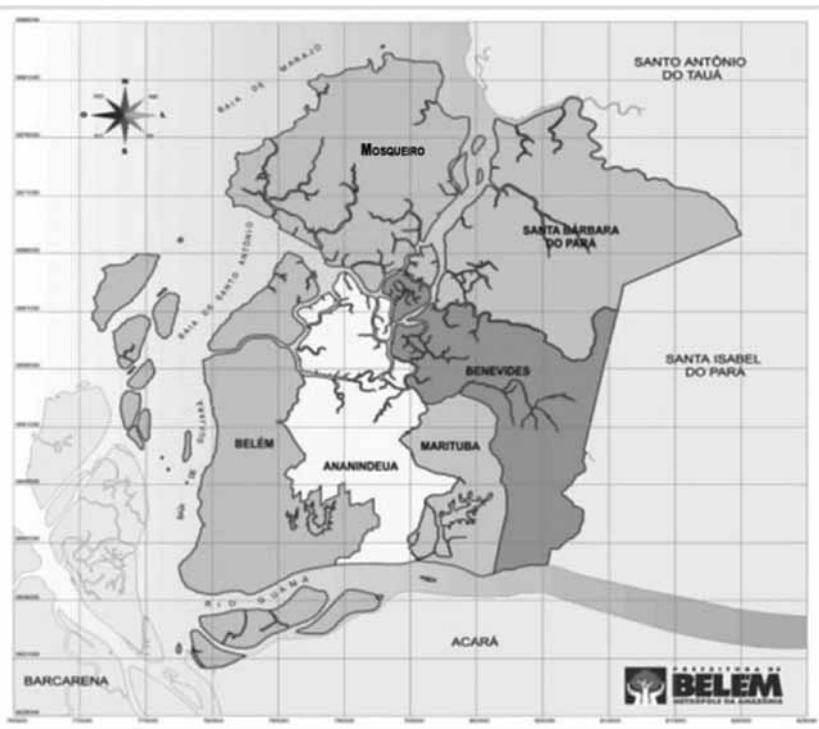


Figura 1: Imagem cartográfica da região Metropolitana de Belém, destacando a Ilha de Mosqueiro.
Fonte Adaptado de PMB/SEGEP (2010).

A cobertura vegetal apresenta resquícios de vegetação primária do tipo Floresta Tropical Perenifólia que foi derrubada para cultivo e deu lugar a uma vegetação secundária denominada de capoeira. Grande contribuição à preservação dessa cobertura vegetal é dada pelo Parque Municipal da ilha

do Mosqueiro – PMIM. O parque foi criado pelo decreto nº 26.138/93 da Prefeitura Municipal de Belém, tendo como principais objetivos a conservação de áreas compostas por ecossistemas terrestres e aquáticos representativos do bioma Amazônia; a preservação dos mananciais do rio Murubira e dos igarapés do Cajueiro e Carananduba, que servem à população da ilha; e normatizar a relação e o uso sustentável de seus recursos pelas comunidades ribeirinhas que vivem em seu entorno (PMB, 1998).

O PMIM tem uma área de 190 ha sendo limitado pelo igarapé Tamanduá e pelo rio Murubira, e por uma linha seca demarcatória. Infelizmente o parque ainda hoje não tem Plano de Manejo e também não tem uma administração e /ou gerência regular com equipe técnica e recursos necessários a gestão ambiental.

No entorno do parque existem 6 comunidades ribeirinhas (Castanhal do Mari-Mari, Caruaru, Itapiapanema, Espírito Santo, Tabatinga e Tucumandea). Essas populações ribeirinhas guardam fortes e consolidadas relações de vivência e interdependência com o lugar, visto que segundo relatos de moradores da região, o histórico de ocupação da região é de mais de 100 anos, existindo famílias que vivem na região a no mínimo 3 gerações.

As pessoas já vivem aqui faz tempo. Minha família vive aqui desde minha vó. Ela veio novinha pra cá com a mãe dela, minha bisa. Nasci e me criei aqui. Sai pra trabalhar umas vezes, mas sempre volto pra cá. Aqui é minha casa (Entrevistado R. S. M.).

O acesso a essas comunidades se dá por via fluvial, a partir principalmente do Porto do Pelé localizado ainda na área urbana da ilha. Não existe linha regular de transporte. A economia local é basicamente da agricultura de subsistência (mandioca e outros como banana, cacau, cupuaçu), extrativismo vegetal (de madeira e de açaí, por exemplo) e animal (pescados e camarão), do comércio local e do funcionalismo público. Uma problemática ambiental já observada é a extração indiscriminada de recursos madeireiros de áreas adjacentes as comunidades (e por conseguinte do PMIM) para produção de carvão vegetal.

Vivem nessa área de entorno do PMIM cerca de 369 pessoas, sendo 54,47 % do sexo masculino e 45,53 % do sexo feminino; distribuídos, quanto a faixa etária de população da seguinte forma: população infantil (0 a 6 anos) corresponde a 14,63 %; população em idade escolar do ensino fundamental (7 a 14 anos) corresponde a 23,31 %; população considerada economicamente

ativa (15 a 59 anos) corresponde a 51,22 % (visivelmente a grande maioria da população); e a população considerada “melhor idade” (acima de 60 anos) corresponde a 10,84 %. A área mais populosa é a que engloba as comunidades de Caruaru, Tucumandeua e Itapiapanema, correspondendo a 43,08 % da população (BRANDÃO *et al*, 2004).

Assim, por a Comunidade de Caruaru ter tido (junto com a Comunidade de Castanhal de Mari-Mari e o Porto do Pelé) uma experiência com o projeto Trilha Olhos D’água (trilha operada pelos comunitários e incentivada pelo poder público municipal) e por conter em sua área a maior parte da população dessa região, é que a priorizamos neste estudo.

Uma problemática ambiental diagnosticada é o desflorestamento indisciplinado para a plantação de lavouras de subsistência com baixíssimo uso de tecnologias sustentáveis, assim como para a produção de carvão vegetal. Isso tem trazido problemas para comunidade, à medida em que a cobertura vegetal se reduz, os moradores começam a reclamar do aumento do calor (sensação térmica), como também, começam a sentir falta de certas espécies de animais como pássaros, borboletas e pequenos primatas, além de reduzir a qualidade estética das trilhas ecológicas, e com isso, seu aproveitamento para o Ecoturismo.

Nas proximidades da comunidade, os cursos d’água não apresentam, a vista, muitos resíduos sólidos inorgânicos, nem contaminação por óleos e outros derivados de petróleo, contudo seria necessário uma análise físico-química mais específica e criteriosa para tal diagnóstico. De toda forma, a comunidade não usa estas águas para consumo doméstico (mas usa para o banho e lazer).

Não existe rede de esgotos na comunidade. Os sanitários domésticos são do tipo “fossa negra”. Também não há nenhum tratamento com os resíduos sólidos inorgânicos, onde é uma prática comum queimar ou enterrar o lixo no “terreiro” (áreas adjacentes às casas; quintais).

As principais fontes de renda e ocupações de trabalho percebidas e levantadas em Caruaru são oriundas da agricultura de subsistência (de mandioca principalmente, e outras hortaliças e/ou espécies frutíferas), do extrativismo vegetal (de madeira para produção de carvão vegetal e de frutos como açaí) e animal (pescados e camarão), do comércio local, do funcionalismo público e da prestação de serviços (como nas áreas de construção civil e carpintaria, por exemplos). As práticas agrícolas são de pouco valor agregado e de

baixa tecnologia, o que empobrece cada vez mais o solo, o que os obriga a cada vez mais fazer a rotatividade das áreas de plantio (e com isso, desmatar cada vez mais áreas), assim como tem reduzida remuneração na comercialização do excedente. A produção de derivados da mandioca como farinha e tucupi é pequena e quase toda para consumo próprio, havendo pouco excedente para comercialização, contudo a problemática maior está no escoamento desses, e de outros produtos, uma vez que não há linhas regulares de transportes (fluviais) para a comunidade. Percebeu-se também a criação de pequenos animais para consumo próprio como galinhas, patos e suínos (SOUZA JUNIOR, 2012).

Há também alguns moradores locais que atuam na prestação de serviços de alimentos e bebidas para atenderem aos visitantes/turistas que chegam à comunidade em períodos festivos ou mesmo nas férias, assim como na “baixa estação”.

É possível deduzir então que a produção de subsistência e a extração vegetal são as principais ocupações e fontes de geração de renda da comunidade, e que muito ainda está por ser feito para qualificar e diversificar essas (e outras) cadeias produtivas, com a capacitação profissional dos moradores com adoção de técnicas mais sustentáveis de produção e gestão.

A família é o maior núcleo social e organizador da vida civil na comunidade de Caruaru. É na família, por meio de laços de parentesco, que a cooperação e solidariedade comunitária ficam mais evidente. “Ajudo meus familiares porque sei que no dia que eu precisar, eles vão me ajudar também” (Entrevistado P.S.A., 2011).

Contudo, por meio das entrevistas e da observação sistemática, percebemos fortes críticas sobre algumas situações relacionadas a este aspecto. Uma delas é que a comunidade de Caruaru tem sua vida social em função da Festividade de Santa Rosa de Lima, padroeira da comunidade. Os críticos dizem que na Associação de Moradores há uma rotatividade de pessoas nos cargos de diretoria que pertencem sempre às mesmas famílias, e que estes não se preocupam em fazer nada além de organizar a festividade que é anual. Outros assuntos relevantes à comunidade, tais como saúde, educação, segurança, e etc. não são discutidos e encaminhados pela Associação de Moradores.

Inexiste uma organização de caráter comunitário que possa promover discussões na comunidade com o intuito de demandar suas necessidades junto aos poderes públicos, sejam eles do executivo, do legislativo ou do judiciário; ou seja, a participação política coletiva é baixa; os poucos benefícios ou políticas

sociais que chegam a comunidade, geralmente, são pela iniciativa individual de alguns moradores que conseguem junto a parlamentares e/ou gestores públicos que tem algum interesse político na comunidade.

Sobre os serviços públicos, a comunidade conta com energia elétrica, água do Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Belém – SAEEB, e sinal de telefonia celular (com maior qualidade da operadora OI).

O nível de ensino disponível é o Fundamental, por meio do anexo da Escola Municipal Renígio Farnadez. Há um serviço de barco-escola da Prefeitura Municipal de Belém – PMB que leva os jovens das comunidades para cursarem o ensino médio na sede desta mesma escola que se localiza na área urbana da ilha de Mosqueiro, no bairro de Maracajá. A comunidade também é atendida pelo Programa Família Saudável, e algumas famílias recebem o benefício social Bolsa Família.

Uma benfeitoria pública, que também foi citada nas entrevistas e observada, foi a reforma do trapiche da comunidade, realizada há cerca de 4 anos, por meio de uma parceria entre a PMB e a comunidade. Devido a cobertura do trapiche ser em estilo semelhante ao pórtico de entrada da ilha de Mosqueiro, alguns o chamam de “Portal do Caruaru”.

Instituições e órgãos da administração pública como Universidade Federal do Pará – UFPA, Universidade Rural da Amazônia – UFRA, Museu Paraense Emílio Goeldi – MPEG, Agência Administrativa de Mosqueiro – ADMO, Secretaria Municipal de Meio Ambiente – SEMMA, Coordenadoria Municipal de Turismo – BELEMTUR, Secretaria Municipal de Educação – SEMEC, e Banco do Povo, dentre outras foram citadas por moradores locais como já terem tido realizado ações de pesquisa, gestão e infraestrutura, capacitação e/ou extensão na comunidade de Caruaru.

Outros espaços da vida social identificados foram o campo de futebol no centro da comunidade, o Barracão da comunidade, e a igreja católica onde se encontra a imagem de Santa Rosa de Lima, padroeira do Caruaru.

A criticada autodeterminação de “comunidade” dessa população ribeirinha que não se utiliza dessa estratégia social para se organizar e reivindicar melhorias em sua comunidade tem, a nosso ver, nos aspectos culturais, sua justificativa; ou seja, não é na dimensão social que o sentido de “comunitário” se expressa nesse agrupamento humano (como se pensou em Brandão *et al*, 2004), e sim, é na dimensão cultural que isso acontece.

Como já abordamos anteriormente, as comunidades do entorno do PMIM guardam forte e perenes relações culturais com o meio em que vivem; isso se confirma quando percebemos que, mesmo as práticas tidas como de caráter econômico, em sua maioria, também são praticas culturais de conhecimentos associados à natureza, por exemplo.

Assim, nesse campo dos aspectos culturais, percebemos e registramos 4 práticas (de interesse turístico): a Festividade de Santa Rosa Lima, o Artesanato, o Grupo Folclórico de Caruaru; e uma que chamaremos aqui de “cultura das águas”.

A Festividade de Santa Rosa de Lima é a festa de santo (FIGUEIREDO, 1999) da padroeira da comunidade de Caruaru. Segundo relatos, Santa Rosa de Lima nasceu em 1586, em Lima, Peru; por isso é considerada a padroeira dessa capital, e da América Latina também. Foi levada para a comunidade de Caruaru por um padre alemão chamado Eurico Frank em 1945. Em 1961, a pedido de uma família muito influente na comunidade e na ilha de Mosqueiro (a família Fróes), o padre Samuel Amorim Sá visitou a comunidade de Caruaru e propôs que ali se construísse uma capela para a Santa, o que foi de pronto atendido. Desde então, tem sido reverenciada e festejada não só pela comunidade de Caruaru, mas sim por todas as comunidades do entorno do PMIM, como também por outras pessoas que vêm de Belém para participar da festividade.

Acontece sempre no ultimo final de semana de agosto, por isso, a data não é fixa. Começa com a saída em procissão da casa de “Dona Clarice” (moradora), em direção ao trapiche do Porto do Pelé. De lá, sai uma procissão fluvial (talvez o momento mais emblemático e emocionante da Festividade) rumo a comunidade de Caruaru. A imagem é acompanhada por dezenas de embarcações de variados tamanhos e estilos, alguns ornamentados outros não; alguns soltam fogos de artifício, outros simplesmente rezam e acompanham o momento consternados de emoção e adoração a imagem de Santa Rosa de Lima. Com a chegada da imagem a Caruaru, ocorre a “subida do mastro”, assim como toda uma programação de caráter litúrgico.

E no sábado é o componente profano da festa que se manifesta. Acontece a chamada “festa da comunidade”, que nada mais é que uma festa de aparelharem tipicamente paraense, na qual são cobrados ingressos, são vendidas bebidas (alcoólicas e não alcoólicas) e comidas típicas, e muita dança ao som do tecnobrega, mas também do pagode, forró, funk, rock e do carimbó,

entre outros ritmos. É um momento de alegria e confraternização da comunidade aguardado durante todo o ano. A festa começa no fim da tarde do sábado, se estende por toda a noite, até o amanhecer do domingo. No domingo, as 14:00 h, os “trabalhos” são retomados, e a festa se estende novamente até a madrugada da segunda-feira.

Acompanhamos a Festividade em 2011, e pudemos perceber o grande potencial que o evento tem para o desenvolvimento do chamado Turismo Cultural, e mesmo também, como um componente diferenciado para o Ecoturismo de Base Comunitária, obviamente se for preparada e adequada para isso.

O artesanato de Caruaru tem algumas particularidades. Os artesanatos tipo *souvenirs* são basicamente os produzidos com palhas e talas (como paineiros, cestos, e outros utensílios), de sementes e outros produtos naturais coletados, como as biojóias, e as típicas e singulares “varinhas do amor”. A história das varinhas do amor é curiosa e tem muito a ver com a história da própria ilha de Mosqueiro, e por isso, podemos dizer, tem muito potencial para ser valorizado por meio do Ecoturismo de Base Comunitária. As varinhas do amor surgiram quando, segundo contam os artesãos, por volta do início do século XX, chegavam as embarcações de passageiros (os mais conhecidos foram os navios “Alexandrino”, e depois os “Mosqueiro” e “Soure”), única forma de se chegar à ilha; algumas moças faziam as varinhas e levavam para serem vendidas perto ao trapiche da Vila, mas como sempre eram “moças artesãs”, quem se interessava pelo artesanato, eram os rapazes, disso surgiu a denominação “varinha do amor”.



Figura 02: Artesanato do tipo biojóias da comunidade de Caruaru
Fonte: Pesquisa de campo, 2011.

Hoje a prática de produzir as “varinhas do amor”, foi resgatada pela comunidade do Caruaru, a partir do incentivo dado por meio do projeto Trilha Olhos D’água, de 2000 a 2002. Por este projeto da BELEMTUR, moradores participaram de oficinas de artesanato, e dentre elas as de “varinha do amor” e biojóias. Os produtos eram vendidos na Feirinha de Artesanato na comunidade, que era montada sempre nos dias de trilha, e constantemente na Feirinha do Espaço Cultural Praia-Bar que fica próximo ao Trapiche da Vila, que é bastante visitado.

Entre 2006 e 2007, uma moradora de Caruaru resolveu criar um grupo de dança e música parafolclórico na comunidade, que o chamou de Grupo Folclórico do Caruaru. Ela, que diz ser dona de casa, também realiza um serviço de alimentos e bebidas para atenderem os visitantes e turistas que chegam ao Caruaru. Percebeu que precisava ter algo que recepcionasse e que animasse a hora no almoço dos visitantes, assim, surgiu a ideia do grupo. A época, alguns jovens da comunidade que também eram alunos do Programa Primeiro Emprego em 2007, no curso de Ecoturismo, foram grande entusiastas na criação do grupo, que já se renovou com outros participantes, mesmo que hoje em dia, não mais se apresente com tanta frequência, apresentando-se somente em “momentos especiais”.

Por fim, identificamos uma relação muito íntima da comunidade com as águas dos rios e igarapés, seja para o transporte, seja como forma de viabilizar o sustento (pela pesca, por exemplo), ou seja para o lazer. Percebemos todo um conjunto de práticas, conhecimentos e saberes relacionadas às águas. Há comunitários que tem conhecimento de carpintaria de embarcações, há outros que contam lendas e estórias relacionadas a mitos amazônicos (há quem diga que já viu a cobra-grande), muitos tem conhecimento de técnicas e saberes relacionados a pesca (espécies de peixes, camarões e siris encontrados na região, sabem fazer o matapi, que é uma espécie de armadilha artesanal para capturar camarões e siris, e etc) e há aqueles que costumam usar as águas dos rios para o lazer e descanso semanal (a comunidade é bem movimentada aos finais de semana, com visitantes, eventuais turistas e pessoas de outras comunidades próximas que a visitam para tomar banho de rio, beber e comer, e irem, quando há, a alguma festa).

Próximo à comunidade há alguns olhos d’água (nascentes), disso advém o nome do projeto Trilha Olhos D’água. Na trilha era possível visualizar algumas dessas nascentes, quando o projeto era executado pelos monitores

do roteiro, um trabalho de sensibilização ambiental com o grupo, abordando temas sobre as problemáticas da gestão dos recursos hídricos na Amazônia, e preservação das florestas, dentre outros.

Convencionamos chamar de Aspectos Turísticos neste trabalho tudo que é relativo à Oferta Turística, ou seja, toda forma de recursos e serviços relacionados ao atendimento turístico (CHIAS, 2007). Esclarecemos, obviamente por tratar-se apenas de uma “opção metodológica” de “separar” este componente para melhor analisá-lo, pois sabemos que todos os aspectos já abordamos (a saber: ambientais, econômicos, sociais e culturais) compõem esta oferta. Assim, identificamos os seguintes aspectos:

Recursos naturais: corresponde aos atributos da comunidade com relação à natureza e/ou meio ambiente que os cerca. São os rios e igarapés, as trilhas e as florestas próximas à comunidade; a fauna e flora regional, os olhos d’água, a paisagem ribeirinha, o clima quente úmido, e o Parque Municipal da Ilha do Mosqueiro (mesmo que hoje não esteja efetivamente disponível a comunidade como um recurso, mas é um potencial).

Recursos Culturais: a Festividade de Santa Rosa de Lima, o artesanato, o grupo folclórico, a “cultura das águas”, a memória e a história de vida dos moradores, a hospitalidade, a gastronomia e a própria formação histórico-territorial da ilha da Mosqueiro.

Serviços turísticos: na comunidade existe um bar com funcionamento mais regular, próximo à margem do rio, ao lado do Trapiche da comunidade; mais próximo ao Trapiche existe uma “barraca” construída por um casal de moradores que também atendem aos visitantes e turistas com um serviço de alimentos e bebidas familiar e mais organizado. Contudo, só funciona aos finais de semana (ou sob agendamento) e com grupos fechados. A comida é simples, mas saborosa, e o atendimento é mais diferenciado. Informaram que se o turista quiser fazer um passeio de canoa ou uma caminhada ecológica, eles têm com viabilizar o serviço;

Os Hotéis Hilton Hotel (em Belém) e o Hotel Fazenda Paraíso (na ilha de Mosqueiro) também realizam excursões de um dia à comunidade. Geralmente contatam com este casal que organiza o almoço e a caminhada ecológica para o grupo, contudo informaram que eles não têm feito isso ultimamente;

Este casal também tem recebido grupos participantes de eventos (sejam de âmbito regional ou nacional) que são realizados em Belém. Organiza

o receptivo de grupos, desde visitas técnicas com pesquisadores e profissionais a grupos de participantes em encontros acadêmicos e culturais.

Bem próximo ao Caruaru, na comunidade de Espírito Santo, existe o Sítio Pratiquera. É um restaurante de comidas regionais, com uma arquitetura tipicamente ribeirinha (palhoças montadas em palafitas), localizado a margem do rio Pratiquera. Este empreendimento familiar começou por incentivo do Projeto Trilha Olhos D'água, pois era nele que ocorria o almoço dos grupos. Com o fim do projeto, a família continuou o negócio, e com muito sacrifício, sem financiamentos e com recursos próprios e empreendedorismo, o manteve e fizeram mais investimentos. Hoje tem várias estruturas de atendimento (malocas e trilhas de palafitas, espaços para descanso com redes, caminhadas ecológicas na floresta em sua propriedade, flutuantes que ficam ancorados no rio, e o serviço muito bom de cozinha regional e bebidas). Atualmente funciona aos sábados e domingos, seus clientes são grupos fechados e um público de maior poder aquisitivo que costuma passear de lanças pelos rios da região, uma vez que seu acesso só é possível por via fluvial.

O “seu Pedro” (como é conhecido), morador da comunidade do Porto Pelé tem um barco que adaptou para transportar passageiros. Ele presta um serviço de transporte fluvial para grupos que queiram visitar a comunidade de Caruaru. Segundo o “seu Pedro”, ele pode somente transportar o grupo para a comunidade, mas também, se houver interesse, pode fazer um trabalho de monitoria, pois o mesmo detém todo um repertório de informações ecológicas e culturais que são utilizados na interpretação ambiental ao longo da viagem. Isso também é uma “herança” da Trilha Olhos D'água, pois a época do projeto, “seu Pedro”, passou por um processo de capacitação e era ele quem fazia transporte dos grupos.

“Seu Pedro” também possui todo um conhecimento de caráter tácito e cultural sobre a região. Conhece bastante sobre a natureza e a história dessas comunidades. É carpinteiro de embarcações e sua família tem no Porto do Pelé, um estaleiro de embarcações regionais com décadas de funcionamento (segundo seu relato, são quase 100 anos de existência). Isso também poderia ser utilizado na formatação de um roteiro da “Cultura Ribeirinha” em Caruaru.

Mas recentemente (entre 2003 e 2005) o Programa de Desenvolvimento do Ecoturismo na Amazônia Legal – PROECOTUR teve uma “passagem” pela ilha de Mosqueiro. A ilha recebeu benefícios do programa com a reforma e ampliação do trapiche do Porto do Pelé. O investimento tinha como destinação

apoio à infraestrutura de visitação e uso público em Unidades de Conservação. Assim, foram “selecionados”, no município de Belém, para serem contemplados com recursos, o Parque Ecológico do Município de Belém (localizado no bairro da Marambaia) e o Parque Municipal da Ilha de Mosqueiro (com a reforma do Porto do Pelé). Esse foi o único investimento direto que houve do PROECOTUR na região, onde as comunidades do entorno do PMIM (dentre elas, o Caruaru) passaram ao largo dos processos de participação e gestão do programa, tal como analisado em Nóbrega (2007).

Dessa forma, entendemos que o processo de turistificação da comunidade de Caruaru se deu de forma aleatória e difusa, pouco planejada, contudo, em um momento inicial fomentado por ações de caráteres público e privado (como o projeto Trilha Olhos D’água da BELEMTUR, e de excursões esporádicas organizadas por hoteleiros e agentes de viagens e turismo do centro de Belém e de Mosqueiro), e que teve, consoante a isso, um certo reconhecimento de seu potencial de desenvolvimento e de sua relevância socioambiental, por parte do governo federal com o PROECOTUR, mas que não teve resultados que poderíamos chamar de perenes no desenvolvimento local, e a partir dessas “passagens” por essas políticas públicas, houve ações de caráter “privado-comunitário” por iniciativa de alguns moradores locais que souberam ver no turismo uma oportunidade (mesmo que ainda incipiente) de geração de renda.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Entendemos que os limites e possibilidades do Ecoturismo de Base Comunitária na comunidade de Caruaru já foram abordados consideravelmente, contudo, a título de sistematização, vamos neste momento elencá-los para melhor identificação, e assim podermos contribuir, subsidiando um futuro processo de planejamento. Para uma análise inicial e potencia para o EBC, é preciso ressaltar a necessidade de criação de instrumentos de gestão que possam dar concretude a esse tipo de turismo. Para isso, propomos a formatação de 2 (dois) produtos de Ecoturismo de Base Comunitária em Caruaru; um com uma ênfase mais ecológica, outro com a ênfase cultural. Seriam os roteiros: *Natureza e Preservação do Parque Municipal da Ilha de Mosqueiro*, nos quais os turistas além de conhecerem o cotidiano da comunidade, teriam acesso ao Parque, por meio de trilhas ecológicas monitoradas, onde teriam acesso a um leque de informações com intuito de promover a sensibilização e educação ambiental, contudo, para que isso fosse possível, seria necessário desenvolver o

Plano de Manejo do Parque e implantar seu processo de administração pública e gestão ambiental, com todos os recursos humanos, financeiros e materiais necessários; e o roteiro *Caruaru e a Cultura das Águas*, onde a ênfase seria dada a íntima relação que a comunidade tem com os rios, furos, baía e igarapés da região. Demonstrar seus hábitos, costumes e conhecimentos que têm associados às águas. Sua forma de se transportar pelos rios, a pesca e os conhecimentos associados a isso, as lendas e histórias ribeirinhas, os ofícios relacionados e seus “mestres de cultura”, visita aos olhos d’água com um trabalho de educação ambiental, alertando os visitantes para a problemática da gestão dos recursos hídricos na Amazônia. A hospitalidade, o artesanato e uma relativa convivência em harmonia com o meio ambiente também são potencialidades que a comunidade de Caruaru possui. A Festividade de Santa de Rosa de Lima, que já possui um apelo forte de caráter religioso, precisaria ser mais bem organizada, planejada e adequada ao EBC, mas já conta com um forte potencial para o Turismo Cultural Religioso.

As limitações mais contundentes, com certeza, são as dificuldades de transporte (o único modo de transporte para comunidade é o fluvial, mas o problema maior é falta de institucionalidade e regularidade do transporte público), deficiências em comunicação (a única forma de telefonia, ainda com má qualidade de sinal, é a celular), e a latente falta de entendimento, preparo e capacitação da comunidade para trabalhar com Ecoturismo de Base Comunitária.

A falta de uma cultura associativista e comunitária também é uma forte limitação. Se a comunidade não consegue se organizar socialmente fica mais difícil demandar por melhorias em infraestrutura, gestão e políticas produtivas e sociais.

A questão fundiária é outra problemática. Essas comunidades ainda não foram regularizadas, o que sabemos ser um grande empecilho para qualquer tipo de financiamento público e/ou privado de empreendimentos turísticos.

E de uma forma mais ampla, apontamos duas limitações para o desenvolvimento do Ecoturismo de Base Comunitária em Caruaru: A falta de uma política nacional de fomento ao Turismo de Base Comunitária (BURSZTYN, 2005), e a falta de regras e processos (um sistema) claros de acesso, promoção e comercialização de produtos de Turismo Comunitário no Brasil (BURSZTYN; BARTHOLO, 2012).

Assim, com este ensaio pretendemos tão somente contribuir para que todo este potencial geosocioambiental que compõem o ambiente da comunidade de Caruaru, ilha de Mosqueiro (PA) esteja a serviço da mesma, para seu sustento e bem estar, e não para a “utilidade” do sistema capitalista.

REFERÊNCIAS

- BARTHOLO, R. Sobre o sentido da proximidade: implicações para um turismo situado de base comunitária. In: BARTHOLO, R, SANSOLO, D. G. e BURSZTYN. M. (Org.). *Turismo de Base Comunitária*. São Paulo: Letra e Imagem, 2009, p. 45-54.
- BRANDÃO, E.J; CONCEIÇÃO, M.F.C; LÍRIO. A; MANESCHY, M. C. A. Perspectivas para o desenvolvimento sustentável no arquipélago de Belém: o caso das comunidades rurais do entrono do parque municipal da ilha do Mosqueiro. In: ARAGÓN, L. (Org.) *Conservação e desenvolvimento no estuário e litoral amazônico*. Belém: UFPA/NAEA, 2004. p. 215 – 248.
- BURSZTYN, I. Políticas Públicas de Turismo visando a Inclusão Social. Rio de Janeiro: COPPE/UFRJ, 2005. (Dissertação de Mestrado).
- BURSZTYN, I; BARTHOLO, R. O processo de comercialização do turismo de base comunitária: desafios, potencialidade e perspectivas. *Sustentabilidade em Debate*. Brasília, v. 3, n. 1, p. 97 – 116, 2012.
- CHIAS, J. *Turismo: O Negócio da Felicidade*. São Paulo: Editora SENAC, 2007
- FIGUEIREDO, S. *Ecoturismo, festas e rituais na Amazônia*. Belém: NAEA/UFPA, 1999.
- MARX, K; ENGELS, F. *A Ideologia Alemã* (Vol. 2). Tradução: Conceição Jardim/ Eduardo Lucio Nogueira. 2ª Ed. Lisboa: Presença/ Martins Fontes, 1978.
- PREFEITURA MUNICIPAL DE BELÉM – PMB. Relatório Preliminar de Inventário Florístico e Faunístico do Parque Municipal da Ilha do Mosqueiro – PMIM. Fundação Centro de Referência em Educação Ambiental Escola-Bosque Eidorfe Moreira, 1998.
- NÓBREGA, W. R. M. *Turismo, Planejamento e Políticas Públicas na Amazônia*. Rio de Janeiro, E-Papers, 2007.
- SILVEIRA, E. da. Multiculturalismo versus interculturalismo: por uma proposta intercultural do Direito. *Desenvolvimento em Questão* [On-line] 2008, 6.
- SOUZA JÚNIOR, J. M. R. A natureza do turismo e o turismo de natureza na Amazônia: políticas públicas, ecoturismo de base comunitária e territorialidades da comunidade de Caruaru, ilha de Mosqueiro – PA Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal do Pará (UFPA). 2012. 186 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Federal do Pará, Belém, 2012.
- ZAOUAL, H. Do turismo de massa ao turismo situado: quais as transições? In: BARTHOLO, R; SANSOLO, D.G; BURSZTYN, I. (orgs). *Turismo de base Comunitária: diversidade de olhares e experiências brasileiras*. Rio de Janeiro: Ed. Letra e Imagem, 2009.
- ZAOUAL, H. *O homo situs e suas perspectivas paradigmáticas*. Rio de Janeiro: OIKOS, 2010.

Ecoturismo indígena e identidade: o desafio do planejamento

Ivani Ferreira de Faria¹

INTRODUÇÃO

No contexto brasileiro, por sua riqueza natural e cultural, a Amazônia, e em particular o Alto Rio Negro, emerge como uma das regiões prioritárias para a conservação de recursos naturais e a construção de propostas de desenvolvimento capazes de valorizar e proteger a base natural, resgatar e preservar o patrimônio cultural e assegurar benefícios às comunidades locais.

O município de São Gabriel da Cachoeira localizado no noroeste amazônico, foi criado em 1891, pela Lei Estadual Nº 10, como território desmembrado de Barcelos. É extinto e reintegrado a Barcelos em 1930. Com o Decreto Lei Estadual Nº 226, em 1935, estabelece-se definitivamente como município. Em 1968, pela Lei Federal Nº 5.449, o município é enquadrado como Área de Segurança Nacional.

Ocupa uma área de 112.255 Km², representando 6,95% do Estado do Amazonas. Faz limites com os municípios de Santa Isabel do Rio Negro, Japurá e com a Colômbia e Venezuela.

Sua população total é de 29.951 habitantes (IBGE, 2010), no entanto, a prefeitura fez uma estimativa de 46.000 habitantes (2010). 95% da população são representados por 23 povos indígenas pertencentes às famílias linguísticas Tukano Oriental, Maku (Japurá-Uaupés)², Aruak e Yanomami, com 20 línguas indígenas faladas, distribuídas em aproximadamente 427 aldeias.

É o município do Polo Ecoturístico mais distante de Manaus (figura 01).

1 Dabukuri-Planejamento e Gestão do Território na Amazônia. Departamento de Geografia/ Universidade Federal do Amazonas.

2 Existe uma discussão entre os Hupdha, Yu Hupdha e Dâw e a Saúde Sem Limites sobre a mudança do nome da família linguística denominada anteriormente como Maku para Japurá-Uaupés, devido à forte conotação pejorativa atribuída ao termo.

Assim, devemos pensar em estratégias diferenciadas quando tratamos do ecoturismo em São Gabriel da Cachoeira e Região do Alto Rio Negro. São Gabriel é um município indígena onde 95% da sua extensão territorial são terras indígenas já homologadas. Este fato nos faz tratá-lo como um município diferente porque terras indígenas não podem ser vistas como meio rural e a sede como meio urbano. Terras indígenas têm legislação específica em que, às vezes, as demais legislações não são aplicadas e válidas dentro dos seus limites, como leis ambientais, educacionais e de saúde, por exemplo. Mesmo a educação, sendo diferenciada, não pode ser da mesma forma para as comunidades e para a sede do município.

Não vemos a terra indígena como meio rural, pois as demandas e alguns problemas podem ser semelhantes às dos camponeses, trabalhadores rurais etc, mas tem questões culturais e de identidade muito específicas quanto à língua, às formas de educação, dos conhecimentos e das práticas tradicionais, do patrimônio cultural e genético em suas terras, sem contar a visão de mundo destes povos. Desta forma, denominar as escolas indígenas como escolas rurais é um equívoco, corrigido pela LDB em 1996 e pelo Decreto nº 6.861, de 27 de maio de 2009 que dispõe sobre a Educação Escolar Indígena e suas regras de funcionamento.

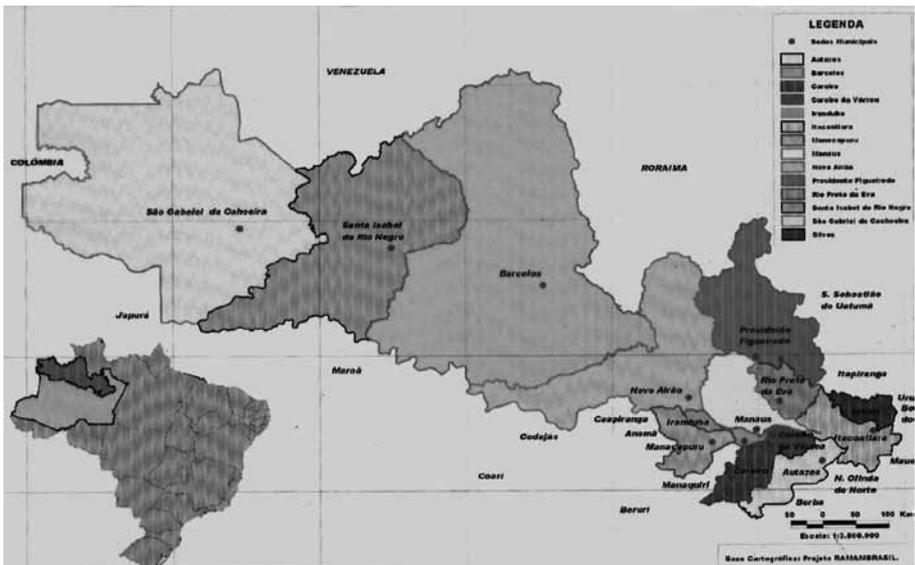


Figura 1 - Polo de Ecoturismo do Estado do Amazonas

propostas pelas comunidades indígenas do interior e indígenas e não-indígenas da cidade.

Os segmentos do turismo definidos nas discussões foram o ecoturismo indígena a ser desenvolvido no interior (terras indígenas) e o ecoturismo indígena e turismo indígena na sede.

TURISMO E IDENTIDADE: DESAFIOS CONCEITUAIS

O Ministério do Turismo, com a definição da segmentação do turismo, confirma a tese de Boullón (2002, 17-18) de que este esclarecimento conceitual deve ser feito pelas instituições governamentais e não governamentais para melhor planejá-lo e direcioná-lo.

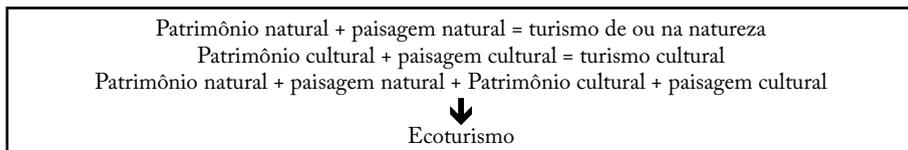
Entretanto, todas as definições e, principalmente, a de turismo, propostas pelo Ministério do Turismo (2005) apontam para um único caminho, o do mercado. Tudo é definido a partir da oferta, consumo, mercado e demanda. O Turismo é conceituado como atividade econômica e não mais como uma atividade social, como definiram Boullón, De La Torre e Yázigi, o que pode ocasionar ainda mais a mercantilização da cultura e impactos indesejáveis quando desenvolvidos em comunidades tradicionais e indígenas onde a preocupação com a cultura e a tradição é fundamental.

A ausência de clareza na concepção de terminologias, como turismo de natureza e turismo cultural, turismo indígena, etnoturismo, turismo étnico e ecoturismo indígena, têm dificultado o planejamento da atividade turística pelos povos indígenas e em terras indígenas.

Faz-se necessário esclarecer que nos fundamentamos no conceito de turismo de Boullón, Yázigi e De la Torre. Yazigi (1996) define turismo “como um fenômeno social pelo qual as pessoas ou grupos se deslocam com várias finalidades, necessitando de um meio geográfico motivador, equipamentos técnicos e culturais”. De acordo com De la Torre (1992, p. 19).

turismo é um fenômeno social que consiste no deslocamento temporário de indivíduos ou grupos de pessoas fundamentalmente por motivos de recreação, descanso, cultura ou saúde, saem de seu local de residência habitual para outro, no qual não exercem nenhuma atividade lucrativa nem remunerada, gerando múltiplas inter-relações de importância social, econômica e cultural.

Didaticamente, distinguimos três segmentos de turismo a luz dos conceitos de *patrimônio natural e cultural* e de *paisagem natural e cultural*, cujo sentido, após uma análise associativa, se aproximam um do outro, orientam as definições de turismo de natureza, cultural e ecoturismo. O fator utilizado além das categorias é o tipo de atrativo motivador e de interesse que leva uma pessoa ou um grupo de pessoas a viajarem.



Entendemos, como Turismo de ou na Natureza, o tipo de turismo que utiliza o patrimônio natural como rios, fauna, flora, montanhas, vales etc, como atrativo principal e nem sempre de forma sustentável. O principal interesse ou atrativo do turista é a paisagem natural ou o patrimônio natural. Pode ser ecológico, quando utiliza o patrimônio natural e/ou a paisagem natural de forma racional, para ser admirado com vistas à educação ambiental, sem priorizar o envolvimento da comunidade local.

Até os anos 1970, a palavra *ecoturismo* não existia e muito menos os princípios que hoje ela representa, apesar da existência de vários viajantes naturalistas como Humboldt e Darwin, cujas experiências foram esporádicas e não produziram benefícios socioeconômicos e sim científicos. Desta forma, podemos dizer que o ecoturismo sempre existiu como contemplação da natureza. Somente com o advento da viagem aérea a jato e dos documentários televisivos sobre a natureza e questões ligadas à conservação do ambiente e a re-valorização da natureza diante das tragédias ambientais promovidas pela industrialização predatória é que passou a ser um fenômeno característico do final do século XX.

Após estudos, leituras da literatura nacional e internacional e principalmente por meio de observações e análises de experiências, sempre sob a luz do olhar geográfico, numa perspectiva cultural, entendemos que o ecoturismo não poderia ser classificado como de natureza ou na natureza, pois o interesse do ecoturista, ou melhor, o principal atrativo que o motiva à viagem não é somente o natural.

O ecoturista quer conhecer a cultura dos povos do lugar, quer saber mais sobre a interação destes com a natureza e não se contenta apenas em

admirar a bela paisagem. Quer também certificar que este patrimônio, seja natural ou cultural, como costuma dividi-lo a ciência ocidental, está sendo utilizado de maneira sustentável, quer conservá-lo para gerações futuras ao mesmo tempo em que se preocupa com os impactos desejáveis e indesejáveis que esta atividade pode exercer sobre as comunidades locais, principalmente as tradicionais. Podemos dizer que o ecoturista tem um perfil diferente do turista comum. É responsável e respeita o ambiente e a cultura. Para ele, o ecoturismo representa, antes de tudo, um intercâmbio de conhecimentos, uma vez que acredita viver na era da sociedade do conhecimento.

Sobretudo, o ecoturismo tem que utilizar como atrativo para ser ecoturismo tanto o patrimônio natural quanto o cultural. Não há como dissociá-los, mas sim uni-los, integrá-los, conforme a visão dos povos indígenas do Alto Rio Negro que consideram o natural e o cultural patrimônio único, sem divisões. Patrimônio, para eles, “é tudo que é nosso, que temos de valor, a nossa riqueza. Tudo que está na terra e na cultura”. *Marĩ ye*, na língua tukano.

Assim, o ecoturismo não pode ser denominado como turismo de natureza e tampouco cultural porque é a convergência dos dois e com caráter comunitário pautado no planejamento participante. Apresenta-se como uma terceira vertente (segmento) do turismo. Diante disso, definimos *ecoturismo* como o turismo planejado que promove a interação entre natureza e comunidade com vistas a uma utilização sustentável e conservacionista do patrimônio natural e cultural, proporcionando melhoria das condições de vida da população envolvida sem causar impactos indesejáveis à mesma (FARIA, 2000).

Entendemos como envolvimento das comunidades a participação efetiva em todo o processo de planejamento, gestão e execução do ecoturismo por meio da capacitação e formação, permitindo, assim, a melhoria em suas condições de vida e exercício de sua autonomia sobre sua realidade natural e cultural.

Geralmente, o ecoturismo é confundido com turismo ecológico ou qualquer atividade turística que utiliza o patrimônio natural como atrativo, como, por exemplo, atividades desenvolvidas por hotéis de selva ou na selva.

Mas para ser ecoturismo, alguns princípios básicos devem ser considerados:

- O Atrativo ecoturístico deve ser o patrimônio natural e cultural utilizado de forma integrada;
- Utilização sustentável e conservacionista dos atrativos;

- Envolvimento da comunidade (planejamento e gestão participativa e comunitária das atividades ecoturísticas);
- Forma ideal de funcionamento em pequenos grupos, respeitando a capacidade de carga e de suporte;
- Valorização (formação e capacitação) dos recursos humanos locais;
- Conservação e valorização das atividades tradicionais do lugar;
- Respeito à identidade cultural e territorial do lugar.

Definir o turismo cultural e suas modalidades etnoturismo e étnico é necessário para compreendermos melhor o turismo indígena e, posteriormente, ecoturismo indígena.

Tudo o que é feito pelo homem constitui o patrimônio cultural e/ou a paisagem cultural, portanto o Turismo Cultural é aquele que tem como objetivo conhecer os bens materiais e imateriais produzidos pelo homem. Pode ser dividido em histórico, gastronômico, folclórico, etnoturismo (indígena e étnico) religioso, esportivo etc.

Etnoturismo é um tipo de turismo cultural que utiliza como atrativo a identidade, a cultura de um determinado grupo étnico (japoneses, alemães, ciganos, indígenas etc.). O turismo indígena e o étnico podem ser um dos tipos do etnoturismo.

O turismo cultural se definiria “em termos de situações em que o papel da cultura é contextual, [...] está para moldar a experiência do turista de uma situação em geral, sem um foco particular sobre a singularidade de uma identidade cultural específica” (WOOD, 1984, p.361).

O Ministério do Turismo, após discussões do Grupo Técnico Temático – GTT de Turismo Cultural, no âmbito da Câmara Temática de Segmentação do Conselho Nacional do Turismo, entendendo que a interação turismo e cultura é condição primordial para o direcionamento das políticas públicas integradas entre esses dois setores, definiu que turismo cultural

compreende as atividades turísticas relacionadas à vivência do conjunto de elementos significativos do patrimônio histórico e cultural e dos eventos culturais, valorizando e promovendo os bens materiais e imateriais da cultura (MINISTÉRIO DO TURISMO, 2005).

O Turismo étnico é definido por Swain (1989) como o “tipo de turismo que se refere ao *marketing* das atrações turísticas inspiradas no modo de vida indígena”, enquanto, para Wood (op.cit.p. 361), “Turismo étnico poderia ser

definido pelo seu foco direto sobre pessoas vivendo uma identidade cultural cuja singularidade está sendo comprada por turistas”.

Nas definições de Swain e Wood, o ponto comum reside na mercantilização da cultura e da identidade, sendo que a primeira sugere que só ocorreria com sociedades indígenas, e a segunda, em diversas manifestações de identidades étnicas.

O turismo étnico citado acima acaba por banalizar a cultura, transformando-a em produto de massa e mercantilizando os indivíduos em sua coletividade. No turismo étnico, o nativo não está simplesmente lá para servir as necessidades do turista; está ele mesmo “em exposição”, um espetáculo vivo a ser recrutado, fotografado (VAN DEN BERGHE, 1984, p.345).

Ainda na opinião de Van Den Berghe,

o turismo étnico representa a última onda de expansão do capitalismo explorador para a mais remota periferia do sistema mundial [...]. Povos do Quarto Mundo que foram primeiro repelidos para regiões de refúgio – as ‘reservas nativas’ dos colonizados – estão agora sendo ‘redescobertos’ como um recurso – e é justamente dessa forma que indígenas sob “extrema marginalização” se tornaram “uma atração turística primordial para afluentes viajantes do Primeiro Mundo em busca do outro primitivo, autêntico” (VAN DEN BERGHE, 1995, p.571).

Embora este tipo de turismo étnico, criticado por Van Den Berghe, ainda seja majoritário no mundo, o Ministério do Turismo definiu que o “Turismo Étnico constitui-se das atividades turísticas decorrentes da busca de experiências autênticas em contatos diretos com os modos de vida e a identidade de grupos étnicos”, opondo-se à ideia da mercantilização da cultura e dos grupos étnicos.

Nesse tipo de turismo, o turista busca estabelecer um contato próximo com a comunidade anfitriã, participar de suas atividades tradicionais, observar e aprender sobre suas expressões culturais, estilos de vida e costumes singulares. Muitas vezes, essas atividades articulam-se com uma busca pelas próprias origens do turista, em um retorno às tradições de seus antepassados (MINISTÉRIO DO TURISMO, 2005, p.11).

Na nossa concepção, o turismo étnico é inspirado na diversidade étnica dos povos com suas identidades específicas, sendo desenvolvido não

exclusivamente por eles, ou seja, ainda ocorre a representação destas identidades étnicas por outros grupos da sociedade nacional, fato que justificaria, em parte, o caráter comercial da atividade. Também não é desenvolvido prioritariamente pelos povos indígenas, pois, de forma equivocada, a sociedade nacional ainda relaciona o prefixo “*etno*” apenas aos povos indígenas, esquecendo que, no Brasil, existem outras nações e identidades étnicas reconstruídas, como os quilombolas, italianos, alemães, pomeranos etc...

No turismo étnico realizado, sob a inspiração da cultura indígena, por alguns grupos da sociedade nacional, o povo indígena representado deveria ter participação no processo de gestão e no recebimento de *royalties* (ao respectivo povo), e/ou compensação, pois se trata de um patrimônio cultural de propriedade coletiva que estará sendo usado.

O turismo indígena, como o nome sugere, é o turismo desenvolvido nos limites das terras indígenas ou fora deles com base na identidade cultural e no controle da gestão pelo povo/comunidade indígena envolvida. Dessa forma, não concordamos com Swain (1989) que define turismo indígena como “tipo de turismo que teria suas bases na terra e na identidade cultural do grupo, controlado por ele”, especificamente no que se refere à parte “*teria suas bases na terra*” pelo fato de que muitos povos indígenas não querem essa atividade dentro de suas terras, mas querem divulgar suas culturas como valorização da identidade e algum ganho econômico, sem mercantilizá-la, fora dos limites da terra indígena.

O fato de povos e comunidades indígenas desenvolverem atividades turísticas fora dos limites de suas terras não desqualifica o tipo de turismo e nem os valores culturais ou sua identidade, pois a cultura e a identidade permanecem com eles. Pode ser realizado nos núcleos populacionais, meio urbano ou rural, de modo que não afete negativamente a cultura dos povos e comunidades envolvidas por meio de várias estratégias que deverão ser pensadas e planejadas junto com a comunidade, técnicos, entidades indígenas, indigenistas e ambientalistas.

Denominamos *ecoturismo indígena* o ecoturismo promovido dentro dos limites das terras indígenas através do planejamento/gestão participante e comunitária, respeitando os valores sociais, culturais e ambientais dos diferentes povos envolvidos em que a comunidade é a principal beneficiada.

Diante disso, o ecoturismo é a modalidade turística mais adequada a ser desenvolvida nas terras indígenas, tendo em vista o planejamento e gestão

participante e comunitária dos povos/comunidade indígena envolvida, pois respeita e valoriza a organização sociopolítica e cultural milenar dos povos, ao mesmo tempo em que promove a interação entre natureza e comunidade em bases sustentável e conservacionista do patrimônio natural e cultural indígena, proporcionando o bem viver minimizando os impactos indesejáveis à sua territorialidade, pois passam a controlar os instrumentos de transformação da sociedade vigente.

No nosso entendimento, planejamento participante consiste em pesquisa-ação, uma metodologia de construção conjunta e contínua que reúne vários sujeitos sociais envolvidos diretamente nos projetos que se quer desenvolver. Significa construir junto, permitindo a formação e capacitação dos sujeitos considerados como protagonistas do processo histórico. Nesta proposta, não nos referimos à ideia de comunitarismo de Sennett (2004), enfatizando que a unidade (união, coletivismo) é uma falsa fonte de força de uma comunidade gerada pelo capitalismo atual e nem a falsa ideia de participação forjada pelo Estado como processo de manipulação social.

O planejamento e a gestão participante e comunitária significam, antes de tudo, respeito à organização sociopolítica comunitária milenar dos povos indígenas, à identidade cultural e territorial, uma vez que são os maiores conhecedores do seu patrimônio natural e cultural que está em seus territórios.

Da forma como os projetos e o Plano de Desenvolvimento do Ecoturismo do Amazonas estão sendo implementados não há nenhuma possibilidade de inserção das comunidades tradicionais na gestão e no planejamento do ecoturismo. E a ausência de políticas públicas para o turismo indígena agrava o risco, com impactos indesejáveis ao ambiente e à cultura na medida em que dificulta o controle desta atividade pelos povos indígenas dentro e fora dos limites de suas terras.

De acordo com Ferreti (1995), a premissa básica para o desafio de desenvolver a região é a questão do patrimônio natural e cultural. O relacionamento do caboclo, do indígena com a natureza que o rodeia não pode ser somente de contemplação, mas de gerenciamento correto de seus potenciais, possibilitando-lhe a conquista de uma vida digna, principalmente nas comunidades do entorno dos hotéis de selva, já que estes se referem a tais comunidades em seus pacotes turísticos como atrativos para os turistas, sem a menor preocupação e respeito com elas.

O ecoturismo e o ecoturismo indígena poderiam ser desenvolvidos no Amazonas via efetivação de uma estrutura sólida e permanente como uma Política Específica para este segmento, privilegiando diretrizes coerentes com cada ecossistema e cultura das microrregiões que compõem o estado, além de estabelecer critérios para a implantação dos *lodges* nas regiões.

A Política para o ecoturismo, como gestor do desenvolvimento regional, deve assumir a responsabilidade e estabelecer prioridades e visão estratégica do ponto de vista econômico, social e ambiental que o setor exige. Concretizar essa gestão pública é fator prioritário para a preservação/conservação do ambiente amazense. A extensão territorial do Estado, sua baixa densidade demográfica e seus potenciais de recursos renováveis e não-renováveis fazem da região um *locus* natural de expansão econômica.

Não descartamos que o turismo indígena ou ainda na modalidade do ecoturismo indígena tenha seu lado comercial. A diferença está na essência, na finalidade e contexto em que é planejado e desenvolvido. Isto nos leva a refletir como uma atividade da sociedade ocidental, com esta dimensão comercial e capitalista, poderá ser inserida e apropriada pelos povos indígenas sem que percam o respeito como seres étnicos, enquanto povo afirmando seus valores culturais na era do capitalismo pós-moderno, com a sociedade em rede e de economia flexível que afeta todos os aspectos da vida cotidiana.

IDENTIDADE ÉTNICA E POTENCIAL ECOTURÍSTICO NA CIDADE INDÍGENA

Há necessidade de esclarecer para evitar confusões que trabalhamos aqui com três categorias espaciais: o município de São Gabriel da Cachoeira, a região do Alto Rio Negro e a Terra Indígena Alto Rio Negro. As duas primeiras apresentam características semelhantes com 95% da população indígena, 23 povos pertencentes a 04 famílias Aruak, Tukano Oriental, Japurá-Uaupés e Yanomami que falam 20 línguas indígenas de cinco famílias linguísticas Tukano Oriental, Aruak, Japura-Uaupés, Yanomami e Tupi (Nheengatu falado pelos povos Baré, Werekena e parte dos Baniwa do Baixo rio Içana) e a Terra Indígena do Alto Rio Negro, com 100% da população indígena, 22 povos das famílias Tukano Oriental, Aruak e Jauprá-Uaupés falantes de 19 línguas indígenas. No município, além das línguas indígenas e do português, também se fala em pequena escala o espanhol devido à faixa de fronteira.

No município de São Gabriel da Cachoeira, integrante do Polo de ecoturismo do Amazonas, existe de forma imprópria (clandestina) um tipo de turismo que por vez inclui em seu roteiro algumas comunidades indígenas ou atrativos em terras indígenas, como a Serra Ba'se Boo (Bela Adormecida - Curicuriari), Serra de Cabari, Pico da Neblina e, na cidade Morro da Fortaleza, Serra de Boa Esperança, praias e balneários, sem nenhum estudo/planejamento o que pode promover vários problemas de ordem ambiental e cultural devido ao desconhecimento e despreparo da população sobre esta prática social que é o turismo.

Não consideramos estas práticas turísticas como sendo ecoturismo e nem mesmo turismo ecológico. No máximo, poderiam ser entendidas como turismo de natureza, uma vez que o atrativo é a natureza.

De acordo com Aquino (2004), as discussões sobre turismo no município iniciaram em 03 de Setembro de 1991, como parte das comemorações dos cem anos da cidade de São Gabriel da Cachoeira, com a presença de um Secretário de Estado do Turismo pela primeira vez.

No decorrer de 13 anos, foram muitos os estudos, pesquisas, levantamentos e cursos realizados, com propósito de conscientizar e preparar a comunidade para viabilizar a atividade turística no município por se tratar de um dos maiores, se não o de maior, potencial turístico do estado, segundo as autoridades e estudiosos do assunto (AQUINO, op.cit.).

Estas discussões produziram opiniões e documentos que hoje servem de base para a abordagem do assunto na atualidade, os quais são:

- Estudos/Sugestões para o desenvolvimento do Turismo em São Gabriel/Governo do Estado/ICOTI, julho de 1991;
- Estudos Básicos para o Estabelecimento do Perfil Turístico de São Gabriel/Governo do Estado/EMAMTUR, fevereiro de 1993 (este estudo elege o turismo como principal vocação do município, destacando a necessidade de planejamento, de infraestrutura e da imprescindível participação do governo estadual nesse processo);
- Diretrizes para Política Nacional de Ecoturismo/Governo Federal/MICT/MMA, material literário para a preparação do município em relação ao assunto;
- RINTUR – Relatório de Informações Turísticas/Governo Federal - EMBRATUR, 1995 e 1996, processo que selecionou em todo o país os 1500 (...) municípios com potencial turístico para participarem do PNMT;

- Política Nacional de Turismo – Governo Federal/Vários Ministérios, 1996, conjunto de objetivos e estratégias a serem executadas pelo estado e iniciativa privada, com a finalidade de promover e incrementar o turismo em todo o país. Entre os muitos programas: CRH, PNFT, PRODETUR/Amazônia, Amazônia Integrada/BNDES/FAT e PNMT;
- Curso de Marketing Turístico, Realização de Eventos para a Captação Turística, Governo do Estado/Prefeitura/SENAC, 1996;
- Criação da SEMATUR – Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Turismo, Prefeitura Municipal de SGC/1997. Durante todo esse tempo e todos os acontecimentos acima mencionados, o assunto turismo fluuava por vários setores da municipalidade;
- PDLIS/DLIS – Plano de Desenvolvimento Local Integrado e Sustentável/Governo Federal, Programa Comunidade Solidária/Governo do Estado/Parceiros/Prefeitura Municipal de SGC, 1999, apontam o turismo como uma tendência natural economicamente e como possível instrumento de desenvolvimento para a região;
- PNMT – Programa Nacional de Municipalização do Turismo/Governo Federal/Governo do Estado, SEC, Comitê Estadual do PNMT/2000 e 2001, objetivava preparar o município para desenvolver políticas públicas para o turismo. Infelizmente, em São Gabriel, foi encerrado antes de sua conclusão;
- Pesquisa encomendada pelo Governo do Estado, realizada pela empresa Amazônia Ambiental, para elaborar o diagnóstico do município para o PROECOTUR/2001;
- COMTUR – Conselho Municipal de Turismo/marco de 2002, concretização de um dos princípios básicos para a Municipalização do Turismo/Monitores Municipais do PNMT, SEMATUR.

Realizações:

- Nomeação da Diretoria Executiva;
- Elaboração do Projeto de Lei de Criação do FUMDETUR – Fundo Municipal para o Desenvolvimento do Turismo, ainda no Executivo (parado no executivo até esta data);
- Contribuição e Assessoramento à SEMATUR,
- Discussão sobre os principais entraves para o turismo local;
- Interferência respaldada na legalidade às posturas negativas envolvendo a questão turística e ambiental;

- Discussão quanto ao exercício da atividade turística na sede municipal, em áreas de conservação e em terras indígenas, envolvendo estrutura legal, infraestrutura, formação e capacitação profissional e organização social;
- Discussão e estudos quanto ao segmento turístico ideal para SGC (comunitário e participativo);
- Participação na I Oficina de Ecoturismo Indígena Yaneretama, do Rio Negro/FOIRN, 16 a 18 de junho de 2004;
- Realização do I Seminário de Ecoturismo do Município, destacando o núcleo urbano e o entorno/COMTUR, na Câmara Municipal 19 a 21 de junho de 2004;
- Sistematização do Material produzido no seminário, elaboração do relatório final e encaminhamento da proposta/COMTUR/UFAM/IBAMA, julho de 2004.

Na opinião de Aquino (2004)

a sociedade gabrielense tem, durante todo esse tempo, caminhado sozinha em direção de seus objetivos turísticos. Tem sido preterida pelas esferas governamentais e, assim, na esperança de acertar, tem errado muito, porém, o pouco que se conseguiu até agora foi por seus próprios méritos.[...]

De outra forma, a afirmação acima, visa na verdade dizer que nenhuma das indicações constantes do diagnóstico local, tidas como prioritárias para o município, foram implementadas. E que, até que se prove o contrário, as propostas para o ecoturismo discutidas em São Gabriel da Cachoeira/Amazonas pela FOIRN, UFAM, FUNAI e IBAMA em conjunto com o COMTUR são as melhores para a região e o povo.

Não existem no município atrativos turísticos organizados que envolvam os povos e a cultura do lugar. Os turistas quando chegam se deparam com um município totalmente indígena, mas sem os traços desta identidade, da cultura no seu planejamento urbano e o que vem lembrar a presença dos povos indígenas é uma loja de artesanato e a maloca da FOIRN. Podemos dizer que apesar de ser um município indígena, não vemos na sua estrutura e/ou forma de organização urbana ou nas esporádicas práticas do turismo a identidade destes povos.

Mesmo a Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Turismo (SEMATUR) parece desconsiderar esse potencial para o turismo indígena ou qualquer tipo de turismo, pois todos os planejamentos, poucos existentes,

estão voltados exclusivamente para o Festribal, festa anual que apresenta de forma folclórica os povos indígenas da região, representados por agremiações. A cidade e as políticas públicas existentes negam por completo a identidade indígena do lugar.

Iniciativas particulares de algumas agências, intituladas por eles como turismo de aventura com escalada para o Pico da Neblina, o Morro dos Seis Lagos e roteiros com trilhas fluviais ao longo dos rios de água preta, como o Negro e o Uaupés, eram realizadas com certa frequência até o fechamento pelo Ministério Público Federal do Parque Nacional do Pico da Neblina no final de 2002, após denúncia da entrada de turistas na Terra Yanomami.

Ressaltamos que o Parque Nacional do Pico da Neblina é área de sobreposição com a Terra Indígena Yanomami e encontra-se fechado até o momento.

Apesar de fazer parte do Polo de Ecoturismo, a população ou a comunidade em geral em nenhum momento foi convidada a participar de discussões ou preparada para participar do Programa de Ecoturismo do Ministério do Meio Ambiente (PROECOTUR) e não tinha conhecimento, no momento da elaboração do plano de Desenvolvimento do Ecoturismo em São Gabriel da Cachoeira, sobre os problemas e consequências que um turismo mal planejado pode acarretar ou ainda a importância que essa atividade pode ter na conservação do patrimônio ambiental e cultural e como o ecoturismo pode ser uma atividade de desenvolvimento sustentável, podendo melhorar sua condição de vida desde que seja organizado por meio do planejamento participativo e comunitário com base nos princípios do etnodesenvolvimento.

No início dos anos 2000, tornou-se frequente por parte de agências de turismo a solicitação de entrada de turistas na terra indígena junto a FOIRN e FUNAI em São Gabriel da Cachoeira. Tal solicitação vem sendo negada pelas comunidades por não terem nenhuma discussão acumulada sobre a temática.

Diante disso, a FOIRN (Federação das Organizações indígenas do Rio Negro) com nossa colaboração, organizou em junho de 2004 a oficina Yaneretama: sustentabilidade e ecoturismo indígena, com participação das lideranças do Conselho diretor da FOIRN bem como de suas associações filiadas, resultando na proposta da realização de oficinas nas comunidades para elaboração de diagnóstico/levantamento do potencial e das diretrizes e princípios para o ecoturismo na região. Posteriormente, o Conselho Municipal de Turismo (COMTUR), realizou o seminário Ecoturismo: Perspectivas e

desafios em São Gabriel da Cachoeira que resultou em um relatório, apontando os principais problemas ambientais, sociais, culturais e de infraestrutura urbana bem como diretrizes que deveriam ser seguidos para o planejamento do ecoturismo no meio urbano e uma proposta de emenda à Lei Orgânica que trataria do planejamento do turismo no município.

As discussões do seminário foram subsidiadas por uma análise de ambiência do município, elaborada de forma participante pelos alunos do curso de Especialização Turismo e Gestão Territorial, promovido pelo Departamento de Geografia da Universidade Federal do Amazonas, entre eles indígenas da região, durante a disciplina Turismo em Terras Indígenas, ministrada pela autora em 2003.

Diante destas iniciativas e das sugestões do seminário, também foi discutido um projeto que promovesse a educação patrimonial, ambiental e para o ecoturismo nas escolas e nas comunidades dos bairros de São Gabriel intitulado “Yassú Yaconhecere Yané Tawa”, nome em Nheengatu que em português significa “Vamos Conhecer a nossa Cidade”.

a) Curso de Pós-graduação Lato Sensu: Especialização em Turismo e Gestão do Território

O curso foi promovido pelo Departamento de Geografia, da Universidade Federal do Amazonas, no período de agosto 2002 agosto 2003 com carga horária de 446 horas. Foi solicitado ao Reitor da UFAM por meio de um documento assinado por alunos recém formados dos cursos de Geografia e Ciências Sociais bem como por demais pessoas do município que verificaram que precisavam ter mais conhecimentos sobre o tema devido à inclusão do município no Plano de Desenvolvimento do Polo de Ecoturismo do Estado para poderem planejar e gerenciar o turismo e/ou ecoturismo do lugar e não por agentes exógenos aos conhecimentos locais, como ocorre normalmente quando da instalação de políticas ou de projetos deste segmento.

Teve como objetivo formar e capacitar a comunidade para o planejamento do turismo, utilizando os princípios do etnodesenvolvimento e do planejamento participante e comunitário.

Princípios:

- Planejamento e gestão participante comunitária do turismo;
- Autonomia dos povos indígenas;
- Valorização e conservação do patrimônio cultural ambiental ;

- Valorização da língua indígena.

Houve a formação de 41 especialistas em Turismo e Gestão do Território que apresentaram os seguintes trabalhos de conclusão de curso: Seen Retana: sabor da Terra; Madzerukai: conhecimento mítico; Yane retama – trilha interpretativa para a Serra de Cucui; Yanerimbiu Kuemete; Rumo ao Massarabi; Ecoturismo: cultura no esporte e lazer em Sta. Isabel do rio Negro; Dabucuri – apresentação de ritual de confraternização; Ilha do Sol – trilha; Madre Niatohore Ma'iria (costurando o futuro); Yepá Díroa Masã Ukusehé Nisetishé; Revitalizando a nossa arte: casa dos artesãos (Sta Isabel do rio Negro); Wy Ruka Dabaru; Bahuro: paisagem e mito; Trilha Ecológica: Ilha de Bela Vista; Trilhas fluviais no Arquipélago de Mariuá (Barcelos); Ecoturismo na Comunidade das Mercês; Yanerimbiu: nossa comida.

b) Seminário Ecoturismo: Perspectivas e desafios em São Gabriel da Cachoeira

O Seminário teve como objetivo definir o segmento do turismo bem como princípios e diretrizes para São Gabriel da Cachoeira e elaborar propostas para regulamentar esta atividade no município por meio do planejamento participativo comunitário.

Participaram deste evento comunidades de bairros, alunos do ensino médio, fundamental e superior, professores, instituições não governamentais, como FOIRN, ISA, IBDS, Conselho dos Professores Indígenas do Rio Negro (COPIARN), Associação de professores Indígenas do Rio Negro (APIARN) e governamentais, como FUNAI, IBAMA, Secretaria do Meio Ambiente e Turismo, Escola Agrotécnica Federal e Universidade Federal do Amazonas.

Princípios para o planejamento do turismo no município:

- O Ecoturismo e o turismo indígena são os mais adequados à organização social, cultural e ambiental do município e deve ser desenvolvido por meio do planejamento, gestão comunitária e participativa, envolvendo as comunidades do lugar;
- Valorização e respeito à diversidade cultural do município;
- Valorização e conservação do patrimônio cultural material e imaterial;
- Ecoturismo não deve ser atividade principal e sim complementar às demais do município;
- Valorização e formação dos recursos humanos locais;
- Valorização das atividades tradicionais;

- Construção de equipamentos turísticos e de apoio de acordo com a identidade territorial e cultural do lugar;

Encaminhamentos:

- Introdução de um capítulo com os princípios e diretrizes para o turismo em São Gabriel da Cachoeira na Lei Orgânica do município;
- O projeto de emenda à Lei Orgânica deverá ser discutido pela comunidade por meio de reuniões que serão realizadas nos bairros;
- Encaminhar à prefeitura solicitação de retirada da caixa d'água da Cosama do Morro da Fortaleza, por este se tratar de um patrimônio histórico do município e constituir-se em crime contra o patrimônio e a saúde pública;
- Encaminhar ao Exército solicitação para devolução dos 5 canhões que fazem parte do conjunto arquitetônico do Morro da Fortaleza;
- Encaminhar ao IBAMA e Ministério Público Federal solicitação para que se cumpra a deliberação do MP na audiência pública quanto à realização do Plano de Uso Público do Parque Nacional do Pico da Neblina, liberando-o para visitação em caráter de urgência;
- Encaminhar à FUNAI solicitação para averiguação sobre a localização da Ilha dos Reis em Terras Indígenas e pedir reintegração de posse como Terra Indígena do Médio Rio Negro.

Todas as propostas acima foram encaminhadas e estão aguardando respostas dos órgãos competentes.

A minuta de emenda à Lei Orgânica do município que trata das Políticas de Turismo foi encaminhada à Câmara Municipal cuja votação seria em 2004, mas até o momento não foi discutida

Com base na análise e interpretação da Ambiência externa e interna e do Diagnóstico do Município de São Gabriel da Cachoeira realizado durante o curso de especialização Turismo e Gestão Territorial em 2003, e de acordo com os resultados do seminário, identificou-se a necessidade de implementação das diretrizes, estratégias e ações para o desenvolvimento do ecoturismo neste município.

Problemas que dificultam o desenvolvimento do ecoturismo em São Gabriel da Cachoeira:

- Insuficiência da rede hoteleira e da sua infraestrutura turística;
- Carência de profissionais qualificados nos meios de hospedagem e nos serviços de alimentação;

- A falta de infraestrutura, junto aos atrativos ecoturísticos locais, constitui uma séria ameaça à sustentabilidade dos mesmos. Atrativos naturais e culturais ficam, frente ao problema, expostos às ações de intempéries e dos turistas;
- A água poluída (poços) ou imprópria (águas do rio Negro naquele trecho) para o consumo humano. O tratamento ainda insuficiente das águas do rio Negro, feito pela COSAMA, deve se constituir uma real preocupação em todo o município.;
- Com relação ao saneamento ambiental e à saúde pública do município, deve-se ressaltar o grande percentual de incidência da malária e de doenças transmissíveis por via hídrica. O desenvolvimento da atividade deve estar atrelado, inevitavelmente, ao combate das referidas doenças, com objetivos de controle e de erradicação das mesmas em todo o município;
- Acesso a importantes atrativos ecoturísticos do município apresenta, também, limitações para o incremento da atividade em São Gabriel da Cachoeira. A BR 307, que dá acesso ao Parque Nacional do Pico da Neblina – um dos atrativos mais visitados em todo município, necessita de pavimentação e recuperação das 13 pontes existentes;
- Em relação ao transporte dos ecoturistas para os principais atrativos ecoturísticos do município, é de se ressaltar que, atualmente, é insuficiente em quantidade e na qualidade dos serviços prestados, merecendo atenção por parte das empresas privadas, ligadas ao turismo e por parte do governo local;
- Preços elevados das passagens aéreas que, na grande maioria das vezes, inviabilizam o município dentro dos roteiros ecoturísticos.
- Deve-se ressaltar o sério problema de pressão sobre os recursos naturais, exercidas por atividades ilegais e danosas ao meio ambiente, como, por exemplo, o garimpo clandestino e a extração de areia e seixos. A sobreposição das áreas indígenas às áreas correspondentes às unidades de conservação gera conflitos de uso e, conseqüentemente, para o futuro, degradação daquilo que se deseja conservar. A questão das terras indígenas constitui, assim, um dos temas centrais a serem considerados em São Gabriel da Cachoeira;
- Riscos de descaracterização da cultura indígena, frente a um turismo despreocupado em conservar o patrimônio cultural das diferentes etnias, existentes no município, devem, também, ser alvo de preocupação. Para

tanto, estratégias e ações de resgate e valorização da cultura local aparecem como relevantes para o desenvolvimento da atividade;

- Falta de políticas públicas voltadas para este setor, seja para atender a demanda local, seja para atender a demanda dos ecoturistas que, atualmente, chegam em São Gabriel da Cachoeira.

Reiteramos que o fenômeno turístico e suas consequências, para as comunidades e áreas receptoras, precisam ser plenamente, entendidos pela comunidade local. A clareza, em relação aos impactos potenciais advindos da atividade, possibilita que a comunidade decida em relação ao turismo que deseja, traçando cenários futuros, condizentes com seus anseios e necessidades. A forte organização comunitária do município aponta, inevitavelmente, para o planejamento e para a gestão participativa da comunidade na atividade ecoturística.

As principais recomendações para viabilizar o desenvolvimento do ecoturismo no município são:

- A cultura indígena é uma das potencialidades do município em relação à atividade ecoturística. O planejamento e a gestão participativa da atividade são reivindicações dos povos indígenas e necessárias para o desenvolvimento sustentável da atividade. Entretanto, algumas questões devem ser observadas em prol de um ecoturismo que possa beneficiar os diferentes povos e conservar o patrimônio existente;
- Organização comunitária - apoio e fortalecimento das organizações comunitárias - oficinas de ecoturismo com base comunitária, criação de cooperativas de artesãos, doceiras;
- Capacitação de recursos humanos locais para ingresso na atividade ecoturística com cursos de capacitação de guias especializados em ecoturismo, de culinária regional e local, relações humanas e atendimento ao público e de idiomas;
- Conservação de recursos naturais - elaboração de Plano de manejo participativo e fiscalização para unidades de conservação com potencial ecoturístico (Parque Nacional do pico da Neblina e Morro dos Seis Lagos, Ba'se Bo);
- Implementação de modelos participativos de gestão das unidades de conservação (formação e capacitação de agentes e monitores ambientais comunitários);
- Criação de programa de educação ambiental, patrimonial e para o ecoturismo nas escolas e comunidade;

- Conservação do patrimônio cultural - restauração do Teatro São Gabriel e do Morro da Fortaleza; resgate e valorização da cultura indígena. Entretanto, poderão ser desenvolvidos cursos de multiplicadores de artesanatos e culinária específicos de cada nação, construção de trilhas interpretativas de acordo com mitos, fomento à comercialização dos produtos indígenas;
- Criação de um centro cultural (Museu Maloca)
- Planejamento e gestão participante comunitária no desenvolvimento das atividades ecoturísticas;
- Elaboração de projetos de desenvolvimento socioeconômico sustentável com tecnologias de baixo impacto ambiental para o município - açudes para piscicultura, comercialização de artesanatos, entre outros;
- Elaboração do Plano Diretor – estabelecer as normas de uso e ocupação do solo urbano e formas de apropriação do espaço pelo ecoturismo com legislação específica.

Melhoria da Infraestrutura Ecoturística:

- Infraestrutura de acesso - pavimentação e recuperação de 13 pontes na BR 307, reforma do porto de Camanaus, políticas de barateamento dos transportes, principalmente o aéreo e melhoria do transporte fluvial;
- Infraestrutura básica urbana - ampliação do potencial de geração de energia elétrica, políticas públicas para o saneamento, aterro sanitário e compostagem de lixo, construção de sarjetas, embelezamento e arborização das vias públicas com espécies locais, sinalização turística, iluminação pública e urbanização da praia, levando em consideração a identidade territorial e cultural e a Lei de co-oficialização das línguas indígenas;
- Equipamentos turísticos – melhoria na infraestrutura hoteleira (construção, ampliação e reforma dos hotéis com aumento do número de leitos, adequação da arquitetura à região) e de serviços gastronômicos (restaurantes com comidas indígenas e regional, lanchonetes com café regional, cujas instalações deverão ser adequadas às normas da vigilância sanitária), construção de Centros de Atendimento ao Turista e roteiros ecoturísticos;
- equipamentos de apoio - aumento e melhoria no sistema de saúde (aumentar o número de postos de saúde e dos equipamentos hospitalares), criação da rede de entretenimento que atenda à população local e também aos turistas, com referência na cultura local (atividades

desportivas, espetáculos com danças e músicas indígenas que possam ser mostrados).

Atrativos Ecoturísticos

Ressalta-se que o maior atrativo ecoturístico da região é a geografia mítica, onde há a fusão do patrimônio natural com o cultural permitido pela presença dos povos indígenas. Todas as formações físico-geográficas tomam vida e significado por meio das histórias de origem, das estórias específicas. Uma mesma formação pode ter vários significados dependendo da história de cada povo cujo patrimônio natural e cultural é indissociável.

A geografia mítica é a expressão e representação do patrimônio indígena materializado no território onde os aspectos culturais imateriais fundem-se. O patrimônio é compreendido não somente como sistema de produção de valores, mas também como um instrumento de produção e transmissão de conhecimentos ligados à cultura de determinado povo. Para os povos indígenas do Rio Negro, não há como separar o material do imaterial, cada rio, serra, cachoeira tem seu significado conforme a origem destes povos, resultando na geografia mítica e no conceito de patrimônio.

Para os povos indígenas, o patrimônio é um só

tudo que nós temos. As árvores, pedras, nossas casas, as serras, nossa língua, nossos cantos, danças, os animais, os rios, a comida, os nossos conhecimentos sobre ervas e plantas, artesanatos. Tudo que precisamos para viver que têm muito valor para nós. É a nossa riqueza (DUARTE, 2007).

Como atrativos, destacamos o Festibal (figura 03), os artesanatos (figura 04) e as comunidades indígenas com suas danças, músicas, línguas indígenas (figuras 05 e 06). Comunidades indígenas (modo de vida, atividades tradicionais), comidas típicas (quinhampira, mujeca, peixe moqueado, peixe assado, beiju, sucos e doces e frutas locais) e a Geografia Mítica – trilhas interpretativas (Iha de Adana, Ba'se Boo, Casa do Musum etc.).



Figura 03 – Festival. Paulo Lira, 2004.



Figura 04 – Artesanatos Yanomami.
Ivani Faria, Maturacá, 2006.



Figura 05 – Dança do Karissu. Paulo Lira,
Taracuí, 2006.



Figura 06 – Dança do Japurutu.
Ivani Faria, São Gabriel, 2006.

A Ilha de Adana (figura 07) e as cachoeiras de Cucuri e Buburi não são somente ilha e cachoeira e, muito menos, um fenômeno hidrológico e geomorfológico. São, ao mesmo tempo, partes das estórias do povo Baré que relata o casamento de uma moça Baré com um determinado indígena, mas fugiu com outro de quem gostava na noite após a cerimônia, porém, os três morreram afogados. Ela se transformou na ilha e os dois, nas cachoeiras que a circunda que levam seus nomes, localizados na orla de São Gabriel da Cachoeira.

A Serra denominada pelo brancos como “Bela Adormecida” é chamada na língua Tukano de Ba’sé Bo e Wariró (figura 08), que contam também o história da casa da comida, lugar de muita fartura, mas devido a um desgosto sofrido, castigou a aldeia com a fome. A imagem que vemos é uma ilusão de ótica, pois, na verdade, são três serras próximas uma da outra.

E assim todas as formações, rios, cachoeiras, meandros, pedras, árvores e mesmo os lugares que estão ao longo das calhas dos rios têm significado de acordo com as histórias de origem de cada povo do Rio Negro.



Figura 07 – Ilha de Adana. São Gabriel da Cachoeira.
Paulo Lira, 2004.



Figura 08 – Basé Boo (Bela Adormecida).
Paulo Lira, 2004.

A grande maioria desses atrativos não está associada a qualquer tipo de infraestrutura, seja ela básica, de serviço ou ecoturística.

Com fisiografia única no Estado resultante da sua formação geológica, geomorfológica e hidrográfica particulares, a região proporciona atrativos naturais diferenciados, como inúmeras serras, picos, praias e ilhas, cachoeiras e corredeiras que dão singularidade ao município e potencializam o ecoturismo.

São exemplos disso: Serra do Curicuriari - Ba'se Bo, Serra de Cucuí, Serra de Cabari; rios de água preta, como o Uaupés, o Içana e o Negro; Cachoeiras de Tunuí, de Uacara, Uapuú e de Aracu; praias urbanas do Mussum, Cagara e do Jaú, utilizadas frequentemente como áreas de lazer pelos moradores; Ilha das Flores, dos Reis, do sol e de Adana.

c) Yasú Yaconhecere Yané Tawa: educação ambiental, patrimonial e para o ecoturismo em São Gabriel da Cachoeira.

O município tem aproximadamente 46.000 habitantes e cerca de 15.000 habitam a sede do município atualmente (Prefeitura Municipal, 2010). Com o êxodo das Terras Indígenas à procura de oportunidades de escolarização e de trabalho, a cidade está inchando e os problemas ambientais urbanos estão se tornando visíveis. Problemas, como poluição por esgoto sanitário e lixo nos igarapés e rios, nas praias e nas vias públicas, elevada concentração

de cachorros soltos nas ruas e praias e a falta de saneamento básico vêm promovendo a incidência de doenças como dengue, malária, verminoses etc na população.

O objetivo geral do projeto é promover a educação ambiental, patrimonial e conhecimentos sobre ecoturismo com base nos princípios do etnodesenvolvimento nas escolas da sede do município de São Gabriel da Cachoeira.

Objetivos específicos:

- Discutir com a comunidade escolar sobre a importância da conservação e valorização do patrimônio natural e cultural;
- Conscientizar o aluno sobre os impactos desejáveis e indesejáveis do ecoturismo na sua comunidade, no Brasil e no mundo;
- Preparar o jovem para atuar como agente de conscientização e divulgação da conservação ambiental e do ecoturismo junto à população;
- Formar professores e lideranças comunitárias para atuarem como agentes de educação ambiental e patrimonial junto à comunidade local por meio da pesquisa participante.

O programa visa discutir e promover a educação ambiental e conhecimentos sobre o ecoturismo, através da pesquisa teórica e prática de campo, possibilitando a conservação e valorização do patrimônio ambiental e cultural por meio de oficinas, visitas monitoradas ao patrimônio ambiental e cultural, elaboração de trilhas interpretativas, construção de mapas e croquis dos atrativos e roteiros ecoturísticos. Será desenvolvido em duas etapas, a primeira, nas escolas com professores e alunos e a segunda, na comunidade (inicialmente com as lideranças comunitárias e de associações e posteriormente com a comunidade em geral), onde se trabalhará com dois eixos temáticos básicos compreendendo teoria e prática; *valorização cultural e ecoturismo e conservação ambiental e ecoturismo*.

A segunda etapa do projeto será desenvolvida a partir dos resultados obtidos com a pesquisa participante dos professores e alunos junto com as comunidades dos bairros do município.

O programa também prevê a elaboração de material literário (livro) construído coletivamente para auxiliar na segunda etapa com a comunidade, valorizando e usando as línguas indígenas (as três co-oficiais) e a cultura local e ações de políticas públicas que deverão contribuir para seu êxito, como limpeza de vias públicas, arborização e ajardinamento, disposição de lixeiras, destino de animais abandonados, aterro sanitário etc.

O programa contava com a parceria da FOIRN, IBAMA, Secretaria municipal de Saúde, Distrito Sanitário Indígena e assessoria técnica do Grupo de pesquisa e Estudos: planejamento e gestão do território na Amazônia da UFAM/CNPq.

Participantes: alunos do ensino fundamental (5ª a 8ª série) e ensino médio; professores de Geografia, Ciências, Biologia, língua portuguesa e artes do ensino médio e fundamental; comunidades, associações de bairros e de pais. Vale ressaltar que grande parte dos professores é especialista em Turismo e Gestão Territorial.

O sucesso da implementação das ações voltadas para o ecoturismo depende do fortalecimento institucional, interinstitucional, com parcerias entre organizações comunitárias, poder público, iniciativa privada e instituições de pesquisa. Foi necessário discutir junto com as comunidades a identidade do turismo que pretendem para suas terras e para o município, fator que ficou claro durante as reuniões ocorridas durante os anos de 2004 e 2005. Infelizmente o projeto não saiu do papel.

Até 2013, nenhuma atividade de ecoturismo foi realizada pelo governo municipal, estadual e federal no município. Acredita-se que o fato do município ter sido preterido em relação a outros como Barcelos, Manacapuru e até mesmo Rio Preto da Eva pelo PROECOTUR, fez com que o ecoturismo não tenha sido implantado o que foi positivo porque poderíamos nos deparar com atividades descontextualizadas da identidade territorial e cultural como casa em árvores, caminhada na trilhas, focagem de jacaré etc, ou quem sabe pesca esportiva em uma região em que a piscosidade é muito baixa em relação a outros rios. Desta forma, a ausência do Estado, favoreceu a conservação e preservação do patrimônio indígena.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Desta forma, o ecoturismo indígena pode ser entendido como uma alternativa para valorização cultural, ambiental e patrimonial, desde de que seja uma atividade pensada como meio e não como fim em um processo de gestão territorial juntamente com outras atividades tradicionais que devem ser continuar sendo realizadas.

Devido à ausência de sensibilidade, de conhecimento por parte dos promotores e planejadores desta atividade, considerada capitalista, da cosmologia dos povos indígenas e principalmente por mercantilizar e transformar a

cultura, a natureza e até mesmo o ser indígena em capital, bem como o despreparo dos povos indígenas ainda em relação a sua gestão que o turismo deve ser a última atividade a ser desenvolvida em terras indígenas enquanto existirem outras possibilidades.

Qualquer tipo de gestão e planejamento do turismo em terra indígena e com outras comunidades e povos tradicionais deve partir da participação, discutindo com as comunidades, esclarecendo sobre as dúvidas, receios, formas de organização, valorizando o conhecimento pré-existente, tradicional ou não, a identidade cultural e territorial do lugar, as territorialidades, permitindo que os sujeitos sociais envolvidos possam decidir e serem donos do próprio destino.

Neste contexto, eliminam-se as formas de participação forçadas e articuladas pelo Estado e outras instituições que se aproveitam das metodologias participativas para controlar a vontade e o projeto de futuro das comunidades, dos povos tradicionais ou não, minoritários ou não.

Deve-se ressaltar que São Gabriel é um município com uma característica ímpar por sua identidade indígena. Um município indígena, fator que o torna diferente da maioria dos municípios e que merece um planejamento territorial do turismo diferenciado que respeite esta identidade e que seja construído de maneira participante e comunitária, o que vem reforçar a formação e organização sociocultural e política dos povos que o habitam.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AQUINO, S. *Diagnóstico sobre o turismo em São Gabriel da Cachoeira*. São Gabriel da Cachoeira, 2004 (mimeo).

BOULLÓN, R. C. *Planejamento do Espaço Turístico*. São Paulo: EDUSC, 2002.

FARIA, I. F. de. *Território e Territorialidades Indígenas do Alto Rio Negro*. Manaus: EDUA, 2003.

_____. *Ecoturismo Indígena. Território, Sustentabilidade, Multiculturalismo: princípios para a autonomia*. 2007. 223f. Tese (doutorado em Geografia) Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.

FREIRE, P. Criando Métodos de Pesquisa Alternativa: aprendendo a fazê-la melhor através da ação. In: BRANDÃO, C.R. *Pesquisa participante*. São Paulo: Brasiliense, 1981.

MINISTÉRIO DO TURISMO. *Segmentação do Turismo. Conceitos*. Documento preliminar, não revisado. Brasília: Ministério do Turismo, 2005.

OMT – Organização Mundial do Turismo. *Guia de Desenvolvimento do Turismo Sustentável*. Porto Alegre: Bookman, 2003.

SAHLINS, M. “O Pessimismo sentimental e a experiência etnográfica: por que a cultura não é um “objeto” em via de extinção”. *Mana*. V.3 n.1. Rio de Janeiro/Museu Nacional, abril de 1997.

- RAHNEMA, M. Participation. In: SACHS, Wolfgang. *The Development Dictionary*. Londres: Zed Books Ltda, 1992.
- SANTOS, M. *Espaço do cidadão*. São Paulo: Nobel, 1987.
- SWAIN, M. B. Gender roles in indigenous tourism: Kuna Mola, Kuna Yala: an cultural survival. In: SMITH, V. (Org.). *Hosts and guests: the anthropology of tourism*. University of Pennsylvania Press, 1989, 187 p.
- VAN DEN BERGHE, P. L. Marketing Mayas: ethnic tourism promotion in Mexico. *Annals of Tourism Research*, vol 22, n.3, p.568-88, 1995.
- VAN DEN BERGHE, P. L & KEYES, C. F. Introductions: tourism and re-created ethnicity. *Annals of Tourism Research*, vol.11, p.343-52, 1984.
- WOOD, R. E. Ethnic tourism, the state and cultural change in southeast Asia. *Annals of Tourism Research*. Vol. 11, p.353-74, 1984.
- YÁZIGI, E. *A alma do Lugar*. São Paulo: Contexto, 2001.

Modernização Turística: o papel do turismo nos discursos dominantes de desenvolvimento

Mozart Fazito¹

INTRODUÇÃO

A maioria dos livros e artigos acadêmicos da área de turismo mostram, em algum momento, o tamanho da indústria global do turismo, em termos de geração de empregos e renda, fluxo turístico e gastos dos turistas, como uma forma de ressaltar a importância do setor na economia atual. Esses números são muito altos e chamam atenção para a importância do turismo num mundo em que somente esses números são importantes. A Organização Mundial de Turismo registra que o turismo internacional gerou 1,2 trilhão de dólares em 2011, o que representou 30% das exportações de serviços, e 6% das exportações de todos os bens e serviços no mundo naquele ano. A mesma organização também prevê que o fluxo mundial de turistas em 2012 ultrapassará a barreira dos um bilhão, e antevê um aumento para 1,8 bilhão até o ano de 2030 (UNWTO, 2012).

Apesar de números como os acima parecerem uma justificativa perfeita para a importância do turismo como objeto de estudo e como elemento do processo de desenvolvimento, eles seguem de forma acrítica um discurso de desenvolvimento que domina o espectro político global desde o período pós-guerra, e que tem causado graves impactos sociais e ambientais: o discurso da modernização. É exatamente por ser um discurso hegemônico que essas justificativas soam tão acertadas a partir de uma leitura superficial. O conceito de modernização propõe que o principal objetivo do exercício de desenvolvimento é gerar uma sociedade de altos níveis de consumo. Ele propõe um entendimento de desenvolvimento como um processo linear que opõe aquilo que é tradicional (atrasado, subdesenvolvido) daquilo que é moderno (avançado, desenvolvido). O papel do turismo nesse conceito de desenvolvimento é

1 Doutor pelo Programa em Desenvolvimento Sustentável da Escola de Geografia, Planejamento e Políticas Ambientais da *University College Dublin*. mozart.fazito@gmail.com

exatamente o de transformar em bens de consumo aquilo que não é desejável. Lugares que não foram completamente ‘modernizados’ são vistos como ‘atrasados’, ‘exóticos’, ‘distantes’, ‘desconhecidos’; lugares para ‘aventura’ e ‘descoberta’. Lugares com essas características são explorados como destinos turísticos. A modernização turística vê o turismo como a indústria mais adequada para ocupar lugares não modernizados.

O presente artigo tem como objetivo descrever e discutir as bases teóricas e os resultados práticos da modernização, assim como recomendar para a comunidade acadêmica a análise de discursos alternativos que mantenham uma postura crítica aos discursos dominantes de desenvolvimento turísticos e que foquem na emancipação das pessoas e de suas comunidades.

A TEORIA DA MODERNIZAÇÃO

Apesar de haver estudos de desenvolvimento anteriores ao período pós-guerra, baseados na dicotomia entre as abordagens focadas no mercado, de Adam Smith, e nas teorias voltadas para o papel do Estado, de Karl Marx, o ponto de partida deste artigo é o momento após o fim da Segunda Grande Guerra, quando o sistema de colonização estava sendo substituído por um novo modo de relações geopolíticas globais. Mais precisamente, esta análise começa com o discurso de posse do presidente americano Harry Truman, em 1949. Parte desse discurso é citada abaixo:

Mais da metade das pessoas do mundo vive em condições miseráveis. (...) Sua vida econômica é primitiva e estagnada. (...) Pela primeira vez na história, a humanidade possui o conhecimento e a capacidade necessária para aliviar o sofrimento dessas pessoas. (...) Eu acredito que nós deveríamos possibilitar aos povos pacíficos os benefícios do nosso conhecimento técnico para ajudá-los a concretizar suas aspirações para uma vida melhor. (...) Nós pensamos num projeto de desenvolvimento baseado no comércio justo e democrático. (...) Uma maior produção é a chave para a prosperidade e a paz. E a chave para uma maior produção é a aplicação do conhecimento moderno científico e técnico de forma mais ampla e vigorosa (apud ESCOBAR, 1995, p. 4).

O discurso de Truman fomentou entre as sociedades do norte global a ideia otimista de salvar os povos do mundo todo da pobreza e do subdesenvolvimento. Esse programa de desenvolvimento ficou conhecido como o *Point*

Four Program (Programa Ponto Quatro) por ser o quarto tópico do seu discurso, e que pôs o desenvolvimento no centro das preocupações políticas pela primeira vez na história (TUCKER, 1999).

Mas uma análise mais pormenorizada das palavras do presidente Truman proporciona algumas pistas sobre seu conceito de desenvolvimento, o qual viria a se tornar o conceito hegemônico em quase todo o globo nas décadas seguintes. Primeiramente, subdesenvolvimento é caracterizado pelas palavras ‘primitivo’ e ‘estagnado’. A chave para o desenvolvimento, por sua vez, é ‘uma maior produção’. Para se mover da condição de subdesenvolvido para desenvolvido, a receita está na última frase: ‘a aplicação do conhecimento moderno científico e técnico de forma mais ampla e vigorosa’. Em suma, esse conceito de desenvolvimento foca no aumento da produção e do consumo como os principais objetivos a serem atingidos por uma sociedade, e opõe o que é tradicional (atrasado, ruim, subdesenvolvido) do que é moderno (avançado, bom, desenvolvido), daí seu nome ‘Teoria da Modernização’.

A ideia de desenvolvimento que Truman expressou em seu discurso foi teorizada por Rostow (1960). Ele basicamente descreve cinco estágios de desenvolvimento, desde uma sociedade tradicional e primitiva até uma sociedade de alto consumo. O quadro 1 mostra esses estágios.



Quadro 1: Os Estágios do Desenvolvimento Econômico, de Rostow (1960)
Fonte: Adaptado de Rostow (1960)

A decolagem (*takeoff*) é o conceito central na teoria de Rostow, e se refere basicamente ao ‘gatilho’ do processo para se ‘modernizar’ e atingir uma sociedade de alto consumo. Essa teoria reduziu o conceito de desenvolvimento simplesmente a crescimento econômico, negligenciando os aspectos sociais, ambientais e culturais também inerentes ao processo de desenvolvimento. Ela

é baseada na ideia de que todas as sociedades seguem um inevitável processo linear, do atrasado para o moderno – da agricultura para a indústria, do rural para o urbano, enfim (TELFER; SHARPLEY, 2007). Nas palavras de Rostow:

É possível se identificar todas as sociedades, em suas dimensões econômicas, em uma das cinco categorias de desenvolvimento de uma sociedade: a sociedade tradicional, condições para a decolagem, a decolagem, o caminho da maturidade e uma sociedade de consumo de massa (ROSTOW, 1960, p. 4).

No período pós-guerra, as nações ricas e as recém-criadas instituições de Bretton-Woods – O Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional (FMI) – estavam se esforçando para difundir o discurso da modernização para o resto do mundo. No entanto, naquele período a Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL) já contestava as intervenções dos países ricos sobre os pobres para difundir a modernização. Seu presidente, Raúl Prebisch, já era um crítico da dependência dos países periféricos aos países centrais (ver PREBISCH, 1986). Essa crítica baseia a ‘teoria da dependência’, que defende que o subdesenvolvimento não é uma condição original a ser suplantada através da integração da economia mundial, mas é uma condição criada por essa integração (FRANK, 2004). Os teóricos da dependência criticaram a modernização por ser uma ideologia utilizada para justificar o envolvimento e a dominação ocidental sobre os países do sul global (TELFER, 2002). De fato, como observado por Tucker (1999), os teóricos de dependência formaram o primeiro grupo a propor um desafio acadêmico ao discurso eurocêntrico de desenvolvimento. Porém, a perspectiva anti-imperialista proposta pela ‘teoria da dependência’ resultou no fracasso de sua implementação, pelo menos na América Latina, já que desde o golpe de estado de 1954 na Guatemala, os governos que propunham qualquer coisa diferente dos desejos da política externa dos Estados Unidos, foram interrompidos através de intervenções norte-americanas diretas ou indiretas (PORTER; SHEPPARD, 1998). Como resultado, o discurso da modernização encampado pelos países do norte global acabou por se tornar o discurso dominante de desenvolvimento em quase todo o mundo. Entretanto, o discurso da modernização bem como seus desdobramentos mais recentes – neoliberalismo e globalização – vêm causando altíssimos níveis de desigualdade (ESCOBAR, 1995; SEN, 1999), o que é discutido abaixo.

DESIGUALDADE, NEOLIBERALISMO E GLOBALIZAÇÃO

De 1981 a 1989, a desigualdade de renda no Brasil, medida pelo índice Gini, aumentou de 0,574 para 0,625, quando o país chegou a ocupar a segunda posição no ranking mundial de desigualdade, atrás apenas de Serra Leoa, um país em guerra, com 0,629. Em 2004, o índice GINI brasileiro caiu para 0,564, o que levou o país à décima posição (FERREIRA; LEITE; LITCHFIELD, 2006). Essa pequena melhoria no nível de desigualdade de renda pode ser justificada pelo processo de redemocratização e pela implantação do Plano Real, que acabou com a hiperinflação e introduziu uma moeda estável no Brasil, em 1994. Desde 2004, o índice GINI caiu consideravelmente (ver gráfico 1). É bem possível que essa queda se deva ao aumento do salário mínimo e às políticas sociais implementadas desde 2003, pelo governo do Partido dos Trabalhadores (PT).

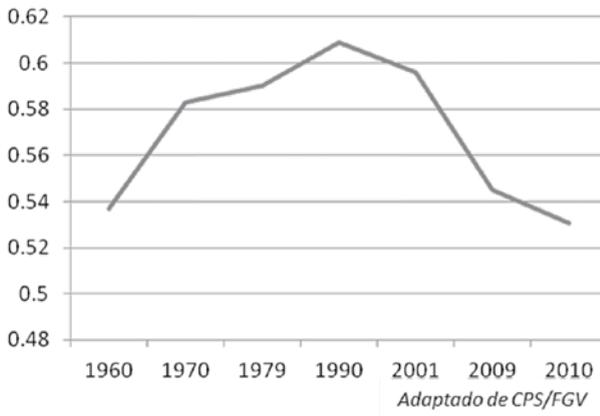


Gráfico 1: Variação do Índice GINI no Brasil

Apesar da melhora significativa que o país tem vivenciado na luta contra a desigualdade de renda, o Brasil ainda se mantém uma nação extremamente desigual, com um índice GINI de 0,519, ocupando a décima sétima posição².

As desigualdades causadas pela modernização se agravaram com a adoção, por muitos países, de políticas influenciadas pela ideologia neoliberal e, particularmente pelos países da América Latina, em meados da década de

2 Esses dados foram extraídos do *United States CIA Fact Book* - <https://www.cia.gov/library/publications/the-world-factbook/rankorder/2172rank.html>, acessado em 24 de setembro de 2012.

oitenta. O neoliberalismo é uma teoria econômica centrada na diminuição da burocracia e de processos políticos na gestão da economia. No final dos anos setenta e início dos anos oitenta, alguns líderes políticos, como a Margaret Thatcher, no Reino Unido, e Ronald Reagan, nos Estados Unidos, adotaram o neoliberalismo e iniciaram um processo de privatização de companhias estatais, de serviços públicos e de desregulação do mercado. De fato, as administrações de Thatcher e Reagan são consideradas casos paradigmáticos do projeto neoliberal (PECK, 2004). O neoliberalismo é também uma ideologia baseada na crença de que os mercados se autorregulam e, agindo desta forma, geram melhores resultados econômicos. Harvey (2005) define neoliberalismo como:

uma teoria que parte da prática da economia política e que defende que o bem-estar humano pode ser atingido através da liberação das habilidades e liberdades individuais de empreendedorismo dentro de uma estrutura institucional caracterizada por uma forte defesa dos direitos de propriedade, mercados livres e comércio livre (2005, p. 2).

Estados neoliberais têm o papel de encorajar e assegurar que essas práticas aconteçam. Assim, onde não há mercado – serviço público de saúde, educação pública, fornecimento público de água, etc. –, o papel do estado é criar o mercado. A receita neoliberal para o desenvolvimento tornou-se conhecida como o ‘Consenso de Washington’ (WESTRA, 2010). Seguindo essa receita, programas de desregulação, privatização e retirada da participação do estado no fornecimento de serviços públicos foram implementados mundo afora, dos Estados Unidos à Europa, da China à América Latina, da África à Oceania. Derivado da modernização, o neoliberalismo tornou-se o discurso hegemônico de boas práticas de desenvolvimento (HARVEY, 2005; LEITNER et al., 2007).

Após uma primeira experiência no Chile de Pinochet nos anos setenta, uma onda neoliberal tomou os países da América Latina após a crise da dívida externa latino-americana de 1982. O Fundo Monetário Internacional (FMI) impôs condições de ajustes estruturais aos países como pré-requisito para o recebimento de empréstimos (PECK, 2004). O México, a Argentina e, um pouco mais tarde, o Brasil começaram a empregar medidas neoliberais nos anos oitenta e noventa, incluindo a liberalização do comércio e das finanças, privatizações e a flexibilização das leis trabalhistas (SEISDEDOS, 2010). Mas após vinte anos de dominação das políticas neoliberais, está claro que a

situação dos países latino-americanos está bem diferente do que os proponentes do neoliberalismo anteviram:

Os resultados gerais para a América Latina são índices baixos de crescimento do produto nacional bruto, baixos salários, um aumento da taxa de desemprego e da pobreza na maioria das populações latino-americanas, para não dizer as crises financeiras e até mesmo recessões (SEISDEDOS, 2010, p. 39).

As privatizações e fusões de empresas no mundo todo encorajadas pelas políticas neoliberais, juntamente com as novas tecnologias que emergiram nas décadas passadas, promoveram a concentração de poder em um número muito reduzido de corporações transnacionais incrivelmente grandes. Pochmann (2009) observa que cerca de quinhentas corporações estão se aproximando do domínio de todos os setores da atividade econômica mundial. Essas companhias são mais ricas do que muitos países. Por exemplo, em 2006, as três maiores corporações transnacionais do mundo registraram um faturamento maior do que o produto interno bruto (PIB) brasileiro (POCHMANN, 2009). Para Castells (2003a), a economia global foi constituída politicamente, sob os ideais de desregulação e privatização da ideologia neoliberal. É muito importante se entender que a globalização não afeta todas as pessoas de forma igual. Essa transformação geopolítica causou não somente a globalização da produção, das finanças, da distribuição e das redes sociais, mas também a globalização da pobreza, da marginalização e da insegurança (PECK, 2004). Para Castells (2003b), a globalização é a causa da polarização econômica e da exclusão social crescentes. Em suma, a globalização expandiu a capacidade do neoliberalismo de produzir desigualdades.

O neoliberalismo e a globalização são baseados nos discursos da modernização, já que também assumem como meta primordial do desenvolvimento, uma sociedade de alto consumo. Modernização, neoliberalismo e globalização formam o tripé dos discursos hegemônicos de desenvolvimento. Do ponto de vista de um artista sensível às causas sociais, para José Saramago – no filme “Janela da Alma” (JARDIM; CARVALHO, 2001) –, esses discursos dominantes de desenvolvimento podem ser comparados a uma ditadura, com o agravante que hoje em dia é mais difícil se identificar o inimigo, o ditador. Ele deu o nome de ‘capitalismo autoritário’ a esse discurso dominante: “uma máquina que nos obriga a consumir”.

Para o presente trabalho, é importante se compreender o papel do turismo nesse contexto de desenvolvimento dominado pela modernização, neoliberalismo e globalização. A modernização turística é o assunto do próximo tópico.

MODERNIZAÇÃO TURÍSTICA

Milne and Ateljevic (2001) argumentam que nos anos setenta e oitenta, quando os teóricos do turismo focaram pela primeira vez seu estudo no desenvolvimento, havia duas abordagens de desenvolvimento turístico dominantes: o modelo do ciclo de vida e rejuvenescimento das áreas turísticas, de Butler (1980) (ver figura 1), e a perspectiva da dependência, de Britton (1982). Enquanto o modelo de Butler tinha a teoria da modernização como sua base, a abordagem de Britton é fundada na teoria de dependência.

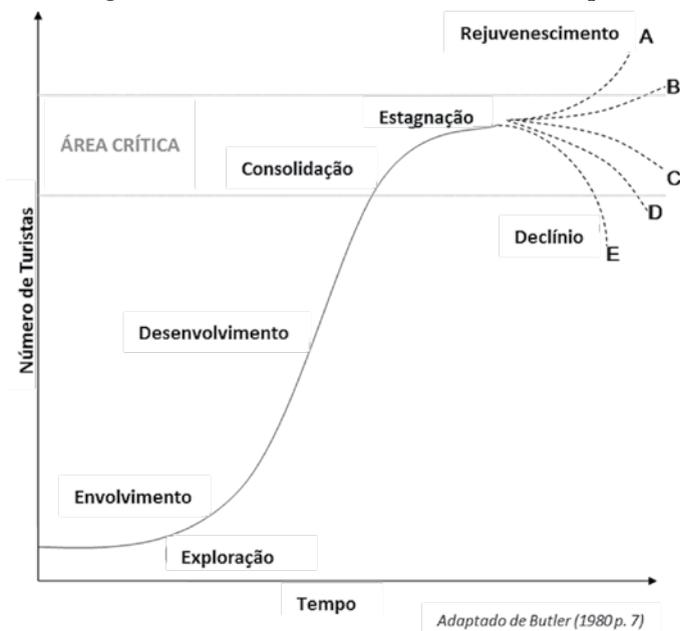


Figura 01: O modelo de ciclo de vida de Butler (1980)

O ciclo de vida de áreas turísticas de Butler sugere um caminho linear para o desenvolvimento turístico de uma área. Quando o seu consumo estagnar, ações inovadoras se fazem necessárias para evitar seu declínio e promover o rejuvenescimento do produto turístico. Já a abordagem de Britton sugere que os países subdesenvolvidos promovem o turismo com o objetivo de gerar

divisas, impulsionando sua economia: gerando empregos, atraindo investimentos e, principalmente, aumentando a independência econômica desses países. Porém, a estrutura das economias dos países do sul global e a organização da indústria turística internacional formam um ambiente que retira desses países a sua capacidade de atingir esses objetivos. Britton (1982) e Butler (1980) focaram seus estudos na indústria do turismo de massa. Ambos negligenciaram os aspectos do fenômeno turístico que não fossem os econômicos. Enquanto na abordagem de Butler falta uma crítica político-econômica do fenômeno turístico, a perspectiva da dependência de Britton mostrou que as desigualdades econômicas resultam de relação turística entre países ricos e pobres, e assim, ele recomenda formas alternativas de turismo, diferentes do turismo de massa.

Mais recentemente, Mowforth e Munt (2009) argumentam que o estudo do desenvolvimento turístico tem que suplantar a teoria da dependência e quebrar com as análises de dominação e subordinação que caracterizam o turismo de massa. Eles lidaram com as relações entre o sul e o norte, focando em novas formas de turismo. O quadro 2 mostra as diferenças entre o turismo de massa, como um resultado do Fordismo/Modernismo, e o 'novo turismo', já um produto do Pós-fordismo/Pós-modernismo.

Fordista	Pós-Fordista
Massa	Individual
Pacote	Sem pacote/flexível
Ss <i>Sun, sea, sand, sex</i>	Ts <i>Travelling, trekking, trucking</i>
Irreal	Real
Irresponsável (culturalmente, socialmente e ambientalmente)	Responsável
Moderno	Pós-moderno

Adaptado de Mowforth e Munt (2009 p. 26)

Quadro 2: Mudanças no Turismo Contemporâneo

O novo turismo é focado no consumidor, e não no produto. Nesse novo conceito, quase todos os aspectos da vida social são mercantilizados, os produtos turísticos são muito diversificados, há uma politização do consumo

e o turista acaba por reagir contra a ‘massa’. Por fim, há muito mais produtos no mercado, mas eles têm uma vida bem mais curta (MOWFORTH; MUNT, 2009).

Harvey (1989) faz referência a uma ‘compressão tempo-espço’, que ocorre na passagem do modernismo (fordismo) para o pós-modernismo (regime de acumulação flexível). Ele argumenta que a produção se acelerou por conta das mudanças organizacionais em direção a uma desintegração das estruturas verticais, através de subcontratações e terceirizações, em contraste com a hierarquia vertical, característica do fordismo. Os avanços nos fluxos de informação, a racionalização das técnicas de distribuição, acesso eletrônico a transações bancárias, e cartões bancários (*plastic money*) fizeram, em suas palavras, “*vinte e quatro horas, um longo período de tempo*” (HARVEY, 1989, p. 285). Quanto mais se produz, mais se necessita de consumo. Harvey observa que duas mudanças no ambiente de consumo são particularmente importantes: a mobilização da moda em mercados de massa, que fez com que produtos que antes eram consumidos apenas pelas elites econômicas se tornassem acessíveis a toda a sociedade; e a mudança do consumo de bens para o consumo de serviços. Por exemplo, ele ressalta os produtos de entretenimento, espetáculos, distrações. Harvey diz: “*o ‘ciclo de vida’ desses serviços (...) é muito menor do que um automóvel ou uma máquina de lavar*” (HARVEY, 1989, p. 285). A ‘compressão espaço-tempo’ de Harvey é frequentemente mencionada em debates acerca da globalização. Em termos gerais, a globalização se refere à expansão da escala, da magnitude, da velocidade e da profundidade do impacto de fluxos e padrões inter-regionais de interações sociais (HELD; MCGREW, 2003). Para Thornley e Rydin (2002), uma das mais óbvias manifestações da globalização é a crescente facilidade em se locomover por todo o mundo. As pessoas – turistas, trabalhadores, refugiados, etc. – se movem pelo mundo com mais velocidade e maior frequência.

O turismo emerge nesse contexto como um típico produto da ideologia da globalização neoliberal. Para Beni (2006), o turismo é a segunda atividade mais globalizada no mundo, após a financeira. O turismo acentua as desigualdades globais, não apenas através da concentração dos recursos nas mãos de poucas corporações transnacionais de turismo, mas também através do fluxo rápido e fácil de informações, que leva à destruição das diferenças locais e à padronização dos lugares. Held e McGrew (2003) argumentam que as populações, em todo o mundo, estão expostas aos valores de outras culturas

como nunca estiveram na história. As cidades, para eles, se tornaram arenas onde diferentes culturas competem. Para Mowforth e Munt (2009), entender as relações de poder e dominação que resultam dos discursos hegemônicos de desenvolvimento é fundamental para se compreender o turismo pós-moderno. Eles argumentam que o crescimento do fluxo turístico como fruto da rápida expansão das relações capitalistas para o sul global, transformou lugares e culturas em bens e serviços a serem consumidos por turistas.

A modernização, conforme discutido anteriormente, considera o que é tradicional como subdesenvolvido e o que é moderno, desenvolvido, e tem como meta a geração de uma sociedade de alto consumo. O papel do turismo nesse conceito de desenvolvimento é precisamente o de transformar aquilo que não é desejável pelos discursos dominantes de desenvolvimento (o ‘atrasado’, o ‘tradicional’) em produtos a serem consumidos. A globalização expandiu as possibilidades de se consumir lugares. Lugares que ainda não foram completamente tomados pela modernização são vistos como ‘exóticos’, ‘distantes’, ‘desconhecidos’, lugares onde se pode viver ‘aventuras’ e ‘descobertas’. Os lugares com essas características são explorados como destinos turísticos, e estão localizados primordialmente em países do sul global. Turismo se transformou simplesmente em um agente da modernização, uma indústria, que possibilita a expansão de riqueza e renda onde a indústria convencional não conseguiu chegar.

Entretanto, os altos índices de desigualdade social e degradação ambiental observados atualmente, e que são frutos desses discursos dominantes de desenvolvimento (ver ESCOBAR, 1995; SEN, 1999), alertam para a necessidade de discursos alternativos de desenvolvimento, que promovam uma solidez teórica consistente o bastante para desafiar as pressuposições propostas pela teoria da modernização. Alguns discursos de desenvolvimento alternativos emergiram na literatura. Entre os mais bem sucedidos, estão a ‘abordagem das capacidades’, desenvolvida pelo economista e filósofo Amartya Sen (ver NUSSBAUM, 2000; ROBEYNS, 2005, 2006; SEN, 1999) e o ‘desenvolvimento sustentável’, originado nos movimentos ecológicos dos anos 1970 e teorizado pela Comissão Brundtland, em 1987 (ver MEBRATU, 1998; MOFFATT, 1996; WCED, 1987). Entretanto, ambos discursos de desenvolvimento, apesar de serem fundados em ricas bases teóricas e filosóficas (em especial a ‘abordagem das capacidades’), ao serem implementados, não conseguem fugir dos discursos dominantes, e acabam servindo a esses discursos, seja

pelo foco simplista na criação de indicadores de desenvolvimento promovidos pela ‘abordagem das capacidades’ (FUKUDA-PARR, 2003; ROBEYNS, 2006), seja pela confusão conceitual e o mimetismo do discurso do ‘desenvolvimento sustentável’ (HUNTER, 1997; PURVIS; GRAINGER, 2004; REID, 1995). Nesse contexto, alguns autores sugerem que a raiz dos discursos críticos mais bem sucedidos está na análise de práticas de movimentos sociais (ESCOBAR, 1995, 1996, 2005; GIBSON-GRAHAM, 2005; SANTOS, 2004, 2006), principalmente os que emergem em lugares distantes do norte global. Esse é o assunto da próxima parte deste artigo.

CRITICIDADE E RESISTÊNCIA NO DESENVOLVIMENTO TURÍSTICO

Há que se criticar os discursos dominantes de desenvolvimento, com vistas a assegurar a emancipação das pessoas e de suas comunidades, cujas liberdades podem ser suprimidas por ações de grupos poderosos e seus interesses econômicos, num mundo caracterizado pela concentração de poder sobre os recursos econômicos nas mãos de poucos e gigantescos grupos empresariais. Os autores do turismo crítico propõem que os pesquisadores da área voltem sua análise para as relações de poder em contextos de desenvolvimento turístico, e foquem no processo emancipatório (TRIBE, 2007), sem negligenciar os aspectos político-econômicos do turismo (BIANCHI, 2009)³.

Escobar (1995) observa que as desigualdades e os outros problemas causados pelos discursos dominantes de desenvolvimento não podem ser vistos como uma chamada para a intervenção internacional para ajudar os países pobres, mas eles devem ser analisados em termos de suas consequências políticas, da forma como as sociedades interagem e modificam a cultura, e da construção do poder social. Ele imagina uma era de ‘pós-desenvolvimento’, na qual o ‘moderno’ não se opõe ao ‘tradicional’. Não é contra a modernização, mas também não acredita que todos deveriam ser tão focados nela. Para ele, essa hibridização cultural resulta em realidades negociadas em contextos moldados por tradições, capitalismo e modernidade. Gibson-Graham (2005) definem o discurso e pós-desenvolvimento como:

Um modo de pensamento e prática que é gerador, experimental, incerto, esperançoso e ainda solidamente fundado no

3 Para mais sobre turismo crítico, ver Ateljevic et al. (2007), Morgan et al. (2012) e, para um resumo em português, Fazito (2012).

entendimento das violências e promessas materiais e discursivas que advêm de um longo histórico de intervenções de desenvolvimento (GIBSON-GRAHAM, 2005, p. 6).

Partindo da citação acima, a modernização é o discurso dominante que legitimou uma ‘longa história de intervenções de desenvolvimento’, enquanto a opressão toma a forma de ‘violências e promessas materiais e discursivas’. Entretanto, como observado por Escobar (1995, 2005), o discurso hegemônico de desenvolvimento é também autodestrutivo, já que ele destrói as pessoas e a natureza, e é ‘desfeito’ pela resistência social. Tomlinson (2003), focando na globalização, concorda com essa afirmação. Para ele, em vez de destruir a identidade cultural, a globalização a reforça, através do surgimento de movimentos sociais baseados em questões de identidade (eg. gênero, etnia, religião, sexualidade, etc.). Para Milton Santos (2011), há três ‘globalizações’: a globalização como fábula (o mundo tal como nos fazem crer), a globalização como perversidade (o mundo como ele é de fato), e a globalização como possibilidade (o mundo como poderia ser). Ele possui uma visão otimista de que, apesar da perversidade do sistema atual, caminharemos para um mundo melhor quando o avanço tecnológico se unir a uma mudança filosófica existencial, que nos levará a uma globalização humanizada. O mesmo sistema dominante que oprime as pessoas e a natureza também fornece os recursos para resistir à opressão. A resistência, por sua vez, acontece através das práticas de movimentos sociais.

Boaventura de Souza Santos (2004, 2006) estudou movimentos sociais em seis países periféricos: África do Sul, Brasil, Colômbia, Índia, Portugal e Moçambique. Seu objetivo foi o de investigar a relação entre o discurso hegemônico da globalização neoliberal e os discursos contra-hegemônicos de globalização. Ele chegou a três conclusões. Em primeiro lugar, a experiência social no mundo todo é bem mais ampla e variada do que a tradição científica e filosófica ocidental considera importante. Em segundo lugar, essa experiência social rica tem sido jogada fora pelas ciências sociais dominantes, e a perda do conhecimento crítico produzido nas experiências sociais gera uma percepção de falta de alternativa, de ‘fim da história’⁴, etc. E, finalmente, para se melhorar

4 Fukuyama (1993) argumenta que o sistema dominante atual – ele chamou de democracia liberal – representa o ponto final da evolução ideológica humana e a forma final de governo dos homens, a que ele se refere como o fim da história. Esse termo é empregado aqui não como uma referência à discussão acadêmica acerca do trabalho de Fukuyama, que foi aprofundada desde sua primeira formulação, mas como referência ao modo como esse termo tem sido adotado, de forma acrítica,

essa situação, é preciso que se dê voz a essas experiências, mas isso só é possível a partir de uma postura crítica às tradições positivistas de produção do conhecimento. Santos (2002, 2004) argumenta que a tradição positivista, com suas origens no iluminismo e sua necessidade de mensuração e quantificação, negligenciou fontes de conhecimento que são ‘locais’, ‘marginalizadas’, ‘improdutivas’, ‘inferiores’, ‘atrasadas’, que ele chamou de ‘ausências’. Para o autor,

Para identificar o que falta e por que razão falta, temos de recorrer a uma forma de conhecimento que não reduza a realidade àquilo que existe. Quero eu dizer, uma forma de conhecimento que aspire uma concepção alargada de realismo, que inclua realidades suprimidas, silenciadas ou marginalizadas, bem como realidades emergentes ou imaginadas (SANTOS, 2002, p. 247).

É importante ressaltar que reconhecer a importância de práticas sociais contextualizadas na produção do conhecimento não significa dizer que o pensamento racional proposto pela tradição positivista está errado. Entretanto, é importante manter uma postura crítica a esse pensamento, já que ele deprecia a importância das experiências sociais contextualizadas como fonte de conhecimento. Para Flyvbjerg (2001), o conhecimento produzido através da análise de situações contextualizadas é o que dá sentido às ciências sociais, e o que faz com que as suas áreas de estudo atinjam níveis altos de domínio do conhecimento.

Assim, as formas de ausências produzidas pela tradição positivista dominante – o ignorante, o atrasado, o inferior, o local e o improdutivo – são realidades que existem apenas como obstáculos às realidades que são consideradas importantes. Para Gibson-Graham (2005), o que Boaventura de Souza Santos fez com sua ‘sociologia das ausências’ foi desconstruir o discurso de desenvolvimento, propondo desafios interessantes acerca da construção de discursos contra-hegemônicos. Assim, para as autoras, o grande desafio não é o de produzir novas teorias e estratégias para o desenvolvimento, mas o de analisar os elementos que são constituídos pelas práticas de desenvolvimento. Reconhecer a importância das experiências sociais que são suprimidas pelas formas dominantes de produção do conhecimento é dar voz a discursos alternativos, críticos aos discursos hegemônicos de desenvolvimento, entendendo

pelos defensores do neoliberalismo, como se os discursos dominantes de desenvolvimento fossem perfeitos, e assim teríamos atingido o ‘fim da história’.

que esses discursos alternativos emergem da prática social em situações contextualizadas.

A criticidade que emerge das práticas sociais leva à resistência à opressão causada pelos discursos hegemônicos de desenvolvimento. As experiências sociais, por sua vez, são permeadas por tradições e modernidade. A criticidade, portanto, emerge do mesmo sistema que promove a degradação social e ambiental. Em suma, a criticidade também emerge da opressão. A criticidade se manifesta através das práticas locais de desenvolvimento, dos movimentos sociais. Este artigo visa atrair os pesquisadores de turismo a dar voz a pessoas e comunidades, a populações de cidades, regiões e países oprimidas pelos processos derivados dos programas de desenvolvimento turístico que seguem os discursos dominantes de desenvolvimento. Em outras palavras, é fundamental, do ponto de vista da produção do conhecimento, que se dê voz às vítimas das 'orgias do capital' no processo de desenvolvimento turístico, como denominou Yáziği (2003).

CONCLUSÃO

O presente texto tem o objetivo de chamar a atenção dos pesquisadores interessados em turismo e que são sensíveis às injustiças sociais e à causa ambiental, para a importância de se dar voz aos oprimidos e suas tentativas de resistir à opressão causada pelas ações de desenvolvimento advindas da modernização turística. Nesse sentido, se faz necessário o desafio aos discursos dominantes de desenvolvimento (aqueles advindos da modernização) e os discursos dominantes de produção do conhecimento (aqueles advindos da tradição positivista).

Com relação ao desafio aos discursos hegemônicos de desenvolvimento, este trabalho explorou as bases da teoria da modernização, seus desdobramentos mais recentes – neoliberalismo e globalização – e seus resultados práticos negativos, que podem ser resumidos em desigualdades sociais e degradação ambiental. Aqui também foi explicado um possível caminho para se propor um desafio a esses discursos, através da investigação rigorosa e detalhada de casos de práticas de resistência social a programas e projetos de desenvolvimento inspirados pela modernização turística.

Com relação a desafiar as formas dominantes de produção do conhecimento, este artigo demonstrou que dar voz a práticas sociais contextualizadas é, por si só, um desafio à tradição positivista de se fazer pesquisa, fortemente

dependente de mensurações e quantificações para se legitimar o conhecimento produzido. Dredge et al. (2011) tem precisamente esse objetivo ao editar um livro com treze histórias de práticas de planejamento e políticas públicas de turismo. Ela faz referência à importância de que o pesquisador seja capaz de refletir acerca de sua situação e de seu contexto nesse tipo de pesquisa, uma posição partilhada com vários autores do turismo crítico (ATELJEVIC et al., 2005; BOTTERILL, 2007; HARRIS et al., 2007).

Um ponto a se ressaltar acerca do assunto tratado neste artigo é a importância do turismo no tipo de produção de conhecimento proposto aqui. Como foi mostrado, a modernização turística foca no ‘atrasado’, no ‘distante’, no ‘diferente’, no ‘exótico’, no ‘tradicional’, e em sua transformação em um produto a ser consumido. Em escala global, a modernização turística refere-se à relação turística entre o norte e o sul. No Brasil, esse processo é replicado do sul para o norte. A modernização atingida pelos grandes centros urbanos brasileiros, como Rio de Janeiro e São Paulo, é assumida como meta em lugares considerados ‘atrasados’, ‘tradicionalistas’ e ‘exóticos’, e o turismo é empregado como a salvação desses lugares do subdesenvolvimento. Eles são transformados em produtos a serem consumidos pelos habitantes dos centros urbanos, gerando as mazelas características da modernização turística, já discutidas neste texto. O importante aqui é que há uma sobreposição geográfica entre os lugares considerados atrasados – os alvos dos programas de modernização turística – e as cinco ausências de Santos (2004, 2006) – o ‘inferior’, o ‘atrasado’, o ‘ignorante’, o ‘local’ e o ‘improdutivo’. Dar voz a essas comunidades marginalizadas e oprimidas pela modernização turística, identificando, nas fontes de resistência social, os discursos alternativos de desenvolvimento turístico, tão caros a uma produção de conhecimento crítico e consciente.

BIBLIOGRAFIA

- ATELJEVIC, I. et al. Getting “Entangled”: reflexivity and the “critical turn” in tourism studies. *Tourism Recreation Research*, v. 30, n. 2, p. 5-18, 2005.
- ATELJEVIC, I.; PRITCHARD, A.; MORGAN, N. (Eds.). *The Critical Turn in Tourism Studies: Innovative Research Methodologies*. Amsterdã: Elsevier Science, 2007.
- BENI, M. *Política e Planejamento do Turismo no Brasil*. São Paulo: Aleph, 2006.
- BIANCHI, R. The “Critical Turn” in Tourism Studies: a radical critique. *Tourism Geographies*, v. 11, n. 4, p. 484-504, 2009.

- BOTTERILL, D. A Realist Critique of the Situated Voice in Tourism Studies. In: ATELJEVIC, I.; PRICHARD, A.; MORGAN, N. (Eds.). *The critical turn in tourism studies: innovative research methods*. Amsterdã: Elsevier, 2007. p. 121-129.
- BRITTON, S. The Political Economy of Tourism in the Third World. *Annals of Tourism Research*, v. 9, n. 3, p. 331-358, 1982.
- BUTLER, R. The Concept of a Tourist Area Cycle of Evolution and Implications for Management of Resources. *The Canadian Geographer*, v. 24, n. 1, p. 5-12, 1980.
- CASTELLS, M. Global Information Capitalism. In: MCGREW, A. G.; HELD, D. (Eds.). *The Global Transformations Reader: An Introduction to the Globalization Debate*. Cambridge: Polity Press, 2003a. p. 311-334.
- CASTELLS, M. The Rise of the Fourth World. In: MCGREW, A. G.; HELD, D. (Eds.). *The Global Transformations Reader: An Introduction to the Globalization Debate*. Cambridge: Polity Press, 2003b. p. 430-439.
- DREDGE, D.; JENKINS, J.; WHITFORD, M. Stories of Practice. In: DREDGE, D.; JENKINS, J. (Eds.). *Stories of Practice: tourism policy and planning*. Surrey: Ashgate Publishing, Ltd., 2011. p. 37-55.
- ESCOBAR, A. *Encountering Development: the making and unmaking of the third world*. Princeton: Princeton University Press, 1995.
- ESCOBAR, A. Constructing Nature: elements for a poststructural political ecology. In: PEET, R.; WATTS, M. (Eds.). *Liberation Ecologies*. Londres: Routledge, 1996.
- ESCOBAR, A. Imagining a Post-development Era. In: EDELMAN, M.; HAUGERUD, A. (Eds.). *The Anthropology of Development and Globalization: from classical political economy to contemporary neoliberalism*. Malden: Blackwell, 2005. p. 341-351.
- FAZITO, M. *Turismo Critico*. In: IX SEMINÁRIO ANPTUR. São Paulo: 2012. Disponível em: <http://anptur.org.br/anais/seminario2012/admin/arquivo/69.pdf>. Acesso em: 01 out. 2012.
- FERREIRA, F.; LEITE, P.; LITCHFIELD, J. The Rise and Fall of Brazilian Inequality: 1980 - 2004. *World Bank Policy Research Working Paper*, v. 3867, 2006.
- FLYVBJERG, B. *Making social science matter: why social inquiry fails and how it can succeed again*. Cambridge: Cambridge University Press, 2001.
- FRANK, A. The Development of the Underdevelopment: from capitalist and underdevelopment in Latin America. In: *The Sustainable Urban Development Reader*. Londres: Routledge, 2004. p. 38-41.
- FUKUDA-PARR, S. The Human Development Paradigm: operationalizing Sen's ideas on capabilities. *Feminist Economics*, v. 9, n. 2-3, p. 301-317, 2003.
- FUKUYAMA, F. *The End of History and the Last Man*. Londres: Penguin, 1993.
- GIBSON-GRAHAM, J. Surplus Communities: postdevelopment and community economies. *Singapore Journal of Tropical Geography*, v. 26, n. 1, p. 4-26, 2005.
- HARRIS, C.; WILSON, E.; ATELJEVIC, I. Structural Entanglements and the Strategy of Audiencing as a Reflexive Technique. In: ATELJEVIC, I.; PRICHARD, A.; MORGAN, N. (Eds.). *The critical turn in tourism studies: innovative research methods*. Amsterdam: Elsevier, 2007. p. 41-56.

- HARVEY, D. *The Condition of Postmodernity*. Cambridge: Blackwell, 1989.
- HARVEY, D. *A Brief History of Neoliberalism*. New Ed ed. [S.l.] OUP Oxford, 2005.
- HELD, D.; MCGREW, A. G. The Great Globalization Debate: an introduction. In: HELD, D.; MCGREW, A. (Eds.). *The Global Transformations Reader: An Introduction to the Globalization Debate*. Cambridge: Polity Press, 2003. p. 1-50.
- HUNTER, C. Sustainable Tourism as an Adaptive Paradigm. *Annals of Tourism Research*, v. 24, n. 4, p. 850-867, 1997.
- JARDIM, J.; CARVALHO, W. *Janela da Alma*, 2001.
- LEITNER, H. et al. Contesting Urban Futures: decentering neoliberalism. In: LEITNER, H.; PECK, J.; SHEPPARD, E. (Eds.). *Contesting Neoliberalism: urban frontiers*. Nova Iorque: Guilford Press, 2007. p. 1-25.
- MEBRATU, D. Sustainability and Sustainable Development: historical and conceptual review. *Environment Impact Assessment Review*, v. 18, n. 6, p. 493-520, 1998.
- MILNE, S.; ATELJEVIC, I. Tourism, Economic Development and the Global-Local Nexus: theory embracing complexity. *Tourism Geographies*, v. 3, n. 4, p. 369-393, 2001.
- MOFFATT, I. *Sustainable Development: Principles, Analysis, and Policies*. Nova Iorque: Parthenon Pub. Group, 1996.
- MORGAN, N.; PRITCHARD, A.; ATELJEVIC, I. *The Critical Turn in Tourism Studies: Creating an Academy of Hope*. 1. ed. Nova Iorque: Routledge, 2012.
- MOWFORTH, M.; MUNT, I. *Tourism and sustainability development and new tourism in the third world*. Londres: Routledge, 2009.
- NUSSBAUM, M. *Women and Human Development: the capabilities approach*. Cambridge: Cambridge University Press, 2000.
- PECK, J. Geography and public policy: constructions of neoliberalism. *Progress in Human Geography*, v. 28, n. 3, p. 392-405, jun. 2004.
- POCHMANN, M. *Qual Desenvolvimento? oportunidades e dificuldades do Brasil contemporâneo*. São Paulo: Publisher Brasil, 2009.
- PORTER, P.; SHEPPARD, E. *A World of Difference: society, nature and development*. Nova Iorque: The Guilford Press, 1998.
- PREBISCH, R. El Desarrollo Economico de la America Latina y Algunos de sus Principales Problemas. *Desarrollo Economico*, v. 26, n. 103, 1986.
- PURVIS, M.; GRAINGER, A. *Exploring Sustainable Development: Geographical Perspectives*. Londres: Earthscan, 2004.
- REID, D. *Sustainable development: an introductory guide*. Londres: Earthscan, 1995.
- ROBEYNS, I. The Capability Approach: a theoretical survey. *Journal of Human Development*, v. 6, n. 1, 2005.
- ROBEYNS, I. The Capability Approach in Practice. *The Journal of Political Philosophy*, v. 14, n. 3, 2006.
- ROSTOW, W. *The Stages of Economic Growth: a non-comunist manifesto*. Cambridge: Cambridge University Press, 1960.

- SANTOS, B. *A Crítica da Razão Indolente: contra o desperdício da experiência*. São Paulo: Cortez, 2002.
- SANTOS, B. The WSF: toward a counter-hegemonic globalization. In: SEN, J. et al. (Eds.). New Delhi: The Viveka Foundation, 2004. p. 235-245.
- SANTOS, B. Por uma Sociologia das Ausências e uma sociologia das emergências. In: BARREIRA, C. (Ed.). *Sociologia e Conhecimento além das Fronteiras*. Porto Alegre: Tomo Editorial, 2006.
- SANTOS, M. *Por Uma Outra Globalização: do pensamento único à consciência universal*. Rio de Janeiro: Record, 2011.
- SEISDEDOS, P. "Late Neoliberalism" in Brazil: social and economic impacts of trade and financial liberalization. In: WESTRA, R. (Ed.). *Confronting Global Neoliberalism: Third World Resistance and Development Strategies*. Atlanta: Clarity Press, 2010.
- SEN, A. *Development as Freedom*. Oxford: Oxford University Press, 1999.
- TELFER, D. The Evolution of Tourism and Development Theory. In: SHARPLEY, R.; TELFER, D. (Eds.). *Tourism and Development: concepts and issues*. Londres: Channel View, 2002. p. 35-78.
- TELFER, D.; SHARPLEY, R. *Tourism and Development in the Developing World*. 1. ed. Nova Iorque: Routledge, 2007.
- THORNLEY, A.; RYDIN, Y. *Planning in a Global Era*. Hampshire: Ashgate Publishing, Ltd., 2002.
- TOMLINSON, J. Globalization and Cultural Identity. In: MCGREW, A. G.; HELD, D. (Eds.). *The Global Transformations Reader: An Introduction to the Globalization Debate*. Cambridge: Polity Press, 2003. p. 269-277.
- TRIBE, J. Critical Tourism: rules and resistance. In: ATELJEVIC, I.; PRICHARD, A.; MORGAN, N. (Eds.). *The critical turn in tourism studies: innovative research methods*. Amsterdam: Elsevier, 2007. p. 29-39.
- TUCKER, V. The Myth of Development: a critique of a Eurocentric discourse. In: MUNCK, R.; O'HEARN, D. (Eds.). *Critical Development Theory: contributions to a new paradigm*. Nova Iorque: Zed Books, 1999.
- UNWTO. UNWTO Tourism Highlights UNWTO, 2012. Disponível em: http://dtxqtq4w60xqpw.cloudfront.net/sites/all/files/docpdf/unwtohighlights12enhr_1.pdf. Acesso em: 14 set. 2012.
- WCED. *Our common future*. Oxford: Oxford University Press, 1987.
- WESTRA, R. *Confronting Global Neoliberalism: Third World Resistance and Development Strategies*. Atlante: Clarity Press, 2010.

Turismo: sustentabilidade em áreas de proteção ambiental, caso de Cururupu (MA) e Bonito (MS)

Saulo Ribeiro dos Santos¹
Protásio César dos Santos²

INTRODUÇÃO

A preocupação com a capacidade de carga que o meio ambiente pode receber com o fluxo de visitantes, ou com seu uso para atividades industriais, tem criado responsabilidades pela busca de soluções para o crescimento econômico-social, com mínimos impactos à natureza (CARABELLI, 2001; GARCIA; SERVERA, 2003). Aumenta a responsabilidade do Estado, como organização governamental, em gerenciar os interesses da sociedade num sentido coletivo, ao coordenar a ocupação de áreas para o desenvolvimento do turismo.

A melhoria da qualidade de vida da população, a preservação e conservação do meio ambiente, o crescimento econômico, a distribuição de renda e a diminuição da desigualdade social, política e econômica constituem cenários de planejamento com interferência pública (SHARPLEY; TELFER, 2002; FONT; BENDELL, 2002; MARTENS; SPAARGAREN, 2005). A intensificação da atividade turística como integrante da economia capitalista apresenta características predatórias quando trabalhada de forma massificada, por outro lado, pode ser também indutora de desenvolvimento sustentável, desde que operada de modo ecologicamente correto. Neste sentido, o planejamento a médio e longo prazo é importante e necessário, se utilizado como ferramenta

1 Professor do Curso de Turismo da Universidade Federal do Maranhão (UFMA). Bacharel em Turismo (FAMA). Mestre em Administração e Desenvolvimento Empresarial (UNESA). Doutorando em Gestão Urbana (PUCPR). E-mail: saulosantosma@uol.com.br

2 Professor do Curso de Comunicação Social da Universidade Federal do Maranhão (UFMA) e Curso de Ciências Sociais da Universidade Estadual do Maranhão (UEMA). Mestre em Comunicação Social (UFRJ). Doutor em Ciências Ambientais (NAEA/UFPA). Email: protasio_cezard@hotmail.com

da administração pública para obter um desenvolvimento socialmente equilibrado e sustentável (POLONSKY; OTTMAN, 1998; BRASIL, 2010). A indústria do turismo contribui para melhoria da qualidade de vida em diversos aspectos, devendo orientar tais contribuições em direção do incentivo ao desenvolvimento sustentável, mantendo um equilíbrio ambiental, cultural, social e econômico. O município de Cururupu-MA integra o Pólo Turístico Floresta dos Guarás, Área de Proteção Ambiental - APA onde a capacidade de carga deve ser mantida de acordo com a fragilidade dos ecossistemas naturais e originalidade cultural da população receptora (RUSCHMANN, 2004). Neste sentido, percebe-se que o plano de ocupação da indústria turística para a região apresenta um conjunto de ações cujo objetivo pretendido destaca o desenvolvimento sustentável em todas suas dimensões. A partir do exposto, delimita-se a questão que o trabalho se propõe a responder em: *como ocorrem, na ótica dos indicadores do turismo sustentável, as ações do planejamento para o desenvolvimento da indústria do turismo na área de proteção ambiental, em específico, comparando os municípios de Bonito-MT e Cururupu-MA?*

ASPECTOS TEÓRICOS

Impactos econômicos do turismo

Cooper et al. (2001, p. 159) afirmam que “o significado econômico do turismo é determinado não apenas pelo nível de atividade turística que está acontecendo, mas também pelo tipo e pela natureza da economia em questão”. Segundo a Organização Mundial do Turismo (OMT), a influência do turismo para os países em desenvolvimento, como o Brasil, é vista como uma rápida injeção de divisas, que contribui para o desenvolvimento econômico (OMT, 2001).

Para entender as suas vantagens, existem estudos sobre os impactos econômicos do turismo, em que são medidas as diferentes formas, pois cada um adapta-se a uma finalidade desejada. A OMT investiga o impacto econômico originado pelo gasto turístico e causado pelo desenvolvimento da atividade turística, além dos benefícios e dos custos. Já Cooper et al. (2001) alegam que a medição do impacto econômico do turismo está além da utilização de cálculos das despesas turísticas. Resumindo, essas formas de calcular o impacto econômico não vão de encontro ao estudo, portanto, utilizam-se os principais ensinamentos deles, juntamente com os de Ignarra (1999), concluindo que os

impactos positivos são: geração de impostos; geração de empregos; aumento de investimentos (infra estrutura); redistribuição de renda; aumento das receitas; aumento do recebimento de divisas; aumento do PIB; equilíbrio na balança nacional de pagamentos e propulsor de atividade empresarial.

Por outro lado, entre os impactos negativos estão a possível inflação de produtos e serviços oferecidos; a perda de benefícios econômicos potenciais (ex.: lucro obtido em Cururupu, vai para o país de origem dos investidores); a migração de mão-de-obra de áreas rurais para áreas urbanas e a importação de mão-de-obra de outro país, pois a renda ganha com este tipo de trabalho pode ser repatriada. Os impactos econômicos que o turismo representa para uma determinada localidade podem trazer inúmeros significados positivos, desde que seja trabalhado corretamente e visto como “uma força propulsora” para o desenvolvimento e não somente “a força propulsora”. Pois a “dependência” da atividade turística pode “banir” o incentivo de outros setores da economia (COOPER et al., 2001).

Dias (2003, p.11) afirma que “um destino turístico pode ter um *boom* de procura de um momento para o outro, mas também pode entrar em decadência com a mesma velocidade com que cresceu”. Ruschmann (2004, p. 110) adiciona, dizendo que “muitas destinações turísticas que atingiram o ponto de dependência total do turismo e, que para viabilizarem-se economicamente necessitam de grande número de turistas (turismo de massa)”. Essa vinculação é um fator discutido no sentido de preservação do meio ambiente e da cultural local, pois com um fluxo alto, a capacidade de carga da localidade ultrapassa o seu limite, ocasionando diversos problemas para os residentes (ex.: falta de água e comida, congestionamento no trânsito entre outros).

Impactos ambientais do turismo

Com o *boom* do turismo e o incentivo a realização de eventos, a localidade gera divisas e investe em infra-estrutura adequada para atender as necessidades do turista. Por isso, é importante verificar que tipo de impacto a localidade deseja com o advento do turismo.

Atualmente uma das grandes preocupações está relacionada com o meio ambiente. Para Cooper et al. (2001, p.184), é inevitável que o ambiente seja modificado e que as ações de preservação atuais são fundamentais e muito mais respeitadas que meio século atrás. O turismo por mais que seja mínimo, gera impactos ambientais, mas por outro lado, vê-se que o turismo pode forçar

governos a preservarem áreas naturais, através da criação de Parques Nacionais, Áreas de Proteção Ambiental, Reservas Florestais, dentre outros, com o intuito de conservar e aliar o conforto da comunidade e turista.

Por outro lado, Magalhães (2002) diz que a forma predatória do turismo ao se apropriar de lugares, leva a uma discussão importante, com relação a sustentabilidade e a necessidade de tornar-se menos impactante tanto para o ambiente natural quanto para o social. Devido inúmeros estudos e conscientizações com relação ao meio ambiente, há uma tendência para a prática de um turismo mais individualizado e preservacionista.

Ruschmann (2004, p.9) denomina turismo contemporâneo, dizendo que é a “busca do verde e da fuga dos tumultos dos grandes conglomerados urbanos pelas pessoas que tentam recuperar o equilíbrio psicofísico em contato com os ambientes naturais durante seu tempo de lazer”. Esse conceito está relacionado à preocupação do bem-estar do indivíduo na natureza, pois as metrópoles urbanas estão carentes deste ambiente natural e o lazer acaba sendo levado para as atividades da cidade. Por isso a busca pela tranquilidade e pelo verde, vem provocando o aparecimento de um turismo ecológico ou ecoturismo.

Além disso, “a busca de alternativas ao turismo tradicional tem levado à exploração de lugares novos, em muitos casos, com ecossistemas frágeis que correm o risco de uma rápida e irreversível degradação” (OMT, 2001, p. 228). O turismo é um consumidor de recursos naturais, pois o ambiente (natural ou artificial) é o ingrediente para sua realização (BRASIL, 2010). Portanto, não é possível desenvolver turismo sem impactos ambientais, pois a partir do deslocamento do turista para consumir o produto, ele está impactando o meio ambiente, por meio das ferramentas utilizadas para locomover-se, hospedar-se, dentre outros. Mas é possível, mediante o planejamento, gerenciar o desenvolvimento do turismo com o intuito de garantir a preservação e conservação do ambiente natural.

Impactos socioculturais do turismo

O contato entre pessoas, devido ao deslocamento ocasionado pelo turismo, envolve o ser humano em grupos ou sociedades existentes levando-os à troca de cultura, idéias e pensamentos. O encontro se dá pela compra de bens e serviços e ocupação do mesmo ambiente físico.

Cooper et al. (2001) acrescenta que o turismo é pessoal, ou seja, deve ser consumido pelo turista na destinação de visita. Portanto, o morador do local de visitação entrará em contato com o visitante durante o período de estadia. Nesta fase implicará em impactos positivos ou negativos. Não é necessário que o morador esteja em contato com o turista, para que tenha algum tipo de impacto. Duas formas de impactos são definidas, indiretas e induzidas. A primeira está relacionada com as mudanças sociais que acompanham o ambiente com o advento do turismo, por meio de comunicação, transporte e infraestrutura. A segunda com o aumento do nível local, devido o fluxo intenso do turismo, ocasionando um aumento do consumo e multiplicando e acelerando as necessidades e mudanças sociais.

Deve-se entender que o nível de impacto varia de acordo com o tipo de turismo praticado na região, ou seja, o de massa pode causar mais impacto negativo e o ecoturismo mais impacto positivo. Alguns autores dizem ainda, que o nível de impacto depende do tipo de turista que visita a localidade, pois a magnitude dos impactos se relacionará às diferenças socioculturais existentes.

É difícil tomar decisões com relação ao fluxo de visitantes, pois empresários e o poder público, na maioria das vezes, buscam um desenvolvimento turístico com intensidade. Deve-se enfatizar a importância da limitação do fluxo turístico, por meio da capacidade de carga do ambiente em suportar um número adequado de visitantes por período. Por isso, frisa-se que é possível dotar a localidade com uma estrutura turística de qualidade e compatível com o meio ambiente, direcionado para o público desejado. Por fim, destacam-se os impactos positivos e negativos. Sendo os positivos: melhoria da infra-estrutura (coleta de lixo, comunicação, instalações sanitárias, entre outros); residentes estimulam-se pela cultura local, tradições e costumes, além do patrimônio histórico e cultural; intercâmbio cultural entre os locais e os visitantes; melhoria na qualidade de vida.

Os negativos estão relacionados com: colonialismo, por parte dos países em desenvolvimento, com relação à dependência de divisas estrangeiras, ocasionando o aumento do crime, prostituição e outros; descaracterização da cultura local; congestionamento, multidão, aumento da criminalidade; perda da linguagem; mudanças nas atividades tradicionais (OMT, 2001).

Desenvolvimento do turismo regional

No entendimento de Mamberti & Braga (2004), o conceito de desenvolvimento é recente (pós-guerra), uma vez que não apresenta uma definição universalmente aceita. Até épocas recentes, acreditava-se ser o desenvolvimento um fenômeno com fortes vínculos de natureza econômica. Os autores possuem uma ideia de desenvolvimento cujas raízes buscam eficiência na produção com uso racional de recursos naturais, igualdade na distribuição da renda e melhoria na qualidade de vida.

O turismo, por ser uma atividade econômica, utiliza o conceito de desenvolvimento. Assim, consideramos o turismo como um produto, a ser consumido *in loco*, que impulsiona o desenvolvimento de outras atividades econômicas e infraestrutura. Quem ganha com o deslocamento são: a população da área de origem do turista; os turistas; a população da área de destino, considerando-se que em cada caso há diversos grupos de interesse, manifestos e objetivos (SOUZA, 2002).

Embora ocorra o desafio da globalização, o Estado e o Município têm no turismo uma de suas atividades, devendo dirigir atenção para traçar políticas de desenvolvimento por meio de planejamento (SANTOS, 2006). O município tem sua importância destacada no processo de desenvolvimento local, através de sua organização política, mas ele deve exercer o papel de orientador da atividade turística local, articulando com todos os setores envolvidos com a atividade. A participação e o envolvimento dos setores são fundamentais para fortalecer e redefinir a identidade local e criar um comprometimento da comunidade (DIAS, 2003).

Evidenciando a afirmação, Mamberti & Braga (2004, p. 9) dizem que “a promoção do desenvolvimento necessita do efetivo envolvimento do setor público, isto é, o desenvolvimento local precisa ser uma vontade política dos governos locais que, apesar das suas limitações, exercem papéis fundamentais nesse processo”. Como se observa, o desenvolvimento local deve ser uma vontade do setor público, e no turismo (CUNHA; CUNHA, 2005), ele é regido por três elementos: a sociedade, o ambiente e a economia, que juntos são recursos potenciais para o desenvolvimento. Aplicar um turismo diferenciado, que envolva a participação da comunidade é benéfico para a localidade, pois também é um fator de minimização dos impactos negativos. Quando governos tornam-se socialmente responsáveis, eles arriscam-se no momento em que as

ações em prol do desenvolvimento local e sustentável de hoje sejam favoráveis para o futuro (POLONSKY, 1994; SANTOS, 2006).

Um dos pressupostos do turismo sustentável como fator de desenvolvimento local, está no planejamento, pois ele é uma ferramenta que bem aplicada (juntamente com a participação ativa de todos os agentes e mais a retro-alimentação), objetiva a garantia de benefícios. Portanto, baseando-se na OMT (2001), Benevides (2002), Blamey (2001), Bramwell e Lane (1993), Wight (2002) e nas visitas *in loco* foi possível destacar algumas ações de como o turismo sustentável pode ser indício de um desenvolvimento local da região.

Baseado nos princípios e nos indicadores do turismo sustentável, e em modelos de planejamento encontrados em Petrocchi (2001), foi possível elaborar um modelo simples de planejamento turístico, conforme se observa na Figura 1 (mais adiante), que contém alguma das exigências de implantação do turismo sustentável em uma localidade.

As áreas grifadas de azul são as que se encaixam nos paradigmas da sustentabilidade. Portanto, a verificação e execução desses projetos são fundamentais para que a localidade obtenha um satisfatório para todos os envolvidos com o turismo.

Nesta figura tem-se as etapas decorrentes da implantação do turismo sustentável através do planejamento, que ocasiona o desenvolvimento local em APAs de forma holística e multidisciplinar, integrando os mais diversos setores, nos âmbito social, político, econômico, cultural e ambiental.

Para que o processo seja concretizado e alcance os objetivos, é necessário que o município, queira participar e impulsionar a realização da atividade turística de forma sustentável. Assim, a APA torna-se o agente inicial da cadeia, pois sem esta percepção, o turismo pode ser desenvolvido de forma predatória, impactando negativamente, o que pode levar Cururupu a degradar seus atrativos e chegar num limite insuportável de capacidade carga, gerando sérios problemas para toda a região e participantes do processo.

Em seguida, têm-se os autóctones e os agentes como participantes do desenvolvimento turístico, pois é preciso buscar o apoio destes, desde o início, para alcançar resultados satisfatórios do desenvolvimento turístico sustentável a nível local.

Mais adiante, verificam-se as ações responsáveis para a operacionalização do turismo sustentável, que após executadas, geram ações que contribuirão

para o desenvolvimento local. E o resultado, é a satisfação dos envolvidos, assim como outros resultados positivos.

As implicações para o município, com o desenvolvimento local, são variadas, conforme figura 1.

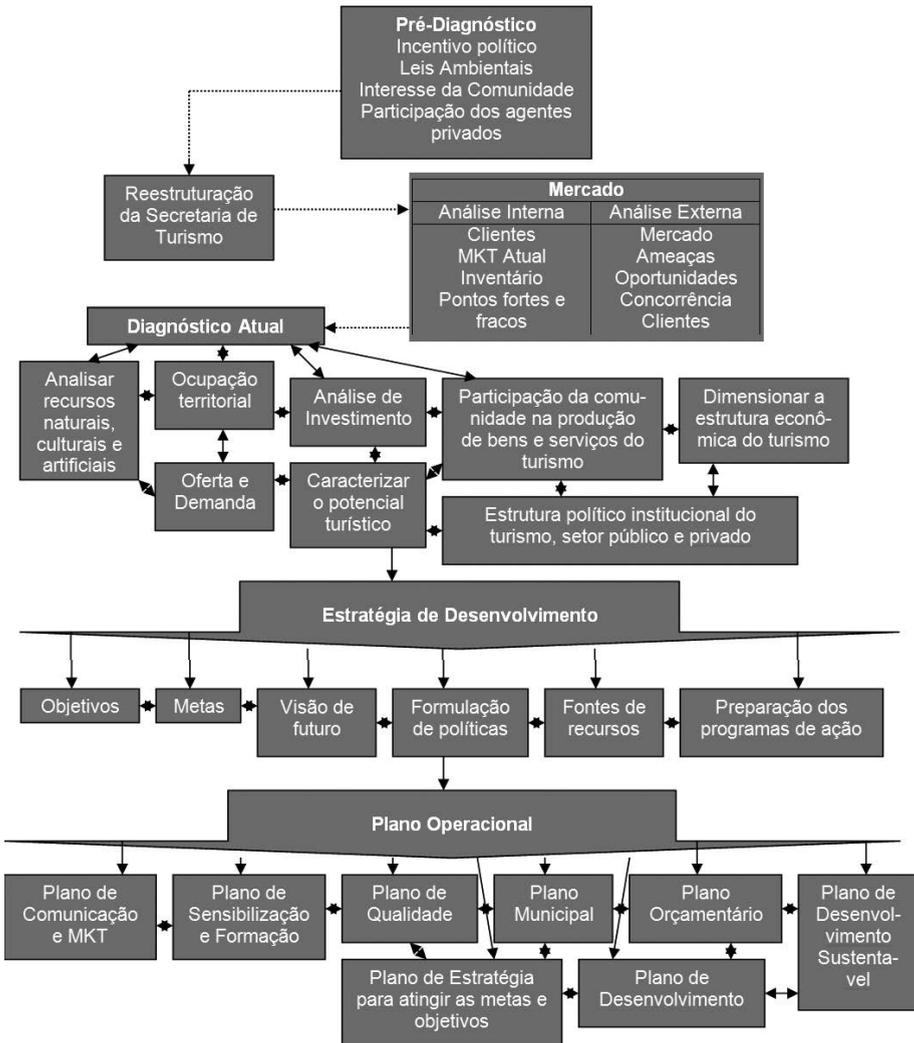


Figura 1: Planejamento de turismo sustentável no desenvolvimento local das APAs

Fonte: elaborado pelos autores

Mas há também outras características, que contribuem para o desenvolvimento local das APAs: desenvolvimento difuso; inovação e qualidade; empreendedorismo; mobilização do potencial endógeno; potencialização dos recursos locais; gestão local do desenvolvimento; fluxo de visitantes controlado

e organizado; benefícios econômicos e ambientais; envolvimento da comunidade e valorização da região.

O diagnóstico atual, conforme inserido na mesma figura 1, demonstra reunir todos os fatores e agentes e ações que o turismo e setores ligados a ele podem contribuir para a endogenização. Por fim, a estratégia de desenvolvimento local tem no turismo sua mediação mitigadora, onde o local cumpre seu papel, para que ela se beneficie do turismo.

METODOLOGIA E RESULTADOS

A pesquisa possui uma abordagem descritiva, desenvolvida a partir da análise de dados secundários obtidos a partir dos planos de desenvolvimento da indústria de turismo para duas regiões pesquisadas – Cururupu-MA e Bonito-MS, sendo esta última utilizada como *benchmark* na avaliação dos critérios de sustentabilidade adotados pela primeira.

Atualmente um plano de turismo tem como requisito as exigências de um desenvolvimento sustentável, e a característica e singularidade regional, pois a adoção de metodologias e técnicas deve ser adequada a cada caso. Ruschmann (2004) elabora um plano turístico que atende as etapas exigidas para o planejamento do turismo, encontrados em diversos modelos de turismo no mundo. Com base nos itens acima, a pesquisa estabeleceu alguns atributos que servem para identificar o desenvolvimento turístico sustentável em Bonito comparado a Cururupu a partir da Tabela 1 (mais adiante).

Dentre as diversas opções adotadas para estabelecer e aplicar indicadores ambientais, Cooper et al. (2001) listaram os indicadores gerais, subdivididos nas categorias: alteração do clima e redução da camada de ozônio; eutroficação; acidificação; contaminação tóxica; qualidade do meio urbano; lixo; biodiversidade e paisagens; recursos naturais; indicadores gerais, incluindo os referentes à economia, população, energia e transporte. No Brasil, alguns destinos turísticos (Bonito e Fernando de Noronha) utilizam a capacidade de carga para controle e manutenção das áreas naturais, a fim de preservarem para as gerações futuras.

Na comparação entre os municípios percebe-se que muitas das ações que Bonito recebe se referem à participação ativa da comunidade, setor público e privado e entidades não-governamentais. Bonito possui um plano diretor, o que facilita aos governantes o diagnóstico científico da realidade física, social, econômica, administrativa e política que orientam o governante com relação

ao planejamento a ser realizado. Por outro lado, em Cururupu este se encontra em fase de elaboração, prejudicando a obtenção das informações necessárias para a criação de políticas municipais de turismo, por decorrência, trata-se de um fator negativo no município.

O Zoneamento Ecológico Econômico (ZEE) é o único atributo de que Bonito não dispõe na íntegra, mas em compensação, outros fatores a exemplo do *voucher*, plano de manejo, ação do setor privado e comunidade contribuem para o monitoramento e delimitação do fluxo, preservando assim o ambiente natural. A participação de ONG's em locais de turismo favorece também na luta por um desenvolvimento mais equilibrado e que envolva a comunidade a participar de todo o sistema que abarca o turismo.

Atributos	Municípios	
	Bonito-MS	Cururupu-MA
Plano de Desenvolvimento Sustentável ou Plano de Turismo	PDSB e Plano Estratégico do COMTUR	Plano Maior
Plano Diretor	Sim	Sim
Políticas municipais de turismo	Sim	Sim
Participação em feiras de turismo	Sim	Não
Atrativos turísticos diferenciados	Sim	Sim
Comunidade envolvida com a atividade turística	Sim	Não
Secretaria de Turismo	Sim	Sim
Voucher Único	Sim	Não
Controle do fluxo de visitantes	Sim	Não
Profissionais qualificados para atuar com turismo	Sim	Não
Infra-estrutura básica (saneamento, etc.)	Sim	Sim (precário)
ZEE	Sim (estado do MS)	Sim
Educação ambiental	Sim	Sim
Plano de Manejo	Sim (Grutas do Lago Azul e Nossa Senhora Aparecida)	Sim (Parcel de Manoel Luis)
Unidade de conservação	Sim (Parque Nacional da Serra da Bodoquena ; Monumento Natural do Rio Formoso; Monumento Natural Gruta do Lago Azul; RPPN Fazenda São Geraldo; RPPN Fazenda São Pedro da Barra)	Sim (APA das Reentrâncias Maranhenses e Reserva Extrativista de Cururupu)
Ecosistema preservado	Sim	Sim
ONG's atuantes	Sim	Sim
Coleta de lixo	Sim (precário)	Sim (precário)
Associação de guias de turismo	Sim	Não
Associação de entidades diversas ligadas ao turismo (hotel, agência, comércio, etc.)	Sim	Não
Atuação do IBAMA	Sim	Sim

Tabela 1: Comparação dos atributos dos municípios de Bonito e Cururupu

Fonte: elaborado pelos autores

Percebe-se que há atuação de ONG's em Cururupu, que junto com órgãos públicos atraem recursos e criam projetos voltados para o turismo e para o meio ambiente. Cururupu pertence a uma APA sendo uma Reserva Extrativista, ponto crucial para proteger, instalar infra-estrutura e colocar recursos humanos para possibilitar oportunidades de turismo e lazer. Mas, essas atribuições dependem de órgãos públicos. Por isso Bonito destaca-se, ao ter o envolvimento da comunidade e setor privado, que não esperam ações públicas para concretizar as necessidades urgentes que o setor turístico carece.

CONCLUSÃO

Mediante a industrialização e a falta de espaços verdes, vê-se a necessidade de um novo tipo de turismo que equilibre o fluxo de viajantes com o ecossistema. Surgindo então o turismo sustentável e o ecoturismo como fatores positivos que condicionam ao desenvolvimento racional da região. Nesse contexto, surge o planejamento de ocupação regional como ferramenta de desenvolvimento turístico sustentável para pólos turísticos, incluindo Cururupu, que será beneficiado com os objetivos, metas e ações do macroprograma de desenvolvimento no momento de sua implantação.

As políticas públicas de turismo, a criação e implantação de planos de turismo, a participação da comunidade e setor privado, a criação de leis ambientais e o controle do fluxo por meio da capacidade de carga se integrados, contribuem para o desenvolvimento turístico sustentável. Todos esses fatores são importantes para a implantação de um turismo sustentável numa localidade. Pois a partir do momento que o sistema está interligado, todos os setores discutem e colaboram para equilibrar e encontrar soluções para um desenvolvimento qualitativo.

Após ter-se definido e examinado os conceitos fundamentais que envolvem o desenvolvimento sustentável do turismo a nível estadual, confrontando com os indicadores do turismo sustentável, responde-se então a questão deste estudo: quando comparamos os indicadores do turismo sustentável com os objetivos e metas do Plano, percebe-se que os mesmos estão alinhados, ou seja, o Plano está relacionado aos indicadores. Mas também se identifica que este somente viabilizará a implantação de um turismo sustentável em Cururupu no momento em que o mesmo concretizar todas as ações do macroprograma de desenvolvimento. Observa-se que a elaboração do planejamento estratégico do turismo local tipo *top-down* excluiu a comunidade na

participação da integração com o turismo. Ocorre assim a preocupação com o risco de desencontro entre as premissas do desenvolvimento sustentável e os rumos que a indústria turística em Cururupu vem seguindo.

REFERÊNCIAS

- BENEVIDES, I.P. Para uma agenda de discussão do turismo como fator de desenvolvimento local. In: RODRIGUES, A.B. (Org.) *Turismo e desenvolvimento local*. 3. ed., p.23-41 São Paulo: Hucitec, 2002. cap.2.
- BLAMEY, R.K. Principles of Ecotourism. In: WEAVER, D.B. (Org.) *The Encyclopedia of Ecotourism*. CAB International, 2001.
- BRAMWELL, B.; LANE, B. Sustainable Tourism: an evolving global approach. *Journal of Sustainable Tourism*, v.1, n. 1, p.1-5, 1993.
- BRASIL. Ministério do Turismo. Secretaria Nacional de Políticas de Turismo, Departamento de Estruturação, Articulação e Ordenamento Turístico Coordenação Geral de Segmentação. *Segmentação do turismo e o mercado*. Brasília, DF, 2010.
- CARABELLI, F.A. A Proposal for the Development of Tourism in the Forested Landscape of Tierra Del Fuego, Patagonia, Argentina. *Tourism Analysis*, v.6, n.3-4, p. 185-202, 2001.
- COOPER, C. *et al.* *Turismo: princípios e prática*. Porto Alegre: Bookman, 2001.
- CUNHA, S.K.; CUNHA, J.C. Modelo Sistêmico para Avaliação do Impacto do Turismo no Desenvolvimento Local. *Anais do encontro da ANPAD*, Brasília, 2005.
- DIAS, R. *Turismo Sustentável e Meio Ambiente*. São Paulo: Atlas, 2003.
- FONT, X.; BENDELL, J. Standards for Sustainable Tourism for the Purpose of Multilateral Trade Negotiations. In: Jerome L. McElroy. *Studies on Trade in Tourism Service*, Leeds: World Tourism Organization, 2002.
- GARCIA, C.; SERVERA, J. Impacts of Tourism Development on Water Demand and Beach Degradation on the Island of Mallorca (Spain). *Geografiska Analler: Series A, Physical Geography*, v. 85, n. 3-4, p. 287-300, 2003.
- IGNARRA, L. R. *Fundamentos do turismo*. São Paulo: Pioneira, 1999.
- MAGALHÃES, C.F. *Diretrizes para o Turismo Sustentável em Municípios*. São Paulo: Roca, 2002.
- MAMBERTI, M.M.S.; BRAGA, R. Arranjos produtivos turísticos e desenvolvimento local. *Anais*, SEMINÁRIO INTERNACIONAL SOBRE O DESENVOLVIMENTO LOCAL NA INTEGRAÇÃO: ESTRATÉGIAS, INSTITUIÇÕES E POLÍTICAS, v.1., UNESP, 2004.
- MARANHÃO. Gerência de Planejamento e Desenvolvimento Econômico. Plano de desenvolvimento integral do turismo do Maranhão: plano maior. São Luís, 1999.
- MARTENS, S.; SPAARGAREN, G. The Politics of Sustainable Consumption: the case of the Neetherlands Sustainability: science, practice and policy, v.1, n.1, p.29-42, Spring, 2005.
- MATO GROSSO DO SUL. *Zoneamento ecológico econômico do Mato Grosso do Sul: contribuições técnicas, teóricas, jurídicas e metodológicas*. v. 3, 2007.

- OMT. ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO TURISMO. *Introdução ao Turismo*. São Paulo: Roca, 2001.
- PETROCCHI, M. *Gestão de polos turísticos*. São Paulo: Futura, 2001.
- POLONSKY, M.J. An Introduction to Green Marketing. *Electronic Green Journal*. v. 1, n. 2, nov. 1994.
- POLONSKY, M.J.; OTTMAN, J. Stakeholders' Contribution to the Green New Product Development Process. *Journal of Marketing Management*, n. 14, 1998.
- RUSCHMANN, D. Gestão da Capacidade de Carga Turístico-Recreativa como Fator de Sustentabilidade Ambiental – o caso da ilha João da Cunha. In: LAGE, B.H., MILONE, P.C. (Org.) *Turismo: teoria e prática*., São Paulo: Atlas, 2004.
- SANTOS, S. R. dos. Turismo sustentável a partir da implantação do plano de desenvolvimento integral do turismo do Maranhão: o caso do município de Cururupu. 2006. 178f. *Dissertação* (Mestrado em Administração e Desenvolvimento Empresarial) – Universidade Estácio de Sá, Rio de Janeiro, RJ, 2006.
- SHARPLEY, R.; TELFER, D.J. *Tourism and Development: concepts and issues*. Channel View, 2002.
- SOUZA, M.J.L. Como pode o turismo contribuir para o desenvolvimento local? In: RODRIGUES, A.B. (Org.) *Turismo e Desenvolvimento Local*. 3.ed. São Paulo:Hucitec, 2002.
- WIGHT, P.A. Supporting the principles of sustainable development in tourism and ecotourism: government's potential role. In: LÜCK, M.; KIRSTGES, T. (Org.) *Global Ecotourism Policies and Case Studies: perspectives and constrains*, p. 50-71, Channel View, 2002.

Vilegiatura: do modelo clássico às características contemporâneas

Alexandre Queiroz Pereira¹

INTRODUÇÃO

Os textos basilares desta temática descrevem o contexto europeu, classificando-o como território “embrião” da vilegiatura. Em primeiro plano, Boyer (2008), em um trabalho dedicado exclusivamente à vilegiatura, segue o caminho teórico da história cultural para defini-la como fenômeno de sociedade com características próprias e capazes de distingui-la de outras práticas. Para tanto, o autor justifica sua espessura histórica em relação a outras práticas de lazer. Contudo, defende que uma definição coerente com a história da vilegiatura deve associar-se a outros fenômenos e condicionantes sociais, sem os quais a análise não alcançaria a complexidade necessária.

A vilegiatura reflete o desejo milenar de grupos sociais que, em determinados períodos (temporada, estação climática), sentem a necessidade de deslocar-se de sua habitação em direção a outro lugar onde temporariamente permanecerão para aproveitamento das amenidades locais. Pode-se mencionar um padrão clássico de vilegiatura, caracterizado por longas estadas em *villas*². A propriedade imobiliária marcou a denominação da prática. Assim, a origem etimológica do termo vilegiatura origina-se, segundo Ambrósio (2005), a

-
- 1 Doutor e Mestre em Geografia pela Universidade Federal do Ceará. Atualmente, exerce a função de professor Adjunto-A no Departamento de Geografia da UFC. É, também, pesquisador do Observatório das Metrópoles - Núcleo Fortaleza, compondo o Laboratório de Planejamento Urbano e Regional da Universidade Federal do Ceará.
 - 2 As *villas* foram os espaços construídos (compostos por um imóvel residencial e seus arredores) e destinados pelos patrícios romanos à prática do *otium*. “...o *otium* [por sua vez] indica um lazer escolhido, reservado aos *optimates*, que se afastam por algum tempo da demanda das magistraturas, um fragmento de vida privada que o indivíduo organiza à sua maneira, evitando o duplo perigo da preguiça e do tédio; espaço de distensão que possibilita o exercício da inteligência e, se for o caso, prepara a ação futura; tempo de retorno às fontes que, paradoxalmente, se associa à ética triunfante na Inglaterra dos Whigs e à Revolução Gloriosa de 1688” (CORBIN, 1989, p. 267).

forma italiana *villeggiatura*, denominação esta vinculada ao termo *villa*, que se refere à casa de lazer, de descanso, do ócio (*otium*).

Conforme relatos organizados por Corbin (1989), a propriedade de inúmeras *villas* era comum aos imperadores, senadores e demais cidadãos romanos ricos. As práticas durante a estada também remetiam a um modelo clássico, entre elas destacavam-se a “leitura, prazeres da coleção e da correspondência, (...) contemplação, (...) conversação filosófica e (...) passeio (...)” (CORBIN, p. 267). Aos fundamentos desse modelo associava-se rígida hierarquia social atrelada a processos de elitização e urbanidade. Ainda segundo Boyer (2008), em seu nascedouro, indiferentes à diversidade de lugares e modos de vilegiaturar (de inverno, de verão, das águas, oceânicas), quatro características emergem como essenciais ao desenvolvimento e à definição dessa prática social: são sazonais (temporárias) e mundanas, apresentam funções curativas, com valores regenerativos, e organizam-se na conformação da segregação elitista. Ainda conforme o autor, ela resume um conjunto de ideologias que representariam a arte de viver, a autenticidade, a riqueza em valores e a proximidade em relação à natureza.

Neste capítulo, propõe-se o aprofundamento dessas questões. Para tanto, são elaborados três raciocínios: *As estações planejadas*, os *Novos sujeitos-praticantes* e a *Vilegiatura e turismo*. Os dois primeiros descrevem as transformações histórico-geográficas que produzem as características contemporâneas da vilegiatura enquanto prática socioespacial; ao passo que o terceiro constrói argumentos que relacionam e diferenciam vilegiatura e turismo.

AS ESTAÇÕES PLANEJADAS

Retomando uma tradição dos patrícios romanos, as cidades-Estado italianas (século XVI), através dos *riches oisifs*, ostentavam mansões (muitas hoje tomadas como patrimônio mundial pela UNESCO) utilizadas em função da vilegiatura. Esse é o modelo da vilegiatura clássica no qual “*le trajet est psychologiquement secondaire*” (BOYER, 2008, p. 17). Assim, constata-se a relação viagem-estada, em que a segunda aparece como essencial, ou melhor, como componente genético da vilegiatura.

Contextualizados por um arquétipo de cidade, anterior à revolução urbana promovida pela industrialização, e, logicamente, limitados por técnicas lentas, os vilegiaturistas deslocavam-se bem menos do que atualmente é possível. Tal conjuntura foi essencial para que, em meio a condições de crise

(guerras), o desejo pela vilegiatura continuasse produzindo novos espaços. Contudo, a marca fundamental é a possibilidade de estender o tempo de estada, daí a justificativa para a construção e o uso das casas de temporada, que foram produzidas como obras de arte, únicas e exclusivas, posto que na Renascença Italiana os vilegiaturistas repetiam um modelo individual/familiar. Ao longo da história, os privilegiados pela vilegiatura foram aqueles que despendiam de rendas provenientes da propriedade das terras, das atividades comerciais, financeiras e industriais. Estes, de acordo com os lugares da moda, podiam vilegiaturar durante meses.

A partir do século XVI, com padrões arquitetônicos ecléticos e cidades comerciais em expansão, as casas para a vilegiatura mais e mais se desenraizavam das práticas do *otium*, sendo utilizadas como símbolo de ostentação. A nobreza aristocrática europeia, ao longo de mais de três séculos, monopolizou, entre outras práticas, a vilegiatura, utilizando-a como espaço-tempo de reelaboração de modas, de costumes e de lugares. Os reis espanhóis, franceses, portugueses, ingleses e russos, se não pelo planejamento, mas, muitas vezes, pelo prestígio de sua estada, promoviam os lugares, marcando-os com insígnias de superioridade social.

No século XVII, juntamente com os continentais (referência aos europeus que não vivem nas ilhas da Grã-Bretanha), a vilegiatura difunde-se pela pequena nobreza inglesa. Certo abandono de estilos arquitetônicos normativos é considerado por Boyer (2008) como um dos facilitadores do processo de difusão de novas construções. Há de se constatar que a abertura de determinadas práticas a espectros mais abrangentes da sociedade confirmam um processo de redefinição, sendo que a ascensão das cidades anunciava e condicionava essas mudanças, daí preceituam-se tais relações como condições iniciais e propícias à modernização³ da vilegiatura.

No interstício demarcado pelos séculos XVIII e XIX, a produção dos lugares para vilegiatura modelou-se segundo o paradigma das estações. O modelo individual não desaparece, associa-se às novas formas, sendo inclusive meio para divulgar os novos espaços, principalmente quando os proprietários encontram-se no topo da estratificação social. Luxo e suntuosidade marcavam

3 Essa noção de modernização está vinculada ao movimento contínuo e divergente entre o novo e o antigo, o que promove um processo de negação “daquilo que existia, pela prova de sua inadequação, pelo desvelamento do tradicional, que o novo deve se afirmar” (GOMES, 2005, p. 49).

os lugares: das roupas à arquitetura dos prédios. Essa condição merece um registro. Por mais que, nesses lugares, diferentes condições naturais servissem de atrativos, a possibilidade de sociabilidade com pessoas baluartes da moda detinham maior peso no processo de ascensão e firmação das estações. Tais condições também não desmentiam a possibilidade de isolamento, demonstrando que o modelo familiar bem próximo ao clássico não desaparece.

Se os italianos foram os reinventores das *villas*, os britânicos foram os primeiros a inventar as estações modernas de vilegiatura. Neste sentido, o padrão espacial de constituição muda. Da ocupação molecular fundamentada em nomes/famílias (casa dos Médici, do Rei, do Duque), surgem os promotores (*the gate-keepers*), aqueles responsáveis por planejar e divulgar um espaço para o lazer: a estação. No período em que a burguesia assimilava e reinventava os gostos aristocráticos, as estações compreendiam um espaço amplo que articulava lugares para a vilegiatura (os prédios construídos em estilo grandioso sediavam recintos para banhos, saunas, jogos e concertos).

O planejamento para as estações também inclui uma duplicidade de representações referentes às peculiaridades naturais e à forma social de sua apropriação. Entre as amenidades naturais socialmente divulgadas, um grande alibi para a vilegiatura foi o banho termal e todo um discurso médico (científico) sobre suas propriedades curativas, modelo retomado dos banhos romanos. Desse cenário resultou a mais suntuosa e comentada *Bath* (Inglaterra). Ela tornou-se exemplo para as que viriam.

Pouco a pouco, as estâncias disseminaram-se pelo continente europeu. Os regentes dos principados e ducados incentivam os *gate-keepers* a promover novas termas. *Spa*⁴, atualmente situada no território belga, posterior a *Bath*, superou a matriz e ganhou tamanho sucesso, tornando-se sinônimo de estabelecimento voltado para uma estada em função do bem-viver. Ir às águas, como diz Boyer (2008), tornou-se conotação de estadas movimentadas pelas festas, prazeres, jogos e espetáculos. Assim, as estações eram planejadas com alto grau de sofisticação, fundamentadas em modelos de satisfação de prazeres, mediadas pelo gosto da nobreza e pelas recomendações da ciência. Mesmo baseado em condições naturais específicas (no caso das águas minerais, termas), o

4 Tanto na Europa como aqui no Brasil, sabe-se da diversidade e da importância das estações de vilegiatura termal (das termas), contudo, não compõe o corpo de objetivos deste trabalho a descrição e o detalhamento desses casos.

caso assinalado indica a sociabilidade como grande atrativo; em outros casos (espaço-tempo diferente), a centralização associa-se às amenidades naturais. De fato, a produção de espaços (na interação entre concebido e vivido) de lazer relativos à estada temporária é o outro indicativo do processo de modernização da vilegiatura, posto caracterizar-se tanto pela modelização/normatização, como pela pulverização de outras estações.

Bath est un modele de villégiature en station. Il y a un urbanisme voulu, un programme architectural. La vie et l'espace sont organisés autour de lieux de rencontre majestueux que sont les thermes, la buvette, le Cercle (on ne dit pas encore casino) et les cheminements sont doubles: dans la nature construire – c'est le parc thermal – et en cas de pluie ou le soir sous les arcades qui entourent les places. Maisons particulières et hôtels – encore rares – sont et même style et constituent un écrin harmonieux pour cette vie toute de sociabilité (BOYER, 2008, p. 49).

A submersão nas águas oceânicas frias e os ares das altitudes também foram atrativos contribuintes para a formação de estações, respectivamente, nas costas e nas montanhas europeias. As amenidades costeiras e marítimas são elevadas a atrativos e justificam a criação de estações (*resorts*). Nessa tarefa os ingleses destacam-se e criam *Brington*. Assim como *Bath* e *Spa*, no início o balneário inglês atrai os estratos superiores da sociedade em função das características terapêuticas e curativas da sufocação nas gélidas águas marinhas das médias latitudes.

NOVOS SUJEITOS-PRATICANTES: DA RECREAÇÃO AO LAZER

As estações balneárias, posteriormente denominadas turísticas, diferentes das demais estações (termais e montanhosas), tornaram-se espaços convidativos a estratos sociais anteriormente preteridos. É por isso que Urry (1996) confirma que, nas primeiras décadas do século XX, *Brington* mantinha má reputação por “seus excessos sexuais e, sobretudo, pelos finais de semana ‘sujos’” (p. 52). Essa percepção parte de uma classe que se sente superior e vê os lugares de lazer alcançados por outras que não necessariamente seguem os mesmos requisitos de cultura e sofisticação então comuns a esses espaços.

É necessário frisar que processos concomitantes se sucedem. A vida social na Europa muda: os Estados-Nação se unificam; o comércio mundial amplia suas rotas e o volume de trocas aumenta, principalmente entre

Metrópoles e Colônias; a base produtiva desloca-se da renda da terra e da produção agropecuária para a indústria; os burgueses acumulam riquezas, aproximam-se do poder, tornando-se controladores dos meios de produção; a linha férrea atravessa o território europeu; a cidade comercial é explodida-implodida pela indústria e a população citadina cresce em detrimento da ocupação dos campos. Nesse ínterim, o gosto pela vilegiatura permanece, sendo que o modelo *Bath* entra em declínio e as novas estâncias de vilegiatura constituem-se segundo a administração e os interesses de uma sociedade moderna e burguesa.

Martin-Fugier (2009) relata o contexto francês e narra as transformações sociais (tempo e espaço) provocados pelo uso do trem em função da migração estival.

O trem reduziu em dois terços o tempo de viagem entre a capital e as praias. Em 1840, levava-se doze horas de coche para ir de Paris a Dieppe; no Segundo Império, por estrada de ferro, não se levava mais do que quatro horas. Em agosto de 1848, o primeiro “trem de recreio” vem a ligar Paris a Dieppe. Esses trens, que permitem chegar às cidades do litoral normando nos fins de semana, viriam a conhecer na segunda metade do século um sucesso crescente, tanto mais que a Companhia, a partir de 1850, passou a oferecer passagens a preços mais baixos (cinco francos na terceira classe e oito francos na segunda). A clientela abastada usa o ‘trem amarelo’ ou ‘trem dos maridos’. Em 1871, ele sai de Paris no final da tarde de sábado e traz os passageiros de volta na segunda-feira antes do meio-dia – o tempo exato, para os homens ocupados com seus negócios, de passar o domingo com a mulher e os filhos na praia (MARTIN-FUGIER, 2009, p. 211-212).

Ainda no século XIX, as recomendações médicas e funções terapêuticas das estâncias foram parcialmente substituídas pelo prazer em si mesmo, ou melhor, pelo gozo mundano. Os novos sujeitos também praticantes da vilegiatura promovem adaptações. Martin-Fugier (2009) descreve a inserção da vilegiatura na vida privada burguesa. Se o ano dos aristocratas é dividido entre duas estações – a mundana (o inverno e a primavera) e a vilegiatura (o verão e uma parte do outono) –, os burgueses da capital também locam por temporada, e muitas vezes escolhem lugares diferentes para a estada. Ainda segundo a autora, os cidadãos parisienses se acostumam a estadas mais curtas no campo,

indo ao sábado e retornando segunda-feira pela manhã, sempre acompanhados por seus empregados.

O espalhamento mundial (novos lugares, novas paisagens, novos costumes e outros usuários) condiciona mudanças qualitativas e quantitativas. Ainda há de se considerar que, durante o século XIX, resultante de centúrias de expansão colonial, as práticas de vilegiatura são levadas a outros continentes, em especial ao americano.

Nesse período, além do sucesso alcançado pela estada temporária, as viagens também são redefinidas. A viagem em si deixa de ser um sinônimo de desconforto, aventura e perigo. Dar voltas para fins de educação, experiência cultural e recreação torna-se um hábito. Dessa condição nasce o neologismo *tourist*⁵ para designar os amantes dessas práticas. A viagem, cada vez mais organizada, com roteiro, guia e hospedagem, inclui visitas tanto a novos lugares como àqueles já produzidos pelo gosto pela vilegiatura. A partir de então, tanto estada como viagem congregam um conteúdo relacionado a uma noção moderna: o lazer. Identifica-se a proximidade entre as práticas, contudo, são evidentes os distintos contornos e datações.

Em outro de seus trabalhos dedicado ao turismo de massa, Boyer (2003) constrói duas pirâmides socioculturais referentes às que engrenam o desejo pela viagem. O autor hierarquiza os sujeitos ativos, tanto nos séculos XVIII-XIX como no século XX, e explica o processo de imitação do gosto pelo turismo. Tomando como fundamento o texto de Boyer (2008), percebe-se, sem maiores surpresas, que as camadas sociais promotoras e desejosas do turismo são bem próximas às capazes de praticar a vilegiatura (Figura 1). Fato que não surpreende, posto admitir que ambas se definam pela relação entre estada e viagem. Assim, em relação às camadas da pirâmide, quanto mais próximo do topo, maior a probabilidade dos sujeitos sociais usufruírem de ambas as práticas.

5 Não é objetivo desta seção alongar a análise do processo de surgimento do que hoje denomina-se turismo. Para este trabalho, importante é reconhecer seus contornos iniciais e suas relações com a prática da vilegiatura. Contudo, para complementação, segue trecho que descreve as origens etimológicas e históricas do termo: "... para designar a los jóvenes aristócratas que 'daban vueltas' por distintos lugares de Francia, tomaron el término de origen latino *Tour* (...). Según este mismo autor, etimológicamente el término *Tour* se remonta al substantivo latino *torn-us* (do que da vueltas) y al verbo *torn-are* (tornar, girar – en latín vulgar-) (COLÁS, 2003, p. 22). Segundo Boyer (2008) a palavra *tourist* foi utilizada pela primeira vez por Stendhal em 1844, no livro *Memória de um Turista*.

A PIRÂMIDE SOCIOCULTURAL

Séculos 18 e 19 - Início do século 20
A invenção de distinção e a imitação no turismo



A PIRÂMIDE SOCIOCULTURAL II

Século 20 - entre 1920 e 2000
A invenção de distinção e a imitação no turismo



Figura 1 - Pirâmides socioculturais de Boyer
Fonte: Boyer (2003), adaptado pelo autor.

Ao analisar a segunda pirâmide, adentra-se no século XX, que é demarcado por mudanças em direção à popularização das práticas. Veja-se, a título de exemplo, a presença de uma camada intermediária⁶ responsável também pelo consumo massificado dos lugares de vilegiatura. Os segmentos sociais exibidos são próprios desse contexto histórico-espacial, produtos de um século de bruscas mudanças tecnológicas, econômicas e culturais. Afinal, nesse século foram produzidos meios de transportes mais rápidos (aeronaves, trens de alta velocidade) e individuais (automóveis) em larga escala, isso sem falar das outras inúmeras mercadorias popularizadas pela indústria fordista; no mundo do trabalho, novas relações, novas profissões (operárias e burocráticas); surgem nessa centúria a regulamentação trabalhista e com ela direitos a remunerações em períodos de tempo-livre (férias); é também o século dos meios de comunicação e informação em massa (rádio, telefone, televisão, internet); emergem inúmeros movimentos culturais, contraculturais, modas e personalidades também promotoras de modismos; em relação ao território, novas configurações são produzidas, com a artificialização da paisagem e a inserção de sistemas técnicos e infraestruturais, principalmente na expansão do tecido urbano; a esse respeito vale destacar o crescimento contínuo da população urbana mundial, em especial nos países anteriormente colonizados, ao passo que são elaboradas ideologias ambientais e ecológicas que põem em discussão a relação entre sociedade e natureza⁷. Ainda em termos espaciais, os fluxos socioeconômicos internacionalizam-se, promovendo uma duplicidade de condições: os lugares são regidos a partir de uma ordem global e, concomitantemente, suas particularidades socioespaciais são reconhecidas mundialmente. É o século de um novo modo de organização social, a sociedade do consumo dirigido, caracterizada, entre outras questões, pela produção de um cotidiano (LEFEVBRE, 1991).

6 “As classes médias – técnicos, intelectuais – são literalmente os *suportes* da manutenção das relações essenciais, crendo que lhes escapam. Os indivíduos como tais vivem, ou tentam viver, uma vida ‘elítica’; evadem-se pela ‘cultura’, quando o seu saber serve o capitalismo e quando o conjunto, enquanto ‘classes’, veiculada as relações de produção. As classes médias vivem portanto em dois planos, numa dualidade-duplicidade permanente. Num plano, os indivíduos julgam, criticam e, às vezes, contestam e recusam, até. Noutra plano, eles servem e recebem uma contra-partida: uma ilusória delegação de poder, o que lhes dá a ilusão de fazer coisa diferente do que o que fazem” (LEFEVBRE, 1973, p. 26).

7 Para discussão mais aprofundada, consultar: 1) HARVEY, D. *Condição Pós-moderna*. 12ª ed. São Paulo: Loyola, 2003; 2) TRIVINHO, E. *A democracia cibercultural: lógica da vida humana na civilização mediática avançada*. São Paulo: Paulus, 2007; 3) SANTOS, M. *A Natureza do Espaço. Técnica e tempo. Razão e emoção*. 2ª. Ed., São Paulo: HUCITEC, 1997.

As mudanças na compreensão e na apropriação do tempo enquanto categoria social traz significativas respostas. A recodificação da vilegiatura para as condições de uma Modernidade em constituição relaciona-se com a consolidação, lenta e gradual, da noção de tempo social medido e não mais segmentado somente pelos ciclos naturais (cósmico ou biológico). Urge o tempo das ações sociais, do trabalho e da cidade (HARVEY, 2003). O tempo não é mais do *otium*, mas da ociosidade e da busca pela distinção, posto que apoderar-se do tempo e controlá-lo são sinais de poder. Lefebvre (1991), analisando a sociedade pós-guerra, faz severas críticas às relações sociais cotidianas organizadoras do que se chama lazer.

No momento, o lazer é antes de tudo e para todos, ou quase todos, a ruptura (momentânea) com o cotidiano. E vive-se uma mutação difícil no transcorrer do qual os antigos “valores” foram inconsiderada e prematuramente obscurecidos. O lazer não é mais a Festa ou a recompensa do labor, também não é ainda a atividade livre que se exerce para si mesma (LEFEBVRE, 1991, p. 62).

Na Modernidade, ócio seria uma fração do cotidiano destinada a afazeres definidos pelo interesse do indivíduo (lazer, meditação, estudo, trabalho). Diferentes das recreações aristocráticas, a noção de lazer tem origem na sociedade burguesa (CAMARGO, 2007). De modo geral, para os indivíduos não há independência, pois os limites espaço-temporais são restringidos pelas instituições sociais (escola, empresa, Estado, igreja, ritos culturais). Nesse sentido, o conceito de lazer é moderno e está associado “a separação entre casa e o trabalho” (BARRETO, 2009, p. 60).

Contudo, é no século XX que se propaga um novo modelo de vilegiatura marítima, baseado no sol (nas temperaturas elevadas), generalizado através de uma dinâmica “anônima” (BOYER, 2008) e que alcança uma multiplicidade de países e seus litorais, articulado por sujeitos capazes de movimentar-se por longas distâncias em períodos curtos.

VILEGIATURA E TURISMO

As transformações mundiais iniciadas ao longo do século XX, com destaque para seu último quartel, evidenciam que a prática da vilegiatura não é suficientemente explicada pelas ilações, dedutivamente retiradas, das construções “teóricas” acerca do turismo. Diferenciar o vilegiaturista do turista é

tarefa nada fácil, principalmente quando restringem as definições a variáveis como tempo de permanência e distância percorrida. Além do mais, ambos os termos caracterizam práticas voláteis/mutáveis. Além dessas dificuldades implícitas, iniciou-se uma tendência a classificar todos os fenômenos que envolvem viagem e lazer como turísticos. Os estudos estruturam-se em estatísticas governamentais fundamentadas em critérios dúbios e, na maioria das vezes, abrangentes. Por outro lado, as estatísticas oficiais não contabilizam os moradores das cidades que se deslocam e permanecem temporariamente, para fins de lazer, em seus imóveis em municípios limítrofes a origem das suas habitações. Este último grupo se desloca em função do lazer, mas não é contabilizado. Todavia, é classificado como turista um estrangeiro que embarque em um avião, cruze o Atlântico (por exemplo), desembarque em uma capital nordestina e se dirija a um imóvel de sua propriedade por três, quatro, seis meses de forma contínua ou intermitente, somente porque fez uma viagem.

Mesmo podendo ser acusado de linear, Boyer cronologicamente afirma ser a vilegiatura uma prática mais antiga que as viagens turísticas. No século XX, a vilegiatura não deixa de existir, ao contrário, massifica-se e expande-se por novos espaços, sendo capaz de explicar os fenômenos anteriormente enunciados.

A tradição científica do século passado descartou a história densa da vilegiatura, e com o fenômeno das viagens em massa, todas as práticas que de algum modo vinculavam-se ao deslocamento não forçoso foram reunidas pelas análises em torno da atividade turística. A análise prosseguiu por preceitos generalizantes e equivocados, como se um fenômeno sobrepujasse o outro, sabendo inclusive que ambos têm origens e motivações diferentes.

Com a ascensão do turismo a tema científico, os pesquisadores passaram a nomear os processos por derivação, utilizando-se de adjetivações para caracterizar fenômenos já existentes⁸. Ao pensar a abrangência dos termos *tourisme* e *vacances*, Urbain (1996) traça uma conexão entre eles, delimitando uma hierarquia.

Vacances est un terme générique. [...] Inversement, *tourisme* est un terme spécifique. Depuis le début du XIX^e siècle, il désigne

8 Manuais técnicos e científicos que divulgam as características administrativas e essenciais da atividade turística na contemporaneidade não mencionam a vilegiatura, dedicam-se principalmente às viagens e suas tipologias (BARRETO, 2009; ANDRADE, 2002; DIAS, 2008).

une activité vacancière remplissant d'une manière spéciale cet intervalle de temps. Si un touriste est un vacancier, la réciproque n'est donc pas toujours vraie – contrairement à ce qu'admet la typologie actuelle des loisirs en faisant du *tourisme* un concept générique et des *vacances* une notion spécifique (URBAIN, 1996, p. 14).

No sentido de entender a relação entre o turismo moderno e a vilegiatura, há uma relação dialética que ainda não foi completamente explicitada: viagem e estada. Os turistas e os vilegiaturistas são amantes das *vacances*. Essas práticas estão em íntima ligação, não adiantando, assim, discutir a predominância de uma sobre a outra, ou mesmo quem veio primeiro. No entanto, percebe-se, pelos escritos sintéticos de Corbin e Boyer, que na Modernidade criam-se condições tanto sociais (ressignificação) quanto técnicas para possibilitar a difusão e a variação da quantidade de viagens⁹. A partir desse período, mais e mais vezes pode-se viajar para inúmeros lugares. Daí a figura do turista estar associada a sua capacidade de se deslocar e “coleccionar” lugares visitados. Isso, contudo, não suprime aqueles que vislumbram prioritariamente a estada. Boyer (2008) fomenta a discussão enunciando distinções (e complementaridades) entre turismo e vilegiatura.

Le tourisme est habituellement présente comme une entité, englobant des voyages diverses formes de séjour, l'étude des infrastructures utilisées, mais aussi les représentations. Les discours tenus orientent vers *le voyage* et ses contenus, sur les découvertes, tandis que la réalité, ce sont des juxtapositions de sédentarités, de résidences temporaires. C'est cela qui, ici, est qualifié de *villégiature* avec des lieux, des modes de résidence choisis pour séjourner (BOYER, 2008, p. 229).

A fragmentação do tempo social associada à Modernidade impôs teórica e praticamente a distinção entre a viagem e a estada. Se na Villa de *otium* romana a estada alcança seu ápice e no Renascimento ela é retomada, na Modernidade os conceitos de turista e turismo são forjados de maneira a explicar toda a diversidade socioespacial implicada na relação viagem/estada.

9 “O imaginário antecede a viagem. É o domínio do sonho [...]. O real é a vivência da viagem em si; e aqui os aspectos de surpresa e aventura que cercam a ruptura com o cotidiano são muito importantes [...]. A recordação é prolongamento da viagem, que não termina na volta [...]” (MARCELLINO, 1996, p. 74).

A diversificação tecnológica dos meios de circulação e de transporte, além de possibilitar o aumento do número de viagens através da aceleração da velocidade, colaborou para ampliar o número de lugares à disposição para a antítese da viagem: a fixação, a estada. Numa análise relacional, a mobilidade espacial (deslocamento) é o *start* de ambas as práticas. Mediante esse raciocínio, há um germe de vilegiatura no turismo, sendo a recíproca também verdadeira, já que na primeira prática a mobilidade espacial está em função da estada temporária, enquanto na segunda a mobilidade espacial é meio e fim, pois a estada temporária no(s) lugar(es) de destino é condição para dar continuidade à mobilidade. Mesmo no lugar de destino da viagem, o turista reproduz o modelo de circulação, sendo a permanência igual à monotonia, por isso organizam-se passeios, percursos, *city tours* etc. Nos seus escritos sobre o planejamento das atividades turísticas, Boullón (2004) enfatiza que “o turista, ao longo das férias, muda de local mesmo permanecendo no mesmo lugar. Distribui seu interesse entre várias coisas que o convidam a desempenhar diferentes atividades” (p. 156). Essa percepção está registrada no que os especialistas da área evidenciam como características predominantes do turista. Isso fica também evidente na descrição feita por Barbosa (2002).

O *turista* é um consumidor que busca sempre o conforto, é acomodado; quanto menos sacrifício numa viagem melhor. Adepto da lei do ‘menor esforço’, não quer correr riscos. Normalmente é o grande consumidor de pacotes de viagem que incluem: *transfers* (hotel-aeroporto-hotel), passeios e, às vezes, refeições. Além de tudo isso, o mais importante para o turista é um personagem muito especial, o guia, que desempenha o papel de uma verdadeira ‘mãe’, uma superprotetora, que cria um total elo de dependência. É responsável pela condução do grupo (‘seus filhos órfãos’), afinal, eles são como crianças, não conseguem andar sozinhos; podem se perder, muitas vezes não falam o idioma local, portanto, sendo criaturas totalmente desamparadas, a ‘mãe-guia’ faz o embarque, o desembarque, leva para o ônibus, diz onde estão todos os atrativos turísticos, indica as melhores lojas para as compras (...) (BARBOSA, 2002, p. 74-75).

Em busca das características do turista contemporâneo, Urry (1996) define-os como “colecionadores de olhares e parecem estar menos interessados em repetir visitas ao mesmo lugar, revestido de uma certa aura” (p. 19).

Krippendorf (2001)¹⁰ explica “o ciclo de reconstituição”, processo esse que parte das necessidades humanas insatisfeitas pela vida cotidiana e resulta na transformação do “homem comum” em turista e, em uma etapa seguinte, ocorre o fenômeno inverso. Para o referido autor, este não é um processo individual, é resultado das influências do meio social.

O turista é a personificação temporária de um estado social, a partir do qual o sujeito desenvolve momentos de lazer em função de uma viagem mediada por uma estrutura pré-disposta, que inclusive é responsável pela definição dos limites das atividades a serem realizadas. Para isso, ele tem uma agência de viagem, assim como companhias de transporte com destinos já organizados, uma rede hoteleira pronta para receber os mais diferentes tipos de turistas, os bares, as atrações e atrativos. Tudo isso prontamente definido antes da partida. A atividade turística, na sua conotação atual, é efetuada, assim, por meio de uma organização/sistematização prévia. Circunstância essa observada no cerne das políticas públicas relativas à estruturação do território e que produzem o espaço a partir de sistemas infraestruturais básicos para a recepção de visitantes. No turismo, o importante é “vencer” a fricção, posto que “os turistas procurarão envolver-se no maior número possível de atividades e observar o máximo no curto espaço de tempo que têm (...)” (DIAS, 2008, p. 82).

A vilegiatura acontece quando indivíduos ou grupos sociais reservam em seu cotidiano um recorte espaço-temporal a partir do qual as necessidades dos praticantes (lazer) serão atendidas, ou seja, o gozo está na condição de se sedentarizar temporariamente em outro lugar que não seja sua residência, seu habitat, sua morada.

Pela definição de modelos ideais de turista (aquele que se desloca continuamente durante sua *vacance*) e de vilegiaturista (aquele que se fixa temporariamente), os critérios convencionais de classificação inviabilizam-se. Não basta só definir a distância percorrida, o meio de transporte utilizado, ou a forma de alojamento. Não é também suficiente dimensionar a duração da estada. O que vai determinar a prática é o usufruto do espaço-tempo da estada temporária pelos *vancacers*. Outra questão fundamental escora-se na condição fugidia desses estados. Por exemplo, ao longo do ano, uma mesma família pode vilegiaturar durante os finais de semana ou feriados e, durante as férias, resolver

10 Krippendorf (2001) faz discurso apologético à viagem, considerando-a como atividade reconstituidora da condição humana capaz de suportar o tédio e o desequilíbrio psicológico.

conhecer as igrejas góticas em diversas cidades europeias. Durante essas duas situações hipotéticas, as mesmas pessoas estarão imbuídas de diferentes objetivos e farão uso de mecanismos também diferenciados. Outra situação também é possível: um colecionador de lugares (aquele que viaja anualmente destinado a diferentes paragens) pode escolher um deles para frequentar continuamente, haja vista aproveitar com mais densidade uma condição que aquele espaço disponibiliza (o sol, a neve, as praias, os ventos, as pessoas, os modos de vida, o vinho, o isolamento, um determinado empreendimento etc.). Ao descrever novas características dos lugares turísticos, esses “intercâmbios” entre as práticas são percebidas por Fratucci (2000). O autor não menciona a vilegiatura, mas destaca a possibilidade de transfiguração do turismo convencional.

Esse novo perfil da demanda turística está exigindo dos operadores turísticos e dos gestores das áreas receptoras a criação de produtos especializados que permitam ao turista uma vivência no lugar visitado mais ativa, onde sejam possíveis contatos diretos, sem barreiras, com os habitantes locais e o estabelecimento de relações pessoais entre eles. O turista deixa de ser o invasor, o intruso, o estranho (...) e passa a ser o outro para o habitante do lugar, enquanto esse passa a ser o outro para o turista, ambos com formações e informações culturais distintas e interessados na troca mútua de experiências (FRATUCCI, 2000, p. 130).

Como visto, a prática turística não inviabiliza o desenvolvimento da vilegiatura; ao contrário, permite que as características dos lugares tornem-se mais conhecidas, expondo-os cada vez mais à possibilidade de tornarem-se espaços de vilegiatura. Ora, pelas novas necessidades registradas pelo autor, tais desejos não seriam objetivos históricos do que aqui se descreveu como características intrínsecas a determinados tipos de vilegiaturista? Isso, contudo, não quer dizer que todos os indivíduos que tenham experiências turísticas transfigurem-se em vilegiaturistas.

Além dos polos – vilegiatura e turismo – num campo de transição, existem práticas aproximadas que contribuem para a popularização e reprodução das atividades mencionadas. São desenvolvidas por estratos sociais situados na base da pirâmide de Boyer¹¹, ou seja, àqueles incapazes de disponibilizar

11 As três categorias socioculturais definidas pelo autor são: pequenos comerciantes e artesãos, grande maioria dos operários e os camponeses.

recursos financeiros para adquirir um imóvel para a vilegiatura ou contratar pacotes turísticos.

Os grupos sociais mencionados estabelecem estratégias informais e/ou de baixo custo no intuito de usufruírem de condições semelhantes às práticas propriamente ditas. Nesse quadro, inserem-se as excursões diárias e as estadas em imóveis locados durante finais de semana ou feriados. No primeiro caso, também conhecidos como *pique-niques*, um grupo de pessoas organiza uma viagem de curta duração em direção a um lugar com uma determinada amenidade (no Nordeste, predomina a praia como lugar preferencial e o ônibus como meio de transporte), chegam pela manhã, permanecem até o fim da tarde e, em seguida, retornam às suas residências. Durante a curta estada (entre seis e oito horas) dão preferência ao uso dos serviços gratuitos e espaços públicos, e, na maioria dos casos, providenciam pessoal e antecipadamente as refeições e as bebidas. No segundo padrão, o grande diferencial aparece na extensão da estada (dois a cinco dias) e, para tanto, se alugam imóveis (de uso ocasional ou mesmo de residentes), onde são organizados os serviços de alojamento, alimentação e lazer (a piscina, o *playground* etc.). Com isso, é possível desfrutar de momentos que as estadas curtas não permitem (o por e o raiar do sol, os divertimentos noturnos etc.). Em relação à escolha dos lugares, ambas as práticas estão abertas a repetição (frequência contínua) e ao descobrimento (busca das novidades).

O desenvolvimento de práticas aproximadas à vilegiatura e ao turismo por esses estratos sociais tem o papel de reproduzir na totalidade social o desejo de desfrutar de práticas em condições mais próximas dos modelos ideais: no caso da vilegiatura, objetiva-se a compra de um imóvel destinado ao lazer; e no turismo, a capacidade de contratar viagens com o máximo de conforto, associada à possibilidade de escolher quaisquer lugares com reputação de requinte, luxo e restrição.

O reconhecimento e a interpretação do transcurso histórico-espacial da vilegiatura permite identificar o universo complexo de relações entre a viagem (mobilidade espacial) e a estada temporária. Em função do lazer, estes dois pré-requisitos do fenômeno podem ser atendidos sob diferentes formatos, temporalidades e lugares. A multiplicidade a que se refere não é contemplada totalmente nem pelo conceito de vilegiatura (a estada temporária em si) nem pelo de turismo (viagem). Assim, ao invés de propor conceitos mutuamente excludentes, é preferível utilizá-los segundo suas relações. Equívoco recorrente

emerge quando se entende que apenas um desses conceitos abrange a diversidade. Acompanhando este argumento, ilude-se quem conclui, apressadamente, que a vilegiatura é um “termo arqueológico” designador de uma atividade clássica e extinta. Seu uso conceitual se justifica tanto pela sua espessa história como por sua validade na definição de práticas socioespaciais contemporâneas, afinal, a estada temporária em função do lazer é um fenômeno presente nas diversas sociedades¹².

É preciso tornar explícito que a vilegiatura designa a vivência de uma condição não existencial, sazonal e descontínua. O indivíduo ou grupo nessa condição objetiva alcançar o gozo pela estada, pelo tempo lento, pelas atividades comuns ao seu gosto. A partir da perspectiva sócio-antropológica, Urbain define o significado da estada e da viagem para o vilegiaturista.

L'esthétique du parcours ou de l'itinéraire n'est pas fondamentale aux yeux du villégiateur – du bord de mer, en l'occurrence. Sur le chemin qui le mène au rivage, son projet n'est pas d'accomplir un « circuit » ou un « tour », mais d'arriver. La destination qu'il vise au bout de son voyage n'est pas une étape, un haut lieu ou un espace ouvert d'exploration. C'est un refuge, vécu comme définitif. Son plaisir est là, tout entier (URBAIN, 1996, p. 15).

Em síntese, as características da vilegiatura são constituídas pelas formas distintas que os grupos sociais organizam a prática da estada temporária em função do lazer. Neste contexto, a produção das segundas residências é ápice do que Boyer denomina de *sédentarité* (aproveitamento desta estada, aproximando-se ao fato de residir).

Uma abordagem criativa deriva da *Sociología de la vivienda*, utilizada por Pino (2003). Mesmo denominada como sociológica, essa abordagem percebe, sem usar a terminologia vilegiatura, uma tessitura espacial e relacional constituída pela produção de espaços para a residência e os espaços de vilegiatura. Espaços da residência e espaços da vilegiatura, antes de oporem-se, são para os grupos sociais (na sociedade ocidental, principalmente, familiares) um arranjo integrado à vida cotidiana. Com o uso das residências secundárias, os vilegiaturistas alargam seus espaços de vida. Essa atividade envolve

12 Prova disso são os vários estudos que, empregando ou não a denominação vilegiatura, descrevem casos e analisam fenômenos com características próximas ao que ai se discute. Ver bibliografia, principalmente Boyer (2008), Urbain (1996) e Dantas *et al* (2008).

amplamente as possibilidades de realização de inúmeras práticas de lazer e gozo. A prática da vilegiatura também engloba o sentido do habitar, e, neste sentido, o uso do termo residência ganha sentido.

As práticas sociais relacionadas ao viver e ao habitar podem ser definidas como aquelas que produzem significado e ligação do homem como o espaço. Nesses termos, a casa agrega papéis sociológicos, espaciais e simbólicos, e lembrando Bollnow (2008), pode-se afirmar que a casa é um território central de todas as relações espaciais. Todavia, na moderna arquitetura do século XX a casa é transformada em máquina de morar. Desta forma, a casa, a (primeira) residência, ganha ares de cotidianidade¹³, repetição e monotonia (LEFEBVRE, 1991). A residência é conduzida como espaço da satisfação das primeiras necessidades (comer e dormir), ou melhor, um ponto de apoio para o local de trabalho. Para o lazer, para uma pretensa fuga do cotidiano, para realização humana associada ao ócio diz-se ser necessário estar em outro lugar, ou seja, é necessário fragmentar o espaço e o tempo. Apesar de a casa representar um santuário da vida familiar, em nossa sociedade o estar todos os dias em uma única casa torna-se insuportável. O sucesso das viagens turísticas é também uma denotação do quadro mencionado.

Bollnow (2008) enfatiza a função antropológica da casa e do habitar e afirma ser a casa espaço importante para a constituição dos sentidos de enraizamento e segurança. Com a posse de uma residência secundária, uma gama de vilegiaturistas procura estender essas sensações que abrangem as dimensões econômicas e também jurídicas.

A casa é, ao mesmo tempo, uma unidade econômica, e caracteriza no sentido não amplo tudo o que faz parte da 'econômica doméstica'. A casa é, além disso, importante também no seu significado jurídico, pois denota uma esfera do poder que transcende os muros e vai até a calha do telhado (BOLLNOW, 2008, p. 311).

A construção da condição residencial do domicílio de uso ocasional, transfigura-se numa faceta da vilegiaturista cuja significação se exprime através de uma trama de relações sociais. Esta trama é tecida a partir de um ponto, um espaço microssocial, um complexo onde não se pode definir simplesmente

13 Lefebvre (1991) indica a separação 'homem-natureza' e a ascensão da nostalgia em função de uma natureza perdida como resultados da constituição da cotidianidade. Consultar p. 46.

pelo uso em favor do lazer, à medida que se torna cada vez mais difícil estabelecer os limites entre os tempos da vida cotidiana (livre e trabalho). Todavia, permanece a impressão de que a casa, seja segunda ou primeira, representa a fartura, o aconchego, o encontro e a proteção. São condições “sagradas” da existência do núcleo familiar transpostas para o contexto do domicílio de uso ocasional. Apresenta-se uma hipótese: para a vilegiatura plena, o domicílio de uso ocasional, longe de representar uma fuga do cotidiano, configura-se como extensão das relações estabelecidas na “casa habitual”. Extensão que não representa uma mera repetição, à medida que, a vilegiatura se constitui a partir de relações de negação, complementaridade e interpenetração. Esse quadro apresenta-se como virtualidade, não se manifestando em totalidade para todos os indivíduos em vilegiatura.

CONCLUSÃO

Através de uma revisão bibliográfica nacional e internacional, identificaram-se as características primordiais da prática ao longo do tempo-espaço. Percebeu-se um processo marcado por continuidades e descontinuidades, no entanto foram os pontos de inflexão: 1) a passagem do *otium* à ostentação; 2) a maior capilaridade social da prática (novos praticantes *in* potencial); 3) a instituição do modelo estacional (planejamento dos espaços); 4) a declinação da influência do discurso médico-terapêutico ao gozo mundano; 5) as novas formas de atender a demanda por estada, descolando-se unicamente do modelo de propriedade exclusiva de uma *villa*; 6) a redução do tempo de estada; 7) o espalhamento da prática por novos continentes; 8) a consolidação, o sucesso e a organização das viagens no formato turístico; 9) a urbanização da sociedade (tanto pela dimensão demográfica quanto pelo tamanho e morfologia urbana); e 10) a aceitação do mar, do marítimo e do sol tropical como amenidades.

Ora, esta constatação não seria uma visão linear e evolucionista da “história” da prática? Não! Cada um destes momentos negou certas condições anteriores, inventando novas modas, desenvolvendo práticas complementares, inserindo novos sujeitos, elegendo novos lugares, aproximando também a vilegiatura de outras práticas de lazer (como o turismo). A vilegiatura remete a todos os processos e fenômenos relativos à estada temporária e sua potência em contribuir na produção dos lugares selecionados. O conceito de vilegiatura é, antes de tudo, um conceito geográfico. Sua realização não se faz sem o uso,

consumo e produção do espaço. Essa verificação é embrionária e está presente desde o modelo clássico ao desenvolvido nos litorais tropicais na atualidade.

Em verdade, é na compreensão da produção do espaço litorâneo, no tempo presente, que é possível perceber as interações e as manifestações destes conteúdos sociais segundo suas datações e localizações diferenciadas. O estudo deste processo permite fragmentar o real descrevendo sua multiplicidade e, posteriormente, reorganizá-lo, de forma tal que se compreenda que as práticas socioespaciais têm um conteúdo histórico denso.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AMBRÓZIO, J. Viagem, turismo, vilegiatura. *GEOSP* – Espaço e tempo. São Paulo, nº 18, 2005. PP. 105-113.
- ANDRADE, J. V. *Turismo: fundamentos e dimensões*. 8ª ed. 5ª reimp. São Paulo: Ática, 2002.
- BARBOSA, Y. M. *História das viagens e do turismo*. São Paulo: Aleph, 2002.
- BARRETO, M. *Manual de iniciação ao estudo do turismo*. 13ª ed. Campinas: Papirus, 2003.
- BOLLNOW, O. F. *O homem e o espaço*. Tradução de Aloísio Leoni Schmid. Curitiba: Editora UFPR, 2008.
- BOULLÓN, R. C. *Planejamento do espaço turístico*. Tradução de Josely Vianna Baptista. Bauru/SP: EDUSC, 2002.
- BOYER, M. *História do turismo de massa*. Tradução de Viviane Ribeiro. Bauru: EDUSC, 2003.
- _____. *Les villegiatures du XVIIe au XXIe siècle: panorama du tourisme sédentaire*. Paris: éditions sem, 2008.
- CAMARGO, H. L. *Uma pré-história do turismo no Brasil*. Recreações aristocráticas e lazeres burgueses (1908-1850). São Paulo: Aleph, 2007.
- COLÁS, J. L. *La residencia secundaria en España: estudio territorial de su uso y tendencia*. Tesis doctoral. Departament de Geografia. Facultat de Filosofia i Lletres. Universitat Autònoma de Barcelona. 440 f. Barcelona, 2003.
- CORBIN, A. *O território do vazio*. A praia e o imaginário ocidental. Tradução de Paulo Neves. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.
- DANTAS, E.W.C. et al. C. Urbanização litorânea das metrópoles nordestinas brasileiras: vilegiatura marítima na Bahia, Pernambuco, Rio Grande do Norte e Ceará. *Cidades* (Presidente Prudente), v. 5, p. 14-34, 2008.
- DIAS, R. *Introdução ao Turismo*. 1ª ed. 2ª reimp. São Paulo: Atlas, 2008.
- FRATUCCI, A. C. Os lugares turísticos: territórios do fenômeno turístico. *GEOPHIA*. Ano. II. Nº 4. 2000, pp. 121-133
- GOMES, P. C. C. *Geografia e modernidade*. 5ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.
- HARVEY, D. *Condição pós-moderna*. Tradução Adail Ubirajara Sobral e Maria Stela Gonçalves. 12ª Ed. São Paulo: Loyola, 2003.
- KRIPPENDORF, J. *Sociologia do turismo*. Para uma nova compreensão do lazer e das viagens. Tradução Contexto Traduções. São Paulo: Aleph, 2001.

- LEFEVBRE, H. *A re-produção das relações de Produção*. Tradução de Antonio Ribeiro e M. Amaral. Porto: Publicações Escorpião, 1973.
- _____. *A vida cotidiana no mundo moderno*. Tradução de Alcides João de Barros. São Paulo: Ática, 1991.
- MARCELLINO, N. C. *Estudos de lazer: uma introdução*. Campinas: Autores Associados, 1996.
- MARTIN-FUGIER, A. Os ritos da vida privada burguesa. In: PERROT, M. (org). *História da vida privada: da Revolução Francesa à Primeira Guerra* (4). 1ª reimp. Tradução de Denise Bottmann e Bernardo Joffily. São Paulo: Companhia das Letras, 2009. p. 176-245.
- PINO, J. Aproximación sociológica a la vivienda secundaria litoral. *Scripta Nova*. Universidad de Barcelona. Vol. VII. 146(026). 1 ago 2003.
- SANTOS, M. *A Natureza do Espaço*. Técnica e tempo. Razão e emoção. 2ª. Ed., São Paulo: HUCITEC, 1997.
- TRIVINHO, E. *A democracia cibercultural: lógica da vida humana na civilização mediática avançada*. São Paulo: Paulus, 2007.
- URBAIN, J-D. *Sur la plage*. Paris: Éditions Payot, 1996.
- URRY, J. *O olhar do turista: lazer e viagens nas sociedades contemporâneas*. Tradução Carlos Eugênio Marcondes de Moura. São Paulo: Studio Nobel/SESC, 1996.

Economia solidária em contraponto à clássica: indícios de mudanças no turismo e na sociedade

Luzia Neide Coriolano¹

Jean Max Tavares²

INTRODUÇÃO

A sociedade contemporânea, enquanto amplia a capacidade de domínio da ciência e tecnologia, acelera o tempo que configura ritmos sociais, destrói direitos humanos, afasta pessoas do próprio semelhante em complexa arritmia social promovida pela cultura do excesso, consumismo e individualismo.

O desenvolvimento de muitos países tem sido voltado a resultados financeiros para governos e empresas, concentrado em elites, guiado pela lucratividade que se sustenta na lógica da exploração e acumulação, servindo mais ao mercado externo e produzindo espaços degradados e sociedades segregadas. A realidade leva ao questionamento da promoção do desenvolvimento que tenha foco central na emancipação dos sujeitos, não apenas como forma de luta, mas de realização pessoal, que possibilite ações para condução da vida coletiva digna, suprimindo as reais necessidades da condição humana.

Promover o desenvolvimento na escala humana significa encontrar caminhos que viabilizem a transformação da sociedade individualista, consumista e segregada colocando o homem no centro das ações e a promoção da satisfação humana como cerne. A vida social cada vez mais complexa, mecanizada e dividida em classes e grupos de interesses incomoda e faz emergir movimentos em contraponto a essa cultura. O individualismo, diferente de

1 Prof^a Dra do Programa de Pós-Graduação em Geografia, Coordenadora do Laboratório de Estudos do Turismo e Território - NETTUR, Coordenadora Adjunta do Mestrado Profissional em Gestão de Negócios Turísticos da Universidade Estadual do Ceará (UECE). Pesquisadora CNPq E-mail: luzianeidecoriolano@gmail.com.

2 Pós-doutorado em Economia no E-GEO (Centro de Estudos de Geografia e Planejamento Regional) da Universidade Nova de Lisboa (Portugal), Doutorado em Economia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Mestre em Economia pela Universidade Federal do Ceará e Graduado em Economia pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (1994-1999). Professor Adjunto IV da PUC Minas.

individualidade, torna cada um independente da vida dos outros, faz esquecer o que completa e une os seres humanos: o espírito coletivo.

Uma alternativa para promover o desenvolvimento humano e atender pelo menos parte dos anseios da sociedade é a economia solidária, que se propõe tornar a economia um meio de desenvolvimento integral das pessoas, e não fim em si mesmo, sem a necessidade de intervenção direta do poder público (NUÑEZ, 1998). Pela economia solidária, as relações de competição e de dominação podem ceder lugar às relações de associativismo, cooperação e de solidariedade.

Em princípio, praticamente todas as atividades econômicas estão inseridas no contexto da competição intensa, onde grandes grupos determinam as tendências e dificultam o surgimento de novos negócios de pequeno ou de médio porte. Dentre essas atividades está o turismo, que em escala mundial, representa 9% do Produto Interno Bruto, é responsável por 1 em cada 11 empregos e por U\$\$ 1,3 trilhão em exportações (UNWTO, 2013).

De acordo com Higgins-Desbiolles (2006), o turismo tem sucumbido aos efeitos do marketing e tem sido dominado por valores neoliberais nos principais destinos, o que diminui o poder do turismo enquanto força social, promotora da paz e do entendimento entre as pessoas. Mesmo que a maioria da literatura que aborda o turismo evoque o papel de criador de emprego e renda, parece ser ainda inconclusivo em relação a capacidade de promover desenvolvimento social por meio de ações inclusivas que vão muito além de aspectos econômicos, os quais, entretanto, são também importantes.

O modelo econômico que se configura nas regiões turísticas, principalmente nos países em desenvolvimento, onde os grandes empreendimentos fazem uso das economias de escala para aumentar a rentabilidade, a comunidade local tende a ficar à margem dos benefícios da atividade. É uma espécie de “inclusão disfarçada”, onde o indivíduo faz parte da cadeia produtiva do turismo, mas apenas como um elemento constitutivo, distante da tomada de decisões e das externalidades positivas geradas pela atividade. Por exemplo, em Zanzibar, na Tanzânia, Steck, Wood e Bishop (2010) estimaram que somente 10.2% da renda total do turismo é direcionada às pessoas mais pobres do lugar.

Os impactos do modelo de desenvolvimento do turismo instigam reflexões sobre a necessidade de mudar a lógica e de aperfeiçoar o desenvolvimento e a sociedade. Na busca da identificação dos problemas e eventuais soluções, esse trabalho analisa o desenvolvimento voltado às pessoas que se

caminha na contramão do desenvolvimento econômico e da valorização do capital, tendo como referência os direitos humanos, a economia solidária e o desenvolvimento à escala humana.

Portanto, o problema da pesquisa nessa investigação é verificar como conciliar as demandas substantivas da sociedade, tais como dignidade, igualdade, oportunidades de trabalho, salários justos e proteção ao meio ambiente com os interesses do capitalismo tão inerente à atividade turística. Além disso, outro problema merecedor de investigação é como a economia solidária, distributiva pode contribuir na promoção da conciliação dos interesses supracitados. Dessa forma, o objetivo do trabalho é discutir a necessidade de promover mudanças no turismo e na sociedade em busca de um desenvolvimento mais humano, as quais podem ser baseadas nas diretrizes da Economia Solidária. Metodologicamente, adota-se abordagem de caráter multidisciplinar, abrangendo as áreas de Turismo, Economia e Geografia.

O trabalho apresenta contribuições no campo teórico. A primeira contribuição é apontar novos caminhos para o desenvolvimento do turismo e da sociedade na qual está inserido, a partir de parâmetros que privilegiam o ser humano em todas as suas dimensões, evitando a promoção de uma “inclusão disfarçada” na cadeia produtiva do turismo. A segunda é ampliar a discussão e sobre economia solidária no turismo – atividade cada vez mais composta por grandes corporações de atuação internacional, com cobranças sociais. Por fim, a terceira contribuição teórica advém do fato de o trabalho capitalista não estar comprometido com o ser humano, mas com o capital, permitindo assim que a concepção teórica aqui apresentada seja instigante, visto ser encontrada em diversos contextos onde a atividade turística comunitária se desenvolve.

UMA PREOCUPAÇÃO TEÓRICA E PRÁTICA

O distanciamento da atividade turística de qualquer elemento de caráter social tem sido amplamente discutido nos últimos anos por Turner e Ash, 1975; Leiper, 1995; Cohen e Kennedy, 2000; Higgins-Desbiolles, 2006; Hall, 2007; Deery *et al.*, 2012; Wu *et al.*, 2013. Segundo Turner e Ash (1975), o turismo convencional tem provado ser ineficaz na promoção da igualdade e no posicionamento como aliado dos oprimidos. Para Wearing (2001), o turismo em economia de mercado explora os recursos naturais como meio de acumulação do lucro (...) a noção de ganhos ilimitados tem levado à exploração de comunidades, das culturas e do meio ambiente. Para Llewellyn Watson

e Kopachevsky (1994, p.643), “o turismo como dimensão sociocultural complexo da modernidade está sujeito aos mesmos princípios gerais da cultura de consumo capitalista”. Se todas as atividades econômicas são concentradoras de riqueza, por que o turismo deveria ser diferente? E como propor um turismo diferente?

O efeito do capitalismo sobre o modelo de desenvolvimento do turismo é que, como este é “inseparável dos espaços e lugares onde o mesmo é criado, imaginado, percebido e experimentado” (ATELJEVIC, 2000), ocorre descaracterizações em prol dos lucros imediatos dificultando as condições para a sustentabilidade (SWARBROOKE, 2000). Quanto a isso, Llewellyn Watson e Kopachevsky (1994), afirmam que os promotores do turismo devem ter o cuidado de não torná-lo uma “extensão da mercantilização da vida social moderna sob o capitalismo”. Portanto, a relação entre as características do capitalismo e o desenvolvimento do turismo com ênfase no ser humano e nas diversidades culturais é uma temática instigante, a qual será discutida neste trabalho.

DIREITOS HUMANOS E DIVERSIDADE CULTURAL NA BASE DO DESENVOLVIMENTO

A educação e o conhecimento são pilares do desenvolvimento que conformam a transformação produtiva com equidade e respeito aos direitos humanos na sociedade. Além disso, valorizam as diversidades culturais para outra concepção de desenvolvimento quando populações organizadas se descobrem e passam a ser protagonistas do processo de mudança, que pode ocorrer por meio de organização comunitária ou pela formação de capital social.

O capital social, em Bourdieu (1979), significa atributo individual e coletivo de distinção e de domínio dos membros de categorias privilegiadas e está apoiado no capital econômico de segurança material, no capital cultural, desde o manejo de idiomas e capacidade de constituição de relações sociais. Para explicação do desenvolvimento em escala humana, despreza-se o conceito de capital social, assim como o de empoderamento. São conceitos de teorias econômicas elitistas e modernizantes. Quando se sabe que o poder pode corromper e que ter poder é exercer autoridade e dominar a natureza e as pessoas, entende-se que empoderamento não pode ser diretriz, nem estratégia de desenvolvimento socioeconômico.

Desenvolvimento voltado para a escala humana que privilegie o ser humano e possibilite o desabrochar de potencialidades do sujeito, que assegure

subsistência, trabalho, educação e condições de vida digna aos cidadãos. Ao contrário da economia do ter, tenha como centro a economia do ser, traduzida em modelo de desenvolvimento centrado na pessoa, na cultura de cooperação, solidariedade e parceria.

À luz do pensamento de Foucault (1979) e Bourdieu (1979) verifica-se que em sociedade há jogo de forças, assim como entre poderes político, econômico, militar e social, quando governos, empresários, militares, e grupos sociais organizados formulam concepções diferenciadas de desenvolvimento, o que exige que se deem novos significados às expressões. A cultura passa a ser matriz dinâmica das formas de ser, estar, relacionar-se e perceber no mundo. Portanto, desenvolvimento não significa unicamente geração de riqueza ou aumento do Produto Interno Bruto (PIB) dos países, embora o crescimento e a distribuição menos desigual da riqueza material sejam decisivos para a qualidade de vida dos indivíduos.

Com relação às políticas culturais existentes, muitas delas não possuem agenda e definição próprias e sim associação com as agendas econômicas e sociais na aplicação de políticas públicas. As associações são prejudiciais às políticas culturais, pois roubam o que há de maior contribuição da cultura: formação de indivíduos com consciência crítica capazes de propor mudanças. A redução da dimensão política da cultura acontece via substituição do essencial pelo acessório: o caráter político por mecanismos de financiamento; com privilegiados em detrimento do amplo acesso universal da população à cultura.

Assim, cada vez mais, as políticas culturais instituem ações pautadas em público-alvo, sem preocupação com a formação humana. Quando os novos agentes da política cultural são departamentos de marketing e publicidade e grandes fundações culturais privadas, isso pode representar visão distante da ideia de cultura como via de desenvolvimento ou instrumento de democracia. Nesse caso, pode ocorrer ausência de espírito público e falta de visão crítica dos burocratas do governo, com visão restrita de apenas ampliar o acesso às políticas. Há que ser promovido o diálogo entre os sujeitos sociais e valorizado a diversidade e multiculturalidade.

Para compreensão da complexa teia dos processos sociais, especialmente os de larga escala, consideram-se interesses, instituições, agências e sujeitos de diversos campos sociais (ARIZPE, 2004). As redes, sobre as quais se constroem relações entre cultura e desenvolvimento, possuem especial complexidade no Brasil, país onde ocorre fusão do arcaico e moderno. Ao se tratar

historicamente o desenvolvimento pela matriz econômica, subestimam-se os papéis da cultura, enquanto espaço da produção de mitos, símbolos e metáforas, capazes de produzir categorias que, por sua vez, desempenham papel estratégico, na ressignificação do desenvolvimento. Assim, há que se “unir a memória de cultura com as teorias das ciências mais avançadas. Precisa-se juntar a ciência da modernidade com o saber tradicional” (ROCHA PITTA, 2005, p. 62).

Nesse panorama, o respeito e a proteção aos direitos humanos são bases essenciais para promoção do desenvolvimento social para que se possa construir uma sociedade humanizada, que assegure o necessário à vida digna dos cidadãos, tranquilidade no relacionamento social, com possibilidades de intercâmbios dos povos e na construção de bases confiáveis para a vida social e de uma sociedade sustentável.

As condições são imprescindíveis para a preservação da dignidade humana e oferecem bases sólidas para o desenvolvimento aceitável que respeita o direito de ser, direito ao trabalho, ao lazer, ao padrão de vida digno, à instrução, à liberdade e à participação. São normas jurídicas internacionais, exigências elementares de respeito à pessoa humana, e os estados são responsáveis pela garantia das condições da efetivação histórica. O sentido do Estado, na comunidade humana, é estar a serviço da garantia dos direitos humanos.

A possibilidade para o desenvolvimento de política econômica para o homem remete à necessidade do respeito os direitos individuais e sociais da pessoa humana. Direcionar o desenvolvimento para a escala humana é necessidade substancial. Sabe-se que só há desenvolvimento quando as ações atingem a sociedade com resolução de problemas básicos. Dowbor (1998, p.44), nessa mesma lógica, admite que “a humanização do desenvolvimento, ou a sua re-humanização, passa pela reconstituição dos espaços comunitários (...) e reconstrução da dimensão ética do desenvolvimento exigindo que para o ser humano o outro volte a ser um ser humano”.

Os direitos humanos têm composição histórica e isso significa que, dependendo do momento histórico, as disposições são diferenciadas. Assim, uma vez que as mudanças históricas, no que se refere às novas tecnologias, geram forte impacto na compreensão dos direitos humanos, também ampliam o seu conceito, seja nas formas de inclusão social via meios digitais, liberdades de expressão e de possibilidades de comunicação entre culturas.

O DESENVOLVIMENTO NA ESCALA HUMANA

Redirecionar o desenvolvimento para a escala humana significa adotar políticas que ocasionem trabalho, proteção social e ocupação para todos, bem como realizar atividades de revalorização do lugar e das pessoas, quando as atividades voltam-se ao desenvolvimento social e cultural do grupo e as atividades econômicas contribuem para que isso aconteça. E o turismo pode ser forma viável de conciliar os dois polos – crescimento do trabalho e bem-estar-social – pois precisa ser essencialmente um processo de valorização de pessoas, residentes e turistas.

Antes da análise do desenvolvimento na escala humana propriamente dita, Max Neef (1994, p.10), afirma que o ponto de partida para essa questão é não confundir o conceito de trabalho com o de emprego assalariado, ignorando os camponeses, as cooperativas informais e os trabalhadores voluntários, cuja difícil mensuração estatística poderia torná-los “invisíveis”. Os dados invisíveis aos olhos da economia clássica são importantes para o desenvolvimento humano, porque atendem à satisfação das necessidades populares. No entanto, o que na maioria das vezes ocorre é o desvirtuamento das cooperativas e o deboche do trabalho comunitário voluntário. Menospreza-se a tradição de solidariedade (BOFF, 1999).

Para a racionalidade técnica científica, o homem é um ser racional; para o desenvolvimento econômico, consumidor; para o desenvolvimento na escala humana, ele é sujeito histórico dotado de direitos e deveres inalienáveis, sujeito social que pode mudar o cotidiano e a história. Assim, cada proposta de desenvolvimento possui introjetada visão de homem e de sociedade desejada. Há que haver mudança da mentalidade na qual a economia deve estar a serviço do homem e não o contrário, para que esta retorne a uma de suas dimensões, a saber, a de estreitamento da realidade social com a política, cultura e educação. O desenvolvimento social sustenta-se na satisfação das necessidades humanas fundamentais, na geração de níveis crescentes da independência dos indivíduos, na articulação orgânica dos seres humanos com a natureza, com a tecnologia, a fim de que se integrem em processos globais, respeitando valores e comportamentos locais.

O desenvolvimento, para ser dito social precisa estar voltado para as necessidades humanas, tornar as pessoas independentes e habilitadas ao trabalho e para a vida comunitária. Implica o desenvolvimento dos indivíduos

como pessoa e como grupo, organizados como sociedade civil para se tornarem protagonista de seu desenvolvimento e de seu lugar.

Especificamente em relação ao desenvolvimento em escala humana, esse significa o crescimento das atividades econômicas por decisão e trabalho de todos, garantindo o atendimento das necessidades e a promoção do bem-estar social. Isso deve ser dito em virtude de que, na economia hegemônica, o trabalho e o desenvolvimento das atividades econômicas não dependem de decisão pessoal ou coletiva: pressupõem a relação entre componentes básicos das relações sociais de produção, a saber, capital, trabalho e Estado. Assim, o desenvolvimento na escala humana mostra que as relações sociais são mais importantes que as relações de produção, não interessando a acumulação e sim a distribuição e o bem-estar de todos.

Mesmo considerando a necessidade de indicadores de crescimento qualitativo e não apenas de indicadores econômicos, há que se diferenciar o “desenvolvimento em escala humana como crescimento de atividades econômicas por decisão e trabalho de todos”, da livre iniciativa baseada no consumo, ao qual se refere Gramsci (2012, p.21). A escala humana não seria volta ao *primitivismo* posto superado, mas a ruptura com a parte mais perversa do capitalismo, aquela voltada às necessidades humanas e não apenas aos excedentes e ao lucro. Portanto, necessita-se da criação de índices de realização dos desejos, de educação, de solidariedade, de realização humana, como sujeito da história de forma, pois, ainda que o mundo tenha sido levado a pensar que as necessidades humanas são infinitas, que variam de uma cultura para outra e a cada período histórico (MAX NEEF, 1994), as necessidades básicas são comuns a todos e finitas.

O que muda no tempo e nas culturas são as formas e os meios de satisfação dessas necessidades. O que está culturalmente determinado são as formas de satisfazer as necessidades, porque se é levado a abandonar as tradicionais pelas modernas. As necessidades humanas são existenciais – ser, ter, fazer e estar – e axiológicas, tais como a necessidade de subsistência, de proteção, de afeto, de entendimento, de participação, de ócio, de criação, de identidade, e de liberdade, e de espiritualidade (MAX NEEF, 1994).

As culturas são definidas pelo modo como satisfazem as necessidades. O que está culturalmente determinado não são as necessidades, mas suas formas de satisfação. Qualquer necessidade humana fundamental não satisfeita

revela pobreza humana, em sua variedade: de afeto, entendimento, participação, de bens materiais.

A pobreza produz e alimenta patologias individuais e coletivas como: angústia, depressão, violência, marginalidade, medo e isolamento. Satisfação de necessidade corresponde à perspectiva biológico/psicológica que procura encontrar pontos universais de justificação de comportamentos humanos.

A teoria e o discurso das satisfações das necessidades são lineares e simplistas, pois construídos fora da concepção de sujeitos sociais, sem os levar em conta; sem considerar interesses, sonhos, utopias, estratégias de realização. É certo que há populações que não atingem o mínimo de satisfação de necessidades básicas, ou se encontram “alienadas” e contra tais situações os cientistas sociais devem se mobilizar. Mas é certo também que não compete aos cientistas sociais definir o mínimo e o máximo do razoável na satisfação específica de cada povo e realidade.

O TURISMO E ECONOMIA SOLIDÁRIA

Contemporaneamente, muitas regiões turísticas – principalmente nos países em desenvolvimento – modelam-se no modo de vida urbano, industrial e realinhado celeremente à mundialização do capital, o que geralmente provoca consequências nefastas às camadas sociais mais pobres, como desemprego, aumento da pobreza e da violência.

Esse cenário certamente contribuiu para que a economia solidária possibilidade encontrar caminhos que possam mitigar a exclusão social, sendo a economia para tal, não simplesmente se contrapondo ao modelo econômico dominante e sim alcançando seu próprio espaço. A economia solidária tem atraído a atenção de vários pesquisadores desde a última década (LAVILLE e FRANÇA FILHO, 2004; GUTBERLET, 2009; BUZEK e SURDE, 2012; DACHEUX e GOUJON, 2012; LEMAÎTREL e HELMSING, 2012).

Segundo Dacheux e Goujon (2012, p. 207), “a economia solidária é, inicialmente, uma forma de unir as pessoas em um lugar específico, uma vez que a natureza do tecido social varia de acordo com a localização (...) a economia solidária incentiva a desenvolvimento do indivíduo através do desenvolvimento da coletividade da qual ele faz parte”.

A economia solidária, para Vainer (2000, p. 6), é uma tentativa de juntar coisas que se repelem e se opõem – economia e solidariedade. A sociedade em que domina a economia hegemônica é o mundo da competição, da

concorrência, da guerra de todos contra todos. Pensar solidariedade na sociedade capitalista parece contradição, mas também pode ser um emblema do mundo pós-moderno. Significa conceber projeto revolucionário que consiga subversão ao modelo econômico vigente. O que se diz economia solidária não consiste em modo definido e único de organização de unidades econômicas, mas processo multifacetado no qual se pode incorporar solidariedade, e busca de modelo econômico mais justo. A filosofia que anima e dirige a visão econômica solidária é a do desenvolvimento na escala humana, por tirar o foco do capital, embora não o ignorando, e centrar nas pessoas.

Trata-se de revolução social de caráter local ou municipal onde grupos e comunidades organizados compreendem que a grande revolução é criar mentalidade de colaboração, do associativismo. Habitantes de pequenas cidades, povoados, bairros e comunidades, ao assumirem a lógica consideram-se sujeitos capazes de interferir na realidade socioeconômica, adquirem cada vez mais forte protagonismo tanto na vida política, como na econômica, social e cultural. Assim se organizam em associações, em grupos atuantes formando movimentos sociopolíticos em busca de solução dos problemas locais referentes à falta de trabalho, de residências, de escolas, defesa ao meio ambiente, à cultura local, melhoria de subsistência das famílias locais.

A economia solidária organiza-se pelas relações de amizade, sustenta-se no companheirismo, favorecendo as relações sociais de reciprocidade e adota formas comunitárias de produzir e distribuir. As experiências comunitárias, na opinião de Gaiger (1998), mostram-se semelhantes às da economia camponesa, ou com o trabalho das antigas comunidades. Muito embora também os formatos jurídicos e graus de inovação no conteúdo das relações sejam variáveis e sujeitos à reversão, as práticas de autogestão e cooperação dão aos empreendimentos natureza singular, pois modificam o princípio e a finalidade da extração do trabalho excedente.

Portanto, o principal diferencial da Economia Solidária é a busca de soluções de forma coletiva ou solidária. Segundo Gadotti (2009, p.35) a “economia solidária é uma forma cooperativa e não competitiva de produzir e reproduzir nossa existência tem um componente educativo extraordinário”. A educação para a cooperação e para a autogestão é necessária para formar pessoas envolvidas com empreendimentos solidários, com cooperativas em que o benefício coletivo está entre as prioridades. Os espaços de solidariedade são regidos por outros fins, valores e práticas, daí por que a economia solidária é

estranha ao pensamento e à prática política neoliberal, inspira na crítica da economia política clássica e na busca de uma alternativa ao capitalismo. Torna-se difícil construir projeto de solidariedade social nos marcos da economia global, sendo possível na escala local, municipal, e em pequenos empreendimentos.

Os empreendimentos solidários são conduzidos pelas comunidades em benefício do coletivo. Zaoual (2008) adota a concepção de “sitio de perencimento”, mostrando que toda pessoa é territorializada, pois se aloca em lugares que são sítios urbanos, litorâneos e rurais. O *homo situs* vive em lugares e em organizações, e é nelas que interage, cria raízes, fazendo seu cotidiano. As comunidades são lugares onde mais facilmente o homem se situa por ser possível ao conhecimento do espaço e à convivência com todas as pessoas, contudo há cidadãos que se situam em espaços globais sem grandes problemas.

O cooperativismo para Vainer (2000) pode, em certas circunstâncias, oferecer a vivência, mesmo que limitada no espaço, do que pode ser outro modo de produzir e viver. É por isso que o analista fala de utopia experimental. A expressão é ambígua e contraditória: de um lado, porque utopia é uma coisa que não existe, é apenas sonho; de outro lado, porque sendo experimental é algo que existe e que se experimenta.

Nos projetos comunitários, a participação consciente dos envolvidos é responsável pelo sucesso de muitos empreendimentos. As pessoas participam efetivamente do grupo, se engajam e fazem acontecer o que vai sendo pensado coletivamente. As comunidades crescem à medida que encontram formas de desenvolvimento de ações que efetivem o crescimento do grupo, maior poder aquisitivo e do nível bem estar local. Com o amadurecimento do processo de entendimento e concepção da economia solidária, têm-se ampliado iniciativas solidárias – ainda que o modelo econômico e o sistema político vigente tente cooptar os líderes dessas iniciativas – com vários grupos espalhados em periferias das cidades, no espaço rural, litorais, e núcleos receptores de turismo de países ricos e pobres.

A relação entre turismo e economia solidária tem sido estudada por vários autores (ATELJEVIC, 2000; BLACKMAN, 2004; DANTAS *et al.*, 2010; GARD MCGEHEE *et al.*, 2012; DEERY, 2012; WU *et al.*, 2013). Daí dizer Dantas *et al.*, (2010, p.67), que “a inserção da economia solidária no turismo pode constituir uma valiosa ferramenta de combate à pobreza, mormente por meio do artesanato, na medida em que é capaz de servir de elo entre os benefícios advindos da atividade turística e a comunidade local”. A

Economia Solidária no turismo, em particular, trata-se de forma diferenciada de produzir enfrentando contradições da economia hegemônica, ou seja, ao invés de buscarem o lucro máximo dos investimentos, procuram distribuir o que é produzido, alcançando as condições para a subsistência de grupos, preocupando-se, em especial, com os valores humanos, culturais e ambientais. A compreensão é coletiva mobiliza grupos sociais capazes de mudar a realidade. É o que se presencia em diversas experiências de economia solidária e comunitária espalhadas pelo mundo (Tabela 1).

Author(s)	Experiences	Country
Barbosa e Gontijo (2012)	Projects qualifying and preparation for Solidarity Tourism	Brazil
Marques, J (2009)	Project of community-based solidarity tourism	Cabo Verde
Silva et al., (2011)	Tourism, economic solidarity and social inclusion in Porto de Galinhas	Brazil
Wang et al., (2010)	Local tourism participation	China
Hung Lee, T. (2013)	Project for sustainable tourism development	Taiwan
Fortunato (2013)	Project for solidary tourism in Vale do Jequitinhonha	Brasil
Iorio e Wall (2012)	Project locals' participation in tourism development.	Itália
Coriolano, Luzia Neide et al (2009)	Projeto de economia Solidária do Conjunto Palmeira em Fortaleza.	Brasil
Sampaio, Carlos Cioce. (2004)	Complexo Cooperativo de Mondragón	Espanha
Singer, Paul (2002)	Grameen Bank	Bangladesh

Tabela 1- Experiências de turismo comunitário e solidário
Fonte: CORIOLANO, L. N. e TAVARES, J. M.

Observa-se, portanto, práticas bem sucedidas de atividades turísticas, com características mais populares, voltadas ao desenvolvimento social e a maior distribuição da riqueza. Elas podem aparecer com nomes variados: “turismo comunitário”, “turismo de base local”, experiência de “economia solidária”, “turismo alternativo”, “turismo solidário” entre outras denominações. Mas o importante dos experimentos é vislumbrar possibilidades de aprendizagem, de comunicação e inclusão de pessoas e comunidades em ações positivas que o turismo pode dinamizar.

Há, contudo, discussão permanente sobre as contradições inerentes às atividades capitalistas que se estendem às atividades turísticas, ou seja, na geração de renda e oportunidades de trabalho, fazendo emergir problemas socioambientais (degradação das praias, especulação imobiliária, desmonte de dunas, poluição de recursos hídricos, aterros de lagoas e mangues, descaracterização cultural e exploração sexual de menores, desmantelamento das atividades tradicionais e de subsistência da população local), revelando a face predadora enquanto atividade capitalista.

A concentração espacial dos equipamentos turísticos e, por consequência de investimentos públicos, acentua desigualdades socioespaciais de processo histórico, constituindo problemas mais visíveis nas áreas urbanas, especialmente nas metrópoles nordestinas. São fatos vistos por muitos como fatores de exclusão social que não são negados, mas também não se generalizam, pois há outros modos de exploração do turismo não tão agressivos e, de certo modo, inclusivos positivamente.

CONCLUSÕES

A discussão apresentada nesse artigo contribui para mostrar que a economia solidária pode proporcionar novo modo de estabelecer relações, as mais diversas, na produção, no consumo, na autoestima das pessoas e no espaço urbano. Tais relações são visíveis por meio da organização da malha urbana, a formação de novas redes, construção de fixos e estabelecimento de fluxos com potencial de autogestão, no lugar.

A prática do desenvolvimento humano (MAX NEEF, 1994) se sustenta na satisfação das necessidades humanas, na autoindependência das pessoas, na articulação orgânica dos seres humanos com a natureza e tecnologia e interação da sociedade civil com o estado. E o desenvolvimento do turismo é potencialmente portador de benefícios para os municípios brasileiros de atração turística, resultado da criação de empregos diretos e indiretos e da ampliação dos circuitos de renda. Pode-se ver crescer as receitas tributárias e maior volume de recursos transferidos para municipalidade ou mesmo pelos investimentos realizados pela iniciativa privada. O turismo pode estimular iniciativas de reconhecimento de preservação e divulgação de patrimônios históricos, artísticos, culturais e ambientais com evidentes impactos positivos sobre a qualidade de vida dos residentes.

Além disso, permite também argumentar que a economia solidária se sustenta na satisfação das necessidades humanas fundamentais, na geração de níveis crescentes da independência dos indivíduos, na articulação orgânica dos seres humanos com a natureza, com a tecnologia, para se integrar nos processos globais respeitando valores e comportamentos locais.

A limitação do artigo em não remeter a exemplos empíricos foi proposital, por desejar apresentar apenas a referência teórica, mas os autores têm variados exemplos de empresários ligados ao trade turístico que tem desenvolvido ações de responsabilidade social e tomado medidas para a promoção do

turismo e de negócios que tem contribuído para o desenvolvimento humano da população onde as empresas turísticas se alocam, com indicação de empresas que tem realizado parcerias inteligentes com grupos periféricos e comunidades.

O artigo abre novas possibilidades de pesquisa não apenas para suprir a limitação supracitada como também identificar, por meio da análise de diversas experiências de economia solidária no turismo, quais são os fatores comuns ao sucesso e ao fracasso presentes nessas experiências – questão importante para o entendimento da temática.

REFERÊNCIAS

- ARIZPE, L. *As dimensões culturais da transformação global: uma abordagem antropológica*. Brasília: UNESCO, 2004.
- ATELJEVIĆ, I. Circuits of tourism: stepping beyond the 'production/consumption' dichotomy. *Tourism Geographies*, 2(4), 369-388, 2000.
- BARBOSA, M. F. P., GONTIJO, B. M. Perspectiva Libertária do Desenvolvimento e sua Relação com o Turismo em Capivari/Serro (MG). *Revista Paranaense de Desenvolvimento*, 123, 279-302. 2012.
- BLACKMAN, A., FOSTER, F., HYVONEN, T., JEWELL, B., KUILBOER, A., MOSCARDO, G. Contributing to Successful Tourism Development in Peripheral Regions. *Journal of Tourism Studies*, 15(1), 59-70. 2004.
- BOFF, L. *Saber Cuidar. Ética do Homem – Compaixão da Terra*. Petrópolis: Vozes, 1999.
- BOURDIEU, P. *La distinction: critique sociale du jugement*. Paris, Les éditions de minuit, 1979.
- BROHMAN, J. New directions in tourism for Third World development. *Annals of Tourism Research*, 23(1), 48-70. 1996.
- BUZEK, J., SURDEJ, A. Paradigm lost, paradigm rediscovered?: Prospects for the development of solidarity-oriented economy in post-communist Poland”, *International Journal of Sociology and Social Policy*, 32(1/2), 56-69. 2012.
- COHEN, R., KENNEDY, P. M. *Global de Sociologia*. Robin editora New York, 2000.
- CORIOLOANO, Luzia Neide et al. *Arranjos produtivos Locais do Turismo Comunitário. Atores e Cenários em Mudança*. Fortaleza, EdUECE, 2009.
- DANTAS, A. V. S., MACEDO, R. F., MEDEIROS, V. C. F. A., COSTA, F. C. Economia solidária e turismo: um estudo comparativo nos municípios de Natal/RN e Recife/PE. *Caderno Virtual de Turismo*, 10(2), 65-78. 2010.
- DACHEUX, E., GOUJON, D. The solidarity economy: an alternative development strategy? *International Social Science Journal*, 62, 203-204. 2012.
- DEERY, M., JAGO, L., FREDLINE, L. Rethinking social impacts of tourism research: A new research agenda. *Tourism Management*, 33(1), 64-73. 2012.
- DOWBOR, L. *A Reprodução Social*. Proposta para uma gestão descentralizada. Petrópolis: Vozes, 1998.

- DANTAS, A. V. S., MACEDO, R. F., MEDEIROS, V. C. F. A., COSTA, F. C. Economia solidária e turismo: um estudo comparativo nos municípios de Natal/RN e Recife/PE. *Caderno Virtual de Turismo*, 10(2), 65-78. 2010.
- DEERY, M., JAGO, L., FREDLINE, L. Rethinking social impacts of tourism research: A new research agenda. *Tourism Management*, 33(1), 64-73. 2012.
- FORTUNATO, R. A. Meetings in the field of solidarity tourism of Vale do Jequitinhonha (Minas Gerais, Brazil) *Turismo & Sociedade*, 6(1), 104-123. 2013.
- FOUCAULT, M. Soberania e disciplina. In: *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Graal, 1979.
- GADOTTI, M. *Economia solidária como práxis pedagógica*. São Paulo: Ed e Livraria Instituto Paulo Freire, 2009.
- GAIGER, L.I. et al. A Solidariedade como alternativa econômica para os pobres. *Contexto e Educação*, n. 50. 1998.
- GARD MCGEHEE, N., SEUNGWOO, L., O'BANNON, T., PERDUE, R. Tourism-related Social Capital and Its Relationship with Other Forms of Capital: An Exploratory Study. *Journal of Travel Research*, 49(4), 486-500. 2012.
- GRAMSCI, A. *Poder, política e partido*. SADER, Emir (org.). São Paulo: Expressão Popular. 2012.
- GUTBERLET, J. Solidarity economy and recycling co-ops in São Paulo: micro-credit to alleviate poverty. *Development in Practice*, 19(6), 737-751. 2009.
- HIGGINS-DESBIOLLES, F. More than an “industry” The forgotten power of tourism as a social force. *Tourism Management*, 27, 1192-1208. 2006.
- HIGGINS-DESBIOLLES, F. Resisting the hegemony of the market: Reclaiming the social capacities of tourism. In S. McCabe, L. Minnaert and A. Diekmann (Eds). *Social tourism in Europe: theory and practice*. Bristol, UK: Channel View, UK. 2011.
- HUNG LEE, T. Influence analysis of community resident support for sustainable tourism development. *Tourism Management*, 34, 37-46. 2013.
- IORIO, M., WALL, G. Behind the masks: Tourism and community in Sardinia. *Tourism Management*, 33(6), 1440-1449. 2012.
- LAVILLE, J-L., FRANÇA FILHO, G. C. *Economia solidária: uma abordagem internacional*. Porto Alegre: UFGM, 2004.
- LEIPER, N. *Tourism Management*. Collingwood, VIC: TAFE Publications, 1995.
- LEMAÎTRE1, A., BERT HELMSING, A. H. J. Solidarity economy in Brazil: movement, discourse, and practice analysis through a polanyian understanding of the economy. *Journal of International Development*, 24(6), 745-762. 2012.
- LLEWELLYN WATSON, G., KOPACHEVSKY, J.P. Interpretations of tourism as commodity. *Annals of Tourism Research*, 21(3), 643-660. 1994.
- MARQUES, J. *Para além da filantropia: contributos do Turismo Solidário para o Desenvolvimento Comunitário*. Dissertação (Mestre em Economia Social e Solidária). Departamento de Economia, Instituto Universitário de Lisboa, Lisboa, Portugal, 2009.
- MAX NEEF, M.A. *Desarrollo a escala humana*. Barcelona: Icaria Editorial, 1994.

- MCCABE, S., JOHNSON, S. The happiness factor in tourism: subjective well-being and social tourism. *Annals of Tourism Research*, 41, 42-65. 2013.
- NUÑEZ, O. Os Caminhos da Revolução e a Economia Solidária. *Revista Proposta*. n. 75. Dez/ fev. de 1997/1998. Disponível em: <www.alternex.com.br>: 23 junho 2013.
- ROCHA PITTA, D. P. *Ritmos do Imaginário*. Recife: Editora da UFPE, 2005
- SAMPAIO, C. A. C. *Desenvolvimento Sustentável e Turismo*. Blumenau: EdiFURB, 2004.
- SCHEYVENS, R., MOMSEN, J. Tourism and poverty reduction: issues for Small Island States". *Tourism Geographies*, 10(1), 22-41. 2008.
- SILVA, J. P., JESUS, P., FONSECA, J. M. Turismo, economia solidária e inclusão social em Porto de Galinhas, PE. *Caderno Virtual de Turismo*, 11(3), 325-340. 2011.
- SINGER, P. *Introdução à economia solidária*. São Paulo, Fundação Perseu Abramo, 2002.
- STECK, B., Wood, K., Bishop, J. Tourism More Value for Zanzibar: Value Chain Analysis: Final Report, February. Zanzibar: VSO, SNV and ZATI, 2010.
- SWARBROOKE, J. *Turismo Sustentável, Meio Ambiente e Economia*. São Paulo: Aleph, 2000.
- TURNER, M. A. The Best of Wishbone Ash: 1975. www.Wishboneash.co.uk
- UNWTO. *Tourism Highlights* 2013 Edition, 2013.
- VAINER, C. Controle político dos miseráveis ou utopia experimental? In: *Unitrabalho*. N.10 Ano 3. Janeiro, 2000.
- WANG, H., YANG, Z., CHEN, L., YANG, J., LI, R. Minority community participation. In: *Tourism: A case of Kanas Tuva villages in Xinjiang, China*. *Tourism Management*, 31(6), 759-764. 2010.
- WEARING, S.L. *Volunteer Tourism: Challenging Consumerism in Tourism*, *Environmental Awareness*, 24(3), 99-106. 2001.
- WOOD, STECK B, K., BISHOP, J. Tourism More Value for Zanzibar: Value Chain Analysis: Final Report, February. Zanzibar: VSO, SNV and ZATI, 2010.
- WU, L., ZHANG, J., CHIKARAIISHI, M. Representing the influence of multiple social interactions on monthly tourism participation behavior. *Tourism Management*, 36, June, 480-489. 2013.
- ZAOAL, H. *Globalização e diversidade cultural*. São Paulo, Cortez, 2008.

Equipamentos públicos de lazer e terceira idade: uma possibilidade para o desenvolvimento turístico no município de Parelhas/RN?

Itamara Lúcia da Fonseca¹
Wilker Ricardo de Mendonça Nóbrega²

INTRODUÇÃO

O ritmo acelerado de vida imposto pela sociedade tem levado a população do Brasil a buscar novas experiências e atividades que não lhes imponham obrigações ou deveres. Esta busca, marcada pela necessidade do lazer, não se expressa apenas pelas condições de vida dos indivíduos jovens e adultos, mas também pela sociedade denominada por terceira idade. Nesse sentido, o lazer com um fenômeno dinâmico, se revela também como uma alternativa valiosa para o desenvolvimento pessoal e social dos idosos através de atividades diferenciadas que compõem esta prática, uma vez que nesta fase da vida os indivíduos estão mais propensos a apresentarem limitações físicas e psicológicas.

Ao longo dos últimos anos, os espaços e equipamentos públicos de lazer das cidades vêm se caracterizando gradativamente como locais constantes de escolha dos indivíduos para a realização das mais diversas atividades tais como: caminhadas, ginástica ao ar livre, corridas, entre outros, contudo, a existência desses espaços vem sendo comprometida devido ao processo de urbanização crescente, dificultando assim a qualidade de vida das pessoas que utilizam tais locais. O pesquisador Muller (2008, p. 25) considera que “o espaço de lazer tem uma importância social, por ser um espaço de encontro e de convívio”, no qual às pessoas da terceira idade que não possuem acesso a

1 Bacharel em Turismo pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). itamaralf@hotmail.com

2 Bacharel em Turismo pela Universidade Federal do Pará (UFPA), Mestre em Cultura e Turismo (UESC/UFBA), Doutor em Ciências Socioambientais (NAEA/UFPA). Professor e coordenador do Programa de Pós-Graduação em Turismo da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN).wilkernobrega@yahoo.com.br

opções variadas de lazer, têm a oportunidade através desses espaços de vivenciar novas e prazerosas experiências recreativas. Assim, o papel desempenhado pelos espaços públicos de lazer nas cidades não deve se restringir apenas a promover momentos de descontração, mas também servirem como incentivo para a uma maior participação social de todas as faixas etárias da população, principalmente dos idosos que são alvos constantes de ações excludentes por parte da sociedade.

Face ao exposto, vale destacar que o município de Parelhas, especificamente na sede municipal (sede), aparece no último censo demográfico de 2010, como o terceiro município do Estado do Rio Grande do Norte com maior índice de envelhecimento com o percentual de 104,8%, atrás apenas dos municípios de Mossoró/RN (sede) com o índice de 116,15%, e Natal/RN (Bairro de Petrópolis) com 114% (IBGE, 2010).

Com base nesses dados apresentados, o objetivo principal deste trabalho foi analisar as contribuições do lazer dentro do processo de inserção social da terceira idade nos espaços e equipamentos públicos de Parelhas. Para isso, também foram realizados estudos como: 1) a identificação dos principais equipamentos de lazer existentes na localidade; 2) o grau de adaptabilidade dos espaços e equipamentos públicos de lazer utilizados pelos idosos da cidade através da Norma Brasileira (NBR 9050) da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) e; 3) a realização de um diagnóstico preliminar do quadro atual de gestão dos espaços públicos existentes destinados ao lazer no município de Parelhas/RN.

A metodologia foi construída a partir das produções teóricas pertinentes à discussão do fenômeno do lazer e a dinâmica dos espaços públicos voltados a esta atividade, buscando atrelá-los ao processo de desenvolvimento do público da terceira idade. Paralelo a isso, foram realizadas entrevistas semiestruturadas junto aos idosos do município a fim de se obter dados no que concerne a satisfação deste público para com os equipamentos e espaços de lazer disponibilizados no município.

No tocante as discussões da terceira idade, buscou-se apresentar dados relevantes à evolução demográfica deste segmento etário no Brasil, a partir dos indicadores sociais apontados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2010), além da utilização de registros fotográficos dos principais espaços e equipamentos públicos para uma melhor compreensão da temática discutida.

A pesquisa foi realizada no período de setembro a novembro de 2011. Na ocasião, foram aplicados formulários para coleta de dados em campo, tendo como universo de pesquisa três secretarias municipais, a saber: de Turismo; de Obras e Serviços Urbanos; e Assistência Social. Com relação às técnicas utilizadas, foi utilizada uma amostragem não probabilística por julgamento junto aos órgãos públicos. Já se tratando do público da terceira idade, foi utilizada uma amostragem não probabilística por conveniência em um total de 29 idosos. A intenção em relação ao público da terceira idade foi de identificar a percepção e satisfação desta faixa etária para com os espaços públicos de lazer oferecidos na cidade.

A pesquisa permitiu afirmar que o lazer, como uma prática dinâmica composta por várias atividades, contribui significativamente para o desenvolvimento da terceira idade, a partir das diversas opções lúdicas que dispõe seu universo podendo assim, influir diretamente na melhoria da qualidade de vida dos idosos.

LAZER E TERCEIRA IDADE: ALGUMAS CONSIDERAÇÕES TEÓRICAS

A busca da sociedade pelo lazer está relacionada diretamente as relações de trabalho e hábitos cotidianos dos indivíduos, o que o leva a ser considerado como uma necessidade fundamental a um bom desempenho físico e psicológico. Contudo, a origem do lazer é objeto constante de discussões por parte de diversos autores, que apontam variadas definições e concepções acerca da temática na tentativa de apresentar registros consistentes de seu surgimento e desenvolvimento ao longo dos anos, apesar de não existir um consenso sobre seu significado, o lazer apóia-se teoricamente principalmente no arcabouço dos estudos da sociologia para fundamentar-se.

Na perspectiva da sociologia, vale destacar as concepções do escritor brasileiro Nelson Carvalho Marcellino e do sociólogo francês Joffre Dumazedier que consideram que o desenvolvimento do lazer se deu a partir da criação da sociedade industrial e do progresso técnico existente a partir da relação complementar entre os campos histórico e cultural (DUMAZEDIER, 2004). Nesse contexto, o lazer como um resultado do processo industrial, o autor defende que para que o lazer se tornasse acessível para todos os trabalhadores, duas condições essenciais se estabeleceram na época: o tempo livre e as atividades da sociedade desmembradas das regras e obrigações imposta pela comunidade; e o destaque do trabalho profissional separado do tempo livre

nas sociedades industriais e pós-industriais (DUMAZEDIER, 1999). Com relação a estas ponderações, Marcellino (2001) citado por Bertini (2005) também compartilha da ideia de que o surgimento do fenômeno do lazer partiu dos avanços tecnológicos provenientes da Revolução Industrial. Sendo assim, Dumazedier (2004, p. 34) afirma que:

O lazer é um conjunto de ocupações as quais o indivíduo pode entregar-se de livre vontade, seja para repousar, seja para divertir-se, recrear-se, entreter-se ou ainda para desenvolver sua informação ou formação desinteressada, sua participação social voluntária ou sua livre capacidade criadora após livrar-se ou desembaraçar-se das obrigações profissionais, familiares e sociais.

Desse modo, é perceptível que o lazer está voltado para a liberdade de escolha do indivíduo em vivenciar algum tipo de atividade que não inclua a responsabilidade ou a ocupação obrigatória, podendo assim ser o ato de conversar com os amigos, jogar, viajar, descansar ou realizar qualquer ação que seja conveniente para ele. Por outro lado, Marcellino (1987, p. 31) entende o lazer como sendo:

A cultura – compreendida no seu sentido mais amplo – vivenciada (praticada ou fruída) no “tempo disponível”. O importante como traço definidor, é o caráter “desinteressado” dessa vivência. Não se busca, pelo menos fundamentalmente, outra recompensa além da satisfação provocada pela situação. “A disponibilidade de tempo” significa possibilidade de opção pela atividade prática ou contemplativa.

Esta definição em comparação com a do sociólogo francês Joffre Dumazedier, apresenta outro ponto importante do lazer que é o aspecto cultural, um dos fatores mais determinantes dessa prática, pois responde pela forma particular de efetivar o fenômeno variando de país para país, conforme o nível econômico, o sexo, a idade entre outras variantes, no qual afirma ainda que “não é possível se entender o lazer isoladamente, sem relação com outras esferas da vida social. Ele influencia e é influenciado por outras áreas de atuação, numa relação dinâmica” (MARCELLINO, 2006, p. 15).

Assim, analisando-se tais considerações, e sintetizando alguns pontos chave, identificou-se alguns aspectos em comum compartilhados por estes dois estudiosos como a concepção que aponta o surgimento do lazer, e a convicção da importância desta prática no desenvolvimento social de todas as parcelas da

população. Desse modo, o lazer se torna uma alternativa valiosa para o preenchimento do tempo e das necessidades dos indivíduos, o que é fundamental observar, pois na medida em que a maturidade e a independência marcada pela desobrigação profissional se tornam consequências advindas do processo de envelhecimento, o surgimento de um novo perfil dos idosos se constrói gradativamente, assumindo novas posturas e valores diante da sociedade.

No Brasil, as conceituações acerca da chamada terceira idade, podem ser encontradas sob uma série de visões e estudos que estipulam definições e demais concepções mediante a atual realidade deste grupo no país. A Política Nacional do Idoso, por exemplo, na lei nº 8.842 elaborada no ano de 2004, define em seu artigo 4º como pessoa idosa, aquela que apresenta idade igual ou superior a 60 anos. Já os autores Sena e Guzman (2008, p.43) consideram que:

A terceira idade foi associada à idade do lazer, sendo o início dela muito relativo, dependendo da subjetividade de quem o define em função de diversos fatores: sociais, culturais, políticos e econômicos. A velhice passou a ser representada como uma fase a ser aproveitada e, em sua esteira, concebeu-se a ideia de aposentadoria ativa a partir da imagem de que a vida começa aos sessenta anos.

Desse modo, a expressão “terceira idade” constitui-se em uma das abordagens mais apropriadas de se retratar a este grupo social, ainda que outras formas de expressão estejam sendo utilizadas constantemente como, por exemplo, “melhor idade”. Outro conceito é apresentado pelos autores Silva, Kushano e Ávila (2008), eles definem terceira idade como um determinado período da vida, no qual os indivíduos são privilegiados em relação a um maior tempo livre em consequência da redução de suas obrigações profissionais.

Assim, mediante a estas importantes considerações, a Pesquisa Nacional por Amostras de Domicílios - PNDA 2009 aponta que o número de idosos no país era de 21 milhões de pessoas com 60 anos ou mais de idade, este índice, apoiado nas baixas taxas de fecundidade, e em outros fatores como o avanço da tecnologia, fizeram com que essa faixa etária se apresentasse como um dos grupos sociais mais significativos no país. Nesse sentido, a fim de se compreender melhor este crescimento, apresenta-se a evolução desta faixa etária expressa nos números do IBGE no gráfico a seguir:

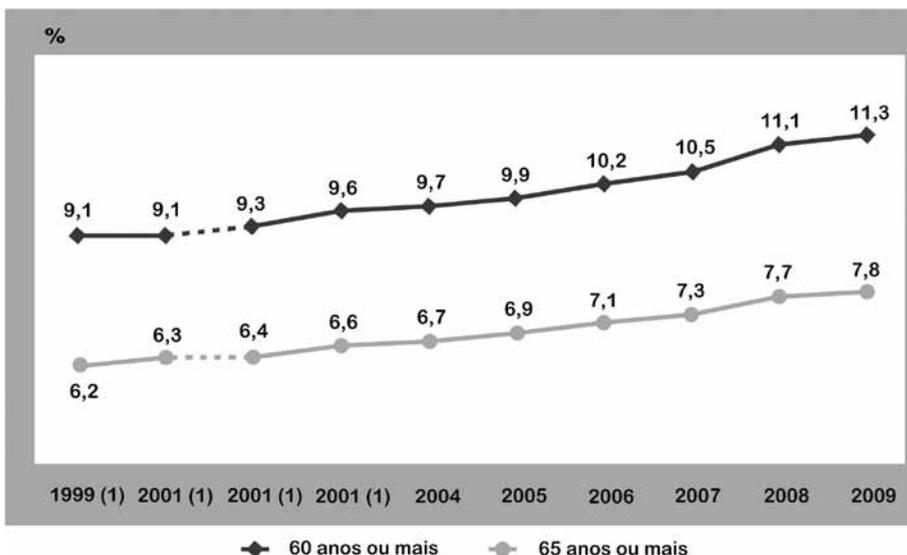


Gráfico 01: Proporção de idosos de 60 anos ou mais e de 65 anos de idade – Brasil – 1999/2009
 Fonte: IBGE, (2010)

Analisando o quadro acima, pode-se perceber que no ano de 1999, a população idosa (60 anos) até então com um percentual relativo de 9,1%, obteve um significativo aumento no ano de 2009, passando deste percentual para 11,3%. Já em relação aos indivíduos com 65 anos ou mais, nota-se também um crescimento relativo considerável nestes mesmos anos passando de 6,2% para 7,8% o que demonstra uma evolução desta faixa etária no território brasileiro. Contudo, as pessoas deste grupo apesar de estarem em crescimento, como demonstrado anteriormente, e estarem geralmente amparados financeiramente pelos diversos programas federais, estão sujeitos a retornarem ao mercado de trabalho em empregos não tão compensatórios, como os chamados “bicos”, enquanto que paralelamente, a remuneração após a aposentadoria fica bastante comprometida com gastos característicos da velhice, tais como medicamentos, cuidados especiais, auxílio a filhos, netos, entre outros.

Frente a isso, e considerando o crescimento demográfico deste segmento, percebe-se que a oferta de espaços públicos que contemplem o exercício do lazer nas cidades é uma importante iniciativa do ponto de vista da infraestrutura local, como afirma Figueiredo (2008) quando destaca a relevância dos espaços públicos como áreas de sociabilidade e de lazer nas cidades, pois, defende que estes agregam valores diferenciais da natureza contrapondo-se aos demais espaços artificiais possibilitando à prática de atividades diferenciadas

do cotidiano da população. É importante destacar a gravidade das consequências advindas do processo de urbanização dos grandes centros, pois as cidades estão se tornando cada vez mais saturadas e o crescimento desordenado vem provocando uma série de problemas urbanos como a redução de áreas verdes e até mesmo de espaços de lazer.

APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

O município de Parelhas/RN está situado na mesorregião central potiguar e na microrregião seridó oriental, composto de acordo com os dados do censo demográfico do IBGE 2010, por aproximadamente 20.354 habitantes, sendo 17.084 moradores da zona urbana e 3.270 da zona rural, tendo como economia de base a produção ceramista, a agricultura, o comércio e a extração e comercialização de minérios.

Desse modo, dada à relevância de se conhecer a percepção do público da terceira idade quanto à importância do lazer nos espaços e equipamentos públicos da referida cidade, buscou-se de antemão apresentar alguns dados extraídos dos formulários respondidos pelos idosos do município baseado em uma pesquisa descritiva com amostragem por conveniência compreendida no universo de 29 idosos distribuídos da seguinte forma: 09 integrantes da Associação do Clube da Terceira Idade, e 20 frequentadores dos espaços de lazer, que serão apresentados mais adiante. A pesquisa em questão buscou também verificar se os espaços e equipamentos públicos de lazer da localidade atendem as necessidades sociais dos idosos do município, a partir da análise da satisfação quanto à oferta dos locais.

Nesse contexto, após a coleta de dados verificou-se uma diferença considerável de gêneros entre os idosos frequentadores dos espaços, o que evidenciou uma maior presença do público feminino mediante o percentual de 76% em comparação a 24% do público masculino, o que aponta um maior interesse deste primeiro gênero pelo exercício do lazer. Desse modo, percebeu-se também que o índice de escolaridade dos idosos entrevistados revela o baixo grau de conhecimento e informação dos mesmos, pois 86% afirmaram possuir apenas o ensino fundamental incompleto, sendo o restante da porcentagem distribuída entre analfabeto (4%), analfabeto funcional (4%), ensino médio incompleto (3%) e superior (3%).

Em relação ao nível de renda dos idosos, identificou-se que a maioria se encontra aposentada, de maneira que 93% enquadraram-se no nível de renda

com apenas 01salário mínimo, 4% assinalaram dois salários e 3% responderam receber mais de dois salários mínimos. Frente a isso, pode-se dizer que o fator monetário é um dos elementos mais decisivos na escolha por determinado tipo de lazer, uma vez que uma maior renda possibilita melhores condições de se praticar atividades que contemplam o lazer em locais privados que geralmente oferecem serviços diferenciados aos clientes. No caso dos idosos do município de Parelhas, o que se pôde perceber é a dependência dos indivíduos para com os espaços e equipamentos construídos na localidade, fato este reforçado pelas respostas referentes aos tipos de espaços frequentados pelos idosos para fins de lazer na cidade, onde 97% dos entrevistados afirmaram utilizar os espaços e equipamentos públicos locais, sendo os mais usuais para a prática o Calçadão, a Academia da Terceira Idade e a Praça José Arnaldo Medeiros (Praça da Rodoviária).

A pesquisa também identificou a quantidade de idosos que possuem dificuldades no uso destes espaços sendo assim, 66% afirmaram não possuir nenhum tipo de dificuldade, no entanto, 34% responderam que existem alguns entraves que interferem no uso dos espaços e equipamentos como: o acesso, à distância, a ambientação dos espaços, a falta de incentivo para prática de atividades físicas e de lazer, a dificuldade de manejo dos equipamentos da academia ao ar livre, e a grande quantidade de pessoas (inclusive jovens) que também praticam atividades nos locais. Desse modo, tais fatores impeditivos interferem também no processo de inclusão social dos idosos, pois comprometem o envolvimento e participação dos indivíduos nas atividades exercidas pelas demais faixas etárias, influenciando muitas vezes para o enclausuramento destas pessoas em suas residências.

Com relação ao questionamento referente ao grau de satisfação dos idosos quanto à oferta de espaços e equipamentos voltados a terceira idade no município, no qual dispunha de quatro opções fechadas de resposta correspondente a ruim, regular, bom e excelente seguidas de justificativa, constatou-se que 83% dos entrevistados estão parcialmente satisfeitos com os espaços e equipamentos de lazer, em virtude de vários aspectos como: o ambiente agradável dos espaços, a oferta existente que antes não fazia parte da configuração do local, o amplo espaço do calçadão e das praças, o sentimento de valorização, o conforto dos idosos em praticar atividades nos locais, a possibilidade de inserção social através dos espaços, a diversão, o lazer e a prática de exercícios físicos. Já 17% classificaram a satisfação como regular, por acreditar que

deveriam ser construídos mais espaços específicos para atender as necessidades sociais da terceira idade.

Assim, como última questão solicitou-se sugestões de possíveis ações de infraestrutura a serem desenvolvidas pelo poder público local da cidade para melhorar a qualidade de vida da terceira idade. Em resposta, apenas 17 idosos sugeriram alguma ação e 12 não souberam opinar sobre o assunto. O quadro a seguir apresenta uma síntese das sugestões dadas pelos idosos:

1. A contratação de pessoas capacitadas para incentivar e ajudar aos idosos na prática de exercícios físicos;
2. A ampliação dos espaços de lazer;
3. Maior assistência do poder público local no desenvolvimento de atividades de lazer;
4. Realização de ações assistenciais que contribuam para o processo inclusão social dos idosos na sociedade; e
5. Maior controle da demanda nos espaços e equipamentos públicos da cidade.

Quadro 1. Sugestões do público idoso acerca das ações para melhoria da qualidade de vida em Parelhas.
Fonte: Dados da pesquisa (2011).

A síntese dos resultados acima apresentados aponta que as atividades físicas são encaradas como as principais formas de lazer da população desta faixa etária no município, pois intermediam a diversão, o entretenimento e o contato diário com outros idosos e pessoas nos espaços públicos da cidade que são palco deste processo de desenvolvimento social.

Os espaços estudados foram o Calçadão, a Academia Pública e a Praça José Arnaldo de Medeiros. No primeiro espaço, denominado como “Calçadão”, inaugurado no dia 25/12/2010, observou-se a partir do que é apregoado pela NBR 9050 de 2004, que este possui rampas adequadas para pessoas com mobilidade reduzida e deficientes físicos, o que mostra que sua reforma e revitalização foram concebidas em conformidade com a referida norma no que concerne a circulação e acesso de pessoas com algum tipo de incapacidade (ver figura n.º 02).



Figura 01: Rampa de Acesso do Calçadão.
Fonte: FONSECA, I. (2011).

Na passagem para algumas rampas do Calçadão, existem também as faixas de pedestre que contribuem para o deslocamento mais seguro dos idosos até chegar ao espaço propriamente dito. A NBR 9050 sugere que os rebaixamentos das calçadas devem seguir o exemplo apresentado na figura n.º 03.

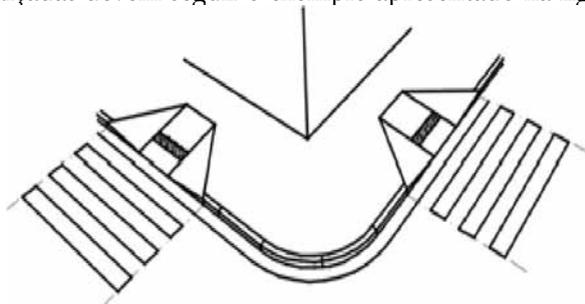


Figura 02: Rebaixamento de Calçada do calçadão. Fonte: ABNT, NBR 9050 (2004).



Figura 03: Rampa de Acesso e faixa de pedestre. Fonte:FONSECA, I. (2011).

Nesse sentido, tal dimensionamento pode ser identificado na figura 04, portanto, é necessário ressaltar que não existe nenhum tipo de sinalização no qual o pedestre idoso possa se basear para realizar a travessia de um lado para o outro da avenida apenas a sinalização tátil presente nos pisos laterais do local. Ainda com base na figura 04, é possível observar que o piso apresentado não obedece às descrições normativas estabelecidas na NBR 9050 da ABNT, pois é totalmente constituído por um tipo de cerâmica com formato ondulatório, no qual a associação recomenda o uso de superfícies que não causem a sensação de insegurança, como é o caso deste tipo de piso estampado, que por ter cores contrastantes pode causar impressão de tridimensionalidade e movimento para os idosos que caminham ou que praticam outras atividades. Contudo, há o piso tátil que reveste toda a lateral do calçadão, facilitando a circulação dos deficientes visuais, assim como dos próprios idosos por demarcar os limites do referido espaço.

Tratando-se do segundo espaço analisado, isto é, a “Academia da Terceira Idade”, que se localiza no mesmo espaço do calçadão, mas que ao contrário deste não se encontra identificada na NBR 9050 com determinações ou critérios de uso, acredita-se que apesar de se tratar de um equipamento no qual em sua própria designação se apresenta como direcionado a terceira idade, não se encaixe como específico para esta faixa etária frente à ausência normativa deste equipamento na ABNT (Ver Figura nº 05 e 06).



Figura 04: Academia da Terceira Idade. Fonte: FONSECA, I. (2011).



Figura 05: Academia da Terceira Idade. Fonte: FONSECA, I. (2011).

Para o uso adequado destes equipamentos por parte dos idosos, há um instrutor com formação superior em educação física que orienta e auxilia durante a realização das atividades físicas, porém, foi evidenciada em meio à pesquisa de campo a necessidade de contratação de mais profissionais atuando neste espaço.

O último espaço analisado foi a “Praça José Arnaldo de Medeiros” situada no Bairro Maria Terceira, que conta com um amplo espaço para a realização de shows, caminhadas e esportes como o vôlei e futebol.

Em relação ao acesso, verificou-se que o local, assim como o calçadão, possui várias rampas que possibilitam a passagem de deficientes e pessoas com mobilidade reduzida revestidas de piso tátil (ver Figura nº 07).



Figura 06: Rampa da Praça José Arnaldo de Medeiros. Fonte: Fonseca, I. 2011.



Figura 07: Praça José Arnaldo de Medeiros. Fonte: Fonseca, I. 2011.

Observando a figura 08, identificou-se que a praça tem seu espaço construído com superfícies antiderrapantes, que contribuem para uma caminhada tranqüila e segura dos idosos, no entanto não possui nenhum tipo de sinalização ou travessia para pedestres, o que é mais que necessário tendo em vista a grande movimentação de veículos no local, contudo não só esta questão interfira no uso do espaço como também a grande quantidade de pessoas transitando no local, fato este mencionado pelos idosos entrevistados. Em relação ao piso tátil, o piso antiderrapante e as rampas, verificou-se que a Praça José Arnaldo de Medeiros está condizente com as normas estabelecidas pela NBR 9050, no que se refere ao acesso de pessoas com mobilidade reduzida, contudo para os deficientes acredita-se que seja necessária uma melhoria na infraestrutura a partir de maiores adaptações para este tipo de público.

Nesse sentido, pode-se dizer que as atividades exercidas pelos idosos do município de Parelhas vinculam-se diretamente as funções do lazer analisadas pelo sociólogo francês Joffre Dumazedier, que são: o descanso, a diversão, a recreação, o entretenimento e o desenvolvimento. Pois se pôde identificar que o lazer para este segmento possibilita a junção de todas essas variáveis, sendo assim uma das grandes vertentes responsáveis pela melhor disposição e qualidade de vida da faixa etária, no qual suas práticas possuem também ligação estreita com os conteúdos de interesse sociais e físicos apresentados pelo estudioso Nelson Carvalho Marcellino.

Portanto, apesar de se notar que os espaços públicos apresentados neste trabalho possuem aspectos relativamente adequados ao acesso e uso desta faixa etária, estando aprovados na opinião dos idosos entrevistados, acredita-se que as variáveis escolaridade e renda influenciam diretamente no resultado desta

visão, pois a falta de informação muitas vezes impossibilita que o indivíduo da terceira idade aponte falhas, sugira novas ideias e critique quando for necessário determinado aspecto. Além disso, as condições financeiras também não contribuem para que os idosos possam procurar atividades de lazer mais diferenciadas, o que os levam a utilizarem os espaços públicos.

Frente a isso, considera-se em virtude do número considerável deste público na localidade, que os espaços e equipamento públicos existentes destinados ao lazer da cidade de Parelhas/RN são insuficientes para atender as necessidades sociais do público da terceira idade, pois apesar de serem alternativas válidas, são limitadas e limitantes das opções de lugares e atividades que os idosos podem praticar em seu dia-a-dia. Assim, faz-se necessário que o poder público local atue de maneira mais ativa no município para atender as necessidades sociais deste grupo, seja a partir da construção de novas infraestruturas ou pela criação de uma política pública que assegure o direito ao lazer da terceira idade. O importante, é que essa atuação não se resuma apenas na oferta de espaços para o consumo de massa, mas também que busque a partir dessa oferta criar condições para que o lazer se constitua como uma ferramenta ainda mais forte de inclusão social.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo geral desta pesquisa compreendeu na análise das contribuições do lazer no processo de inclusão social dos idosos nos espaços e equipamentos públicos da cidade de Parelhas/RN. A partir da pesquisa foi possível identificar que a oferta de espaços do município não supre as necessidades sociais e recreativas deste grupo.

Acerca das sugestões apontadas pelos entrevistados no que concerne aos aspectos lúdicos e estruturais foi constatado que o número de espaços públicos voltados ao lazer da cidade ainda é insuficiente, sendo necessário um maior investimento na infraestrutura do município, assim como no desenvolvimento de ações mais efetivas de valorização da terceira idade através da articulação do poder público local junto a associações e agentes da sociedade civil para que os idosos da cidade tenham a oportunidade de participar de maneira ativa nas atividades de cunho recreativo e social. Diante dessa situação, acredita-se que em se tratando de turismo, a cidade ainda precise promover com mais efetividade em seus espaços e equipamentos públicos a questão da acessibilidade, pois assim como outras localidades, o município está sujeito

a receber turistas de diversos tipos, como cadeirantes ou deficientes visuais que certamente necessitarão de maiores facilidades para conhecer ou até mesmo utilizar os espaços de lazer existentes. Nesse sentido, compete ao poder público incentivar e proporcionar condições para que este processo possa continuar a se desenvolver e beneficiar a população idosa do município, como forma de promover a qualidade de vida e o lazer diário deste público.

Portanto, sugere-se o desenvolvimento de projetos, ações pontuais e até mesmo a criação de políticas públicas de âmbito municipal, voltadas ao lazer que incentivem o exercício desta prática objetivando integrar os idosos junto às demais faixas etárias na intenção de promover a inclusão social deste grupo.

REFERÊNCIAS

- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. *NBR 9050: acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos*. Rio de Janeiro: ABNT. 2ª Edição, 2004.
- BRASIL. Lei nº 8.842 de janeiro de 1994. *Política Nacional do Idoso*. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Brasília, DF. Disponível em: <<http://www.mds.gov.br/gestaodainformacao/biblioteca/secretaria-nacional-de-assistencia-social-snas/cadernos/politica-nacional-do-idoso/politica-nacional-do-idoso>> Acesso em: 12/08/2010.
- BERTINI, V. M. R. *O pensamento de Joffre Dumazedier e de Nelson Carvalho Marcellino: algumas convergências e diferenças no campo do lazer*. Revista Licere, Belo Horizonte, v. 8, n. 1 UFMG, 1998.
- DUMAZEDIER, J. *Lazer e Cultura Popular*. São Paulo: Editora Perspectiva, 2004.
- DUMAZEDIER, J. *Sociologia Empírica do Lazer*. São Paulo: Editora Perspectiva, 1999.
- FIGUEIREDO, S. L. *Espaços de cultura nas cidades: notas sobre o ordenamento, acessibilidade e turistificação*. In: FIGUEIREDO, Silvio Lima (org.). Turismo, Lazer, e Planejamento Urbano e Regional. Belém: NAEA, 2008. pp. 79-92.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. *Censo demográfico de 2010*. Brasília, 2011.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Perfil dos Idosos Responsáveis pelos Domicílios, 2000*. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/25072002pidoso.shtml>>
- MARCELLINO, N. C. *Lazer e Educação*. Campinas, SP: 1987.
- MARCELLINO, Nelson Carvalho. *Estudos do Lazer: uma introdução*. Campinas, SP: Autores Associados, 2006.
- MULLER, A. *Lazer, desenvolvimento regional: como pode nascer e se desenvolver uma ideia*. In: MULLER, A; DACOSTA, L.P. (org.). Lazer e Desenvolvimento Regional. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2002.

SENA, M. F. A.; GUZMAN, S. J. *Perspectiva do Turismo de lazer para a terceira idade no lugar Ponta da Tulha – Ilhéus – Bahia*. Revista Caderno Virtual de Turismo, v. 8, n. 1, 2008. Disponível em: <<http://www.ivt.coppe.ufrj.br/caderno/index.php/caderno/article/view/233/174>> Acesso em: 14/08/2010.

SILVA, T. A.; KUSHANO, E. S.; ÁVILA, M. A. *Segmentação de Mercado: uma abordagem sobre o turismo em diferentes faixas etárias*. Revista Caderno Virtual de Turismo, v. 8, n. 2, 2008. Disponível em: <<http://www.ivt.coppe.ufrj.br/caderno/index.php/caderno/article/view/353/226>> Acesso em: 13/08/2010.

Festa e turismo: cenário de imagens e da apropriação

Anelino Francisco da Silva¹

INTRODUÇÃO

Este artigo defende a tese de que as festas populares e o turismo de massa são práticas socioespaciais que se sustentam pela adesão das pessoas consumidoras e dos agentes do setor público e do privado ligados às atividades do turismo. Em suas representações, as festas populares tradicionais e/ou resignificadas ou ainda, aquelas espetacularizadas, quando cooptadas, são matérias-primas que promovem a o processo de exploração desses bens imateriais.

O sentido que a festa, popular ou não, proporciona é o da diversão, a princípio aquele espontâneo. Pessoas e organizações põem nela suas expectativas, referendadas pela participação da sociedade local e das adjacências, que se associa consolidando os elos identitários.

Vigora entre a festa e o turismo uma dissimulação moderna que tende a ser atrativa e perigosa. Ao segundo apraz a perspectiva da exploração, dentro de suas conveniências. É preciso efetivar produtos e constituir imagens e representações que sejam atrativas e codificadas para o consumo dos homens.

Assim delinea-se o/um novo cenário – o consumo das festas e de seus equipamentos –, porque as reservas do diferente, do espetacular regional e do irreverente harmonioso têm o que é apreciado no espaço da festa. O espaço pode transformar-se em lugar em que interagem objetos e imaginário dos turistas.

A Festa e o Turismo, além das práticas de diversão, de lazer e da cadeia de integração social, trazem consigo a possibilidade de serem compreendidos em sua espacialidade como atividades localizadas, engendram intencionalidades e interesses. Dependendo da forma como se dá a cadeia, as vantagens só

1 Docente do Departamento de Geografia e do Programa de Pós-Graduação. aikosnelus@ufrnet.br

poderão ser analisadas em referência a um tempo, segundo a demanda e a receptividade das pessoas dos lugares e a resposta dada pelos turistas.

Foi nesse contexto das festas populares e das práticas do turismo de massa que o cenário foi articulado, teoricamente, objetivando uma compreensão da cadeia construída pelas partes, como atividades socioespaciais que engendram uma interface.

É preciso lembrar que as diversas práticas culturais populares podem ser ocasião de afirmação ou de crítica de valores e normas sociais. O espaço da diversão coletiva e as ações integradoras do turismo determinam a dimensão e a dinâmica da festa e do turismo. Podem mesmo levar ao enfraquecimento, ou até à uma perda da devoção e do empenho na realização da festa, causando a transformação de uma manifestação carregada de sentido próprio e de historicidade

FESTAS POPULARES E O APROPRIAR DO TURISMO

A festa, em sua representação, é classificada como patrimônio cultural intangível, a expressara sensibilidade dos grupos sociais, através da comemoração e da participação das pessoas e/ou de grupos, nos mais diversos lugares. Como bem imaterial, ela se materializa, por suas representações, como ação, movimento, cenário e fato sociocultural.

Em sua espetacularização, a festa é um processo de realização e, em consequência uma organização que vão dignificar os elementos constituidores da memória coletiva dos grupos sociais, os quais induzem ao forjamento de identidades em relação aos lugares, que têm proporcionado a matéria-prima, ou seja, os elementos de atratividade ao turismo cultural.

A festa e o turismo se direcionam, por objetivos e fins, primordialmente, a proporcionar a quem vai à festa e a se quem utiliza da produção do turismo, encontrar o sentido de lazer, divertimento, entretenimento, e algo de novo, ou renovado. Assim, a festa e o turismo se estruturam para fornecer aos grupos sociais as diversões, entretenimento e os serviços que buscam encontrar nos espaços seletivos e lugares.

O que parece caracterizar essa demanda é a possibilidade do encontro, em espaços organizados e detentores de festas populares de cunho simbólico e lúdico, multiculturalidade e aspectos de natureza física atrativos e diferentes.

A modernização da cultura popular de massa, apreendida através do circuito de festas regionais, apresenta segundo Farias (2001), dois aspectos:

a bitola do arco de fenômenos e o perfil da processualidade que aproxima iguais fenômenos. Para esse autor, à ênfase posta nos polos da recepção e da produção embutidos no núcleo mais visível da industrialização do simbólico, caracterizam a trajetória da “modernização cultural no país, perspectivando as festas populares regionais como lugares institucionais onde o lúdico e o mercantil, amalgamados, delimitam a natureza das sociabilidades vicejadas em seus territórios”.

Da perspectiva da festa e do turismo, abriu-se o flanco sobre a produção simbólica, as verificações da intertextualidade e a recepção das reciclagens e dos hibridismos como enfatiza Farias (2001), tendo por suporte Barbeiro (1987), Canclini (1990) e Ramos (1993).

É de se compreender que as festas, criam *links* de relação que combinam, em grande medida, mudança sociocultural relativa entre a cultura popular de massas e os interesses do turismo, funcionando e espreitando as singularidades simbólicas.

De fato, pensar as festas/os eventos a nível regional é estabelecer uma rede de interesses socioculturais e econômicos que possibilitam comemorações, espetáculos, teatro ao ar livre, eventos de automobilísticos, e tantos outros elementos indutores que atraem patrocinadores, consumidores e, em especial a mídia e os agentes produtores.

Farias (2001) pontua que o carnaval carioca dialoga em sua estética, com os eventos de abertura dos jogos olímpicos, sem necessariamente tratar-se de uma cópia, mas de versões de uma matriz comum. Os carnavais de Recife e de Olinda, são exemplos de multiculturalidade, atraindo pessoas, foliões e turistas que apreciam essa festa e participam dessa diversão livre e solta.

Segundo Farias (1998) na festa e no apropriar turístico, a mobilidade com que os símbolos festivos da carnavalidade se deslocam pelo país e fora dele, nos últimos anos, através das “micaretas”, marca a inserção socioespacial promovida pelas festas. O trânsito incorpora o espaço privado da “passarela” (inspirado no carnaval do Rio). Assim os trios elétricos, as bandas musicais e dançarinos e blocos-empresas de carnaval armam folias mensais em diversas cidades, participando do calendário turístico das localidades. Além disso, o próprio carnaval de Salvador se tornou o palco à concatenação entre afirmação de identidades étnicas negro-africanas e o circuito glamouroso do mercado de bens culturais ampliados (FARIAS, 1998, p. 115-137).

A festa é um espelho no qual o ser humano se reflete, mas que exibe a atração e a apreensão dos agentes do turismo que a percebem a espelhar no espaço. As festas que atualmente ocorrem no Brasil têm caráter religioso. Algumas tiveram sua origem no século XVIII, onde a simbologia da festa justificava ou explicava a crença e a devoção aos santos, mas contêm outros aspectos, que vão além da fé, pois os componentes estruturais acabam se extinguindo com o passar do tempo, dando lugar a outros, e transformando-as em festas religiosas e profanas simultaneamente.

Dessa forma, a caracterização de determinada festa nem sempre permanece constante. Geralmente ocorre um processo de modernização, transformando-a em espetáculo, com estruturas grandiosas e suntuosas que, muitas vezes, fogem ao contexto do meramente religioso. Contudo, o passado e o presente permanecem articulados no interior das festas. Afinal elas são as mesmas sem nunca serem iguais.

Para Ikeda e Pellegrini (2008), no espaço territorializado se apreende a importância que as festas representam, significando momentos da maior relevância social.

São instantes especiais, cíclicos, da vida coletiva, em que as atividades comuns do dia-a-dia dão lugar às práticas diferenciadas que as transcendem, com múltiplas funções e significados sempre atualizados. As diversas espécies de práticas culturais populares podem ser a ocasião da afirmação ou da crítica de valores e normas sociais; o espaço da diversão coletiva; do repasto integrador; do exercício da religiosidade; da criação e expressão de realizações artísticas; assim como o momento da confirmação ou da conformação dos laços de identidade e solidariedade grupal (IKEDA; PELLEGRINI, 2008, p. 207).

Compreende-se que a festa, como objeto de apropriação do turismo, em virtude de apresentar-se como prática sociocultural capaz de atrair pessoas e grupos que interessam conhecê-la e/ ou apreciá-la como diversão e entretenimento.

Nesse sentido as festas populares de massa serão fortes para enfrentar os impactos da modernidade e o avanço do turismo? Parece não ser suficiente os arranjos que, se articulam entre os organizadores de festas e eventos, com os agentes promotores de turismo, se as ações investidas para consumo dos turistas não estiverem organizados e planejados. Eventualmente, pode-se até

chegar, em casos extremos, à decadência e à extinção de determinada festa. Podem também surgir novas formas de manifestação, ocorrendo transformações e recriações que transmitem um novo sentido da festa para outros grupos de pessoas, sobretudo os formados pelos mais jovens.

Essas *novas festas* seriam, então, moldadas em formato muito mais próximo da indústria do entretenimento. Tais manifestações, muitas vezes, fazem necessário o abandono das tradições, podendo ocorrer irradicação ou a modernização, com os percalços sociais e políticos locais.

A festa é uma celebração de alegria, de exaltação coletiva, em que todos são sujeitos e atores; não há espectadores. Segundo Rosa (2002, p.12-13), a festa contém aspectos diversos “como organização, política, decoração, mercadorias, falas, encontros, desencontros, movimentos, roupas, etc., ou tintas, cores e movimento do quadro. A festa pode ser celebração, fruição, diversão, evento, espetáculo, brincadeira, investimento, exaltação, trabalho filantrópico e econômico”.

Nesse sentido, as festas populares tradicionais que sobreviveram à entrada do novo milênio crescem não apenas em número de participantes e custos, mas também em grandeza, embora quando comparadas às realizadas no século passado, em vários quesitos, possa notar-se que sofreram um processo de empobrecimento. As festas que crescem tendem a ocupar grandes espaços nos centros urbanos, ou seja, a conquistar espaço, o que pode indicar importância delas e de seus lugares na vida das cidades e do país, além da preocupação em receber bem os visitantes e turistas.

O turismo transforma lugares e grupos locais no momento em que seja permitida sua expansão; onde os atores sociais consentem, ou mesmo, onde, de maneira inconsciente neles estão inseridos nesse círculo constituído por operadores/ agentes de viagens, setor público, prestadores de serviços locais, comunidade local, usuários desse sistema, turistas e o lugar/território onde ocorrem as ações.

Para Hall (1994), a partir de sua implantação, o turismo pode redefinir realidades sociais, criando expectativas de imagens projetadas e adaptando os lugares, a essas expectativas, que podem ter como alvo uma descoberta, novo destino ou nova atração ou mesmo a reciclagem de um antigo destino.

Nesse contexto, as manifestações culturais correm o risco de sofrer mudanças quando tratadas de forma massiva, repetitiva e acatando o gosto do visitante – nesse caso, operadores turísticos e turistas. Muitas vezes, com

apoio de poderes locais, as manifestações turísticas perdem a originalidade, para atender à demanda de novos participantes.

A conexão entre os promotores locais e os meios de comercialização de festas, é diferente no caso do patrimônio intangível, baseado em algo móvel, que é recriado, a partir da representação da festa e de valores como a fé, a devoção e o respeito. Diferentemente do patrimônio tangível, no qual se apresentam atrativos imóveis, como edificações ou objetos, e não necessariamente existe contato do visitante com os visitados.

As festas populares expressam formas identitárias de grupos locais. O motivo de encontro, de fé, ou, simplesmente de celebração atrai e identifica devotos de mesma identidade. Dessa forma, o turismo pode causar estranhamento nos lugares, caso não seja negociada a participação e, pior ainda se não forem negociados os papéis de cada grupo envolvido.

Segundo Ribeiro (2004), um dos exemplos mais conhecidos da expropriação, ou mercantilização, da cultura local é analisado por Greenwood (1989), e diz respeito ao alarde em relação ao povoado de Fuenterrabia, Espanha, no que diz a transformação de uma festa comunitária a em evento para turistas, mudando a configuração do uso e de sua espacialidade. Para Greenwood (1989) e Ribeiro (2004), quando uma atividade cultural é feita como um evento público e passa a pertencer a um mercado turístico contínuo, ou promovida por ele, ela tende a perder seu caráter de ritual, ocorrendo a violação e posterior destruição de sua identidade e a perda do poder participativo, pela sociedade.

Para Ribeiro (2004, p. 52), o “caso específico das festas populares, sua realização forma a expressão simbólica fiel da vida social de um lugar ou uma comunidade”. De acordo com Alcalde e González (1989, p. 114), distinguem-se quatro dimensões específicas das festas e, em geral, de todo fenômeno festivo: “simbólica, sociopolítica, econômica e estética”. Segundo esses autores, a mais importante e específica das dimensões é a simbólica, que está presente em todo fenômeno festivo, definindo e reproduzindo o simbolismo e a identidade de uma coletividade ou de um grupo social.

A TRANSFORMAÇÃO DE FESTAS POPULARES EM EVENTOS TURÍSTICOS

As festas populares, em sua estrutura festiva, disponibilizam atos socio-culturais, imagens e representações capazes de engendrar parcerias para os eventos turísticos, que se associam à lógica do turismo. A atividade do turismo

proporciona às sociedades contemporâneas, deste milênio, a interação de indivíduos pertencentes a sociedades diferentes, a busca de diversão, lazer e entretenimento. Compartilham-se gostos, tradições, crenças ou valores e costumes. Além do contato do homem com a natureza, nasce o acervo cultural, oriundo da criatividade do indivíduo e de seu poder de comunicação, engendrados via manifestações e práticas cotidianas dos sujeitos.

As diversas atividades que se exercem na vida cotidiana, para Certeau (1994), fomentam as relações sociais, que são formadas por práticas construídas, ou fabricadas, culturalmente. A expansão do setor turístico como atividade econômica ocorre em função do desenvolvimento tecnológico, das telecomunicações e dos transportes efetivando-se como turismo de massa. A atividade tem suas bases nos atrativos naturais e/ou culturais de destinos turísticos que, de forma organizada, com estruturas e políticas adequadas, tornam-se produtos turísticos para consumo.

Nesse sentido, organizações privadas e governamentais têm papéis definidos de mediador e organizador no trade turístico e, através das políticas públicas, estabelecem como serão realizadas as ações de desenvolvimento do setor com a legitimação de todos os agentes sociais envolvidos.

Nessa perspectiva, a cultura popular, em suas diversas formas vem, cada vez mais, sendo utilizada para transformar e criar produtos turísticos para os consumidores. Certeau (1994) denomina de consumidores sujeitos sociais que vivem na sociedade de consumo capitalista não como sujeitos passivos diante da atividade de produção, mas consumindo racionalmente, a partir dela, uma produção racionalizada.

Ora, segundo Menezes (2012), o produto turístico – no caso, os destinos – passa a fazer parte da sociedade de consumo, ganhando novos sentidos e novos objetivos, através do gigante mecanismo econômico do sistema de produção, que atende às necessidades dos consumidores. Para esse autor, no cenário brasileiro não é difícil identificar a influência da administração pública no processo de planejamento, organização e operacionalização dos produtos e serviços que tornam a atividade possível.

Entretanto, enquanto alguns temas são amplamente discutidos, outros de igual importância terminam por ser pouco explorados. Dentre esses temas, ressalta-se a íntima relação que se estabelece entre as inúmeras formas de manifestação da cultura e a atividade turística. Tais manifestações se tornam fonte de experiência turística para os consumidores a partir do momento em

que passam a ser transformadas em eventos turísticos e, conseqüentemente, modificam o cotidiano da população local (MENEZES, 2012).

É reconhecido que a intervenção do poder público em destinos turísticos com o intuito de desenvolver o turismo geralmente fomenta críticas, porque alguns segmentos da população defendem que as ações são planejadas visando somente a “atender interesses econômicos dos atores ligados ao turismo” (MENEZES, 2012, p. 106). Menezes, em sua análise, indaga: “Quais seríamos reflexos das transformações das festas populares em eventos turísticos? Será que, no caso das festas populares, são atendidos somente interesses econômicos da atividade turística ou, também, interesses dos turistas e cidadãos que fazem parte dessa nova sociedade pós-moderna?” (p. 106).

De fato, é preciso apreender a lógica do turismo e a que reveste as festas populares. As ações de um e de outra têm direções opostas, porém opostas, quando os vieses não apontam para os interessados, quando o sentido e o rumo que as práticas exercidas no cenário da festa interessam ao turismo. Segundo Barreto (1991) no turismo tudo é, minuciosamente, estudado antes da produção e, ao ser colocado no mercado, de forma organizada e coerente, tudo está interligado, formando um sistema cujos elementos são a cultura, o lazer e o turismo.

Sousa Filho (1999) diz que, diante da cultura espontânea, criada e vivida pela massa, surge uma cultura pré-fabricada, alheia, quase sempre carregada de interesses, ou seja, a tão famosa cultura de massa também chamada de “cultura industrial”, filha do impulso capitalista, daí por que tão maciçamente orientada por e para interesses específicos. Horkheimer e Adorno (1985) afirmam que toda cultura de massa é idêntica, constituindo um negócio no qual é inevitável a disseminação de bens padronizados para a satisfação de necessidades iguais, dos consumidores, sendo, assim aceitos sem resistência.

Desse modo, os produtos turísticos disponibilizados aos consumidores, a preços diferentes, servem, ao mesmo tempo, para classificar e organizar esses consumidores, a fim de padronizá-los, agrupando-os segundo características semelhantes. Os princípios de *marketing* enfocam que é necessário estudar os consumidores, pois estes possuem necessidades e desejos diferentes e, em conseqüência, são necessários produtos diferentes para atender a eles.

Horkheimer e Adorno (1990), analisando a indústria cultural explicitam que os consumidores são postos em um *ranking*, que, em *marketing*, faz parte de segmentação de mercado, para que ninguém seja excluído do

consumismo. Essa indústria prima para agradar a todos, de modo que ninguém possa escapar. Assim, cada um deve portar-se, espontaneamente, segundo sua posição no *ranking* determinado a priori, e dirigir-se aos produtos de massa que foi preparada para seu tipo.

Como o planejamento dá-se da produção às vendas, processo em que o *marketing* une todas as fases em ciclo contínuo, esses agentes e grupos de agentes sociais que detêm o poder e articulam as ações promovem junto a população local formas de instaurar e conduzir suas estratégias, definindo a posição de cada sujeito nesse espaço social.

“Uma das estratégias mais universais dos profissionais do poder simbólico consiste em pôr o senso comum do seu próprio lado, apropriando-se das palavras que estão investidas de valor por todo o grupo, porque são depositárias da crença dele” (BOURDIEU, 1998, p.143).

A FESTA NA LÓGICA DO CONSUMO

É preciso considerar a festa numa feição própria, repleta de significações, elaboradas e reelaboradas segundo as circunstâncias de onde ela se realiza. Morigi (2007) pontua a dinâmica das festas na América Latina a partir de um registro que absorve a ideia da transformação das antigas festas no momento em que elas estão sendo construídas segundo certos pressupostos da indústria cultural.

Então, à proporção que os processos de urbanização e burocratização avançam e as relações capitalistas de produção introduzem-se no campo, as festas no meio rural, deixam de ter um caráter sagrado e adquirem um caráter marcadamente comercial: mudam o significado religioso-sagrado, assumindo um cunho profano, inerente ao próprio processo de desenvolvimento capitalista (ZALUAR, 1983).

Daí, as festas e seus símbolos também apresentar um caráter mercadológico. Considerando a festa brasileira e a conexão dela com o circuito do turismo, Amaral (1998, p. 9) a apresenta, “por sua dimensão cultural, (...) como modelo de ação popular (...) e como espetáculo, produto turístico capaz de revigorar a economia de muitas cidades”. A festa junina, em especial no Nordeste brasileiro, tornou-se objeto simbólico de consumo de classes sociais, espetacularizada e comercializada, como ressaltaram Morigi (2007) e Silva (2012).

Dessa conjuntura sociocultural, a festa junina é uma comemoração e um evento que marca territórios e lugares. Como sintetiza Morigi (2007, p.40) “Institucionalizados pelo poder público, esses eventos acontecem sob a forma de grandes espetáculos urbanos com promessas e utopias, atraindo e gerando renda e riquezas às populações urbanas e, em muitos casos, viabilizando a execução de projetos sociais”.

Assim, a festa junina tem sido a forma de regozijo coletivo, sincretismo cultural de diferentes procedências e contextos, que, pela pluralidade de ações, está incorporada ao circuito turístico das cidades do Nordeste oriental. E, claro, que umas tantas outras festas se colocam nos itinerários do turismo regional, como a Festa de Lisboa, estudada por Silva (2012).

Na realidade, pensar a festa e o turismo implica uma construção de valores e, em consequência, valores transformados, que interagem com os elementos da cultura popular e regional. Vitule (1999) comenta que cada cultura corresponde a uma forma de estar no mundo. E é a partir dessa forma que indivíduos e coletividades pensam o outro como estranho, como diferente.

Nesse processo, se entrelaça o discurso do poder da festa e do turismo ao forjarem parceria construtiva entre todos os atores sociais que, respeitadas as necessidades locais, potencializam a valorização seletiva das diferenças, representadas no lugar.

Como o turismo é uma prática social supérflua, está sujeito a crises, “mesmo porque como atividade sazonal não se auto-sustenta o ano todo”, conforme explicita Rodrigues (1996, p.31). Essa prática social envolve um número significativo de atividades produtivas e disso decorre, em parte, sua capacidade de ordenar e reordenar territórios para seu uso (CRUZ, 2000).

Há uma relação simbiótica entre as festas e o turismo, ambos fenômenos mundiais, nacionais, regionais e locais são concebidos através da concepção cultural, ligados como bens culturais à expansão do capitalismo e à filosofia da modernidade, ou seja, a contemporaneidade.

A festa popular e o turismo invadem espaço e lugares com dinâmicas socioespaciais, expondo configurações e reconfigurações ao denotarem o poder de assimilação cultural, ao se olharem as festas pelo viés da atividade produtiva. Como bens e serviços, intensificam as relações através do *marketing* e da mídia, via indústria cultural, alicerçada pelo turismo, que busca cooptar festas e a produção de espetáculos e eventos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A dimensão entrelaçada da festa e do turismo, fenômenos sociais de repercussão local, regional, nacional e internacional, salienta que as incursões neles elaboradas emergem da tentativa da interação entre eles, como ações culturais de grupos sociais que querem divertir-se nos festejos, e, na outra ponta, de turistas, que se deslocam para espaços e lugares em busca de entretenimentos variados. Tende-se a assumir uma posição crítica contra o risco de se reduzir o entendimento do que a festa e o turismo representam, como vertente cultural e como vertente de ordem econômica, respectivamente.

A valência das festas populares e (da aproximação) do turismo salienta que a cultura, ou a cultura popular, é fator de coesão, atrelado às conexões e ao discurso intercultural da diversidade e das diferenças. Assim, as demandas do turismo pressionam as organizações das festas, os lugares onde ocorrem as festas/eventos, os atores sociais e o Estado.

A dinâmica desses fenômenos – festas populares e turismo de massa – consiste em uma metamorfose de valores socioculturais da sociedade contemporânea, enquanto trocas simbólico-culturais. E também em razão das possibilidades de ressignificação e das trocas, que as ações do turismo exploram, exigindo que os bens materiais e imateriais estejam ajustados à demanda turística.

A festa e o turismo são práticas socioculturais que se especializam, com demandas e procuras as mais variadas. Hoje parece evidente a repercussão nada desprezível dos fluxos culturais. Neste caso, reconhece-se ser a dinâmica festiva e a apropriação do turismo, indutores de uma condição específica, que é trabalhada, elaborada e ressignificada, para atender a interesses de certos grupos, ou seja, do trade turístico.

De fato é preciso apreender a lógica das festas populares (o tempo delas) e do turismo, pois eles são utilizados pelas pessoas e pelos grupos, em seus tempos de descontração e diversão e de viagem de lazer e ócio.

REFERÊNCIAS

ALCALDE, A. C.; OLMOS, F. C.; GONZALEZ, A. G. Reprodución de identidades en la romeria del Valle de Zalabi (Granada). In: SANTALO, C. A.; BUXÓ, M. J. R; BECERRA, S. R.(orgs.). *La Religiosidad popular*, v.3, Barcelona: Editorial Anthropos, 1989. <http://www.anpocs.org/portal/index.php>. Acesso: 18/04/2013.

BARRETTO, M. *Planejamento e organização em turismo*. Campinas: Papirus, 1991. (Coleção Turismo).

BOURDIEU, P. *O poder simbólico*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998.

CANCLINI, N. G. *Culturas híbridas: estratégias para entrar e sair da modernidade*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1997.

CERTEAU, M. de. *A invenção do cotidiano: Artes de fazer*. Petrópolis: Vozes, 1994.

CRUZ, R. de C. A. de. Turismo, território e o mito do desenvolvimento. *Espaço e Geografia*, vol. 3, n.1, jan-jun, 2000, p. 19-26.

_____. Introdução à geografia do turismo. São Paulo: Roca, 2001.

FARIAS, E. O Desfile e a Cidade: O Carnaval Espetáculo Carioca–Dissertação de Mestrado, IFCH/Unicamp, Campinas: 1995.

_____. “Orfeus em Tempo de Modernidade no Carnaval Carioca” – Estudos Afro-Asiáticos, n. 34 dezembro de 1998. “Paulo da Portela: Um Herói Civilizador”. *Revista do CRH*, n. 30/31 janeiro/dezembro de 1999.

_____. Ócio e Negócio: Festas Populares e Entretenimento-Turismo no Brasil –Tese de Doutoramento em Ciências Sociais, IFCH/Unicamp, Campinas: 2001.40

_____. “Carnavalidade e Popular: Elementos à Delimitação da Esfera Cultural no Brasil” (Trabalho apresentado no X Congresso Brasileiro de Sociologia), Fortaleza, 2001.

GRENWOOD, D. J. “Culture by the Pound: an anthropological perspective on tourism as cultural commoditization”, em Smith, V. (ed,) *Hosts and Guests: The anthropology of tourism* , 2nd. Edition, University of Pennsylvania Press, Philadelphia, 171-185, 1989.

HORKHEIMER, M.; ADORNO, T. W. O iluminismo como mistificação de massas. In: LIMA, L. C., (orgs.). *Teoria da cultura de massa*. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1990. p.157-203.

MENEZES, P. L. de. *A (Re) Invenção do cotidiano: a transformação de festas populares em evento turístico* (Estudo de caso do São João de Campinas Grande). *CULTUR*, ano 6, n.1, p. 105-116. Fev., 2012. www.uesc.br/revistas/culturaeturismo. Acesso: 19-04-2013.

MORIGI, V. J. *Narrativas do encantamento: o maior São João do Mundo, mídia e cultura regional*. Porto Alegre: Armazém Digital, 2007.

PONERO, M. C.; LEITE, E. Inter-relações entre festas populares, políticas públicas, patrimônio imaterial e turismo. *Patrimônio: Lazer & Turismo*, v. 7, n.10, abr./jun., 2010, p 99-113.

ROSA, M. C. Festa na cultura. In.____. (Org.). *Festa, lazer e cultura*. Campinas: Papirus, 2002.

RODRIGUES, A. B. Desafios para os estudiosos do turismo. In: RODRIGUES, A. B. (Org.). *Turismo e Geografia: reflexões teóricas e enfoques regionais*. São Paulo: Hucitec, 1996, p.17-32.

IKEDA, A. T; PELLEGRINI FILHO, A. Celebrações populares: do sagrado ao profano. In.: CENTRO DE ESTUDOS E PESQUISA EM EDUCAÇÃO E AÇÃO COMUNITÁRIA. *A Terra Paulista: Histórias, artes, costumes*, v. 3. Manifestações artísticas e celebrações populares no Estado de São Paulo. São Paulo: Imprensa Oficial; CENPEC, 2008, p. 169-209.

RIBEIRO, M. Festas populares e turismo cultural – inserir e valorizar ou esquecer? O caso de Moçambique de Osório, Rio Grande do Sul. *Revista de Turismo Y Patrimônio Cultural*, vol. 2, n.º 1, p. 47-56. 2004. www.pasosonline.org. Acesso: 19-04-2013.

SILVA, A. F. da. “Dinâmicas espaciais das festas populares: uma análise comparativa entre o nordeste do Brasil e de “Lisboa e Setúbal”, Portugal: interrelações com a dinâmica lisboeta”. (Relatório). Pós-doutoramento. Nova Lisboa. CNPq, 2012.

SOUSA FILHO, S. G. de. *Por uma filosofia da comunicação*. Campina Grande: DUEP, 1999.

VITULE, M. L.. *Guia de Viagem: cultura e mundo contemporâneo*. São Paulo: Unimarco, 1999.

O *Sensemaking* e o comitê regional das associações e cooperativas do artesanato seridoense: buscando compreender um complexo de relações

André Lacerda Batista de Sousa¹

INTRODUÇÃO

O mundo está interligado. Essa frase remete a reflexões sobre a maneira em que essa interligação acontece. Coesa, conectada, conexas são alguns comuns sinônimos os quais podem definir ou explicar o atual momento em que a sociedade contemporânea tecnológica vive. As redes são laços que visam à simplificação e cooperação dos atos de acordo com Castells (2003).

Um exemplo de uma rede de relacionamento de negócios é o trabalho desenvolvido pelo Comitê de Associações e Cooperativas Regionais de Artesanato do Seridó (CRACAS). Essa organização, com sede na cidade de Caicó/RN, existe com o objetivo de administrar a rede de artesãos da região do Seridó norterio-grandense. A fundação do CRACAS em 2000 baseou-se na seguinte premissa: coordenar o desenvolvimento do artesanato nos municípios a ele filiados. Ao todo compõe a rede 25 municípios associados ao CRACAS. Comunicação, distribuição de recursos, reuniões, palestras, oficinas de capacitação profissional são alguns exemplos das atividades promovidas pelo CRACAS às associações filiadas.

Nessa rede, cada ator organizacional possui o seu papel. Nas associações de cada município filiado ao CRACAS existe um presidente que organiza e cadastra os artesãos, auxilia no fluxo de informações entre o CRACAS e os municípios, além de promover cursos de qualificação de artesanato para a comunidade. Em contrapartida, o CRACAS torna-se responsável pela distribuição da matéria prima (recursos) para a fabricação, a confecção e a

¹ Mestre em Turismo-Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), Brasil. Email: lacerdy@hotmail.com.

comercialização dos produtos fabricados pelos artesãos associados. Além disso, acontecem no Comitê reuniões e palestras mensais que traçam diagnósticos sobre o desenvolvimento do artesanato na região.

Percebe-se que o CRACAS não existiria não estando em uma rede de negócios, o que denomina a situação problemática da presente pesquisa. Observa-se que a inexistência desse comitê enfraqueceria a classe artesanal do Seridó, situação que despertou o interesse pelo estudo de como o CRACAS relaciona-se em sua rede de negócios.

Para a análise da complexidade de uma rede de negócios como a do CRACAS fez-se necessário compreender os componentes de um relacionamento de negócios. Os pesquisadores, Håkansson e Snehota (1995) sintetizaram o Modelo Ator Atividade e Recurso - AAR que tem como meta analisar os resultados do comportamento relacional e fornecer as bases para que seja possível estudar os 'papéis' dos atores nos processos entre organizações, apresentando as relações entre estabilidade, desenvolvimento e interação. A aplicação dos princípios do modelo AAR com a realidade vivida no cotidiano do CRACAS integra uma das questões de estudo da presente pesquisa.

Em uma rede de negócios, quando acontecem as interações entre os indivíduos, os quais estão desempenhando suas atividades em seu cotidiano de negócios, é o momento onde o *Sensemaking* é gerado. Mas o que seria *Sensemaking*? Qual seu objetivo? Para Geersbro (2004) o *Sensemaking* é literalmente: o fazer sentido. Segundo Ford (1997) o *Sensemaking* é o processo onde os indivíduos começam a perceber os eventos ao seu redor; como eles estabelecem e criam algum tipo de significado. Geersbro (2004) afirma que é possível utilizar as sete dimensões do *sensemaking*, juntamente com as três dimensões modelo AAR para analisar uma rede de negócios. Assim, esses dois pontos servirão de pilares teóricos para o entendimento e desenvolvimento da presente investigação que teve como recorte empírico o CRACAS/RN.

Com base no que foi exposto, o presente estudo buscou responder a seguinte questão de pesquisa: Como o processo da geração de sentido (*sensemaking*) é percebido pelos artesãos inseridos no CRACAS/RN ao desenvolverem suas atividades voltadas para a utilização dos recursos em seu cotidiano de negócios?

A pesquisa teve como objetivo geral compreender a geração de sentido das atividades realizadas pelos atores organizacionais, inseridos no CRACAS em Caicó/RN, voltadas para a utilização dos recursos em seu cotidiano de negócios. E como objetivos específicos: a) verificar os princípios que norteiam

as interações dos artesãos vinculados ao CRACAS; b) identificar a maneira pela qual os artesãos desempenham atividades voltadas para o controle e utilização dos recursos disponíveis em seu ambiente de negócios; c) identificar o papel desempenhado pelos atores organizacionais (artesãos) em suas atividades cotidianas de negócios; d) compreender como os atores organizacionais do CRACAS geram sentido de suas atividades de negócios.

Como justificativa para o estudo levou-se em consideração que através da análise das interações, dos papéis e das atividades desenvolvidas pelos artesãos do CRACAS, os mesmos poderão gerar sentido das ações que desenvolvem em uma rede de negócios. Fortalecendo dessa forma, a compreensão da importância das atividades que desempenham em seu cotidiano como o trabalho, a manutenção da associação, o fortalecimento do artesanato regional entre outros.

A justificativa em relação à escolha de Caicó/RN para a pesquisa deu-se pela importância que o artesanato possui para o município e para a região do Seridó norterio-grandense. Além disso, o CRACAS localiza-se em Caicó, município que carrega o título de “terra dos bordados”, se sobressaindo internacionalmente pela qualidade de seus bordados segundo o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE) (2009).

O artesanato visto como um produto é capaz de fomentar o turismo. O artesanato de Caicó começa a ser direcionado ao turismo, mais especificamente ao turismo cultural. De acordo com Moraes (2005) o fluxo turístico em Caicó aumenta em épocas como Festa de Santana, evento de maior representação do artesanato do Seridó. O artesanato da região do Seridó tem sido considerado patrimônio cultural, o qual faz com que o turista tenha oportunidade não só de conhecer e vivenciar o artesanato regional, como também conhecer outros atrativos que o município oferece. Para Coriolano (2009) o artesanato pode ser direcionado para atividade turística, como forma de valorização do patrimônio cultural e das representações culturais.

De acordo com Geersbro (2004) não existem muitas pesquisas que verdadeiramente foquem no *sensemaking* enquanto ‘processo’ e suas implicações em uma rede de negócios. Além disso, não existem pesquisas sob a ótica da geração de sentido do artesanato de bordado da região do Seridó. Entender como a rede de negócios, formada pelo CRACAS e seus artesãos filiados, relacionam-se e geram sentido nas ações que desempenham é motivador, pelo ineditismo da proposta e pela oportunidade de contribuição de futuros estudos sobre o tema em outras localidades. Nesse sentido, o trabalho

buscou contribuir para o aumento do conhecimento dos estudos do turismo, da academia, da região e do mundo.

O presente estudo teve como estratégia de pesquisa o 'estudo de caso'. O estudo de caso em muitas ações foi utilizado para contribuir com o conhecimento que se tem dos fenômenos individuais, organizacionais, sociais, políticos e de grupos, além de permitir uma investigação para se preservar as características holísticas e significativas dos acontecimentos da vida real (YIN, 2005).

A pesquisa de campo foi realizada no CRACAS em Caicó/RN e nos municípios a ele filiado, os quais serão posteriormente especificados. A investigação caracterizou-se como exploratória, pelo caráter de ineditismo, e descritiva, por ser capaz de apresentar com detalhes o ambiente da pesquisa. Segundo Yin (2005) o estudo de caso pode trazer tanto evidências qualitativas quanto quantitativas a pesquisa. Entretanto, no contexto de análise da temática pesquisada sob a ótica do CRACAS, percebeu-se que a adoção de métodos qualitativos para a pesquisa fez-se mais relevante, pois esse tipo de análise justifica-se quando o estudo precisa ser realizado no seu contexto real; precisa-se de respaldo científico para compreender situações onde a prática se antecipa à teoria; o estudo envolve fenômenos complexos, nos quais os fatores contextuais devem ser exaustivamente analisados (BENBASAT, GOLDSTEIN e MEAD, 1987).

O estudo piloto da presente pesquisa foi realizado em julho de 2009 na Festa de Sant'Anna em Caicó, evento em que o CRACAS reuniu no município todas as associações e cooperativas de artesanatos filiadas a ele para expor seus produtos e comercializá-los. O evento possibilitou o primeiro encontro do pesquisador com a presidente do CRACAS, Arlete Silva. Em seguida, foi produzido um relatório da experiência vivida no município, o qual auxiliou para a internalização da temática que seria pesquisada no CRACAS.

Todas as vinte e cinco associações filiadas ao CRACAS foram denominadas no estudo como a população da presente investigação (Acari, Bodó, Caicó, Carnaúba dos Dantas, Cerro Corá, Cruzeta, Currais Novos, Equador, Florânia, Ipueira, Jardim de Piranhas, Jardim do Seridó, Jucurutu, Lagoa Nova, Ouro Branco, Parelhas, Santana do Matos, Santana do Seridó, São João do Sabugi, São Fernando, São José do Seridó, São Vicente, Serra Negra do Norte, Tenente Laurentino Cruz e Timbaúba dos Batistas).

Nesse sentido, a amostra da presente pesquisa foram as sete Associações de Bordados do Seridó do Rio Grande do Norte filiadas ao CRACAS. Essas

associações possuem sua sede nos seguintes municípios: Caicó, Cruzeta, São Fernando, São José do Seridó, Serra Negra do Norte, Jardim do Seridó e Timbaúba dos Batistas.

Contudo, a pesquisa foi realizada nas seguintes associações com suas respectivas presidentes: Associação das Bordadeiras do Seridó - ABS (Caicó) - Arlete Silva; Associação dos Produtores Artesanais de Cruzeta – Fátima Araújo Dantas; Associação dos Artesãos de São Fernando – Cláudia; Associação das Bordadeiras de São José do Seridó – Touché; Associação das Bordadeiras de Jardim do Seridó – Daguia Santos; Associação de Bordado e Conselho Comunitário da Saudade (Serra Negra do Norte) – Eliane Cristina Pereira, Casa do Artesão (Timbaúba dos Batistas) – Maria José.

Existem outros atores (denominados pela presente pesquisa como ‘gestores do artesanato’) que fomentam o artesanato da região do Seridó como o Ministério da Integração, SEBRAE/RN e A Incubadora de Bordados do Seridó (Faculdade Católica Santa Teresinha – FCST). Esses três órgãos se destacam nas atividades desenvolvidas junto ao CRACAS e aos municípios a ele filiados. Percebeu-se a necessidade de entrevistar os responsáveis de cada órgão citado a fim de traçar um diagnóstico dos atuais projetos, incentivos e programas implantados, fazendo assim com que esses dados auxiliem na análise dos dados de pesquisa. Além disso, foram entrevistados os representantes das Secretarias de Turismo do Rio Grande do Norte e de Natal e também a coordenadora do artesanato do SEBRAE/RN.

RELACIONAMENTO DE NEGÓCIOS E SENSEMAKING A GERAÇÃO DE SENTIDO

O *International Marketing Purchasing Group* (IMP) é um grupo que desde meados de 1970 se dedica a pesquisa sobre relacionamento de negócios, marketing e diversas outras áreas (HÅKANSSON e SNEHOTA, 2001). De acordo com Oslen (2006) a abordagem do IMP também enfoca os relacionamentos de negócios e as redes, pois captura a interdependência entre atores, atividades e recursos, a maioria com ênfase em recursos, denominado Modelo Ator Atividade Recurso (AAR), elaborado por Håkansson e Snehota (1995).

Percebeu-se que a evolução dos estudos sobre relacionamento de negócios e todos os assuntos que abordam a temática (formação de redes, gestão de marketing, relação comprador-vendedor) consolidam-se a partir dos estudos IMP Group. De acordo com Håkansson e Snehota (2000) esses estudos são

produzidos de forma orgânica e seguem os quatro conceitos empregados para o desenvolvimento de suas investigações: 1) Entre comprador e vendedor existe relacionamento; 2) Relacionamento de negócios estão conectados; 3) Um relacionamento é uma combinação e 4) Relacionamentos são confrontados.

Para examinar uma rede de negócios se faz necessária a análise de um relacionamento entre os indivíduos que nele interagem (FORD, 2002). Visando a análise dos processos de interação em uma rede foi criado por Håkansson e Snehota (1995) o modelo Ator Atividade e Recurso - AAR. Os autores sintetizaram-no em três dimensões: atores, atividades e recursos.

Para Håkansson e Snehota (1995) os atores são definidos como aqueles que realizam atividades e visam alterar ou controlar recursos. Atividades são as ações empreendidas pelos atores organizacionais em direção à utilização de recursos, intencionando controlar ou alterar outros recursos. Recursos, por sua vez, é o objeto a ser controlado ou alterado pelos atores por meio de suas atividades (HÅKANSSON E SNEHOTA, 1995). Pode-se observar as três dimensões do modelo AAR fundamentadas por Håkansson e Snehota (1995) através da Figura 1:

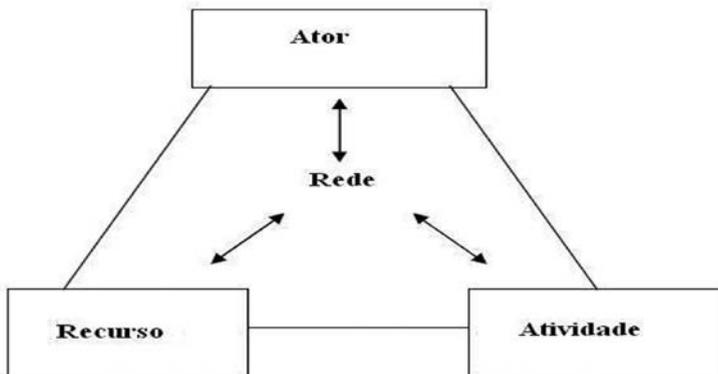


Figura 1: Modelo Ator Atividade Recurso (AAR)
Fonte: Håkansson e Snehota, 1995.

O modelo AAR tem dois objetivos principais: analisar de forma integrada a estabilidade e o desenvolvimento do mercado interorganizacional (ambiente em que as relações entre os atores organizacionais acontecem) e estudar os papéis dos atores nos processos interorganizacionais. Nesse sentido, através da reflexão do modelo AAR na presente pesquisa, buscou-se responder o objetivo específico que visa identificar o papel desempenhado pelos atores organizacionais (artesãos do CRACAS) em suas atividades cotidianas de negócios.

O significado do termo *sensemaking* nada mais é do que a geração de sentido. Essa geração deve ser sentida a partir de uma determinada ação/atividade promovida por um ou vários atores (pessoas, indivíduos). Nesse contexto é importante observar as características do *sensemaking* e sua interação em um relacionamento de negócios e nas redes.

A busca do sentido dos relacionamentos de negócios e nas redes faz parte da temática de pesquisa do IMP Group. Na perspectiva do IMP, existem duas abordagens de pesquisa sobre o *Sensemaking* que são: Como se define e se observa o processo de *Sensemaking* em uma rede? E como isto pode ajudar pesquisadores e gestores a entenderem o que acontece em uma rede de negócios?

Para Geersbro (2004) *Sensemaking* é o processo pelo qual seres humanos, através de eventos, percebem o mundo, estabelecendo ou criando algum sentido que os permite abordar inúmeras complexidades.

O *Sensemaking* também é visto como um processo, uma estrutura e um conceito de rede de acordo com Ford et.al. (2002). Outra característica enfatizada por Weick (1995) é que dentro do aspecto processual do *sensemaking* existe um dinamismo. Esse fato acontece porque o conceito de *sensemaking* na rede de negócios deveria, de fato, proporcionar uma contribuição para a existência do ciclo de vida ou estágios da evolução de um relacionamento, o qual possui inúmeras dimensões a serem abordadas (GEERSBROO, 2004).

Diante do exposto, e o que todas as características, dimensões do *Sensemaking* interferem em um relacionamento de negócios? O conceito de *Sensemaking* auxilia na compreensão do fenômeno das redes de negócios, pois, na perspectiva do processo, ele foca diretamente como o indivíduo se enxerga e se posiciona na rede (GEERSBRO, 2004). Todas essas definições discutidas sobre a geração de sentido serão analisadas a luz do atores organizacionais que compõe a rede CRACAS. Atores que através de suas atividades (artesanato) produzem eventos, em seu cotidiano de negócios, e certamente em algum momento do processo interacional questionam-se sobre o que sente, entendem, almejam de seus trabalhos e de suas vidas.

O CRACAS, ARTESANATO SERIDOENSE E O TURISMO: CARACTERIZAÇÃO

A região do Seridó é localizada no interior do Rio Grande do Norte, Nordeste Semi-Árido, em área de solos de baixa fertilidade. A região do Seridó dispõe das seguintes características: reflete uma vulnerabilidade ambiental, a

variabilidade do clima e a insustentabilidade da economia dos espaços nordestinos, historicamente submetidos às atribuições das secas (SEPLAN, 2000).

O Seridó norte-rio-grandense caracteriza-se, estadual, regional e até nacionalmente, como “um espaço de diferenciação, em termos de simbologia, de valores e práticas culturais” (AZEVEDO, 2007 p. 51). Segundo o autor, encontra-se na região a preservação dos costumes, crenças e práticas culturais e denotam uma identidade regional. Assim, existe uma expressiva valorização da identidade por parte da população seridoense.

O artesanato seridoense é um dos elementos que compõe a cultura e a identidade da região. O município de Caicó/RN destaca-se dentro dessa temática, tendo em vista ser o município que concentra o maior fluxo de negócios relacionados ao artesanato. Na localidade o artesanato pode ser encontrado nas festas religiosas que de acordo Morais (1999) a tradicional e cultural presença do artesanato nas festas religiosas da cidade traduz-se em uma estratégia de fortalecimento da identidade regional e em uma forma de resistência da sociedade.

Um dos principais cartões de visitas do Seridó é montado a partir da fama dos ‘bordados de Caicó’. Tradicionalmente conhecidos pela riqueza de detalhes, os bordados passaram a ser vendidos principalmente pelas lojas de artesanato de Natal, mas também exportados para outros Estados do Brasil e para o exterior (SEPLAN, 2000).

No município, o artesanato é um dos elementos que auxilia no desenvolvimento do fenômeno turístico na região. Segundo Morais (2005) o turismo vem se expandindo na região. Surge o interesse de visitas à localidade, de pesquisas, de projetos de financiamentos na região, de incentivos públicos (infraestrutura básica e turística) da iniciativa privada, e da própria comunidade local através de criação de associações e cooperativas. O setor da hotelaria conta com onze meios de hospedagem (hotéis e pousadas) 228 unidades habitacionais (apartamentos e quartos) e 609 leitos, de acordo com a secretaria de turismo do estado. O número de pessoas transitando pela cidade se multiplica consideravelmente neste período, lotando hotéis e pousadas e ocupando residências de familiares e amigos (MORAIS, 2005).

O turismo religioso e cultural em Caicó tem na festa da padroeira, Festa de Sant’Anna, o seu principal evento. O turismo religioso é motivado em maior ou menor grau, pelo aspecto religioso, embora o atrativo turístico religioso possa dotar diferentes formas, sempre atende as necessidades daqueles que buscam o contato divino (DIAS E SILVEIRA, 2003). Morais (2005)

define a Festa de Sant'Anna como uma manifestação cultural perpassada pelo sentido e pelos símbolos da identidade seridoense, por traduzir em uma estratégia de fortalecimento da identidade e em uma forma de resistência da sociedade.

Dentre os diversos eventos culturais da festa, este trabalho tenciona apresentar sucintamente dois segmentos relevantes da presente pesquisa, a Feira de Artesanato do Municípios do Seridó - FAMUSE e a Feirinha de Sant'Anna. As duas feiras têm como objetivo a comercialização de produtos artesanais regionais.

Tanto a FAMUSE quanto a Feirinha de Sant'Ana fizeram parte do estudo piloto para o reconhecimento da representatividade do CRACAS como recorte empírico da presente pesquisa. Em julho de 2009, observou-se na Festa de Sant'Ana a expressividade desses dois eventos e a maneira com que o CRACAS organiza a participação das associações a ele filiadas, na realização da comercialização do artesanato.

Assim, o surgimento do CRACAS e posteriormente o desejo se ampliar a atividade artesanal entre outros municípios por meio do associativismo é entendido por Frantz (2002) como uma co-operação que surge com sentido econômico e envolve a produção e a distribuição dos bens necessários à vida. "O associativismo é uma questão primária para o potencial emancipatório e o desenvolvimento de qualquer comunidade ao articular o pontual com o abrangente" (CANTERLE, 2004, p. 5). De acordo com Arlete Silva, atual presidente do CRACAS, as associações em forma de rede se comunicam de uma maneira satisfatória em prol do desenvolvimento de cada associação contribuindo também ao desenvolvimento local, através da comercialização dos produtos fabricados por elas.

Assim sendo, o associativismo instrumentaliza os mecanismos que concretizam as demandas sociais e que tornam os homens mais próximos da busca de autonomia na promoção do desenvolvimento local. Diante do exposto, depreende-se a importância do associativismo para o universo de artesãs bordadeiras na região do Seridó norterio-grandense.

COMPREENDENDO O *SENSEMAKING* A PARTIR DO CRACAS: A ANÁLISE DO RESULTADO DA PESQUISA

Esse capítulo busca responder os objetivos da pesquisa realizada nos meses de novembro e de dezembro de 2009. Entrevistas, Protocolos e Observações

foram os instrumentos de coleta de dados utilizados nas sete Associações de Bordadeiras do Seridó do norterio-grandense filiadas ao CRACAS, conforme distribuição nos municípios observados através da Figura 2:

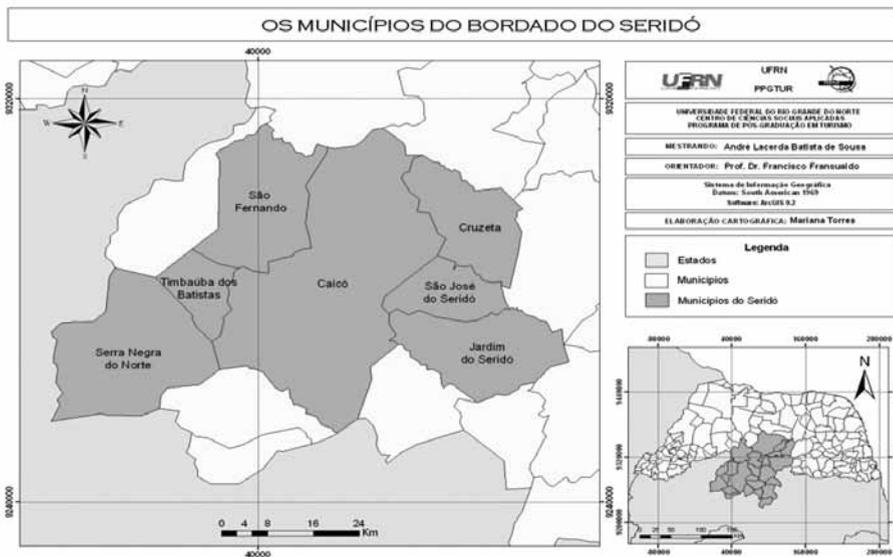


Figura 2: Principais Municípios Produtores de Bordado do Seridó
Fonte: Dados de Pesquisa, 2010.

As interações das artesãs vinculadas ao CRACAS

Ao analisar a interação existente entre as associações a presidente do CRACAS, Arlete Silva, afirmou que:

Serra Negra é nossa filiada com 2 associações. São José do Seridó. Timbaúba dos Batistas, São Fernando que agora tá com um grupo muito bom e esse prefeito de lá agora deu uma ajuda. Cruzeta possui um bom grupo de bordadeiras. Jardim do Seridó ainda não é tão forte. Desde 2004 que eu estou trabalhando com elas cada um na sua casa. Um dos grandes problemas da produção de bordado do Seridó é que tem muita bordadeira bordando para ela mesma. O SEBRAE passou a formar a mão de obra (DADOS DA PESQUISA, 2010).

Através do discurso infere-se que nos municípios o fator econômico do processo de interação se dá de maneira desordenada, pois existe a rápida comercialização dos produtos, baseado na produção informal de algumas bordadeiras. Esse fator além de não fortalecer a interação entre as bordadeiras e

o CRACAS, não contribui para o desenvolvimento da associação no município. Para Håkansson e Snehota (2000) dentro do processo de interação foram identificadas três abordagens que o primeiro conceito compõe: técnica, social e econômica.

Nota-se que existe uma rede de associações conectadas ao CRACAS. Para Grönroos (2003) é na rede que as organizações irão encontrar seus clientes, concorrentes, fornecedores e demais organizações, momento propício para o surgimento de um relacionamento de negócios. O trabalho do CRACAS é recente. Na análise do discurso das artesãs vinculadas ao CRACAS percebeu-se que existe uma interação recente entre elas. Na maioria das associações as interações iniciaram-se em 2004/2005, como é o caso de Timbaúba dos Batistas. De acordo com Fátima Araújo Dantas da Associação de Produtores Artesanais de Cruzeta – ASPOARC “O CRACAS eu conheci por livre e espontânea vontade. Não houve o convite para me associar a ele, mas tive vontade de associar por causa dos cursos que em 2008 ele ofereceu. Esse contato é super recente”.

De acordo com a Fátima Araújo Dantas, presidente da Associação dos Produtores Artesanais de Cruzeta:

A comunicação entre o CRACAS e a ASPOARC é considerada boa. Mas não é constante. [...] A Arlete é quem sabe onde tem feira aí ela vem e repassa para a gente. A comunicação entre a gente e o CRACAS às vezes ela liga aí quando ela não liga eu ligo pra saber de alguma coisa sabe porque assim as meninas aqui elas querem saber de um monte de cursos elas querem o curso de requalificação de bordado. Eu acho muito importante o papel do CRACAS (DADOS DA PESQUISA, 2010).

Em Cruzeta além da associação do o CRACAS ser recente, Fátima não se sente atuante no mercado do bordado. Esse motivo faz com que seu discurso tenha nuances negativas, entretanto, o desejo em interagir e o fator econômico alavancar torna-se seu objetivo principal como presidente da associação.

Segundo Cláudia, presidente da Associação de Bordado de São Fernando “a comunicação nossa com o CRACAS é muito importante assim porque ela sabe onde tem feira, mas assim falta mais contato com a gente”. Em Serra Negra do Norte na Associação de Bordado e Conselho Comunitário da Saudade, a presidente Eliane Cristina Pereira afirmou que “Com o tempo o relacionamento com as artesãs me tornou uma pessoa mais dinâmica, confiante.

Porque tem uma troca. Arlete Silva frequentemente visita a Associação de Serra Negra. É muito importante alguém como ela a frente do CRACAS, que coordene, que leve nosso artesanato para frente”.

Em Timbaúba dos Batistas existe um conflito entre duas importantes fomentadoras da atividade artesanal no município: Salmira de Araújo atual presidente da associação (Casa das Bordadeiras) e Maria José artesã, atualmente presidente da cooperativa de Timbaúba. Para Arlete Silva “O problema que está acontecendo em Timbaúba dos Batistas é falta de apoio, é com a base, a base não confia”. A falta de confiança percebida no discurso de Arlete prejudica a comunicação e interação tanto entre os gestores do artesanato do município quanto do seu colaborador, o CRACAS. Segundo Grönroos (2003) a confiança é construída no processo social de interação entre as partes, quando juntas aprendem, degrau por degrau, a confiar uma na outra. Quando se fala de comprometimento remete-se também a ter confiança no relacionamento de negócios.

O controle e a utilização dos recursos pelas artesãs

Os recursos podem ser de natureza financeira (relacionados à capacidade de aportar valores monetários ao parceiro ou à rede) tecnológica (seja no âmbito de transferência ou transformação de recursos, de projetar novas tecnologias, de produzir certos produtos bens ou serviços, de gerenciar relacionamentos) ou humana (capital intelectual) (TURNBULL et al, 1996).

Segundo Cláudia, presidente da Loja dos Artesãos “A Associação de Bordado de São Fernando tem quase 40 bordadeiras, não temos outros tipos de artesanato. Mas no total são 66 associados”.

Em Serra Negra do Norte a presidente da Associação de Bordado e Conselho Comunitário da Saudade, Eliane Cristina Pereira, afirmou que “Quando o projeto de criação da associação foi feito, recebemos dinheiro do Programa de Desenvolvimento Solidário, através da prefeitura de Serra Negra do Norte. Aí compramos linha, linho, máquinas e começamos a produzir”. Em Cruzeta, Fátima Dantas descreveu o processo entre a utilização dos recursos intelectuais e financeiros da seguinte forma:

Ao total temos 123 sócios, mas contribuintes de fato são 40. A associação é feita pelas pessoas. Aqui elas aprendem com os cursos que oferecemos a serem bordadeiras. Temos em Cruzeta 20 bordadeiras profissionais. Infelizmente a maioria das pessoas que

vêm fazer os cursos nunca mais retornam a associação. Estamos oferecendo um curso de bordado de 300h. Esse curso é promovido exclusivamente pela ASPOARC. Cobramos R\$150,00 por pessoa. Com a soma desse recurso nós pagamos o aluguel da associação (R\$70,00), água, luz e outras despesas (DADOS DA PESQUISA, 2010).

Percebe-se que a demanda de artesãs ainda é pequena. Faz-se necessária uma motivação das mulheres da comunidade no sentido de perceberem a atividade artesanal como uma fonte de renda. Em Jardim do Seridó, Daguia Santos explicou como administra os recursos da associação:

Só tinha dezessete ou era dezoito mulheres, mas tinham aquelas que aprenderam, mas não se interessaram em ficar na associação, aí a gente não pode obrigar né? Você sabe muito bem disso, aí em torno de uns dezessete a gente veio trabalhando e ela só vem crescendo hoje a gente já tá com sessenta e seis associados. O CRACAS em nome financeiro não oferece nada por enquanto e a gente nunca procurou. Só no início a gente teve com as peças SEBRAE deu o instrutor, o SEBRAE é um parceiro fortíssimo (DADOS DA PESQUISA, 2010).

Na Associação de Timbaúba dos Batistas o processo da confecção do artesanato e a captação de recursos são feitos vinculados ao CRACAS. De acordo com Håkansson e Snehota (1995) dois atores organizacionais com diferentes conhecimentos tentam combinar e confrontar seus recursos e criam a possibilidade de inovação e também o surgimento de um novo conhecimento. De acordo com Maria José de Timbaúba dos Batistas é importante a parceria com o SEBRAE. Assim, é notória a participação efetiva do SEBRAE na contribuição para o desenvolvimento do artesanato no Seridó norterio-grandense. A utilização dos recursos de acordo com Jupira Nunes (coordenadora de projetos do SEBRAE/RN) é feita da seguinte maneira:

O financiamento dos cursos é feito 50% pelo SEBRAE e 50% pelo comitê. As ações do SEBRAE/RN nos municípios acontecem de acordo com a necessidade do grupo. Não existem diferenças de um município para o outro. No entanto os resultados não têm mesma intensidade no resultado em virtude da atitude dos envolvidos (DADOS DA PESQUISA, 2010).

A utilização dos recursos pelo CRACAS ocorre, segundo Arlete Silva, da seguinte maneira:

Existe um local aqui no CRACAS onde as artesãs se encontram, onde as reuniões são feitas. Lá eu pergunto assim: Como foi o ano de 2009? Houve o curso de requalificação? Entraram mais gente em sua associação? Quais foram os parceiros que mais contribuíram? Vocês participaram de alguma feira? Em seguida faço um relatório e dou para o governo do Estado ou para o SEBRAE. Em Natal o comércio de artesanato é fraquíssimo. Eu não vou saber, porque eu tenho que arrumar transporte para ir, pagar alojamento e alimentação. Os recursos financeiros que atualmente o CRACAS recebe são R\$3.000,00 do Banco do Brasil, R\$20.000,00 do Governo do Rio Grande do Norte. Aqui no CRACAS tenho 5 funcionários uns pagos, outros voluntários. Ao total tem umas 1500 pessoas associadas ao CRACAS. E só de bordado são 1200 pessoas (DADOS DA PESQUISA, 2010)

Constatou-se que a utilização dos recursos está associada ao incentivo inicial que pode ser através de cursos promovidos pelo SEBRAE e também pelo CRACAS. Viu-se que as associações obtêm uma quantidade pequena de capital intelectual, pois muitas artesãs preferem confeccionar seus produtos em casa e rapidamente vendê-los, não tendo a associação como um intermediário. A quantidade de recursos financeiros e tecnológicos disponibilizados para as associações são, na maioria dos casos, o incentivador para o início do desenvolvimento da atividade.

A análise do papel desempenhado pelas artesãs em suas atividades cotidianas de negócios

Segundo Arlete Silva as atividades que o CRACAS organiza constituem em: “cursos de capacitação nos municípios, cursos de incentivo a criação de associações, auxílio na comercialização dos produtos gerados pelas associações, participação em feiras, eventos religiosos.”. De acordo com Daguia Santos o seu papel perante a associação e a comunidade de Jardim do Seridó é visto da seguinte forma:

O processo da nossa atividade é o seguinte: a gente compra o tecido na peça, a gente risca no carbono a gente não usa o que-rosene porque prejudica o meio ambiente e a saúde da gente

também eu já risquei no querosene, mas não gosto de jeito nenhum é fácil é muito fácil riscar rapidinho você risca muitas peças é rapidinho, mas o outro não prejudica a saúde da gente nem do meio ambiente e a gente repassa para as bordadeiras. Se for colorido a gente define se for preto e branco ou tom sobre tom a gente define e passa para ela aí depois que borda arruma coloca na embalagem e te pronto para vender” (DADOS DA PESQUISA,2010).

Na Associação de Bordadeiras e Conselho Comunitário da Saudade de Serra Negra do Norte, Eliane Cristina Pereira afirmou que:

No momento eu sou coordenadora, sócia e comando a parte de riscar e cortar o tecido. O processo de nossa atividade é esse 1º compra o linho (tecido), 2º cortar o tecido, 3º escolher o risco, 4º escolhe as linhas coloridas para o bordado, 5º bordar, 6º lavar, engomar e embalar. Os recursos utilizados são tecido, linha e a bordadeira. Esses relacionamentos são construídos através das reuniões, dos nossos encontros. Contato uma com a outra (DADOS DA PESQUISA, 2010).

Em São Fernando, Cláudia descreveu o processo de sua atividade desempenhada pela associação:

Nós promovemos o São João de São Fernando. O processo de confecção do artesanato é primeiro a gente compra o tecido aí depois risca aí começa o processo do bordado. A gente revende para outras pessoas para tipo assim, Caicó a maioria das pessoas aqui bordam para Caicó. A associação é mantida pelo dinheiro que arrecadamos das sócias. E também 10% de tudo que é vendido fica aqui na associação. Não existe regra para entrar na associação, basta saber bordar (DADOS DA PESQUISA, 2010).

Ainda sobre o papel do CRACAS na região do Seridó, Arlete Silva afirma que:

O CRACAS controla o Seridó todo. São mais de vinte e quatro associações filiadas que hoje é a presidente assim a gente tentou organizar e mudar a questão do artesanato em Seridó. Foi assim que surgiu isso aqui. Um local em que eu pudesse fazer em tese a minha casa. Em parceria com o SEBRAE nós arrumamos uma salinha. Hoje nós estamos felizes com a associação e

comercialização o CRACAS organizar a categoria e a associação das bordadeiras (DADOS DA PESQUISA, 2010).

Constatou-se com a pesquisa a relevância do papel do CRACAS aos municípios associados. Percebeu-se também que os recursos empregados na associação através da construção de salas de qualificação (bordado e internet) fortalecem a percepção da importância do CRACAS na rede.

A geração de sentido sob a ótica das artesãs do CRACAS

Com base nas afirmações de Arlete Silva, presidente do CRACAS é possível perceber a geração de sentido do início do artesanato, basta analisar o conteúdo da sua fala:

O artesanato fez parte da minha vida primeiro quando comecei a me envolver na arte quando eu fazia o ginásial. O curso de educação também tinha artes. Daí eu comecei a fazer arte na minha vida bordar a mão fazer brolio. Aí meu pai e eu fazíamos balaio. Comecei vendendo balaio na feira e esses negócios todos com meus oito anos de idade eu comecei a trabalhar aí depois eu terminei meu ginásial. A associação ficava lá em casa. Foi ali que a gente foi começando a fazer (DADOS DA PESQUISA, 2010).

Percebe-se que a falta de investimentos e incentivos políticos motivou Arlete Silva a criar o CRACAS e dar continuidade a sua produção artesanal. De acordo com Fátima, presidente da Associação de Cruzeta o artesanato faz parte de sua vida desde os 12 anos. “Eu aprendi a fazer o crochê, fazia meus vestidos, roupas fiz até meu enxoval”. Para Eliane de Serra Negra do Norte a motivação para a criação da associação de bordado surgiu pela necessidade de toda comunidade se unir, se organizar para reivindicar direitos, exercendo assim sua cidadania.

Para Maria José de Timbaúba dos Batistas a história se repete, o bordado faz parte de sua vida de artesã desde cedo. Nesse sentido, a entrevistada afirma: “Mas eu bordo desde os 13 anos, aprendi olhando os meus vizinhos bordando. Minha mãe não bordava. Minha mãe nunca bordou, mas eu aprendi porque eu tinha aquela curiosidade de meu vizinho bordando e eu achava bonito e eu gosto de bordar”.

Para que a geração de sentido de uma atividade aconteça faz-se necessária ela estar em um processo. Esse processo foi constatado pelas entrevistadas uma vez que surge desde a infância onde elas aprenderam a bordar com parentes e desde então estabeleceram um forte significado em torno dessa atividade

a qual continuam a desenvolver. Segundo Ford (1997) o *sensemaking* é o processo onde os indivíduos começam a perceber os eventos ao seu redor; como eles estabelecem e criam algum tipo de significado.

O relacionamento de negócios é um fator que auxilia na geração de sentido de uma atividade, pois ele gera questionamentos do indivíduo que a realiza. De acordo com Maria José:

De modo geral o relacionamento entre as sócias da cooperativa é ótimo. Temos vinte e duas sócias na cooperativa, então não é só a associação que deve ser atendida. As vezes eu me perguntou: qual é o meu objetivo de eu ser do jeito que eu sou? eu disse: sabe qual é meu objetivo? Diante do que eu vejo, o CRACAS vê que nós somos prejudicados por uma política dentro do município eu acompanhava o prefeito, mas diante de tudo isso quando eu vi que ele não queria o nosso bem (DADOS DA PESQUISA, 2010).

Observou-se que em um relacionamento nem tudo acontece corretamente, pois existem as experiências negativas. Para o *sensemaking*, a geração de sentido, essas experiências fazem parte do processo, e quando percebidas reafirmam a participação atuante dos atores na compreensão da atividade. A imagem do CRACAS também faz parte do processo da geração de sentido relatada pelas artesãs.

Para Geersbro (2004) o *sensemaking* em uma perspectiva do realista deve ser retrospectivo. A experiência mais negativa constatada neste estudo é em Timbaúba dos Batistas. Já para Daguia Santos de Jardim do Seridó “Aquele fracassozinho a gente supera a gente é forte, a gente não deve abalar, tem que ser exemplo. Às vezes a gente tem um fracasso, mas serve de exemplo com aquele fracasso a gente já procura ficar forte né?”

A entrevistada de Cruzeta, a senhora Fátima ajuda a melhor entender o assunto quando afirma:

Eu ainda não vivi experiências ruins com a atividade que realizo. Estou a apenas 1 ano na associação. Para mim a imagem do CRACAS eu ainda não sei responder ao certo. Não sinto o interesse do prefeito. Dentro da associação existe amizade entre os membros, mas não existe o pensamento do associativismo. As artesãs nos procura, fazem o curso, se capacitam e confeccionam os produtos em casa, não havendo a sensibilidade de pensar que se juntassem a associação para melhor comercialização, talvez

o CRACAS nos visse diferentes, o prefeito, os compradores (DADOS DA PESQUISA, 2010).

Weick (2005) afirma que o entendimento das ações e atividades do cotidiano começa no passado, pois, é a partir deste, que se torna possível capturar o processo de construção da realidade. A razão para isto é que os atores organizacionais, como define o autor, estão sempre no meio de algum processo cujo resultado é a transformação de alguma coisa. É uma atividade que o ator organizacional realiza de observação, interpretação e compreensão do mundo exterior, inferindo-lhe sentidos lógicos advindos do uso de esquemas interiores.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Observaram-se através da investigação as características do *sensemaking* no cotidiano das associações de bordadeiras do Seridó sob o olhar de suas presidentes. Observou-se a imagem que as associações têm do CRACAS, a superação das experiências negativas, a comunicação entre elas, o surgimento da atividade nas vidas das artesãs, como elas se sentem desempenhando o artesanato.

A satisfação das bordadeiras se dá quando recursos financeiros são oferecidos de forma concreta para a obtenção da matéria prima para a confecção dos produtos. Quando bem feita à distribuição de recursos a satisfação pela atividade inicia-se. Ela também se dá com a comercialização dos produtos e o reconhecimento da atividade como fonte de renda.

De acordo com as artesãs, os recursos financeiros não provêm do CRACAS. Esses recursos são oferecidos pela prefeitura através de programas (municipais, estaduais e federais) de incentivo a produção artesanal. Ademais, a distribuição desses recursos ainda não é feita de forma efetiva e eficiente perante os municípios do Seridó do Rio Grande do Norte. O maior captador de recursos é o CRACAS, através de sua representatividade política.

No presente estudo de caso constatou-se que os sete municípios do bordado interagem como uma rede de negócios do artesanato. Porém, é considerado fraco o relacionamento entre os municípios. Ainda não existe uma real interação entre eles. Fato que pode acontecer devido à recente criação das associações, as quais inicialmente necessitam consolidarem-se para, então, promoverem interação. A interação encontrada pela presente investigação se dá somente entre os municípios e o CRACAS. Essa questão comprova a

afirmação inicial de que o CRACAS não existiria não estando em rede. Existe um relacionamento de negócios que está sendo construído entre as associações.

A 'arte da associação' fortifica a economia do município com destaque neste caso Caicó, sede do CRACAS. Essa representatividade pode ser percebida através dos eventos no município, Festa de Santana, onde a comercialização do artesanato é um pilar importante para o desenvolvimento do evento e do turismo. Nesse contexto, o turismo na localidade é beneficiado e anualmente vem se desenvolvendo e se expandindo, contribuindo então para o crescimento e desenvolvimento econômico do município. O turismo, com foco no segmento religioso, se trabalhado de maneira integrada pode ter resultados favoráveis no combate à pobreza e à exclusão social, dos municípios seridoenses, gerando assim emprego, renda, bem como a conquista das necessidades básicas da sociedade.

Por fim, observa-se que o famoso bordado do Seridó está longe de ser uma atividade estruturada. São poucos os recursos e incentivos municipais, estaduais e federais para o fomento da atividade. Nota-se que atualmente somente o SEBRAE/RN incentiva a atividade na região seja através do apoio a captação de recursos, seja pelos cursos de capacitação ou pela doação de matéria prima.

As associações na maioria das vezes encontram-se em situações precárias como é o caso da Associação do município de São Fernando/RN onde a única maneira de contactar a presidente da associação é através do telefone público no final da rua da associação. Retrato esse que reflete as condições ainda precárias em que se encontram os municípios do Rio Grande do Norte. Os municípios de Caicó e Timbaúba dos Batistas são dois bons exemplos onde nota-se investimentos nas associações.

O sentimento de amor com que se faz a arte é um dos elementos importantes para a continuação da produção do artesanato segundo as bordadeiras, entretanto, não é suficiente para o desenvolvimento desse arranjo produtivo. Mesmo assim, nota-se que esse sentimento está diretamente ligado ao *sensemaking*, a geração de sentido e faz com que a pesquisa tenha alcançado seus resultados motivando futuros estudos na região e contribuindo assim para uma reflexão aprofundada sobre a temática.

REFERÊNCIAS

- AZEVEDO, F. F. de. *Entre a cultura e a política: uma geografia dos “currais” no sertão do Seridó Potiguar*. 2007. 445f. Tese (Doutorado em Geografia) Instituto de Geografia, Universidade de Uberlândia, Uberlândia, 2007. P. 51.
- CANTERLE, N. M. G. *O associativismo e sua relação com o desenvolvimento*. Francisco Beltrão-PR, Unioeste, 2004. Disponível em: <www.unioeste.br>. Acesso em: 17 jul. 2007.
- CASTELLS, M. *A sociedade em rede*. 7 ed. São Paulo: Paz e Terra, v.1. 2003. (A era da informação: economia, sociedade e cultura) p. 69 – 239.
- CORIOLOANO, L. N. M. T. et al. *Arranjos produtivos locais do turismo comunitário: atores e cenários em mudança*. Fortaleza: Ed. UECE, 2009.
- DIAS, R.; SILVEIRA, E. J. S. *Turismo Religioso: ensaios e reflexões*. Campinas/SP: Alínea, 2003.
- FORD, D. *Understanding Business Markets: Interaction, Relationships and Networks*. London: Academic Press, 1997.
- _____; et al. *Managing Networks*. Perth, 18th. IMP conference. Ref Type: Conference Proceeding, 2002.
- FRANTZ, W. *Desenvolvimento local, associativismo e cooperação*, 2002. Disponível em: <http://www.unijui.tche.br/~dcre/frantz.html>. Acesso em: jan. 2010.
- GEERSBRO, J. Sensemaking in business networks – Making sense of business networks. 2004.
- GRÖNROOS, C. *Marketing – Gerenciamento e Serviços*. 2 ed. Rio de Janeiro: Campus, 2003.
- HANKANSSON, H; SNEHOTA, I. *Developing relationships in business networks*. London: Routledge, 1995.
- _____. The IMP perspective: assets and liabilities of business relationships. *Handbook of relationship marketing*. Thousand Oaks: Sage, 2000.
- MORAIS, I. R. D. *Desvendando a cidade: Caicó uma dinâmica espacial*. Brasília: Senado Federal, 1999. P. 327.
- _____. *Seridó Norte-rio-grandense: uma geografia da resistência* / Ione Rodrigues Diniz Morais. – Caicó, RN: Ed. do autor. 422p. : il., 2005. 314 p.
- SEPLAN. PDSS, *Plano de Desenvolvimento Sustentável do Seridó*. Volume 1. Diagnóstico, Caicó/RN, 2000.
- TURNBULL, P, FORD, D. e CUNNINGHAM, M. Interaction, relationships and networks in business markets: an evolving perspective. *The Journal of Business & Industrial Marketing*, v.11, n.3/4, p.44. 1996.
- WEICK, K. E. Organizing and the processo of sensemaking. *Organization Science: a journal of the institute of management sciences*, v.16, n.4, 2005.
- Yin, R. K. *Estudo de Caso: Planejamento e Métodos*. Porto Alegre: Bookman, 2005. P. 19 – 137.

Actores en disputa: procesos, relaciones y estructuras en la expansión del turismo residencial en Pipa

Antonio Aledo¹
Tristan Loloum²
Hugo García Andreu³
Guadalupe Ortiz⁴

INTRODUCCION

El turismo residencial no es solo una fórmula turística que ofrece alojamiento extra-hotelerero a millones de turistas viajeros en todo el mundo. Tampoco es meramente un sector económico intersticial entre el turismo y el negocio de la construcción residencial, aun reconociendo la influencia y relevancia de este último sector (JURDAO, 1979; HIERNAUX, 2005). El turismo residencial tanto por su capacidad de impacto en todos los ámbitos naturales y sociales como por la dimensión global que ha tomado en los dos últimos decenios es un fenómeno sociológico de una enorme complejidad (JACKIEWICZ y CRAINE, 2010; O'REILLY, 2007). En los dos últimos decenios se ha convertido en un vector central de las políticas de crecimiento económico regional y nacional en gran parte del espacio turístico de la periferia solar. En otras palabras, para aquellas comunidades que han optado por la monofuncionalidad del turismo residencial, éste se ha convertido en un *modelo de desarrollo*.

Al ser elegido como una herramienta clave para las estrategias de crecimiento adquiere una capacidad sociomorfológica de formidables dimensiones. El turismo residencial en su asentamiento y desarrollo sobre el territorio

1 Profesor del Dpto. de Sociología 1 de la Universidad de Alicante (UA).

2 Doutorando em Antropologia social na Ecole des Hautes Etudes en Sciences Sociales (França) e na Universidade de Lausanne (Suíça), Assistente de pesquisa e ensino no Departamento de Turismo da Universidade de Lausanne.

3 Profesor del Dpto. de Sociología 1 de la Universidad de Alicante (UA).

4 Profesora del departamento de sociología 1 de la Universidad de Alicante

elimina estructuras locales y, en su lugar, edifica otras nuevas. Modifica los ecosistemas locales y el paisaje, sustituyéndolos por una nueva naturaleza turística. Invierte las pirámides demográficas (JURDAO y SÁNCHEZ, 1990; MCWATTERS, 2009). Modifica la distribución de la población activa empujándola hacia los sectores de la construcción y de los servicios. Condiciona el acceso a recursos básicos como el agua. Define el número, el tipo y localización de las infraestructuras públicas. Perturba las relaciones sociales y de género (NOGUÉS, 2007; O'REILLY, 2000, 2007). Atrae inversiones foráneas y aumenta el capital circulante. Altera los patrones de asentamiento generando nuevos usos del espacio. Reordena la capacidad de control de la comunidad sobre los procesos de toma de decisiones. Por último, elimina formas culturales de toda índole que son suplantadas por formas detraídas de la cultura global (SMITH, 1989).

En este sentido el turismo residencial genera toda una serie de beneficios y costes que se distribuyen de forma desigual entre los diferentes grupos sociales de una región o comunidad. Estos cambios que produce la gigantesca fuerza modeladora del turismo residencial condicionan y hasta determinan el futuro de las comunidades y territorios donde se ha implantado y desarrollado (BLÁZQUEZ et al., 2011). A medio y largo plazo, terminan por transformarse en estructuras, en elementos constituyentes y propios de los territorios y sociedades locales, que con el paso del tiempo, determinarán la fábrica social de las comunidades que optan por este modelo de desarrollo turístico (GARCÍA-ANDREU et al., 2010; MATTEUCCI et al., 2008; MAZÓN, 2006).

Por todo ello, es plausible considerar el planeamiento del turismo residencial como una cuestión fundamentalmente política, antes que un ejercicio propio de las ciencias de la planificación, urbanismo, del turismo o de la economía. El control de los procesos de toma de decisiones que gestionan y reparten estos impactos positivos y negativos se convierte en un socioespacio de conflicto, en el que intervienen grupos de intereses contrapuestos. Si el objeto del planeamiento es conseguir un desarrollo justo y sustentable hay que discutir no solo qué formas urbanas y turísticas van reproducir en las zonas de acogida sino, muy especialmente, cómo se distribuyen socialmente esos impactos, cuáles son aceptables y qué grado de aceptabilidad tienen entre los diferentes grupos sociales y, por último, qué capacidad poseen los menos favorecidos por

el desarrollo turístico residencial bien de oponerse al mismo o bien de modificar sus condiciones.

Esta relevancia del turismo residencial como generador de nuevas estructuras y definidor de futuros obliga a pensar en él y sobre él de una nueva forma. Es posible que los métodos y técnicas de planeamiento tradicionales sean insuficientes porque no incorporan el conflicto de valores ni la incertidumbre asociada al proceso de planeamiento a largo plazo. Al tratar sobre el desarrollo del turismo residencial estamos tratando de futuro y de intereses, de valores y conflictos, de cambio social y opciones, y de una actividad que genera cambios profundos y permanentes.

El Turismo Residencial invita a pensar en el espacio social y en la economía política del ocio conjuntamente con las representaciones e ideologías que lo justifican. El estudio de la producción de la materialidad del Turismo Residencial, las residencias, infraestructuras y servicios anexos - no puede quedar reducido a un enfoque meramente técnico encaminado a maximizar la eficiencia del producto o de su ordenación en el espacio. El mercado es también producto de creencias y de confianza, y el espacio turístico, resultado de deseos socialmente construidos. Pero al mismo tiempo, el estudio del Turismo Residencial R no debe quedar limitado a discursos y representaciones, pues sus consecuencias físicas, económicas y sociales son bien tangibles y la acción social está enmarcada por estructuras de poder definidas en la actualidad por la globalización y las políticas de inspiración neoliberal (BIANCHI, 2009).

En este artículo, abordamos el Turismo Residencial como un socioespacio de conflicto donde diferentes actores sociales se disputan el control de los procesos de toma de decisiones que dirigen su evolución, su materialidad morfológica y la distribución de sus efectos (ALEDO, 2006). Un socioespacio está compuesto por relaciones de dominación y resistencia, discursos y prácticas. El concepto de campo de Bourdieu nos ayuda a entender este espacio social. Baste recordar que, para el pensador francés, un campo social es un “campo de fuerzas que actúan sobre todos los que entran en ese espacio y de maneras diferentes según la posición que ellos ocupan en él (...) a la vez que es un campo de luchas que procuran transformar ese campo de fuerzas” (BOURDIEU, 1990, p. 21). Si bien un campo es “un universo relativamente autónomo” (BOURDIEU, 1979, p. 465) definido por relaciones que se tejen entre los actores, está también sometido a una serie de fuerzas externas, es decir, de estructuras sociales y económicas.

Aplicando esta noción al análisis del Turismo Residencial, cabría definirlo como un campo de luchas entre agentes muy diversos (políticos locales, entidades financieras, inversores extranjeros, empresarios locales, turistas extranjeros, pobladores locales, etc.) y un campo de fuerzas sometido a determinantes externos y preexistentes: tradiciones, culturas institucionales, estructuras urbanas, el sistema capitalista financiero y las nuevas pautas de movilidad que facilitan la circulación de bienes, capitales y personas internacionalmente. La dialéctica campo de lucha/campo de fuerza ayuda a entender la articulación agencia/estructura, formalizada también por Giddens (1984) con el concepto de “estructuración”. Si bien los conflictos entre actores vienen condicionados por fuerzas estructurales, participan a su vez de la transformación del entorno social, económico y territorial. El Turismo Residencial resulta así un socioespacio estructurado y estructurante.

El presente artículo adopta este enfoque dialéctico para indagar en las nuevas relaciones de poder introducidas por la transnacionalización del modelo Turismo Residencial desde el Mediterráneo al nordeste brasileño. Con este objetivo se ha desarrollado un Análisis de Partes Interesadas aplicado a un estudio de caso en el estado de Rio Grande do Norte (Brasil) realizado en el marco de un proyecto subvencionado por el Ministerio de Ciencia e Innovación y la Agencia Española de Cooperación entre 2009 y 2012. A continuación, se ofrece una contextualización del área estudiada así como una justificación metodológica y una exposición de los principales resultados de esta investigación⁵.

LA TRASLOCALIZACIÓN DEL TURISMO RESIDENCIAL AL NORDESTE BRASILEÑO

España ha incubado durante muchos años el Turismo Residencial (TR en adelante) como fórmula de ocio residenciado. En el Mediterráneo europeo, el TR se consolidó desde finales de la década de los setenta del siglo pasado (GUSTAFSON, 2001, 2002; JURDAO, 1979; GAVIRIA, 1969, 1974, 1976). Las expectativas generadas tanto por el turismo como muy especialmente por la burbuja inmobiliaria propiciaron el salto atlántico del TR a partir del 2002

5 Causas y consecuencias de la globalización del turismo de segunda residencia (MICINN CS02009-14074) y Análisis de los impactos del desarrollo turístico residencial: un estudio comparado entre la Costa Blanca y Rio Grande do Norte (Brasil) (AECID A/032386/10).

hasta el 2008 (DANTAS et. Al, 2010; HIERNAUX, 2010), año en el que la crisis financiera global frenó su expansión. Durante dicho sexenio, miles de unidades residenciales orientadas fundamentalmente al mercado extranjero fueron construidas en Latinoamérica aprovechando una serie de ventajas comparativas relacionadas con un paisaje escasamente turistizado, el bajo coste de la tierra y de la mano de obra, el apoyo gubernamental a la inversión extranjera y una gran disponibilidad de capitales internacionales de carácter especulativo. La expansión atlántica de este nuevo TR se nutre, por un lado, de la necesidad de hipermovilidad de la sociedad posmoderna favorecida por la globalización, el desarrollo de las nuevas tecnologías y abaratamiento del transporte (LANQUAR, 2007; URRY, 2000) y, por otro, de la búsqueda de nuevos nichos de inversión por parte del mercado financiero global (BLÁZQUEZ et al., 2011).

En el caso brasileño, la región elegida para el desarrollo del TR fue el nordeste del país (LOLOUM, 2010; KONDO y LATERZA, 2008). El Nordeste ha sido históricamente una de las zonas menos desarrolladas de Brasil y una fuente de emigración hacia las metrópolis del sur. Según el informe de 2005 del PNUD, el Índice de Desarrollo Humano del Nordeste era el más bajo de todas las regiones brasileñas. La llegada del turismo a comienzos de la década de los ochenta fue vista como una oportunidad para alterar esa situación de pobreza crónica. Tras una primera fase de descubrimiento y exploración, los gobiernos federales y regionales promovieron a partir 1995 un programa de desarrollo territorial orientado al turismo: el Programa de Acción para el Desarrollo Turístico (PRODETUR-NE). La construcción de diversas infraestructuras y plantas hoteleras se orientó a facilitar el acceso y puesta en el mercado internacional de los notables recursos turísticos costeros (FONSECA y COSTA 2005). Dentro del nordeste brasileño, Rio Grande do Norte destaca por ser el segundo Estado que recibió mayor cantidad de inversión extranjera en los sectores turístico e inmobiliario (240 millones de USD entre 2001 y 2007, justo después del Estado de Bahía, con 476,9 millones de USD) y el estado más dependiente de inversiones turístico-inmobiliarias (RIBEIRO, 2008: 88-99). Según Alessandro Silva (2010, p. 211), el 54,9 % de las inversiones extranjeras se han dirigido a este sector entre 2001 y 2007, por lo que, en Rio Grande do Norte, el turismo residencial aparece claramente como una fuerza “hegemónica”.

Durante este periodo tuvo lugar una corta pero intensa fase de desarrollo turístico residencial, dando lugar a profundas transformaciones. El TR ha generado importantes beneficios económicos ligado a la generación de empleo y aumento de las rentas locales, al tiempo que ha producido cambios de carácter ambiental y sociocultural (MASON, 2008; BESCULIDES et al., 2002) tales como la ocupación extensiva del espacio (incluso de espacios naturales protegidos), la competencia con el sector hotelero, los conflictos derivados de intensos flujos de inmigración laboral y la priorización inversora sobre los espacios de uso turístico en detrimento de áreas habitadas por población local. El TR ha relegado a un segundo plano a las actividades económicas tradicionales, promoviendo el sector de la construcción y de los servicios, y provocando rápidas mudanzas en los estilos de vida y en el conjunto de significados que dotan de sentido al territorio (DEMAJOROVIC et al., 2011).

Esta investigación se llevó a cabo en uno de los principales destinos turísticos del estado de Rio Grande do Norte (RGN), Pipa, en el municipio de Tibau do Sul, que representa un ejemplo paradigmático de la evolución del turismo en el nordeste brasileño. Pipa es un distrito de unos 5.000 habitantes situado a 85 kilómetros de Natal, la capital de RGN.

Antiguamente una villa de pescadores, es hoy el segundo destino turístico del estado. Los primeros turistas, que llegaron a Pipa a mediados de la década de los setenta, eran en su mayoría jóvenes *mochileros*, surfistas y bohemios. A mitad de los años ochenta se inicia el desarrollo de una planta de pequeños hoteles. Las cadenas hoteleras no llegan hasta la mitad de los noventa, cuando turistas y empresarios portugueses empiezan a interesarse por el destino. Este incipiente modelo hotelero internacional emprende nuevo rumbo después de 2002, cuando el litoral nordestino experimenta un intenso crecimiento inmobiliario como consecuencia de inversiones extranjeras en proyectos de segundas residencias destinados a una clientela europea. En menos de seis años, el número de apartamentos turístico-residenciales (1.199 apartamentos y casas en condominios) alcanzó el volumen de la oferta hotelera que venía desarrollándose desde los años ochenta (1.335 plazas hoteleras) (LOLOUM, 2010).

Estos nuevos desarrollos fueron posibles gracias a, por un lado, una coyuntura económica global favorable a la inversión inmobiliaria y, por otro, a políticas gubernamentales orientadas a integrar esta región periférica en los circuitos internacionales del turismo. Si bien el rápido crecimiento urbanístico

permitió un ingreso sustancial de capitales, el contraste con la pobreza estructural de esta región ha generado una fuerte controversia sobre la distribución de los beneficios económicos y de los costes ambientales y sociales, sobre la gestión pública y la calidad de la democracia local.

EL ANÁLISIS DE PARTES INTERESADAS DEL TURISMO RESIDENCIAL Y SUS FUNDAMENTOS EPISTEMOLÓGICOS

En esta investigación se ha utilizado la herramienta de Análisis de Partes Interesadas (API) para entender la configuración política de actores y el socioespacio de conflicto generado en torno al desarrollo del TR en Pipa. El uso del API responde a una triple intención: en primer lugar, identificar los productores del espacio turístico-residencial; en segundo, identificar los beneficiarios y afectados por el TR y, en tercer lugar, entender el funcionamiento del socioespacio que genera el desarrollo del TR, empleando para todo ello un estudio de caso. Así, el API permite dar cuenta de las lógicas sociales y políticas locales que, teniendo en cuenta los condicionantes económicos del mercado turístico, determinan la implantación del nuevo modelo turístico-residencial. Los efectos del TR no se distribuyen de forma equitativa entre los diferentes actores que participan en él. Si bien la literatura especializada en los efectos del turismo se ha centrado en la identificación de los impactos, son pocos los estudios que han ampliado su esfera analítica a cuestionar la producción y distribución social de los mismos. Ahora bien, los estudios realizados en España y en el Caribe (BLÁZQUEZ et al., 2011; ALEDO, 2008) indican que el TR tiende a privatizar los beneficios (económicos) y socializar los costes (sociales, ambientales, urbanísticos). De ahí la necesidad de conocer los actores implicados en esta actividad para profundizar en el conocimiento de la distribución social de los efectos.

Nacida en las ciencias empresariales anglo-sajonas en los años ochenta para estudiar el entorno social de la empresa (DONALDSON y PRESTON, 1995; FREEMAN, 1984), el API es hoy una auténtica “torre de Babel conceptual” (PESQUEUX, 2006, p. 19) utilizada en ámbitos organizacionales muy variados. El API se presenta como una descripción sistematizada de las relaciones entre actores, de sus características y posiciones en la organización social. Para ello, hace uso de retratos escritos (narrativas), matrices de análisis y mapeos de actores. La palabra *stakeholder* (equivalente inglés de “parte interesada”) se refiere a todos los “individuos o grupos que pueden afectar o ser

afectados por la realización de los objetivos de una organización” (FREEMAN, 1984, p. 46). Se distingue así de los *shareholders* y *stockholders* (accionistas) en el sentido de que el interés del *stakeholder* en la actividad de la empresa no es necesariamente financiero: puede ser simbólico, ambiental, social o político. Históricamente, este enfoque surge en un contexto neoliberal de fortalecimiento del sector privado y de fuertes contestaciones sociales ocurridas en el seno de grandes organizaciones (DAMAK-AYADI y PESQUEUX, 2005). Estas protestas llevaron a los gestores a entender que el entorno social participaba en la creación de valor de la empresa. De ahí la necesidad de integrar las expectativas de los agentes externos dentro de la estrategia de la empresa.

Sin embargo, el uso del API no se limita a la esfera empresarial. Puede también asociarse a la emergencia de nuevos sujetos de derecho, de nuevas ciudadanías. Es particularmente recomendado en el caso de programas de gestión comunitaria de recursos naturales (CHEVALLIER, 2001) o en procesos participativos para garantizar la representatividad y seleccionar participantes legítimos (RAMÍREZ, 1999). En el ámbito turístico, el API se ha aplicado en ambas situaciones: bien para orientar la gestión de administraciones y empresas turísticas (CURRIE et al., 2009; SHEEHAN y RITCHIE, 2005) o bien para facilitar diagnósticos participativos en destinos turístico-residenciales del mediterráneo español (ORTIZ, 2009; GARCIA-ANDREU, 2008).

A pesar del sesgo funcionalista inherente al método, el enfoque interaccionista propuesto en el API ofrece un buen compromiso entre las teorías de la estructura y de la agencia para explicar las interdependencias, las relaciones desiguales y las influencias difusas de un determinado sistema. En el caso de esta investigación, permite reflejar los patrones de articulación entre la estructura económica del TR y las lógicas específicas de la organización social en Pipa, sin caer en los excesos del holismo estructuralista o en el individualismo metodológico. El API ofrece un marco metodológico adecuado para identificar los atributos e intereses de los principales actores que intervienen en el socioespacio de conflicto del desarrollo turístico-inmobiliario.

Con todo, conviene formular algunas precauciones ante el API. En primer lugar, las principales limitaciones de este análisis descansan en la falta de diacronía del análisis. Es importante recordar que se trata de una “fotografía” de una configuración específica en un momento dado. Por lo tanto, es pertinente completar el estudio con una contextualización histórica. En segundo lugar, por definición, el Análisis de Partes *Interesadas* encubre una

cierta concepción utilitarista del individuo, cuya acción se limitaría a sus recursos, intereses y estrategias. Es importante recordar que la racionalidad de los agentes sociales es limitada y múltiple. Sus intereses no están siempre pre-determinados racionalmente ni tampoco se formulan de manera consciente (HANDS, 2001). Por eso preferimos hablar de “lógicas de acción” más que de “estrategias” (que suponen una intencionalidad) para explicar las motivaciones de los actores que se expresan por medios cognitivos y discursivos variados. En tercer lugar, otra característica a tener en cuenta es el carácter subjetivo del mapeo social y la inestabilidad de la identificación y clasificación de actores. La demarcación de grupos sociales siempre es discutible. Por ejemplo, algunos autores han discutido el dilema de considerar a la “comunidad local” como un actor en sí mismo (ALTMAN, 2000; WADDOCK y BOYLE, 1995), lo cual presupone que existe – a pesar de las múltiples divisiones y de los conflictos del grupo - un consenso y una orientación común entre los integrantes de esta comunidad. Resulta fundamental recordar que el API utiliza categorías subjetivas, no absolutas. El API es un análisis social, una representación de la realidad construida por el investigador a partir de sus observaciones.

ELEMENTOS METODOLÓGICOS

El API desarrollado en el marco de esta investigación se nutre de la información recogida a partir de 41 entrevistas en profundidad realizadas entre noviembre de 2009 y mayo de 2011 con empresarios e inversores, asociaciones y residentes locales, turistas residenciales y representantes del poder municipal y estatal. Las entrevistas fueron realizadas en Pipa, la zona de estudio, y en Natal, capital del Estado, donde se concentran las grandes empresas constructoras y administraciones públicas. Las entrevistas incluyeron también actores internacionales, pues el socioespacio de conflicto no admite una circunscripción territorial, sino que se estructura en diversas escalas locales, regionales, nacionales e internacionales.

En un primer momento, se seleccionaron los cuatro grupos sociales ya citados. Esta decisión fue el resultado de un trabajo exploratorio inicial a partir de fuentes documentales e investigaciones previas del equipo investigador en el caso de estudio (DEMAJOROVIC et al., 2011; LOLOUM, 2010). Se realizó un diseño muestral de tipo no probabilístico intencional de informantes clave, guiado por un proceso de selección de “bola de nieve” en el que los primeros entrevistados fueron seleccionados entre representantes oficiales de

diversos grupos sociales accesibles. El tamaño final de la muestra – como es habitual en la investigación cualitativa – no fue el resultado de una decisión apriorística sino que lo determinó el proceso de saturación teórica en los discursos de los entrevistados.

El tipo de información perseguida justifica la opción por un enfoque cualitativo. Al tratarse en muchos casos de cuestiones de poder y conflictividad, las preguntas difícilmente pueden ser planteadas a través de un cuestionario cerrado. En ocasiones, se llegó a la información a través de conversaciones informales o cruzando distintas informaciones parciales, pues la autocensura del entrevistado puede ser importante, especialmente en pequeñas comunidades donde el control social es fuerte.

La investigación ha indagado en diversas características de los grupos implicados: su historia, su auto-definición, su función y posición en el TR, sus recursos específicos de actuación y sus relaciones con otros actores implicados. En este sentido, se trata de una metodología que considera diversas dimensiones del poder: “posicional”, “reputacional” y “decisional” (MARZANO y SCOTT, 2005; WESTERHEIJDEN, 1987). El *poder posicional* se refiere a las posiciones formales de los actores en el organigrama de las empresas, instituciones y asociaciones oficiales. El *poder reputacional* se refiere a la visión que los demás actores de la red social tienen sobre el poder de otro. El *poder decisional* se centra en identificar quien efectivamente ejerce influencia en la decisión final. En esta propuesta, intentamos abarcar todas estas dimensiones del poder, considerando tanto las prerrogativas legales y contractuales (posicional) de los agentes como sus percepciones intersubjetivas (reputacional) y prácticas efectivas (decisional).

La recolección de la información está guiada por tres matrices analíticas destinadas a organizar y problematizar el sistema de partes interesadas. Mientras que las dos primeras se centran en los agentes sociales, la tercera analiza las relaciones entre ellos dentro del socioespacio del TR.

La primera matriz sirve para recoger informaciones generales sobre cada parte interesada. Ha sido denominada “matriz funcional”, pues identifica la posición de cada actor en el sistema TR. Explora los siguientes atributos: *nombre; empresa/organismo/ grupo social al que pertenece o que representa; localización y ámbito de actuación; definición de la empresa/organismo/grupo social; función en el TR; posición en relación con el TR.*

<i>Parte interesada</i> (empresa/organismo/grupo social)	Localización	Escala de actuación	Definición	Función	Posición (AF, MAF, N, EC, MEC)*
--	--------------	---------------------	------------	---------	---------------------------------

* (a favor, muy a favor, neutro, en contra, muy en contra).

Tabla I: Matriz de análisis funcional.

La segunda matriz es una “matriz estratégica”. Explora cuatro variables que determinan la distribución del poder en la configuración social del turismo. Estas cuatro variables son: los *recursos*, la *influencia*, las *limitaciones* y la *dependencia*. Los *recursos* son los distintos tipos de “capitales” (BOURDIEU, 1972) que los actores pueden movilizar para sacar partido del desarrollo turístico. La *influencia* es la habilidad de movilizar estos recursos para alterar el curso del TR. Pueden ser recursos financieros, institucionales (acceso a cargos oficiales, representación en órganos decisores o deliberativos), sociales (redes sociales, reputación, apoyo de la población, capacitación, etc.), organizacionales (capacidad de llevar una causa política de manera organizada), simbólicos (fama, patrimonio inmaterial) o legales (respaldo legal, conocimiento de la legislación). Las *limitaciones* son las fuerzas que obstaculizan la capacidad de los actores para influir sobre el desarrollo turístico-residencial. La variable *dependencia* se refiere a la dependencia de los agentes hacia la renta del turismo residencial y hacia otros actores.

<i>Parte interesada</i>	Recursos	Influencia	Limitaciones	Dependencia
-------------------------	----------	------------	--------------	-------------

Tabla II: Matriz de análisis estratégico

Una vez conocidas las características propias de cada parte interesada, una tercera matriz, de corte interaccionista, estudia las relaciones entre los actores. Evalúa el grado de afinidad entre ellos, buscando indicadores de conflictos - sean abiertos o latentes - y de alianzas - sean formales o tácitas. Nuevamente, medir el grado de afinidad es algo sutil ya que los antagonismos no siempre son conscientes, asumidos o expresados.

	Parte Interesada 1	Parte interesada 2	Parte interesada 3	Parte interesada 4
Parte interesada 1	X	Conflicto abierto	Conflicto latente	Acuerdo tácito
Parte interesada 2	X	X	Sin relación	Alianza formal
Parte interesada 3	X	X	X	Neutro
Parte interesada 4	X	X	X	X

Tabla III: Matriz de análisis interaccionista

Estas tres matrices nos permiten acceder a los tres tipos de poder anteriormente mencionados. Las matrices *funcional* y de *análisis interaccionista* nos ofrecen una vía de acceso a la comprensión del poder posicional en el caso de estudio; la matriz *de análisis estratégico* se dirige al poder reputacional y decisonal; y la matriz *de análisis interaccionista* sintetiza desde un punto de vista relacional la información recogida en las anteriores matrices.

Con el objetivo de sintetizar la información obtenida a partir de esta herramienta, la exposición de los resultados del API del TR en el caso de Pipa se ha dividido en dos partes: una primera dedicada a describir cada una de las partes interesadas identificadas en el caso de estudio y una segunda centrada en el análisis del TR como socioespacio de conflicto.

El sector turístico-residencial: un grupo de interés internacionalizado

Se puede hablar de “sector turístico-residencial” en tanto que los integrantes del mismo (inversores extranjeros, entidades financieras y bancarias, empresas constructoras y promotoras, agencias inmobiliarias, asociaciones profesionales, abogados, compradores y ocupantes finales) participan del proceso de producción y consumo residencial y están sometidos a una misma reglamentación.

El boom inmobiliario comenzó en la década del 2000 con la llegada de *grupos inversores transnacionales*. Sin su aportación de capital no hubiera sido posible la expansión del TR. Durante los años del boom inmobiliario en España, entre 1997 y 2007, disponían de una ventaja de capital debido a ingresos acumulados, a tasas de cambio muy favorables y a un acceso fácil al crédito. La composición de estos inversores era muy variada. Desde pequeños empresarios ajenos al sector turístico hasta grandes grupos inmobiliarios y financieros especializados en la compra de tierras y desarrollo de activos inmobiliarios en todo el mundo. La gran mayoría eran europeos - portugueses, españoles, italianos, escandinavos -, todos con grandes expectativas de negocio en el nordeste brasileño. Estos empresarios extranjeros tuvieron que asociarse con empresarios locales tanto para adaptarse a la legislación brasileña como para introducirse en este desconocido ambiente de mercado. Esto hizo que los inversores extranjeros, a pesar de su stock de capital, se tornaran dependientes del empresariado local. Mientras que los pequeños inversores solían contratar intermediarios informales, los grandes inversores se dirigieron principalmente

a empresas constructoras ya asentadas en el mercado regional. Las principales limitaciones a las que se enfrentaron estos inversores fueron el desconocimiento de la lengua, de la cultura empresarial local, del sistema tributario y de la legislación.

Las *entidades financieras y bancarias* han sido actores decisivos, primero, porque financiaron las infraestructuras que dieron soporte al desarrollo inmobiliario y turístico. Segundo, porque muchos grupos promotores internacionales se capitalizaron gracias a entidades financieras, como los *Real Estate Investment Funds (REITs)*. Y, finalmente, porque los bancos europeos fueron los principales facilitadores de crédito.

Las *constructoras y promotoras regionales* son actores centrales del sector TR en el nordeste brasileño. Conectan los mercados locales, nacionales e internacionales. Ligadas con los centros económicos del país (São Paulo, Rio de Janeiro) para su abastecimiento en maquinaria y capitales, están también en constante diálogo con administraciones locales. Son interlocutores y presadores habituales de las administraciones regionales. Los recursos de estas empresas son de carácter productivo (solo las grandes empresas tienen capacidad técnica de construir condominios de lujo) pero también institucional y legal. Disponen de un buen conocimiento de las condiciones administrativas necesarias para la edificación de urbanizaciones. También se esfuerzan en mantener buenas relaciones con las entidades públicas, las cuales establecen las reglas del juego y fiscalizan su cumplimiento. Según la Organización No Gubernamental *Transparência Brasil*, en las elecciones municipales de 2004 en Rio Grande do Norte, el 74,88% del total de donaciones de campaña han beneficiado a políticos que acabaron accediendo al poder. Entre los veinte mayores donadores se encontraban dos de las constructoras más activas en el negocio del TR: Ecocil (181.000 R\$) y L.A. Construções (100.000 R\$)⁶. No obstante, sus principales limitaciones y dependencias son de orden legal y administrativo relacionadas con la lentitud burocrática y los controles judiciales sobre licencias ambientales.

Las *agencias inmobiliarias* son también influyentes como intermediarias en la compra-venta de tierras. El acceso a la propiedad en el nordeste brasileño es particularmente delicado, especialmente en áreas rurales (como en la periferia de Pipa), debido a la inexistencia de títulos formales de propiedad.

6 Véase <http://www.transparencia.org.br/docs/mapa2004-4.pdf> (última consulta: 12/08/2011)

Según el escribano del Registro de Inmuebles de Tibau do Sul, cerca de 75% del municipio obedece a un régimen de posesión, es decir, a una propiedad de hecho pero no de derecho. Esta situación da lugar a litigios, casos de falsificación de títulos de propiedad y estafas en la venta de terrenos. En estas condiciones, la intermediación de una agencia inmobiliaria se ha convertido en una manera de brindar seguridad a las transacciones de inmuebles.

Las *asociaciones profesionales* son también actores claves por su papel de aglomeración de empresas y su poder de organización. Es el caso, por ejemplo, de la Asociación para el Desarrollo Inmobiliario Turístico en el Nordeste (ADIT), creada en 2005 por promotoras, constructoras, abogados, asesores financieros y agencias inmobiliarias con el propósito de captar el flujo de capitales extranjeros, aumentar su visibilidad en los circuitos económicos internacionales y transmitir confianza a los inversores financieros. Otra de las funciones de la ADIT es organizar eventos comerciales, nacional e internacionalmente, para promover el destino y dinamizar el mercado. Además, las asociaciones profesionales de constructores y corredores inmobiliarios tienen una elevada influencia al ejercer como grupo de presión ante el poder público, participando activamente en los consejos gestores de los gobiernos regionales y municipales.

Los *compradores finales y ocupantes de segundas residencias* son los destinatarios finales del producto. En ocasiones, es complicado distinguir entre propietarios y ocupantes ya que las fórmulas de gestión de condominios ofrecidas por los promotores permiten sistemas muy flexibles de alquiler - conocidos como *condhotel*, *apartotel* o *flat* - comparables a sistemas de gestión de tipo hotelero. De este modo, es posible diferenciar tres tipos de clientes: veraneantes regulares, compradores inversores y turistas ocasionales. Los veraneantes, en su mayoría europeos y brasileños, ocupan sus segundas residencias de manera regular cada año. Algunos las alquilan o prestan a amigos el resto del año. Los compradores inversores han comprado segundas residencias con la intención de venderlas más tarde. Entretanto, delegan la gestión de su(s) casa(s) a un *pool* hotelero para compensar los gastos de mantenimiento y la tasa de condominio y generar una renta. Los turistas ocasionales no son propietarios de las casas. Pagan por la pernocta y se comportan como si estuvieran en un hotel a excepción de que disfrutan de una cocina propia y todo el equipamiento doméstico básico. Antes de la crisis de 2007-2008, los compradores de segundas residencias eran esencialmente veraneantes e inversores europeos.

Con la crisis, la composición de la demanda ha cambiado fuertemente debido a la caída de la clientela europea.

Ahora bien, a pesar de que el auge de la clase media brasileña durante el periodo Lula ha permitido absorber parte de la oferta inicialmente destinada a europeos, el impacto de la crisis se ha manifestado en el Nordeste en un frenazo de la ventas y una infra-ocupación de los condominios existentes (MONTI, 2011). El peso de los usuarios y compradores finales en el sector no ha sido de los más significativos, pues el crecimiento del turismo residencial ha sido especulativo en su esencia. Es decir, la fuerza motriz del TR no era tanto la demanda final sino las expectativas de los propios inversores y promotores.

Los *abogados* son también actores claves del sector. Actúan como intermediarios entre productores y compradores y entre capital económico y poder público. En un ámbito jurídico-administrativo altamente burocrático e inseguro, el trabajo de un profesional conocedor de los procedimientos legales y cultura institucional es imprescindible. Son actores muy solicitados por el poder municipal para redactar proyectos de ley y supervisar la legalidad de las decisiones tomadas. Su omnipresencia en las interrelaciones que articulan la red de actores hace difícil situarlos en el mapeo de actores que se ofrecerá en el siguiente apartado.

Un sector público esquizofrénico En contra de una imagen común del Estado moderno, el sector público no es una unidad homogénea. Está compuesto por intereses múltiples y contradictorios. En el nordeste brasileño, los principales actores públicos implicados en el desarrollo turístico-residencial son los gobiernos regionales y municipales, los órganos ambientales y la Justicia, cuyas actuaciones oscilan entre el fomento desenfrenado del turismo, la regulación administrativa y la prohibición judicial.

La intervención de los *gobiernos regionales* en programas de fomento ha estado fundamentalmente dirigida a la intensificación e internacionalización del turismo. En el nordeste brasileño, el programa de actuaciones públicas orientadas al turismo (transporte, aeropuertos, saneamiento urbano, desarrollo institucional, etc.) se conoce como el PRODETUR-NE. Financiado con créditos del Banco Interamericano de Desarrollo y del Banco do Nordeste do Brasil, ha hecho posible la realización de grandes proyectos de mejora de las infraestructuras territoriales necesarias para la expansión turística. Los gobiernos regionales intervienen en materia turística a través de la Secretaría de Estado de Turismo del RGN (SETUR) que es el órgano ejecutivo del

PRODETUR-NE. Son competentes para las grandes obras de infraestructuras que dirigen el flujo de inversiones urbanas y, consecuentemente, la actividad inmobiliaria-turística. La ideología que guía las inversiones públicas en turismo es de inspiración neoliberal, pues priorizan la cantidad de capitales y turistas entrantes sobre la calidad y la distribución de los ingresos turísticos. Las principales limitaciones de estas administraciones se deben a la lentitud burocrática y la dependencia hacia intereses privados o partidarios.

Los *gobiernos municipales* a su vez tienen prerrogativas en materia de uso y ocupación del suelo. Las asumen a través de la planificación urbana y de la concesión de licencias de construcción. La herramienta fiscal es también fundamental para regular la actividad inmobiliaria así como para redistribuir socialmente sus beneficios. Tienen también un papel en el desarrollo turístico y urbano por medio de actividades de divulgación turística, desarrollo de infraestructuras y servicios urbanos. Sus limitaciones son de orden organizacional, económico y sociopolítico. La debilidad organizacional de los municipios puede ser explicada por factores históricos (la autonomía tardía del municipio en el estado brasileño (KRELL, 1999) y también económicos (la falta de recursos). Además, el rápido cambio de una sociedad rural basada en la agricultura y la pesca a una industria turística es otro factor explicativo. Finalmente, la permanencia de lógicas clientelistas, también por razones históricas (CARVALHO, 1997), origina grandes dificultades para una gestión municipal democrática y eficiente. Como Mazón y Aledo (2005) ya han señalado con el caso español, el TR atrae el interés de los gobernantes por los recursos que ofrecen las licencias de construcción y otros impuestos ligados a la construcción. Pero se trata de recursos a corto plazo - oportunos para justificar cuentas sobrantes en el periodo de un mandato - que disimulan gastos en infraestructuras asumidos a largo plazo. Rápidamente, el afán de la construcción se torna en dependencia para las finanzas municipales.

Los órganos ambientales como el Instituto para el Desarrollo y el Medio Ambiente (IDEMA) y el Instituto Brasileiro de Medio Ambiente (IBAMA) constituyen frenos administrativos al desarrollo inmobiliario ya que los procedimientos para la evaluación de impacto ambiental y certificaciones son largos y costosos. Su control se manifiesta a través de la concesión de licencias ambientales que son obligatorias para cualquier proyecto de construcción colectiva. Pero estas administraciones padecen de una falta de recursos técnicos y humanos, por lo que las licencias suelen emitirse sin las adecuadas

verificaciones. Ante el interés que poseen las licencias ambientales, la lógica económica empuja hacia una agilización de las mismas. Además, al ser directamente dependiente del ejecutivo (el presidente es nombrado por el gobierno), la razón política suele prevalecer sobre la razón ambiental.

El *poder judicial* a su vez ocupa un lugar relevante ya que interviene en conflictos de tierra y construcciones ilegales. Ante la dificultad de los órganos ambientales para regular el influjo de demandas de construcción, el poder judicial ha jugado un papel de cortapisa contra el urbanismo salvaje. Interviene en el desarrollo del TR a través del Ministerio Fiscal y el procurador ambiental, que tiene prerrogativas judiciales así como un fuerte respaldo popular para sancionar la legalidad de las construcciones. Tras la multiplicación de contenciosos⁷ por causa de licencias ambientales otorgadas de manera indebida, la intervención del Ministerio Fiscal ha tenido una influencia significativa en la desmitificación de la idea según la cual el Nordeste (y Brasil en general) tiene una legislación más flexible que Europa en materia ambiental y urbanística. Si bien existe una alta percepción de corrupción y una burocracia que da lugar a arreglos extra-institucionales (HOLSTON, 1991), Brasil no deja de ser un país que impone importantes barreras para inversiones extranjeras. Sin embargo, el Ministerio Fiscal está limitado por un gran número de casos a tratar en comparación con sus capacidades administrativas.

Hoteleros y touroperadores: entre opositores y socios puntuales Los *hoteleros* son actores importantes en Pipa porque han participado de los primeros ciclos de desarrollo turístico del destino. Forman una pequeña elite empresarial y una fuerza de propuesta particularmente activa en la vida pública del municipio. Tienen voz en diversos canales institucionales de participación como el Consejo Estatal de Turismo (CONETUR) y el Consejo Municipal. Perciben el TR como una competencia directa a su actividad hotelera dado que muchos condominios funcionan como apartotel, especialmente desde la crisis que ha obligado a los gestores a optar por sistemas de gestión más flexibles cada vez más próximos al sistema hotelero.

Los *touroperadores* son actores lejanos pero que, junto con el *sector aéreo*, determinan en buena medida el flujo de turistas (CAVLEK, 2005). Con el

7 “Por onde passam as licenças ambientais?”, Nominuto.com, 09/08/2009; “Gilka teme que liberação cause efeito cascata no RN”, Tribuna do Norte, 29/01/2010; “Ninguém contém as irregularidades”, Tribuna do Norte, 29/08/2010.

agotamiento de la demanda propiamente inmobiliaria tras la crisis, los administradores de condominios se han vuelto hacia una demanda turística más convencional y puntual a través de grandes operadores. Desde el punto de vista de los administradores de condominios, la perspectiva de un flujo constante y garantizado de turistas es un atractivo para cerrar contratos con touroperadores, pero es contrarrestado por precios más bajos de los que cobrarían fuera de estos circuitos. Los touroperadores tienen el poder de influir sobre el mercado aéreo y, por lo tanto, sobre el coste de acceso de los turistas, al contratar vuelos chárter, sea por cuenta propia o conjuntamente con poderes públicos.

Una sociedad local fragmentada En el lenguaje cotidiano se suele hablar de “comunidad local” por oposición al turismo global, considerándose a ambas partes entes homogéneos. Pero del mismo modo que el sistema turístico no es un todo coherente, la comunidad local de Pipa no es uniforme frente al desarrollo económico. Unos grupos se oponen al turismo, otros se acomodan a ello, otros aprovechan sus oportunidades, otros asumen sus costes sin acceder a sus beneficios. Tampoco la comunidad local es sinónimo de comunidad nativa, pues la historia turística del lugar y la inmigración que le ha acompañado han inducido un proceso de heterogeneización.

La categoría “nativa” tal como es empleada por los habitantes de Tibaud Sul se refiere habitualmente a los individuos nacidos y criados en el lugar, originarios de familias asentadas antes de la llegada del turismo. Existe una relación estrecha entre esta comunidad y el poder municipal, relación marcada por lógicas familiares y el clientelismo electoral (CARVALHO, 1997). El poder de influencia de la población nativa es por lo tanto demográfico. Las principales dificultades de la población nativa residen en una débil participación ciudadana, en una falta de capital económico que les impide competir con capitales nacionales e internacionales y en la falta de formación y de espíritu empresarial que les confina a puestos subalternos y de baja remuneración dentro de la actividad turística (venta ambulante y hostelería). No obstante, las rentas obtenidas a través de estas actividades económicas explican el apoyo al TR, a pesar de que son conscientes de sus riesgos ambientales y sociales.

Las fuertes transformaciones generadas por el TR han despertado diversos movimientos de protesta entre la sociedad civil. En Pipa, las *asociaciones locales* más activas son el Núcleo Ecológico de Pipa (NEP), una asociación dedicada a la defensa del medio ambiente; AMAPIPA, una asociación de residentes y empresarios de Pipa orientada a la planificación del turismo en

el municipio; y EDUCAPIPA, dedicada al desarrollo cultural. A pesar de su interés por el medio ambiente local, estas asociaciones no cuentan con mucho apoyo por parte de los residentes nativos. Están compuestas principalmente por forasteros llegados a Pipa en las dos o tres últimas décadas. Las asociaciones de residentes tienen pocos recursos, a excepción de AMAPIPA que aparece más conectada con el empresariado local e incluso con el empresariado inmobiliario⁸. Los recursos de que disponen son mediáticos e institucionales: son visibles en los medios locales y participan activamente en los distintos canales de participación pública (audiencias, consejos gestores). Pero carecen del apoyo de la población local que sospecha que estén al servicio de intereses privados.

Con el boom inmobiliario, los *propietarios de tierras* han jugado el papel de abastecedores de suelo para la producción inmobiliaria. Muchos pequeños propietarios nativos vendieron sus lotes a turistas forasteros a precios muy baratos en las primeras décadas del turismo (1970-1980), derivando en una periferización y/o densificación del hábitat nativo. Con la intensificación del turismo hotelero en los 90 e inmobiliario en los 2000, los inversores y nuevos residentes se concentraron en la periferia próxima de Pipa dando lugar a una segunda etapa de venta de terrenos y deslocalización de pobladores nativos. Esta vez, los pobladores nativos vendieron para dirigirse hacia los distritos del interior del municipio, donde los terrenos eran más baratos. Los grandes propietarios son herederos de las grandes haciendas de la zona que han conseguido valorizar su patrimonio de tierra a través del turismo. Estos hacendados son tradicionalmente figuras influyentes en la gestión local a través de la Cámara Municipal, auténtico “gobierno económico” del municipio donde “el poder de la cámara pasa a ser poder de los propietarios” (KRELL, 1999, p. 3). Con el boom inmobiliario de la última década se produjo un traspaso de tierra hacia inversores foráneos. Estos nuevos propietarios de tierras están, sin embargo, limitados por una inseguridad jurídica sobre la propiedad y un alto grado de conflictividad en las transacciones de inmuebles.

Condominios y hoteles atraen muchos *inmigrantes laborales*, tanto para obras de construcción como para empleos cualificados que los habitantes locales no quieren o no pueden asumir. Entre los trabajadores de la construcción se

8 En el momento de la investigación, su presidente era dueño de una de las mayores agencias inmobiliarias de Pipa.

encuentran también trabajadores más cualificados de la región metropolitana de Natal. A su vez, las empresas de servicios suelen emplear trabajadores del sur del país o de otros países, puesto que el Nordeste tiene una gran carencia de mano de obra cualificada en este sector. Una vez identificados los recursos y lógicas de las distintas partes interesadas, podemos ahora proceder a analizar las interacciones que mantienen entre sí y mapear el socioespacio de conflicto del TR en el nordeste brasileño.

El socio-espacio de conflicto del Turismo Residencial en el nordeste brasileño la transposición de estas interpretaciones a diagramas gráficos ayuda a ilustrar y sintetizar el posicionamiento relativo de cada grupo de actores. En el Gráfico 1 cruzamos las dos variables de dependencia e influencia para mapear una configuración estratégica de actores. Para entender las relaciones entre los actores más relevantes, se ha intentado representar en un mismo sociograma las alianzas y conflictos – latentes y abiertos – entre partes interesadas.

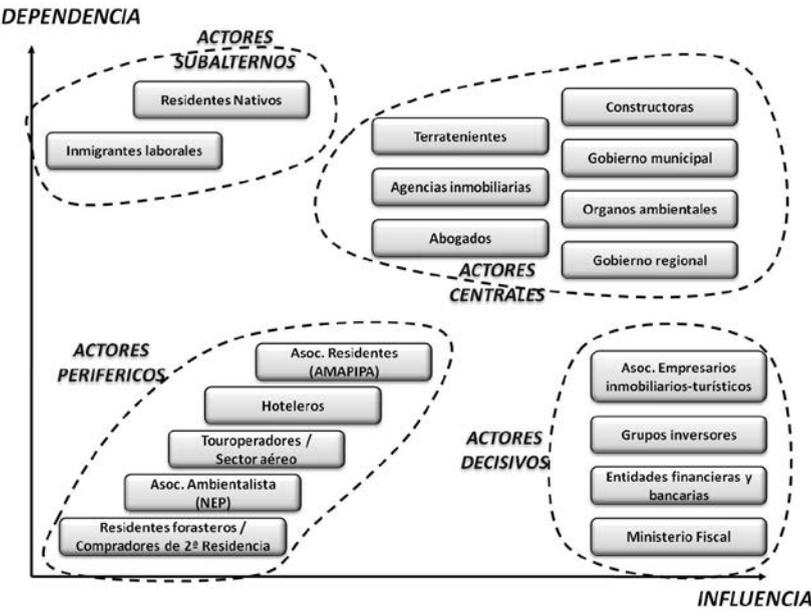


Gráfico 1. Mapeo de partes interesadas del TR en Tibau do Sul, RNI.

Se ha distinguido cuatro clases de actores. Los “actores subalternos” son aquellos considerados muy dependientes y poco influyentes dentro del socioespacio de conflicto del TR. Los pobladores nativos y los inmigrantes laborales son considerados como tales por su débil participación en círculos

Empezando por los conflictos abiertos (X) se observa un antagonismo fuerte entre los agentes centrales del sector turístico-residencial (constructoras e inmobiliarias) y el grupo hotelero. Este conflicto se explica por la competencia económica entre ambos grupos para la captación de turistas: los hoteleros se consideran perjudicados por las condiciones fiscales más permisivas para el hospedaje de tipo residencial y denuncian las externalidades negativas que acaban desvalorizando el destino en conjunto (menor efecto multiplicador, feísmos arquitectónicos).

Los conflictos socioambientales oponen a la asociación ambientalista (NEP), el órgano ambiental ejecutivo (IDEMA), el Ministerio Fiscal y las empresas turístico-inmobiliarias. El Ministerio Fiscal suele intervenir como último recurso cuando surge una denuncia o en caso de infracción de la normativa. En diversas ocasiones, a través de los medios y en conferencias inmobiliarias, el presidente de la ADIT se ha quejado de la “inseguridad jurídica” que sufrían los inversores por causa de la lentitud de los trámites de licencia ambiental por parte del IDEMA, el “fundamentalismo ambiental” y la “judicialización del licenciamiento” de la Procuraduría Ambiental. En los últimos años, la Fiscalía del Estado ha intensificado su intervención en los procesos inmobiliarios en el litoral, contestando y juzgando diversos casos de construcciones irregulares, que han resultado en multas, retrasos y abandonos de construcciones. Esta intervención de la Fiscalía del Estado acompaña las crecientes sospechas de la sociedad civil en relación al proceso de concesión de licencias otorgadas por el IDEMA, como ha sido el caso de permisos otorgados para construir en el área natural protegida del Chapadão o en acantilados costeros altamente erosivos.

Atendiendo ahora a las alianzas (=), hemos representado las relaciones constitutivas del sector turístico-residencial (constructoras, inmobiliarias, administradoras, ADIT). Se señalan también los vínculos entre las operadoras turísticas y administradoras de condominios interesadas en diversificar su demanda. Por lo tanto, se evidencian unos intereses e interlocutores comunes (empresas aéreas, Secretaría de Turismo, touroperadores) entre el tradicional sector hotelero y el sector TR.

Las afinidades tácitas ({=}) se refieren a las relaciones no formalizadas pero que son reveladoras de intereses e influencias mutuas. Así, se han señalado alianzas tácitas entre el poder municipal y terratenientes y entre el gobierno regional y las grandes constructoras. Esta relación deriva de diversos

testimonios que señalaban tratos de favor particulares para grandes propietarios y grandes contribuyentes fiscales así como al propio sistema de financiación de partidos políticos en el que las constructoras son financiadoras importantes. A nivel local, los hoteleros son también partes interesadas privilegiadas por la importancia de sus dotaciones fiscales al municipio. Finalmente, se ha señalado una cierta proximidad entre residentes forasteros y el grupo ambientalista, representado en buena medida por individuos no nativos de Pipa.

Por su parte, los conflictos latentes (÷) traducen antagonismos no expresados públicamente. Suelen ser revelados a través de entrevistas personales o en la blogosfera local⁹, cuyo anonimato garantiza una mayor libertad de expresión. Identificamos conflictos entre el NEP y el Gobierno Municipal, el primero sospechando del segundo respecto a su simpatía hacia intereses inmobiliarios y denunciando su ineficacia. Identificamos también un conflicto de legitimidad entre los residentes nativos y la asociación AMAPIPA, acusada de utilizar el nombre de la comunidad nativa para defender intereses empresariales.

CONSIDERACIONES FINALES

El método del API se revela útil para mapear el socioespacio de conflicto del TR y valorar cualitativamente el peso relativo de cada actor. Ofrece una serie de herramientas conceptuales que permiten focalizar la recolección y el análisis de datos sociales. La alternancia entre matrices analíticas, narraciones y sociogramas permite romper con el carácter rígido de otros análisis de *stakeholders*. Es importante señalar que los API suelen estar circunscritos espacial y temporalmente. Al proponer una representación fija de la sociedad en un momento dado, pueden llevar a ocultar el carácter histórico, dinámico y complejo de la misma. Por lo tanto, resulta fundamental acompañar el análisis estratégico de las partes interesadas por una contextualización histórica, social, económica y territorial.

El análisis del sociespacio del TR en Pipa revela una configuración social desigual y conflictiva. Mientras que el TR internacional fortalece a unos actores (constructoras, inmobiliarias) y sitúa a otros en situación de dependencia (poblaciones locales, municipios), sufre también importantes resistencias.

9 <http://pipa-tv.blogspot.com/>; <http://vereadormessias.blogspot.com/> ; <http://avancatibaudosul.blogspot.com/>

El intenso flujo de inversiones extranjeras en los años del boom ha reforzado la influencia del sector turístico-residencial en los procesos de decisión pública ligados al desarrollo territorial, tanto a nivel municipal como regional. Este fortalecimiento del empresariado turístico-inmobiliario contrasta con una administración pública carente de recursos, burocrática y permeable a intereses privados. Las resistencias al TR internacional no surgen tanto de la sociedad civil como del poder judicial y administrativo asociado al medio ambiente (órganos ambientales y fiscales). Si bien algunos grupos ambientalistas y hoteleros cuestionan la sostenibilidad del modelo, la población local se muestra en buena medida favorable a esta actividad generadora de empleo y renta a corto plazo. Ante la inconsistencia de los órganos reguladores (municipios y órganos ambientales regionales), el Ministerio Fiscal ha tenido un papel disuasivo al aumentar los controles judiciales sobre construcciones en el litoral. Más recientemente, el órgano ambiental federal (IBAMA) ha lanzado una operación (“Operación Costa Verde”) para controlar la legalidad de los emprendimientos en Tibau do Sul. Varios condominios están ya bajo amenaza de demolición. Esto nos recuerda que el API debe ser constantemente actualizado, pues una red social es inherentemente dinámica e inestable (ADAMS et al., 2011), especialmente en estas regiones turísticas de crecimiento rápido.

Los frenos a la expansión turístico-residencial no fueron deliberados y planeados. La inseguridad jurídica, la opacidad de las decisiones administrativas, la falta de cualificación de los funcionarios, el tratamiento diferenciado de los empresarios “gringos” son otros factores de inhibición. Si bien proporcionan un cierto margen de maniobra para unos empresarios hábiles en el arte de “driblar la ley”, participan también en crear un ambiente de negocio muy inseguro. Finalmente, no podemos olvidar que el mayor freno al desarrollo del TR internacional ha sido a la vez uno de sus impulsores a saber, la burbuja inmobiliaria global de comienzos del siglo XXI y la subsecuente crisis económica de 2008.

REFERENCIAS

- ADAMS, D., LEISHMAN, C., WATKINS, C. House builder networks and residential land markets. *Urban Studies*. 23:1-16, 2011.
- ALEDO, A. Desigualdad y grandes obras públicas. *Portularia. Revista de Trabajo Social*. 6(2): 55-83, 2006.

- ALEDO, A. De la tierra al suelo: la transformación del paisaje y el Nuevo Turismo Residencial. *Arbor: Ciencia, Pensamiento y Cultura*. 729: 99-113, 2008.
- ALTMAN, B. W. Defining 'Community as Stakeholder' and 'Community Stakeholder' Management: A Theory Elaboration Study. En: LOGSDON, D.J, WOOD, J.M., BENSON, L.E, (eds.). *Research in Stakeholder Theory 1997-1998*. Toronto: Clarkson Center for Business Ethics, 2000.
- BESCULIDES, A., E. L. MARTHA, MCCORMICK, P. Residents perceptions of the cultural benefits of tourism. *Annals of Tourism Research*. 29 (2): 303-319, 2002.
- BIANCHI, R. V. The 'Critical Turn' in Tourism Studies: A Radical Critique. *Tourism Geographies*. 11(4): 484 – 504, 2009.
- BLÁZQUEZ, M., CAÑADA, E. *Turismo placebo. Nueva colonización turística: del Mediterráneo a Mesoamérica y El Caribe. Lógicas espaciales del capital turístico*, Managua: EDISA, 2011.
- BLÁZQUEZ, M., CAÑADA, E., MURRAY, I. Búnker playa-sol. Conflictos derivados de la construcción de enclaves de capital transnacional turístico español en el caribe y Centroamérica. *Scripta Nova: revista electrónica de geografía y ciencias sociales*. XV(368) (en línea). <http://www.ub.edu/geocrit/sn/sn-368.htm>, acceso 27 de diciembre de 2011.
- BOURDIEU, P. *Esquisse d'une théorie de la pratique. Précédé de Trois études d'ethnologie kabyle*. Paris: Seuil, 1972.
- BOURDIEU, P. *La Distinction. Critique sociale du jugement*. Paris: Minuit, 1979.
- BOURDIEU, P. El campo literario. Prerrequisitos críticos y principios de método. *Criterios*. 25-28: 20-42, 1990.
- CARVALHO, J. M. Mandonismo, Coronelismo, Clientelismo: Uma Discussão Conceitual. *Dados*. 40 (2): p. 229-250, 1997.
- CAVLEK, N. El papel de los turoperadores en el desarrollo del turismo internacional. *Política y sociedade*. 42(1):117-133, 2005.
- CHEVALLIER, J. *Stakeholder Analysis and Natural Resource Management*. Carleton University, 2001.
- CURRIE, R., SEATON, S., WESLEY, F. Determining Stakeholders for Feasibility Analysis. *Annals of Tourism Research*. 36 (1): 41-63, 2009.
- DAMAK-AYADI, S., PESQUEUX, Y. Stakeholder theory in perspective. *Corporate Governance*. 5(2): 5-21, 2005.
- DANTAS, E.W.C., FERREIRA, A.L., LIVRAMENTO, M.C. *Turismo e imobiliário nas metrópoles*. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2010.
- DEMAJOROVIC, J., ALEDO, A., LANDI, B., KONDO, A. L. M. Complejos Turísticos Residenciales. Análisis del crecimiento turístico residencial en el Mediterráneo español y en el Litoral Nordeste (Brasil) y sus impactos socio-ambientales. *Estudios y perspectivas en Turismo*. 20: p. 772-796, 2011.
- DONALDSON, T., PRESTON, L. E. The Stakeholder Theory of the Corporation: Concepts, Evidence, and Implications. *Academy of Management Review*. 20 (1): p. 65-91. 1965.
- FONSECA, M. A. P., COSTA, A. A. A racionalidade da urbanização turística em áreas deprimidas: o espaço produzido para o visitante. *Scripta Nova: revista electrónica de geografía y*

- ciencias sociales*. 9 (194) (en línea), publicado en 2005. <http://www.ub.edu/geocrit/sn/sn-194-114.htm>, acceso 2 de febrero de 2012.
- FREEMAN, R. E. *Strategic Management: A Stakeholder Approach*. Boston: Pitman, 1984.
- GARCÍA-ANDREU, H. Sociedad, Turismo y Medio Ambiente: Una Propuesta desde la Sociología para el Diagnóstico y Reorientación del Municipios Turístico-Residenciales del Litoral Español. Tesis doctoral, Departamento de Sociología I, Universidad de Alicante, Alicante, 2008.
- GARCÍA-ANDREU, H., ALEDO, A., ORTIZ, G. Análisis de mapas causales de impactos del turismo residencial. *Empiria. Revista de metodología de Ciencias Sociales*. 20: 61-86, 2010.
- GAVIRIA, M. Urbanismo del ocio. *Ciudad y Territorio*. 2: 19-33, 1969.
- GAVIRIA, M. *España a Go-Go: turismo chárter y neocolonialismo del espacio*. Madrid: Turner, 1974.
- GAVIRIA, M. *El turismo de invierno y el asentamiento de extranjeros en la provincia de Alicante*. Alicante: Instituto de Estudios Alicantinos, Diputación Provincial de Alicante, 1976.
- GIDDENS, A. *The Constitution of Society*. Berkeley: University of California Press, 1984.
- GUSTAFSON, P. Retirement Migration and Transnational Lifestyles. *Aging & Society*. 21(4): 371-394, 2001.
- GUSTAFSON, P. Tourism and Seasonal Retirement Migration. *Annals of Tourism Research*. 29: p. 899-918, 2002.
- HANDS, D. W. *Reflection without rules: economic methodology and contemporary sciencetheory*. Cambridge: Cambridge University Press, 2001.
- HIERNAUX, D. A. *Las segundas residencias en México. Un balance*. México: PyV, 2010.
- HIERNAUX, D. A. La promoción inmobiliaria y el turismo residencial: el caso mexicano. *Scripta Nova: revista electrónica de geografía y ciencias sociales*. 9 (194) (en línea), 2005. <http://www.ub.edu/geocrit/sn/sn-194-05.htm>, acceso 3 de marzo de 2012.
- HOLSTON, J. The Misrule of Law: Land and Usurpation in Brazil. *Comparative Studies in Society and History*. 33 (4): 695-725, 1991.
- JACKIEWICZ, E., CRAINE, J. Destination Panama: An examination of the migration-tourism-foreign investment nexus. *Recreation and Society in Africa, Asia & Latin America*. 1(1): 5-29, 2010.
- JURDAO, F. *España en Venta: Compra de Suelos por Extranjeros y Colonización de Campesinos en la Costa del Sol*. Madrid: Ayuso, 1979.
- JURDAO, F., SÁNCHEZ, M.S. *España, asilo de Europa*. Barcelona: Ed. Planeta, 1990.
- KING, A. D. *Buildings and society: essays on the social development of the built environment*. Londres: Routledge, 1980.
- KONDO, A. L., LATERZA, B. L. Complexos turístico-residenciais: uma investigação sobre a situação e as perspectivas deste mercado no nordeste brasileiro. Trabajo fin de carrera, Centro Universitário Senac, Campus Santo Amaro, São Paulo, Brasil, 2008.
- KRELL, J. Autonomia municipal no Brasil e na Alemanha. Uma visão comparativa. *Jus Navigandi, Teresina*. 4 (37): 1-27, 1999.

- LANQUAR, R. Turismo, Migraciones y Codesarrollo. *Revista Internacional de Sociología (RIS)*. LXV(48): 221-241, 2007.
- LOLOUM, T. Con-dominium. Turismo residencial internacional y desarrollo inmobiliario en el Nordeste brasileño. Tesis de Máster, Planificación Integrada para el Desarrollo Local y la Gestión Ambiental, Universidad de Lleida/CIHEAM, Zaragoza.
- MARZANO, G., SCOTT, N. *Stakeholder power in destination branding: a methodological discussion. International Conference on Destination Branding and Marketing for Regional Tourism Development*. 8-10: 203-213, 2010.
- MASON, P. *Tourism, impacts, planning and management*. Londres: Elsevier, 2008.
- MATTEUCCI, X., LUND-DURLACHER, D., BEYER, M. The Socio-Economic and Environmental Impacts of Second Home Tourism. En: KELLER, P., BIEGER, T. (eds.). *Real estate and destination development in tourism: Successful strategies and instruments*. Berlin: Erich Schmidt, 2008.
- MAZÓN, T., ANTONIO, A. El Dilema del Turismo Residencial: ¿Turismo o Desarrollo Inmobiliario? En: MAZÓN, T., ALEDO, A. (eds.). *Turismo Residencial y Cambio Social: Nuevas Perspectivas Teóricas y Empíricas*. Alicante: Aguaclara, 2005.
- MAZÓN, T. Inquiring into Residential Tourism: The Costa Blanca Case. *Tourism and Hospitality Planning & Development*. 3(2): 89-97, 2006.
- MCWATTERS, M. *Residential Tourism: (De)constructing Paradise*. Bristol: Channel View Publication, 2009.
- MONTI, E. La crisis económica internacional de 2008 y el turismo: efectos y medidas de respuesta en Rio Grande do Norte, Brasil. *Investigaciones Turísticas*. 1 (1): 93-106, 2011.
- NOGUÉS, A. M. Quizás una Cuestión de Topología Social: Moebius, La Interculturalidad y los Residentes Europeos en Alicante. *Revista Valenciana d'Etnologia*. 2:33-58, 2007.
- O'REILLY, K. *The British on the Costa del Sol: Transnational Identities and Local Communities*. Londres: Routledge, 2000.
- O'REILLY, K. The Rural Idyll, Residential Tourism, and the Spirit of Lifestyle Migration. Artículo presentado en la ASA Conference, 10 - 13 Abril. Londres: London Metropolitan University, 2007.
- ORTIZ, G. Participación Ciudadana, Investigación Social y Desarrollo Local: Una Propuesta Metodológica Aplicada a un Municipio Turístico-Residencial. Tesis Doctoral, Departamento de Sociología I, Universidad de Alicante, Alicante, 2009.
- PESQUEUX, Y. Présentation. En: BONNAFOUS-BOUCHER, M., PESQUEUX, Y. (eds.). *Décider avec les parties prenantes. Approches d'une nouvelle théorie de la société civile*. Paris: La découverte, 2006.
- RAMÍREZ, R. *Stakeholder analysis and conflict management*. En: BUCKLES, D. (ed.). *Cultivating peace: Conflict and Collaboration in Natural Resource Management*. Washington: World Bank Publications, 1999.
- RIBEIRO, L. C. *Estudo comparativo sobre o papel das atividades imobiliárias na transformação do espaço social das metrópoles nordestinas: Salvador, Recife, Natal e Fortaleza*. Informe de investigación.

- Rio Grande do Norte: Observatório das Metrôpoles (en línea), 2009. <http://www.cchla.ufrn.br/rmnatal/relatorio/finalimobiliarioturisticoMai09.pdf> , acceso 4 de agosto de 2011
- SHEEHAN, L., RITCHIE, J. R. B. Destination *stakeholders* exploring identity and salience. *Annals of Tourism Research*. 32(3): 711-734, 2005.
- SILVA, A. F. C. O Litoral e a Metropole: Dinâmica imobiliária, Turismo e Expansão Urbana na Região Metropolitana de Natal-RN. Tesis Doctoral, Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2010.
- SMITH, V. *Hosts and Guests: The Anthropology of Tourism*. Filadelfia: University of Pennsylvania Press, 1989.
- URRY, J. *Sociology beyond societies: mobilities for the twenty-first century*. Londres: Routledge, 2000.
- WADDOCK, S., BOYLE, M.-E. The Dynamic of Change in Corporate Community Relations. *California Management Review*. 37 (4): 125-140, 1995.
- WESTERHEIJDEN, D. The substance of shadow. A critique of power measurement methods. *Acta Politica*. 1: 39-59, 1987.

Participação dos trabalhadores informais no planejamento turístico: a realidade da praia de Ponta Negra, Natal/RN/Brasil

Sinthya Pinheiro Costa¹
Kerlei Eniele Sonaglio²

INTRODUÇÃO

O crescimento das práticas de turismo colabora para o crescimento de diversos setores que dão sustentação a esta atividade. Assim, desenvolve-se o setor hoteleiro, de restauração, de transporte e os serviços paralelos como o trabalho informal, que assim como os demais setores participa ativamente da dinâmica da atividade turística. No Brasil, essa “dinâmica” relacionada ao trabalho informal é mais intensificada em áreas litorâneas, uma vez que são nesses espaços que o turismo tem acontecido em maior escala.

O turismo em áreas costeiras vem se destacando como a atividade com maior índice de crescimento da última década em diversos países do mundo. O Brasil, por sua vez, possui uma área litorânea com extensão de 8.500 Km, o que propicia o fato de ter o “turismo de sol e mar” como principal segmento do mercado turístico. No nordeste do País, Natal, capital do estado do Rio Grande do Norte, é detentora de nove praias urbanas, sendo a mais famosa e cartão postal da cidade, a praia de Ponta Negra.

Por ser a praia de mais expressividade no turismo potiguar, tal praia tornou-se o objeto/cenário deste estudo, que buscou entender como os comerciantes ambulantes que trabalham na praia de Ponta Negra (Natal/RN)

1 Bacharel em Turismo pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Mestre em Turismo pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Doutoranda em Turismo na Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Docente no Instituto Federal de Alagoas. E-mail: sinthyp@terra.com.br.

2 Bacharel em Turismo pela Escola Superior de Turismo e Hotelaria de Florianópolis. Mestre e Doutora em Engenharia Ambiental pela Universidade Federal de Santa Catarina. Docente na graduação em Turismo e no Programa de Pós-graduação em Turismo da Universidade Federal do Rio Grande do Norte. E-mail: kerlei@ufnet.br.

percebem sua participação no planejamento do turismo local e como eles compreendem este processo. Para tanto, buscou-se caracterizar a economia informal com foco no comércio ambulante; descrever a estrutura e funcionamento do planejamento do turismo no âmbito da cidade de Natal/RN; e identificar como se dá a participação dos ambulantes no processo do planejamento turístico. A seleção dos indivíduos que participaram da pesquisa foi conduzida de tal forma que os resultados da amostra permitiram avaliar as características da população investigada.

Ressalta-se que a população dos comerciantes ambulantes que atuam na praia de Ponta Negra - Natal/RN é desconhecida em termos quantitativos, principalmente pela ausência de dados que contabilizem esses trabalhadores e devido à rotatividade dos mesmos entre as praias do litoral natalense. Por este motivo é que se recorreu à técnica de amostragem não-aleatória através do método por julgamento, definindo uma amostra com 90 respondentes.

Foram estabelecidos critérios que corroboram com o julgamento de tipicidade da população em análise nesta pesquisa, sendo eles: a) Ser comerciante ambulante; b) Ser maior de 18 anos; c) Comercializar produtos na Praia de Ponta Negra – Natal/RN; d) Comercializar produtos legais, tais como: bebidas, alimentos, bijuterias e roupas; e) Não possuir ponto de venda constituído.

Além da pesquisa bibliográfica em meios físicos, como livros, jornais e artigos científicos, foi realizada também a pesquisa eletrônica e documental como forma de identificação das estruturas do turismo no âmbito municipal. Outra técnica utilizada foi a aplicação de questionário que permitiu analisar aspectos subjetivos e objetivos e por isso esta técnica é indicada em pesquisas sociais. Neste estudo, foi aplicado um questionário misto, ou seja, com questões dissertativas e objetivas (PRESTES, 2008).

A análise dos dados dos questionários foi realizada pelo Software Sphinx. Este recurso informático foi utilizado para a análise dos dados qualitativos gerando os gráficos e tabelas que são necessários para identificação dos comerciantes ambulantes, bem como para a compreensão das questões dissertativas. Para as respostas às questões fechadas do questionário, ele opera a partir de análise estatística. Já nas abertas, o sistema utiliza a técnica da análise de conteúdo.

A ECONOMIA INFORMAL NO BRASIL: UMA PERSPECTIVA HISTÓRICA

Com o acúmulo de riquezas provenientes da inserção do capitalismo na economia mundial ocorreu a intensificação da divisão de classes sociais e do mercado. “O desenvolvimento acarretado pela mundialização do capital não representou crescimento equânime para todas as nações envolvidas nas transações estabelecidas neste contexto” (OLIVEIRA, 2009, p. 40). Por conseguinte, refletiu diretamente no aumento das desigualdades socioeconômicas.

De acordo com Harvey (2009), a acumulação flexível fruto da atividade capitalista é marcada por um confronto direto com a rigidez do fordismo. Enquanto este é caracterizado pelos mercados estáveis, racionalidade técnico-científico, produção em massa (etc.), aquele se apóia na flexibilidade dos processos de trabalho, dos mercados de trabalho, dos produtos e padrões de consumo, resultando assim no surgimento de setores de produção inteiramente novos, novas maneiras de fornecimento de serviços financeiros, novos mercados e, sobretudo, taxas altamente intensificadas de inovação comercial, tecnológica e organizacional.

Considerando-se as principais mudanças econômicas, sociais e culturais que têm acontecido desde o final do século XX, em nível mundial, tais como os novos hábitos e comportamentos dos consumidores, as novas relações de trabalho e de produção, decorrentes do processo de mundialização e do desenvolvimento de novas técnicas e tecnologias de produção, de informatização; os postos de trabalho foram reduzidos significativamente provocando uma série de alterações na economia mundial (CLEPS, 2009).

Estamos diante da instabilidade econômica e da ausência do Estado em dar respostas contundentes ao desemprego. Desta forma, os trabalhadores convergem para o uso do próprio trabalho, inserindo-se em atividades atípicas, como o comércio informal, como fuga ao desemprego (CACCIAMALI; SILVA, 2003). Compreender a economia informal é essencial para redimensionar o Estado e fazê-lo cumprir com o seu papel: garantir desenvolvimento e promover o bem estar e a qualidade de vida dos cidadãos. Cabe aos políticos e na iniciativa privada, que veem no fenômeno apenas uma conduta ilegal a ser reprimida, adaptar a sua visão à nova realidade econômica.

A (i)legalidade do ambulante não é explícita pelas autoridades, assim é produzido um campo de ação onde a (in)formalidade é negociada. O comércio ambulante não só é *“producto de la debilidad del Estado sino como*

una relación contradictoria, conflictiva e incluso conciliadora entre las organizaciones de comerciantes ambulantes y las acciones deliberadas de las agencias estatales” (LONDOÑO, 2010, p.197).

Os ambulantes fazem parte de um setor da economia que vem se estabelecendo nos espaços geográficos, sendo responsáveis pela criação e recriação de inúmeros territórios. À semelhança de outras formas de auto-emprego, a venda ambulante é, sobretudo, praticada em família (ou entre co-residentes), de acordo com ritmos específicos e com as urgências de cada momento. Assume uma grande importância para a comunidade já que é uma forma de auto-emprego. A escolha por este tipo de comércio se constitui como modo de vida e dele é que decorre a subsistência familiar.

A PARTICIPAÇÃO COMO BASE PARA O PLANEJAMENTO TURÍSTICO

O processo de planejamento para o turismo tem como finalidade ordenar as ações humanas sobre uma localidade turística, de forma adequada, evitando efeitos negativos que possam destruir ou afetar a sua atratividade. É notório e evidente uma das principais características do planejamento é a previsão de estratégias a serem desenvolvidas no futuro que visem minimizar os impactos para as localidades que utilizam o turismo como gerador de dividendos. Contudo, Hall (2001) afirma que planejar o turismo não significa apenas decidir quais serão as ações futuras a serem desenvolvidas em certas comunidades. Para ele o planejamento é algo muito mais complexo que apenas definição de ações. O planejamento turístico não se refere apenas (e especificamente) à divulgação e ao desenvolvimento do setor, embora estes sejam aspectos importantes. Este tende a ser um amálgama que une economia, sociedade, política e meio ambiente, não havendo um planejamento único do turismo.

Neste sentido, o poder público se estabelece como elemento articulador na busca de formulação de estratégias de planejamento que integre as diversas áreas impactadas com a atividade turística. Todavia, a sociedade civil, elemento indubitável na composição do “amálgama” do planejamento passa a ser negligenciada pelos planejadores. Hall (2001, p.43) afirma que “(...) residentes de destinos turísticos não se envolvem na tomada de decisões e processos de planejamento que cercam o desenvolvimento do turismo”. E segue afirmando “se quisermos atingir um verdadeiro envolvimento público no planejamento, tal abordagem exigirá que os órgãos tomadores de decisão solicitem e considerem ativamente as atitudes da comunidade” (p. 62).

Corroborando com o citado, Marcelo Lopes de Souza, em seu livro “Mudar a cidade: uma introdução crítica ao planejamento e à gestão urbanas” é categórico quando afirma que:

(...) um planejamento crítico, enquanto pesquisa científica aplicada, deve, por um lado, manter-se vigilante diante do senso comum, desafiando-o e buscando ultrapassá-lo ao interrogar o não-interrogado e duvidar de certezas não questionadas; ao mesmo tempo, um planejamento crítico não-arrogante não pode simplesmente ignorar os ‘saberes locais’ e os ‘mundos da vida’ (*Lebenswelten*) dos homens e mulheres concretos, como se as aspirações e necessidades destes devessem ser definidas por outros que não eles mesmos (SOUZA, 2010, p. 180).

Para o autor, a utilização dos “saberes locais” contribui para a formulação das ações do planejamento. Apesar do autor se referir ao planejamento urbano, essa afirmação se enquadra perfeitamente ao turístico, especialmente em áreas litorâneas, onde esse acontece de maneira mais intensa. Assim, o simples ato de ignorar a opinião dos residentes pode constituir-se em grande imbróglio para o planejamento. Mobilizar, portanto é convocar as vontades das pessoas que compõem o meio social para que o processo de execução de um projeto de desenvolvimento local conte com o engajamento necessário do maior número de membros da comunidade, a fim de compartilhá-lo e distribuí-lo de modo que as pessoas sintam-se co-responsáveis por ele e passem a agir em conjunto com os demais atores na tentativa de realizá-lo.

Jenkins (1993) identificou alguns empecilhos à participação popular no planejamento turístico, sendo eles:

- a população geralmente tem dificuldade em compreender questões de planejamento complexas e técnicas;
- nem sempre a comunidade está ciente do processo de tomada de decisões, nem o compreende;
- a dificuldade em obter e manter a representatividade no processo de tomada de decisões;
- a apatia dos cidadãos;
- o aumento dos custos financeiros e de pessoal;
- o prolongamento do processo de tomada de decisões;
- efeitos negativos sobre a eficiência da tomada de decisões.

Percebe-se que, mesmo com tantos fatores contrários a participação popular no processo de elaboração de estratégias decorrentes das atividades de

planejamento, a importância desses atores é imprescindível. Cabe lembrar que a maior parte dos cidadãos são apáticos a esses processos por desacreditarem no formato do planejamento turístico e na credibilidade do poder público. Quanto aos aspectos técnicos, estes devem se moldar ao público que participa. Assim, em momentos de planejamento participativo, devem-se atrelar à visão técnica as sugestões e solicitações da comunidade local, promovendo um diálogo entre as partes interessadas.

O turismo deve ser desenvolvido em uma perspectiva complexa onde todas as pessoas possam participar garantindo assim, o direito a liberdade e estabelecendo uma democracia justa e igualitária. “É preciso destacar que existem diversas metodologias e técnicas de planejamento participativo, mas nenhuma poderá ser aplicada sem ser adaptada de acordo com a realidade de cada município” (WALKOWSKI, 2008, p. 29). O planejamento “de cima para baixo”, centralizador e inibidor da participação ativa da população deve ser evitado [sendo usado apenas em situações de extrema necessidade onde a linearidade não possa prevalecer], dando espaço a uma nova conjuntura do planejamento, que opere com a ajuda dos cidadãos locais em busca de um benefício comum: o desenvolvimento sustentável do turismo nas comunidades receptoras.

O COMÉRCIO AMBULANTE ENQUANTO CONTRIBUINTE DO TURISMO LOCAL - PONTA NEGRA

Com uma faixa de terra de mais de 3 quilômetros de extensão, a praia de Ponta Negra (Natal/RN) acolhe inúmeras de pessoas que circulam diariamente nas suas areias, seja por razões de trabalho ou passeio. Estes indivíduos disputam espaço ao sol entre barracas, cadeiras, quiosques, comerciantes ambulantes e demais transeuntes. Em seu entorno encontram-se quase 200 meios de hospedagem, que juntos oferecem aproximadamente 10 mil leitos, além de “mais de 50 restaurantes, (...) dezenas de bares cuja quantidade exata é difícil contabilizar, em função da expansão incessante e em larga escala, que o resultado é atividade turística o ano inteiro” (PREFEITURA DO NATAL, 2011, n/p).

Neste contexto, emerge-se também a economia informal, composta por unidades produtivas com trabalhadores não regulamentados e com os direitos trabalhistas não assegurados e representada, em sua maioria, pelos trabalhadores “por conta própria”. Dentre eles incluem-se os comerciantes ambulante que

utilizam os espaços de praia para o desenvolvimento de relações de trabalho, constituindo-se, muitas vezes, como a opção mais oportuna desses trabalhadores para geração de renda e garantia da subsistência familiar.

O comércio ambulante é aquele que acontece na rua, de porta em porta, nas praias; enfim, onde o trabalhador movimenta-se para venda de seus produtos. Uma característica importante para identificar o “comerciante ambulante” é o “movimento”, ou seja, este trabalhador movimenta-se durante seu ofício e não possui “ponto de venda constituído”.

Geralmente o comerciante é o produtor e o vendedor de sua mercadoria e geralmente conta com ajuda de familiares para o desempenho das tarefas diárias. Trabalha de oito a doze horas por dia (TISSI, 2000) e lucra em média um a dois salários mínimos por mês. Seu trabalho comporta a contradição de ser uma modalidade de ocupação legalizada, regida pela Lei Nº 6.586, de 6 de novembro de 197 e por vezes confundida com a imagem de “trabalhador ilegal”.

A ocupação é percebida como inferior e desprovida de poder de decisão, o qual seria detido pelos assalariados, por aqueles que têm trabalho com carteira assinada e são regidos pela legislação trabalhista. Entretanto, o comércio ambulante é resultante da nova ordem política, econômica e social do mundo, que se apóia nas políticas neoliberais, incitando a competitividade e provocando, ainda mais, o processo de fragmentação e reestruturação do mercado de trabalho, o qual se torna cada vez mais vulnerável. É notório que o setor informal existe e que ele abre um leque de oportunidades no mercado de trabalho, ocupando milhares de pessoas e refletindo significativamente na economia do país, seja em escala mundial, nacional, regional ou local. As jornadas de trabalho, geralmente, são árduas e a situação vivida, via de regra, é precária. Além disso, é necessário (con)viver em um espaço desarmônico, heterogêneo e contraditório, em meio a intensa dinamicidade.

Então, é pautada na necessidade de se rever a imagem que os planejadores têm dos comerciantes ambulantes que se justifica a necessidade de estudos com esta temática. Corroborar-se com Souza (2010, p. 118) quando este afirma ser necessário rever o olhar e atitude dos “planejadores de gabinete” sobre o papel da comunidade no processo decisório do turismo e que é preciso “(...) desmistificar o planejamento e a gestão, tirando-os de seu pedestal e questionando os privilégios exagerados e o autoritarismo que giram em torno do discurso competente a propósito desse campo”. A essa luz, justifica-se

a necessidade de inclusão dos ambulantes no processo de planejamento do turismo, como forma de “tirar o planejamento do seu pedestal” ao incorporar atores até então excluídos do processo.

Para o autor, não se pode, por hipótese nenhuma, ignorar os saberes locais e a vivência do mundo dos homens e mulheres concretos, ou seja, os partícipes da sociedade que vivem a realidade e são peças fundamentais para contribuir com as ações a que se propõe o planejamento, visto que, na atual concretude, apenas os formais são relacionados. Assim sendo, todas as esferas devem ser ouvidas no processo de planejamento turístico, inclusive os ambulantes com os seus “saberes locais” que singularizam e justificam a sua importância.

O planejamento deve perpassar pela questão humana no sentido fenomenológico que cerca essa relação. A interação de cada pessoa com o meio modifica suas representações, e por isso ela é tão dinâmica, pois o ser humano é construído através do social, devendo abrir-se para novas possibilidades, desconstruindo até suas certezas mais antigas.

ESTRUTURA E FUNCIONAMENTO DO PLANEJAMENTO TURÍSTICO DE NATAL/RN

O modelo de gestão descentralizada, proposto pelo Ministério do Turismo e em vigência no Brasil, possibilita que estados e municípios elaborem ações para o desenvolvimento do turismo local, embasando-se nos direcionamentos do governo federal e tendo como marco de referência o Plano Nacional de Turismo e demais publicações ministeriais. Desta forma, as instâncias de governança regionais passam a ter mais poder e autonomia no planejamento e gestão do turismo. Essas instâncias são representadas pelos órgãos oficiais de turismo, em seus âmbitos estaduais e municipais.

No Rio Grande do Norte, a SETUR – Secretaria Turismo do Estado do Rio Grande do Norte é o órgão responsável pela elaboração das ações de desenvolvimento do turismo. Dentre as principais competências desse, podem-se destacar (SETUR, 2014a, n/p):

- formular a política de turismo do Estado;
- desenvolver estudos e pesquisas para avaliar a sua potencialidade turística;
- articular-se com os municípios e os demais órgãos da administração estadual, com o objetivo de desenvolver a infra-estrutura

de saneamento básico, transportes e energia nas áreas de atividades turísticas;

- promover ações voltadas para a ocupação da infra-estrutura de turismo do estado, especialmente nos períodos de baixa estação.

Essas competências são desempenhadas por meios de quatro ações norteadoras do desenvolvimento do turismo no estado, sendo elas: programa de desenvolvimento do turismo, programa de interiorização do turismo, programa qualificação e diversificação do produto turístico e programa marketing turístico do Rio Grande do Norte. A partir do delineamento de cada uma dessas ações é que são planejadas as ações específicas que contribuem para o desenvolvimento da atividade.

No âmbito estadual, o Rio Grande do Norte conta também com o Conselho Estadual de Turismo – CONETUR – sendo este um órgão colegiado com caráter consultivo e vinculado a SETUR. Esse Conselho é responsável por “propor diretrizes, oferecer subsídios e contribuir para a formulação e implementação da Política Estadual de Turismo” (SETUR, 2014b, n/p). O mesmo é composto por 2 representantes (1 titular e 1 suplente) das principais organizações de turismo do estado do RN, embasando-se no que propõe o MTur na sua política de descentralização e fortalecimento das instâncias regionais do turismo. A composição do conselho é apresentada no quadro 1.

Instituição/Representante
Banco do Nordeste do Brasil
Caixa Econômica Federal
INFRAERO
EMPROTUR - Empresa Potiguar de Promoção Turística do RN
IDEMA - Instituto de Desenvolvimento Econômico e Meio Ambiente
SEPLAN - Secretaria de Estado de Planejamento e Finanças
SESED - Secretaria de Estado de Defesa Social
SETUR - Secretaria de Estado do Turismo
Polo Agreste/Trairi
Polo Costa Branca
Polo Costa das Dunas
Polo Seridó
Polo Serrano
Município do Natal
Município de Tibau do Sul

ABRASEL - Associação Brasileira de Bares e Restaurantes
ABRAJET - Associação Brasileira dos Jornalistas e Escritores de Turismo do RN
ABAV - Associação Brasileira das Agências de Viagem do RN
ABIH - Associação Brasileira da Indústria de Hotéis do RN
ABEOC - Associação Brasileira das Empresas de Eventos do RN
ASHTEP - Associação dos Hoteleiros de Tibau do Sul e Pipa
FCDL - Federação das Câmaras de Dirigentes Lojistas do RN
FECOMERCIO - Federação do Comércio do Estado do RN
Natal Convention&Visitors Bureau
Polo Via Costeira
SEBRAE - Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas do RN
SINDETUR - Sindicato das Empresas de Turismo do RN
SHRBS - Sindicato de Hotéis, Restaurantes, Bares e Similares do RN
SINDBUGGY - Sindicato dos Bugueiros Profissionais do RN
SINGTUR - Sindicato dos Guias de Turismo do RN
FCC - Faculdade Câmara Cascudo
FORNATUR - Fórum Nacional dos Cursos Superiores de Turismo e Hotelaria
Fundação Seridó
IFRN - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do RN
Ong Resposta

Quadro 1: Membros do Conselho Estadual de Turismo/RN

Fonte: SETUR, 2014c.

No tocante ao planejamento do turismo na esfera estadual, observa-se a presença de dois órgãos que de maneira integrada, definem, estruturam e implementam o turismo northeriograndense. Desta forma as políticas do turismo do Estado são desenvolvidas com vistas a minimizar as possíveis discrepâncias existentes, tendo como marco de referência as deliberações do MTur para o turismo brasileiro. Na esfera municipal, os órgãos oficiais de turismo são os responsáveis pela criação de ambientes de discussão e reflexão adequados às suas respectivas escalas territoriais, constituindo-se como elo entre o município turístico, o estado e o ministério. Na cidade do Natal/RN este órgão oficial é a Secretaria Municipal de Turismo e Desenvolvimento Econômico – SETURDE, cujas atribuições estão voltadas para

definir as diretrizes para o desenvolvimento econômico tendo como principal indutor a atividade; promover o turismo dando o suporte institucional para a integração social e econômica com os demais setores da sociedade, estimulando a dinâmica

e a capacitação dos recursos voltados para a atividade; planejar, organizar, executar as ações na área do turismo, de forma integrada com as demais secretarias e instituições públicas e privadas; elaborar, com a participação das entidades representativas da sociedade, propostas para a política de desenvolvimento econômico do Município; (...) exercer outras atividades correlatas (SETURDE, 2014, n/p).

Além dessa secretaria municipal, a cidade do Natal, destino indutor do Rio Grande do Norte junto com o município de Tibau do Sul, conta também com o Conselho Municipal de Turismo – CONTUR, criado em 30 de dezembro de 2009, pela Lei nº 6.027. Este conselho é um “órgão deliberativo, consultivo, fiscalizador e de controle social da Política Municipal de Turismo” (DIÁRIO OFICIAL DO MUNICÍPIO - DOM, 2009, p. 1), estando vinculado a SETURDE. Este conselho tem composição paritária entre o Poder Público, órgãos representativos do turismo e trabalhadores do setor turístico. Possui 36 membros, entre representantes das três esferas (Poder Público; Iniciativa Privada e Empresas fomentadoras do Turismo; e Representantes dos Sindicatos, Associações e Cooperativas de Trabalhadores da Área de Turismo), conforme descrito no quadro 2.

Instituição/Representante
SETURDE - Secretaria Municipal de Turismo e Desenvolvimento Econômico
SEJEL - Secretaria Municipal da Juventude, do Esporte e do Lazer
FUNCARTE - Fundação Cultural Capitania das Artes
SEMDES - Secretaria Municipal de Segurança Pública e Defesa Social
SEMTAS - Secretaria Municipal de Trabalho e Assistência Social
Poder Legislativo Municipal
Governo do Estado do Rio Grande do Norte
Segmentos de hotéis, bares, restaurantes e similares
Instituições formadoras de profissionais para o turismo
Segmento de agências de viagens
Segmento de turismo náutico
Segmento de empresas de turismo e eventos
Segmento do comércio
Segmento financeiro fomentador da atividade turística
Segmento de artesanato
Segmento de bugueiros

Segmento dos guias de turismo
Segmento dos condutores autônomos de veículos rodoviários
Preparadores de comidas típicas;
Segmento artístico e promotores culturais
Segmento dos trabalhadores de hotéis, bares, restaurantes e similares

Quadro 2: Representantes do Conselho Municipal de Turismo

Fonte: DOM, 2009.

O Conselho deve reunir-se, ordinariamente, uma vez por mês e extraordinariamente sempre que necessário, por convocação do Presidente, na forma que vier a ser definida no Regimento Interno. A falta de reuniões deste conselho tem impossibilitado o desenvolvimento de ações mais consistentes. Além disso, a burocracia na troca dos representantes (cada troca deve ser publicada no diário oficial do município para que seja realizada efetivamente) contribui e muito para o funcionamento desarticulado e ineficiente do conselho. Contudo, faz-se mister considerar que a atividade turística no Rio Grande do Norte, e em particular em Natal, encontra-se razoavelmente estruturada (se comparado a outros destinos no Norte/Nordeste do País) o que corrobora para que o turismo seja desenvolvido levando-se em consideração o que se anseia para o destino e referenciando-se no planejamento participativo - mesmo que muitas vezes este esteja focado, sobretudo, nas esferas administrativas.

É a partir da existência dessas relações de “poder” que se configuram cada vez mais presentes no planejamento turístico municipal, que se busca encontrar formas de inserir os atores do comércio ambulante e suas subjetivações, já que estes, uma vez participantes da dinâmica do turismo, não são representados nos conselhos tampouco nas demais instâncias de governança.

A “PARTICIPAÇÃO” DOS COMERCIANTES AMBULANTES NO PLANEJAMENTO TURÍSTICO

A análise da estrutura e funcionamento do planejamento turístico no âmbito local evidencia a ausência de representatividade de alguns atores que, fazendo parte da dinâmica da atividade turística, deveriam ser incluídas no processo de elaboração de ações e tomadas de decisões. A não participação constitui-se como um severo equívoco para o planejamento, uma vez que, para o pleno funcionamento de um destino turístico, é necessário que haja interação entre o turista e os atores locais, acarretando assim no desenvolvimento sustentável da atividade. Autores como Beni (2001), Ruschmann (1999), Hall

(2001), Souza (2010) e Walkowski (2008) corroboram com a afirmativa de que a comunidade necessita participar do planejamento já que seus “saberes locais”, sua vivências cotidianas, seus anseios e realizações, são de extrema importância para a definição de ações em benefício do turismo e da comunidade local.

Neste sentido, os quadros apresentados ao longo deste texto, mostram os atores sociais que compõe a estrutura do turismo brasileiro (em especial no RN) e dão significado ao planejamento por meio de reuniões que visam a organização e gestão estratégica do turismo em nível local/regional. Contudo, apesar de nestas reuniões existirem representatividade de muitas classes que estão envolvidas com o turismo, algumas representações como a da comunidade local, artesãos, comerciantes ambulantes e profissionais de saúde não possuem assentos na maioria dos conselhos e fóruns, o que impossibilita o desenvolvimento harmônico e proveitoso para estas partes.

É sabido que o secretário municipal de turismo, por exemplo, é responsável por defender os direitos dos cidadãos, já que naquele momento simboliza o prefeito que foi eleito pelo povo como representante de seus interesses. Contudo não há articulação que consiga pleitear os anseios de uma comunidade ou de um bairro como um todo, uma vez que as necessidades são percebidas pelos moradores ou pelos conselhos comunitários e/ou associações de bairro, já que estes vivenciam a realidade. Aos representantes municipais, cabe solucionar os problemas mais aparentes ou aqueles que chegam por intermédio dos representantes ao seu conhecimento.

À luz desse pressuposto, o planejamento precisa ser entendido como algo que envolve o trabalho cooperativo, não dependendo somente de uma ou outra camada da sociedade, com ações individualizadas, e não apenas pautada nos conhecimentos técnicos. Neste sentido, a inserção dos comerciantes ambulantes (sujeitos desta pesquisa) no planejamento tende a contribuir com o desenvolvimento do turismo, uma vez que, enquanto participantes da dinâmica desta atividade, eles tendem a conhecer com mais realismo as necessidades e a visão do turista acerca do destino.

Entretanto, foi percebido durante o contato com os comerciantes ambulantes de Ponta Negra/RN, que a maioria deles nunca ouviu falar em “planejamento turístico” e não sabem como o mesmo funciona. De 90 respondentes, apenas 20 afirmaram já ter ouvido falar em planejamento turístico, um número inexpressivo, principalmente se for analisado que Natal/RN é um

destino turístico que está em crescimento e que dispõe de diversos conselhos que organizam o turismo municipal.

Ao passo que, se for levado em consideração que um comerciante ambulante de artesanato, por exemplo, pode estar associado em alguma associação de artesãos e que estes possuem representatividade no conselho municipal, o desconhecimento acerca do assunto “planejamento turístico” reafirma o fato de haver debilidades no processo participativo do turismo na região em questão.

Também requer atenção o fato dos comerciantes ambulantes não se sentirem parte integrante do planejamento, nem enquanto trabalhadores e nem como cidadãos em busca de melhorias efetivas para sua localidade e, conseqüentemente, para si mesmos. Por conseguinte, isto pode explicar a ausência de partes interessadas nas audiências públicas que antecedem as ações de planejamento, já que essas acreditam que, “uma vez elegendo representantes, sua missão, já está cumprida”. Assim, cada vez mais os trabalhadores se mostram insatisfeitos com as decisões tomadas contra a classe, embora nada seja feito por eles para melhorar a situação através da participação social.

Outro ponto que merece destaque diz respeito a opinião popular acerca do desenvolvimento do turismo em Natal/RN; 86% dos ambulantes pesquisados afirmaram nunca terem sido consultados sobre o turismo em Natal/RN (gráfico 01). Isso mostra que além de não participarem do planejamento, a opinião desses trabalhadores não é levada em consideração nem mesmo em pesquisas, contrariando o afirmado na literatura da área que mostra a importância da participação popular para o desenvolvimento dos municípios turísticos.

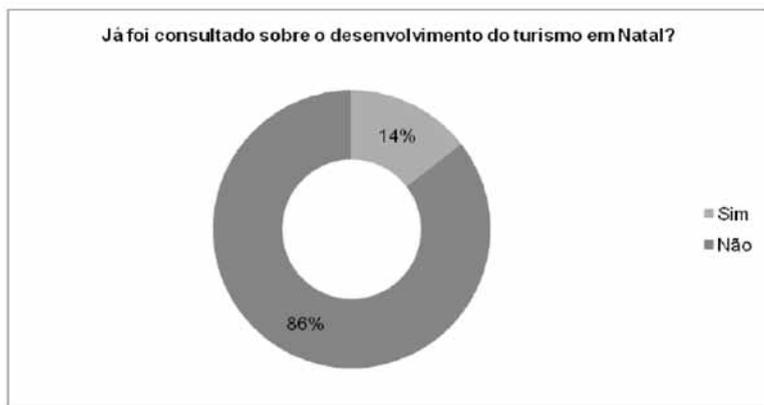


Gráfico 01: Consultas sobre o desenvolvimento turístico em Natal.

Fonte: dados do estudo, 2012.

Outro detalhe que também merece atenção no gráfico 01 diz respeito aos 14% que afirmaram terem sido consultados pelo menos uma vez sobre o desenvolvimento do turismo. Ao darem o “sim” para o quesito em análise, os ambulantes davam às pesquisadoras como justificativa o fato de algumas alunas de universidade (não sabiam dizer de qual universidade) terem conversado com eles na praia em razão de uma pesquisa sobre qual marketing que eles utilizavam para vender seus produtos. Observa-se então que o foco das pesquisas em questão não era a consulta sobre o desenvolvimento da cidade, do turismo ou do trabalho, mas sim trabalhos de conclusão de curso que tivessem os ambulantes como possíveis sujeitos da pesquisa em temas específicos.

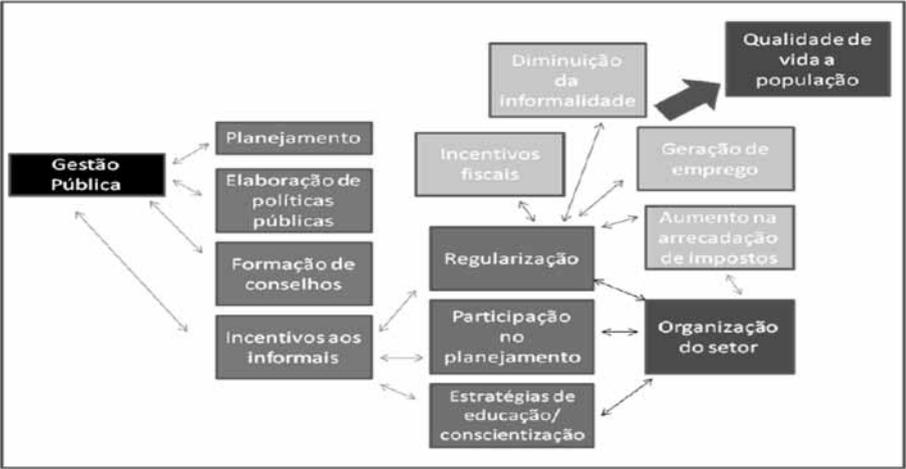
Desta forma, é possível verifica-se que mais de 86% dos ambulantes nunca foram consultados quanto ao turismo em Natal/RN, tampouco acerca de outros assuntos que envolvam o município. Todavia, é necessário que se tenha em mente e se perceba a importância dos atores sociais nas decisões sobre o futuro de uma atividade ou de um município. Afinal, são estes atores quem detém o conhecimento da comunidade, eles reconhecem os anseios da classe trabalhadora e vivenciam a realidade cotidiana. Sob esta ótica, infere-se que eles percebem (à sua maneira) e detém informações acerca de um elemento fundamental no processo de planejamento: o diagnóstico real da situação. Contudo, este conhecimento só é possível devido às relações sociais ou de trabalho que se desenvolvem no dia a dia.

Elaborar estratégias para que se insiram estes trabalhadores no mercado formal, dando melhores condições de trabalho e realinhando as políticas trabalhistas brasileiras, se constitui como opção para minimizar as discrepâncias sociais. Cabe lembrar que os comerciantes ambulantes contribuem diretamente com o turismo, quando negociam seus produtos aos turistas. Estes, como descrito pelos entrevistados, são os principais compradores e incentivadores da atividade ambulante, portanto, é necessário que se insiram estes trabalhadores nas políticas de turismo, proporcionando a eles qualificação, treinamento, oportunidades e o direito de trabalhar e de garantir a sobrevivência familiar. Isto incorrerá diretamente na garantia da qualidade dos serviços prestados aos turistas e no desenvolvimento efetivo do turismo.

Pela pesquisa, constatou-se que os comerciantes ambulantes reconhecem tanto a sua condição de informalidade, como a ausência de contribuição do seu trabalho para o governo. Contudo, analisando os discursos e observando o comportamento dos trabalhadores no seu local de trabalho, verificamos que

poucas são as atitudes de mudanças a que eles se propõem. Ao invés de buscarem melhorias para a sua vida, estes trabalhadores possuem atitudes reativas, ficando sempre no aguardo dos benefícios sociais a que podem ser acometidos. Além disso, acreditam que toda modificação na estrutura do trabalho deve partir do governo e não deles. Contudo, é preciso que entendamos que apenas o trabalho conjunto do governo com os comerciantes ambulantes é capaz de modificar esse pensamento.

Por acreditar que a união entre a gestão pública e os atores sociais se constitui como de extrema importância para o planejamento do turismo e seu consequente desenvolvimento sustentável, foi elaborado o quadro 03 que resume as conclusões obtidas a partir desta pesquisa.



Quadro03: Esquema figurativo: considerações finais da pesquisa.
Fonte: dados do estudo, 2012.

Em suma, os conhecimentos dos atores sociais devem ser utilizadas desde o processo de elaboração de ações até a sua implementação, a partir da identificação das necessidades, transformação em objetivos, participação na tomada de decisão e valorização desses atores. Essas são algumas das maneiras de utilização dos saberes locais no planejamento turístico. A inserção dos comerciantes ambulantes, enquanto atores sociais do turismo, precisa ser reconhecida como um avanço para o planejamento da atividade, uma vez que, enquanto sujeitos que se encontram em contato direto com os turistas, esses passam a compreender as necessidades destes, se constituindo como ferramenta fundamental na contribuição para o desenvolvimento do turismo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os trabalhadores informais sempre ocuparam os espaços públicos e não raro são vistos como um excedente da força de trabalho não planejada e não absorvida pelo mercado. Entretanto, este estudo buscou lançar um novo olhar para esse público, pretendendo contribuir para compreender suas representações sociais acerca do planejamento turístico na Praia de Ponta Negra (Natal/RN) e então encontrar formas de inseri-los no planejamento do turismo, visto que são um dos principais atores que contribuem para a dinâmica dessa atividade.

Os dados obtidos refletem uma realidade ainda muito comum no Brasil: o desconhecimento sobre o que é o planejamento turístico e qual a importância da participação popular neste processo. Além disso, revelam a ausência por parte dos planejadores de contato com a sociedade. Ainda que sejam inegáveis os avanços e melhorias conquistados ao longo dos anos no que concerne ao estímulo a participação da sociedade no planejamento, há muito a ser feito para que se possa usufruir deste de forma desejável.

Percebeu-se nesse estudo uma oportunidade para o município definir uma reorientação do planejamento turístico, a partir da inserção dos atores sociais – entre eles os comerciantes ambulantes – na vivência do planejamento. Acredita-se que esta conquista envereda o “fazer turismo” pelos caminhos de uma política na via da participação popular, desde um simples ato até a incrustação de uma consciência cidadã voltada para o bem estar global, priorizando obviamente a capacitação técnica, contudo agregando-a ao senso comum e aos saberes locais.

A compreensão das necessidades dos comerciantes ambulantes que atuam na dinâmica do turismo, especialmente nas regiões da costa litorânea brasileira, como o caso de Ponta Negra (Natal/RN) fornece subsídios para elaboração de estratégias que visem o desenvolvimento do turismo. Isto é conseguido a partir de sua inclusão no planejamento turístico, já que possibilita aos gestores da atividade turística entender como eles estão captando, interpretando e agindo em sua realidade próxima: o espaço litorâneo e o turista.

Desta forma, fica ressaltada a importância de se ter oportunidade de participação para os representantes das comunidades locais e agentes dinamizadores do turismo nas reuniões de planejamento, constituindo um verdadeiro planejamento participativo. A mesma coisa acontece com os demais

participantes da dinâmica do turismo, que por não terem representatividade, deixam de serem ouvidos e de serem beneficiados com ações decorrentes do planejamento.

Diante desta realidade, o desafio que se coloca é transformar os cidadãos em verdadeiros conselheiros, evitando o distanciamento entre os mesmos e aprendendo que o processo não é um ato isolado e sim da coletividade visando a qualidade de vida para todos.

REFERÊNCIAS

- ASHTON, M. S. G. Parque floresta imperial: espaço de turismo e lazer destinado a visitantes e residentes. In: CÂNDIDO, L. A.; ZOTTIS, A. M. (Orgs.). *Turismo: múltiplas abordagens*. Novo Hamburgo: Feevale, 2008.
- BENI, M. C. *Análise estrutural do turismo*. São Paulo: SENAC, 2001.
- BRASIL. Lei nº 6.585, de 06 de novembro de 1978. *Classifica o comerciante ambulante para fins trabalhistas e previdenciários*. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/1970-1979/L6586.htm Acesso em: 05 ago 2014.
- CACCIAMALI, M. C.; SILVA, M. de F. Mais informalidade, menos cidadania: os efeitos criados por esse círculo vicioso sobre a formulação da política social na América Latina. *Caderno Prolam*. São Paulo, ano 2, vol. 2, 2003.
- CLEPS, G. D. G. Comércio informal e a produção do espaço urbano em Uberlândia (MG). *Sociedade & Natureza*, Uberlândia, 21 (3): 327-339, dez. 2009.
- CRUZ, R. de C. *Política de turismo e território*. São Paulo: Contexto, 2001.
- DIÁRIO OFICIAL DO MUNICÍPIO - DOM. *Poder Executivo*. Ano IX - nº. 1713 - Natal/RN Quinta-feira, 31 de dezembro de 2009.
- GIL, A. C. *Como elaborar projetos de pesquisa*. São Paulo: Atlas, 1991.
- HALL, C.M. *Planejamento turístico: políticas, processos e relacionamentos*. São Paulo: Contexto, 2001.
- HARVEY, D. *A condição pós-moderna*. 18 ed. São Paulo: Loyola, 2009.
- JENKINS, J. Tourism policy in rural New South Wales – policy and research priorities. *Geojournal*, 29 (3):281-90, 1993.
- LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. de A. *Fundamentos de metodologia*. São Paulo: Atlas, 1991.
- LONDOÑO, D. A. S. Comercio ambulante en el Centro Histórico de la ciudad de México (1990-2007). *Revista Mexicana de Sociología*, 72, núm. 2 (abril-junio, 2010): 195-224. México, D. F. ISS N: 0188-2503/10/07202-01.
- OLIVEIRA, J.de D. *Trabalhadores por conta própria: o trabalho dos vendedores ambulantes da passarela do Natal Shopping e do Via Direta*. Natal: UFRN, 2009. 90 f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Programa de Pós Graduação em Serviço Social, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2009.
- PREFEITURA DO NATAL. *Turismo impulsiona Ponta Negra*. Disponível em: <<http://turismo.natal.rn.gov.br/roteiros/ctd-17.html>>. Acesso em: 22 mar 2011.

PRESTES, M. L. de M. *A pesquisa e a construção do conhecimento científico: do planejamento aos textos, da escola à academia*. 3 ed. São Paulo: Rêspel, 2008.

RUSCHMANN, D. V. de M. *Turismo e planejamento sustentável: a proteção do meio ambiente*. Campinas: Papirus, 1999.

SECRETARIA DE TURISMO DO RN – SETUR/RN. *Conheça a história da Secretaria Estadual de Turismo do RN*. Disponível em: <http://www.natalbrasil.tur.br/setur_conhecaasetur.php>. Acesso em: 05 ago 2014a.

SECRETARIA DE TURISMO DO RN – SETUR/RN. *O Conselho Estadual de Turismo – Conetur*. Disponível em: <http://www.natalbrasil.tur.br/setur_conetur.php>. Acesso em: 05 ago 2014b.

SECRETARIA MUNICIPAL DE TURISMO E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO – SETURDE. *Atribuições da SETURDE*. Disponível em: <<http://www.natal.rn.gov.br/seturde/paginas/ctd-792.html>>. Acesso em: 05 ago 2014.

SOUZA, M. L. *Mudar a cidade: uma introdução crítica ao planejamento e à gestão urbanas*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.

TISSI, M. C. Deficiência e trabalho no setor informal: considerações sobre processos de inclusão e exclusão social. *Saúde e sociedade*. Vol.9 nº.1-2 São Paulo Jan./Dec. 2000. ISSN 0104-1290.

WALKOWSKI, M. da C. *O processo participativo no planejamento turístico do espaço rural de Alfredo Wagner-SC*. Florianópolis: UFSC, 2008. 140 f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) - Programa de Pós Graduação em Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2008.

O turismo como fator de contribuição para a proteção e função social do patrimônio natural da humanidade

Gloria Maria Widmer¹
Ana Júlia de Souza Melo²

INTRODUÇÃO

Entendido em síntese como o conjunto de princípios e normas que se destinam a ordenar a vida em sociedade, o Direito relaciona-se aos mais variados momentos e ações do ser humano para com seus semelhantes, para com o ambiente, ou para com seus bens, sejam estes particulares, ou componentes do patrimônio público, a exemplo de bens municipais, estaduais, ou nacionais. Dentre os bens públicos, muitos são utilizados como destinações turísticas, a exemplo de determinadas unidades de conservação da natureza, como Parques Nacionais e Áreas de Proteção Ambiental, além de praias, rios, cavernas, ou ainda edificações de características histórico-culturais relevantes, como museus, fortificações, entre outros.

Esta realidade acaba por conduzir também a atividade turística, entendida como o conjunto de relações sociais e ambientais que ocorrem em um momento específico de viagem, de deslocamento para espaços alheios ao cotidiano, à necessidade de observar normas do Direito. Ressalta-se, entretanto, que as normas do Direito não existem apenas para impor penalidades, tampouco possuem objetivos exclusivos de punição a transgressores. Além dessa vertente, mais divulgada e conhecida, caracterizada por mecanismos de

-
- 1 Doutora e Mestre em Ciências da Comunicação - Turismo e Lazer pela Universidade de São Paulo. Advogada pela Universidade Presbiteriana Mackenzie. Bacharel em Turismo pela Universidade de São Paulo. Professora Adjunta do Departamento de Hotelaria e Turismo da Universidade Federal de Pernambuco - UFPE. E-mail: gmwidmer@uol.com.br
 - 2 Mestre em Hospitalidade pela Universidade Anhembi Morumbi. Mestre em Turismo, Planejamento e Gestão Ambiental e Cultural pela Universidade Anhanguera. Licenciada em Educação Física pela Universidade Federal de Pernambuco. Professora Assistente do Departamento de Hotelaria e Turismo da Universidade Federal de Pernambuco - UFPE. E-mail: anjutur@gmail.com

reparação da ordem social, há também normas legais que priorizam a prevenção. Sob este enfoque, o Direito pode apresentar relevantes contribuições para o planejamento e desenvolvimento da atividade turística frente aos atrativos e espaços dos quais o Turismo necessita para existir.

Essa linha de raciocínio contribui para a lembrança de um conjunto de normas brasileiras relacionadas a assuntos como educação ambiental, criação de unidades de conservação da natureza, tombamento de bens histórico-culturais, uso e ocupação dos solos, incentivos fiscais e de crédito, entre outras normas que têm funcionado como aliadas para o planejamento e desenvolvimento da atividade turística nos espaços do território brasileiro. Realidade não apenas no Brasil, o uso de normas como instrumentos que auxiliam no planejamento e desenvolvimento do Turismo transcende fronteiras e une países com objetivos comuns, a exemplo dos países-membros da Organização Mundial do Turismo.

Em um mundo cada vez mais globalizado e interdependente, também é possível observar normas internacionais que podem contribuir para o planejamento e a organização do Turismo, por mais que tenham sido criadas para fins diversos aos de regulamentação da atividade turística, ou por organismos internacionais que não apresentem relação direta com a atividade. Neste contexto, pode-se mencionar norma internacional relacionada à proteção dos bens da natureza e da cultura que se configuram como de interesse de toda a humanidade: a Convenção para a Proteção do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural, instituída pela UNESCO, em 1972 e objeto de análise deste trabalho, especificamente no que se refere a aspectos pertinentes ao Patrimônio Natural da Humanidade.

A CONVENÇÃO PARA A PROTEÇÃO DO PATRIMÔNIO MUNDIAL: CONTEÚDO E FUNCIONAMENTO QUANTO AO PATRIMÔNIO NATURAL DA HUMANIDADE

A Convenção para a Proteção do Patrimônio Mundial consiste em documento jurídico de caráter internacional, instituído durante a 17ª sessão da Conferência Geral da Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura – UNESCO, realizada de 17 de outubro a 21 de novembro de 1972, em Paris. Tem como principal objetivo tentar proteger da destruição bens naturais e culturais que apresentem valor excepcional para a comunidade mundial.

Responsável até o ano de 2012 pela inscrição de 962 sítios mundiais em lista conhecida pelos nomes de “Lista do Patrimônio da Humanidade”, ou “Lista do Patrimônio Mundial”, dos quais 745 são culturais, 188 naturais e 29 mistos, a referida convenção é composta por 38 artigos que podem ser divididos da seguinte forma: delimitação dos patrimônios a que se refere a Convenção; organizações internacionais ligadas à Convenção; e formas de proteção aos bens mundiais.

Apesar de tratar de bens naturais e culturais de interesse e importância mundial, a análise a seguir recairá apenas sobre os tópicos da Convenção relacionados ao Patrimônio Natural da Humanidade, de modo a permitir a seguinte abordagem: delimitação do Patrimônio Natural a que se refere a Convenção; organizações internacionais ligadas ao Patrimônio Natural da Humanidade; e formas de proteção ao Patrimônio Natural Mundial.

Delimitação do Patrimônio Natural a que se refere a Convenção

A Convenção estabelece, em seu artigo 2º, os bens componentes do patrimônio natural sobre os quais poderão incidir suas disposições:

Art. 2º - Para os fins da presente Convenção, são considerados patrimônio natural:

os monumentos naturais constituídos por formações físicas e biológicas ou por conjuntos de formações de valor universal excepcional do ponto de vista estético ou científico;

as formações geológicas e fisiográficas, e as zonas estritamente delimitadas que constituam habitat de espécies animais e vegetais ameaçadas de valor universal excepcional do ponto de vista estético ou científico;

os lugares notáveis naturais ou as áreas naturais estritamente delimitadas detentoras de valor universal excepcional do ponto de vista da ciência, da conservação ou da beleza natural.

O artigo em questão expressa a preocupação da Convenção em contemplar as áreas naturais delimitadas e não delimitadas, apesar de conferir maior atenção às áreas estritamente delimitadas, citando-as por duas vezes seguidas em seu texto. Aplicando-se esta expressão à realidade brasileira, pode-se entender como áreas naturais estritamente delimitadas aquelas que constituem Unidades de Conservação da Natureza, a exemplo de Parques Nacionais, Estações Ecológicas, Áreas de Proteção Ambiental, Reservas de

Desenvolvimento Sustentável, entre outras, que no caso brasileiro constituem, seja isoladamente ou em conjunto, a totalidade de sítios naturais inscritos na Lista do Patrimônio Mundial.

O segundo item utilizado pela Convenção para delimitar o patrimônio natural sob sua abrangência também permite perceber que a preocupação não se limita apenas à proteção de uma paisagem natural. Neste item, a Convenção explicita sua preocupação com espécies animais e vegetais ameaçadas e que, por tais circunstâncias, podem fazer de seus *habitats* um ambiente de valor universal excepcional também no que se refere à conservação de espécies.

Ainda, para melhor entendimento deste artigo, cabem algumas exemplificações. Assim, podem ser caracterizados como monumentos naturais constituídos por formações físicas e biológicas de valor universal excepcional as Ilhas Galápagos, no Equador. Quanto às formações que constituam *habitats* de espécies animais e vegetais ameaçados, pode-se citar a Grande Barreira de Corais, na Austrália. Já os lugares notáveis e as áreas naturais estritamente delimitadas podem ser exemplificados por intermédio do Parque Nacional de Yellowstone, nos EUA.

Organizações Internacionais ligadas ao Patrimônio Natural da Humanidade

A Convenção também apresenta os organismos internacionais responsáveis por sua execução na esfera do Patrimônio Natural da Humanidade. São eles: o Comitê do Patrimônio Mundial e a União Internacional para a Conservação da Natureza e seus Recursos (UICN).

Quanto ao Comitê do Patrimônio Mundial, é formado por representantes de governos de vários Estados-partes da Convenção. A ele cabe organizar, atualizar e publicar a Lista do Patrimônio Mundial e a Lista do Patrimônio Mundial em Perigo, bem como deliberar sobre a inclusão de um bem em qualquer uma dessas listas.

No que se refere à União Internacional para a Conservação da Natureza (UICN), consiste em uma organização composta por mais de mil organizações e milhares de cientistas e pesquisadores. Tem como missão agrupar Estados, organizações governamentais e não governamentais, nacionais e internacionais, além de cientistas, em movimento de cooperação mundial pela conservação dos recursos naturais e pelo desenvolvimento sustentável. A UICN apóia e desenvolve pesquisas que envolvam a conservação da natureza, implementa

projetos, investiga áreas em perigo e aplica práticas relacionadas a políticas participativas, ocasiões em que contribui para promover o diálogo entre governos, sociedade civil e setor privado. Também busca a compreensão e reconhecimento por parte dos países e povos sobre a necessidade de se promover o uso sustentável dos recursos naturais existentes.

Formas de Proteção ao Patrimônio Natural Mundial

A Convenção estabelece ser predominantemente do Estado-parte a função de proteger o bem representante do Patrimônio Mundial presente em seu território, cabendo à coletividade internacional auxiliar nessa função, porém de modo que seu auxílio não substitua a ação do Estado-parte, mas sim de forma que a complemente.

Nesse sentido, a Convenção estabelece as ações que entende ser de responsabilidade dos Estados-parte para a proteção em âmbito nacional do Patrimônio Mundial presente em seu território. Dentre elas estão, conforme artigo 4º do referido documento, as funções de identificar, delimitar, conservar, valorizar e transmitir às futuras gerações este patrimônio.

Como procedimentos para atingir tais fins, o artigo 5º elenca uma lista de ações, a cargo do Estado-parte, conforme disposto a seguir:

Art. 5º - A fim de assegurar proteção e conservação eficazes e valorizar de forma ativa o patrimônio cultural e natural situado em seu território e em condições adequadas aos países, cada Estado-parte da presente Convenção empenhar-se-á em:

- a) adotar uma política geral com vistas a atribuir função ao patrimônio cultural e natural na vida coletiva e a integrar sua proteção aos programas de planejamento;
- b) instituir no seu território, caso não existam, um órgão (ou vários órgãos) de proteção, conservação ou valorização do patrimônio cultural e natural, dotados de pessoal capacitado, que disponha de meios que lhe permitam desempenhar suas atribuições;
- c) desenvolver estudos, pesquisas científicas e técnicas e aperfeiçoar os métodos de intervenção que permitam ao Estado enfrentar os perigos ao patrimônio cultural ou natural;
- d) tomar as medidas jurídicas, científicas, técnicas, administrativas e financeiras cabíveis para identificar, proteger, conservar, valorizar e reabilitar o patrimônio;

e) fomentar a criação ou o desenvolvimento de centros nacionais ou regionais de formação em matéria de proteção, conservação ou valorização do patrimônio cultural e natural e estimular a pesquisa científica nesse campo.

Quanto às formas internacionais de proteção ditadas pela Convenção, consistem em um sistema de cooperação e de assistência internacional destinado a auxiliar de forma secundária os esforços empreendidos pelos Estados-partes para conservar seus patrimônios. Sob a ótica desse sistema de cooperação e assistência, as formas de proteção internacional disponibilizadas pela Convenção são: auxílio financeiro, assistência técnica e assistência educacional.

No que se refere ao auxílio financeiro, pode ocorrer tanto por meio de empréstimos com juros reduzidos, sem juros, ou reembolsáveis a longo prazo (artigo 22, item “e”), como por meio de doações (artigo 22, item “f”). O auxílio financeiro é prestado com recursos do Fundo do Patrimônio Mundial, cujo funcionamento é descrito pelos artigos 15 a 18 da Convenção.

A quantia total recebida a cada ano pelo Fundo é da ordem de pouco mais de US\$ 4 milhões (DIAS, 2010), o que se considera um valor modesto frente à quantidade de ações que demandam os recursos: prover cooperação técnica, desenvolver atividades promocionais e educativas, incentivar a formação de especialistas, socorrer bens que necessitem de recuperação, ou que estejam em perigo eminente de desaparecer, entre outras.

Frente a esse quadro, o Comitê do Patrimônio Mundial, órgão responsável pelo gerenciamento do Fundo, precisa estabelecer uma ordem de prioridades para a destinação de recursos, conforme estabelecido no item 4 do artigo 13 da Convenção. Tal ordem de prioridades leva em conta a importância do bem solicitante dos recursos frente à comunidade mundial, a necessidade de garantir assistência a outros bens, a urgência das medidas a serem empreendidas e em que medida a salvaguarda do bem poderia ser assegurada por meios próprios do Estado em que está localizado. Desta forma, a prioridade de assistência recai normalmente sobre os sítios mais ameaçados, que figuram ou estão passíveis de figurar na Lista do Patrimônio Mundial em Perigo (SILVA, 2003).

Quanto à assistência técnica, corresponde ao atendimento a solicitações de auxílio feitas pelos Estados-partes, no que diz respeito a projetos destinados a conservar bens que se pretende inscrever, ou que estejam inscritos na Lista do Patrimônio Mundial. De modo geral, essa categoria de assistência

assume as formas de realização de estudos, ou de disponibilização de pessoal técnico, conforme previsto no art. 22, itens “a” e “b” da Convenção, como segue:

- a. estudos dos problemas artísticos, científicos e técnicos levantados quanto à proteção, à conservação, à valorização e à reabilitação do patrimônio cultural e natural, conforme o definido nos parágrafos 2 e 4 do artigo 11 da presente Convenção;
- b. disponibilização de peritos, técnicos e mão-de-obra qualificada para garantir a correta execução do projeto aprovado.

Como exemplo deste tipo de assistência, pode-se citar os estudos desenvolvidos para o Parque Nacional de Royal Chitwan, no Nepal, onde existem cerca de 400 rinocerontes característicos do sul da Ásia, em vias de extinção. No fim da década de 1990, o governo do Nepal pretendia realizar obras para o desvio do Rio Rapti, visando a irrigação de terras. Em função de estudos realizados pela UICN, que concluíram que o desvio do rio traria sérios danos a espécies ribeirinhas que serviam de alimento para os rinocerontes do parque, o governo nepalês abandonou o projeto.

Já quanto à assistência educacional, caracteriza-se pela contribuição na formação de especialistas, em todos os níveis, nas áreas de identificação, proteção, valorização, ou reabilitação do Patrimônio Mundial, bem como pelo auxílio a centros nacionais ou regionais de formação desses profissionais, conforme estabelecido nos artigos 22, item “c” e 23 da Convenção.

AS FORMAS DE PROTEÇÃO NACIONAL ADOTADAS NO BRASIL

O Brasil não apresentou dificuldades para aderir à Convenção do Patrimônio Mundial. Além de já possuir alguns dos requisitos de proteção entendidos como de responsabilidade nacional antes de se tornar Estado-parte, também terminou por ampliá-los ou atualizá-los depois de se tornar signatário da Convenção, em 1 de setembro de 1977 e promulgá-la em âmbito nacional, por intermédio do Decreto nº 80.978, de 12 de dezembro de 1977.

Dentre as medidas de proteção nacional dispostas no artigo 5º da Convenção³, cabe considerar que o Brasil já possuía, em 1977, órgãos relacionados à proteção do patrimônio natural nacional, a exemplo da Secretaria Especial do Meio Ambiente (SEMA), criada em 1973, como resultado das

3 O art. 5º da Convenção encontra-se transcrito no item 1.3 deste capítulo.

responsabilidades assumidas pelo Brasil para a proteção dos bens naturais na Conferência de Estocolmo, em 1972. Além disso, também já possuía algumas medidas de proteção legal, tal como o Código Florestal, instituído pela Lei Federal nº 4.771, de 15 de setembro de 1965.

Posteriormente à Convenção, novos órgãos públicos surgiram e novas medidas legais foram adotadas. Dentre eles, destacam-se:

- A Lei Federal nº 6.938/81, considerada um marco do Direito Ambiental Brasileiro, a partir do qual o país adota posturas mais efetivas na defesa de seu ambiente. Estabelece a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de aplicação. Institui o Sistema Nacional do Meio Ambiente – SISNAMA e também é responsável por instituir alguns dos principais instrumentos de proteção ambiental no Brasil, tais como o zoneamento ambiental, a avaliação de impactos ambientais, o licenciamento ambiental e os padrões de qualidade ambiental.
- A Lei Federal nº 7.661/88, que estabelece o Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro e visa orientar as formas de desenvolvimento da costa brasileira, pautando-se pelo zoneamento de usos e atividades nesse ambiente, bem como pela proteção de recursos naturais característicos, como recifes, ilhas, praias, dunas e manguezais, além daqueles que integrem seu patrimônio histórico, paleontológico, espeleológico, arqueológico, étnico, cultural e paisagístico.
- A Constituição Federal Brasileira de 1988, primeira dentre as Constituições brasileiras a reservar um capítulo inteiro à natureza e a estabelecer seu uso com base nos fundamentos do desenvolvimento sustentável, alinhando as questões pertinentes à natureza frente às necessidades de desenvolvimento social e econômico, por intermédio de seu artigo 225.
- A Lei Federal nº 7.735/89, responsável pela criação do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA, que incorporou a Secretaria Especial do Meio Ambiente – SEMA e as agências federais na área de pesca, borracha e desenvolvimento florestal. A partir de então, o IBAMA tornou-se o órgão executor da Política Nacional do Meio Ambiente, atuando para conservar, fiscalizar, controlar e fomentar o uso racional dos recursos naturais brasileiros.
- Lei Federal nº 9.433/97, que institui a Política Nacional de Recursos Hídricos e cria o sistema nacional de gerenciamento desses recursos. Define a água como recurso natural limitado, dotado de valor econômico

e cuja gestão deve privilegiar usos múltiplos (consumo, energia, transporte etc). Tem como principal objetivo assegurar à atual e às futuras gerações a necessária disponibilidade de água, em padrões de qualidade adequados aos respectivos usos.

- A Lei Federal nº 9.605/98, conhecida como Lei dos Crimes Ambientais e responsável por elencar as principais condutas criminosas contra o ambiente, além de estabelecer penas severas, como multas de até R\$ 50 milhões pela prática de um único crime ambiental, reparação de danos e penas privativas de liberdade.
- A Lei Federal nº 9.795/99, que estabelece a Política Nacional de Educação Ambiental, com objetivos preventivos e não os normalmente reparadores verificados em relação ao ambiente, tratando dos mecanismos considerados formais (escolas, em todos os níveis) e informais (mídia em geral, trabalhos de ONGs, atividades de ecoturismo) para a educação ambiental do povo brasileiro.
- Lei Federal nº 9.985/00, que institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza – SNUC, visando orientar o uso dessas áreas, dividindo-as em dois grupos: as Unidades de Proteção Integral, que se caracterizam por permitir apenas o uso indireto de seus recursos naturais, tais como Estações Ecológicas, Parques Nacionais e Reservas Biológicas; e as Unidades de Uso Sustentável, que objetivam compatibilizar a conservação da natureza com o uso sustentável de parcela de seus recursos naturais, tais como Áreas de Proteção Ambiental, Reservas Extrativistas e Reservas Particulares do Patrimônio Natural.
- Lei Federal nº 11.516/07, responsável pela criação do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade - ICMBio, vinculado ao Ministério do Meio Ambiente, com a finalidade de executar ações de proposição, implantação, gestão, proteção, fiscalização e monitoramento das unidades de conservação instituídas pela União.
- Lei Federal nº 12.651/12, que estabelece normas gerais sobre proteção da vegetação, exploração florestal, suprimento de matéria-prima florestal, controle da origem dos produtos florestais e controle e prevenção dos incêndios florestais, além de prever instrumentos econômicos e financeiros para alcançar seus objetivos. Revoga a Lei Federal nº 4.771/65, que instituía o Código Florestal, tornando-se conhecida como o novo Código Florestal Brasileiro.

O PATRIMÔNIO NATURAL DA HUMANIDADE NO BRASIL

Amparado pelas iniciativas de titulação e pelos mecanismos de proteção que adota, o Brasil possui atualmente 19 sítios mundiais em seu território, dentre os quais 7 classificados como naturais. São eles:

- o Parque Nacional do Iguaçu, que figura como o sítio do Patrimônio Natural Mundial mais antigo no Brasil, compondo a relação desde 28 de novembro de 1986, pouco mais de dois anos depois de seu vizinho argentino, o Parque Iguazú, junto com o qual abriga a totalidade das Cataratas do Iguaçu. Localizado no oeste do Paraná, sua titulação se fundamenta principalmente por apresentar importante ecossistema ao redor de rios e quedas d'água de beleza excepcional;
- as Reservas de Mata Atlântica da Costa do Descobrimento, que consistem em um conjunto formado por 8 áreas naturais protegidas: o Parque Nacional do Descobrimento, o Parque Nacional do Monte Pascoal, o Parque Nacional Pau-Brasil, a Reserva Biológica do Una, a Reserva Biológica do Sooretama, a Estação Ecológica de Vera Cruz, a Estação Experimental Pau-Brasil e a Reserva Florestal de Linhares. Localizadas na faixa litorânea que vai do norte do Espírito Santo ao sul da Bahia, foram incorporadas à Lista do Patrimônio Natural da Humanidade em 4 de dezembro de 1999, principalmente pela importância do conjunto para a conservação do ecossistema de Mata Atlântica remanescente;
- as Reservas de Mata Atlântica do Sudeste, compostas por 5 Áreas de Proteção Ambiental, 6 Estações Ecológicas, 11 Parques Estaduais, 1 Parque Nacional, 1 Refúgio da Vida Silvestre, 1 Reserva Particular de Patrimônio Natural, no total de 25 Unidades de Conservação da Natureza, dispostas pelos Estados de São Paulo e Paraná. Também titulado em 4 de dezembro de 1999, o conjunto constitui um dos mais significativos corredores biológicos brasileiros, bem como a maior concentração de remanescentes de Mata Atlântica do país;
- o Complexo de Conservação da Amazônia Central, que se formou a partir da titulação do Parque Nacional do Jaú, no Amazonas, em 30 de novembro de 2000, em função do valor excepcional de sua diversidade biológica. Em 2003 passou por ampliação de sua área original, incorporando parte da Reserva de Desenvolvimento Sustentável de Mamirauá, além da Estação Ecológica de Anavilhanas e da Reserva de Desenvolvimento Sustentável de Amaná;
- as Áreas Protegidas do Pantanal, sítio composto pelo Parque Nacional do Pantanal e as Reservas Particulares do Patrimônio Natural

denominadas Doroché, Acurizal e Penha. Localizado entre o sudoeste do Estado de Mato Grosso e noroeste do Estado de Mato Grosso do Sul, este sítio também foi titulado em 30 de novembro de 2000, especialmente por constituir paisagem natural espetacular, na qual se destacam ecossistemas de zonas úmidas de água doce;

- as Áreas Protegidas do Cerrado, que compreendem o Parque Nacional Chapada dos Veadeiros e o Parque Nacional das Emas, ambos localizados no Estado de Goiás. Tituladas em 16 de dezembro de 2001, guardam um grande mosaico de fauna e flora característica do ecossistema conhecido como Cerrado;
- as Ilhas Atlânticas Brasileiras, sítio que compreende o Parque Nacional Marinho de Fernando de Noronha e a Reserva Biológica Marinha do Atol das Rocas. Também titulado em 16 de dezembro de 2001, em especial por suas características geomorfológicas, biológicas e paisagísticas.

O TURISMO E O PATRIMÔNIO NATURAL DA HUMANIDADE

A Convenção do Patrimônio Mundial não é um documento elaborado por uma organização internacional diretamente ligada ao Turismo, tampouco se caracteriza como norma cujo objetivo de atenção seja a atividade turística.

Ainda assim, tendo como principal foco de atenção sítios naturais e culturais de interesse e importância mundiais, acaba por tutelar bens que, sob a ótica turística, são entendidos como alguns dos principais responsáveis pela existência da atividade.

Conhecidos na terminologia turística como atrativos turísticos consistem em bens sobre os quais recai interesse de visitação. Em outros termos, o que faz destes bens elementos de interesse para o Turismo é a atratividade que eles possuem, ou seja, a capacidade de despertar tamanho interesse nos indivíduos, a ponto de fazer com que estes deixem o conforto de suas casas, a vida cotidiana e conhecida que levam em suas localidades de origem e se desloquem para outras localidades e realidades, a fim de ver tais bens de perto.

Quando atrativos, a importância destes bens é tão grande para o Turismo que justifica seu enquadramento como elementos componentes do que Beni (2007) convencionou chamar de oferta turística original, ou seja, o conjunto de elementos geradores de interesse de deslocamento nos indivíduos e, conseqüentemente, responsável por grande parte da atratividade de localidades consideradas turísticas, ou detentoras de potencial turístico, bem como

pela existência da oferta turística derivada, a exemplo de meios de hospedagem, restaurantes, agências de turismo receptivo, entre outros equipamentos que permitem ao turista as condições para se manter por um determinado tempo na localidade visitada e conhecer seus atrativos.

Ainda quanto à atratividade turística de um bem, considera-se que ela é proporcional ao interesse de visitação, ou seja, quanto maior for a atratividade de certo bem, maior deverá ser o interesse de visitação a ele relacionado. A partir desta premissa e considerando que os indivíduos atraídos disponham, além do interesse de visitação, de outros fatores relevantes, tais como tempo livre e recursos financeiros, maior será a possibilidade de que esta conjuntura se converta em prática turística.

Retornando à Convenção para lembrar que suas preocupações recaem sobre bens de valor universal excepcional, isto é, bens de importância e interesse inestimáveis para as presentes e futuras gerações, pode-se admitir que o potencial de atratividade turística destes bens seja enorme, pressupondo a existência de um público igualmente grande, ávido por conhecê-los.

Sob este ponto de vista, a Convenção e seus mecanismos de listagem podem acabar funcionando como uma espécie de inventário mundial que estabelece tanto os bens de interesse para a humanidade sob a ótica da conservação, como bens de interesse para o Turismo sob a ótica dos princípios de mercado e das oportunidades de negócios. Neste contexto, a Convenção propicia tanto a ordenação relacionada à proteção do Patrimônio da Humanidade, como as diretrizes para seus usos pela sociedade, dentre os quais o uso turístico, previsto no art. 11, item 4, que pode ocorrer com base na necessidade de se atribuir ao Patrimônio Mundial uma função na vida coletiva (art. 5, item 1), pautado por um desenvolvimento planejado e sustentável.

Identificada no Brasil sob o nome de “função social”, a função na vida coletiva pode ser entendida como cumprida quando da utilização ou aproveitamento racional de determinado espaço e dos respectivos recursos ambientais (naturais e culturais) que lhe são integrantes para o bem-estar social e interesse coletivos (PINTO, 2003).

Sob este enfoque, o Turismo pode muito bem classificar-se como atividade capaz de atribuir função social ao Patrimônio Natural Mundial. Primeiramente, porque se utiliza de atrativos naturais como elementos de grande importância para sua existência, como componentes de sua oferta original.

Depois, porque o Turismo pode suprir interesses coletivos relacionados aos sítios componentes do Patrimônio Natural da Humanidade, tanto no que se refere à proteção, como à valorização destes ambientes detentores de valor universal excepcional. Como exemplo, pode-se citar as situações em que são aproveitados membros da comunidade local na estruturação turística da localidade. Nestes casos, quando realmente orientados, capacitados e incluídos ao contexto turístico local, os autóctones passam a valorizar, ou a aumentar o grau de valor que atribuem aos atrativos locais e a se engajar na luta pela proteção e manutenção destes atrativos.

Também sob o enfoque do Turismo como elemento que propicia interesses coletivos referentes à valorização, cabe ressaltar a própria visitação turística, intrínseca à existência do Turismo. Afinal, como valorizar o que não se conhece?

Ainda sobre as qualidades do Turismo como atividade que pode atribuir função social aos sítios, também se pode considerar o Turismo como um elemento que proporciona bem-estar social. Sob a ótica brasileira, o bem-estar social envolve o conjunto de condições que permitam aos indivíduos certa qualidade de vida, consubstanciada por alguns direitos sociais, preconizados pela Constituição Federal, em seu artigo 6º: educação, saúde, trabalho, moradia, lazer, segurança, entre outros. Admitindo-se que *“independente de sua função, a ação turística é, a princípio, um comportamento de liberdade e prazer, realizado com o máximo grau de autonomia que o indivíduo possui”* (BACAL, 2003, p. 107) e que esta autonomia e prazer com que são realizadas pressupõem o Turismo como expressão de lazer, aliás, *“uma das grandes expressões de lazer da sociedade capitalista e consumista em que vivemos”* (MELO, 2004 p. 105), pode-se verificar a capacidade que possui para contribuir com o bem-estar social, preenchendo, assim, os principais requisitos capazes de atribuir função social aos bens componentes do Patrimônio Natural da Humanidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A exposição e análise dos principais tópicos pertinentes à Convenção do Patrimônio Mundial permitem caracterizá-la como norma predominantemente preventiva e não reparadora da ordem, no que se refere aos bens por ela tutelados, quais sejam, os bens componentes do que se convencionou chamar de Patrimônio Mundial, ou Patrimônio da Humanidade.

Especificamente no que se refere ao Patrimônio Natural da Humanidade, é possível verificar que seu conteúdo e funcionamento, pautados principalmente na delimitação dos bens componentes do Patrimônio Natural Mundial, organismos ligados a este patrimônio e suas formas de proteção assumem posturas direcionadas ao planejamento, organização e execução de ações para a salvaguarda destes bens, de modo a permitir sua continuidade para as presentes e futuras gerações.

Especificamente no que se refere ao Brasil enquanto Estado-Parte, a Convenção contribuiu para a identificação e inscrição de 7 sítios brasileiros na lista dos atuais 188 sítios componentes do Patrimônio Natural da Humanidade.

Ainda, no que diz respeito ao Turismo, a Convenção permite sua análise e caracterização como uma das atividades que possibilita a estes bens desempenhar seus papéis na vida coletiva e cumprir suas funções junto à sociedade mundial, desde que esta atividade ocorra de forma planejada e seja desenvolvida com base nos preceitos da sustentabilidade e do direito.

REFERÊNCIAS

- BACAL, S. S. *Lazer e o universo dos possíveis*. São Paulo: Aleph, 2003.
- BENI, M. C. *Análise estrutural do turismo*. 12 ed. São Paulo: SENAC, 2007.
- BRASIL. *Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981*. Dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente e dá outras providências. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l6938.htm>. Acesso em: 5 jun. 2013.
- _____. *Lei nº 7.661, de 16 de maio de 1988*. Institui o Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro e dá outras providências. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l7661.htm>. Acesso em: 5 jun. 2013.
- _____. *Constituição da República Federativa do Brasil de 1988*. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm>. Acesso em: 5 jun. 2013.
- _____. *Lei nº 7.735, de 22 de fevereiro de 1989*. Dispõe sobre a extinção de órgão e de entidade autárquica, cria o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l7735.htm>. Acesso em: 5 jun. 2013.
- _____. *Lei nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997*. Institui a Política Nacional de Recursos Hídricos, cria o Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos e dá outras providências. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/l9433.htm>. Acesso em: 6 jun. 2013.
- _____. *Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998*. Dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente, e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9605.htm>. Acesso em: 6 jun. 2013.

- _____. *Lei nº 9.797, de 27 de abril de 1999*. Dispõe sobre a educação ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19795.htm>. Acesso em: 6 jun. 2013.
- _____. *Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000*. Regulamenta o art. 225, § 1º, incisos I, II, III e VII da Constituição Federal, institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19985.htm>. Acesso em: 6 jun. 2013.
- _____. *Lei nº 11.516, de 27 de agosto de 2007*. Dispõe sobre a criação do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/lei/11516.htm>. Acesso em: 6 jun. 2013.
- _____. *Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012*. Dispõe sobre a proteção da vegetação nativa e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2012/Lei/L12651.htm>. Acesso em: 6 jun. 2013.
- DIAS, C. Do mundo para o mundo. *Desafios do Desenvolvimento*. Brasília: IPEA. Ano 7. Edição 62. 2010. Edição especial. Disponível em: <http://desafios.ipea.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=2338:catid=28&Itemid=23>. Acesso em: 4 jun. 2013.
- MELO, A. J. S. *Serviços turísticos de lazer aquático em Fernando de Noronha: a participação da comunidade*. 2004. Dissertação (Mestrado em Hospitalidade). Universidade Anhembi Morumbi, São Paulo.
- MILARÉ, E. *Direito do ambiente: doutrina, prática, jurisprudência, glossário*. 4. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2005.
- PINTO, A.C.B. *Turismo e meio ambiente: aspectos jurídicos*. Campinas: Papirus, 2003.
- SILVA, F. F. *As cidades brasileiras e o patrimônio cultural da humanidade*. São Paulo: USP, 2003.
- UNESCO. *Convenção para a Proteção do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural*. Paris, 16 nov. 1972. Disponível em: <http://whc.unesco.org/archive/convention-pt.pdf>. Acesso em: 2 jun. 2013.
- WIDMER, G. M. *O título de patrimônio da humanidade e seus efeitos sobre o turismo em Fernando de Noronha*. 2007. Tese (Doutorado em Ciências da Comunicação). Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo.

Turismo e o desenvolvimento local: o capital social e as redes de políticas públicas em foco

Ana Valéria Endres¹

INTRODUÇÃO

O turismo é hoje uma das principais atividades para estimular o desenvolvimento local em qualquer região do Brasil. Afinal, o turismo é uma atividade econômica e, como tal, as possibilidades de geração de emprego e renda predominam em seu discurso. Além do mais, seus efeitos e repercussões ambientais e sociais, diferentemente de outras atividades econômicas, o colocam como uma atividade que possibilita uma maior atenção na conservação ambiental e, principalmente, como fator de inclusão social pela diversidade de sua cadeia produtiva.

Neste contexto, a forte ênfase do turismo como fator de desenvolvimento local está presente em todas as políticas colocadas pelo governo federal para estimular a atividade. Importante observar que as possibilidades de sucesso destas estão fortemente vinculadas as potencialidades e características locais, além da capacidade institucional do Estado em criar estruturas de gestão em que a participação de segmentos empresariais e de organizações sociais permita atingir compromissos permanentes entre a iniciativa privada e o setor público.

Aliado a estas questões, o que se percebe também no discurso de exaltação da atividade nas políticas públicas de turismo a partir de 1994, é a forte inserção de temas que ainda hoje entravam e inibem o desenvolvimento. Temas inquietantes sobre como minimizar as desigualdades sociais e o desinteresse social, como estimular a capacidade política e de gestão a partir de novos arranjos institucionais, como valorizar o capital humano local e o capital

1 Bacharel em Turismo. Mestre em Planejamento do Desenvolvimento pelo NAEA/UFPA. Doutora em Sociologia Política da UFSC. Professora Adjunta do Curso de Turismo da UFPB. Líder do grupo de pesquisa do CNPq “Desenvolvimento, Planejamento e Turismo”.

social, estão presentes para fortalecer a aceitação política das ações propostas pelo governo.

Por esses motivos, este artigo tem como objetivo aprofundar teoricamente as categorias “capital social” e “redes de políticas públicas”, tão fortemente apropriadas por este discurso governamental. Para tanto, será primeiramente apresentada uma breve contextualização sobre as principais políticas públicas de turismo que destas categorias fazem uso, para em seguida desenvolver uma discussão sobre as mesmas e suas possibilidades enquanto práticas que incidam em um melhor desempenho institucional e, como conseqüência, em prol do desenvolvimento local.

O CONTEXTO DA ANÁLISE: AS POLÍTICAS DE TURISMO A PARTIR DE 1994

Muitas são as discussões que tentam projetar as bases conceituais que levem a um maior entendimento do turismo, principalmente a partir da década de 50, em função das proporções assumidas por este enquanto fenômeno econômico e social em vários países do mundo, além dos impactos que dele suscita e o envolve². Neste trabalho, o turismo é entendido como:

Um processo completo que vai desde a divulgação correta da imagem do local a ser alcançado, por meios diversos, pelo turista, sua permanência e satisfação, até a sua volta ao local de origem, de modo que a localidade turística permaneça conservada, no longo prazo, para a continuidade do atendimento qualificado, a garantia das boas condições de vida da população local e a preservação do meio ambiente envolvido (FARIA; CARNEIRO, 2001, p. 12).

Neste sentido, o turismo tem relação direta com o desenvolvimento pela garantia dos resultados de sua implantação, que se realiza a partir da melhoria da qualidade de vida dos habitantes de um país, de uma região ou de uma localidade.

Pelo prisma da análise política sobre a relação turismo e desenvolvimento, entender o papel do Estado torna-se fundamental. Pois, a ele cabe a tarefa de propiciar estratégias locais e sustentáveis de desenvolvimento que procure realizar os objetivos de aumento da produtividade e da competitividade

2 Sobre os impactos econômicos, socioculturais e ambientais ver Youell (2002).

do sistema produtivo, de melhoria da distribuição de renda e da conservação dos recursos naturais e do patrimônio histórico e cultural.

Tais estratégias devem ser instrumentadas através de ações que permitam ao Estado uma maior flexibilidade e a complexidade institucional, que se evidenciam por um ambiente institucional ao qual o setor produtivo está atrelado, caracterizado por densas redes de relações envolvendo empresas, instituições de ensino e de pesquisa, associações de empresários, sindicatos e governos locais que fornecem ao setor econômico específico, possibilidades de utilizar com maior eficiência os recursos disponíveis e melhorar, assim, sua competitividade no mercado global. Neste sentido, o Estado deve atuar como um instrumento que procura integrar e melhorar o comportamento de cada um dos segmentos que compõe a cadeia produtiva do setor turístico para que a eficiência dos mesmos possibilite o desenvolvimento em suas bases locais (BARQUERO, 2001).

Por esta ótica, aprofundar o entendimento de como a atividade turística pode contribuir para o desenvolvimento local demanda análises sobre como o Estado, tanto no nível federal, estadual como no municipal, atua na implementação de suas políticas e como sua atuação repercute no desenvolvimento da atividade e na sociedade. Pois, uma maior flexibilidade e complexidade institucional permitem um melhor trânsito das necessárias inter-relações entre os outros fatores. De modo oposto, as possibilidades de desenvolvimento tornam-se distantes em razão das carências e do mau funcionamento dessa rede institucional.

Na perspectiva de mudanças de métodos de trabalho, em virtude de um pacto social que faça convergir diversos parceiros, o Estado assume um papel vital: propor parcerias, criar um ambiente propício à participação caracterizado por redes e reformular as instituições. Coerente com esta orientação, nas políticas de turismo elaboradas a partir da década de 1990, o discurso de parceria e participação é fortemente adotado pelo governo federal como um novo método de trabalho para planejar e desenvolver o setor turístico. E é nesse discurso que foi fundamentado em 1994 o Programa Nacional de Municipalização do Turismo – PNMT.

Este programa delegava aos outros setores da sociedade a responsabilidade sobre o seu sucesso ou fracasso, através do grau de comprometimento de seus parceiros engajados. Nesta política, motivada pela tendência

descentralizadora, as arenas³ eram formatadas a partir da constituição do Comitê Federal, Comitê Estadual e Conselhos Municipais, sendo estes últimos a base de sustentação de programa para garantir o desenvolvimento sustentável do turismo no local.

A forma de intercâmbio entre essas várias organizações, baseada na atribuição de tarefas entre os órgãos federais, estaduais e municipais, entremeados pela mesma forma de intercâmbio com outros órgãos formais de articulação representados pelo setor não-estatal, distanciou esse programa das políticas tradicionais e o aproxima de uma dimensão baseada no compromisso democrático⁴.

Na substituição em 2002 do PNMT pelo Programa de Regionalização do Turismo – PRT (BRASIL, 2004), a lógica defendida pelo governo é que o primeiro, no âmbito municipal, fincou as bases democráticas de diálogo e cooperação entre atores sociais através de Conselhos, os quais são como esteio para a realização de um turismo sustentável no local. Assim, considerando estar o município já “sensibilizado e consciente” para a atividade turística através de um planejamento responsável, o PRT agrega tais municípios em regiões, ligando-os por Roteiros Turísticos. Neste programa, o discurso governamental defende a ampliação das ações de cooperação e parceria, tornando obrigatório para a sua implementação que cada Roteiro tenha a sua Instância de Governança Regional definida e atuante.

Da mesma forma que no PNMT, no PRT a constituição das redes é uma imposição de agentes externos ao local, seja, respectivamente, na orientação de países desenvolvidos para aqueles em desenvolvimento, como na relação Organização Mundial de Turismo – Ministério do Turismo; seja na imposição

3 O termo arena aqui utilizado tem suas bases nas noções de *policy community*, *policy arena* e *policy network*. Segundo Celina Souza (2006, p. 32) “as arenas são modelos explicativos para se entender melhor como e por que o governo faz ou deixa de fazer alguma ação que repercutirá na sociedade. (...) Este método e referencial teórico partem do estudo de situações concretas para investigar a integração entre as estruturas presentes e as ações, estratégias, constrangimentos, identidades e valores. (...) A força deste modelo está na possibilidade de investigação dos padrões das relações entre indivíduos e grupos”. Sobre *policy arena* e *policy networks* ver também Frey (2000).

4 O estudo realizado entre 1996 e 1999, sobre o processo de implementação do PNMT em Belém/PA (ENDRES, 2001; 2002b), conclui que a proposta para sua implementação e a forma como esta foi posta em prática possibilitam visualizar a transição paradigmática nas formas de condução política do Estado, que engloba tanto as características de um planejamento centralizado como de um planejamento descentralizado caracterizado por redes.

deste último que condiciona as ações do governo estadual em exigir a formação das Instâncias e dos grupos de municípios em cumpri-la.

Essas relações são assim condicionadas, pois estes dois programas enquadram-se no âmbito das políticas chamadas constitutivas ou estruturadoras, que segundo Frey (2000, p. 224-225) “determinam as regras do jogo e com isso as estruturas dos processos e conflitos políticos (...), desenvolvidas e enfaticamente defendidas pelas agências internacionais de desenvolvimento para aumentar a governabilidade e a eficiência da ‘*development administration*’ nos países do terceiro Mundo”. Corroborando essa afirmação, Silva (1998) argumenta que há um, processo de “domesticação”, onde esses organismos “indicam” aos países em desenvolvimento quais “reformas” devem ser feitas, onde os itens descentralização e novos arranjos inter/intra-governamentais devem ser priorizados para a modernização do Estado.

De maneira geral e diante deste panorama preliminar condicionado pelos discursos e pelas práticas institucionais que podem ampliar ou reduzir possibilidades de sucesso, segue-se uma discussão sobre capital social e as redes de políticas públicas como possibilidades que repercutam em um melhor desempenho institucional como condição para o desenvolvimento.

CAPITAL SOCIAL PELA PERSPECTIVA DO DESEMPENHO INSTITUCIONAL E DOS PROCESSOS DE DESENVOLVIMENTO

Para além das diversas linhas teóricas que envolvem o conceito de capital social (BAQUERO; CREMONESE, 2006), neste artigo tem-se especial interesse aquela que o vincula às discussões sobre o desenvolvimento e desempenho institucional. Pois este caminho teórico vem ao encontro de tentar entender a sua forte inserção, por instituições multilaterais e formuladores de políticas públicas, como uma nova ferramenta que vise ampliar melhores possibilidades de desenvolvimento para os países de terceiro mundo, dentre eles o Brasil. Imersa neste contexto estão as políticas públicas de turismo, que como já se disse, são políticas estruturadoras concebidas e financiadas por organizações internacionais que passam a reconhecer a importância dos fatores institucionais, das redes sociais e do compromisso cívico como um novo conjunto de fatores-chave para a sustentabilidade dos programas de desenvolvimento.

Sob esta orientação, “economistas, cientistas políticos e formuladores de políticas públicas tem a tarefa de explorar ao máximo a sociabilidade como um antídoto contra o individualismo, a ineficiência burocrática e os custos de

transação” (HIGGINS, 2006, p. 22). Cria-se, assim, a partir da década de 90 um foco de atenção às perspectivas de capital social que pode ser chamado institucionalista. No campo da sociologia, o trabalho de Peter Evans (1993; 2003; 2004) destaca-se na tentativa de discernir o caráter desenvolvimentista ou predatório de um Estado avaliando a capacidade das instituições públicas e as relações entre Estado e sociedade. No campo da ciência política, o mais expoente é o trabalho de Robert Putnam (2005) que discute o capital social a partir das relações existentes entre comunidade cívica, desempenho institucional e desenvolvimento econômico.

Em sua obra “Comunidade e democracia: a experiência da Itália moderna”, Putnam tem como objetivo contribuir para a compreensão do desempenho das instituições democráticas a partir da análise das condições que favorecem, ou não, a criação de instituições fortes, responsáveis e eficazes. Seu campo de estudo foi o processo de reforma descentralizadora desencadeado pelo governo italiano no início da década de 1970. Como resultado de quase duas décadas de estudos, Putnam e seus colaboradores identificaram um panorama de discrepâncias no desempenho de instituições regionais, através da avaliação de três indicadores: a continuidade administrativa, as deliberações sobre as políticas e a implementação das políticas.

Ficou evidente que as regiões do norte da Itália apresentavam um desempenho claramente superior quando comparado aos do sul. A explicação dessas diferenças recai sobre a natureza da vida cívica que, segundo o estudo, tem suas origens no republicanismo comunal do norte e na aristocracia feudal do sul da Itália medieval. O legado deixado por séculos imprimiu nas regiões norte e sul, respectivamente, características mais cívicas ou menos cívicas.

Constatou-se que no norte, mais cívico, existe uma enorme vibração da vida associativa, os cidadãos acompanham assuntos comunitários pelos jornais e se envolvem nos assuntos públicos, confiam em que todos agem corretamente e obedecem as leis, os líderes são percebidos como razoavelmente honestos, as redes sociais e políticas organizam-se horizontalmente e a comunidade valoriza a solidariedade, o engajamento cívico, a cooperação e a honestidade. No sul, ao contrário, a afiliação a associações sociais e culturais é inexpressiva, a religiosidade substitui o interesse público, a vida pública organiza-se de forma hierárquica. Para o indivíduo dessas regiões, a coisa pública é problema dos outros, há pouca participação e espaços para que isso aconteça. Quando há, a participação é geralmente motivada pelas ambições pessoais, a corrupção é

norma e as leis servem para serem desobedecidas. Presos neste ciclo vicioso, quase todos se sentem impotentes, explorados e infelizes.

Ao contrário do que se poderiam imaginar, outras variáveis de explicações para o desempenho institucional, segundo o autor, como a instabilidade social, os níveis educacionais, o grau de urbanização, a estabilidade de pessoal ou baixa rotatividade de administradores, ou até mesmo, a atuação do partido Comunista são inconsistentes. De acordo com ele:

O bom ou mau desempenho dos governos regionais italianos mostrou-se totalmente desvinculado de quase todos os indicadores relativos a fragmentação política, polarização ideológica e conflito social (...) [sendo] o principal fator que explica o bom desempenho de um governo é certamente até que ponto a vida social e política de uma região se aproxima do ideal de comunidade cívica. (...) Assim, quanto mais cívica é uma região, mais eficaz é seu governo (PUTNAM, 2005, p. 132).

Para além da causalidade histórica proposta, o desempenho institucional nas regiões mais cívicas e menos cívicas da Itália está atrelado também aos contextos e as estratégias de equilíbrios sociais. Nas regiões menos cívicas, onde há uma longa trajetória de relações verticais e pouca ou nenhuma confiança mútua, os indivíduos delegam ao Estado a resolução de conflitos, assim, o Estado possibilita aos seus cidadãos fazerem aquilo que não podem fazer por conta própria – confiarem uns nos outros (solução hobbesiana com base na coerção). Neste contexto, a estratégia de equilíbrio estável para dirimir os dilemas da ação coletiva evidencia-se pela atitude de “jamais cooperar”, afinal, os atores agem racionalmente a partir das regras colocadas pelo contexto social. Assim, criam-se círculos viciosos que intensificam a deserção, a desconfiança, a exploração, o isolamento, a desordem e a estagnação.

Em contraponto, nas regiões mais cívicas, a atitude de cooperação torna-se racionalmente aceita, na qual as regras de reciprocidade criam círculos virtuosos que redundam em equilíbrios sociais com elevados níveis de cooperação, confiança, civismo e bem-estar coletivo. Neste contexto, “a cooperação voluntária é mais fácil numa comunidade que tenha herdado um bom estoque de capital social (...) [o qual] diz respeito a características da organização social, como confiança, normas e sistemas, que contribuam, para aumentar a eficiência da sociedade, facilitando as ações coordenadas” (PUTNAM, 2005, p. 177). Assim, capital social aproxima-se da noção de comunidade cívica.

Considerando o bom desempenho institucional a partir de sua variável dependente, moldadas pela história, eximindo até mesmo o desenvolvimento econômico, observado mais como um subproduto das regras de reciprocidade e de sistemas de participação, o trabalho de Putnam torna-se alvo de diversas críticas. Dentre elas, a de que:

[ele] achata o conceito de capital social e exagera na rigidez do esquema interpretativo, de modo que é incapaz de ver outras formas de capital social e considerar o fato de que estas são resultado de uma multiplicidade de fatores, que sempre remetem ao contexto, local e extra-local. (...) [Pois], simplificar o contexto de referência sem indagar sobre o funcionamento real dos condicionamentos culturais e estruturais das seleções, das possibilidades, dos comportamentos dos indivíduos, [arrisca-se] a construir cadeias causais e proceder a generalizações que podem ser totalmente arbitrárias (PISELLI, 2003, p. 78, 84).

As críticas de Piselli (2003) partem da perspectiva de que o capital social é um conceito situacional e dinâmico, que não se refere a um objeto específico, e que deve ser interpretado, de tempos em tempos, em relação com os atores, com os fins que estes perseguem e com o contexto em que atuam.

A autora resgata a teoria de Coleman (1998) pela atenção que este dá aos aspectos organizacionais e as instituições sociais como contextos que condicionam as escolhas e produzem efeitos sistêmicos a partir de intercâmbios e estruturas de relações que podem envolver recursos – capital social – para a ação, que seria resultado de estratégias de investimentos orientadas para a construção e reprodução de relações sociais duradouras, capazes de se reverterem com o tempo, em lucros materiais e simbólicos.

Neste sentido, o capital social é produtivo, é um recurso para a ação que faz possível ao ator, individual ou coletivo, alcançar certos fins que de outro modo seriam inalcançáveis, dentre eles, o desenvolvimento econômico. Como exemplo de capital social como recurso coletivo, Piselli (2003) argumenta que já existe uma boa literatura sobre grupos étnicos que usam os fortes laços sociais para o progresso econômico, na medida em que estes conseguem controlar canais particulares de inserção no mercado de trabalho e ocupar espaços produtivos particulares⁵.

5 Apesar de ainda não haver referência específica sobre a atividade turística e capital social, estas ações caracterizam a prática do turismo comunitário desenvolvido por algumas comunidades

Não há como negar que as críticas ao trabalho de Putnam são fruto de sua afirmação de que o contexto social e a história condicionam profundamente o desempenho das instituições. Entretanto, como segunda lição da experiência italiana, ele afirma que se mudando as instituições formais, pode-se mudar a prática política. Nas palavras dele:

A reforma teve conseqüências palpáveis e, em sua maioria, benéficas para a vida política regional. (...) Tanto no Sul como no Norte, as novas instituições nutriram entre as elites uma cultura mais moderada, pragmática e tolerante. (...) A reforma modificou antigas estruturas de poder e produziu uma autêntica autonomia subnacional como jamais se vira na Itália unificada. Tanto no Sul como no Norte, líderes comunitários e eleitores comuns consideram o governo regional melhor do que as instituições a que ele veio substituir – certamente mais acessível e provavelmente mais eficaz. A reforma regional propiciou aprendizado social (PUTNAM, 2005, p. 193).

Ou seja, através de normas e dos procedimentos operacionais típicos que compõem as instituições, estas deixam sua marca nos resultados políticos na medida em que estruturam o comportamento político. Elas influenciam os resultados porque moldam a identidade, o poder e a estratégia dos atores. Este aspecto que considera o desempenho institucional/capital social como variável independente, apesar de relegada a um terceiro plano pelo autor, abre possibilidades de mudanças quando se pensa na realidade brasileira. Pois, levar em conta o capital social apenas como variável dependente, “não haveria no Brasil, possibilidade alguma de superar os vícios (males de origem) políticos presentes na história do país⁶ e alcançarmos a emancipação social, política e econômica – elementos que o país há muito tempo necessita e almeja” (CREMONESE, 2006, p. 94).

Como alternativa à visão culturalista de Putnam, Peter Evans apresenta uma alternativa de que o capital social pode ser desenvolvido, sem

pesqueiras no litoral nordestino.

- 6 Cremonese (2006) faz um estudo sobre as origens das mazelas políticas do Brasil, caracterizadas atualmente pela ausência associativa, o individualismo e falta de vocação para a ação coletiva ou para a cooperação, bem como a ausência de solidariedade social. A origem de tais males é explicada a partir dos estudos feitos por Oliveira Vianna, como um traço cultural adquirido pelos colonizadores devido às condições com que se defrontaram no Novo Mundo, e por Sérgio Buarque de Holanda que vê tais males como herança do personalismo ibérico.

necessariamente, ter uma raiz histórica. Ele defende o surgimento da autonomia institucional inserida no cotidiano da sociedade como sendo a fonte de utilização ótima de recursos disponíveis à coletividade. Ele vê a possibilidade de uma sinergia entre o público e o privado, capaz de aumentar a capacidade de intervenção do Estado.

Aqui, considerando o contexto de análise contida na primeira seção deste artigo, o que nos interessa é essa sinergia entre Estado e sociedade, focada nas ações complementares entre governos e cidadãos na escala microssocial de projetos de desenvolvimento (EVANS, 1996, *apud* HIGGINS, 2006). Aonde a complementaridade é uma forma convencional de entender as relações de apoio entre atores públicos e privados que parte da ideia de uma clara divisão de trabalho, baseada num forte contraste entre instituições públicas e privadas. Nesse sentido, entende-se que os governos estão obrigados a fornecer certa classe de bens coletivos que complementam elementos específicos fornecidos pelos atores privados. Entretanto, a sinergia também possui o aspecto de compromisso, que tende a fortalecer os laços entre cidadãos com os funcionários públicos.

Na perspectiva de agregar complementaridade e compromisso como formas de se alcançar desenvolvimento econômico e gerar bens coletivos, é o capital social, a partir das redes políticas e sociais, baseadas na confiança, que preenchem o vazio entre Estado e sociedade. Assim, a sinergia é vista como uma possibilidade latente em muitos contextos e que só espera ser trazida à tona pela iniciativa institucional. E, para que o estoque de capital social possa aparecer, é preciso que exista um conjunto de instituições comprometidas. Entretanto, distanciando-se das conclusões tradicionalistas da pesquisa de Putnam (2005), esta análise institucional está centrada na importância da descentralização e na abertura das hierarquias burocráticas às iniciativas que partem de baixo. Assim, a possibilidade de construir sinergia está associada à possibilidade de modelar as preferências dos atores sociais.

No enfoque neo-institucionalista, principalmente os de vertente sociológica e histórica (ver também HALL e TAYLOR, 2003), as formas de entender o mundo e as preferências é resultado de um processo que combina educação, doutrinação e experiência. O que,

busca contribuir para o aumento da capacidade dos atores políticos de compreender o funcionamento das instituições políticas e, desta maneira, saber conduzi-las de forma mais eficiente. A

criação e suporte de uma cultura de direito, de identidade, preferências e recursos, assim como de um sistema de significados e de compreensão da história ganham destaque, justamente por serem considerados fundamentais para o bom funcionamento das instituições (FREY, 2000, p. 251).

Resgatando as ideias de Evans, as instituições do Estado estão em condições de transformar a mentalidade e os interesses dos grupos aos quais se dirigem os planos de desenvolvimento. Entretanto, esta transformação deve estar condicionada pela vontade política institucional dos setores reformistas das burocracias nos países de terceiro mundo em induzir o capital social e transformar a distribuição dos recursos públicos. E também pela existência de um entorno de regras claras e respeitadas, no qual as burocracias públicas possam criar regras eficientes e funcionais para a implementação de projetos de desenvolvimento (HIGGINS, 2006).

De forma resumida, a ideia de capital social como uma ponte entre as esferas burocráticas do Estado e a sociedade, parte do entendimento de que há uma relação de soma positiva, em que as duas partes ganham, configurando um círculo virtuoso, o qual enfatiza a ideia de cooperação. Porém, não um círculo repetitivo, mas, de acordo com Higgins (2006), uma circularidade em espiral:

Através das chamadas *soft-technologies*, ou metodologias que visam a construir novas formas organizacionais, os agentes públicos tentam, de modo criativo, incidir sobre o capital social de primeiro nível que está presente no mundo comunitário, tenha este a forma da confiança ou de normas de reciprocidade. Como efeito esperado das *soft-technologies*, cria-se um capital social de segundo nível, que terá a forma de redes ou organizações que fazem as vezes de uma ponte permanente entre as instituições públicas e a sociedade (HIGGINS, 2006, p. 229).

Assim, como forma de aprofundar esta discussão, a próxima seção propõe-se a apresentar um panorama sobre as redes de políticas públicas no contexto dos novos arranjos institucionais que permeiam as atuais relações entre Estado e sociedade. E, a partir das especificidades destas redes, entender melhor as possibilidades destas em criar estímulos para a geração e ampliação de capital social e melhor desempenho institucional.

AS REDES DE POLÍTICAS PÚBLICAS E A ANÁLISE DE REDES SOCIAIS: O FOCO NAS RELAÇÕES

A princípio, as redes são constituídas informalmente, para suprir em geral a lacuna existente entre recursos institucionais disponíveis e problemas que estariam a exigir uma solução. As múltiplas ligações de uma rede podem ser caracterizadas através dos elementos que as compõem, como pessoas, departamentos, organizações formais e informais, etc.; através da forma de intercâmbio que se estabelece entre as componentes, como: autorização, notificação, atribuição de tarefas, etc.; através da variedade institucional existente, como: ampliação da atuação, complexidade, estabilidade, homogeneidade e flexibilidade; e, do grau de estabilização de suas estruturas, ou seja, se ao lado do aparato formal existem redes informais interligando pessoas, grupos ou mesmo diferentes organizações (GARCIA, 1986).

Entretanto, “quando institucionalizadas, constituiriam um arranjo organizacional intermediário entre a extrema rigidez burocrática e a exagerada flexibilidade dos grupos informais” (GARCIA, 1986, p. 74). E, para que possua um grau mínimo de institucionalização, qualquer rede deve apresentar um compromisso democrático e estar empenhada na realização de algum objetivo de interesse social. A integração constitui-se em uma atividade que, visando a solução de algum problema, procura articular vários elementos isolados de um mesmo sistema ou de sistemas diferentes. A intermediação consiste em colocar em contato pessoas, necessidades ou interesses que se encontram separados por desconhecimento ou barreiras burocráticas.

No campo do Estado, as redes representam formas de articulação entre agências governamentais e/ou destas com redes sociais, organizações privadas ou grupos que lhes permitem enfrentar problemas sociais e implementar políticas públicas. São as chamadas redes institucionais, redes secundárias formais, redes sócio-governamentais, redes locais de inserção ou redes de políticas públicas (LOILA, MOURA, 1997; KLIJN, 1998), sendo esta última definida como:

Patrones más o menos estables de relaciones sociales entre actores independientes, que toman forma alrededor de los problemas y/o de los programas de políticas. Las redes de políticas públicas, forman el contexto en el que tiene lugar el proceso político (KLIJN, 1998, p. 34).

No processo político a rede define-se como um mecanismo de coordenação horizontal que conta com estruturas mais flexíveis, justamente para suprir as carências e ineficiências das estruturas rígidas e de coordenação vertical que caracterizam o Estado. De acordo com Lechner (1996), outras características que devem sustentar o trabalho em rede é que as interações entre atores devem ser estabelecidas na confiança mútua e regidas pelas regras negociadas e aceitas por todos os participantes da rede. A confiança e a coordenação são seus mecanismos centrais. Para cada rede, deve ser montado um protocolo específico, os procedimentos que obrigam as partes à definição de uma estratégia de trabalho, incluindo cronograma e uma divisão de tarefas, devendo a comunicação entre os parceiros ser contínua e realizar-se em todas as direções.

Porém, embora a retórica dos políticos e do Estado mencione insistentemente a “participação”, todo o aparato legal que rege o Estado, assim como os hábitos burocráticos, ainda contradizem intenções e retórica, dificultando o estabelecimento de parcerias e de redes. Isso por que, os formatos organizacionais propostos para a formação de redes complexas reproduzem padrões tradicionais que não dão conta da diversidade e da dinâmica que envolve cada organização.

Segundo Garcia (1986) isso acontece porque, na prática, todo empreendimento institucional acaba estruturando-se segundo dois padrões: o das organizações comerciais típicas e o das organizações burocráticas, ambos profundamente anti-democráticos. Pois ambos apresentam uma estruturação básica: fundamentalmente uma relação de poder entre centro – periferia. Essa forma básica faz com que apenas o centro seja o elemento ativo, ou sujeito da relação. Essa questão contribui para que dentro das redes exista uma relação de poder, mesmo que esta seja amortecida e freada pelo propósito de chegar a decisões compartilhadas.

As relações de poder dentro das redes aparecem também, quando há uma distribuição assimétrica dos recursos (como saberes específicos, controle da informação, existência de posições de privilégios e disposição de recursos financeiros) entre os atores participantes. E que fica aparente quando “permite a um ou vários atores vetar ou criar obstáculos a decisão que seja contrária aos seus interesses” (LECHNER, 1996, p. 52). De maneira que, se não ocorrer um ajuste mútuo dentro das redes, cada ator pode bloquear o acordo ou promover debates intermináveis, o que pode comprometer a utilização de redes como instrumento de condução política. E essa é apenas uma das questões.

O autor levanta outros problemas que podem acometer o trabalho em redes dentro das burocracias estatais. Partindo do princípio que são constituídas pelos laços de comprometimento e confiança mútua entre seus membros, as redes são formações relativamente fechadas. Esse fato desencadeia alguns problemas:

- a) Primeiro por que restringe, ao campo das negociações, um número mínimo de organizações, afastando da arena de debates e de decisões a grande maioria da sociedade. O que, por um lado, pode levar a rede a ser subordinada a vínculos clientelistas e distorcer o rumo das negociações e acertos pretendidos pelas redes. E por outro, já que excluem os grupos não organizados, as redes podem gerar uma cisão entre Estado e democracia, pois, “ao se atribuir um consenso tácito aos resultados acordados pelas redes, renuncia-se à geração de um acordo efetivo do conjunto dos cidadãos através das instituições representativas” (LECHNER, 1996, p. 53). Essa questão pode revelar, na prática, a rede como um instrumento pouco democrático.
- b) Segundo por que, a busca de estabilidade pretendida pela rede, através da consolidação dos laços de confiança e comprometimento, inibe conflitos e favorece consensos, o que leva a rejeição de ideias inovadoras. A cumplicidade entre atores para a manutenção da rede também pode abrir espaço para o conformismo e a inércia, que reduz ou descarta alternativas e inovações, tornando a rede pouco flexível para adaptar-se a novas situações.

Além disso, as redes definidas por parcerias entre organizações de natureza diferentes são mais complexas, onde se podem destacar alguns problemas como: as colisões e desgastes provocados por choques entre universos culturais diferentes que constituem a bagagem dos parceiros e se traduzem em valores e ritmos diferentes quanto a padrões éticos e relacionais; as tentativas de colonização ou mesmo canibalismo de um dos parceiros ao invés de cooperação; as injustiças na divisão de responsabilidades, riscos e lucros; as inabilidades na gestão dos processos que, certamente, requerem atitudes éticas e habilidades especiais, com destaque para a negociação (FISCHER et al., 1997, p. 175).

Na tentativa de aprofundar o entendimento sobre as nuances e características que as redes expressam, Klijn (1998) resgata as origens teóricas da formação de redes de políticas públicas. Ele analisa perspectivas analíticas como a da *teoria inter-organizacional*, fortemente situada na sociologia organizacional das décadas de 1960 e 70, e na literatura sobre subsistemas e *comunidades*

políticas que pertence ao campo da ciência política, fruto das importantes discussões entre elitistas e pluralistas nas décadas de 1950 e 60.

Segundo ele, destas literaturas provêm as características centrais das redes de políticas públicas e a chave para seu entendimento. A primeira característica é que as redes contam com uma grande diversidade de atores, cada um dos quais possui suas próprias metas. A segunda é a dependência de recursos, pois os atores são dependentes de outros atores na medida em que necessitam dos recursos dos mesmos para alcançar suas metas e preferências. As redes existem e se expandem em função dessa interdependência entre os atores e esta interdependência gera interações entre estes, criando e sustentando *padrões de relações*. E são estes padrões que devem ser analisados.

Tais padrões de relações, pela ótica da teoria inter-organizacional, podem ser analisados em termos da regularidade da comunicação e interação a partir dos conceitos como frequência, proximidade e centralidade. Já pela perspectiva das comunidades políticas esses padrões podem ser percebidos a partir do elenco de acordos realizados, mais ou menos formalizados. As investigações neste contexto centram-se também nos tipos de interações que tem lugar nestes acordos e nas posições de vários atores.

Enfocar o padrão de relações entre os atores, também conduz a enfatizar o tema da institucionalização, pois se os atores interatuam cada um com os demais durante um longo período de tempo, criam regras que regulam seus comportamentos e divisões de recursos que influenciam em suas escolhas estratégicas. Isto significa que os padrões de relações estão caracterizados por regularidades no comportamento causadas pela existência de regras e divisões de recursos e a questão que se coloca na análise é em que condições estas regras e divisões são permutadas.

A partir da contribuição de Klijn (1998), pode-se concluir que a análise dos processos políticos a partir de uma perspectiva de redes implica uma atenção especial sobre o padrão de relações entre seus atores, suas interdependências e sobre as formas com que esses padrões e interdependências influem no processo político. Tais aspectos podem ser melhor compreendidos a partir da *análise de redes sociais*, a qual para alguns autores,

trata-se de uma metodologia de análise de dados relacionais que permite a captação de diversos fenômenos sociais que se deseja estudar, segundo a teorização de uma área de conhecimento específica. (...) Para outros, é uma tentativa de se introduzir um nível

intermediário entre os enfoques micro e macro na análise da realidade social, ou entre o indivíduo e a estrutura (MARTELETO, R.; SILVA, A., 2004, p. 42).

A atenção dada pela sociologia atualmente aos estudos sobre redes sociais está também relacionada com o aumento da importância dada aos estudos sobre capital social. De acordo com as discussões apresentadas até o momento, fica evidente a estrutura de redes por trás do conceito de capital social, que passa a ser percebido como um recurso da comunidade construído pelas suas redes de relações. Marteleto e Silva (2004) avaliam que a participação em redes está associada ao capital social estrutural, sendo muito relevante a compreensão do tipo de rede que se está observando. Nesta perspectiva, os autores destacam a natureza multidimensional do capital social que pode ser “capital social de ponte”, “capital social de ligação” ou “capital social de conexão”.

A visão mais estreita [de capital social] o define como um conjunto de normas e redes sociais que afetam o bem-estar da comunidade na qual estão inscritas, facilitando a cooperação entre seus membros pela diminuição do custo de se obter e processar informação. Neste caso, as relações de base para a formação das redes seriam entre iguais, isto é, entre indivíduos similares do ponto de vista de suas características demográficas (*bonding social* ou capital social de ponte). No entanto, as redes assim constituídas não permitem que a comunidade rompa com as suas próprias fronteiras, embora essa ruptura seja fundamental para a construção de metas comuns e confiança entre seus membros. Dessa forma, as redes devem se ampliar para criar ligações com outras comunidades semelhantes assim ampliar o alcance de suas ações (*bridging social capital* ou “capital social de ligação”). Embora ampliada em termos de comunidades, essa rede ainda possui características horizontais. Assim, para se entender o seu alcance, deve-se identificar laços com indivíduos que estejam em posição de autoridade, isto é, que podem intermediar recursos adicionais para o desenvolvimento da comunidade (*linking social capital* ou “capital social de conexão”) (MARTELETO, R.; SILVA, A., 2004, p. 44).

De maneira que, para as comunidades, a situação ideal é ter o seu capital dividido entre essas três formas de redes sociais, uma vez que cada uma delas

responde por aspectos importantes para o sucesso da comunidade, que são a confiança e comprometimento, a ampliação de fontes de informação e conhecimento e, por fim, o acesso às instituições e ao poder. Estas três formas de redes lembram em muito o círculo virtuoso em espiral defendido por Higgins (2006) no final da seção anterior.

REDES DE POLÍTICAS PÚBLICAS E CAPITAL SOCIAL NO CONTEXTO DAS POLÍTICAS DE TURISMO: ALGUMAS CONSIDERAÇÕES

As especificidades das redes de políticas públicas, no contexto da análise de redes sociais são um campo de estudos profícuo para aprofundamentos, principalmente no âmbito das políticas públicas para o setor produtivo. E, independente das controvérsias que giram em torno da utilização das redes como instrumento de condução política, essas começam a ser incentivadas e utilizadas pelo Estado como possibilidades de uma melhor atuação governamental para fins de desenvolvimento.

A institucionalização das redes sociais como forma de novos arranjos políticos suscita ainda grandes discussões, afinal, nem todo capital social gerado a partir destas tem caráter positivo. Pode ser usado negativamente contra aqueles que estão fora de uma determinada rede, ou ainda gerar grupos corruptos e sistemas autoritários e clientelistas⁷.

É fato que os novos arranjos institucionais, marcadamente caracterizados pela noção de redes de políticas públicas nos dois programas governamentais – PNMT em 1994 e PRT em 2004 – tem na prática descentralizadora propiciada por mecanismos participativos como os comitês e os conselhos tentar tornar mais eficientes as relações entre o Estado, o mercado e a sociedade civil. Entretanto hoje, como argumenta Burity (2005), o que se percebe nesta transição é que a prática articulatória de formação em redes foi reescrita em termos de uma relação de colaboração com o Estado, sujeitas ao poder de convocação e às regras de operação dos governos. Tal crítica remete aos aspectos negativos percebidos nas redes de políticas públicas então analisadas.

Considerando as políticas de turismo como políticas estruturadoras, orientadas de cima pra baixo, a obrigatoriedade de constituição das redes a partir dos novos arranjos para o desenvolvimento do setor turístico, caracteriza-se

7 Marteleto (2004) ainda relata críticas de que o capital social pode ocasionar situações não estimuladoras de iniciativas individuais e de restrições à liberdade individual.

mais como uma exigência externa do que fruto de demandas internas dos atores direta e indiretamente envolvidos com a atividade⁸. Situação que é agravada pelas percepções dos componentes desses arranjos sobre o Estado, as instituições públicas e o governo que orientam o comportamento dos atores no espaço político. Confiança, parceria, colaboração e comprometimento ainda são condições que estão pouco presentes na maioria das arenas políticas formalmente institucionalizadas (DRAIBE, 1998; ENDRES, 2002a; FUKS, M. & PERISSIONATO, R., 2006; FUKS, M., PERISSIONATO, R; RIBEIRO, 2003; GAZETA, 2004; LUBAMBO; COELHO; MELO, 2005)⁹.

Porém, por outro lado, existe um cenário positivo diante das propostas de criar possibilidades de incitar uma cultura política de participação e colaboração no processo de implementação de políticas, as quais consideram o aspecto cognitivo que as redes podem possibilitar através das trocas de informações e recursos. Isto parte do princípio de que a ampliação das redes formalizadas, a partir da constituição dos Conselhos, Comitês e Instâncias de Governança Regional, é uma forma de estímulo aos atores, direta e indiretamente envolvidos com o turismo, que antes não tinham chance de se inserirem nos programas governamentais, de se organizarem e tentar uma participação mais ativa no mercado turístico e uma maior e mais qualificada participação política também.

Tal perspectiva vem ao encontro do que defende Théret (2003, p. 249), pois “mais que constrangimentos coletivos que pesam sobre os comportamentos, as instituições são encaradas como redes cognitivas capazes de estimular a ação individual; ou seja, são estruturas de estímulo”. Neste sentido, a proposta de implementação das políticas de turismo a partir desses novos arranjos institucionais estabelecem relações que podem contribuir para a construção de um capital social.

De forma conclusiva, no contexto de aferir as possíveis repercussões que as atuais políticas de turismo podem ter para o desenvolvimento local, o confronto entre a cultura política¹⁰ participativa e colaborativa e a cultura

8 Sobre as críticas aos conselhos de turismo ver Roscoche (2003); Fortes; Sampaio (2003).

9 Apesar do entendimento da importância destas categorias para o contexto proposto por este artigo, elas não serão aqui aprofundadas. Para tanto, ver Baquero (2003), Moisés (2005) e Reis (2003).

10 Segundo Martins (1997, p. 49) “cultura política pode ser resumidamente definida como o sistema de crenças, condutas e orientações avaliativas com respeito ao governo e a política que molda o comportamento político individual ou coletivo”.

política patrimonialista e clientelista não deixa de estar condicionado pela capacidade do Estado e suas instituições de aceitar e valorizar uma participação mais democrática nas arenas, caracterizada pelos novos arranjos institucionais, que ele mesmo estabelece.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BARQUERO, A. V. *Desenvolvimento endógeno em tempos de globalização*. Porto Alegre: UFRGS/ Fundação de Economia e Estatística, 2001.

BAQUERO, M. Construindo uma outra sociedade: o capital social na estruturação de uma cultura política participativa no Brasil. *Revista de Sociologia e Política*. Curitiba, n. 21, nov, 2003. p. 83-108.

BAQUERO, M.; CREMONESE, D. *Capital social: teoria e prática*. Ijuí: Ed. Ijuí, 2006.

BRASIL – MINISTÉRIO DO TURISMO. *Programa de Regionalização do Turismo – Roteiros dos Brasil*, 2004.

BURITY, J. A. Identidades coletivas em transição e a ativação de uma esfera pública não-estatal. In: LUBAMBO, C.; COÊLHO, D. B.; MELO, M. A. (org.). *Desenho institucional e participação política: experiências no Brasil contemporâneo*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2005. p. 63-107.

COLEMAN, J. Social capital in the creation of human capital. *The American Journal of Sociology*, v. 94, 1998.

CREMONESE, D. Insularidade e cordialidade: uma análise das mazelas políticas do Brasil. In: BAQUERO, M.; CREMONESE, D. *Capital social: teoria e prática*. Ijuí: Ed. Ijuí, 2006. p. 71-102.

DRAIBE, Sonia. A nova institucionalidade do sistema brasileiro de políticas sociais: os conselhos nacionais de políticas setoriais. *Caderno de Pesquisa*. Campinas, SP, NEPP-UNICAMP, n. 35, 1998. p.1-25.

ENDRES, A. V. O Programa Nacional de Municipalização do Turismo e a constituição do Conselho Municipal de Turismo: em análise, Belém do Pará. *Veredas Revista Científica de Turismo*, João Pessoa, v. 1, n. 1, , 2002 a. p. 89-108

_____. Planejamento Estatal: do centralizado ao participativo e seus reflexos no planejamento do turismo no Nordeste. *Turismo em Análise*, São Paulo, v. 13, , 2002 b. p. 1-114

_____. O papel governamental na formulação e implementação de políticas públicas de turismo: o contexto amazônico. *Revista do IESP*, João Pessoa, v. II, n. 2, ,2001. p.43-58

EVANS, P. Além da “Monocultura Institucional”: instituições, capacidades e o desenvolvimento deliberativo. In: *Sociologias*, Jan - nº 9, 2003 p.20-63.

_____. *Autonomia e parceria: Estados e transformação industrial*. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 2004.

_____. O Estado como problema e como solução. In: *Lua Nova*, nº 28/29, 1993 p 105-156.

FARIA, D. S.; CARNEIRO, K. S. *Sustentabilidade ecológica no turismo*. Brasília: UNB, 2001.

FISCHER, T. *et al*. Centro histórico de Salvador: a gestão em parceria de novos tempos e novos espaços. In: FISCHER, T. (org.) *Gestão contemporânea, cidades estratégicas e organizações locais*. 2ª. Ed. Rio de Janeiro: FGV, 1997. p. 165-182

FORTES, S. C.; SAMPAIO, C. A. C. Planejamento turístico local: uma superação de processos assembleítas e de localismos exagerado. In: Seminário de Pesquisa em Turismo do Mercosul. *Anais*. Caxias do Sul: UCS, 2003. CD-ROM.

FREY, K. Políticas públicas: um debate conceitual e reflexões referentes à prática da análise de políticas públicas no Brasil. *Planejamento e Política Públicas*. N. 21, jun, 2000. p. 211-259.

FUKS, M.; PERISSONATTO, R. Recursos, decisão e poder: conselhos gestores de políticas públicas de Curitiba. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. São Paulo. V. 21. n. 60, fevereiro, 2006. p.67-81.

FUKS, M.; PERISSONATTO, R.; RIBEIRO, E. A. Cultura política e desigualdade: o caso dos conselhos municipais de Curitiba. *Revista de Sociologia e Política*. N. 21, nov, 2003. p. 125-145.

GARCIA, R.M. As redes institucionais de apoio e a produção local de alimentos. *Revista de Administração Pública*, Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas, v. 20 n. 3, p.70-88, jul/set, 1986.

GAZETA, A. P. Democracia e participação social: a experiência dos conselhos municipais de saúde no interior de São Paulo. *Tese - Revista Eletrônica dos Pós-Graduandos em Sociologia Política da UFSC*. V. 2, n. 1 (2), jan/jun, 2004, p. 1-19.

HALL, P. A.; TAYLOR, R. As três versões do neo-institucionalismo. *Lua Nova: Revista de cultura e política*, n.º 58, 2003. p.193-224.

HIGGINS, S.S. *Fundamentos teóricos do capital social*. Chapecó: Argos, 2005.B

KLIJN, E. Policy networks: na overview. In; KICKERT, W. J.; KOPPERJAN, J.F.. (eds.) *Managing complex networks*. Sage, London, 1998. (Redes de políticas públicas: uma revisão. Versão em espanhol. Disponível em <http://revista-redes.rediris.es/webredes/textos/Complex.pdf>.)

LECHNER, N. Reforma do estado e condução política. *Lua Nova: Revista de cultura e política*, n.º 37, 1996. p. 33-56.

LOIOLA, E., MOURA, S. Análise de redes: uma contribuição aos estudos organizacionais. In: FISCHER, T. (org.) *Gestão contemporânea*, cidades estratégicas e organizações locais. 2ª. ed. Rio de Janeiro: FGV, 1997. p. 53-76.

LUBAMBO, C.; COELHO, D. B.; MELO, M. A. (org.). *Desenho institucional e participação política: experiências no Brasil contemporâneo*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2005.

MARQUES, E. C. Redes sociais e poder no estado brasileiro: aprendizados a partir das políticas urbanas. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. São Paulo. V. 21. n. 60, fevereiro, 2006. p.15-81.

MARTELETO, R. M.; SILVA, A. B. O. Redes e capital social: o enfoque da informação para o desenvolvimento local. *Ci Inf.*, Brasília, v.33, n. 3, set/dez 2004. p.41-49.

MARTINS, L. Estado e sociedade: uma mudança de parâmetros. In: *Sociedade e Estado: superando fronteiras*. São Paulo: FUNDAP, 1998. p. 35-44

MOISES, J. A. Cidadania, confiança e instituições democráticas. *Lua Nova: Revista de cultura e política*, n.º 65, São Paulo, 2005. p. 71-94.

PISELLI, F. Capital social: um concepto situacional y dinámico. In: BAGNASCO, A. et al. *El capital social*. Instrucciones de uso. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 203. p. 53-88.

PUTNAM, R. *Comunidade e democracia: a experiência da Itália moderna*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 1996.

- REIS, B. P. W. Capital social e confiança: questões de teoria e método. *Revista de Sociologia e Política*. Curitiba, n. 21, nov, 2003. p. 35-49.
- ROSCOCHE, L. F. A estrutura organizacional de um conselho municipal de turismo. In: *Seminário de Pesquisa em Turismo do Mercosul*. Caxias do Sul:UCS, 2003. CD-ROM.
- SILVA, P. L. B. Reforma do Estado e política social no Brasil: êxitos, problemas e desafios da coordenação intergovernamental. *Caderno de Pesquisa*. Campinas, SP, NEPP-UNICAMP, n. 31, 1998. p. 1-24.
- SOUZA, C. Políticas públicas: uma revisão da literatura. *Sociologias*. Porto Alegre, ano 8, n. 16, jul/dez, 2006. p. 20-44.
- THÉRET, B.. As instituições entre as estruturas e as ações. *Lua Nova: Revista de cultura e política*, n.º 58, 2003. p. 225-252.
- YOUEL, R. *Turismo: uma introdução*. São Paulo: Contexto, 2002.

A percepção dos agentes territoriais sobre o excursionismo de litoral no contexto do desenvolvimento

Daniel Ferreira de Lira¹
Julio César Cabrera Medina²
Maria Dilma Simões Brasileiro³

INTRODUÇÃO

O turismo tem sido uma aposta recorrente de muitos países, regiões e localidades como atividade promotora de desenvolvimento. Entretanto, a inegável expansão experimentada pelo setor nas últimas décadas tem provocado reflexões sobre o modelo de desenvolvimento que esta atividade tem desencadeado em alguns territórios. Decerto, analisando o turismo desde a perspectiva econômica, o mesmo se apresenta como atividade profundamente complexa, pois se relaciona com a macro e a microeconomia dos territórios. Segundo a Organização Mundial de Comércio (OMC, 2013), o turismo está entre as atividades econômicas mais importantes do mundo e tem apresentado ano após ano, os mais elevados índices de crescimento econômico, respondendo atualmente por cerca de 10% do PIB mundial.

A compreensão do turismo não se limita à perspectiva exclusivamente econômica, mas “perpassa as complexas relações ambientais, socioculturais, econômicas e políticas” (BRASILEIRO, 2012, p. 75). Para Sen (2010), o desenvolvimento está relacionado com a melhoria da qualidade de vida dos

-
- 1 Mestrado em Desenvolvimento Regional (UEPB). Professor da Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas (FACISA/CESED). Membro do LATURD/CNPQ/UEPB. E-mail: profdaniellira@hotmail.com
 - 2 Doutorado (UGR/Espanha) em Sociologia. Professor e pesquisador da Universidade Estadual da Paraíba (UEPB) e do Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Regional (UEPB*/UFCG). Coordenador do LATURD/CNPQ/UEPB: juliocabreraedina@gmail.com
 - 3 Doutorado (UGR/Espanha) e Pós-doutorado (UNIBO/Itália) em Sociologia. Professora e pesquisadora da Universidade Federal da Paraíba (UFPB) e do Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Regional (UEPB/UFCG). Coordenadora do LATURD/CNPQ/UEPB e do LAESTUS/CNPQ/UFPB. E-mail: dsbrasileiro@gmail.com

indivíduos e com o fortalecimento de suas liberdades e direitos fundamentais. O crescimento do Produto Interno Bruto (PIB), a renda *per capita*, o nível de industrialização, os avanços tecnológicos ou a modernização social, embora contribuam diretamente para a expansão das liberdades usufruídas pelos membros de uma sociedade, não podem ser considerados como um fim em si mesmo. O êxito de uma sociedade, segundo Sen (2010), deve ser avaliado por meio das liberdades substantivas que os indivíduos dessa mesma sociedade desfrutam, e não apenas a partir de indicadores como renda real ou *per capita*.

A euforia pelo lucro relativo à atividade turística faz prevalecer as visões econômica e técnica, privilegiando um turismo em termos operacionais e comerciais, baseado no consumo (PAIVA, 2005; PAPES, 2011). Muitas vezes essa euforia econômica do turismo conquista as pessoas do lugar, superestimando expectativas de sucesso que, muitas vezes, não podem ser concretizadas. Como analisa Krippendorf (2009),

[...] ninguém fala das eventuais repercussões negativas, apenas do lucro, do trabalho e da melhor qualidade de vida. E quando o turismo houver invadido a região e os autóctones tiverem tomado conhecimento da verdade, às suas próprias custas, a euforia inicial dará lugar à desilusão e à visão mais realista das coisas [...] (KRIPPENDORF, 2009, p. 71).

No Brasil, e em especial no nordeste brasileiro, o turismo tem se apresentado como uma estratégia operada pelo estado, em seus mais diversos níveis da federação, para a promoção do desenvolvimento de alguns territórios. É fato que ainda a “ênfase desta centralidade do turismo tem recaído predominantemente no paradigma econômico, principalmente quando se trata das agendas dos governos locais, regionais ou nacional” (BRASILEIRO, 2012, p.75). Há por parte do governo brasileiro, por exemplo, a preocupação com o cumprimento das metas do Plano Nacional de Turismo (PNT, 2013-2016). Este plano consiste em uma política pública de caráter econômico, cujo objetivo é posicionar o Brasil entre as três maiores potências mundiais do setor até 2022, apoiando-se, sobretudo, nos grandes eventos internacionais que foram e ainda serão sediados pelo país nos próximos anos.

Segundo dados oficiais do Governo Federal, em 2013 (MTur, 2013), os financiamentos concedidos pelos bancos públicos (Caixa Econômica Federal e Banco do Brasil S/A) para as empresas do setor de turismo de janeiro a março de 2013 cresceram 33,16%, em relação ao mesmo trimestre do ano de 2012.

Ainda segundo esses dados, o BNDES liberou R\$ 271,6 milhões de janeiro a março de 2013, em linhas de financiamento destinadas à construção e reforma de hotéis. Sob o prisma desses investimentos, o turismo alternativo ainda tem participação modesta nesses planos e políticas. O turismo de massa é o grande receptor desses aportes, a despeito de trazer consigo uma série de problemas que, muitas vezes, essas mesmas políticas não conseguem antever em razão das ações limitadas para o setor, que não consideram a “complexidade sistêmica, fenomênica e simbólica” (MEDINA, 2012).

Nos estados nordestinos, os Governos Estadual e Municipal também têm investido na implementação de políticas públicas de atração, expansão e fortalecimento do turismo como vetor de desenvolvimento. A maior parte desses investimentos para o turismo ainda está concentrada em áreas do litoral, cujos impactos socioculturais e ambientais, para além dos econômicos, são poucas vezes analisados empiricamente.

Dentre os fenômenos relacionados ao turismo do litoral, no caso da Paraíba, o excursionismo se apresenta como uma das atividades mais dinâmica nesse território. Entretanto, esta atividade está à margem das discussões e das políticas de desenvolvimento do setor, embora muitos municípios disputem entre si, a preferência como destinos desses visitantes. Neste sentido, a problemática deste estudo está assentada sobre o excursionismo e questiona sobre a percepção dos agentes sociais dos pequenos municípios litorâneos da Paraíba, quanto ao impacto do excursionismo no desenvolvimento dos municípios.

O litoral paraibano se divide em norte e sul, tendo como diapasão a capital João Pessoa. Os municípios do litoral paraibano atraem o excursionismo tanto no litoral norte, como no litoral sul. No entanto, essa atividade é bastante intensa no litoral norte, capitaneado pelos municípios de Lucena e Baía da Traição. Estes dois municípios apresentam historicamente dependência das atividades relacionadas ao turismo e ao excursionismo, e são apontados como destinos de praia para veranistas e com forte apelo para o excursionismo. Com base nesta realidade, este estudo tem como objetivo compreender o perfil dos excursionistas do litoral norte paraibano, e como os mesmos são percebidos pelos diversos agentes territoriais dos municípios estudados.

Este estudo optou pela abordagem qualitativa. A metodologia qualitativa “tem como preocupação fundamental o estudo e a análise do mundo empírico em seu ambiente natural” (GODOY, 1995, p.62). Trata-se de uma abordagem científica adequada para a construção de pesquisas sobre contextos

complexos e multifacetados, para os quais os números estatísticos não apresentam respostas que considerem essas mesmas complexidades. O método qualitativo “parte do pressuposto básico de que o mundo social é um mundo construído com símbolos e significados” (BRASILEIRO, 2005, p. 164). Nessa linha, “as pessoas agem em função de suas crenças, percepções, sentimentos e valores e seu comportamento tem sempre um sentido, um significado que não se dá a conhecer de modo imediato” (MAZZOTTI; GEWANDSZNAJDER, 1999, p.131).

Os sujeitos do estudo foram categorizados em setor privado, setor público, excursionistas e população local, este último grupo subdividido entre veranistas e população local. Os roteiros de entrevistas foram aplicados a 65 sujeitos, conforme é apresentado no Quadro 1:

GRUPOS ENTREVISTADOS	BAÍA DA TRAIÇÃO	LUCENA	TOTAL
SETOR PÚBLICO	03	03	06
SETOR PRIVADO	12	14	22
COMUNIDADE LOCAL	10	09	19
EXCURSIONISTA	09	09	18

Quadro 1 – Sujeitos do Estudo
Fonte: Elaboração Própria (2014)

A coleta de dados foi realizada por meio da observação participante e de entrevistas semiestruturadas. Os roteiros de entrevistas foram elaborados com o objetivo de permitir aos entrevistados liberdade nas respostas, ao mesmo tempo em que os objetivos da pesquisa estavam contemplados na abordagem. As entrevistas semiestruturadas se fez acompanhar de observações de campo, constantes no Roteiro de Observação de Campo elaborado pelo pesquisador, ao longo de sua imersão no trabalho de campo. Essa técnica foi utilizada em função da necessidade de contato direto com o campo, com o objetivo de captar os significados dos comportamentos observados. Isto permitiu descrições detalhadas de situações, eventos, pessoas, interações e comportamentos observados. Para garantir o anonimato dos entrevistados, os sujeitos foram identificados pela função exercida (caso do setor público e privado) ou pela ordem de entrevistas, seguidas de identificação do grupo de entrevistado e numeração crescente (caso dos excursionistas, veranistas e população local).

Também foram analisados documentos institucionais sobre os referidos municípios e região, a saber: Plano Diretor de Desenvolvimento Municipal de Baía da Traição (PDDM, 2001); Plano Distrital de Saúde Indígena Potiguará

(2005); PNUD/IDHM (2013); Portal da Transparência do Governo Federal e do Estado da Paraíba; Plano Plurianual dos municípios de Lucena e Baía da Traição, 2010/2013; Código de Obras do Município de Baía da Traição (2002); Código de Obras e Urbanismo do Município de Lucena (2001). A finalidade aqui foi compreender quais são as principais estratégias e ações das instituições públicas relacionadas ao turismo, assim como o Índice de Desenvolvimento Humano nos municípios pesquisados.

Os dados foram analisados pela técnica de Análise de Conteúdo. A opção por esta técnica possibilitou compreender o sentido das comunicações, seu conteúdo manifesto ou latente e as significações explícitas ou ocultas (BARDIN, 2009). Com base no esquema analítico de Bardin (2009), as entrevistas foram transcritas e classificadas de acordo com as questões norteadoras da pesquisa, em uma grelha disposta com as referidas unidades de significado, a fim de estabelecer de forma sistematizada as unidades de análise e os núcleos de sentido, seguidos dos recortes dos trechos de entrevistas mais representativos sobre o fenômeno em estudo e suas respectivas categorias.

NOS DOMINGOS DE SOL, O ESTIGMA EMERGE NA SOMBRA DO EXCURSIONISMO

O excursionismo constitui-se em prática de viagem em que o viajante não ultrapassa 24 horas de permanência no local visitado (OMT, 1994). De acordo com esta perspectiva, para Brasileiro (2008) há duas características que distinguem o visitante-turista do visitante-excursionista: os tempos máximo e mínimo de permanência no local visitado. Para a autora, diferentemente de outros tipos de viagem, no excursionismo o aspecto temporal é definidor da prática, embora os objetivos de viagem *de per se* possam ser os mesmos entre visitantes-turistas e visitantes-excursionistas. Porquanto, a diferença está na existência ou não de pernoite fora do núcleo da residência do visitante (OMT, 1994).

Essa distinção não desconsidera o turismo em seu sentido amplo, noção que abrange o próprio excursionismo. *Lato sensu*, o turismo constitui-se no deslocamento e permanência de pessoas em lugares diferentes aos seus respectivos domicílios. Estes deslocamentos têm potencial para provocar alterações econômicas, políticas, culturais, sociais e ambientais, numa proporção que poucos fenômenos sociais alcançaram ao longo da história (DIAS, 2003). Há uma complexidade fenomênica (MEDINA, 2012), que é intrínseca ao turismo

enquanto atividade humana, a qual pode ser estendida à prática excursionista. Por complexidade fenomênica se compreende que os diversos agentes que atuam em um território apresentam interpretações distintas sobre o fenômeno do excursionismo e constroem suas ações, em função de suas interpretações e das interpretações dos outros agentes.

O excursionismo tem o potencial para a circulação de riquezas, para o aumento do emprego, renda e, mormente, para a melhoria da qualidade de vida das pessoas do lugar e para o desenvolvimento territorial. Fortalece os laços comunitários, permitindo experiências e novos aprendizados para as pessoas que o vivencia. Entretanto, esta atividade, como toda prática humana sobre um determinado espaço (SANTOS; SILVEIRA, 2001), tem impactos que não podem ser desprezados, sob pena de comprometimento do desenvolvimento almejado.

Compreender a prática excursionista e suas implicações socioculturais, políticas, econômicas e ambientais, a partir da percepção do outro e pelo outro também presente no território turístico, representa o *start-on* não menos significativo deste estudo, porquanto “las interpretaciones de los distintos agentes son un elemento clave y debe ser incluído em dicho diagnóstico” (MEDINA, 2012, p.30). Traçar o perfil, as vivências e percepções dos excursionistas e do excursionismo, neste contexto, permitirá analisar com mais acuidade os impactos socioculturais, econômicos e ambientais atribuídos à atividade, a partir da perspectiva dos próprios atores envolvidos, direta ou indiretamente por esta atividade.

In casu, analisando os dados deste estudo sob o prisma socioeconômico, existe uma similaridade sobre a percepção dos excursionistas que frequentam o litoral norte da Paraíba. O próprio Poder Público Local, além da população local e veranistas, imprimem percepções muito próximas sobre o excursionismo, seus impactos e protagonistas. Os municípios que integram o Vale do Mamanguape são os principais emissores de excursionistas para Lucena e Baía da Traição. Os municípios do Vale do Mamanguape são pobres e com IDHM entre “baixo” e “muito baixo” (PNUD, 2013), realidade similar dos municípios estudados, cujo IDHM também é “muito baixo” (PNUD, 2013).

Os excursionistas nos municípios de Baía da Traição e Lucena possuem, portanto, condição econômica similar, como também é similar o propósito de viagem, ou seja, a busca da praia como espaço de lazer, e se deslocam em veículos de massa para o destino escolhido. No município de Lucena, entretanto,

o volume de excursionistas é menor, se comparado ao volume evidenciado em Baía da Traição. Ademais, em Lucena há certa “camuflagem turística” dos excursionistas em face de outros visitantes. Em Baía da Traição os excursionistas que frequentam aquele espaço de praia têm suas opções de uso da praia reduzidas a poucos metros entre as casas de veraneio e o mar. Em Lucena, no entanto, o problema do avanço do mar não é tão evidente, o que permite uma maior e melhor distribuição dos visitantes sobre uma extensa faixa de areia. Este fato produz uma maior dificuldade na identificação dos excursionistas na praia de Lucena ou a denominada “camuflagem turística”.

O excursionista em Baía da Traição está mais próximo do estigma (GOFFMAN, 1988), da imagem socialmente construída do “farofoeiro”, com seus isopores, cadeiras, mesas e fogões. Não que pessoas com essas características não sejam encontradas em Lucena, mas com menor incidência que em Baía da Traição. Esta constatação se coaduna com a percepção de Sales (2012), para quem o excursionismo de praia é prática turística essencialmente popular. Como afirma Sales (2012), a construção do estigma do “farofoeiro” passa pelo poder aquisitivo do estigmatizado, *in casu*, de baixa renda. Entretanto, além da visão econômica e desde uma perspectiva da interação simbólica, o estigma de “farofoeiro” é resultado do processo de segregação social e espacial exercido pelas classes ou grupos sociais com mais recursos materiais e simbólicos, para impor sua definição da situação e assim se diferenciar dos grupos estigmatizados.

A reação discursiva da população local, comerciantes, veranistas e o poder público local sobre os excursionistas, por vezes é virulenta: “O farofoeiro é uma desgraça, isso é uma praga” (População Local - Baía da Traição nº 11). Expressões como “desgraça”, “praga”, “peste”, “*mundiça*” foram frequentemente utilizadas para fazer referência aos excursionistas. Existe também nos discursos dos entrevistados uma associação do excursionista com a desordem. No entanto, esta percepção reflexa a complexidade fenomênica do problema analisado, já que dos 98,5% dos entrevistados informaram que nunca tiveram problemas com os excursionistas, e 82,7% dos entrevistados informaram que nunca tiveram conhecimento de problemas causados por eles. A aversão no discurso dos entrevistados está associada mais ao estigma criado em torno da figura do excursionista, que propriamente pelas suas ações e comportamentos.

A condição socioeconômica dos excursionistas não pode ser desconsiderada neste contexto interpretativo, sobretudo, no Brasil. Segundo Da Matta (1991), a busca pela distinção econômica e social e a criação de mecanismos

de exclusão social estão profundamente arraigados nas nossas representações sociais cotidianas, sejam elas políticas ou individuais. A distinção econômica é a maneira de se conferir *status* social necessário para a disputa nas arenas sociais e políticas brasileiras e, mais do que isso, é fator de aceitação social (DAMATTA, 1991). O perfil socioeconômico costuma ser proporcional à vez dos cidadãos brasileiros na pauta pública, mas, sobretudo, é variável importante para se compreender, a partir dessas mesmas diferenças econômicas, como a sociedade trata ou se comporta em face desses mesmos indivíduos.

Assim mesmo, a situação socioeconômica dos excursionistas está relacionada à profissão exercida pelos entrevistados, em que 86,4% são pequenos agricultores, empregados do comércio e da indústria. O excursionismo é percebido também pelo poder público como uma prática de população de baixa renda: “[...] O perfil desse pessoal é conhecido como classe mais baixa [...]. É agricultor, pessoal do comércio, o pessoal que não tem o direito de banho de mar, por ser do interior” (Secretário de Turismo de Lucena). Doutra banda, em Baía da Traição, esta percepção também é compartilhada pelo poder público e pela população local: “[...] A maioria é agricultor. [...] Aqui dos interiores. Gente que trabalha em fábrica, empresas... Essas coisas.” (Secretário de Turismo de Baía da Traição).

A própria condição estética dos veículos de transporte usados para o deslocamento, também contribui para reforçar a associação entre a situação socioeconômica e o perfil do excursionista do litoral norte paraibano. Dentre os mecanismos de distinção social que assinalam o *status* econômico do brasileiro, está também o veículo de transporte utilizado pelos indivíduos. Ônibus de luxo ou de alto padrão não se encontra transportando os excursionistas nas praias pesquisadas. Geralmente são ônibus ou veículos bastante usados, muitos deles públicos, a exemplo de ônibus escolares doados pelo governo federal, que são utilizados com frequência para a prática do excursionismo nas praias de Lucena e Baía da Traição. Nessa linha, uma das entrevistadas confirma as observações realizadas em campo, ao afirmar que: “[...] Este ônibus até que está melhor, porque tem uns ônibus... Só a Cruz e o Espírito Santo [...]” (Excursionista de Lucena, nº 1).

A concentração de veículos e excursionistas está presente com maior frequência aos domingos. O excursionismo é fenômeno típico de domingos e feriados, sobretudo em Baía da Traição. Dentre os excursionistas entrevistados que exercem ocupação profissional 72,3% são trabalhadores da indústria ou

comércio. No comércio, assim como na indústria, o sábado é dia útil, como estabelece a regra geral de 44 horas semanais prevista na Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), que regula juridicamente as relações de emprego no Brasil, incluindo a jornada de trabalho. Salvo disposição em contrário constante de acordo ou convenção coletiva de trabalho específica da categoria laboral, o sábado é dia de trabalho.

Essa concentração de excursionistas aos domingos está muito mais relacionada com as formas preestabelecidas de organização social, do que com as escolhas individuais dos excursionistas. Se de um lado estão as normas trabalhistas, do outro estão motivos culturais e religiosos, que consideram o domingo como dia de descanso e/ou lazer (PEREIRA, 1994). Esta ideia faz operar sobre o primeiro dia da semana que: “Domingo é o dia de lazer” (Excursionista de Baía da Traição, nº 06) ou “Domingo é o dia da farofa” (Veranista de Lucena, nº 10). Desse modo, o domingo é o dia para os excursionistas irem à praia com maior intensidade. Esta é também a percepção do poder público local em Baía da Traição: “Aos Domingos estão aqui. Durante a semana são tão poucos, que não causa impacto aqui” (Secretário de Turismo de Baía da Traição). O uso da expressão “impacto” demonstra a conotação negativa da concentração de excursionistas, que contribui para o processo de estigma dos farofeiros.

Tanto para a população local como para os veranistas, os excursionistas são vistos como pessoas estranhas ao lugar. É emblemática a situação dos veranistas: ao mesmo tempo em que ‘são de fora’, e neste aspecto não são moradores do lugar visitado pelos excursionistas, são ao mesmo tempo moradores do município, com suas casas de veraneio, ainda que por um curto período. A figura da pessoa “de fora” (*outsider*) impacta sobre o imaginário local, pois implica em aproximação com o desconhecido, com o forasteiro. Esse encontro - que já encantou povos descobertos, ao mesmo tempo em que já implicou em guerras -, interfere sobre o comportamento e a percepção da população local sobre o visitante (ELIAS; SCOTSON, 2010).

Como obtempera um morador entrevistado de Baía da Traição, o excursionista é “todo tipo de gente: jovem, mulher... tem de tudo. Tem umas figuras estranhas no meio aí. Um povo do cabelo amarelo. Parecem aqueles bandidos do Rio. Povo estranho”. A associação da “cor do cabelo” de um excursionista ao cabelo de “bandidos do Rio” é a tentativa de distinção a que aduz Damatta (1991), incentivada pelo estigma criado em torno do excursionista.

Desqualificar o excursionista permite construir um discurso associado ao não bem-vindo, ainda que os elementos utilizados para desqualificá-lo socioeconomicamente não sejam características apenas do grupo estigmatizado.

As interações sociais entre moradores, veranistas e excursionistas são comprometidas a partir dessas percepções sociais *a priori* estabelecidas. No turismo, esses estigmas podem ser mais incisivos tanto para o rechaço como para o encantamento e aceitação, pois o turismo é um fenômeno que modifica os destinos turísticos e que contribui para a reconstrução dos territórios (MEDINA, 2012), a partir da interação dos povos (BARRETTO, 2003). Como afirma Brasileiro (2012), mais que negócio, o turismo é também encontro de pessoa que lutam por impor sua interpretação da realidade, em que os recursos culturais, simbólicos e econômicos são determinantes.

No turismo praticado em pequenos municípios, o visitante, a pessoa que ‘vem de fora’ é invariavelmente objeto de curiosidade ou de desconfiança. Este visitante é percebido como diferente já nas primeiras tentativas de interação com as pessoas do lugar, que o identificam pelas vestimentas, pelos hábitos, pelos traços étnicos, pela fala e por um conjunto de sinais de identificações sociais particulares. Nesse sentido, tratar com rechaço as pessoas de ‘fora’, identificando-as como não pertencentes ao grupo, ao lugar, sobretudo em pequenas comunidades, é medida de preservação do próprio grupo social e decorre de um aprendizado histórico civilizacional (ELIAS, 2010). Encontrar situações em que um *outsider*, a exemplo dos excursionistas, sofra tratamento diferenciado apenas pela condição de ser visitante, sem apresentar diferenças sociais, econômicas ou educacionais relevantes entre visitantes e população local, é prática recorrente, como é analisado por Elias e Scotson (2010) no estudo sobre a localidade inglesa de ‘Winston Parva’.

Os excursionistas do litoral norte da Paraíba são de baixa renda, mas não são de renda ou condição socioeconômica diferente da maior parte da população local dos municípios estudados, cujo IDH também é ‘muito baixo’ (PNUD, 2013). Dentro deste contexto, a origem do tratamento diferenciado ou estigmatizado da população local em face aos excursionistas não se justifica, se a base dos discursos dos entrevistados se encontra associada à situação socioeconômica dos excursionistas. Como aponta Elias e Scotson (2010), por vezes, o tratamento diferenciado ou o estigma social decorre de relações territoriais previamente estabelecidas. Quem ocupa um determinado espaço, territorializando-o, tende a defendê-lo de outras interferências ou novas

relações de poder, assumindo uma postura defensiva ou ostensiva. Nos municípios estudados, a postura evidenciada é geralmente defensiva, de reservas aos excursionistas, exceto quando envolve os comerciantes locais, pois neste caso, a ostensividade é diretamente proporcional à capacidade de consumo dos visitantes.

O estigma tem papel preponderante, pois reforça compreensões do grupo social sobre o estigmatizado, a partir de comportamentos que serão associados inelutavelmente ao imaginário estabelecido, mesmo que não haja uma relação direta entre eles. A questão do lixo é emblemática nas praias em Lucena e Baía da Traição: o lixo na praia não é produzido apenas pelos excursionistas, porém aos domingos, “Dia do Farofeiro”, embora não apenas excursionistas frequentem as praias produzindo lixo, recai o lixo deixado sobre este grupo de visitantes do litoral: “Esse povo vai embora e fica tudo sujo!” (População Local de Lucena, nº 11). O estigma se apoia sobre relações de causa e efeito, quando, muitas vezes, há apenas parte desse complexo processo de estigma que estamos analisando.

De fato, há correlação entre o lixo produzido na praia aos domingos e a presença de excursionistas. Entretanto, a presença de excursionistas não é *de per se* a causa do lixo produzido. Há outras causas, a exemplo da concentração de veranistas, turistas e população local no espaço de praias aos domingos. A pouca infraestrutura para absorver o fluxo de veículos, a ausência de estacionamentos adequados, a ausência de lixeiras e de coleta adequada, a ausência de educação e respeito com os espaços públicos e naturais são, dentre outros, os fatores que contribuem para a falta de limpeza nas praias estudadas. A simplificação da compreensão da realidade a partir de um estigma se estabelece por relação de causa-efeito, atribuindo as responsabilidades ao grupo estigmatizado (GOFFMAN, 1988).

O estigma do “farofeiro” pode ser caracterizado como um mecanismo que permite, sem a necessidade de um contato mais próximo, a identificação do indivíduo por um grupo social. Goffman (1988) ao tratar do estigma, preceitua que o estigma social compreende um comportamento *a priori* de identificação dos indivíduos, que impede ou dificulta a aproximação de um indivíduo ou de um grupo social, em face de outro indivíduo ou grupo social. O estigma se apoia na construção de uma linguagem que ratifica essas posições *a priori*.

A linguagem tem o objetivo de conferir veracidade ao estigma, por meio de uma série de recursos linguísticos, cuja reprodução reforçará este

mesmo estigma, num sistema autopoiético de reprodução de representações sociais (GOFFMAN, 1988). Nesse sentido, não raro está presente nas praias estudadas o sentido pejorativo ao se tratar do excursionista: “Muita *negaiada*. [...] Tem muito esse povo assim, mais pobre. Tem de tudo, mais a maioria é mais pobre (risos)”. (População Local de Lucena, nº 04). O estigma também foi recurso linguístico para a “diferenciação de raças”, com a reprodução dos discursos de inferioridade que justificaram a escravidão dos negros por vários séculos em várias regiões geográficas. O discurso do entrevistado, com expressões como “negaiada”, associando estas expressões aos excursionistas, reforça o papel da linguagem na construção de um estigma.

O DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL NA SOMBRA DO TURISMO COMO PANACÉIA

Analisar as relações sociais existentes entre outros grupos sociais com os excursionistas, a partir do desenvolvimento territorial, pressupõe compreender as dinâmicas das interações sociais no território. A Teoria do Sítio Simbólico de Pertencimento (ZAOUAL, 2010) propõe o desenvolvimento a partir da complexidade interacional do ser humano com o seu espaço de vivência, modificando-o e sendo modificado por ele. Na perspectiva do *homo situs* de Zaoual (2010), o território é construído e ressignificado. Sem considerar o ser humano em seu contexto sensorial ou relacional, no sentido de como ele vê o mundo e como vê aos outros agentes que o cercam, corre-se o risco de se cometer um “erro de espaço” (SEN, 2010).

Os estigmatizados podem ser despercebidos ou mal interpretados pelos gestores que estruturam as políticas públicas locais de desenvolvimento, sobretudo, se o estigma também perpassa pelo discurso público. O Secretário de Turismo de Baía da Traição tem um discurso estigmatizado em relação aos excursionistas: “[...] Tem um grande problema com ‘esse pessoal’ aí. ‘Esse pessoal’ hoje não está gerando renda no município. E eles trazem tudo das suas cidades: bebida, comida, essas coisas [...]”. Esta percepção estabelece um cenário desfavorável à compreensão do excursionismo e de seus reais impactos sobre as relações sociais e os locais visitados.

Desde a perspectiva dos comerciantes e população dos municípios investigados, o turismo se apresenta como importante impulsor econômico. O discurso dos entrevistados reproduz a ideia de que a atividade turística é fundamental para o desenvolvimento econômico dos municípios de Lucena e

de Baía da Traição: “Se não fosse o turismo, o comerciante da Baía não viveria!” (Comerciante de Baía da Traição nº 01). A percepção de comerciantes, do poder público e da população local é da dependência dos municípios ao turismo, seja pelo comércio ou pela arrecadação municipal.

Nesse sentido, há inegavelmente uma associação na percepção dos entrevistados entre o desenvolvimento econômico dos municípios e o turismo. Entretanto, dada à associação exclusivamente econômica entre desenvolvimento e turismo, o excursionista desejado é aquele que agrega recursos financeiros ao comércio local ou às prefeituras, ainda que indiretamente. “[...] As pessoas que estão aqui aos domingos são todos sem dinheiro. É o verdadeiro ‘lisão!’” (Comerciante de Baía da Traição nº 03). Discursos como o apresentado, são emblemáticos da percepção sobre o excursionismo e os excursionistas, em que a falta de consumo é um indicador negativo para o desenvolvimento territorial.

Molina e Vela (2009) apontam vários elementos ou fatores de impulso à interação entre visitantes e população local, com destaque para o nível educacional e econômico. Em relação ao nível educacional, quanto mais consciente de sua presença, a partir dos impactos socioculturais e ambientais que provoca no local visitado, o visitante tende a respeitar os valores locais e, portanto, a evitar atritos com a população local. A dimensão econômica, por seu turno, reporta à capacidade de consumo e de circulação de riquezas que o visitante pode promover no local visitado. Na percepção da população local, esse aporte econômico trazido pelos visitantes dinamiza e dignifica o trabalho nos municípios. No entanto, enquanto fator de impulso para a interação entre excursionista, população local e veranistas, a condição econômica sobrepõe-se à educação.

Embora o econômico tenha sua importância no contexto interacional entre visitantes e população local, a questão nevrálgica está em associar o turismo ao desenvolvimento territorial sob uma perspectiva prioritariamente econômica: “[...] A praia fica mais suja, mais deixa mais rendimento, né? Se eu compro uma mercadoria, eu vou comprar muito mais e isso vai deixar benefícios para a prefeitura” (Comerciante em Baía da Traição, nº 1).

O incremento da perspectiva exclusivamente econômica desta atividade depõe contra o desenvolvimento territorial, por desprezar a complexidade existente no fenômeno turístico. Quando indagado sobre o desenvolvimento territorial associado ao turismo, o Secretário de Turismo de Baía da Traição

demonstrou sua preocupação com a atração de turistas de massa, que possam gastar no município em questão, sem esboçar preocupação com os impactos da atividade, nem tampouco com a distribuição de renda no município:

[...] A gente tem que procurar trazer esses grupos de receptivo, gente que venha para o município, que venha para gastar aqui no município, que venha para almoçar em restaurante, que venha se hospedar em pousadas (Secretário de Turismo de Baía da Traição).

As privações da população local causadas pelos excursionistas ou pela atividade turística em seu conjunto não são apresentadas como preocupação pelo poder público local. A questão do turismo está associada à geração de receitas para o município. Este discurso do poder público também é tratado por Castro e Figueiredo (2013), ao analisarem os espaços públicos de Belém/PA, e concluírem que as ações do poder público estadual em relação à atividade turística enquanto atividade econômica, podem levar problemas para estes espaços e para a vida social da cidade.

Esses discursos ainda reforçam a perspectiva de Brasileiro (2012), quando a autora analisa que o turismo tem se apresentado como uma ferramenta operada pelo estado, em seus mais diversos níveis de gestão, para a promoção do desenvolvimento de alguns territórios. Mas a “ênfase desta centralidade do turismo tem recaído predominantemente no paradigma econômico, principalmente quando se trata das agendas dos governos locais, regionais ou nacional” (BRASILEIRO, 2012, p.75). Na perspectiva dos gestores públicos deste estudo, o visitante almejado é o visitante que gasta, seja excursionista ou turista, desprezando-se os impactos, as experiências, as trocas e a compreensão do *homo situs* (ZAUOAL, 2010), como elemento central no processo do desenvolvimento turístico e territorial.

O turismo não é solução para todos os problemas locais, inclusive os econômicos (CORIOLANO; SAMPAIO, 2012). Em alguns casos, as atividades relacionadas ao turismo podem gerar mais problemas. Portanto, não raro, as expectativas exclusivamente econômicas depositadas sobre os excursionistas, implicam frustrações, quando se percebe no cotidiano dessas pequenas cidades litorâneas, que esses visitantes podem não corresponder às expectativas dos comerciantes e da gestão pública, para o incremento de receita e circulação de riqueza. Nessa linha, a advertência, sobretudo no plano político, das eventuais repercussões negativas que o turismo pode provocar não é mencionada, pois a

ênfase dos discursos recai sobre o lucro e o trabalho gerado por esta atividade. Os problemas sociais e econômicos que já afligem esses territórios são encoberdos e se cumpre a inelutável profecia de que “a euforia inicial dará lugar à desilusão e à visão mais realista das coisas [...]” (KRIPPENDORF, 2009, p. 71).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O turismo é um fenômeno social complexo, que frequentemente é analisado desde sua dimensão econômica. As dimensões políticas, sociais, culturais e ambientais, também tão importantes para o desenvolvimento turístico e de um território, são colocadas em posições secundárias nas percepções da grande maioria dos agentes sociais. Assim mesmo, as interações sociais existentes entre os agentes, no uso do espaço turístico de litoral, permitem constatar a complexidade das representações que orientam as ações para o desenvolvimento turístico e dos territórios.

As representações sociais predominam sobre a realidade do excursionismo nos municípios de Baía da Traição e Lucena. Como base no IDH dos municípios estudados e dos municípios de origem dos excursionistas, assim como nas entrevistas e documentos analisados, constata-se que o perfil socioeconômico dos excursionistas e população local dos municípios estudados não difere entre si. Entretanto, essa semelhança não impede a reprodução de um discurso estigmatizado e o tratamento de “farofeiros” para o excursionista. O estigma está em base ao perfil dos excursionistas, ou seja, à identificação com o lugar de procedência; a profissão que exerce; ao tipo de transporte utilizado; ao uso de isopores, fogões, mesas e cadeiras no espaço de praia e ao comportamento mais ruidoso. Expressões como “povo do cabelo amarelo”, “bandidos do Rio” e “povo estranho”, sustentam-se em base à aparência e aos comportamentos dos excursionistas, bem como das fronteiras invisíveis construídas a partir da segregação do uso social das praias como espaço de lazer.

No discurso dos comerciantes, a segregação se efetua em base à capacidade de consumo dos excursionistas e ao volume de vendas realizado aos domingos. Ao relacionar o excursionismo ao desenvolvimento territorial, o paradigma econômico predomina nos discursos dos agentes sociais. Desde o discurso do poder público e do setor privado, o turismo é um importante fator para o crescimento dos territórios. Este discurso, entretanto, está relacionado a

uma maior arrecadação de impostos, a geração de emprego e renda e aumento nas vendas do comércio local.

A dimensão ambiental não é tratada pelos agentes sociais. Quando provocados para analisarem sobre este tema, recai sobre o excursionismo a produção do lixo, a poluição sonora e os problemas de mobilidade urbana. A falta de infraestrutura nos espaços de praia, a falta de serviços públicos e marcos regulatórios para o uso da praia como espaço público de lazer não são considerados nos discursos dos agentes sociais. Neste contexto, o estigma associado ao excursionista adquire um caráter moral, com consequências sócio-políticas e culturais, que traslada as causas dos problemas dos municípios de turismo de litoral para o grupo estigmatizado. Esta representação social do excursionista inibe a atribuição da responsabilidade coletiva, ou seja, do poder público, setor privado, população local, turistas e veranistas, para um desenvolvimento turístico que traga desenvolvimento para os territórios.

REFERÊNCIAS

- BARDIN, L. *Análise de Conteúdo*. São Paulo: Edições 70, 2009.
- BARRETO, M. O imprescindível aporte das ciências sociais para o planejamento e a compreensão do turismo. *Horizontes Antropológicos*, Porto Alegre, ano 9, n. 20, p. 15-29, out/2003.
- BRASIL. Ministério do Turismo. *Números do turismo no Brasil*. Disponível em: <http://www.dadosefatos.turismo.gov.br/export/sites/default/dadosefatos/estatisticas_indicadores/downloads_estatisticas/Estatxsticas_Bxsicas_do_Turismo_-_Brasil_2004_a_2009.pdf>. Acesso em 23 de jul. de 2013.
- BRASIL. Ministério do Turismo. *Plano Nacional do Turismo (2013-2016)*. Disponível em: http://www.turismo.gov.br/turismo/o_ministerio/plano_nacional/. Acesso em 4 de junho de 2014.
- BRASIL. Ministério do Turismo; Fundação Getúlio Vargas (FGV). *Sondagem ao Consumidor: Intenção de Viagem*. Disponível em: http://www.dadosefatos.turismo.gov.br/export/sites/default/dadosefatos/conjuntura_economica/downloads_conjuntura/Relatxrio_Sondagem_do_Consumidor_Intenxo_de_Viagem_JANEIRO_2013.pdf. Acesso em 23 de jul. de 2013.
- BRASILEIRO, M. D. S. Desenvolvimento e Turismo: para além do paradigma econômico. In: In: BRASILEIRO, M. D. S.; MEDINA, J. C. C.; CORIOLANO, L. N. (org.). *Turismo, Cultura e Desenvolvimento*. Campina Grande: EDUEPB, 2012.
- BRASILEIRO, M. D. S. Pluralidade Metodológica: um diálogo entre o qualitativo e o quantitativo nas ciências sociais. In: DINIZ, A. S.; BRASILEIRO, M. D. S.; LATIESA, M. (Org.): *Cartografias das novas investigações em sociologia*. João Pessoa: EDU-UFPB/Manufatura, 2005.

- CASTRO, A. T.; FIGUEIREDO, S. L. Turismo, políticas públicas e espaços públicos urbanos: a Estação das Docas em Belém/Pará. IN: AZEVEDO, F. F.; FIGUEIREDO, S. L.; NÓBREGA, W. R. M.; MARANHÃO, C. H. (org.): *Turismo em Foco*. Belém: NAEA, 2013.
- CORIOLOANO, L. N.; SAMPAIO, C. A. C. Discursos e concepções teóricas do desenvolvimento e perspectivas do turismo como indução. In: BRASILEIRO, M. D. S.; MEDINA, J. C. C.; CORIOLOANO, L. N. (org.). *Turismo, Cultura e Desenvolvimento*. Campina Grande: EDUEPB, 2012.
- DA MATTA, R. Espaço-casa, rua e outro mundo: o caso do Brasil. *A casa & a rua*, v. 6, p. 29-63, 1991.
- DÍAS, R. *Planejamento do Turismo: política e desenvolvimento do turismo no Brasil*. São Paulo. Atlas, 2003.
- ELIAS, N.; SCOTSON, J. *Os Estabelecidos e os Outsiders: sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade*. São Paulo: Zahar, 2010.
- ELIAS, N. *O Processo Civilizador: uma história dos costumes*. v.1. São Paulo: Zahar, 2010.
- GODOY, A. S. Introdução à pesquisa qualitativa e suas possibilidades. In: *Revista de Administração*, v.35, n.2, p.57-63, Mar./Abr., 1995.
- GOFFMAN, E. *Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada*. Rio de Janeiro: Guanabara, 1988.
- KRIPPENDORF, J. *Sociologia do Turismo*. São Paulo: Aleph, 2009.
- MAZZOTTI, A. J.; GEWANDSZNAJDER, F. *O método nas ciências naturais e sociais*. São Paulo: Pioneira, 1999.
- MEDINA, J. C. Re-construcción de la cultura y del espacio turístico In: BRASILEIRO, M. D. S.; MEDINA, J. C. C.; CORIOLOANO, L. N.: *Turismo, cultura e desenvolvimento*. Campina Grande: EDUEPB, 2012.
- MEDINA, J. C.; PABLOS, J. C. Turismo e residencia: conflicto de intereses en el marco del desarrollo sostenible. In: BLANQUER, D.: *La calidad integral del turismo*. Valencia/España: Tirant lo Blanch, 2003.
- ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DE COMÉRCIO. *Mainstream Tourism Development in the Least Developed Countries: Coherence & Complimentarity of Policy Instruments*. Disponível em: <http://www.wto.org/english/forums_e/ngo_e/CSEND_mainstream_tourism_development.pdf>. Acesso em: 10 de jun.2013.
- ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DE TURISMO. *Conceitos, definições e classificações para estatísticas de turismo: Um Manual Técnico*. São Paulo, 1994.
- PAIVA, M. G. M. V. *Sociologia do turismo*. Campinas: Papyrus. 2005.
- PAPES, A. C. S.. A cidade turística na busca do desenvolvimento: estudo de caso realizado em Cabaceiras após a inserção do projeto *Turismo Histórico Cultural no Cariri Paraibano*. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional). Universidade Estadual da Paraíba, Programa de Pós-Graduação e Pesquisa, 2011.
- PEREIRA, V. B. Os dias cinzentos: práticas de sociabilidade nos Domingos da Baixa Portuense. *Dinâmicas Culturais, Cidadania e Desenvolvimento Local*, Lisboa, ano 1, n. 1, p. 37-53, maio/1994.

PARAÍBA. PDDM (Plano Diretor Municipal). *Diretrizes Municipais: proposições para o Plano Diretor de Desenvolvimento Municipal da Baía da Traição*. João Pessoa, 2001.

PLANO DISTRITAL DE SAÚDE INDÍGENA. Município de Baía da Traição, Paraíba, 2005.

PORTAL DA TRANSPARÊNCIA. Indicadores Econômicos de 2011. Disponível em: <<http://transparencia.pb.gov.br/indicadores-do-paf/>>. Acesso em 22 de jan.2013.

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO (PNUD). Resumo do Relatório do Desenvolvimento Humano 2013 – A Ascensão do Sul: Progresso Humano num Mundo Diversificado.

SALES, Â. J. de S.. Atitudes ambientais: um diálogo para o uso sustentável dos recursos recifais em Baía da Traição. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente) - Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente - PRODEMA, Universidade Federal da Paraíba, 2012.

SANTOS, M.; SILVEIRA, M. L. *O Brasil: território e sociedade no século XXI*. São Paulo, Record, 2001.

SEN, A. *Desenvolvimento com liberdade*. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

VELA, M. R.; MOLINA, M. E. R. Actitud del residente hacia el turismo yel visitante: Factores determinantes en el turismo y excursionismo rural-cultural. *Cuadernos de Turismo*, nº 23, p. 217-236, jan/2009.

ZAOUAL, Hassan. *O homo situs e sua perspectiva paradigmática*. OIKOS. Rio de Janeiro, v. 9, nº 1, p. 13-39, 2010.

Das cidades industriais às cidades turísticas, tempos diferentes espaços semelhantes: uma leitura da produção do espaço em morro de São Paulo (Bahia/Brasil)

Julien Marius Reis Thévenin¹
Celso Donizete Locatelli²

INTRODUÇÃO

Enquanto diversos estudiosos se referem correntemente ao turismo, utilizando-se do termo “indústria do turismo”, por agregar diversos setores de produção, outros consideram o uso do termo um equívoco, alegando que o turismo não se insere no setor secundário da economia, e sim no terciário. Uma ampla discussão pode ser estabelecida, e já se estabelece, sobre o uso adequado ou não do termo. Embora seja comum a consideração do fenômeno como indústria, para Andrade (2004), é mais coerente a posição de alguns estudiosos que negam ao turismo seu propalado caráter industrial, porque os consumidores dos produtos turísticos são os verdadeiros autores do processo produtivo, que se deslocam para consumir os bens produzidos pela atividade turística, efetivando a existência do próprio fenômeno.

Nessa perspectiva, a utilização da indústria (construção civil, transporte ou de alimentos) não faz do turismo uma indústria, até porque grande parte das prestações de serviços tem a indústria como base. Os produtos consumidos nos lugares turísticos, exceto a paisagem e o espaço, são originários das fábricas, assim como parte dos turistas; pois, com a massificação, essa atividade passou a ser composta por grande número de operários, que teve uma ampliação da capacidade de consumo, incorporando os produtos turísticos a sua cesta de bens e serviços consumidos.

1 Mestre em Geografia pela Universidade Federal de Sergipe (UFS). E-mail: julienreis@gmail.com

2 Professor Adjunto do Departamento de Geografia (UFRN). E-mail: celso.locatelli@gmail.com

O crescimento em massa dessa atividade econômica e a acumulação de capital, por diversos setores, são fatores que contribuíram para essa associação entre turismo e indústria. Por outro ângulo, apesar de se pautar na prestação de serviço e na ampliação do uso e consumo de bens industrialmente produzidos, a natureza da paisagem e do espaço produzidos para e pelo consumo turístico, em muitos aspectos, se assemelha a características dos espaços reproduzidos a partir da instalação de indústrias, o que nos remete à necessidade de um “olhar” mais profundo.

O processo que será retratado, apesar de se basear na leitura do que acontece na vila de Morro de São Paulo, parte do município insular de Cairu-BA, é um movimento global que aporta aos mais variados locais uma lógica de reprodução semelhante. À medida que crescem interesses econômicos, como o turismo, sob determinado recorte do espaço rural litorâneo, é iminente a sua urbanização, já que a urbanização tem por característica principal um elevado grau de mercantilização, pois nesta economia todo o lugar é transformado em mercadoria. Como observa Rodrigues (2002, p. 57), “altera-se tanto a ‘paisagem’ física como as relações sociais dos moradores da área que passam a gravitar em torno da indústria e da prestação de serviço”. O desenvolvimento deste processo se dá gradualmente, diferenciando-se em escalas de tempo e espaço.

Assim como os produtos da indústria os lugares turísticos competem enquanto mercadorias, e é nesta concorrência voraz onde será definido o seu destino. Merece destacar que “as cidades turísticas representam uma nova e extraordinária forma de urbanização, porque elas são organizadas não para a produção, como o foram as cidades industriais, mas para o consumo de bens, serviços e paisagens” (LUCIARI, 1998, p. 17). No entanto, apesar das divergências citadas anteriormente, entre as cidades industriais e as contemporâneas cidades turísticas, foram observadas neste estudo significativas semelhanças quanto à urbanização das mesmas, afinal ambos os processos encontram-se subordinados a uma única lógica, a de produção capitalista do espaço.

Esta pesquisa teve por objetivo principal analisar as transformações socioespaciais de Morro de São Paulo, Bahia, a partir do desenvolvimento turístico local. Sendo esta uma vila originalmente rural, onde os moradores viviam da pesca, extração de mariscos, o cultivo de algumas culturas de subsistência e/ou prestando serviços temporários em fazendas de coco e piaçava.

Também foi analisada a relação entre o rural e o urbano na reconfiguração deste espaço pelo turismo.

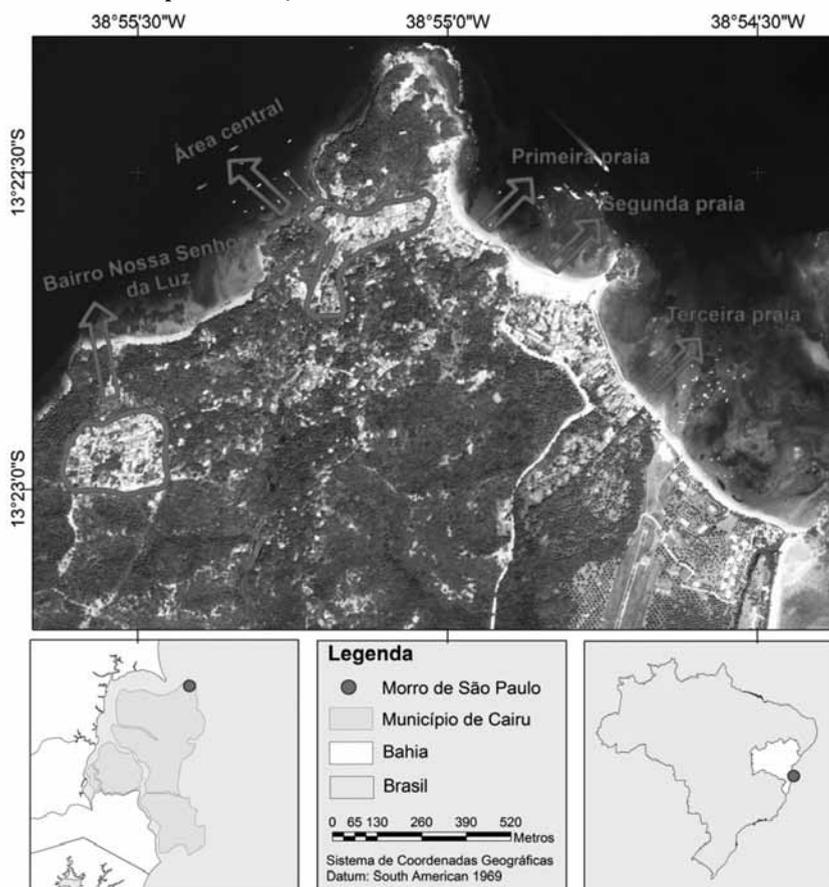
Para a análise deste processo foram realizadas quinze entrevistas dirigidas à: moradores nativos, que vivenciaram o início do processo de crescimento da atividade turística local; empresários que investem neste setor da economia local; representantes do poder público que estão diretamente vinculados a políticas de “desenvolvimento” do turismo e/ou à infraestrutura de base nos locais onde o turismo se realiza no município; e representante da Associação Ambientalista Baiacu de Espinhos (AABBE). A quantidade de entrevistas aplicadas aos diferentes segmentos da sociedade local foi definida segundo critério de repetição, ou seja, quando as informações começavam a serem repetitivas cessou-se a realização de entrevistas. Essas entrevistas juntamente com observações de campo (apoiadas por diálogos informais e pesquisa fotográfica) e revisão bibliográfica constituíram os procedimentos metodológicos deste estudo.

Morro de São Paulo (Mapa 1) é o local do arquipélago de Tinharé (município insular de Cairu-BA) que se encontra em estágio mais avançado de crescimento da atividade turística. A urbanização deste espaço tem se dado por um alto grau de mercantilização do solo e da paisagem, refletindo as contradições espacialmente reproduzidas pelo capital e dinamizadas pela economia do turismo no mundo, em recortes como o litoral nordestino. Apesar do crescimento econômico gerado pelo turismo, o município, no ano de 2010, segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), contava com uma população de apenas 15.374 habitantes. Vale ressaltar, que a partir da década de 1990, com a intensificação da atividade turística, seus impactos começam a ser percebidos no local.

O RURAL E O URBANO NA PRODUÇÃO DE UMA NOVA NECESSIDADE

Para se compreender o processo de reconfiguração espacial em Morro de São Paulo é essencial entender algumas características do processo global de constituição de uma sociedade urbana, não só quanto a aspectos físicos e funcionais, mas principalmente àqueles relacionados ao modo de vida e suas relações derivantes. Desse modo, é visto que a constituição de uma sociedade urbana tem-se dado a partir do movimento de diferenciação e igualização espacial enquanto dualidade, o rural e o urbano, que ora se opõe, ora se complementa.

Mapa 1: Localização de Morro de São Paulo, Cairu (Bahia/Brasil).



Fontes: Imagem do satélite GeoEye (14/01/2009), extraída através do software Google Earth; Mapas políticos do Brasil (IBGE, 1997).
Elaboração: Julien M. R. Thévenin

Para Marx, o rural e o urbano são antítese, na qual, no seu movimento, encontra-se condensada a história econômica da sociedade. Neste estudo, o movimento entre o rural e o urbano é fundamento para a compreensão da produção do espaço e de uma nova necessidade produzida pelo padrão de desenvolvimento capitalista, que é a prática do turismo.

Para Rotta (1997), com base no pensamento de Marx, a separação entre a cidade e o campo, na oposição entre o espaço rural e o espaço urbano, desde seu início, encontra-se baseada na história da divisão social do trabalho. Embora, com o desenvolvimento do modo de produção capitalista, essas duas

formas venham a se confundir cada vez mais, a natureza, bem como a gênese da mesma, é distinta.

Segundo o autor, a primeira forma de manifestação da oposição entre o urbano e o rural surge com o desenvolvimento da economia mercantil e com a ampliação subsequente do espaço de circulação de mercadorias, com a qual vão sendo ultrapassados os estreitos limites da economia natural, em que o homem viveu durante milênios. Todavia, segundo Rotta (1997), com o passar do tempo, com a generalização das trocas e com a expansão do mercado, inclusive a nível mundial, uma parte cada vez maior da produção se transforma em produção voltada para a troca e não diretamente para o autoconsumo.

Dessa forma, afirma Rotta (1997), a divisão social do trabalho vai aumentando e, progressivamente, as atividades extrativas assim como aquelas de transformação vão se separando das atividades agrícolas. A divisão social e espacial do trabalho decorrente desse processo geral é o fundamento de toda a produção de mercadorias. Ele coloca que o caráter parasitário e limitado dessa forma inacabada de capital (a economia mercantil), baseada na troca desigual, no entanto, marca um período extremamente longo da história humana. As grandes navegações transformaram praticamente todos os continentes em espaços rurais que alimentavam a acumulação mercantil das principais cidades das metrópoles.

Rotta (1997) ressalta que o caráter da divisão social e espacial do trabalho muda completamente com a preponderância da segunda forma de manifestação da oposição existente entre espaço urbano e espaço rural, a partir do modo de produção capitalista. O espaço urbano deixa de ser unicamente espaço de circulação de mercadorias para tornar-se também, cada vez mais, espaço de produção, deslocando a dinâmica produtiva para a cidade. São, sobretudo, as atividades inseparáveis da terra, a agricultura em particular, que predominam no campo.

Para o autor é a partir do processo de acumulação primitiva que se rompe a antiga relação em que o homem vivia em contato direto com a natureza. Onde, diferentemente, a nova divisão social do trabalho impõe uma grande especialização espacial, ao nível da produção, transferindo para o espaço urbano a maior parte das atividades manufatureiras. Em um primeiro momento, ficam reservadas ao espaço rural as atividades tradicionais.

Uma constatação importante destacada pelo autor é que, mesmo muito antes de atingir essa evolução mais avançada, as populações rurais ficaram

liberadas de certas atividades não-agrícolas, tendo a possibilidade de encontrar no mercado muitos dos artigos que deixaram de produzir. Evidentemente, tal transformação supõe a posse de algum dinheiro, obtido através de uma dedicação maior de tempo à produção agrícola voltada para o mercado. Aliás, essa forma de dissociação entre espaço urbano e espaço rural, entre agricultura e indústria, só pode se viabilizar na medida em que a agricultura também participou, ainda que não inteiramente, desse processo de especialização crescente, liberando-se de atividades que não lhe eram próprias e desenvolvendo a produtividade até um grau que lhe permitia a produção de uma quantidade de produtos que satisfazia não só suas próprias necessidades, mas também as necessidades da população urbana, intercambiando com ela seus produtos.

A relação campo/cidade desde sua gênese tem sido economicamente complementar, embora desigual no valor-de-troca, é no modo de viver onde se concentra uma de suas maiores oposições e conflito. O urbano não aparece apenas como especialização espacial definido por sua forma, função e estrutura, mas como ideia de progresso e desenvolvimento que, nesse movimento da produção do espaço, se impõe sobre o rural, no conflito que se estabelece entre o moderno e o tradicional e se desfaz a cada novo moderno que se impõe. Neste sentido, Lefebvre (2006, p. 11) observa que, “trazidas pelo tecido urbano, a sociedade e a vida urbana penetram nos campos”. A urbanidade enquanto ideal moderno se impõe a cada lugar, sobrepondo o urbano ao rural, gerando conflitos derivados de lógicas globais estabelecidas.

Segundo Williams (1989), nessa longa transição de uma sociedade, predominantemente, rural para uma sociedade de predominância urbana, a partir deste ideal de desenvolvimento, cristalizaram-se e generalizaram-se atitudes emocionais poderosas. O campo passou a ser associado a uma forma natural de vida, pautada na paz, na inocência e virtudes simples, enquanto que a cidade associou-se à ideia de centro de realizações, de saber, de comunicações, de luz. Também, constelaram-se poderosas associações negativas: a cidade como lugar de barulho, mundanidade e ambição; o campo como lugar de atraso, ignorância e limitação.

A cidade é também lugar onde as múltiplas contradições do capital se sobrepõem, e onde “ondas de problemas” socialmente produzidas circulam e se expõem. A classe trabalhadora (agora mais diferenciada e fragmentada), na forma da classe média, principalmente, envolta pela poluição, pelos engarrafamentos, pelo trabalho excessivo, pela violência, pela pobreza, pela ausência do

natural, exige o direito ao lazer e busca “o retorno à natureza” enquanto necessidade de fuga à frenética rotina urbana socialmente produzida. Para Lefebvre (2002) a estrutura do poder se estabelece sobre a classe média, principalmente por sua ambiguidade, onde lhes são atribuídas uma realidade econômica (ao mesmo tempo de produção e de consumo) e uma ilusão de poder político.

Nesse contexto, uma das ilusões de poder da classe média é ter o direito ao lazer (na forma do turismo), com a ampliação do consumo, uma conquista em termos de melhoria de vida, pois continua se submetendo ao mesmo processo que tem produzido o caos urbano. Essa necessidade de “retorno a natureza” tem sido tanto produto do padrão de desenvolvimento urbano, quanto instrumento para a reprodução ampliada do capital. Apesar de existirem diversificações mercadológicas quanto ao público e à motivação turística, nas suas mais variadas classificações, é no espaço rural onde se encontra produzida sua principal e escassa mercadoria na forma de paisagens da natureza, ainda pouco transformadas. O urbano se impõe enquanto negação da natureza, produzindo sua revalorização nos resquícios existente em espaço rural, com tendência à negação posterior ao consumo dessa paisagem e à reprodução desse espaço pela urbanização.

Carlos (2001) analisa que o consumo do espaço se dá pela transformação generalizada do mesmo em mercadoria, que impõe ao seu uso a existência da propriedade privada de suas parcelas, dessa forma o processo de reprodução do espaço aponta para a tendência da predominância da troca sobre os modos de uso, o que revela o movimento do espaço de consumo para o consumo do espaço.

No entanto, esse “retorno à natureza” não se dá de forma homogênea no espaço rural ou pouco urbanizado, porque, mesmo no espaço rural, a natureza, em suas formas exuberantes, encontra-se cada vez mais escassa. As poucas áreas conservadas devem-se, na maioria das vezes, às condições geográficas peculiares por elas apresentadas (solos de baixa fertilidade, relevo acidentado, acesso restrito pelo caráter insular, irrelevante interesse econômico etc.), que não favoreceram o acesso ou a instalação social, pelo menos até ser descoberto pelo turismo.

O litoral, principalmente na região intertropical, possui algumas características básicas, sendo elas a praia e elevadas temperaturas associadas a extensos períodos de exposição à radiação solar, que, quando junto a vestígios de

natureza (por exemplo, de Mata Atlântica), formam a paisagem e o espaço ideal a ser mercantilizado para o consumo turístico.

Na década de 1960, percebeu-se que, durante as férias dos cidadãos Europeus, principalmente do Norte, moradores de grandes cidades procuravam locais antes considerados inóspitos, onde as condições naturais pareciam impedir a fixação humana. Esses lugares coincidiam com pequenas vilas mediterrâneas predominantemente rurais, com atividades ligadas à pesca e agricultura. Logo esses lugares, que pouco ou nenhum valor tinham para o capital, entraram no circuito imobiliário com altos preços das parcelas de terras e das edificações.

O ano de 1989 marcou um crescimento acelerado do turismo, nos antigos países socialistas Europeus. A abertura desses países à recepção de pessoas oriundas do ocidente facilitou a inserção do capital, e sua lógica de extração de lucro sobre estes. Seu isolamento contribuiu para atração de turistas ocidentais com o apelo de serem lugares diferentes e excitantes, até então inacessíveis. Além das belas cidades (Praga, Budapeste, etc.), locais históricos e de grande valor cultural (museus, galerias de arte, etc.), seus recursos naturais (como áreas rurais conservadas, florestas, lagos, montanhas e praias), ainda assim, aparecem entre suas principais atrações. Merecendo destaque neste caso, países como a Bulgária e a Romênia, que tem costas banhadas pelo mar Negro, e passaram a entrar no circuito internacional de turismo no modelo de “sol e praia” (WITT, 2002).

Já no Brasil, na década de 1970, junto com várias ações econômicas que produziriam o “milagre brasileiro”, o governo militar se deu conta de que o tempo de não-trabalho dos cidadãos brasileiros, especialmente da classe média emergente, poderia ser uma nova fonte de investimentos privados (OLIVEIRA, 1999). Afinal, o Brasil possuía quilômetros de litoral, repletos de ruralidade e natureza, onde diversos locais teriam condições suficientes para se tornarem destinos turísticos. Assim, áreas de costa, com características, predominantemente, rurais passaram a ser valorizadas e, em muitos casos, tornam-se lócus de intensa urbanização, diante do processo de mercantilização das paisagens naturais.

MORRO DE SÃO PAULO E O “BOOM” TURÍSTICO

Os primeiros indícios de turismo e de uma nova configuração socioespacial em Morro de São Paulo foram às casas de veraneio (segunda residência),

que teve início na década de 1960. Esses moradores temporários de origem, predominantemente, urbana contribuíram para a ampliação da relação campo/cidade nesses lugares, ainda essencialmente rurais. Distinguiam-se dos nativos de múltiplas formas, mas vale ressaltar que tinham poder aquisitivo superior e que para eles aquele lugar não era espaço de trabalho, mas, sim, de repouso, lazer, tranquilidade, aproximação com a natureza. Nessa contínua relação entre nativos e veranistas, havia uma influência mútua de informações e costumes, onde os aspectos urbanos tendiam a prevalecer pouco a pouco. É nesse momento que tem início a prestação de serviço do nativo ao veranista, com destaque aos serviços domésticos. Também começa a se ampliar sobre a população nativa o desejo por bens de consumo, atrelado a uma necessidade de uma maior renda.

O desenvolvimento da pesca já havia gerado um melhor rendimento a uma considerável parte dos nativos, quando, a partir da década de 1980, o turismo crescente passa a aportar profundas transformações a essas localidades, quanto à composição da renda da população. A chegada dos primeiros estrangeiros acompanhou a compra de propriedades de nativos para construção das primeiras infraestruturas voltadas para o turismo. Alguns nativos, principalmente os mais jovens, começaram a deixar o trabalho em atividades tradicionais, passando a ser assalariados em serviços voltados para o turismo. Cresce o número de empreendedores, principalmente de origem estrangeira e/ou do sul e sudeste do país, ao passo que um contingente cada vez maior de trabalhadores migrantes³ se instala nesses lugares em busca de melhores condições de vida.

A partir de entrevista realizada com uma nativa, pode-se analisar um pouco da história do crescimento do turismo em Morro de São Paulo:

[...] os estrangeiros chegavam aqui, conheciam, depois voltavam pra se erradicar “botando” pousada, pizzaria, alugando pousada e, arrendando pousada. Isso aí chamou, então veio também a migração de outras pessoas de outras comunidades pra trabalhar. Todo esse crescimento foi muito desordenado, inclusive as construções desordenadas sem controle. [...] Os nativos vendo a chegada de estrangeiro aqui com dólar, o dólar valendo muito, a

3 Advindos de municípios circunvizinhos (Valença, Ituberá, Camamu, Gandu...) onde bolsões de pobreza e miséria se propagam à sombra das sucessivas crises da monocultura cacauaieira.

poupança também valendo muito, então muitos foram se enganando com isso e foram vendendo suas casinhas, vendendo seu chãozinho para os estrangeiros que foram chegando e saíram muitos nativos. Hoje existem poucos nativos aqui. Os que permaneceram aqui, a maioria então começou também a usar suas casinhas como restaurantes e depois foram construindo pousadas e pronto. Tem poucos pescadores, que a maioria fez casa, fez pousada vive disso ai (M1)⁴.

Outro morador entrevistado também aponta para o fato de que muitos nativos venderam o que tinham para turistas, na esperança de melhoria de vida, numa época de elevada inflação, entre 1980 e 1990. Os custos daquelas propriedades para os estrangeiros eram muito baixos, o que não possibilitou melhoria de vida para aquela população, como afirma o mesmo entrevistado “venderam tudo a eles e hoje ficaram na pior ou foram embora (M2)”. A maioria da população nativa passou a morar nas periferias da maior cidade vizinha, Valença, em situações precárias. Alguns buscam um retorno a Morro de São Paulo, mas agora se deparam com a alta especulação imobiliária. Outros mais velhos preferem não voltar, pois já não encontrariam mais a calma e a tranquilidade que estavam habituados, substituídas pela crescente badalação turística, com festas, barulho e costumes muito diferenciados dos seus.

Este breve esboço da população originária depõe contra o suposto benefício disseminado nos planos de desenvolvimento turístico. Os “filhos do lugar” foram compelidos a deixar suas moradias pelo capital estrangeiro, como índios expulsos de suas terras à força pelo Europeu que se instalava nos primórdios do processo de conquista do território. Com a crescente especulação imobiliária, alguns dos que venderam suas propriedades próximas à praia se instalaram em terras mais no interior da ilha; outros foram para a cidade por opção ou por não encontrarem lotes de baixo custo disponíveis, já que grande parte das terras pertencia a grupos seletos. Fato este que não acontece somente no arquipélago de Tinharé, como afirma Diegues (1997) ao tratar da crescente tendência à ocupação privada de ilhas, que acontece no Brasil, acompanhada da instalação de marinas e hotéis. Para o autor esse fato representa um grave perigo aos frágeis ambientes insulares, resultando, na maioria das vezes, na expulsão dos moradores, pescadores e pequenos lavradores.

4 As entrevistas foram transcritas sem alteração da forma de expressão do entrevistado.

Durante as pesquisas de campo, a tarefa de maior dificuldade em Morro de São Paulo foi a de encontrar habitantes nativos⁵, restritos a algumas famílias. Uma minoria desses fazem de suas casas pequenos empreendimentos voltados para o turismo, como restaurante, pousada ou *camping*, que junto a uma concorrência desigual e à sazonalidade do fluxo turístico possibilitou apenas um rendimento um pouco maior do que se permanecesse na atividade pesqueira, essa já em nova fase⁶. Nesses empreendimentos, há pouco trabalho assalariado, predominando ainda o trabalho familiar. Dos nativos que permaneceram na pesca, boa parte encontra-se aposentado. Seus filhos, quando não desempregados, prestam serviços na construção civil, e/ou em serviços gerais informais, temporários ou permanentes ligados ao turismo, poucos aprendem ou ainda se interessam pela arte da pesca. Para Martins (2003) uma das características de nossa sociedade é o predomínio das leis de mercado sobre quaisquer outras leis sociais, o que tem gerado o desenraizamento, a destruição das relações sociais tradicionais e, portanto, a exclusão das pessoas em relação àquilo que elas eram e aquilo que elas estavam acostumadas a ser.

Nesse contexto, os nativos passaram a vender aos novos “donos” do lugar⁷ sua força de trabalho por baixos salários, condicionados pelo pouco grau de instrução, e aos ditames da dinâmica econômica do turismo. Ao abdicarem de conhecer a arte da pesca e os meios tradicionais de trabalho, induzidos pelo mercado turístico que se instalou abruptamente, criaram uma relação de dependência ao capital em uma “espécie de monocultura”⁸ susceptível às crises mundiais e às desvalorizações locais, que reproduz, no lugar, os alicerces industriais para a produção da mais-valia. Lisboa (1997) afirma que já são muito conhecidos os efeitos disruptores que o turismo em massa gera sobre as sociedades locais. Para o autor não se pode culpar o turismo por estes efeitos, pois o mesmo é apenas um catalisador de um processo mais amplo em andamento.

5 Embora muitos se considerassem nativos por morar já há alguns anos no local, considera-se nativo as pessoas originárias do local, mesmo que tenham nascido em maternidades de cidades vizinhas pela não existência de uma na localidade.

6 Maior procura e menor oferta, condicionada pelo aumento da exploração e consumo, com consequente diminuição do pescado, atrelado ao crescimento turístico.

7 Empreendedores (classe capitalista) que passam a exercer poder no local por meio da propriedade privada e do capital.

8 Em lugares como este o turismo tem gerado um monopólio econômico, com consequente dependência generalizada dos seus habitantes.

Para ele o que o turismo faz é acelerar este processo, atuando como indutor-desagregador das atividades tradicionais.

Ao ser questionado sobre o que o turismo tem gerado para a comunidade nativa, um pequeno empresário local originário do sul do país respondeu:

É uma nova forma de escravidão, o capitalismo selvagem que acontece em áreas invadidas por estrangeiros. O nativo antigamente ele era dono da terra, ele era dono do seu pedacinho de chão, da sua fazendinha. Então há 30 anos, 20 anos atrás vieram os primeiros investidores espanhóis, italianos e portugueses e compraram a “preço de banana” essas propriedades. E fez com que essas pessoas da comunidade, os nativos, eles virassem uma nova forma de escravidão, porque a gente vê pessoas que nasceram aqui, que vivem em situação quase de miséria. Outros deram certo; os que empreenderam e acreditaram na área de serviços (M6).

Com o desenvolvimento da atividade turística no local, as fazendas de coco e piaçava (atividades econômicas importantes até então) iniciaram um processo contínuo de queda de produtividade, associada a uma mudança na composição de custos, devido ao preço da mão-de-obra dos trabalhadores rurais, que diante de uma nova realidade de mercado, passaram a vislumbrar novas perspectivas de venda da força de trabalho, tanto na pesca como na oferta de serviços voltados para o turismo. Também contribuíram para essa queda de produtividade, a falta de investimentos na produção, a redução produtiva dos antigos coqueirais (no caso das fazendas de coco), e a valorização das terras pelo turismo, com uma forte especulação imobiliária. Segundo pesquisas de campo e estudos realizados pela CONDER (1998), aos poucos, praticamente todo o litoral das ilhas de Tinharé e Boipeba foi adquirido pelo capital estrangeiro, com destaque ao investidor italiano, que construiu pousadas, hotéis (Figura 1), ou mesmo, apenas para uso particular e reserva de valor.



Figura 1: Morro de São Paulo – Pousadas e hotéis que se instalam entre coqueirais a beira-mar.
Foto: Welinton Papito, 2000.

As fazendas de coco que ainda restam no litoral das ilhas em poder dos antigos proprietários não tem a produção agrícola como razão de sua existência. São agricultores ou investidores brasileiros que possuem outros negócios e que mantêm as áreas enquanto reserva de valor. No interior da ilha, como a influência do turismo é reduzida e a piaçava possui boa cotação no mercado, as grandes fazendas ainda permanecem com sua lógica baseada na produção extensiva, apesar de coexistirem com uma acentuada valorização do seu solo (CONDER, 1998).

O aumento de investimentos estrangeiros e nacionais no lugar e a escassez de trabalhadores qualificados, tanto na construção civil, quanto para serviços gerais, fomentaram uma migração de trabalhadores vindos, principalmente, de municípios circunvizinhos. Esses trabalhadores têm se instalado onde lhes é possível, sem grande controle do poder público municipal – causado devido à falta de fiscais, alega representante do poder público em Morro de São Paulo (M12) – quanto ao planejamento urbano ou fiscalização de ocupações em áreas irregulares, como as de preservação permanente. Inclusive, segundo entrevistados, parte dessas pessoas recebeu incentivos políticos para habitarem a localidade, a partir da desapropriação de terras que deu origem ao bairro Nossa Senhora da Luz, ou “Buraco do Cachorro” como é chamado pejorativamente (Figura 2).



Figura 2: Bairro Nossa Senhora da Luz. Povoamento de áreas periféricas em Morro de São Paulo.
Foto: Julien M. R. Thevenin, Abril/2008

Assim se constituiu o povoamento de algumas áreas periféricas de Morro de São Paulo (Zimbo I, II e III; Campo da Mangaba; Parte da 2ª praia; Bairro Nossa Senhora da Luz) que passaram a se caracterizar pela pobreza acentuada, pelas ocupações desordenadas, em locais sem infraestrutura básica, situação que pode ser observada na paisagem e nas entrevistas com nativos, como a que segue:

A gente vê realidades difíceis de pobreza, de promiscuidade. Porque justamente foram comunidades que foram nascendo desordenadamente, de pessoas que vinham em busca de trabalho, com outros costumes e lá vai... Muitos empresários, que a gente sabe que, são fortes que tem a camada mais fraca a camada que trabalha para eles (M1).

Essa mobilidade do trabalho contribuiu para acelerar a urbanização desse espaço rural, de modo semelhante à constituição das primeiras cidades industriais, retratando uma ordem imposta pelo capital e necessária para sua própria reprodução e acumulação. Para Gaudemar (1977, p. 192), “a mobilidade da força de trabalho surge então como uma condição necessária, se não suficiente, da gênese do capitalismo e como um índice do seu desenvolvimento”. Pois, quanto maior a força de trabalho disponível (com alto índice de desemprego) no lugar maior a dependência do trabalhador ao mercado,

tornando-o susceptível a aceitar empregos irregulares, assim como baixos salários e longa jornada de trabalho, aumentando as taxas de lucro dos investidores. Essa lógica da produção capitalista do espaço pode ser observada também em Smith (1984), que destaca que, com o desenvolvimento das forças produtivas, torna-se cada vez mais necessário a concentração de um número progressivamente maior de trabalhadores nas proximidades do lugar de trabalho. Para esse autor, além dos benefícios políticos de tal organização para o capital, isso reduz ao mínimo o deslocamento para o trabalho e, assim, permite a manutenção de baixos salários.

Observa-se em localidades turísticas, como Morro de São Paulo, o surgimento de uma sobrepopulação de trabalhadores permanentes. Esse fenômeno, identificado por Marx em lugares onde se instalavam as indústrias, foi denominado por ele de exército industrial de reserva. O êxodo rural e o desemprego estrutural, gerado pela modernização industrial, foram dois movimentos que propiciaram a formação das periferias nas cidades industriais e dos exércitos industriais de reserva. Na microrregião Ilhéus-Itabuna⁹ e seu entorno, o desemprego gerado pelas sucessivas crises da monocultura cacaueteira¹⁰ provocou um êxodo rural que aumentou as periferias pobres das cidades desta região. Assim, diferente das cidades industriais, a urbanização periférica de Morro de São Paulo se constituiu, principalmente, por um êxodo urbano, onde grande parte dos trabalhadores origina-se das periferias de cidades próximas.

Esse fato demonstra que, em países como Brasil, os mecanismos da produção capitalista do espaço têm-se adaptado a uma sociedade tornada, predominantemente, urbana e extremamente desigual, com enormes “bolsões de pobreza” que se instalam em volta de “ilhas de riqueza”. Neste sentido, Santos (2003) afirma que o crescimento econômico que se vale do capital concentrado a serviço de uma estrutura capitalista gera pobreza. Esta pobreza será estruturalmente diferente da anterior, porque a economia nativa perderá sua independência com relação ao circuito moderno da economia urbana. Em um trecho da entrevista, com um pequeno investidor e morador (originário do sul

9 Classificação utilizada pelo IBGE, recorte espacial anteriormente conhecido como região cacaueteira da Bahia.

10 Dentre os fatores que contribuíram para as crises está o aumento da produção de cacau em outras regiões e países, queda dos preços do produto no mercado mundial, a disseminação de pragas, além de diversos conflitos locais entre produtores e comerciantes, principalmente.

do país) de Morro de São Paulo, percebem-se essas transformações ocorridas nessa localidade:

(...) é um lugar que tem uma diferença muito significativa de classes sociais, tem poucos ricos e muito, muito pobre. Aqui no Morro a gente tem algumas favelas já, apesar das pessoas negarem que existe favela, não vem como favela, mas tem o bairro Nossa Senhora da Luz, que é o “Buraco do Cachorro” e, tem aqui o fundo da Segunda Praia, da Terceira Praia, que são favelas também, são áreas que são ocupadas desordenadamente e muitas delas com esgoto a céu aberto, com problemas socioambientais gravíssimos (M6).

Um novo contraste tem sido gerado na paisagem de Morro de São Paulo, onde de um lado se expande uma população carente, sedenta por melhores condições de vida, enquanto de outro os empreendimentos (restaurantes, agências de turismo, lojas, hotéis e pousadas...) tomam conta da paisagem, produzindo em vias centrais, antes ocupadas por pescadores, verdadeiros *Shopping Centers* a céu aberto (Figura 3 e 4).



Figura 3: Caminho para a Primeira praia, via central de Morro de São Paulo, na década de 1980.
Foto: Autor desconhecido (Antigo veranista)



Figura 4: Caminho para a Primeira praia, via central de Morro de São Paulo, 2008¹¹
Foto: Julien M. R. Thevenin, junho/2008.

Para Smith (1984, p. 221) “o desenvolvimento desigual é tanto um produto quanto uma premissa geográfica para o desenvolvimento capitalista”. Enquanto produto seu padrão encontra-se estampado na paisagem, na diferença entre espaços desenvolvidos e subdesenvolvidos em diferentes escalas. Enquanto premissa da expansão capitalista, o mesmo pode ser compreendido somente por meio de análise teórica da produção capitalista, da natureza e do espaço. Segundo Smith (1984, p. 221) “o desenvolvimento desigual é a desigualdade social estampada na paisagem geográfica e é simultaneamente a exploração daquela desigualdade geográfica para certos fins sociais determinados”.

Em pesquisa realizada, em Morro de São Paulo, por Andrade (2001) foi constatado que 37,7% dos proprietários de estabelecimentos de hospedagem eram estrangeiros e 62,3% brasileiros; sendo 32,2% originários do centro-sul; 7,1% de municípios do entorno e 24% de Salvador e outras regiões. O autor verificou ainda, que os argentinos são os principais responsáveis pela maioria dos arrendamentos nos últimos anos, tanto na rede hoteleira como no setor de alimentos, restaurantes e supermercados. Vale ressaltar que parte desses proprietários não reside no local, onde ficam apenas alguns meses do ano,

11 Via central de Morro de São Paulo, vista sob mesmo ângulo da fotografia da década de 1980. Comparando as duas é possível ver as transformações no uso dessa parte da vila. Hoje também essa via é chamada de “Broadway” foi transformado em área comercial para o turismo por empresários vindos de outras localidades.

levando consigo o lucro auferido com os empreendimentos, para seus locais de origem.

Dados como os destacados acima confirmam a expulsão da população originária, e explicitam quem são os maiores interessados nas políticas de desenvolvimento do turismo no Nordeste. Essa dinâmica espacial já é abordada por alguns autores como, por exemplo, Marcelino (1996, p. 180), o qual ressalta que “[...] o modelo de desenvolvimento econômico vem promovendo a expulsão das populações nativas dos seus locais de assentamento original [...]”. Segundo o autor, tal fato contribui para a segregação social, pois essas populações passam a ocupar espaços mais precários de infraestrutura, geralmente em áreas periféricas, nas quais o valor da terra ainda não se tenha elevado.

Não só entre trabalhadores e investidores são visíveis as desigualdades, mas entre os próprios investidores. Dentre as pousadas, por exemplo, existem das mais simples, onde o custo da diária pode chegar a 15 ou 20 reais, às mais luxuosas que cobram diárias que podem ultrapassar o valor de um salário mínimo. Há uma tendência dos investimentos de maior porte se localizarem próximos à praia, em áreas privilegiadas pela beleza natural, assim como os de menor porte, nas áreas mais urbanas. Há também uma maior dependência financeira dos pequenos investidores relacionada ao empreendimento, por este representar sua única fonte de renda e, muitas vezes, seu local de morada e de trabalho.

Alguns dos entrevistados reclamam que grande parte do fluxo turístico, que se dirige às grandes pousadas e hotéis da beira mar, pouco vem à vila, gerando pouca circulação monetária para seus habitantes. Além da distância da vila, esses empreendimentos possuem uma gama de atividades e serviços que os tornam independentes da economia local, gerando uma satisfação ao seu cliente sem que ele precise sair para consumir em outros empreendimentos. Embora sejam empreendimentos hoteleiros menores, essas características assemelham-se as características apresentadas pelos *Resorts*, megaempreendimentos hoteleiros que vêm se multiplicando no litoral brasileiro. Segundo Cruz (2003, p. 92), “o turista hospedado em um *resort* não tem necessidade de sair do empreendimento, embora possa fazê-lo a qualquer momento”, pois além da hospedagem o turista pode usufruir no interior do *resort* de uma série de entretenimentos, serviços de restauração, segurança, além de belas paisagens.

Apesar do crescente aumento do fluxo turístico em Morro de São Paulo, a concorrência desigual e a instalação sem controle de novos empreendimentos

têm provocado uma oferta de serviços muito superior à procura, principalmente na baixa estação, o que tem gerado o endividamento e falência de pequenos investidores e o aumento do monopólio dos grandes que, por deterem outras fontes de renda, suportam facilmente períodos de baixo fluxo turístico. Algumas dessas situações podem ser observadas no trecho abaixo, em entrevista realizada com um pequeno investidor originário do próprio município:

Hoje a gente já tá chegando a esse processo, que é um processo de reciclagem que normalmente acaba se passando, aonde os pequenos vão sendo excluídos e, os grandes empreendimentos tomando conta; esse é um processo que Morro de São Paulo tá passando. Então você vê muitos estabelecimentos pequenos colocados à venda. Uma vez que quem sustenta realmente, quem dá sustentação são os pequenos empresários, que paga seus impostos, que emprega, que dá sustentação pra comunidade. Então, por exemplo, um cliente nosso que vem aqui ele vai ficar aqui, ele vai subir na vila, ele vai se integrar com a comunidade, ele vai correr atrás da cultura local, ele vai enfim... O grande empreendimento, esses clientes não trazem um benefício que a gente considere sustentável para a comunidade, porque é fechado, frequenta poucos lugares, quando sai, sai em grupo pra tal lugar (M8).

Essa monopolização crescente da atividade, embora seja frequente, o surgimento de novos concorrentes no mercado não é algo peculiar ao turismo ou a Morro de São Paulo. O monopólio é tanto produto quanto tendência da própria concorrência, algo inerente à produção capitalista independente do segmento econômico. Lembra Smith (1984, p. 224) que “a competição como Marx notou há muito tempo, sempre tende para o monopólio (ou oligopólio), pois na guerra de todos contra todos, elimina as empresas mais fracas”. Essa luta pelo poder (em forma de capital) amplia a produção de uma apropriação desigual e nela pode-se dizer que não há vencedor, pois o suposto “vencedor” é também um produtor dos problemas sociais que busca se distanciar.

Em lugares como Morro de São Paulo, à medida que desaparece a pacata vila de pescadores sobreposta por uma sociedade urbana moderna que se impõe, modifica-se tudo aquilo que inicialmente agregou valor ao lugar: a natureza, a tranquilidade, o nativo e sua cultura passam a ser cada vez mais escassos. Assim, nos centros urbanos, onde essa escassez produzida foi apropriada pelo mercado, induzindo os consumidores (turistas) a buscá-la como

mercadoria, passa-se a criar mecanismos de reprodução dessas amenidades e da cultura do homem simples. Com isso, reproduzem-se os problemas sociais urbanos, com características peculiares aos lugares turísticos, podendo-se observar alguns desses em entrevista realizadas com nativo da Gamboa, hoje representante do poder público em Morro:

[...] no início com o progresso vem tudo, aí apesar de ser no passado uma vila de pescadores nós não tínhamos pobreza, nós não tínhamos mendicância. E, hoje infelizmente nós já temos alguns pedintes em Morro de São Paulo, a insegurança também aumentou, vieram pessoas com segundas intenções, vieram pessoas que eram dadas a prática de furto, de roubo, até pequenos furtos, até de assalto como tem acontecido. A segurança foi afetada, porque há 30 anos você dormia aqui com as portas e janelas abertas, hoje você tem que *tá* gradeado. Então são coisas que vieram, drogas também não é coisa peculiar de Morro de São Paulo, todos os lugares chegam, mas tudo isso veio por causa do “progresso” (M12).

Em locais produzidos para o turismo, como Morro de São Paulo, pode-se observar uma grande concentração de alguns problemas da sociedade urbana moderna como: o uso de drogas, a criminalidade (tráfico, roubo, “lavagem de dinheiro” e abuso sexual), assim como o aumento da pobreza. Segundo Rodrigues (1996, p. 18), o turismo “é reconhecido como uma atividade que se presta muito à lavagem de dinheiro do narcotráfico, do jogo, da sonegação de impostos, da corrupção”.

Embora de forma implícita, a venda do “paraíso tropical” pelo turismo está associada também à venda de um refúgio para aqueles que têm por prática de vida um lema fortalecido na década de 1970, “drogas, sexo e *rock n’roll*”. Tal fato, junto ao restrito policiamento, tem transformado Morro de São Paulo e destinos turísticos do litoral brasileiro de paraíso natural para um paraíso do consumo de drogas. Isso pode ser afirmado quando se compara proporcionalmente o número de apreensões efetuadas nessas localidades e nos grandes centros urbanos.

Diante disso, outro dilema se estabelece no lugar: será o elevado consumo de drogas um atrativo para o turismo? Ou uma propaganda negativa? Acontece que com isso tem se ampliado o narcotráfico numa antiga vila de pescadores; a população residente, inclusive nativos, tem sofrido grande

influência dessa “onda moderna” que se impõe. O aumento do consumo de drogas como o craque, no lugar, principalmente entre jovens de origem pobre, com poucas perspectivas, tem gerado séries de roubos e assaltos. As principais vítimas dessa influência negativa são crianças e adolescentes, como afirma um agente do juizado da infância e da juventude:

Olha na área da infância e da juventude nós podemos ver vários, muitos casos gravíssimos, o uso de cocaína, da maconha, do crack entre adolescentes e jovens e, a maioria mesmo, por incrível que pareça e para nossa vergonha da área de adolescente. Muito adolescente envolvido com droga e também na área da prostituição. Inclusive não sei se você leu o jornal *A Tarde* do mês foi maio... abril ou maio, aonde eu mesmo junto com outro colega fizemos, na companhia da polícia militar, a apreensão de um alemão. Ele conduzia uma menor, não posso lhe dizer a faixa etária de idade porque ela se encontrava sem documento nenhum, hospedada numa pousada aqui em Morro, aonde nós fizemos a apreensão dele e conduzimos eles até Valença, aonde ele hoje responde, tá até hoje preso, tá no presídio em Valença (M3).

Ao pesquisar a notícia no jornal *A Tarde* (PITA, 2008), essa não foi a única encontrada sobre a criminalidade em Morro de São Paulo. Outra notícia que merece destaque é de uma juíza suspeita de envolvimento com tráfico que, em conversa gravada, sugere a traficante que compre um hotel em Morro de São Paulo, no valor de 500 mil dólares (AGENCIA ESTADO, 2007). Ficando subentendido o uso dessa localidade como local propício para “lavagem de dinheiro”, que, junto a depoimentos informais, são indícios desse fato.

Com o crescimento urbano, condicionado por uma lógica global que se impõe, multiplicam-se os conflitos e contradições, entre eles vale uma observação sobre a cultura nativa. Na atividade turística existe, em algumas instâncias, uma atenção à história e à cultura do lugar, principalmente por projetos de restauração de patrimônio histórico. Isso não se dá necessariamente pelo fato do turismo contribuir para sua degeneração, ao intensificar a produção capitalista do espaço, aportando ao lugar uma “cultura” urbana moderna que se choca e se impõe sobre a original. Mas principalmente pelo valor financeiro agregado à história e à cultura local, por sua escassez e peculiaridade, sendo assim mais um foco de atração de fluxo turístico. Como visto em Morro de São Paulo, essa atenção não tem propiciado de fato uma real conservação cultural, a qual cada

vez mais desaparece diante de um contexto global que se instala no local, como observa Thévenin (2011). De modo que, tanto sobre a cultura, quanto sobre os outros componentes locais, o turismo enquanto etapa do desenvolvimento capitalista dinamiza e acelera a reprodução deste processo contraditório no lugar.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A necessidade de retratar esses tipos de problemas sociais, comuns à sociedade urbana moderna, se dá por uma visão real das contradições espacialmente produzidas pelo capital. Neste caso, ao reproduzir o espaço rural, sendo ele valorizado enquanto rural, enquanto natural, enquanto ausente de problemas sociais e ambientais, atrai-se para o lugar tudo aquilo que o torna urbano, a partir do espaço construído, inclusive todos os tipos de problemas socialmente gerados por esse processo. Assim, o leque de problemas sociais, ampliados no lugar pelo crescimento econômico gerado pelo turismo, é tanto uma necessidade quanto um produto de seu desenvolvimento, mas também são “sementes” de suas crises econômicas e da desvalorização do próprio lugar para o capital.

Lugares como estes que se mantêm a partir de uma única fonte econômica, caracterizam-se por um elevado grau de dependência, onde suas crises resultam em problemas que repercutem de forma mais intensa que os produzidos em lugares de economia diversificada. As transformações do lugar pelo turismo de massa geram impactos não só sociais quanto ambientais, os quais reunidos atuam contra a atratividade do lugar, assim a acumulação capitalista destrói aquilo que lhe mantém.

O turismo tem se colocado enquanto uma das etapas mais modernas na história do capitalismo, a indústria enquanto primeiro momento é o velho que se moderniza. Ambas se complementam, mas em nenhum momento se opõem; sua lógica continua sendo a busca desenfreada pela acumulação de capital, a mesma, porém adaptada, como retratava Marx ainda no século XIX. O turismo assim como a indústria é acompanhado pelas vicissitudes da sociedade urbana, e se reproduz a partir da relação entre capital e trabalho, como condição básica para obtenção da mais-valia. Dessa forma é possível observar, em lugares como Morro de São Paulo, que passa por uma urbanização associada ao crescimento do turismo, características semelhantes a formação das cidades industriais de outrora tais como: mobilidade do trabalho (êxodo rural, ou mesmo, um êxodo urbano como foi visto); desenvolvimento desigual (com

formação de áreas urbanas periféricas marcadas pela pobreza); subordinação do trabalhador ao capital (exploração da força de trabalho e aumento de trabalhos informais); exercito “industrial” de reserva (desemprego nas crescentes periferias); monopólio e oligopólio; além de outras marcas do capitalismo industrial.

REFERÊNCIAS

- AGENCIA ESTADO. Juíza suspeita de envolvimento com tráfico é promovida. In: *Jornal A tarde On Line*, set. de 2007. Disponível em: <<http://www.atarde.com.br/brasil/noticias.jsf?id=788027>>. Acesso em: 10 de fev. 2009.
- ANDRADE, J. L. de. *Turismo e Reestruturação Espacial: O exemplo da região de Valença*. Dissertação (Mestrado em Geografia). Universidade Federal da Bahia. Salvador, 2001.
- ANDRADE, J. V. de. *Turismo: Fundamentos e dimensões*. 8ª ed. São Paulo: Ática, 2004, 215p.
- CARLOS, A. F. A. O consumo do espaço. In: CARLOS, A. F. A. (Org.). *Novos caminhos da Geografia*. São Paulo: Contexto, p. 173-186, 2001.
- CONDER. Companhia de Desenvolvimento da RMS. *Plano de Manejo da Área de Proteção Ambiental - APA das Ilhas de Tinharé e Boipeba*. Salvador, v. 1, 1998a (mimeo). 207 p.
- CRUZ, R. de C. A. da. *Introdução à Geografia do Turismo*. 2ª Ed. São Paulo: Roca, 2003, 125p.
- DIEGUES, A. C. As ilhas e arquipélagos tropicais brasileiros: práticas sociais e simbólicas. In: DIEGUES, A. C. (Org.). *Ilhas e sociedades insulares*. São Paulo: NUPAUB, p. 3-36, 1997.
- GAUDEMAR, J. P. de. *Mobilidade do Trabalho e Acumulação de Capital*. Lisboa: Estampa, 1977, 405 p.
- LEFEBVRE, H. *La survie du capitalisme: la reproduction des rapports de production*. 3ª ed. Paris: Economica, 2002, 225 p.
- LEFEBVRE, H. *O direito à cidade*. 4ª ed. São Paulo: Centauro, 2006, 146 p.
- LISBOA, A. de M. Construindo uma identidade insular em um mundo que se globaliza: o jeito manezinho de ser. In: DIEGUES, A. C. (Org.). *Ilhas e sociedades insulares*. São Paulo: NUPAUB, p. 67-92, 1997.
- LUCHIARI, M. T. D. P. Urbanização turística: um novo nexo entre o lugar e o mundo. In: LIMA, L. C. (org.). *Da cidade ao campo: a diversidade do saber-fazer turístico*. Fortaleza: ed. FUNECE. Volume II, 1998, 401 p.
- MARCELINO, A. M. T. O turismo e sua influência na ocupação do espaço litorâneo. In: RODRIGUES, A. B. *Turismo e Geografia: Reflexões teóricas e enfoques regionais*. São Paulo: Hucitec, p. 177-183, 1996.
- MARTINS, J. de S. *A Sociedade vista do Abismo*. 2ª ed. Petrópolis, Rj: Vozes, 2003, 228 p.
- OLIVEIRA, C. R. de. Produzindo o espaço do ócio. In: DAMIANI, A. L.; CARLOS, A. F. A.; SEABRA, O. C. de L. *O espaço no fim do século: a nova raridade*. São Paulo: Contexto, 1999, 220 p.

- PITA, C. S. Turista alemão é preso em Morro de São Paulo acusado de pedofilia. In: *Jornal A tarde On Line*, mai. de 2008. Disponível em: <<http://www.atarde.com.br/cidades/noticias.jsf?id=883588>>. Acesso em: 10 de fev. 2009.
- RODRIGUES, A. B. Desafios para os estudiosos do turismo. In: RODRIGUES, A. B. *Turismo e Geografia: Reflexões teóricas e enfoques regionais*. São Paulo: Hucitec, p. 17-32, 1996.
- RODRIGUES, A. M. A produção e o consumo do espaço para o Turismo e a problemática ambiental. In: YÁZIGI, E.; CARLOS, A. F. A.; CRUZ, R. de C. A. da (ORG.). *Turismo, Espaço, Paisagem e cultura*. São Paulo: Hucitec, p. 55-62, 2002.
- ROTTA, J. H. Sobre a oposição entre o rural e o urbano em Marx e sua atualidade. In: *Anais do II Encontro Nacional de Economia Política*. São Paulo: PUC, p. 459-477, 1997.
- SANTOS, M. *Economia Espacial*. São Paulo: Edusp, 2003, 208 p.
- SMITH, N. *Desenvolvimento Desigual*. Rio de Janeiro: ed. Bertrand Brasil S. A., 1984, 250 p.
- THÉVENIN, J. M. R. Cairu: De rural tradicional a destino turístico. In: *Anais do V Simpósio Internacional e VI Simpósio Nacional de Geografia Agrária*. Belém: Açai, 2011.
- WILLIANS, R. *O Campo e a cidade: na história e na literatura*. São Paulo: Cia das Letras, 1989, 409 p.
- WITT, S. F. A abertura dos antigos países comunistas da Europa para o turismo receptivo. In: THEOBALD, W. F. (Org.). *Turismo Global*. 2ª ed. São Paulo: SENAC, p. 393-401, 2002.

O uso do território pelo turismo em Natal (Rio Grande do Norte - Brasil)

Thiago Belo de Medeiros¹
Francisco Fransualdo de Azevedo²

O turismo é, na contemporaneidade, uma das atividades econômicas mais importantes no espaço mundial, pois além de ser uma prática social que permite o intercâmbio de culturas e pessoas, gera riqueza e renda, mas também segregação social e exclusão. Além disso, o ato de viajar e fazer turismo estão imbricados na sociedade do consumo, tornando-se uma necessidade “produzida” contemporaneamente.

Ele é assim considerado porque, dentre outras razões, a partir da expansão do meio técnico-científico-informacional, ou seja, a face geográfica da globalização (SANTOS, 2008), conseqüentemente com a maior fluidez e agilidade dos meios de transportes e comunicação, foi se tornando mais acessível o conhecimento amplo do sistema-mundo. A esse respeito, Azevedo et. al. (2013, p. 11) asseveram:

O turismo tem sido um dos aspectos mais marcantes da sociedade atual. Os deslocamentos para lazer, as viagens de férias, o entretenimento associado à viagem, tem feito milhares de pessoas se movimentarem no mundo, principalmente pela existência de meios de transportes rápidos, fáceis e com uma rede que conecta quase sem restrições a maior parte do mundo organizado pelo capital. [...] Dessa forma, o fluxo contínuo de pessoas se deslocando pelo mundo com objetivos iniciais ligados à realização do lazer, e portanto à busca do prazer, ganhou enorme proporção sendo assim necessário entendê-lo e diagnosticar suas situações

1 Bacharel, Licenciado e Mestre em Geografia pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte – UFRN. E-mail: thiagobelo_ufrn@hotmail.com.

2 Professor do Departamento de Geografia (DGE/UFRN) e dos Programas de Pós-Graduação e Pesquisa em Geografia (PPGe) e em Turismo (PPGTur) da Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Doutor em Geografia pela Universidade Federal de Uberlândia (MG) com estágio pós-doutoral na Universidade de Barcelona. E-mail: ffazevedo@gmail.com.

bem como propor melhorias para que esse sistema não apresente interrupções em seu funcionamento.

Em meio a importância da atividade turística para a dinâmica econômica das cidades, nos deparamos com uma questão balizadora para o presente trabalho: o que é turismo? Certamente não chegaremos aqui a uma conclusão sobre o debate acadêmico iniciado em 1911 pelo economista austríaco Hermann von Schullern zu Schattenhofen, até os dias atuais, sobre sua definição, contudo, tentamos trazer reflexões que contribuam no seu entendimento.

Isto porque, cada definição sobre o turismo é carregada de intencionalidades dos pesquisadores, priorizando ou negligenciando elementos e agentes sociais que o compõe. Portanto, ao valorizar aspectos diferentes da atividade turística, não há uma definição correta ou errada, mas diferentes abordagens que contribuem para a compreensão do fenômeno turístico, mesmo que de forma fragmentada (TOMÉ, 2007).

As diversas definições de turismo é resultado, dessa forma, das várias ciências que estudam o fenômeno, uma vez que cada disciplina opta por diferentes abordagens. Há, então, definições geográficas, econômicas, sociológicas, aquelas voltadas para critérios estatísticos, e as oficiais que, visando atender as instituições de turismo, acabam tendo um caráter pragmático.

Contudo, observamos que na prática, a forma de entender o turismo varia de acordo o agente envolvido, visto que produzem diferentes significados conforme suas necessidades de discurso – enquadram-se nesse contexto os empresários, os governos, as ONG's e as comunidades receptoras. Assim, dependendo da ideologia dos seus agentes, o turismo pode se tornar uma atividade capaz de reduzir as desigualdades socioeconômicas, sendo um importante distribuidor de emprego e renda; enquanto em outras abordagens pode ser considerada como um vetor que amplia a devastação da natureza e a concentração de riqueza por uma minoria.

Dentre as dimensões do turismo, observa-se que a econômica é a que mais recebe atenção, desde o setor privado, até os governantes e estudiosos (RODRIGUES, 2007). Dessa forma, dentre as repercussões econômicas da atividade, mesmo passíveis de questionamento, destaca-se: a criação de empregos, a geração de renda, a entrada de divisas e o aumento da atividade empresarial. Ademais, a mídia contribui para que essa dimensão tenha maior relevância por meio da propagação de informações valorizando a atividade e mostrando

resultados, em estimativa, de crescimento em curto prazo e os “benefícios” da inserção do turismo.

A própria definição de Organização Mundial do Turismo (OMT) está apoiada em critérios econômicos e, até certo ponto, negligencia os aspectos socioespaciais do fenômeno. Logo, a política pública brasileira do turismo, desde a criação da EMBRATUR (em 1966), está alinhada também a essa concepção, “com variações obviamente relacionadas as ênfases ora no desenvolvimento econômico do setor, ora nos efeitos positivos na geração de emprego e renda para as populações mais carentes” (AZEVEDO et al. 2013, p. 14).

Para a OMT (2001), turismo consiste nas “as atividades que realizam as pessoas durante suas viagens e estadas em lugares diferentes ao seu entorno habitual, por um período consecutivo inferior a um ano, com finalidade de lazer, negócios ou outras”. Essa definição, embora importante e amplamente aceita pelos organismos oficiais para orientação dos seus trabalhos em todo o mundo, carrega um importante problema: admiti-se, a partir dela, que praticamente todas as viagens sejam consideradas turismo, pois independe o motivo do deslocamento. Inclusive considera turista aquele indivíduo que viaje com finalidade o trabalho ou mesmo para o tratamento de doenças. Por esse motivo, há diferentes (e questionáveis) segmentos de turismo, como o turismo de negócio e o turismo de saúde. Conforme destaca Tomé (2007, p. 72):

Com suas definições, a OMT sugere que toda a viagem vem a ser turismo, com exceção daquelas onde há remuneração direta por parte do turista durante o deslocamento ou estada. Desta forma, o cidadão que vai tratar da sua saúde de maneira dolorosa e muitas vezes sem o resultado esperado e sem ter desfrutado nenhum momento de lazer será considerado pelas estatísticas locais um turista, da mesma forma que um indivíduo que em férias, viaja utilizando um pacote turístico adquirido junto a uma agência de turismo e que durante seu deslocamento e permanência desfruta de uma gama de infraestrutura vinculada diretamente ao turismo, tais como transporte, alojamento, alimentação, comum a ambos, mas também de serviços de lazer disponíveis no destino visitado.

Longe de propormos uma definição, acreditamos que uma definição mais restrita do turismo (prevalecendo apenas os deslocamentos com finalidade o ócio, o lazer e a cultura) e que privilegie os rebatimentos nas configurações

territoriais proveniente da atividade, seria a mais adequada para o entendimento do fenômeno. Isto porque, além de não superestimar a receita oriunda da atividade turística, mostraria que apenas parcelas do território e poucos agentes são “beneficiados”, em detrimento dos demais.

De qualquer forma, concordamos com Coriolano (2006), ao afirmar que não existe uma definição capaz de captar completamente esse fenômeno multifacetado. Acrescenta-se a isto, o fato do turismo ser uma atividade recente, que envolve diversos setores econômicos e, por esse motivo, necessita de uma diversidade de aproximações disciplinares.

Para além de uma definição “correta” sobre o turismo, o mais pertinente, em nosso entendimento, é destacar como suas características intrínsecas as diferencia das outras atividades econômicas. Logo, mesmo o turismo estando dentro do setor terciário, há algumas peculiaridades. Em princípio, é válido considerar que o turismo é, antes de tudo, uma prática social; segundo, sendo uma atividade econômica, o principal objeto de consumo é o uso de parcelas do território.

Ao conceber o turismo como prática social, devemos salientar que o turista torna-se o agente privilegiado para os agentes hegemônicos e para o Estado. Contudo, as cidades não são restritas ao turismo, muito menos as ações hegemônicas oriundas dele. Desse modo, mesmo nas cidades em que o turismo é uma das principais atividades econômicas, como no caso de Natal/RN e outras cidades do Nordeste, sua dinâmica e organização está além da razão imposta pela atividade.

Por essa razão, estamos habilitados, então, a dizer que as cidades as quais possuem suas economias atreladas à atividade turística constituem-se, ao mesmo tempo, por uma razão global e uma razão local, convivendo dialeticamente (SANTOS, 2008). Assim, essas cidades se tornam lugar de encontro entre as verticalidades e horizontalidades.

Enquanto as verticalidades representam pontos hegemônicos, distribuídos no território, que se instalam em um dado lugar e não se importam com o seu entorno – ditando as regras de funcionamentos no mundo em que vivemos; as horizontalidades revelam manchas de contiguidade e continuidade que se dão no território, podendo ser definidas como espaços da coabitação (SANTOS, 2008). Tem-se, então, o convívio conflituoso na cidade das verticalidades, ou seja, dos agentes hegemônicos e dos vetores modernos por eles

carregados e das horizontalidades - que envolvem tanto as finalidades impostas de fora, quanto às contrarracionalidades³ geradas localmente.

Logo, a cidade acolhe uma tipologia de atividades nas quais muitas delas são mais fortemente relacionadas com o próprio território e, portanto, mais dependentes da sociedade próxima e das virtualidades materiais e socio-políticas de cada lugar, o que permite certa horizontalização da atividade. Todavia, o papel de comando é reservado às empresas dotadas de maior poder econômico e político, sendo os pontos onde elas se instalam meras bases de atuação, abandonas à medida que deixarem de ser vantajosas. Assim, as grandes empresas mantêm apenas relações verticais com tais lugares (SANTOS; SILVEIRA, 2008). Destarte,

Cada lugar, cada subespaço assiste, como testemunha e como ator, ao desenrolar simultâneo de várias divisões do trabalho. [...] É uma lei geral. Em cada lugar, em cada subespaço, novas divisões do trabalho chegam e se implantam, mas sem exclusão da presença de restos das divisões de trabalho anteriores. Isso, aliás, distingue cada lugar dos demais, essa combinação específica de temporalidades diversas (SANTOS 2008, p. 136).

Assim, a cidade expressa à superposição de divisões de trabalhos hegemônicas e não hegemônicas, criando uma grande diversidade de usos do território, completadas por formas diversas de cooperação (SILVEIRA, 2007a). Por esse motivo, mesmo que as grandes empresas busquem homogeneizar o mundo conforme suas lógicas para melhorar suas atuações, observa-se que as cidades, sobretudo, as metrópoles, se configuram a partir de diversas combinações materiais e sociais.

Ademais, embora os agentes hegemonizados não possuam de forma absoluta o poder, através de sua criatividade e seu número, os mesmos conseguem interferir também na configuração do território, usando-o como abrigo. Tais agentes, tendo o território como abrigo (SANTOS et. ali, 2000), buscam incessantemente uma adaptação do meio geográfico ao qual estão inseridos, criando e recriando estratégias para garantirem suas sobrevivências nos lugares

3 Expressa, dentre outras formas, conforme expõe Santos (2008a, p. 309), pelos pobres, os imigrantes, os excluídos e as minorias do ponto de vista social ou pelas atividades marginais e tradicionais – pelo viés econômico.

– como é o caso dos numerosos trabalhadores de praia que permeiam as cidades turísticas do litoral brasileiro.

Nesse sentido, surge nas cidades contrarracionalidades que, do ponto de vista geográfico, é manifestada por subespaços menos modernos ou opacos e que expressam uma racionalidade paralela àquela imposta pelos agentes hegemônicos (SANTOS, 2008). Por esse motivo, como exemplo, observa-se a resistência dos moradores da vila de Ponta Negra (em Natal/RN) em um bairro repleto de vetores modernos para atender ao turismo. Nos dizeres de Cruz (2007, p. 14):

O turismo é uma prática social e uma atividade econômica que, no mais das vezes, se impõe aos lugares, mas ela não se dá sobre uma tábula rasa, sobre espaços vazios e sem donos. Portanto, não são apenas o Estado, o mercado e turistas que produzem os espaços relativos aos fazeres turísticos, mas também as sociedades que vivem nesses lugares, parte delas transformada, por força de novas contingências, em empreendedores turísticos ou, mesmo, em muitos casos, atuando como contrarracionalidades às determinações hegemônicas. A produção do espaço envolve seu uso e apropriação e, nesse caso, o conflito termina por ser imanente ao processo.

Logo, mesmo com a importância do turismo, com a expansão dos agentes hegemônicos observamos que apenas parcelas do território são usadas para a atividade, visto a capacidade da atividade turística em transformar os lugares conforme suas intencionalidades e necessidades, sendo seletivo e pontual, pois só se inserem e se concentram nos lugares que disponibilizam condições vantajosas para sua ação. Dessa forma, ao considerarmos a atividade turística seletiva do ponto de vista espacial e gestada, sobretudo, pelos agentes hegemônicos, seria inocência acreditar que ela, por si, seria capaz de aliviar a pobreza dos lugares. Portanto:

O turismo é situado como opção para o desenvolvimento dos países, estados e municípios e esta superestimação de seu desempenho criou falsas expectativas, pois o turismo, que por si mesmo não oferece possibilidade de solução de problemas, não tem condições de desenvolver regiões pobres, nem de distribuir a riqueza do país. Ao contrário acrescentou problemas, mesmo quando passou a ser tratado como política, porque é produzido para a acumulação capitalista e não para atender as necessidades básicas

do trabalhador. Transforma o espaço local em mercadoria global (CORIOLANO, 2006, p. 220).

A referida autora acrescenta ainda que a introdução da atividade turística nos países subdesenvolvidos como alternativa de oferta de emprego e renda virou um mito e, por esse motivo, aqueles países que ainda não se inseriram no roteiro buscam a inclusão para visitantes. Além disso, tornou-se corriqueiro a ampliação dos dados e sua repetição ao se divulgar as cifras do fluxo turístico, investimentos, empregos e divisas etc., para manter as pessoas passivas e obedientes no turismo (NIEVES, 2005 *apud* CORIOLANO, 2006, p. 191).

Além de não resolver a questão da pobreza nas localidades, a atividade turística pode ainda agravar os problemas sociais, visto que a valorização do território torna o custo de vida mais caro para todos, inclusive para o residente, além de muitas vezes eliminar determinadas atividades de subsistência, como a pesca, por exemplo. Acrescenta-se ainda que a atividade acaba atraindo, na busca por emprego, contingentes de pobres, visto que “grande parte dos postos de trabalho diretamente associados ao turismo estão na informalidade ou dizem respeito a empregos mal remunerados” (RODRIGUES, 2006, p. 341). Como adverte Gomes, Silva e Silva, (2002 s.p):

O discurso que faz a apologia ao turismo aponta o emprego como um dos principais benefícios dessa atividade. Isso é bastante compreensível quando se leva em consideração um território que, historicamente, tem sido marcado por uma distribuição massiva de pobreza e forte concentração de renda. Mas o que os apologistas não alardeiam, em suas expressões, é que o movimento de expansão do capital não pressupõe o pleno emprego.

O turismo, enquanto atividade econômica, em geral é capitaneado pelos agentes hegemônicos (comércio e serviços modernos), este constituído por capital nacional e forâneo. Essas empresas atuam, sobretudo, nos segmentos de transporte, hospedagem, serviços de entretenimento, serviços de apoio e alimentação⁴ e, nas últimas décadas, ampliaram suas atuações ao perceber o promissor mercado nos países subdesenvolvidos, aliado aos benefícios

4 Dentre os serviços de hospedagem estão incluídos: *resorts*, hotéis, motéis, pousadas; nos serviços de entretenimento destaca-se: *shoppings*, teatro, cinema, boates, clubes, parques etc.; nos serviços de apoio estão incluídos: agências de viagem, operadoras, locadoras de veículos e imóveis, casas de câmbio, banco, lojas de artesanato e *souvenires* etc.; e nos serviços de alimentação compreende: bares, restaurantes etc..

oferecidos pelos Estados. Destarte, os empresários desobrigados de investirem em infraestrutura básica, logram facilidades para a implantação dos seus empreendimentos.

Fazendo um breve retrospecto do turismo no país, tem-se que no Brasil as ações governamentais voltadas para o desenvolvimento do turismo litorâneo remontam da década de 1950 (CRUZ, 2007), mas foi em 1966, com a criação da Empresa Brasileira de Turismo⁵ (EMBRATUR), o marco do planejamento do turismo no país. Contudo, historicamente o turismo não teve atenção nas políticas nacionais, mesmo sabendo-se que algumas iniciativas públicas federais datam do início do século passado.

Esse quadro começou a se alterar na última década do século XX, pois várias ações surgiram voltadas para a organização do turismo no país e para fomentar as condições indispensáveis à sua expansão. Tal orientação vem se consolidando nos últimos anos por meio de novos planos para a atividade turística, onde o Nordeste, através do Programa de Ação para o Desenvolvimento do Turismo no Nordeste⁶ (PRODETUR/NE - 1991-2017) vem sendo privilegiado, por motivos que associam os aspectos naturais, históricos e econômicos. Marcadamente a região foi privilegiada por uma opção política, pelo menos no discurso, para reduzir as desigualdades historicamente estruturadas, por meio turismo.

Dessa forma, de atividade “marginal” vista pela administração pública, o turismo passou a ocupar posição de destaque no planejamento governamental, com importantes programas, tal como o PRODETUR, o Programa Nacional de Municipalização do Turismo (PNMT) e o Programa de Desenvolvimento do Ecoturismo para a Amazônia Legal (PROECOTUR). Podemos acrescentar ainda os documentos da Política Nacional de Turismo (1996-99), o Plano Nacional de Turismo 2003-2007 e, principalmente, a criação do Ministério do Turismo em 2003. Nesse sentido, Cruz (2005, p. 30) expõe:

Para alcançar seus objetivos, os sucessivos governos de 90 para cá, fortaleceram, paralelamente, o instrumental público de fomento

5 Atualmente batizada como Instituto Brasileiro de Turismo.

6 O PRODETUR/NE, criado em 1991, é um programa de crédito para o setor público (estados e municípios) para desenvolver condições favoráveis à expansão e melhoria da qualidade da atividade turística na região Nordeste. O programa é financiado pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), tem como órgão executor o Banco do Nordeste e abrange os nove estados nordestinos, além do norte de Minas Gerais e Espírito Santo.

ao setor, dinamizando antigas linhas de financiamento, como o Fundo Geral do Turismo - FUNGETUR (criado em 1971) e linhas específicas de crédito do BNDES, bem como criaram novas formas de incentivo financeiro, como é o caso do contrato firmado entre Governo Federal e BID com vistas ao financiamento do PRODETUR.

Ainda conforme Cruz (2005), a década de 1990 ficou marcada como o período em que o governo brasileiro, até então, mais priorizou a dinamização da atividade turística, seja por meio de aparatos normativos ou no que se refere à construção de sistemas de engenharia, condição necessária para a viabilização da atividade. Temos, assim, que a relevância que o turismo ganhou nas últimas décadas é oriunda do empenho do governo federal em diversificar as atividades econômicas do país, possibilitando novas alternativas de emprego para a população, assim como a injeção de divisas através da atração de turistas estrangeiros. Respalado em Azevedo et al. (2013, p. 24) observamos que:

Em síntese, a política pública de turismo define qual o problema a ser solucionado na estrutura social, cultural, ambiental e econômica que de forma integrada indicará ações e instrumentos para atingir os propósitos voltados ao desenvolvimento da atividade turística, ou seja, um processo de materialização através de programas, projetos e planos que podem e devem abarcar uma série de setores. É importante considerar que o processo de construção de programas, planos e projetos remete à ideia de um nível altamente qualificado na esfera pública, capaz de realizar um planejamento adequado às características locais, ao quantitativo financeiro disponível, e por fim, não menos importante, ao interesse da sociedade como um todo na efetivação do planejamento turístico.

Todavia, a adoção do turismo como prioridade no planejamento governamental promoveu benefícios econômicos e sociais, principalmente, a grupos específicos: os agentes hegemônicos e a população abastada que vive nos espaços luminosos das cidades. Em grande medida isso pode ser explicado devido a certa negligência do Estado em produzir uma política pública clara e objetiva que atenda a população local a partir de um planejamento endógeno frente aos ditames dos agentes hegemônicos.

O Estado, por meio de políticas públicas, vem atuando no território com o objetivo de criar as condições necessárias para a expansão da atividade

turística, seja enquanto normatizador ou mesmo atuando na implantação de infraestrutura. Por conseguinte, este acaba corroborando, de forma subser-viente ou não as grandes empresas, para a reprodução do capital, pois além da implantação de infraestrutura básica (saneamento básico, fornecimento de água, energia etc.), oferece subsídios e incentivos fiscais a projetos das empresas. Porém, como ressalta Rodrigues (2006, p. 308), essa forma de atuação do Estado:

[...] causa um grande ônus social às comunidades locais, tanto de forma indireta, como má alocação de recursos no estabelecimento de prioridades que não contemplam os habitantes locais e, de forma direta, como por exemplo, aumento do IPTU (imposto predial territorial urbano) nos municípios turísticos para custear equipamentos, nem sempre necessários aos residentes.

Além disso, com a inserção dos agentes hegemônicos, cria-se uma racionalidade técnica estabelecida por ordens e comandos distantes que estabelecem uma nova organização territorial avessa aos lugares. Podemos dizer, então, que se perde a característica orgânica do lugar para se estabelecer arranjos organizacionais, das verticalidades (SANTOS, 2008). Assim, a globalização ao relacionar o local com o global, faz com que o fenômeno turístico, em escala planetária, torne-se subordinado aos agentes hegemônicos que capitaneiam a economia global, assumindo um aspecto importante no modo de acumulação capitalista (RODRIGUES, 2006).

O discurso dos órgãos do turismo e dos governos - considerados aqui como ufanistas, por considerar a atividade turística uma solucionadora de problemas, uma panaceia - aponta que o turismo pode mudar a realidade da população local, melhorando as condições de vida dos habitantes (CORIOLANO, 2006). Todavia, na visão das empresas, os lugares são vistos apenas como um produto a ser consumido pelos turistas, não havendo uma real preocupação com a cidade e sua população.

Coadunamos, então, com Rodrigues (2006) ao destacar que a forma de implantação do turismo no Brasil pautando-se no viés economicista acarreta num território descontínuo reticular, portanto, seletivo espacialmente, com uma organização complexa e de caráter mercantil. Tal organização integra o turismo local ao contexto do mercado global e expressa como essa atividade é conduzida pelos agentes hegemônicos e suas lógicas organizacionais. Na realidade, “A globalização transmite a ideia de que o local passa a pertencer ao

mundo, de que existem laços entre uma rede mundial de empresas capitalistas e os lugares, de que emergiu uma forma de organização econômica que atingiu todos os lugares” (CORIOLANO, 1998, p. 36).

Contudo, paralelo a expansão da atividade turística, há uma tendência de resistências pelos agentes hegemônicos, mostrando que embora o uso turístico do território nos remeta uma paisagem organizacional, existe também, no lugar, o uso cotidiano dos moradores.

Dessa forma, se não podemos negar a hegemonia do turismo em certas cidades do país, onde parte da configuração territorial foi sendo constituída para atrair os turistas, tanto no aspecto paisagístico, como nos comércios e serviços voltados para atender essas demandas. Por outro lado, também não é possível afirmar que a cidade seja território exclusivo dos turistas, pois há numerosos bairros que não participam do processo ou possuem usos que suplantam o uso turístico. Por esse motivo, possuem diferentes dinâmicas territoriais e econômicas (formas e funções) que não se remetem ao turismo.

Ademais, parece-nos, a partir de uma análise mais crítica da atividade turística, que uma parcela da população só se beneficia indiretamente e precariamente da expansão do turismo, pois não possuem as exigências necessárias para ingressarem nas empresas ou mesmo devido ao baixo coeficiente de emprego necessário para sua execução e exercem ofícios com longas e cansativas jornadas de trabalho para garantir a renda familiar.

A essa parcela da população, coube, então, à luz da racionalidade dos agentes hegemônicos, encontrar formas de reagir à lógica dos vetores modernos, integrando-se seja na comercialização de produtos ou na prestação de serviços em pequenos estabelecimentos ou como trabalhadores ambulantes. Isto porque, a atividade turística não vem promovendo uma distribuição equânime de renda ou mesmo atenuando as desigualdades sociais como propagava as políticas públicas. Além disso:

[...] o turismo, mesmo tendo forte hegemonia econômica em dados lugares, concorre, no cotidiano, na reprodução da vida nos lugares, com outras práticas sociais e outras atividades econômicas. Em nenhum lugar do mundo a vida das relações pode ser reduzida à reprodução do turismo como atividade econômica ou geradora de atividade econômica. Viver é sempre mais que simplesmente fazer turismo ou receber turistas. E aqui reside talvez a maior de todas as dificuldades metodológicas daqueles que

se debruçam sobre o entendimento do turismo como objeto de investigação ou de intervenção na realidade: apreender o imenso jogo de relações no qual o turismo está inserido para, então, compreender o turismo na sua complexidade (CRUZ, 2007, p. 06).

Dessa forma, é imperativo ressaltar, a partir da nossa opção teórica, que não concordamos com a ideia de território turístico, mas usos turísticos do território, uma vez que as porções do espaço podem e são apropriadas para diferentes fins (por diversos agentes, sejam hegemônicos ou não), onde o turismo está inserido, dando forma, juntamente com outras práticas econômicas e sociais, a cidade.

Assim, a cidade deve ser analisada sempre como uma totalidade, ou seja, “a realidade em sua integridade” (SANTOS, 2008, p. 116), pois permite a coexistência dos diferentes agentes e abriga variadas redes, manifestações, fluxos etc.. De acordo com Arroyo (2008), para entendê-la é necessário também reconhecer que a mesma é uma totalidade dentro de duas outras totalidades, ou seja, o mundo e a formação socioespacial nacional que, por sua vez, expressam e se concretizam justamente na cidade. Portanto, são os processos que compõem a cidade, imbricados, que determinam seu dinamismo, variando conforme os eventos e os agentes envolvidos.

Partindo dessa concepção, acreditamos que os trabalhos visam analisar o turismo ou que priorizam o uso do território por uma atividade econômica específica, devem sempre manter o diálogo entre a parte e o todo, visto as articulações e conectividades com outros vetores da economia e com a sociedade. É nesse sentido que Cruz (2007, p. 02) assevera:

Primeiramente, é necessário dizer que toda tentativa de uma leitura do turismo na sua relação com o espaço geográfico que parta de um isolamento desse fenômeno está, desde o princípio, fadada ao fracasso. É o mundo que explica o turismo e não o contrário. Desta vez, o esforço teórico e metodológico que se coloca é o de tentar encontrar sentidos e significados do mundo e, a partir daí, buscar apreender a inserção da atividade turística nessa totalidade.

Ressaltamos que nossas análises estão pautadas no conceito de espaço geográfico⁷ a partir do território usado, visto que este está voltado para a opera-

7 O espaço geográfico é formado, conforme Santos (2008b, p. 63), por “um conjunto indissociável, solidário e também contraditório, de sistemas de objetos e sistemas de ações, não considerados isoladamente, mas como o quadro único no qual a história se dá”.

cionalização daquele conceito. Desta forma, conforme Santos (2005), o território usado deve se compreendido como sinônimo de espaço geográfico, espaço banal, ou seja, espaço de todos os agentes, de todas as instâncias da sociedade.

Nesse ínterim, para o entendimento do espaço geográfico é necessário considerar todos os elementos e perceber a inter-relação entre os fenômenos (SANTOS et. ali, 2000). Assim, o espaço geográfico, empiricizado pelo território usado, é o resultado de processos históricos acrescido das bases materiais e sociais que as novas ações impõem. Ampliando a compreensão, temos que a:

[...] perspectiva do *território usado* conduz à ideia de *espaço banal*, o espaço de todos, todo o espaço. Trata-se do espaço de todos os homens, não importa suas diferenças; o espaço de todas as instituições, não importa a sua força; o espaço de todas as empresas, não importa o seu poder. Esse é o espaço de todas as dimensões do acontecer, de todas as determinações da totalidade social. É uma visão que incorpora o movimento do todo, permitindo enfrentar corretamente a tarefa de análise. Com as noções de *território usado* e de *espaço banal*, saltam aos olhos os temas que o real nos impõe como objeto de pesquisa e de intervenção (SANTOS et. ali 2000, p. 104).

Dessa forma, por meio da compreensão dos diferentes usos do território, percebe-se que mesmo o turismo alavancando os indicadores econômicos das cidades, este não é, ou ao menos não tem sido, capaz de reduzir as desigualdades socioeconômicas, mas ao contrário, expressa como elas estão articuladas para atender uma minoria abastada e aos agentes hegemônicos em detrimento da população em geral e dos lugares desprovidos de atenção pública. Nesse ínterim, concordamos com Cruz (2006, p. 339), quando esta afirma:

Distribuição espacial da riqueza não é o mesmo, entretanto, que distribuição estrutural da riqueza. Por isso, muitos lugares pobres, capturados pela atividade do turismo, viram suas economias dinamizadas e assistiram a profundas transformações em seus territórios sem que, necessariamente, suas populações tivessem se tornado automaticamente detentoras de melhores condições de vida e de renda. Ingenuidade teórica ou manipulação inescrupulosa de dados e informações, é isso, todavia, que o discurso dominante sobre o turismo quer fazer crer.

Assim, os discursos oficial e midiático reforçam a ideia de que as demandas turísticas trazem para a cidade a expansão do comércio e dos serviços, expressos pelos seus equipamentos, a geração de novos postos de trabalho e, somado a isso, possibilita maior circulação de dinheiro e postos de trabalho indiretos, a partir de obras do Estado ou gestadas pelas grandes empresas ao construírem seus empreendimentos. Não deixa de ser verdade, embora não se discuta quais postos de trabalho são criados e a renda média gerada.

Além disto, o discurso legitimador das políticas públicas de turismo não é diferente dos outros relacionados a outras atividades econômicas. Destaca-se sempre tudo o que um país subdesenvolvimento aspira, ou seja, geração de emprego, renda, de divisas e riquezas. Há, dessa forma, a manutenção dos discursos, independentemente da atividade econômica e do que esta ocasiona.

Aproximando-nos de uma realidade empírica, em Natal-RN, observamos que nos lugares de interesse dos agentes hegemônicos, sobretudo aqueles voltados para a atividade turística, o território passou a ser usado para atender as demandas do capital e do turista, ou seja, teve como objetivo principal obedecer aos imperativos das empresas e dos visitantes.

Logo, criou-se toda uma materialidade na cidade com características específicas para um uso determinado do território, onde podemos destacar o Mega Projeto Parque das Dunas / Via Costeira, a criação da Rota do Sol, a concentração dos equipamentos turísticos no bairro de Ponta Negra (tornando-o o principal lugar turístico da cidade) e a localização da Ponte Newton Navarro, que visou impulsionar o turismo no litoral norte potiguar.

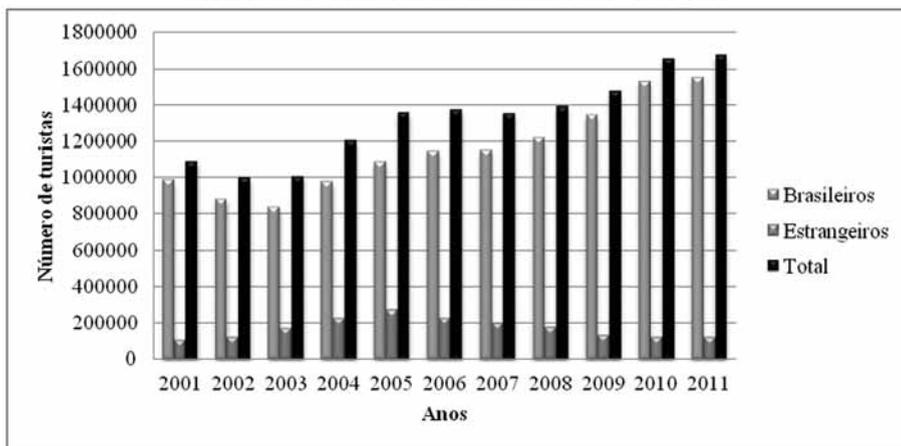
De igual maneira, a crescente construção de grandes redes hoteleiras internacionais, somadas aos restaurantes sofisticados, *shoppings centers* e o conjunto de lojas de grifes que abrigam, além de grandes empreendimentos imobiliários, se concentram nos lugares já privilegiados da cidade, aprofundando a segregação socioespacial.

Dessa forma, é fácil perceber que nos países subdesenvolvidos, e de modo particular nas regiões menos desenvolvidas do Brasil, como é o caso do Nordeste, e conseqüentemente no RN, o turismo traz poucos benefícios para a população local, considerando a riqueza gerada e apropriada, seja pela elite local que é minoritária, seja pelos agentes do capital externo. São as frações do território o principal objeto de consumo do turista, logo, o capital associado ao turismo torna-se ainda mais seletivo do que aqueles atrelados aos demais setores das atividades econômicas.

Assim, a cidade de Natal atualmente expressa duas paisagens distintas: na primeira, temos a visão de uma cidade moderna, com grandes empreendimentos comerciais e de serviços para atender as camadas abastadas da cidade e os visitantes; enquanto a segunda expressa uma cidade precária, carente de infraestrutura básica (rede de esgoto, iluminação, pavimentação das ruas etc.) e com uma população marcadamente pobre.

Em meio a essas reflexões, ainda que sucintamente, devemos mostrar algumas fragilidades das metodologias que dimensionam o turismo atualmente e transmite a ideia, de certa forma, equivocada sobre os seus impactos nas cidades. Pelo gráfico a seguir, observa-se que o fluxo turístico de Natal vem aumentando paulatinamente nos últimos anos, alcançando um fluxo total, em 2011, de 1.674.853 pessoas.

GRÁFICO 01 - Fluxo Turístico na Grande Natal – 2001-2011



Fonte: SETUR/RN, 2007; SETUR/RN, 2012 *apud* Anuário Natal, 2013.

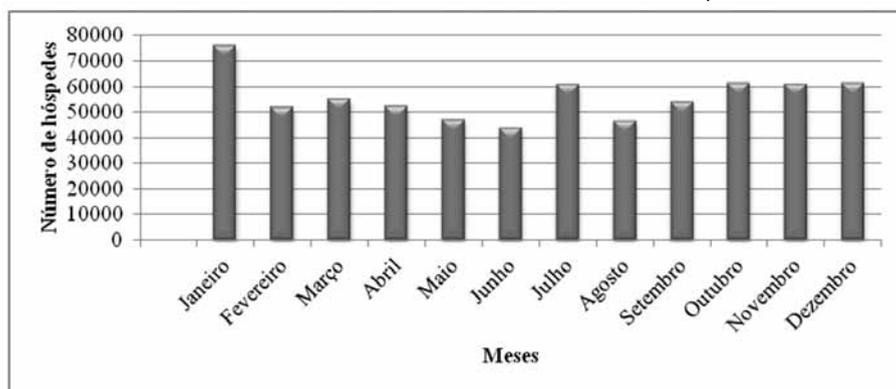
Pelo exposto, duas leituras podem ser feitas de forma complementar e não excludente. Na primeira, parece-nos que a expansão do meio técnico-científico-informacional, acrescido dos investimentos públicos em novos sistemas de engenharia, vem ampliando o fluxo de pessoas em Natal. Já na segunda, ao atentar que a Organização Mundial do Turismo considera que o turismo compreende “as atividades que realizam as pessoas durante suas viagens e estadas em lugares diferentes ao seu entorno habitual, por um período consecutivo inferior a um ano, com finalidade de lazer, negócios ou outras” (OMT, 2001), faz com que qualquer pessoa que realize um deslocamento espacial,

permanecendo um período inferior a um ano, entre nas estatísticas oficiais como turista. Como ressalta Cruz (2007, p.4):

Nesse caso fica fácil compreender por que as estatísticas de turismo costumam impressionar pela quantidade de turistas e pelo volume de capital movimentado que revelam, mas essa não é a explicação para o superdimensionamento de dados relativos ao turismo. Há aqui, ainda, uma questão de método a ser considerada: como estatísticas de fluxo têm base em embarques e desembarques e não em indivíduos, executivos que viajam inúmeras vezes durante o ano inflam os dados de maneira questionável.

Assim, para termos um dimensionamento mais próximo do real, optamos também por expor o número de hóspedes nos estabelecimentos hoteleiros em Natal para o ano de 2011. Conforme o gráfico abaixo, os meses que se configuraram com maior fluxo turístico na cidade foram janeiro, julho, outubro, novembro e dezembro, pelo menos nesse ano de referência.

GRÁFICO 02 - Indicadores da Rede Hoteleira de Natal – Número de hóspedes em 2011



Fonte: SETUR/RN, 2012 *apud* Anuário Natal, 2013.

Correlacionado os dados dos dois gráficos apresentados até o momento, observamos uma enorme discrepância entre o fluxo turístico e o número de hóspedes na cidade. Enquanto para 2011 houve um fluxo de 1.674.853 pessoas, apenas 670.966 ficaram hospedadas. Isso mostra que apenas 40,1% dessas pessoas ficaram em algum tipo de estabelecimento de hospedagem. Mesmo considerando a hipótese de que uma parcela dessas pessoas tenha pernoitado em outros municípios do estado ou tenha utilizado a casa de parentes ou amigos, parece-nos um número muito elevado.

Ainda em relação às estatísticas referentes à atividade turística, outra importante observação deve ser feita: se um lado o uso de casas de amigos e/ou parentes pelos turistas reduz as estatísticas, subestimando-as, por não ser possível computar todos eles; por outro, elas também são sobre-estimadas, pois incluem também o lazer local nos valores arrecadados da receita turística. Logo, consideramos que há a necessidade da elaboração de uma metodologia que revele, de forma consistente, a realidade do fenômeno turístico nos lugares.

Não estamos negando a incontestável importância do turismo para a cidade de Natal ou mesmo para as demais cidades do país atingidas por esse vetor, até porque a própria expansão das agências de turismo distribuídas pelo país, que chegou ao número de 8.421 no ano de 2004, conforme os dados da Embratur/MTUR⁸, comprovam a assertiva. Tais dados ratificam além da expansão da atividade turística no país, a ampliação dos serviços de receptivos (guias de turismo, traslados, *city tours*, passeios, etc.), que atuam vinculadas ou complementarmente as grandes operadoras turísticas.

Não podemos perder de vista também que as agências de turismo trabalham em rede e, por esse motivo, possuem o papel primordial de organizar os destinos turísticos, comandando à distância os lugares privilegiados nos roteiros. Deste modo, associado às agências de turismo, os meios de comunicação, através das propagandas, e também a internet, influenciam na demanda turística, uma vez que as ações locais modelam e são modeladas por eventos forâneos. Como ressaltam Cacho e Azevedo (2010, p. 33):

Com a contínua ascensão do turismo a informação torna-se fundamental, uma vez que sem ela o mesmo não funcionaria, muito menos se expandiria. Daí a importância do acesso a informações precisas, confiáveis e relevantes para ajudar o consumidor na tomada de decisão (O'CONNOR, 2001). Ora, todo aquele que viaja necessita do mínimo de informações acerca do local a ser visitado para que assim possa planejar e fazer suas escolhas à medida que aumenta a tendência no sentido de viagens mais independentes.

De acordo ainda com os autores citados, a atividade turística é um dos segmentos da economia que mais vem passando por importantes impactos

8 Tal informação está presente no “*Estudos da Competitividade do Turismo Brasileiro – o segmento de agências e operadoras de viagens e turismo*” publicado em 2006 pelo governo federal.

quanto ao uso da *internet*, visto que é moldada através dos avanços tecnológicos a partir das mudanças progressivas em sua estrutura. Isto porque, a possibilidade de comprar passagens aéreas, reservar hotéis e ter o conhecimento prévio sobre os lugares visitados via *internet*, agiliza e potencializa o processo, à medida que cria um canal direto com o consumidor, torna os custos mais acessíveis e diminui a subjetividade na transmissão de informações. Dessa forma, paulatinamente as empresas atreladas a atividade turística estão voltando-se para criação de *web sites*, em virtude os benefícios ofertados através deste meio de informação e comunicação.

Ademais, devido ao indispensável acesso a informações detalhadas e fidedignas acerca do lugar que se pretende visitar, visto que os turistas, na maioria dos casos, não conhece o destino, sem informação não há turismo (CACHO E AZEVEDO, 2010). Logo, a *internet*, por meio de *web sites*, sobretudo aqueles turísticos, deixou “de ser uma mera fonte de informação e passa a agir como fonte de influência direta na imagem do destino, à medida que oferece aos seus consumidores rico conteúdo de informação e opções interativas com a página da *web*” (CACHO E AZEVEDO, 2010, p. 46).

Para se ter uma ideia, a *comScore*, líder mundial em mensuração do mundo digital⁹, divulgou em agosto de 2012 os resultados de uma pesquisa sobre o mercado online de turismo no Brasil. Nele foi apontado que 16,5 milhões de brasileiros visitaram *sites* de Turismo em julho de 2012, representando um aumento de 18% em relação ao ano anterior e o número recorde de brasileiros que buscam a *web* para realizar reservas e para planejar viagens. Ainda conforme a matéria, o número de visitantes aos sites de turismo no Brasil quase que triplicou nos últimos três anos, visto a crescente demanda de pessoas buscando, entre outros motivos, comprar passagens, levantar dicas de viagem, pesquisar hotéis etc.. (COMSCORE, 2012).

Por outro lado, quando se compra um pacote turístico, o indivíduo não tem a opção de escolher os lugares visitados. Isto porque, tudo já está determinado (passagem aérea, traslado, hotel e passeios), entrando no roteiro as praias mais divulgadas e os melhores hotéis e *resorts* do estado – no caso do

9 De acordo com as informações presentes no site da empresa, a *comScore* é uma companhia líder em tecnologia de internet que mede o que as pessoas fazem enquanto elas navegam pelo universo digital, transformando essa informação e insights em ações para que seus clientes maximizem o valor de seu investimento digital.

Rio Grande do Norte, por exemplo. Nesse sentido, concordamos com Cruz (2007, p. 31), pois:

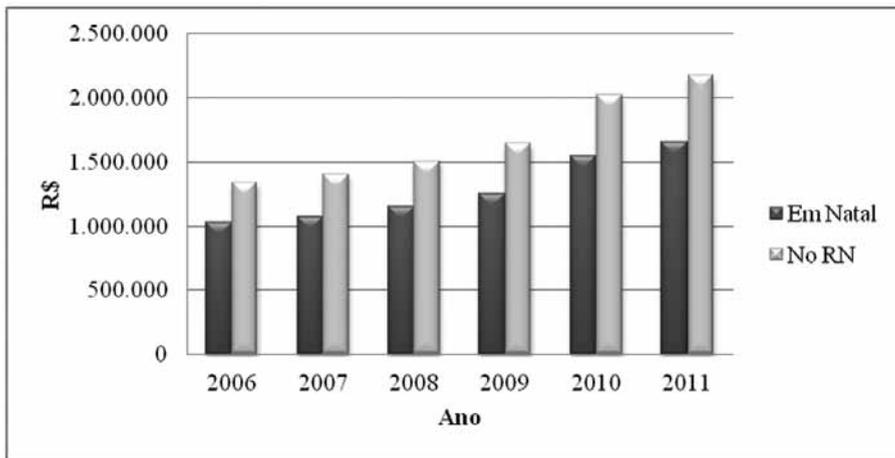
É no plano da psicoesfera (Silveira, 1997), ou seja, das ideias, que está a gênese dos lugares turísticos. Construído primeiro, nesse plano, os lugares eleitos pelo capital atrelado ao turismo e pelo modismo por ele gerados têm, na sequência, a transformação/ produção de sua tecnoesfera (sistema de objetos). Todos os sistemas de engenharia implementados no território para viabilizar seu uso turístico não são, todavia, suficiente para assegurar sua inserção ou permanência no rol dos lugares eleitos pela atividade. Ao contrário, ressalta Silveira, é a psicoesfera e não a tecnoesfera que determina o nascimento e a morte de um lugar turístico.

Dessa forma, as agências de viagem, juntamente com as equipes de *marketing* e propaganda, possui um papel fundamental para a manutenção dos roteiros turísticos, para não deixar os lugares saírem de “moda”. Para mensurar a importância das agências de viagem para o turismo, a CVC, inaugurada em 1972 e atualmente a maior agência de turismo do país, com 8.000 agências credenciadas e 720 agências exclusivas em todo o Brasil, sendo hegemônica no mercado de destinos turísticos no Brasil.

Em vias de concluir esse trabalho e pegando novamente como exemplo a cidade de Natal, ressaltamos que o aumento no número de visitantes e a expansão das atividades direta ou indiretamente relacionadas com o turismo, vêm aumentando, progressivamente, a receita auferida por este vetor econômico.

Além disso, ao utilizarmos os dados da receita turística, podemos dimensionar o poder de centralização dessa atividade econômica em Natal em relação ao estado. Isso mostra que mesmo com políticas de regionalização do turismo dos últimos anos no estado, a cidade, por historicamente ter recebido um montante maior de investimento, beneficia-se atualmente em detrimento dos demais municípios, que juntos não atingem nem 25% do apurado por Natal (entre 2006 a 2011).

GRÁFICO 03 - Receita Turística Total – 2006-2011



Fonte: SETUR/RN, 2012 *apud* Anuário Natal, 2013

Contudo, cabe-nos ainda uma última ponderação acerca das estatísticas turísticas, ao passo que na complexa rede de serviços e comércio que compõe a atividade turística, embora algumas sejam tipicamente utilizadas pelo turista (hospedagem, agências de viagem, locadoras de veículos etc.), outras podem e são utilizadas pelos habitantes da cidade (restaurantes, bares, teatro, casas noturnas, parques aquáticos, etc.), caso o poder aquisitivo os permita. Logo, não é possível (com os instrumentos atuais de levantamento de dados) precisar a receita oriunda do turismo.

De acordo com a OMT, a essência do turismo é o lazer com viagem. Todavia, estamos cientes que nem toda viagem é turística e que nem toda prática do lazer pode ser considerada como turismo. Dessa forma, mesmo que um natalense vá a praia tomar um banho de mar, usufrua dos melhores restaurantes de Ponta Negra e a noite assista a um espetáculo no teatro, ele está apenas praticando o lazer. Contudo, essas mesmas atividades se realizadas por um visitante à cidade, ele seria caracterizado como turista, pois está usando os serviços turísticos.

Assim, fica-nos a pergunta: como as estatísticas oficiais sobre o turismo conseguem dimensionar os valores arrecadados provenientes do turista? Esses valores não estão sendo alavancados pelo consumo dos próprios residentes? Não seria, então, exagerado o peso que se dá às atividades turísticas nos lugares? Sem dúvidas, ainda falta uma metodologia adequada que possa quantificar o real peso das atividades turísticas nos lugares, sobretudo quando se inserem

a variável alimentação, cultura e lazer, pois a população local também utiliza esses serviços considerados “turísticos”.

Diante deste problema, o Ministério do Turismo contou com a colaboração do Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas (IPEA) para dimensionar, mais próximo da realidade, a importância do setor turístico na economia e na geração de emprego.

Mostrando como os números de emprego gerados pelo turismo eram superestimados nas pesquisas realizadas pela RAIS (Relação Anual de Informações Sociais) do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), foi realizada em 2010, em nível nacional, uma pesquisa pelo IPEA com metodologia própria. Logo, enquanto os dados divulgados pela RAIS apresentavam 1,7 milhões de empregos formais gerados pelas Atividades Características do Turismo (ACTs), os do IPEA identificaram apenas 890 mil empregos, ou seja, uma redução de 47,6% dos empregos formais gerados pelas ACTs.

O diferencial é que o estudo do IPEA realiza um filtro para conhecer a proporção de turistas e residentes atendidos, por estado, no âmbito das ACTs. Dessa forma, a metodologia aplicada pelo IPEA tornou-se reconhecida pela OMT como bom exemplo para dimensionar a importância do turismo, embora sua abrangência atinja apenas a escala estadual.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Buscando identificar a forma a qual o turismo passou a figurar como importante atividade econômica no país, sobretudo as cidades do Nordeste, percebe-se que a partir dos investimentos do PRODETUR essas cidades receberam significativas transformações espaciais e um rearranjo de suas economias, havendo uma nítida organização espacial em função da exploração turística, sendo moldada às exigências do turista.

O resultado espacial dessa intencionalidade é manifestado por uma densificação dos objetos técnicos pelo território brasileiro, manifestado pelos recentes sistemas de engenharia nos estados nordestinos, atendendo a infraestrutura básica de circulação. Soma-se a isto, a criação de equipamentos turísticos, sobretudo por parte dos agentes hegemônicos, para atendimento aos turistas. Nota-se, então, que a implantação de novos objetos técnicos, principalmente aqueles voltados para a circulação, ou seja, para a fluidez do território, é uma necessidade da atividade turística.

Por esse motivo, um dos principais investimentos do PRODETUR/NE, em sua primeira etapa, foi a modernização e ampliação de todos os aeroportos da região Nordeste; a construção de terminais de passageiros em alguns portos (em Maceió/AL e em Recife/PE) para atrair cruzeiros marítimos; e a modernização ou construção de rodovias – como a Rota do Sol, no Rio Grande do Norte ou a Costa do Sol, no estado do Ceará.

Soma-se ainda aos investimentos do PRODETUR no litoral nordestino: a Zona Turística de São Cristóvão, no estado de Sergipe; a Costa dos Coqueiros e a Costa do Descobrimento, na Bahia; a Costa das Dunas, no RN; Projeto Cabo Branco na Paraíba; a Costa Dourada, entre o litoral sul de Pernambuco e norte de Alagoas; e o golfeão maranhense, no estado do Maranhão.

Assim, atrelado aos altos níveis de insolação, a vasta extensão do litoral do Nordeste (aproximadamente 3 mil quilômetros), favorece a inserção da atividade turística no que se convencionou chamar turismo de sol e praia. Dentre os atributos geográficos que favorecem a atividade, podemos acrescentar também os baixos índices de ocupação e densidade demográfica, atrelados ao “baixo” preço dos terrenos e a proximidade com polos emissores internacionais importantes, como Europa e Estados Unidos.

Contudo, constata-se também, através da configuração territorial dessas cidades, que há uma seleção de parcelas da cidade por parte dos agentes hegemônicos e do Estado que foram beneficiadas para receberem seus investimentos. Às vezes, até mesmo nos espaços luminosos, observa-se a presença de uma população pobre, manifestada pelas habitações, pelos pedintes e pelos seus ofícios de baixa capitalização.

Assim, embora as cidades dos países periféricos busquem se adaptar às demandas da economia moderna, adequando o território às suas exigências, apenas pequenas parcelas do tecido urbano são atingidas. Por esse motivo a maior parte das cidades apresenta grande variação quanto à modernidade, capacidade de investimentos públicos e privados, bem como diferenciações em infraestrutura disponível. Porém, sendo as cidades abrigo das atividades hegemônicas e hegemônicas o território passa a ser usado de forma diferenciada e a depender dos interesses e das relações de poder estabelecidos no espaço de relações entre as empresas. A partir daí se criam os espaços luminosos, tidos como espaços da competitividade, da infraestrutura melhorada, da fluidez e da densidade técnica, enquanto ao contrário também se criam os espaços opacos,

menos competitivos pelas forças capitalistas, menos densos em técnica, infraestrutura, menos fluídos, etc.

Logo, a configuração territorial das cidades expressam os diferentes usos do território, ao passo que não são apenas o lugar dos eventos modernos, mas também abrigam atividades pretéritas, as quais podem ainda ser consideradas como informais, residuais ou até mesmo atrasadas, abrigando uma diversidade de agentes, relações, objetos e produtos, cuja complexidade tende a ser ainda maior quando se relaciona com os serviços, comércios, aí abrangendo-se o turismo.

REFERÊNCIAS

- ARROYO, M. M. A economia invisível dos pequenos. In: *Le Monde Diplomatique*. Brasil, ano 2, no. 15, outubro de 2008. Disponível em: <<http://www.diplomatique.org.br/artigo.php?id=283>>. Acesso em: 5 out. de 2010.
- AZEVEDO, F. F.; et al. Turismo em Foco: globalização e políticas públicas. In: AZEVEDO, F. F.; et al. (orgs.). *Turismo em Foco*. Belém: NAEA, 2013, p. 11-27.
- CACHO, A. N. B.; AZEVEDO, F. F. O turismo no contexto da sociedade informacional. *Revista Brasileira de Pesquisa em Turismo*. v.4, n.2, p.31-48, ago. 2010.
- CORIOLOANO, L. N. M. T. *Do global ao local: o turismo litorâneo cearense*. Campinas, SP: Papirus, 1998. 160p.
- _____. *O turismo nos discursos, nas políticas e no combate à pobreza*. 1. ed. São Paulo: Anablumme, 2006. 238p.
- CRUZ, R. C. A. Políticas públicas de turismo no Brasil: território usado, território negligenciado. *Geosul (UFSC)*, Florianópolis, SC, v. 20, n.40, p. 27-43, 2005.
- _____. Planejamento governamental do turismo: convergências e contradições na produção do espaço. In: LEMOS, A. I. G.; ARROYO, M.; SILVEIRA, M. L. (Org.). *América Latina: cidade, campo e turismo*. 1ed. Buenos Aires: CLACSO, 2006, v. 1, p. 337-350.
- _____. *Geografias do turismo, de lugares a pseudo-lugares*. 1. ed. São Paulo: Roca, 2007. v. 1. 140p.
- COMSCORE. *Número recorde de brasileiros utiliza a web para planejar viagens e fazer reservas*. Disponível em: <https://www.comscore.com/por/Insights/Press_Releases/2012/8/Record_Number_of_Brazilians_Turn_to_the_Web_for_Planning_and_Booking_Travel>. Acesso em: 12 de março de 2014.
- GOMES, R. C. C.; SILVA, V. P.; SILVA, A. B. Estado, turismo e mercado de trabalho. *Scripta Nova*, Barcelona, vol. VI, nº 119 (129), 2002. Disponível em: <<http://www.ub.es/geocrit/sn/sn119129.htm>> acesso em: 20 de maio de 2012.
- ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO TURISMO. *Introdução ao Turismo*. Madrid, 2001.
- PREFEITURA MUNICIPAL DE NATAL. Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Urbanismo (SEMURB). *Anuário Natal 2013*. Organizado por: HORA, C. E. P; MEDEIROS, F. A. C.; CAPISTRANO, L. F. D. Natal: SEMURB, 2013.

- RODRIGUES, A. A. B. Turismo e Territorialidades Plurais – Lógicas Excludentes ou Solidariedade Organizacional. In: LEMOS, A. I. G.; ARROYO, M.; SILVEIRA, M. L. (Orgs.). *América Latina: cidade, campo e turismo*. 1 ed. Buenos Aires: CLACSO, 2006, v. 1.
- _____. Território, patrimônio e turismo com base local uma relação inequívoca. In: SEABRA, G. (Org.). *Turismo de base local identidade cultural e desenvolvimento regional*. João Pessoa: Universidade Federal da Paraíba, 2007, p. 15-30.
- SANTOS, M.; et al. O papel ativo da geografia: um manifesto. *Revista Território*, Rio de Janeiro, ano V, nº 9, pp. 103-109, 2000.
- _____. *O retorno do território*. OSAL 16 Debates Ano VI n. 16 jan./abr. 2005.
- _____. *A Natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção* – 4. ed. São Paulo: Edusp, 2008.
- SANTOS, M.; SILVEIRA, M. L. *O Brasil: território e sociedade no início do século XXI*. 12 ed. Rio de Janeiro: Record, 2008.
- SILVEIRA, M. L. Metrópolis brasileñas: un análisis de los circuitos de la economía urbana. In: *Revista eure*. Santiago de Chile, v.33, n. 100, diciembre de 2007. 2007a, p. 149-164.
- _____. Crises e paradoxos da cidade contemporânea: os circuitos da economia urbana. In: *Anais do X SIMPURB*, Florianópolis, 2007b.
- TOMÉ, M. Turismo - um conceito socioespacial. In: SEABRA, G. (Org.). *Turismo de Base Local, identidade cultural e desenvolvimento regional*. 1ed. João Pessoa: Ed. Universitária UFPB, 2007, v. 1, p. 65-80.

O turismo continua sendo, no mundo, um fenômeno social de grandes dimensões, tanto pela quantidade de pessoas que comprovadamente praticam esta atividade, quanto pela quantidade de dinheiro que – não tão comprovadamente - faz circular na economia mundial. As pesquisas sobre esta peculiar forma de deslocamento de pessoas começaram no século XX, tardiamente no contexto das ciências. No Brasil a turismologia vem crescendo desde os anos 1990, com uma produção considerável no contexto latino-americano. O livro que tenho a honra de apresentar e que os leitores terão oportunidade de apreciar a seguir é uma demonstração da seriedade e qualidade com que os aspectos relacionados ao patrimônio natural e cultural estão sendo tratados no meio acadêmico do país.

Margarita Barretto

ISBN 978-85-7143-136-2



9 788571 431362

